

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS

Processo:	**001373-0200/21-5**
Gabinete:	**Renato Luís B. Azeredo**
Data de abertura:	**08 de janeiro de 2021**
Matéria:	**Contas Anuais**
Órgão:	**PM DE SERTÃO SANTANA - 81600**
Interessado(s):	**Írio Miguel Stein** **Marcos Aurelio Kologeski Souza**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SETOR DE PROTOCOLIZAÇÃO E EXPEDIÇÃO

Fl.	Rubrica

Consoante disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Gab. Renato Luís B. Azeredo
Exercício: 2021

Distribuído em 11 de Janeiro de 2021.
Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 11/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CD0.2F77.BC57.BAE2.ABDF.

Página 3
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/01/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPALCI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 4
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	40.183,54
Contribuições	350.000,00	2.173,35
Receita Patrimonial	859.160,46	824,34
Receita de Serviços	141.690,00	12.098,82
Transferências Correntes	22.937.587,94	2.013.091,31
Outras Receitas Correntes	150.820,00	1.136,43
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**2.069.507,79**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	943,12
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.009,49
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.952,61**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-287.618,10**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**1.783.842,30**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	130.150,04
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	10.000,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**27.357.594,52**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.290.657,87
Liquidado	211.600,89
Pago	18.822,25
SALDO A LIQUIDAR	**1.079.056,98**

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 5
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A PAGAR	**192.778,64**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	861.955,85
Pago	807.458,04
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**20.459,55**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**54.497,81**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	120.150,04
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	10.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	10.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	32.333.311,35D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	23.622.963,01D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	281.975,09C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.522.261,51C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	7.362,03D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	121.667,92D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	67.847,86D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	382.070,83D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	0,00	4.253,08D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	45.879,25C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	3.116,47C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	816,91C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	648,90C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	2.014.944,42C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	292,81C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	57.123.252,39D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	57.123.252,39C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	9.328.556,42D

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 6
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	32.945.474,11D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.796.971,10D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	72.411,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	9.328.556,42C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	32.945.474,11C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.796.971,10C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	72.411,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	223,69D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	4.530.436,27D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	341.019,29D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**4.871.679,25D**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	9.243,11D	9.243,11D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	26.637.597,82D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**26.646.840,93D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**31.518.520,18D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 7
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

inscrição por determinação do TCE

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.927.702,00	1.459.827,53
Demais Contas	128.673.702,31	130.141.576,78
Totais	131.601.404,31	131.601.404,31
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		9.324

3. Índices Constitucionais

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.029,17	0,00	1.029,17
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	428,85	0,00	428,85
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	257,29	0,00	257,29
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	850,24	0,00	850,24
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	354,27	0,00	354,27
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	212,58	0,00	212,58
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	417,65	0,00	417,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	174,02	0,00	174,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	104,41	0,00	104,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	18.598,40	0,00	18.598,40
11180231020000	ISS - Principal - MDE	7.749,43	0,00	7.749,43
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	4.649,64	0,00	4.649,64
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	238,83	0,00	238,83
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	99,59	0,00	99,59
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	59,69	0,00	59,69
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	269,33	0,00	269,33
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	112,23	0,00	112,23
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	67,33	0,00	67,33
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	192,79	0,00	192,79
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	80,37	0,00	80,37
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	48,20	0,00	48,20
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	507.982,57	0,00	507.982,57
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	42.331,91	0,00	42.331,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	126.995,64	0,00	126.995,64
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	169.327,51	0,00	169.327,51
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	71,32	0,00	71,32
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	5,97	0,00	5,97
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	17,83	0,00	17,83
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	23,76	0,00	23,76
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	240.796,32	0,00	240.796,32
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	21.061,70	0,00	21.061,70
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	62.431,29	0,00	62.431,29
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	91.919,30	0,00	91.919,30
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	74.878,50	0,00	74.878,50
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	6.239,90	0,00	6.239,90
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	18.719,65	0,00	18.719,65
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	24.959,54	0,00	24.959,54
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	4.164,00	0,00	4.164,00
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	347,00	0,00	347,00
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.040,99	0,00	1.040,99
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.388,00	0,00	1.388,00
SUBTOTAL		**1.430.697,01**	**0,00**	**1.430.697,01**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **357.674,25**

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.998,76	0,00	8.998,76
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.986,48	0,00	69.986,48
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	287.618,11	0,00	287.618,11
TOTAL II		**366.603,35**	**0,00**	**366.603,35**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.221,30	0,00	1.221,30
SUBTOTAL I		**1.221,30**	**0,00**	**1.221,30**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		199.962,98	0,00	199.962,98
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**0,00**		**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	507.982,57	0,00	507.982,57
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	42.331,91	0,00	42.331,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	126.995,64	0,00	126.995,64
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	169.327,51	0,00	169.327,51
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	71,32	0,00	71,32
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	5,97	0,00	5,97
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	17,83	0,00	17,83
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	23,76	0,00	23,76
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	240.796,32	0,00	240.796,32
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	21.061,70	0,00	21.061,70
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	62.431,29	0,00	62.431,29
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	91.919,30	0,00	91.919,30
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	74.878,50	0,00	74.878,50
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	6.239,90	0,00	6.239,90
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	18.719,65	0,00	18.719,65

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	24.959,54	0,00	24.959,54
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	4.164,00	0,00	4.164,00
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	347,00	0,00	347,00
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.040,99	0,00	1.040,99
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.388,00	0,00	1.388,00
SUBTOTAL		**1.394.702,70**	**0,00**	**1.394.702,70**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **278.940,54**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	287.618,11	0,00	287.618,11
TOTAL II		**287.618,11**	**0,00**	**287.618,11**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.221,30	0,00	1.221,30
SUBTOTAL I		**1.221,30**	**0,00**	**1.221,30**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		199.962,98	0,00	199.962,98
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**0,00**		**0,00**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	487.581,08	0,00	487.581,08
Total		**487.581,08**	**0,00**	**487.581,08**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **292.548,65**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

% de Aplicação **0,00**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 10
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.029,17	0,00	1.029,17
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	428,85	0,00	428,85
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	257,29	0,00	257,29
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	850,24	0,00	850,24
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	354,27	0,00	354,27
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	212,58	0,00	212,58
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	417,65	0,00	417,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	174,02	0,00	174,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	104,41	0,00	104,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	18.598,40	0,00	18.598,40
11180231020000	ISS - Principal - MDE	7.749,43	0,00	7.749,43
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	4.649,64	0,00	4.649,64
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	238,83	0,00	238,83
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	99,59	0,00	99,59
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	59,69	0,00	59,69
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	269,33	0,00	269,33
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	112,23	0,00	112,23
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	67,33	0,00	67,33
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	192,79	0,00	192,79
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	80,37	0,00	80,37
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	48,20	0,00	48,20
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	507.982,57	0,00	507.982,57
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	42.331,91	0,00	42.331,91
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	126.995,64	0,00	126.995,64
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	169.327,51	0,00	169.327,51
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	71,32	0,00	71,32
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	5,97	0,00	5,97
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	17,83	0,00	17,83
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	23,76	0,00	23,76
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	240.796,32	0,00	240.796,32
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	21.061,70	0,00	21.061,70
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	62.431,29	0,00	62.431,29
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	91.919,30	0,00	91.919,30
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	74.878,50	0,00	74.878,50
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	6.239,90	0,00	6.239,90
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	18.719,65	0,00	18.719,65
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	24.959,54	0,00	24.959,54
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	4.164,00	0,00	4.164,00

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	347,00	0,00	347,00
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.040,99	0,00	1.040,99
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.388,00	0,00	1.388,00
SUBTOTAL I		**1.430.697,01**	**0,00**	**1.430.697,01**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **214.604,55**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.399,14	0,00	5.399,14
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	209.205,40	0,00	209.205,40
TOTAL II		**214.604,54**	**0,00**	**214.604,54**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.701,31	0,00	3.701,31
SUBTOTAL I		**3.701,31**	**0,00**	**3.701,31**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**0,26**		**3.701,31**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 5,921%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 10 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 39,869%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 66,34%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 7 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 255 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.190,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 400 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: nao informado

Descrição: BDP_32 - Linha: 255 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 12.190,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-040/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	2.069.507,79
2º Bimestre	4.300.957,97	0,00
3º Bimestre	4.300.957,97	0,00
4º Bimestre	4.300.957,97	0,00
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**2.069.507,79**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	1.952,61
2º Bimestre	197.166,66	0,00
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.952,61**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	0,00
3º Bimestre	712.166,56	0,00
4º Bimestre	712.166,56	0,00
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 14
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 12
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**4.273.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-287.618,10
2º Bimestre	-464.458,85	0,00
3º Bimestre	-464.458,85	0,00
4º Bimestre	-464.458,85	0,00
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-287.618,10**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**1.783.842,30**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 15
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 25 de Fevereiro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA em 25/02/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.12C8.E9D4.6937.E0E9.8DB7.

Página 16
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 14
Peça 3346457
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 17
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 28/02/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPALCI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 18
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	120.019,26
Contribuições	350.000,00	83.514,60
Receita Patrimonial	859.160,46	4.097,66
Receita de Serviços	141.690,00	27.419,81
Transferências Correntes	22.937.587,94	4.060.123,63
Outras Receitas Correntes	150.820,00	198.337,64
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**4.493.512,60**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	111.837,46
Outras Receitas Correntes	268.000,00	119.707,74
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**231.545,20**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-609.559,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**4.115.498,80**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	974.980,04
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	279.400,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**27.933.024,52**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.872.702,55
Liquidado	2.498.151,93
Pago	1.537.844,89

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 19
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.374.550,62**
SALDO A PAGAR	**960.307,04**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	861.955,85
Pago	861.955,85
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**20.459,55**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	695.580,04
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	279.400,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	279.400,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	32.848.511,42D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	23.624.494,01D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	1.010.669,60C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.522.261,51C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.694.323,84D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	254.520,25D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	487.240,87D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	811.225,96D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	157.452,15D
TRIBUTÁRIAS	0,00	27.015,11D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	9.555,53D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	133.423,27C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	312.169,85C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	2.876,49C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.046,48C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	4.064.050,01C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	197.301,21C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	61.280.727,07D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	61.280.727,07C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 20
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	10.033.160,47D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	38.004.430,42D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.804.399,94D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	79.242,26D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	10.033.160,47C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	38.004.430,42C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.804.399,94C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	79.242,26C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	493,94D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	4.852.750,04D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	316.457,34D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.169.701,32D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	26.866.642,83D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**26.868.617,17D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**32.038.318,49D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 21
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	7.799.789,33	5.812.116,55
Demais Contas	170.294.531,84	172.282.204,62
Totais	178.094.321,17	178.094.321,17
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		26.233

3. Índices Constitucionais

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	15.160,05	0,00	15.160,05
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.316,72	0,00	6.316,72
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.790,02	0,00	3.790,02
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	2.806,76	0,00	2.806,76
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.169,49	0,00	1.169,49
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	701,69	0,00	701,69
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	337,31	0,00	337,31
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	140,55	0,00	140,55
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	84,33	0,00	84,33
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.028,10	0,00	3.028,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.261,76	0,00	1.261,76
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	757,05	0,00	757,05
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.289,05	0,00	2.289,05
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	953,80	0,00	953,80
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	572,28	0,00	572,28
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	2.937,65	0,00	2.937,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	1.224,02	0,00	1.224,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	734,41	0,00	734,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	39.552,06	0,00	39.552,06
11180231020000	ISS - Principal - MDE	16.480,13	0,00	16.480,13
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	9.888,06	0,00	9.888,06
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	347,52	0,00	347,52
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	144,92	0,00	144,92
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	86,87	0,00	86,87
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	566,59	0,00	566,59
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	236,11	0,00	236,11
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	141,65	0,00	141,65
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	525,71	0,00	525,71
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	219,10	0,00	219,10
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	131,41	0,00	131,41
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.173.818,92	0,00	1.173.818,92
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	97.818,31	0,00	97.818,31
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	293.454,73	0,00	293.454,73
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	391.272,93	0,00	391.272,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	374,83	0,00	374,83
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	31,27	0,00	31,27
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	93,72	0,00	93,72
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	124,93	0,00	124,93

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 23
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	519.354,12	0,00	519.354,12
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	46.309,19	0,00	46.309,19
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	132.070,74	0,00	132.070,74
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	182.737,57	0,00	182.737,57
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	98.806,49	0,00	98.806,49
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	8.233,92	0,00	8.233,92
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	24.701,69	0,00	24.701,69
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	32.935,58	0,00	32.935,58
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	7.463,99	0,00	7.463,99
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	622,01	0,00	622,01
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.866,00	0,00	1.866,00
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.488,00	0,00	2.488,00
SUBTOTAL		**3.127.164,11**	**0,00**	**3.127.164,11**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **781.791,03**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	28.146,60	0,00	28.146,60
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.014,70	0,00	153.014,70
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	609.559,01	0,00	609.559,01
TOTAL II		**790.720,31**	**0,00**	**790.720,31**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	84.651,46	0,00	84.651,46
31	Ensino Fundamental	498.363,87	0,00	498.363,87
31	Educação Infantil	91.442,23	0,00	91.442,23
SUBTOTAL I		**674.457,56**	**0,00**	**674.457,56**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		242.546,08	0,00	242.546,08
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		36,70	0,00	36,70
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**13,81**		**431.874,78**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.173.818,92	0,00	1.173.818,92
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	97.818,31	0,00	97.818,31
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	293.454,73	0,00	293.454,73
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	391.272,93	0,00	391.272,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	374,83	0,00	374,83
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	31,27	0,00	31,27
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	93,72	0,00	93,72
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	124,93	0,00	124,93
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	519.354,12	0,00	519.354,12
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	46.309,19	0,00	46.309,19
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	132.070,74	0,00	132.070,74
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	182.737,57	0,00	182.737,57
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	98.806,49	0,00	98.806,49
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	8.233,92	0,00	8.233,92
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	24.701,69	0,00	24.701,69
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	32.935,58	0,00	32.935,58
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	7.463,99	0,00	7.463,99
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	622,01	0,00	622,01
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.866,00	0,00	1.866,00
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.488,00	0,00	2.488,00
SUBTOTAL		**3.014.578,94**	**0,00**	**3.014.578,94**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada	**602.915,79**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	609.559,01	0,00	609.559,01
TOTAL II		**609.559,01**	**0,00**	**609.559,01**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	498.363,87	0,00	498.363,87
31	Educação Infantil	91.442,23	0,00	91.442,23
SUBTOTAL I		**589.806,10**	**0,00**	**589.806,10**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		242.546,08	0,00	242.546,08
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		20,60	0,00	20,60
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**11,52**		**347.239,42**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	20,60	0,00	20,60
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	852.105,08	0,00	852.105,08
Total		**852.125,68**	**0,00**	**852.125,68**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **511.275,41**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	490.803,51	0,00	490.803,51
31	Educação Infantil	91.442,23	0,00	91.442,23
TOTAL		**582.245,74**	**0,00**	**582.245,74**

% de Aplicação **68,33**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	15.160,05	0,00	15.160,05
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.316,72	0,00	6.316,72
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.790,02	0,00	3.790,02
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	2.806,76	0,00	2.806,76
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.169,49	0,00	1.169,49
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	701,69	0,00	701,69
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	337,31	0,00	337,31
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	140,55	0,00	140,55
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	84,33	0,00	84,33

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.028,10	0,00	3.028,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.261,76	0,00	1.261,76
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	757,05	0,00	757,05
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.289,05	0,00	2.289,05
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	953,80	0,00	953,80
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	572,28	0,00	572,28
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	2.937,65	0,00	2.937,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	1.224,02	0,00	1.224,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	734,41	0,00	734,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	39.552,06	0,00	39.552,06
11180231020000	ISS - Principal - MDE	16.480,13	0,00	16.480,13
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	9.888,06	0,00	9.888,06
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	347,52	0,00	347,52
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	144,92	0,00	144,92
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	86,87	0,00	86,87
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	566,59	0,00	566,59
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	236,11	0,00	236,11
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	141,65	0,00	141,65
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	525,71	0,00	525,71
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	219,10	0,00	219,10
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	131,41	0,00	131,41
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.173.818,92	0,00	1.173.818,92
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	97.818,31	0,00	97.818,31
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	293.454,73	0,00	293.454,73
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	391.272,93	0,00	391.272,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	374,83	0,00	374,83
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	31,27	0,00	31,27
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	93,72	0,00	93,72
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	124,93	0,00	124,93
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	519.354,12	0,00	519.354,12
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	46.309,19	0,00	46.309,19
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	132.070,74	0,00	132.070,74
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	182.737,57	0,00	182.737,57
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	98.806,49	0,00	98.806,49
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	8.233,92	0,00	8.233,92
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	24.701,69	0,00	24.701,69
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	32.935,58	0,00	32.935,58
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	7.463,99	0,00	7.463,99
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	622,01	0,00	622,01
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.866,00	0,00	1.866,00
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.488,00	0,00	2.488,00
SUBTOTAL I		**3.127.164,11**	**0,00**	**3.127.164,11**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **469.074,62**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	16.887,77	0,00	16.887,77

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	452.186,88	0,00	452.186,88
TOTAL II		**469.074,65**	**0,00**	**469.074,65**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	406.112,01	0,00	406.112,01
SUBTOTAL I		**406.112,01**	**0,00**	**406.112,01**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		103,36	0,00	103,36
SUBTOTAL III		**103,36**	**0,00**	**103,36**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**12,98**		**406.008,65**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 15,02%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 12 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 32,116%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 38,413%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 23 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 24.567,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 258 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.500,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 402 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BDP_32 - Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 24.567,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 258 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.500,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 284 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	0,00
3º Bimestre	4.300.957,97	0,00
4º Bimestre	4.300.957,97	0,00
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**4.493.512,60**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 29
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
2º Bimestre	197.166,66	0,00
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**231.545,20**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	0,00
3º Bimestre	712.166,56	0,00
4º Bimestre	712.166,56	0,00
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	0,00
3º Bimestre	-464.458,85	0,00
4º Bimestre	-464.458,85	0,00
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-609.559,00**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**4.115.498,80**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 30
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 14
Peça 3413818
DOCUMENTO PÚBLICO

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: PREFEITO
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 26 de Março de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/03/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E838.C399.2761.6EBA.C76F.

Página 32
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPALCI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 33
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	190.799,97
Contribuições	350.000,00	164.732,65
Receita Patrimonial	859.160,46	4.602,04
Receita de Serviços	141.690,00	35.080,85
Transferências Correntes	22.937.587,94	6.413.789,48
Outras Receitas Correntes	150.820,00	198.514,26
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**7.007.519,25**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	222.490,00
Outras Receitas Correntes	268.000,00	238.147,17
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**460.637,17**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	5,26
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**5,26**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-872.337,88**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**6.595.823,80**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.240.685,37
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	344.900,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.133.229,85**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.802.952,99
Liquidado	4.288.054,88
Pago	3.384.043,96

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 34
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

SALDO A LIQUIDAR	**2.514.898,11**
SALDO A PAGAR	**904.010,92**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	861.955,85
Pago	861.955,85
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**20.459,55**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	886.785,37
Excesso de Arrecadação	9.000,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	344.900,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	344.900,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	33.137.602,11D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	23.625.974,01D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	934.462,19C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.522.261,51C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.743.017,18D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	396.039,08D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	978.291,20D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	338,89D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.174.989,11D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	44.685,50D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	9.555,53D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	205.561,84C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	619.866,45C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	2.876,49C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.611,59C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	6.420.417,73C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	197.389,38C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	63.411.182,84D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	63.411.182,84C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 35
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	10.182.243,12D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	43.212.494,20D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.810.647,65D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	73.842,26D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	10.182.243,12C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	43.212.494,20C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.810.647,65C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	73.842,26C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	739,85D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	5.186.108,07D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	316.484,21D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.503.332,13D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	26.743.967,57D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**26.745.941,91D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**32.249.274,04D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 36
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

incrição por determinação do TCE

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	12.471.219,94	10.272.591,61
Demais Contas	204.590.640,20	206.789.268,53
Totais	217.061.860,14	217.061.860,14
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		45.999

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 37
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 6
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	30.437,89	0,00	30.437,89
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	12.682,54	0,00	12.682,54
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	7.609,50	0,00	7.609,50
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	5.613,52	0,00	5.613,52
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.338,98	0,00	2.338,98
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.403,38	0,00	1.403,38
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	3.335,12	0,00	3.335,12
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.389,64	0,00	1.389,64
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	833,79	0,00	833,79
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.364,64	0,00	4.364,64
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.818,68	0,00	1.818,68
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.091,18	0,00	1.091,18
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.705,72	0,00	3.705,72
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.544,11	0,00	1.544,11
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	926,47	0,00	926,47
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	6.789,65	0,00	6.789,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	2.829,02	0,00	2.829,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	1.697,41	0,00	1.697,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	50.356,30	0,00	50.356,30
11180231020000	ISS - Principal - MDE	20.981,92	0,00	20.981,92
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	12.589,12	0,00	12.589,12
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	379,49	0,00	379,49
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	158,26	0,00	158,26
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	94,87	0,00	94,87
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	835,25	0,00	835,25
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	348,05	0,00	348,05
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	208,82	0,00	208,82
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	784,35	0,00	784,35
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	326,86	0,00	326,86
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	196,09	0,00	196,09
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.620.115,04	0,00	1.620.115,04
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	135.009,68	0,00	135.009,68
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	405.028,76	0,00	405.028,76
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	540.038,28	0,00	540.038,28

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 38
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	382,49	0,00	382,49
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	31,92	0,00	31,92
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	95,64	0,00	95,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	127,48	0,00	127,48
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	796.430,64	0,00	796.430,64
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	71.050,50	0,00	71.050,50
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	201.339,87	0,00	201.339,87
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	273.444,80	0,00	273.444,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	165.229,64	0,00	165.229,64
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.769,19	0,00	13.769,19
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.307,51	0,00	41.307,51
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	55.076,69	0,00	55.076,69
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	10.951,89	0,00	10.951,89
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	912,67	0,00	912,67
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.737,97	0,00	2.737,97
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.650,64	0,00	3.650,64
SUBTOTAL		**4.514.401,92**	**0,00**	**4.514.401,92**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.128.600,48**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	44.418,06	0,00	44.418,06
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	220.773,96	0,00	220.773,96
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	872.337,89	0,00	872.337,89
TOTAL II		**1.137.529,91**	**0,00**	**1.137.529,91**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	138.894,62	0,00	138.894,62
31	Ensino Fundamental	802.941,26	0,00	802.941,26
31	Educação Infantil	150.678,23	0,00	150.678,23
SUBTOTAL I		**1.092.514,11**	**0,00**	**1.092.514,11**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		428.696,15	0,00	428.696,15
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		75,35	0,00	75,35
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**14,70**		**663.742,61**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 39
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.620.115,04	0,00	1.620.115,04
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	135.009,68	0,00	135.009,68
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	405.028,76	0,00	405.028,76
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	540.038,28	0,00	540.038,28
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	382,49	0,00	382,49
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	31,92	0,00	31,92
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	95,64	0,00	95,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	127,48	0,00	127,48
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	796.430,64	0,00	796.430,64
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	71.050,50	0,00	71.050,50
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	201.339,87	0,00	201.339,87
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	273.444,80	0,00	273.444,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	165.229,64	0,00	165.229,64
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.769,19	0,00	13.769,19
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.307,51	0,00	41.307,51
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	55.076,69	0,00	55.076,69
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	10.951,89	0,00	10.951,89
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	912,67	0,00	912,67
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.737,97	0,00	2.737,97
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.650,64	0,00	3.650,64
SUBTOTAL		**4.336.731,30**	**0,00**	**4.336.731,30**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**867.346,26**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	872.337,89	0,00	872.337,89
TOTAL II		**872.337,89**	**0,00**	**872.337,89**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	802.941,26	0,00	802.941,26
31	Educação Infantil	150.678,23	0,00	150.678,23
SUBTOTAL I		**953.619,49**	**0,00**	**953.619,49**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		428.696,15	0,00	428.696,15
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		59,25	0,00	59,25
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**12,10**		**524.864,09**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	59,25	0,00	59,25
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	1.301.034,03	0,00	1.301.034,03
Total		**1.301.093,28**	**0,00**	**1.301.093,28**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**780.655,97**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	787.169,84	0,00	787.169,84
31	Educação Infantil	146.986,29	0,00	146.986,29
TOTAL		**934.156,13**	**0,00**	**934.156,13**
% de Aplicação				**71,80**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	30.437,89	0,00	30.437,89
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	12.682,54	0,00	12.682,54
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	7.609,50	0,00	7.609,50
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	5.613,52	0,00	5.613,52
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.338,98	0,00	2.338,98
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.403,38	0,00	1.403,38
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo -	3.335,12	0,00	3.335,12

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PRÓPRIO			
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.389,64	0,00	1.389,64
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	833,79	0,00	833,79
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.364,64	0,00	4.364,64
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	1.818,68	0,00	1.818,68
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.091,18	0,00	1.091,18
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.705,72	0,00	3.705,72
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.544,11	0,00	1.544,11
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	926,47	0,00	926,47
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	6.789,65	0,00	6.789,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	2.829,02	0,00	2.829,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	1.697,41	0,00	1.697,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	50.356,30	0,00	50.356,30
11180231020000	ISS - Principal - MDE	20.981,92	0,00	20.981,92
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	12.589,12	0,00	12.589,12
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	379,49	0,00	379,49
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	158,26	0,00	158,26
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	94,87	0,00	94,87
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	835,25	0,00	835,25
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	348,05	0,00	348,05
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	208,82	0,00	208,82
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	784,35	0,00	784,35
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	326,86	0,00	326,86
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	196,09	0,00	196,09
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.620.115,04	0,00	1.620.115,04
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	135.009,68	0,00	135.009,68
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	405.028,76	0,00	405.028,76
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	540.038,28	0,00	540.038,28
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	382,49	0,00	382,49
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	31,92	0,00	31,92
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	95,64	0,00	95,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	127,48	0,00	127,48
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	796.430,64	0,00	796.430,64
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	71.050,50	0,00	71.050,50
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	201.339,87	0,00	201.339,87
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	273.444,80	0,00	273.444,80
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	165.229,64	0,00	165.229,64
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.769,19	0,00	13.769,19
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.307,51	0,00	41.307,51
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	55.076,69	0,00	55.076,69
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	10.951,89	0,00	10.951,89
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	912,67	0,00	912,67
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.737,97	0,00	2.737,97
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.650,64	0,00	3.650,64
SUBTOTAL I		**4.514.401,92**	**0,00**	**4.514.401,92**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **677.160,29**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 42
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	26.650,63	0,00	26.650,63
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	650.509,75	0,00	650.509,75
TOTAL II		**677.160,38**	**0,00**	**677.160,38**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	647.803,96	0,00	647.803,96
SUBTOTAL I		**647.803,96**	**0,00**	**647.803,96**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		103,36	0,00	103,36
SUBTOTAL III		**103,36**	**0,00**	**103,36**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**14,35**		**647.700,60**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,456%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 13 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 34,875%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 36,207%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	95,833% dos 24 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 67.561,08
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 275 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 45.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 286 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 405 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BDP_32 - Linha: 256 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 67.561,08

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 275 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 45.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 286 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	2.514.006,65
3º Bimestre	4.300.957,97	0,00
4º Bimestre	4.300.957,97	0,00
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 44
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
TOTAL	**25.805.753,40**	**7.007.519,25**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	229.091,97
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**460.637,17**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	5,26
3º Bimestre	712.166,56	0,00
4º Bimestre	712.166,56	0,00
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**5,26**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-262.778,88
3º Bimestre	-464.458,85	0,00
4º Bimestre	-464.458,85	0,00
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-872.337,88**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**6.595.823,80**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 45
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 14
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: PREFEITO
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 46
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 3468867
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 26 de Abril de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/04/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E183.2454.C1D2.C235.2EBA.

Página 47
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPALCI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	315.269,50
Contribuições	350.000,00	324.560,48
Receita Patrimonial	859.160,46	143.953,64
Receita de Serviços	141.690,00	55.990,45
Transferências Correntes	22.937.587,94	8.508.523,59
Outras Receitas Correntes	150.820,00	211.079,12
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**9.559.376,78**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	442.598,40
Outras Receitas Correntes	268.000,00	472.674,65
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**915.273,05**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	70.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	5,26
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**70.005,26**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-1.165.657,91**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**9.378.997,18**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.315.485,37
Créditos Especiais	192.000,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	396.900,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.348.029,85**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 49
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	8.934.351,15
Liquidado	6.374.278,50
Pago	6.245.939,79
SALDO A LIQUIDAR	**2.560.072,65**
SALDO A PAGAR	**128.338,71**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	861.955,85
Pago	861.955,85
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**20.459,55**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	928.670,37
Excesso de Arrecadação	181.915,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	396.900,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	396.900,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	32.986.836,47D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	23.824.557,81D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	190.496,70C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.522.261,51C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.010.626,15D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	522.098,07D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.440.411,40D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	829,02D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.572.674,41D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	63.983,44D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	13.649,73D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	343.441,06C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.231.692,58C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	2.876,49C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	142.109,07C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	8.596.002,76C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	201.740,90C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 50
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	65.757.381,00D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	65.757.381,00C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	10.593.044,16D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	48.711.868,49D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.818.001,68D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	79.811,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	10.593.044,16C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	48.711.868,49C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.818.001,68C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	79.811,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	251,77D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	4.730.404,71D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	122.387,37D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**4.853.043,85D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	27.248.448,57D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**27.250.422,91D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**32.103.466,76D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS: TITULO EXEC Nº 062/2002 Espólio de Gustavo Schwalm TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	17.482.628,95	15.429.807,90
Demais Contas	245.209.967,75	247.262.788,80
Totais	262.692.596,70	262.692.596,70
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		67.276

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	63.859,14	0,00	63.859,14
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	26.608,16	0,00	26.608,16
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	15.964,80	0,00	15.964,80
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11.325,12	0,00	11.325,12
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.718,82	0,00	4.718,82
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.831,28	0,00	2.831,28
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	3.546,50	0,00	3.546,50
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.477,72	0,00	1.477,72
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	886,64	0,00	886,64
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	5.691,96	0,00	5.691,96
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.371,76	0,00	2.371,76
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.423,03	0,00	1.423,03
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	4.920,23	0,00	4.920,23
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.050,14	0,00	2.050,14
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.230,09	0,00	1.230,09
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.469,65	0,00	14.469,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	6.029,02	0,00	6.029,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	3.617,41	0,00	3.617,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	71.157,70	0,00	71.157,70
11180231020000	ISS - Principal - MDE	29.649,24	0,00	29.649,24
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	17.789,44	0,00	17.789,44
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	465,36	0,00	465,36
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	194,08	0,00	194,08
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	116,35	0,00	116,35
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.339,45	0,00	1.339,45
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	558,14	0,00	558,14
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	334,87	0,00	334,87
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.083,94	0,00	1.083,94
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	451,71	0,00	451,71
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	270,98	0,00	270,98

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 53
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.086.683,83	0,00	2.086.683,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	173.890,43	0,00	173.890,43
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	521.670,95	0,00	521.670,95
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	695.561,18	0,00	695.561,18
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	511,07	0,00	511,07
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	42,64	0,00	42,64
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	127,79	0,00	127,79
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	170,34	0,00	170,34
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.096.356,76	0,00	1.096.356,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	97.620,38	0,00	97.620,38
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	276.321,39	0,00	276.321,39
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	371.844,11	0,00	371.844,11
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	279.341,83	0,00	279.341,83
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	23.278,53	0,00	23.278,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	69.835,52	0,00	69.835,52
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	93.114,15	0,00	93.114,15
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	14.904,41	0,00	14.904,41
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.242,05	0,00	1.242,05
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.726,10	0,00	3.726,10
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.968,15	0,00	4.968,15
SUBTOTAL		**6.107.644,34**	**0,00**	**6.107.644,34**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.526.911,09**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	74.108,79	0,00	74.108,79
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	296.074,03	0,00	296.074,03
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.165.657,93	0,00	1.165.657,93
TOTAL II		**1.535.840,75**	**0,00**	**1.535.840,75**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	194.918,97	0,00	194.918,97
31	Ensino Fundamental	1.131.710,51	0,00	1.131.710,51
31	Educação Infantil	217.634,64	0,00	217.634,64
SUBTOTAL I		**1.544.264,12**	**0,00**	**1.544.264,12**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		592.191,47	0,00	592.191,47
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		645,06	0,00	645,06
SUBTOTAL III		**-592.836,53**	**0,00**	**-592.836,53**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**15,58**	**951.427,59**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 54
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.086.683,83	0,00	2.086.683,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	173.890,43	0,00	173.890,43
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	521.670,95	0,00	521.670,95
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	695.561,18	0,00	695.561,18
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	511,07	0,00	511,07
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	42,64	0,00	42,64
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	127,79	0,00	127,79
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	170,34	0,00	170,34
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.096.356,76	0,00	1.096.356,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	97.620,38	0,00	97.620,38
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	276.321,39	0,00	276.321,39
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	371.844,11	0,00	371.844,11
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	279.341,83	0,00	279.341,83
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	23.278,53	0,00	23.278,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	69.835,52	0,00	69.835,52
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	93.114,15	0,00	93.114,15
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	14.904,41	0,00	14.904,41
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.242,05	0,00	1.242,05
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.726,10	0,00	3.726,10
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.968,15	0,00	4.968,15
SUBTOTAL		**5.811.211,61**	**0,00**	**5.811.211,61**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.162.242,32**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.165.657,93	0,00	1.165.657,93
TOTAL II		**1.165.657,93**	**0,00**	**1.165.657,93**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.131.710,51	0,00	1.131.710,51
31	Educação Infantil	217.634,64	0,00	217.634,64
SUBTOTAL I		**1.349.345,15**	**0,00**	**1.349.345,15**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	592.191,47	0,00	592.191,47
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	481,59	0,00	481,59
SUBTOTAL III	**-592.673,06**	**0,00**	**-592.673,06**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**13,02**	**756.672,09**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	481,59	0,00	481,59
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	1.757.849,38	0,00	1.757.849,38
Total		**1.758.330,97**	**0,00**	**1.758.330,97**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.230.831,68**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.104.589,69	0,00	1.104.589,69
31	Educação Infantil	212.096,73	0,00	212.096,73
SUBTOTAL I		**1.316.686,42**	**0,00**	**1.316.686,42**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**1.316.686,42**	**0,00**	**1.316.686,42**
% de Aplicação				**74,88**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	63.859,14	0,00	63.859,14
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	26.608,16	0,00	26.608,16
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	15.964,80	0,00	15.964,80
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11.325,12	0,00	11.325,12
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.718,82	0,00	4.718,82
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.831,28	0,00	2.831,28
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	3.546,50	0,00	3.546,50
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.477,72	0,00	1.477,72
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	886,64	0,00	886,64
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	5.691,96	0,00	5.691,96
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.371,76	0,00	2.371,76
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.423,03	0,00	1.423,03
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	4.920,23	0,00	4.920,23
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.050,14	0,00	2.050,14
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.230,09	0,00	1.230,09
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.469,65	0,00	14.469,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	6.029,02	0,00	6.029,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	3.617,41	0,00	3.617,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	71.157,70	0,00	71.157,70
11180231020000	ISS - Principal - MDE	29.649,24	0,00	29.649,24
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	17.789,44	0,00	17.789,44
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	465,36	0,00	465,36
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	194,08	0,00	194,08
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	116,35	0,00	116,35
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.339,45	0,00	1.339,45
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	558,14	0,00	558,14
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	334,87	0,00	334,87
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.083,94	0,00	1.083,94
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	451,71	0,00	451,71
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	270,98	0,00	270,98
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.086.683,83	0,00	2.086.683,83
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	173.890,43	0,00	173.890,43
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	521.670,95	0,00	521.670,95
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	695.561,18	0,00	695.561,18
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	511,07	0,00	511,07
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	42,64	0,00	42,64
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	127,79	0,00	127,79
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	170,34	0,00	170,34
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.096.356,76	0,00	1.096.356,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	97.620,38	0,00	97.620,38
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	276.321,39	0,00	276.321,39

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 57
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	371.844,11	0,00	371.844,11
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	279.341,83	0,00	279.341,83
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	23.278,53	0,00	23.278,53
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	69.835,52	0,00	69.835,52
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	93.114,15	0,00	93.114,15
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	14.904,41	0,00	14.904,41
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.242,05	0,00	1.242,05
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.726,10	0,00	3.726,10
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.968,15	0,00	4.968,15
SUBTOTAL I		**6.107.644,34**	**0,00**	**6.107.644,34**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **916.146,65**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	44.464,89	0,00	44.464,89
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	871.681,75	0,00	871.681,75
TOTAL II		**916.146,64**	**0,00**	**916.146,64**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	919.583,30	0,00	919.583,30
SUBTOTAL I		**919.583,30**	**0,00**	**919.583,30**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		103,36	0,00	103,36
SUBTOTAL III		**103,36**	**0,00**	**103,36**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**15,05**	**919.479,94**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 20,996%

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 16 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 35,008%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 32,129%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,00% dos 25 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 73.780,68
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 70.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 289 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 294 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 313 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 16.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 409 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BDP_32 - Linha: 259 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 73.780,68

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 70.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 289 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 294 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 313 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 16.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 59
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Bimestre	Mural	26/05/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	26/05/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	26/05/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2021	25/05/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	0,00
4º Bimestre	4.300.957,97	0,00
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**9.559.376,78**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	683.727,85
3º Bimestre	197.166,66	0,00
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**915.273,05**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 60
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 14
Peça 3537730
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
4º Bimestre	712.166,56	0,00
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**70.005,26**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	0,00
4º Bimestre	-464.458,85	0,00
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-1.165.657,91**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**9.378.997,18**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 26 de Maio de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/05/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5A0.4666.F4FE.0205.7520.

Página 63
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/05/2021 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPALCI CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 64
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	423.418,59
Contribuições	350.000,00	337.612,11
Receita Patrimonial	859.160,46	620.777,00
Receita de Serviços	141.690,00	76.428,36
Transferências Correntes	22.937.587,94	10.968.927,08
Outras Receitas Correntes	150.820,00	217.062,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**12.644.225,36**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	444.206,47
Outras Receitas Correntes	268.000,00	475.466,26
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**919.672,73**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	89.028,00
Outras Receitas de Capital	0,00	64,04
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**89.092,04**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-1.505.821,31**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**12.147.168,82**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.530.489,71
Créditos Especiais	192.000,00
Créditos Extraordinários	290.000,00
Redução de Dotações	499.704,34
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**28.750.229,85**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 65
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	10.706.522,66
Liquidado	7.975.729,42
Pago	7.849.224,85
SALDO A LIQUIDAR	**2.730.793,24**
SALDO A PAGAR	**126.504,57**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	861.955,85
Pago	861.955,85
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**20.459,55**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	290.000,00
Superávit Financeiro	1.040.870,37
Excesso de Arrecadação	181.915,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	499.704,34
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	499.704,34

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	34.108.583,60D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	23.866.217,97D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	281.780,41C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.522.205,65C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.831.040,43D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	646.004,13D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.049.259,87D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.272,04D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.992.288,02D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	85.847,49D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.835,98D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	463.061,13C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.246.506,32C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	7.467,93C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	614.934,41C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	11.053.300,03C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	204.048,22C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	67.931.752,51D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	67.931.752,51C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	11.050.221,94D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	54.716.796,77D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.826.139,51D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	77.211,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	11.050.221,94C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	54.716.796,77C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.826.139,51C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	77.211,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	402,27D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	5.513.589,10D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	123.517,35D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.637.508,72D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	19.785,50D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	27.607.400,36D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**27.627.185,86D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**33.264.694,58D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 67
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002 Espólio de Gustavo Schwalm	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	23.246.335,09	20.032.286,22
Demais Contas	281.071.178,63	284.285.227,50
Totais	304.317.513,72	304.317.513,72
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		86.686

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	81.560,76	0,00	81.560,76
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	33.983,88	0,00	33.983,88
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	20.390,20	0,00	20.390,20
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11.325,12	0,00	11.325,12
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.718,82	0,00	4.718,82
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.831,28	0,00	2.831,28
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	4.026,46	0,00	4.026,46
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.677,71	0,00	1.677,71
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.006,64	0,00	1.006,64
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	7.457,96	0,00	7.457,96
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.107,60	0,00	3.107,60
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.864,52	0,00	1.864,52
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	6.496,13	0,00	6.496,13
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.706,82	0,00	2.706,82
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.624,08	0,00	1.624,08
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.269,65	0,00	19.269,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	8.029,02	0,00	8.029,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	4.817,41	0,00	4.817,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	105.274,43	0,00	105.274,43
11180231020000	ISS - Principal - MDE	43.864,64	0,00	43.864,64
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	26.318,64	0,00	26.318,64
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	768,77	0,00	768,77
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	320,57	0,00	320,57
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	192,23	0,00	192,23
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.639,68	0,00	1.639,68
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	683,26	0,00	683,26
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	409,94	0,00	409,94
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.371,93	0,00	1.371,93
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	571,73	0,00	571,73
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	342,97	0,00	342,97

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 69
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.647.435,24	0,00	2.647.435,24
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.619,75	0,00	220.619,75
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	661.858,82	0,00	661.858,82
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	882.478,30	0,00	882.478,30
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	619,71	0,00	619,71
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51,70	0,00	51,70
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154,95	0,00	154,95
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206,54	0,00	206,54
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.447.993,69	0,00	1.447.993,69
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	128.023,95	0,00	128.023,95
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	364.230,62	0,00	364.230,62
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	487.955,92	0,00	487.955,92
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	301.196,89	0,00	301.196,89
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.099,78	0,00	25.099,78
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	75.299,30	0,00	75.299,30
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	100.399,23	0,00	100.399,23
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	18.334,48	0,00	18.334,48
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.527,89	0,00	1.527,89
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.583,61	0,00	4.583,61
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.111,51	0,00	6.111,51
SUBTOTAL		**7.772.834,73**	**0,00**	**7.772.834,73**
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				**1.943.208,68**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	99.664,05	0,00	99.664,05
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	375.323,07	0,00	375.323,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.477.151,50	0,00	1.477.151,50
TOTAL II		**1.952.138,62**	**0,00**	**1.952.138,62**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	276.903,18	0,00	276.903,18
31	Ensino Fundamental	1.387.104,94	0,00	1.387.104,94
31	Educação Infantil	268.161,99	0,00	268.161,99
SUBTOTAL I		**1.932.170,11**	**0,00**	**1.932.170,11**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		670.417,55	0,00	670.417,55
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		892,48	0,00	892,48
SUBTOTAL III		**-671.310,03**	**0,00**	**-671.310,03**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**16,22**		**1.260.860,08**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 70
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.647.435,24	0,00	2.647.435,24
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.619,75	0,00	220.619,75
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	661.858,82	0,00	661.858,82
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	882.478,30	0,00	882.478,30
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	619,71	0,00	619,71
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51,70	0,00	51,70
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154,95	0,00	154,95
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206,54	0,00	206,54
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.447.993,69	0,00	1.447.993,69
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	128.023,95	0,00	128.023,95
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	364.230,62	0,00	364.230,62
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	487.955,92	0,00	487.955,92
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	301.196,89	0,00	301.196,89
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.099,78	0,00	25.099,78
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	75.299,30	0,00	75.299,30
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	100.399,23	0,00	100.399,23
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	18.334,48	0,00	18.334,48
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.527,89	0,00	1.527,89
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.583,61	0,00	4.583,61
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.111,51	0,00	6.111,51
SUBTOTAL		**7.374.181,88**	**0,00**	**7.374.181,88**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.474.836,38**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.477.151,50	0,00	1.477.151,50
TOTAL II		**1.477.151,50**	**0,00**	**1.477.151,50**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.387.104,94	0,00	1.387.104,94
31	Educação Infantil	268.161,99	0,00	268.161,99
SUBTOTAL I		**1.655.266,93**	**0,00**	**1.655.266,93**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 71
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 9
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	670.417,55	0,00	670.417,55
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	481,59	0,00	481,59
SUBTOTAL III	**-670.899,14**	**0,00**	**-670.899,14**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**13,35**	**984.367,79**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	481,59	0,00	481,59
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	2.176.016,60	0,00	2.176.016,60
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**2.148.050,62**	**0,00**	**2.148.050,62**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	**1.503.635,43**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.357.177,16	0,00	1.357.177,16
31	Educação Infantil	260.778,11	0,00	260.778,11
SUBTOTAL I		**1.617.955,27**	**0,00**	**1.617.955,27**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**1.617.955,27**	**0,00**	**1.617.955,27**

% de Aplicação	**75,32**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%	**72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 72
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 10
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	81.560,76	0,00	81.560,76
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	33.983,88	0,00	33.983,88
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	20.390,20	0,00	20.390,20
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11.325,12	0,00	11.325,12
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.718,82	0,00	4.718,82
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.831,28	0,00	2.831,28
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	4.026,46	0,00	4.026,46
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.677,71	0,00	1.677,71
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.006,64	0,00	1.006,64
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	7.457,96	0,00	7.457,96
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.107,60	0,00	3.107,60
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.864,52	0,00	1.864,52
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	6.496,13	0,00	6.496,13
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.706,82	0,00	2.706,82
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.624,08	0,00	1.624,08
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.269,65	0,00	19.269,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	8.029,02	0,00	8.029,02
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	4.817,41	0,00	4.817,41
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	105.274,43	0,00	105.274,43
11180231020000	ISS - Principal - MDE	43.864,64	0,00	43.864,64
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	26.318,64	0,00	26.318,64
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	768,77	0,00	768,77
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	320,57	0,00	320,57
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	192,23	0,00	192,23
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.639,68	0,00	1.639,68
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	683,26	0,00	683,26
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	409,94	0,00	409,94
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.371,93	0,00	1.371,93
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	571,73	0,00	571,73
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	342,97	0,00	342,97
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.647.435,24	0,00	2.647.435,24
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.619,75	0,00	220.619,75
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	661.858,82	0,00	661.858,82
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	882.478,30	0,00	882.478,30
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	619,71	0,00	619,71
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51,70	0,00	51,70
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154,95	0,00	154,95
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206,54	0,00	206,54
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.447.993,69	0,00	1.447.993,69
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	128.023,95	0,00	128.023,95
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	364.230,62	0,00	364.230,62

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 73
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	487.955,92	0,00	487.955,92
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	301.196,89	0,00	301.196,89
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.099,78	0,00	25.099,78
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	75.299,30	0,00	75.299,30
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	100.399,23	0,00	100.399,23
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	18.334,48	0,00	18.334,48
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.527,89	0,00	1.527,89
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.583,61	0,00	4.583,61
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.111,51	0,00	6.111,51
SUBTOTAL I		**7.772.834,73**	**0,00**	**7.772.834,73**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.165.925,21**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	59.797,91	0,00	59.797,91
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.106.127,30	0,00	1.106.127,30
TOTAL II		**1.165.925,21**	**0,00**	**1.165.925,21**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.012.306,11	0,00	1.012.306,11
SUBTOTAL I		**1.012.306,11**	**0,00**	**1.012.306,11**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		103,36	0,00	103,36
SUBTOTAL III		**103,36**	**0,00**	**103,36**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**13,02**	**1.012.202,75**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 20,448%

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 20 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 37,19%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 30,674%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,667% dos 30 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 267 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 74.023,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 287 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 70.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 19.363,39
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 300 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 304 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 323 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 16.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 419 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 267 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 74.023,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 75
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 287 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 70.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 19.363,39

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 300 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 304 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 323 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 16.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/07/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/07/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 77
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros) **0,00**

Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções) **0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 79
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 17
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	**META**	**REALIZADA**
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	3.084.848,58
4º Bimestre	4.300.957,97	0,00
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**12.644.225,36**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**META**	**REALIZADA**
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	5.399,68
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**919.672,73**

RECEITAS DE CAPITAL	**META**	**REALIZADA**
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	19.086,78
4º Bimestre	712.166,56	0,00
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**89.092,04**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**META**	**REALIZADA**
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	**META**	**REALIZADA**
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-340.163,40
4º Bimestre	-464.458,85	0,00
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-1.505.821,31**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**12.147.168,82**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 29 de Junho de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 29/06/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 29/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DE8C.3811.0341.4990.3DB7.

Página 82
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 20
Peça 3603541
DOCUMENTO PÚBLICO

Processo 01373-0200/21-5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2021
PM DE SERTÃO SANTANA
1º Semestre

32102013135072100

21.0.0.8
29/07/2021
13:50:07
Pág.: 1/4

Página da peça 1

Peça 3675320

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA
CNPJ: 94068236000103
ORGÃO Nº: 81600
Cód. Barras do RVE Vinculado: 32101013135072100

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	23.557.847,34
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	23.557.847,34
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	23.557.847,34

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**12.244.544,19**	**51,98%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2D35.3235.7F7B.C3B3.48D4.

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 51,98 % está situado ***no intervalo de 51,31%***, a 54,00% sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF (51,30%, percentual este equivalente a 95,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no parágrafo único do art. 22 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF), e coloca o Poder Executivo/Indiretas Municipais, conforme determinado no citado parágrafo único do art. 22 da LRF, ao ***ao alcance das seguintes VEDAÇÕES***

Lei de Responsabilidade Fiscal, Incisos I a V do Parágrafo Único do Art. 22:

Art. 22 - [...]

Parágrafo Único - [...]

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2D35.3235.7F7B.C3B3.48D4.

DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2D35.3235.7F7B.C3B3.48D4.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SERTÃO SANTANA

1º Semestre

32102013135072100

SERTÃO SANTANA, 29 de Julho de 2021 .

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Responsável pela Administração Financeira

_____

VINICIUS FRAZZON BOER

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2D35.3235.7F7B.C3B3.48D4.

Página 87
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 30/06/2021 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 88
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	729.653,24
Contribuições	350.000,00	416.039,92
Receita Patrimonial	859.160,46	686.597,00
Receita de Serviços	141.690,00	91.997,36
Transferências Correntes	22.937.587,94	12.909.333,22
Outras Receitas Correntes	150.820,00	220.484,16
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**15.054.104,90**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	552.400,70
Outras Receitas Correntes	268.000,00	591.274,25
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.143.674,95**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	137.778,00
Outras Receitas de Capital	0,00	345,11
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**138.123,11**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-1.890.217,67**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**14.445.685,29**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.741.989,71
Créditos Especiais	451.827,60
Créditos Extraordinários	460.000,00
Redução de Dotações	576.531,94
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.314.729,85**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 89
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	12.899.899,59
Liquidado	10.313.482,73
Pago	9.224.307,83
SALDO A LIQUIDAR	**2.586.416,86**
SALDO A PAGAR	**1.089.174,90**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	874.724,44
Pago	861.955,85
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**7.690,96**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**12.768,59**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	460.000,00
Superávit Financeiro	1.050.870,37
Excesso de Arrecadação	566.415,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	576.531,94
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	576.531,94

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	35.170.215,50D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	24.000.047,09D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	1.157.247,25C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.522.205,65C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	5.956.917,62D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	768.467,26D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.649.780,13D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.355,32D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.364.778,92D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	107.779,09D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.835,98D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	679.864,40C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.546.298,77C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	12.706,56C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	632.335,40C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	13.052.531,28C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	228.942,17C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	70.689.629,44D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	70.689.629,44C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	11.644.635,11D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	59.536.714,33D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.838.536,33D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	74.811,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	11.644.635,11C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	59.536.714,33C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.838.536,33C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	74.811,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	1.609,06D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	6.028.802,56D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	123.665,28D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**6.154.076,90D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	9.117,87D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	27.885.674,35D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**27.894.792,22D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**34.048.869,12D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 91
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79

TOTAL CONTAS DE RECEITA	29.540.000,00	29.010.700,09

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002 Espólio de Gustavo Schwalm	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 92
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 6
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	28.156.708,72	24.158.485,31
Demais Contas	317.041.316,77	321.039.540,18
Totais	345.198.025,49	345.198.025,49
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		103.833

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	81.560,76	0,00	81.560,76
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	33.983,88	0,00	33.983,88
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	20.390,20	0,00	20.390,20
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	14.229,96	0,00	14.229,96
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	5.929,17	0,00	5.929,17
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	3.557,49	0,00	3.557,49
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	4.203,26	0,00	4.203,26
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.751,38	0,00	1.751,38
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.050,84	0,00	1.050,84
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	124.569,76	0,00	124.569,76
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	51.904,10	0,00	51.904,10
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	31.142,47	0,00	31.142,47
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	4,38	0,00	4,38
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	1,83	0,00	1,83
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1,10	0,00	1,10
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	10.828,09	0,00	10.828,09
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	4.511,84	0,00	4.511,84
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.707,07	0,00	2.707,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	8.484,11	0,00	8.484,11
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.535,19	0,00	3.535,19
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.121,10	0,00	2.121,10
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	23.079,65	0,00	23.079,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	9.616,52	0,00	9.616,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	5.769,91	0,00	5.769,91
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	130.702,79	0,00	130.702,79
11180231020000	ISS - Principal - MDE	54.459,88	0,00	54.459,88
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	32.675,78	0,00	32.675,78
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	834,69	0,00	834,69
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	348,09	0,00	348,09
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	208,72	0,00	208,72

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 93
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	2.048,03	0,00	2.048,03
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	853,42	0,00	853,42
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	512,03	0,00	512,03
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.746,18	0,00	1.746,18
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	727,65	0,00	727,65
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	436,52	0,00	436,52
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.132.398,15	0,00	3.132.398,15
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	261.033,35	0,00	261.033,35
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	783.099,55	0,00	783.099,55
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.044.132,58	0,00	1.044.132,58
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	815,35	0,00	815,35
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	68,02	0,00	68,02
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	203,86	0,00	203,86
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	271,74	0,00	271,74
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.764.420,81	0,00	1.764.420,81
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	155.663,87	0,00	155.663,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	443.337,40	0,00	443.337,40
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	592.160,63	0,00	592.160,63
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	310.990,00	0,00	310.990,00
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.915,86	0,00	25.915,86
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	77.747,59	0,00	77.747,59
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.663,68	0,00	103.663,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	21.912,58	0,00	21.912,58
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.826,07	0,00	1.826,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.478,14	0,00	5.478,14
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.304,22	0,00	7.304,22
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-55.489,72	0,00	-55.489,72
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-23.120,74	0,00	-23.120,74
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-13.872,43	0,00	-13.872,43
SUBTOTAL		**9.310.448,40**	**0,00**	**9.310.448,40**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.327.612,10**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	167.622,95	0,00	167.622,95
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	444.507,17	0,00	444.507,17
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.747.532,85	0,00	1.747.532,85
TOTAL II		**2.359.662,97**	**0,00**	**2.359.662,97**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	344.423,33	0,00	344.423,33
31	Ensino Fundamental	1.797.765,66	0,00	1.797.765,66
31	Educação Infantil	347.552,66	0,00	347.552,66
SUBTOTAL I		**2.489.741,65**	**0,00**	**2.489.741,65**

Despesas Não Computáveis

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 94
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		792.508,62	0,00	792.508,62
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.392,47	0,00	1.392,47
SUBTOTAL III		**-793.901,09**	**0,00**	**-793.901,09**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**18,21**		**1.695.840,56**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.132.398,15	0,00	3.132.398,15
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	261.033,35	0,00	261.033,35
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	783.099,55	0,00	783.099,55
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.044.132,58	0,00	1.044.132,58
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	815,35	0,00	815,35
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	68,02	0,00	68,02
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	203,86	0,00	203,86
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	271,74	0,00	271,74
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.764.420,81	0,00	1.764.420,81
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	155.663,87	0,00	155.663,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	443.337,40	0,00	443.337,40
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	592.160,63	0,00	592.160,63
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	310.990,00	0,00	310.990,00
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.915,86	0,00	25.915,86
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	77.747,59	0,00	77.747,59
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.663,68	0,00	103.663,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	21.912,58	0,00	21.912,58
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.826,07	0,00	1.826,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.478,14	0,00	5.478,14
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.304,22	0,00	7.304,22
SUBTOTAL		**8.732.443,45**	**0,00**	**8.732.443,45**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**1.746.488,69**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.747.532,85	0,00	1.747.532,85
TOTAL II		**1.747.532,85**	**0,00**	**1.747.532,85**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.797.765,66	0,00	1.797.765,66
31	Educação Infantil	347.552,66	0,00	347.552,66
SUBTOTAL I		**2.145.318,32**	**0,00**	**2.145.318,32**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		792.508,62	0,00	792.508,62
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		481,59	0,00	481,59
SUBTOTAL III		**-792.990,21**	**0,00**	**-792.990,21**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**15,49**		**1.352.328,11**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	481,59	0,00	481,59
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	2.568.489,02	0,00	2.568.489,02
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**2.540.523,04**	**0,00**	**2.540.523,04**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**1.778.366,13**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	1.762.636,85	0,00	1.762.636,85
31	Educação Infantil	340.168,78	0,00	340.168,78
SUBTOTAL I		**2.102.805,63**	**0,00**	**2.102.805,63**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**2.102.805,63**	**0,00**	**2.102.805,63**
% de Aplicação				**82,77**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**72.590,77**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 96
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 10
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	81.560,76	0,00	81.560,76
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	33.983,88	0,00	33.983,88
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	20.390,20	0,00	20.390,20
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	14.229,96	0,00	14.229,96
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	5.929,17	0,00	5.929,17
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	3.557,49	0,00	3.557,49
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	4.203,26	0,00	4.203,26
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	1.751,38	0,00	1.751,38
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.050,84	0,00	1.050,84
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	124.569,76	0,00	124.569,76
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	51.904,10	0,00	51.904,10
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	31.142,47	0,00	31.142,47
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	4,38	0,00	4,38
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	1,83	0,00	1,83
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	1,10	0,00	1,10
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	10.828,09	0,00	10.828,09
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	4.511,84	0,00	4.511,84
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.707,07	0,00	2.707,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	8.484,11	0,00	8.484,11
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	3.535,19	0,00	3.535,19
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.121,10	0,00	2.121,10
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	23.079,65	0,00	23.079,65
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	9.616,52	0,00	9.616,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	5.769,91	0,00	5.769,91
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	130.702,79	0,00	130.702,79
11180231020000	ISS - Principal - MDE	54.459,88	0,00	54.459,88
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	32.675,78	0,00	32.675,78
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	834,69	0,00	834,69
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	348,09	0,00	348,09
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	208,72	0,00	208,72
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	2.048,03	0,00	2.048,03
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	853,42	0,00	853,42

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 97
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	512,03	0,00	512,03
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	1.746,18	0,00	1.746,18
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	727,65	0,00	727,65
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	436,52	0,00	436,52
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.132.398,15	0,00	3.132.398,15
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	261.033,35	0,00	261.033,35
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	783.099,55	0,00	783.099,55
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.044.132,58	0,00	1.044.132,58
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	815,35	0,00	815,35
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	68,02	0,00	68,02
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	203,86	0,00	203,86
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	271,74	0,00	271,74
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.764.420,81	0,00	1.764.420,81
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	155.663,87	0,00	155.663,87
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	443.337,40	0,00	443.337,40
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	592.160,63	0,00	592.160,63
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	310.990,00	0,00	310.990,00
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	25.915,86	0,00	25.915,86
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	77.747,59	0,00	77.747,59
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	103.663,68	0,00	103.663,68
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	21.912,58	0,00	21.912,58
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.826,07	0,00	1.826,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.478,14	0,00	5.478,14
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.304,22	0,00	7.304,22
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-55.489,72	0,00	-55.489,72
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-23.120,74	0,00	-23.120,74
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-13.872,43	0,00	-13.872,43
SUBTOTAL I		**9.310.448,40**	**0,00**	**9.310.448,40**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.396.567,26**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	100.573,23	0,00	100.573,23
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.309.866,54	0,00	1.309.866,54
TOTAL II		**1.410.439,77**	**0,00**	**1.410.439,77**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.184.574,38	0,00	1.184.574,38
SUBTOTAL I		**1.184.574,38**	**0,00**	**1.184.574,38**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	103,36	0,00	103,36
SUBTOTAL III	**103,36**	**0,00**	**103,36**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**12,72**	**1.184.471,02**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,099%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	95,833% das 24 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 36,489%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,587%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,059% dos 34 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 268 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 90.915,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 289 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 70.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 19.363,39
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 301 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 304 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 324 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 16.000,00
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 420 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 6/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Houve empenho liquidado no mês 6/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento).

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 268 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 90.915,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 184.757,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 289 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 70.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 19.363,39

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 301 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 304 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 324 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 16.000,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 100
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 14
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Bimestre	Mural	26/05/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	26/05/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	26/05/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	30/07/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2021	25/05/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/07/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	15.736.038,30	0,00	15.736.038,30
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.693.828,98	0,00	-1.693.828,98
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal -	137.672,78	0,00	137.672,78

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 101
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO			
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	57.363,90	0,00	57.363,90
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	34.418,27	0,00	34.418,27
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	622.211,44	0,00	622.211,44
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	14.053,84	0,00	14.053,84
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.890.704,46	0,00	1.890.704,46
19900311010000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	6.982,19	0,00	6.982,19
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-345.740,90	0,00	-345.740,90
TOTAL		**11.624.543,34**	**0,00**	**11.624.543,34**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**11.624.543,34**	**0,00**	**11.624.543,34**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	15.054.104,90	0,00	15.054.104,90
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.890.217,67	0,00	-1.890.217,67
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	394.758,80	0,00	394.758,80
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	8.948,39	0,00	8.948,39
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	643.302,08	0,00	643.302,08
19900311020000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parc	205.106,08	0,00	205.106,08
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-21.532,12	0,00	-21.532,12
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**11.933.304,00**	**0,00**	**11.933.304,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**23.557.847,34**	**0,00**	**23.557.847,34**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**23.557.847,34**	**0,00**	**23.557.847,34**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**23.557.847,34**	**0,00**	**23.557.847,34**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/07/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.827.299,35	0,00	8.827.299,35
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 102
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 16
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	747.312,33	0,00	747.312,33
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	52.987,06	0,00	52.987,06
319003010000000	Civis	79.341,01	0,00	79.341,01
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	5.532,38	0,00	5.532,38
319005000101000	Auxílio-Doença - Pessoal Ativo	1.543,64	0,00	1.543,64
319008560100000	Salário Família de Segurados Ativos	3.695,12	0,00	3.695,12
319008990400000	Contrib da Ent Para o Atend a Saude do Servidor	204.995,28	0,00	204.995,28
319113990100000	Amortização do Passivo Atuarial com o RPPS	932.993,57	0,00	932.993,57
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**6.798.898,96**	**0,00**	**6.798.898,96**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	137.672,78	0,00	137.672,78
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	57.363,90	0,00	57.363,90
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	34.418,27	0,00	34.418,27
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**229.454,95**	**0,00**	**229.454,95**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**6.569.444,01**	**0,00**	**6.569.444,01**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 103
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 17
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.032.308,02	-577.467,21	6.454.840,81
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	656.421,98	0,00	656.421,98
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	53.937,08	0,00	53.937,08
319003010000000	Pensões - Pessoal Civil	67.053,25	0,00	67.053,25
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	5.566,39	0,00	5.566,39
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**6.249.329,32**	**-577.467,21**	**5.671.862,11**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.238,07	0,00	3.238,07
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**3.238,07**	**0,00**	**3.238,07**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**6.252.567,39**	**-577.467,21**	**5.675.100,18**
Total da Despesa com Pessoal	**12.822.011,40**	**-577.467,21**	**12.244.544,19**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 104
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 18
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111010300000000000	TESOURARIA GERAL / PONTO 02	1.609,06	0,00	1.609,06
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	835.619,31	0,00	835.619,31
11111190201000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FEP-FUNDO ESPECIAL	16.034,76	0,00	16.034,76
11111190201000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. F.P.M.	2.194,74	0,00	2.194,74
11111190201000400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. I.T.R.	0,24	0,00	0,24
11111190201000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. ICMS-IPI Lei 87/96	4.306,72	0,00	4.306,72
11111190201000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SNA-SIMPLES NACIONAL	3.730,82	0,00	3.730,82
11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	93.946,91	0,00	93.946,91
11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	468.714,97	0,00	468.714,97
11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	268.572,60	0,00	268.572,60
11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	762.725,18	0,00	762.725,18
11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	174.819,07	0,00	174.819,07
11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	17.512,34	0,00	17.512,34
11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	5.751,50	0,00	5.751,50
11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	1.900,28	0,00	1.900,28
11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	14.687,76	0,00	14.687,76
11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	129,36	0,00	129,36
11111190202001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE AUX.FINANC.RES.11/2018	327,60	0,00	327,60
11111190203001000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PROMOÇÃO EVENTOS	1.684,49	0,00	1.684,49
11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	10.866,23	0,00	10.866,23
11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	283.401,76	0,00	283.401,76
11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	185,31	0,00	185,31
11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	417.185,95	0,00	417.185,95
11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	6.854,00	0,00	6.854,00
11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	54.903,28	0,00	54.903,28
11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	29.112,55	0,00	29.112,55
11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	320.947,41	0,00	320.947,41
11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	177.573,76	0,00	177.573,76
11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	25.580,09	0,00	25.580,09
11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.635,65	0,00	4.635,65
11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	165,86	0,00	165,86
11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	3.348,03	0,00	3.348,03
11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID ALIMENTOS	51.923,90	0,00	51.923,90

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA COVID EPI	3.160,59	0,00	3.160,59
11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	4.531,64	0,00	4.531,64
11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	122.644,63	0,00	122.644,63
11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	294.340,24	0,00	294.340,24
11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	1.263,00	0,00	1.263,00
11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	208,29	0,00	208,29
11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	249,33	0,00	249,33
11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	29.637,86	0,00	29.637,86
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	10.622,33	0,00	10.622,33
11111190305001900001	C.E.FEDERAL - CTA PAV. RUAS WALTER KESS/IGREJA Vinculado	53.291,59	0,00	53.291,59
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	368.997,70	0,00	368.997,70
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	320,48	0,00	320,48
11111190307000100000	C.E.FEDERAL CTA RECURSO EXTRA 8001	1.020,65	0,00	1.020,65
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSISTENCIA SOCIAL - FUMDICA	6.641,06	0,00	6.641,06
11111191200200000000	BANRISUL S/A - CTA. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E SIMILARES	100.403,52	0,00	100.403,52
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	7,85	0,00	7,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	106.499,36	0,00	106.499,36
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.672,72	0,00	11.672,72
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	4.709,02	0,00	4.709,02
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	2.907,11	0,00	2.907,11
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	185.050,06	0,00	185.050,06
11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	19.162,01	0,00	19.162,01
11111191205002100000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP.19/20 OBRAS E.V GALERIAS	19.061,61	0,00	19.061,61
11111191205002200000	BANRISUL S/A - CTA. PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	70.229,23	0,00	70.229,23
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	7.104,40	0,00	7.104,40
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.253,43	0,00	9.253,43
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	52.190,03	0,00	52.190,03
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	292.182,62	0,00	292.182,62
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	32.008,41	0,00	32.008,41
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	135.871,49	0,00	135.871,49
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA FMS EMENDA PARL. P/ CUSTEIO COVID 19	5.001,61	0,00	5.001,61
11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 SAUDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA	6.972,45	0,00	6.972,45
11111191206001700000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 PORT SES/RS 287/2021 SRAG	90.909,09	0,00	90.909,09
11111191206001800000	BANRISUL S/A - CTA FMS COVID 19 PROJETO CHAMAR SAMU 192 CIB 170/20 E 034/21	45.000,00	0,00	45.000,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 106
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 20
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
63130000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-12.768,59	0,00	-12.768,59
TOTAL		**6.141.308,31**	**0,00**	**6.141.308,31**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**6.141.308,31**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21881010200010000000	INSS - Folha	23,06	0,00	23,06
21881010200030000000	INSS - Serviço Terceiros	2.766,14	0,00	2.766,14
21881011000000000000	PENSAO ALIMENTICIA	1.020,65	0,00	1.020,65
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.378,23	0,00	7.378,23
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	30.956,19	0,00	30.956,19
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	3.492,67	0,00	3.492,67
21881019900020000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Banco do Brasil	300,31	0,00	300,31
21881019900030000000	OUTROS CONSIGNATARIOS - Plano Telefone	248,64	0,00	248,64
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	18.783.191,46	0,00	18.783.191,46
22721030500000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-1.632.322,76	0,00	-1.632.322,76
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	60.112.690,20	0,00	60.112.690,20
22721040200000000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-11.916.652,44	0,00	-11.916.652,44
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-9.473.772,52	0,00	-9.473.772,52
22721040400000000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-4.937.951,40	0,00	-4.937.951,40
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-24.290.967,54	0,00	-24.290.967,54
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.888,49	0,00	2.888,49
63130000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	12.768,59	0,00	12.768,59
TOTAL		**26.706.057,97**	**0,00**	**26.706.057,97**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/06/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.448,93	0,00	12.448,93
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 109
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 23
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	5.512,20	0,00	5.512,20
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	7.780,08	0,00	7.780,08
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	9.604,06	0,00	9.604,06
11280191050000	Taxa de vistoria	27.288,80	0,00	27.288,80
11280191060000	Taxa de Expediente	16.989,30	0,00	16.989,30
11280191070000	Alvara Sanitario	1.737,29	0,00	1.737,29
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.657,00	0,00	6.657,00
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	96,97	0,00	96,97
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	43,55	0,00	43,55
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	636,04	0,00	636,04
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	61,27	0,00	61,27
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	109,75	0,00	109,75
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	67,50	0,00	67,50
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	865,75	0,00	865,75
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	756,06	0,00	756,06
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	3.613,13	0,00	3.613,13
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	3.319,68	0,00	3.319,68
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	34,63	0,00	34,63
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	155,82	0,00	155,82
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	88,30	0,00	88,30
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	806,86	0,00	806,86
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	2.220,39	0,00	2.220,39

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 110
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 24
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	6,23	0,00	6,23
11280211000000	Taxas Judiciais - Principal	670,03	0,00	670,03
11280291010000	Taxa de Limpeza Pública - Principal	21.450,18	0,00	21.450,18
11280291030000	Taxa de Emissão de Certidões - Principal	5.100,77	0,00	5.100,77
11280292010000	Taxa de Limpeza Pública - Multa e Juros	191,09	0,00	191,09
11280292020000	Taxa de Registro no Cadastro Técnico Municipal Ambiental - Multa e Juros	2,66	0,00	2,66
11280292030000	Taxa de Emissão de Certidões - Multa e Juros	29,78	0,00	29,78
11280293010000	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	4.283,75	0,00	4.283,75
11280293030000	Taxa de Emissão de Certidões - Dívida Ativa	181,66	0,00	181,66
11280294030000	Taxa de Emissão de Certidões - Multa e Juros - Dívida Ativa	43,67	0,00	43,67
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	26.966,67	0,00	26.966,67
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 111
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 25
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	7.920,21	0,00	7.920,21
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL		**16.910.663,96**	**0,00**	**16.910.663,96**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.410.570,00	0,00	1.410.570,00	1,2307	1.735.988,50
Fevereiro	1.689.180,13	0,00	1.689.180,13	1,2296	2.077.015,89
Março	1.364.650,71	0,00	1.364.650,71	1,2295	1.677.838,05
Abril	1.265.682,33	0,00	1.265.682,33	1,2097	1.531.095,91
Maio	1.238.384,77	0,00	1.238.384,77	1,2091	1.497.331,03
Junho	1.110.339,08	0,00	1.110.339,08	1,1963	1.328.298,64
Julho	1.373.608,93	0,00	1.373.608,93	1,1774	1.617.287,15
Agosto	1.164.638,28	0,00	1.164.638,28	1,1505	1.339.916,34
Setembro	1.095.562,84	0,00	1.095.562,84	1,1076	1.213.445,40
Outubro	1.278.492,23	0,00	1.278.492,23	1,0723	1.370.927,22
Novembro	1.459.327,56	0,00	1.459.327,56	1,0342	1.509.236,56
Dezembro	2.460.227,10	0,00	2.460.227,10	1,0076	2.478.924,83
TOTAL	**16.910.663,96**	**0,00**	**16.910.663,96**		**19.377.305,52**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

Justificativa: Conforme parecer do Contador Fabrício Bubols Falconi segue justificativa elaborado pelo mesmo: Considerando o chamado 311584 do TCE/RS que orientou sobre a possibilidade de dedução dos gastos com pessoal, considerando a nota técnica SEI nº 30805/2021/ME, onde os municípios podem deduzir as transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do RPPS, referidas na alínea C do INC VI do art 19 da LRF desde que prevista em lei do Ente Federativo e fundamentada em avaliação atuarial do RPPS. Conforme lei Nº1.522 de 22/07/2020 apresentada pelo Presidente do Fundo, Diego Chamorro, e o referido cálculo atuarial elaborado, o município de Sertão Santana pode realizar a referida dedução nas despesas com pessoal. Valor referente Amortização do Passivo Atuarial de 01/01/21 a 30/06/21 R$ 577.467,21 empenhos liquidados.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	0,00
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**15.054.104,90**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 112
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 26
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	0,00
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.143.674,95**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	0,00
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**138.123,11**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	0,00
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-1.890.217,67**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**14.445.685,29**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 113
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 27
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: PREFEITO
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 29 de Julho de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.794B.E826.4F40.F678.AEE6.

Página 114
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 28
Peça 3675319
DOCUMENTO PÚBLICO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 1º Semestre
PM DE SERTÃO SANTANA

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA
CNPJ: 94068236000103
ORGÃO Nº: 81600
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 32102013135072100 (Modelo 9)
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Fundo
Responsável pelo Fundo: Diego Chamorro dos Santos
Telefone: (51)34951066
e-mail: rpps@sertaosantana-rs.com.br
Lei de Instituição do Controle Interno: 605
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 25/09/2002
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1333
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 02/07/2014
Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: Decreto 1818/2014
Decreto que regulamentou a Lei de Instituição do Controle Interno: 1817/2014
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo
O município realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
367759080	Vinicius Frazzon Boer	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	controle.interno@sertaosantana-rs.com.br	(51) 3495-1066

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 1.526, publicada em 15/10/2020:

a) Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;

b) Fixou critérios e forma de limitação de empenho;

c) Não estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

d) Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7E.AD14.3C1E.936F.8457.

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2021, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, entretanto não possui o dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Não contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde não foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo não estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas não foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7E.AD14.3C1E.936F.8457.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2021 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 16/04/2021 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, não enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7E.AD14.3C1E.936F.8457.

No 1º Semestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Sim	Não	-	-	-
Foi observado o prazo?	Não	Sim	Não	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Não	Sim	Não	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo não foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7E.AD14.3C1E.936F.8457.

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 31/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Divergência quanto ao entendimento da IN TCE 04/2021 no que tanje às deduções da despesa com pessoal.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7E.AD14.3C1E.936F.8457.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2021

Periodo: 1º Semestre

PM DE SERTÃO SANTANA

PM DE SERTÃO SANTANA, 30/07/2021

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

Vinicius Frazzon Boer

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/07/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 30/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7E.AD14.3C1E.936F.8457.

Página 121
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/07/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 122
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.015.094,86
Contribuições	350.000,00	494.128,83
Receita Patrimonial	859.160,46	731.097,07
Receita de Serviços	141.690,00	114.448,53
Transferências Correntes	22.937.587,94	15.517.492,31
Outras Receitas Correntes	150.820,00	224.972,76
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**18.097.234,36**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	660.219,71
Outras Receitas Correntes	268.000,00	706.680,60
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.366.900,31**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	616.528,00
Outras Receitas de Capital	0,00	1.594,42
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**618.122,42**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-2.331.025,89**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**17.751.231,20**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.243.482,51
Créditos Especiais	451.827,60
Créditos Extraordinários	460.000,00
Redução de Dotações	1.423.524,74
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**29.969.229,85**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 123
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	16.111.959,73
Liquidado	12.934.120,19
Pago	12.694.433,55
SALDO A LIQUIDAR	**3.177.839,54**
SALDO A PAGAR	**239.686,64**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**7.690,96**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	460.000,00
Superávit Financeiro	1.310.870,37
Excesso de Arrecadação	960.915,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.423.524,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.423.524,74

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	34.918.117,82D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	24.484.856,55D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	421.394,79C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.669.540,72C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.514.197,73C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	7.142.262,66D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	891.129,76D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.537.400,40D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.459,45D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.780.479,41D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	130.118,93D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.835,98D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	930.951,14C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.844.975,46C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	16.956,16C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	593.281,27C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	16.128.244,21C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	248.614,77C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 124
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	74.556.189,58D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	74.556.189,58C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	11.807.957,56D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	67.172.273,43D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.851.050,00D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	78.711,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	11.807.957,56C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	67.172.273,43C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.851.050,00C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	78.711,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	239,55D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	5.856.964,04D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	123.092,72D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.980.296,31D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	12.762,01D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	27.908.360,63D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**27.921.122,64D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**33.901.418,95D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 125
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79

TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002 Espólio de Gustavo Schwalm	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	35.128.648,96	31.277.875,72
Demais Contas	374.615.626,21	378.466.399,45
Totais	409.744.275,17	409.744.275,17
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		129.303

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	119.273,53	0,00	119.273,53
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	49.697,62	0,00	49.697,62
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	29.818,41	0,00	29.818,41
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	17.134,80	0,00	17.134,80
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.139,52	0,00	7.139,52
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.283,70	0,00	4.283,70
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	4.880,54	0,00	4.880,54
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.033,60	0,00	2.033,60
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.220,19	0,00	1.220,19
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	193.551,77	0,00	193.551,77
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	80.646,63	0,00	80.646,63
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	48.388,00	0,00	48.388,00
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	130,30	0,00	130,30
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	54,34	0,00	54,34
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	32,59	0,00	32,59
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	13.531,18	0,00	13.531,18
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	5.638,15	0,00	5.638,15
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.382,87	0,00	3.382,87
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	10.631,63	0,00	10.631,63
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.430,02	0,00	4.430,02
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.658,01	0,00	2.658,01
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	34.442,79	0,00	34.442,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	14.351,16	0,00	14.351,16
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	8.610,69	0,00	8.610,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	153.606,41	0,00	153.606,41
11180231020000	ISS - Principal - MDE	64.003,19	0,00	64.003,19
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	38.401,72	0,00	38.401,72
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	888,50	0,00	888,50
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	370,61	0,00	370,61
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	222,19	0,00	222,19

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 127
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	2.510,61	0,00	2.510,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.046,18	0,00	1.046,18
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	627,68	0,00	627,68
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.163,33	0,00	2.163,33
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	901,49	0,00	901,49
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	540,82	0,00	540,82
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.555.299,48	0,00	3.555.299,48
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	296.275,15	0,00	296.275,15
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	888.824,89	0,00	888.824,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.185.099,67	0,00	1.185.099,67
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.464,36	0,00	5.464,36
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	455,46	0,00	455,46
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.366,12	0,00	1.366,12
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.821,40	0,00	1.821,40
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.274.711,30	0,00	2.274.711,30
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	199.524,04	0,00	199.524,04
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	570.910,01	0,00	570.910,01
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	760.921,48	0,00	760.921,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	314.199,59	0,00	314.199,59
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.183,35	0,00	26.183,35
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	78.550,01	0,00	78.550,01
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	104.733,57	0,00	104.733,57
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	25.787,54	0,00	25.787,54
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.148,98	0,00	2.148,98
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.446,88	0,00	6.446,88
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.595,88	0,00	8.595,88
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.854,16	0,00	-85.854,16
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.772,59	0,00	-35.772,59
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.463,53	0,00	-21.463,53
SUBTOTAL		**11.485.045,25**	**0,00**	**11.485.045,25**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.871.261,31**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	230.312,51	0,00	230.312,51
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	624.479,88	0,00	624.479,88
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.061.172,00	0,00	2.061.172,00
TOTAL II		**2.915.964,39**	**0,00**	**2.915.964,39**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	426.477,01	0,00	426.477,01

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.102.739,29	0,00	2.102.739,29
31	Educação Infantil	406.302,94	0,00	406.302,94
SUBTOTAL I		**2.935.519,24**	**0,00**	**2.935.519,24**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.073.262,04	0,00	1.073.262,04
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.392,47	0,00	1.392,47
SUBTOTAL III		**-1.074.654,51**	**0,00**	**-1.074.654,51**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**16,20**		**1.860.864,73**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.555.299,48	0,00	3.555.299,48
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	296.275,15	0,00	296.275,15
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	888.824,89	0,00	888.824,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.185.099,67	0,00	1.185.099,67
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.464,36	0,00	5.464,36
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	455,46	0,00	455,46
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.366,12	0,00	1.366,12
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.821,40	0,00	1.821,40
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.274.711,30	0,00	2.274.711,30
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	199.524,04	0,00	199.524,04
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	570.910,01	0,00	570.910,01
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	760.921,48	0,00	760.921,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	314.199,59	0,00	314.199,59
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.183,35	0,00	26.183,35
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	78.550,01	0,00	78.550,01
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	104.733,57	0,00	104.733,57
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	25.787,54	0,00	25.787,54
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.148,98	0,00	2.148,98
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.446,88	0,00	6.446,88
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.595,88	0,00	8.595,88
SUBTOTAL		**10.307.319,16**	**0,00**	**10.307.319,16**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.061.463,83**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.061.172,00	0,00	2.061.172,00
TOTAL II		**2.061.172,00**	**0,00**	**2.061.172,00**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.102.739,29	0,00	2.102.739,29
31	Educação Infantil	406.302,94	0,00	406.302,94
SUBTOTAL I		**2.509.042,23**	**0,00**	**2.509.042,23**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.073.262,04	0,00	1.073.262,04
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		481,59	0,00	481,59
SUBTOTAL III		**-1.073.743,63**	**0,00**	**-1.073.743,63**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**13,93**		**1.435.298,60**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	481,59	0,00	481,59
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	3.162.881,59	0,00	3.162.881,59
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**3.134.915,61**	**0,00**	**3.134.915,61**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**2.194.440,93**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.050.227,51	0,00	2.050.227,51
31	Educação Infantil	397.073,09	0,00	397.073,09
SUBTOTAL I		**2.447.300,60**	**0,00**	**2.447.300,60**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**2.447.300,60**	**0,00**	**2.447.300,60**
% de Aplicação				**78,07**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	119.273,53	0,00	119.273,53
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	49.697,62	0,00	49.697,62
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	29.818,41	0,00	29.818,41
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	17.134,80	0,00	17.134,80
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	7.139,52	0,00	7.139,52
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.283,70	0,00	4.283,70
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	4.880,54	0,00	4.880,54
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.033,60	0,00	2.033,60
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.220,19	0,00	1.220,19
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	193.551,77	0,00	193.551,77
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	80.646,63	0,00	80.646,63
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	48.388,00	0,00	48.388,00
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	130,30	0,00	130,30
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	54,34	0,00	54,34
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	32,59	0,00	32,59
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	13.531,18	0,00	13.531,18
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	5.638,15	0,00	5.638,15
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.382,87	0,00	3.382,87
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	10.631,63	0,00	10.631,63
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.430,02	0,00	4.430,02
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.658,01	0,00	2.658,01
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	34.442,79	0,00	34.442,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	14.351,16	0,00	14.351,16
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	8.610,69	0,00	8.610,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	153.606,41	0,00	153.606,41
11180231020000	ISS - Principal - MDE	64.003,19	0,00	64.003,19

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 131
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	38.401,72	0,00	38.401,72
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	888,50	0,00	888,50
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	370,61	0,00	370,61
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	222,19	0,00	222,19
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	2.510,61	0,00	2.510,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.046,18	0,00	1.046,18
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	627,68	0,00	627,68
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.163,33	0,00	2.163,33
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	901,49	0,00	901,49
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	540,82	0,00	540,82
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.555.299,48	0,00	3.555.299,48
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	296.275,15	0,00	296.275,15
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	888.824,89	0,00	888.824,89
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.185.099,67	0,00	1.185.099,67
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.464,36	0,00	5.464,36
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	455,46	0,00	455,46
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.366,12	0,00	1.366,12
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.821,40	0,00	1.821,40
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.274.711,30	0,00	2.274.711,30
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	199.524,04	0,00	199.524,04
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	570.910,01	0,00	570.910,01
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	760.921,48	0,00	760.921,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	314.199,59	0,00	314.199,59
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.183,35	0,00	26.183,35
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	78.550,01	0,00	78.550,01
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	104.733,57	0,00	104.733,57
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	25.787,54	0,00	25.787,54
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.148,98	0,00	2.148,98
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.446,88	0,00	6.446,88
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.595,88	0,00	8.595,88
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.854,16	0,00	-85.854,16
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.772,59	0,00	-35.772,59
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.463,53	0,00	-21.463,53
SUBTOTAL I		**11.485.045,25**	**0,00**	**11.485.045,25**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.722.756,79**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	138.186,87	0,00	138.186,87
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.606.033,65	0,00	1.606.033,65
TOTAL II		**1.744.220,52**	**0,00**	**1.744.220,52**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.580.982,91	0,00	1.580.982,91
SUBTOTAL I		**1.580.982,91**	**0,00**	**1.580.982,91**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		103,36	0,00	103,36
SUBTOTAL III		**103,36**	**0,00**	**103,36**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**13,76**		**1.580.879,55**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,128%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	96,296% das 27 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 38,632%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,959%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,436% dos 39 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 98.945,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 133
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 295 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 303 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 306 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 326 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.774,50
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 422 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 98.945,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 290 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 295 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 303 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 306 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 326 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.774,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	3.043.129,46
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**18.097.234,36**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	223.225,36
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.366.900,31**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	479.999,31
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**618.122,42**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 135
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-440.808,22
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-2.331.025,89**
TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**17.751.231,20**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 136
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 16
Peça 3732191
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 24 de Agosto de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/08/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9623.87F5.B86D.6AFD.08FF.

Página 138
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/08/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 139
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.163.161,82
Contribuições	350.000,00	570.999,08
Receita Patrimonial	859.160,46	761.780,00
Receita de Serviços	141.690,00	129.309,96
Transferências Correntes	22.937.587,94	17.723.235,50
Outras Receitas Correntes	150.820,00	240.721,86
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**20.589.208,22**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	766.372,00
Outras Receitas Correntes	268.000,00	820.302,96
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.586.674,96**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	645.099,00
Outras Receitas de Capital	0,00	1.676,85
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**646.775,85**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-2.752.343,89**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**20.070.315,14**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	3.818.138,59
Créditos Especiais	492.827,60
Créditos Extraordinários	460.000,00
Redução de Dotações	1.734.312,74
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**30.274.097,93**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 140
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	18.299.651,09
Liquidado	14.965.263,76
Pago	14.790.851,60
SALDO A LIQUIDAR	**3.334.387,33**
SALDO A PAGAR	**174.412,16**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**7.690,96**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	460.000,00
Superávit Financeiro	1.345.738,45
Excesso de Arrecadação	1.230.915,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.734.312,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.734.312,74

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	35.073.498,83D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	24.632.284,54D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	401.126,53C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.644.215,00C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.539.523,45C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	8.099.317,25D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.010.421,64D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.196.204,03D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.667,71D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.291.333,98D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	160.991,55D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.835,98D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.073.799,57C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.138.982,78C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	20.431,02C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	496.142,86C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	18.365.195,98C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	268.633,61C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 141
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	77.048.749,02D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	77.048.749,02C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	12.034.503,56D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	73.618.917,01D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.867.822,05D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	77.311,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	12.034.503,56C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	73.618.917,01C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.867.822,05C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	77.311,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	761,05D
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	5.946.533,48D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	123.092,72D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**6.070.387,25D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	27.355,60D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	27.975.613,98D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**28.002.969,58D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**34.073.356,83D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 142
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79

TOTAL CONTAS DE RECEITA	29.540.000,00	29.010.700,09

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002 Espólio de Gustavo Schwalm	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	41.461.203,93	37.438.492,81
Demais Contas	415.901.747,40	419.924.458,52
Totais	457.362.951,33	457.362.951,33
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		152.129

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	139.174,31	0,00	139.174,31
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	57.989,64	0,00	57.989,64
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	34.793,62	0,00	34.793,62
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	20.067,40	0,00	20.067,40
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	8.361,45	0,00	8.361,45
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.016,86	0,00	5.016,86
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.256,47	0,00	5.256,47
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.190,27	0,00	2.190,27
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.314,18	0,00	1.314,18
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	198.690,38	0,00	198.690,38
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	82.787,75	0,00	82.787,75
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	49.672,67	0,00	49.672,67
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	187,41	0,00	187,41
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	78,16	0,00	78,16
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	46,89	0,00	46,89
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	15.994,91	0,00	15.994,91
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	6.664,73	0,00	6.664,73
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.998,81	0,00	3.998,81
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	12.275,25	0,00	12.275,25
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.114,89	0,00	5.114,89
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.068,89	0,00	3.068,89
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	45.404,79	0,00	45.404,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	18.918,66	0,00	18.918,66
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	11.351,19	0,00	11.351,19
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	180.906,15	0,00	180.906,15
11180231020000	ISS - Principal - MDE	75.378,17	0,00	75.378,17
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	45.226,68	0,00	45.226,68
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.009,07	0,00	1.009,07
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	420,93	0,00	420,93
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	252,40	0,00	252,40

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 144
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.404,96	0,00	4.404,96
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.835,50	0,00	1.835,50
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.101,28	0,00	1.101,28
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3.263,19	0,00	3.263,19
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.359,78	0,00	1.359,78
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	815,81	0,00	815,81
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.085.104,76	0,00	4.085.104,76
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	340.425,58	0,00	340.425,58
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.021.276,20	0,00	1.021.276,20
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.361.701,41	0,00	1.361.701,41
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.883,67	0,00	5.883,67
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	490,41	0,00	490,41
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.470,95	0,00	1.470,95
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.961,17	0,00	1.961,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.642.773,41	0,00	2.642.773,41
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	233.604,93	0,00	233.604,93
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	662.925,53	0,00	662.925,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	880.199,79	0,00	880.199,79
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	318.164,44	0,00	318.164,44
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.513,76	0,00	26.513,76
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	79.541,24	0,00	79.541,24
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	106.055,22	0,00	106.055,22
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	26.956,65	0,00	26.956,65
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.246,41	0,00	2.246,41
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.739,17	0,00	6.739,17
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.985,59	0,00	8.985,59
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.411,06	0,00	-87.411,06
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.421,33	0,00	-36.421,33
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.852,78	0,00	-21.852,78
SUBTOTAL		**13.111.300,22**	**0,00**	**13.111.300,22**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.277.825,06**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	261.099,93	0,00	261.099,93
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	703.173,99	0,00	703.173,99
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.358.903,18	0,00	2.358.903,18
TOTAL II		**3.323.177,10**	**0,00**	**3.323.177,10**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	509.849,37	0,00	509.849,37

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.429.171,36	0,00	2.429.171,36
31	Educação Infantil	466.054,95	0,00	466.054,95
SUBTOTAL I		**3.405.075,68**	**0,00**	**3.405.075,68**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.160.094,29	0,00	1.160.094,29
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		3.103,82	0,00	3.103,82
SUBTOTAL III		**-1.163.198,11**	**0,00**	**-1.163.198,11**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**17,10**		**2.241.877,57**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.085.104,76	0,00	4.085.104,76
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	340.425,58	0,00	340.425,58
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.021.276,20	0,00	1.021.276,20
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.361.701,41	0,00	1.361.701,41
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.883,67	0,00	5.883,67
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	490,41	0,00	490,41
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.470,95	0,00	1.470,95
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.961,17	0,00	1.961,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.642.773,41	0,00	2.642.773,41
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	233.604,93	0,00	233.604,93
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	662.925,53	0,00	662.925,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	880.199,79	0,00	880.199,79
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	318.164,44	0,00	318.164,44
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.513,76	0,00	26.513,76
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	79.541,24	0,00	79.541,24
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	106.055,22	0,00	106.055,22
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	26.956,65	0,00	26.956,65
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.246,41	0,00	2.246,41
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.739,17	0,00	6.739,17
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.985,59	0,00	8.985,59
SUBTOTAL		**11.813.020,29**	**0,00**	**11.813.020,29**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.362.604,06**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.358.903,18	0,00	2.358.903,18
TOTAL II		**2.358.903,18**	**0,00**	**2.358.903,18**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.429.171,36	0,00	2.429.171,36
31	Educação Infantil	466.054,95	0,00	466.054,95
SUBTOTAL I		**2.895.226,31**	**0,00**	**2.895.226,31**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.160.094,29	0,00	1.160.094,29
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		481,59	0,00	481,59
SUBTOTAL III		**-1.160.575,88**	**0,00**	**-1.160.575,88**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**14,68**		**1.734.650,43**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	481,59	0,00	481,59
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	3.547.445,02	0,00	3.547.445,02
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**3.519.479,04**	**0,00**	**3.519.479,04**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**2.463.635,33**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.348.658,66	0,00	2.348.658,66
31	Educação Infantil	456.825,10	0,00	456.825,10
SUBTOTAL I		**2.805.483,76**	**0,00**	**2.805.483,76**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**2.805.483,76**	**0,00**	**2.805.483,76**
% de Aplicação				**79,71**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	139.174,31	0,00	139.174,31
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	57.989,64	0,00	57.989,64
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	34.793,62	0,00	34.793,62
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	20.067,40	0,00	20.067,40
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	8.361,45	0,00	8.361,45
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.016,86	0,00	5.016,86
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.256,47	0,00	5.256,47
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.190,27	0,00	2.190,27
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.314,18	0,00	1.314,18
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	198.690,38	0,00	198.690,38
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	82.787,75	0,00	82.787,75
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	49.672,67	0,00	49.672,67
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	187,41	0,00	187,41
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	78,16	0,00	78,16
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	46,89	0,00	46,89
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	15.994,91	0,00	15.994,91
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	6.664,73	0,00	6.664,73
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.998,81	0,00	3.998,81
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	12.275,25	0,00	12.275,25
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.114,89	0,00	5.114,89
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.068,89	0,00	3.068,89
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	45.404,79	0,00	45.404,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	18.918,66	0,00	18.918,66
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	11.351,19	0,00	11.351,19
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	180.906,15	0,00	180.906,15
11180231020000	ISS - Principal - MDE	75.378,17	0,00	75.378,17

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 148
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	45.226,68	0,00	45.226,68
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.009,07	0,00	1.009,07
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	420,93	0,00	420,93
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	252,40	0,00	252,40
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.404,96	0,00	4.404,96
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.835,50	0,00	1.835,50
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.101,28	0,00	1.101,28
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3.263,19	0,00	3.263,19
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.359,78	0,00	1.359,78
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	815,81	0,00	815,81
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.085.104,76	0,00	4.085.104,76
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	340.425,58	0,00	340.425,58
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.021.276,20	0,00	1.021.276,20
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.361.701,41	0,00	1.361.701,41
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	5.883,67	0,00	5.883,67
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	490,41	0,00	490,41
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	1.470,95	0,00	1.470,95
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.961,17	0,00	1.961,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.642.773,41	0,00	2.642.773,41
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	233.604,93	0,00	233.604,93
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	662.925,53	0,00	662.925,53
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	880.199,79	0,00	880.199,79
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	318.164,44	0,00	318.164,44
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.513,76	0,00	26.513,76
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	79.541,24	0,00	79.541,24
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	106.055,22	0,00	106.055,22
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	26.956,65	0,00	26.956,65
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.246,41	0,00	2.246,41
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	6.739,17	0,00	6.739,17
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	8.985,59	0,00	8.985,59
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.411,06	0,00	-87.411,06
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.421,33	0,00	-36.421,33
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.852,78	0,00	-21.852,78
SUBTOTAL I		**13.111.300,22**	**0,00**	**13.111.300,22**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.966.695,03**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	156.659,28	0,00	156.659,28
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.831.888,83	0,00	1.831.888,83
TOTAL II		**1.988.548,11**	**0,00**	**1.988.548,11**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 149
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 12
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	1.775.659,07	0,00	1.775.659,07
SUBTOTAL I		**1.775.659,07**	**0,00**	**1.775.659,07**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		2.116,74	0,00	2.116,74
SUBTOTAL III		**2.116,74**	**0,00**	**2.116,74**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**13,53**	**1.773.542,33**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,842%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	96,774% das 31 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 39,831%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,681%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	98,039% dos 51 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 266 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 485,26

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 272 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 98.945,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 275 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 298 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 304 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 309 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 329 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.774,50
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 356 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 868,00
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 426 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 8/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Houve empenho liquidado no mês 8/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento).

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 266 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 485,26

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 272 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 98.945,09

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 275 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 293 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 298 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 304 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 309 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 329 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.774,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 356 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 868,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Bimestre	Mural	26/05/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	26/05/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	26/05/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
4º Bimestre	Mural	28/09/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	28/09/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	28/09/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 152
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

Periodo	Data	Local
1º Quadrimestre/2021	25/05/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2021	27/09/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	5.535.103,32
5º Bimestre	4.300.957,97	0,00
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**20.589.208,22**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	443.000,01
5º Bimestre	197.166,66	0,00
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.586.674,96**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	508.652,74
5º Bimestre	712.166,56	0,00
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**646.775,85**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-862.126,22
5º Bimestre	-464.458,85	0,00
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-2.752.343,89**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**20.070.315,14**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 153
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 16
Peça 3824326
DOCUMENTO PÚBLICO

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 28 de Setembro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 28/09/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 28/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FCD.7639.79EA.3A33.2C7C.

Página 155
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 30/09/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 156
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.278.148,23
Contribuições	350.000,00	648.087,19
Receita Patrimonial	859.160,46	805.875,89
Receita de Serviços	141.690,00	145.689,15
Transferências Correntes	22.937.587,94	20.001.712,20
Outras Receitas Correntes	150.820,00	255.105,21
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**23.134.617,87**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	874.349,61
Outras Receitas Correntes	268.000,00	935.879,10
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**1.810.228,71**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	645.099,00
Outras Receitas de Capital	0,00	3.529,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**648.628,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-3.063.992,92**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**22.529.481,66**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	4.818.193,30
Créditos Especiais	542.827,60
Créditos Extraordinários	460.000,00
Redução de Dotações	1.754.307,74
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**31.304.157,64**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 157
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	20.675.919,16
Liquidado	17.143.395,30
Pago	16.932.732,89
SALDO A LIQUIDAR	**3.532.523,86**
SALDO A PAGAR	**210.662,41**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**7.690,96**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	460.000,00
Superávit Financeiro	1.358.238,45
Excesso de Arrecadação	2.248.474,71
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.754.307,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.754.307,74

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	35.293.273,39D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	24.755.298,68D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	439.729,34C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.644.215,00C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.539.523,45C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	9.071.184,92D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.129.207,78D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.016.925,52D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	3.100,14D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.743.823,66D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	180.395,64D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.835,98D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.195.632,21C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.436.987,06C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	22.376,77C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	467.749,95C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	20.646.300,24C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	283.026,98C

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	80.455.076,80D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	80.455.076,80C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	13.021.269,30D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	78.586.670,38D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.875.885,21D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	79.611,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	13.021.269,30C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	78.586.670,38C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.875.885,21C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	79.611,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	6.045.441,31D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	123.449,66D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**6.168.890,97D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	27.182,75D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	28.101.153,81D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**28.128.336,56D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**34.297.227,53D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 159
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000200000	TITULO EXEC Nº 062/2002 Espólio de Gustavo Schwalm	60.342,01	0,00	60.342,01
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.689.542,44**	**0,00**	**3.689.542,44**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	46.291.022,72	42.044.440,90
Demais Contas	456.416.163,09	460.662.744,91
Totais	502.707.185,81	502.707.185,81
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		173.280

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	159.537,75	0,00	159.537,75
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	66.422,92	0,00	66.422,92
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	39.853,55	0,00	39.853,55
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	22.808,28	0,00	22.808,28
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.503,48	0,00	9.503,48
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.702,08	0,00	5.702,08
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.634,53	0,00	5.634,53
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.347,81	0,00	2.347,81
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.408,71	0,00	1.408,71
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	200.973,90	0,00	200.973,90
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	83.739,24	0,00	83.739,24
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	50.243,56	0,00	50.243,56
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	254,43	0,00	254,43
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	106,10	0,00	106,10
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	63,65	0,00	63,65
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	17.987,28	0,00	17.987,28
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	7.494,92	0,00	7.494,92
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	4.496,92	0,00	4.496,92
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	13.794,82	0,00	13.794,82
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.748,08	0,00	5.748,08
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.448,77	0,00	3.448,77
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	52.586,79	0,00	52.586,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	21.911,16	0,00	21.911,16
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	13.146,69	0,00	13.146,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	206.872,59	0,00	206.872,59
11180231020000	ISS - Principal - MDE	86.197,59	0,00	86.197,59
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	51.718,35	0,00	51.718,35
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.116,32	0,00	1.116,32
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	465,66	0,00	465,66
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	279,23	0,00	279,23

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.767,45	0,00	4.767,45
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.986,57	0,00	1.986,57
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.191,91	0,00	1.191,91
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3.602,22	0,00	3.602,22
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.501,07	0,00	1.501,07
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	900,57	0,00	900,57
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.501.180,65	0,00	4.501.180,65
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	375.098,58	0,00	375.098,58
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.125.295,18	0,00	1.125.295,18
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.500.393,35	0,00	1.500.393,35
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	9.636,37	0,00	9.636,37
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	803,16	0,00	803,16
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.409,13	0,00	2.409,13
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.212,06	0,00	3.212,06
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.937.779,28	0,00	2.937.779,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	260.838,50	0,00	260.838,50
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	736.677,01	0,00	736.677,01
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	975.885,34	0,00	975.885,34
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	321.425,60	0,00	321.425,60
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.785,51	0,00	26.785,51
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	80.356,52	0,00	80.356,52
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	107.142,28	0,00	107.142,28
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	30.162,39	0,00	30.162,39
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.513,56	0,00	2.513,56
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.540,61	0,00	7.540,61
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	10.054,18	0,00	10.054,18
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL		**14.418.108,85**	**0,00**	**14.418.108,85**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.604.527,21**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	287.424,60	0,00	287.424,60
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	765.932,21	0,00	765.932,21
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.596.687,21	0,00	2.596.687,21
TOTAL II		**3.650.044,02**	**0,00**	**3.650.044,02**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	585.296,58	0,00	585.296,58

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.816.537,50	0,00	2.816.537,50
31	Educação Infantil	529.058,46	0,00	529.058,46
SUBTOTAL I		**3.930.892,54**	**0,00**	**3.930.892,54**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.288.428,61	0,00	1.288.428,61
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		10.270,96	0,00	10.270,96
SUBTOTAL III		**-1.298.699,57**	**0,00**	**-1.298.699,57**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**18,26**		**2.632.192,97**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.501.180,65	0,00	4.501.180,65
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	375.098,58	0,00	375.098,58
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.125.295,18	0,00	1.125.295,18
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.500.393,35	0,00	1.500.393,35
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	9.636,37	0,00	9.636,37
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	803,16	0,00	803,16
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.409,13	0,00	2.409,13
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.212,06	0,00	3.212,06
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.937.779,28	0,00	2.937.779,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	260.838,50	0,00	260.838,50
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	736.677,01	0,00	736.677,01
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	975.885,34	0,00	975.885,34
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	321.425,60	0,00	321.425,60
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.785,51	0,00	26.785,51
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	80.356,52	0,00	80.356,52
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	107.142,28	0,00	107.142,28
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	30.162,39	0,00	30.162,39
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.513,56	0,00	2.513,56
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.540,61	0,00	7.540,61
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	10.054,18	0,00	10.054,18
SUBTOTAL		**13.015.189,26**	**0,00**	**13.015.189,26**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.603.037,85**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 163
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 9
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.596.687,21	0,00	2.596.687,21
TOTAL II		**2.596.687,21**	**0,00**	**2.596.687,21**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.816.537,50	0,00	2.816.537,50
31	Educação Infantil	529.058,46	0,00	529.058,46
SUBTOTAL I		**3.345.595,96**	**0,00**	**3.345.595,96**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.288.428,61	0,00	1.288.428,61
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		5.994,74	0,00	5.994,74
SUBTOTAL III		**-1.294.423,35**	**0,00**	**-1.294.423,35**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**15,76**		**2.051.172,61**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	5.994,74	0,00	5.994,74
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	3.913.563,37	0,00	3.913.563,37
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**3.891.110,54**	**0,00**	**3.891.110,54**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**2.723.777,38**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	2.683.403,22	0,00	2.683.403,22
31	Educação Infantil	529.058,46	0,00	529.058,46
SUBTOTAL I		**3.212.461,68**	**0,00**	**3.212.461,68**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**3.212.461,68**	**0,00**	**3.212.461,68**
% de Aplicação				**82,56**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 164
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 10
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	159.537,75	0,00	159.537,75
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	66.422,92	0,00	66.422,92
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	39.853,55	0,00	39.853,55
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	22.808,28	0,00	22.808,28
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.503,48	0,00	9.503,48
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.702,08	0,00	5.702,08
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	5.634,53	0,00	5.634,53
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.347,81	0,00	2.347,81
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.408,71	0,00	1.408,71
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	200.973,90	0,00	200.973,90
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	83.739,24	0,00	83.739,24
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	50.243,56	0,00	50.243,56
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	254,43	0,00	254,43
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	106,10	0,00	106,10
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	63,65	0,00	63,65
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	17.987,28	0,00	17.987,28
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	7.494,92	0,00	7.494,92
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	4.496,92	0,00	4.496,92
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	13.794,82	0,00	13.794,82
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	5.748,08	0,00	5.748,08
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.448,77	0,00	3.448,77
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	52.586,79	0,00	52.586,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	21.911,16	0,00	21.911,16
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	13.146,69	0,00	13.146,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	206.872,59	0,00	206.872,59
11180231020000	ISS - Principal - MDE	86.197,59	0,00	86.197,59

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	51.718,35	0,00	51.718,35
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.116,32	0,00	1.116,32
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	465,66	0,00	465,66
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	279,23	0,00	279,23
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.767,45	0,00	4.767,45
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	1.986,57	0,00	1.986,57
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.191,91	0,00	1.191,91
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3.602,22	0,00	3.602,22
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.501,07	0,00	1.501,07
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	900,57	0,00	900,57
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.501.180,65	0,00	4.501.180,65
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	375.098,58	0,00	375.098,58
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.125.295,18	0,00	1.125.295,18
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.500.393,35	0,00	1.500.393,35
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	9.636,37	0,00	9.636,37
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	803,16	0,00	803,16
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	2.409,13	0,00	2.409,13
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	3.212,06	0,00	3.212,06
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.937.779,28	0,00	2.937.779,28
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	260.838,50	0,00	260.838,50
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	736.677,01	0,00	736.677,01
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	975.885,34	0,00	975.885,34
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	321.425,60	0,00	321.425,60
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	26.785,51	0,00	26.785,51
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	80.356,52	0,00	80.356,52
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	107.142,28	0,00	107.142,28
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	30.162,39	0,00	30.162,39
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.513,56	0,00	2.513,56
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	7.540,61	0,00	7.540,61
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	10.054,18	0,00	10.054,18
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL I		**14.418.108,85**	**0,00**	**14.418.108,85**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.162.716,33**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	172.453,99	0,00	172.453,99
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.012.214,19	0,00	2.012.214,19
TOTAL II		**2.184.668,18**	**0,00**	**2.184.668,18**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.174.629,53	0,00	2.174.629,53
SUBTOTAL I		**2.174.629,53**	**0,00**	**2.174.629,53**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		2.116,74	0,00	2.116,74
SUBTOTAL III		**2.116,74**	**0,00**	**2.116,74**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**15,07**	**2.172.512,79**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,957%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,297% das 37 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 40,476%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,476%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	98,333% dos 60 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 164 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 267 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 167
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 3890189
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 269 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 31.500,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 485,26
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 296 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 302 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 308 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 312 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 430 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
CTA_DISP.TXT	CTV_34	124	0	AVISO	Linha: 124 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	125	0	AVISO	Linha: 125 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 164 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 267 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 269 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 31.500,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 485,26

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 296 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 302 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 308 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 312 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	5.535.103,32
5º Bimestre	4.300.957,97	2.545.409,65
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**23.134.617,87**

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	443.000,01
5º Bimestre	197.166,66	223.553,75
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**1.810.228,71**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	508.652,74
5º Bimestre	712.166,56	1.852,15
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**648.628,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-862.126,22
5º Bimestre	-464.458,85	-311.649,03
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-3.063.992,92**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**22.529.481,66**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: PREFEITO
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

Início: 14/09/2021 Término: 16/09/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 21 de Outubro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: IRIO MIGUEL STEIN em 22/10/21 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 22/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF4D.F007.AB10.C4FF.4A49.

Página 172
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/10/2021
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 173
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.382.672,18
Contribuições	350.000,00	726.855,70
Receita Patrimonial	859.160,46	861.076,15
Receita de Serviços	141.690,00	155.441,50
Transferências Correntes	22.937.587,94	21.949.053,80
Outras Receitas Correntes	150.820,00	317.994,82
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**25.393.094,15**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	982.074,03
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.051.184,20
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.033.258,23**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	0,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	645.099,00
Outras Receitas de Capital	0,00	4.563,90
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**649.662,90**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-3.661.232,68**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**24.414.782,60**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	5.364.983,30
Créditos Especiais	582.398,60
Créditos Extraordinários	460.000,00
Redução de Dotações	2.018.507,74
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**31.626.318,64**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 174
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	22.753.127,77
Liquidado	19.316.113,42
Pago	19.115.835,07
SALDO A LIQUIDAR	**3.437.014,35**
SALDO A PAGAR	**200.278,35**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**7.690,96**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	460.000,00
Superávit Financeiro	1.397.238,45
Excesso de Arrecadação	2.531.635,71
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.018.507,74
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.018.507,74

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	34.900.099,99D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	24.905.051,95D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	432.389,49C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.644.215,00C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	27.532.263,73C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	10.033.424,04D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.250.886,77D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.726.094,00D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	45.214,62D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.227.725,79D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	203.392,33D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	17.835,98D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.285.555,63C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.735.646,89C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	24.761,94C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	232.677,94C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	22.596.738,82C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	289.971,32C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 175
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	82.854.446,41D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	82.854.446,41C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	13.555.384,67D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	82.627.733,44D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.898.850,71D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	81.911,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	13.555.384,67C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	82.627.733,44C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.898.850,71C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	81.911,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.047.856,55D	5.735.643,13D
Bancos Conta Aplicação	358.574,16D	123.796,22D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.859.439,35D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	1.974,34D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	28.045.162,74D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**28.047.137,08D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**33.906.576,43D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 176
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.629.200,43**	**0,00**	**3.629.200,43**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
19280293010000	Restituições Determinadas pelo TCE - Dívida Ativa Não Tributária	18.227,53	0,00	18.227,53
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**18.227,53**	**0,00**	**18.227,53**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	50.314.095,36	46.458.164,64

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 177
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 6
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

Demais Contas	494.258.912,47	498.114.843,19
Totais	544.573.007,83	544.573.007,83
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		193.437

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	182.384,23	0,00	182.384,23
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	75.942,35	0,00	75.942,35
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	45.565,18	0,00	45.565,18
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	22.808,28	0,00	22.808,28
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.503,48	0,00	9.503,48
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.702,08	0,00	5.702,08
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.006,23	0,00	6.006,23
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.502,70	0,00	2.502,70
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.501,64	0,00	1.501,64
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	202.239,60	0,00	202.239,60
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	84.266,63	0,00	84.266,63
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	50.560,00	0,00	50.560,00
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	354,78	0,00	354,78
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	147,93	0,00	147,93
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	88,74	0,00	88,74
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	24.086,42	0,00	24.086,42
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.036,27	0,00	10.036,27
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.021,72	0,00	6.021,72
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	14.955,62	0,00	14.955,62
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.231,77	0,00	6.231,77
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.739,00	0,00	3.739,00
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	56.258,79	0,00	56.258,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	23.441,16	0,00	23.441,16
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	14.064,69	0,00	14.064,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	224.587,68	0,00	224.587,68
11180231020000	ISS - Principal - MDE	93.578,95	0,00	93.578,95
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	56.147,16	0,00	56.147,16
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.388,87	0,00	1.388,87
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	579,26	0,00	579,26
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	347,40	0,00	347,40
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	8.107,11	0,00	8.107,11

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 178
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	3.378,10	0,00	3.378,10
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.026,83	0,00	2.026,83
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3.990,38	0,00	3.990,38
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.662,83	0,00	1.662,83
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	997,61	0,00	997,61
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.964.828,02	0,00	4.964.828,02
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	413.735,90	0,00	413.735,90
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.241.207,03	0,00	1.241.207,03
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.654.942,45	0,00	1.654.942,45
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.219,00	0,00	17.219,00
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.435,05	0,00	1.435,05
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.304,79	0,00	4.304,79
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.739,60	0,00	5.739,60
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.277.272,47	0,00	3.277.272,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	292.580,83	0,00	292.580,83
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	821.550,31	0,00	821.550,31
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.085.598,51	0,00	1.085.598,51
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	326.749,90	0,00	326.749,90
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.229,20	0,00	27.229,20
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.687,61	0,00	81.687,61
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	108.917,10	0,00	108.917,10
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	34.208,22	0,00	34.208,22
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.850,71	0,00	2.850,71
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.552,07	0,00	8.552,07
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.402,80	0,00	11.402,80
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL		**15.880.317,68**	**0,00**	**15.880.317,68**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.970.079,42**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	311.271,43	0,00	311.271,43
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	837.724,59	0,00	837.724,59
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.866.600,46	0,00	2.866.600,46
TOTAL II		**4.015.596,48**	**0,00**	**4.015.596,48**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	678.538,14	0,00	678.538,14
31	Ensino Fundamental	3.232.941,21	0,00	3.232.941,21

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 179
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	604.628,89	0,00	604.628,89
SUBTOTAL I		**4.516.108,24**	**0,00**	**4.516.108,24**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	319113200000000 - Ensino Fundamental	43.819,92	0,00	43.819,92
31	319113200000000 - Educação Infantil	8.792,63	0,00	8.792,63
SUBTOTAL II		**52.612,55**	**0,00**	**52.612,55**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.437.578,21	0,00	1.437.578,21
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		14.410,90	0,00	14.410,90
SUBTOTAL III		**-1.451.989,11**	**0,00**	**-1.451.989,11**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**18,96**		**3.011.506,58**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.964.828,02	0,00	4.964.828,02
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	413.735,90	0,00	413.735,90
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.241.207,03	0,00	1.241.207,03
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.654.942,45	0,00	1.654.942,45
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.219,00	0,00	17.219,00
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.435,05	0,00	1.435,05
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.304,79	0,00	4.304,79
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.739,60	0,00	5.739,60
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.277.272,47	0,00	3.277.272,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	292.580,83	0,00	292.580,83
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	821.550,31	0,00	821.550,31
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.085.598,51	0,00	1.085.598,51
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	326.749,90	0,00	326.749,90
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.229,20	0,00	27.229,20
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.687,61	0,00	81.687,61
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	108.917,10	0,00	108.917,10
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	34.208,22	0,00	34.208,22
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.850,71	0,00	2.850,71
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.552,07	0,00	8.552,07
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.402,80	0,00	11.402,80
SUBTOTAL		**14.382.011,57**	**0,00**	**14.382.011,57**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**2.876.402,31**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.866.600,46	0,00	2.866.600,46
TOTAL II		**2.866.600,46**	**0,00**	**2.866.600,46**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.232.941,21	0,00	3.232.941,21
31	Educação Infantil	604.628,89	0,00	604.628,89
SUBTOTAL I		**3.837.570,10**	**0,00**	**3.837.570,10**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	319113200000000 - Ensino Fundamental	43.819,92	0,00	43.819,92
31	319113200000000 - Educação Infantil	8.792,63	0,00	8.792,63
SUBTOTAL II		**52.612,55**	**0,00**	**52.612,55**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.437.578,21	0,00	1.437.578,21
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		8.304,22	0,00	8.304,22
SUBTOTAL III		**-1.445.882,43**	**0,00**	**-1.445.882,43**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**16,26**		**2.339.075,12**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	8.304,22	0,00	8.304,22
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	4.332.554,13	0,00	4.332.554,13
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**4.312.410,78**	**0,00**	**4.312.410,78**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**3.018.687,55**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.038.650,71	0,00	3.038.650,71
31	Educação Infantil	604.628,89	0,00	604.628,89
SUBTOTAL I		**3.643.279,60**	**0,00**	**3.643.279,60**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	319113200000000 - Ensino Fundamental	39.443,01	0,00	39.443,01
31	319113200000000 - Educação Infantil	8.792,63	0,00	8.792,63
SUBTOTAL II		**48.235,64**	**0,00**	**48.235,64**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 181
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 10
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

TOTAL III	**3.595.043,96**	**0,00**	**3.595.043,96**
% de Aplicação			**83,37**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	182.384,23	0,00	182.384,23
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	75.942,35	0,00	75.942,35
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	45.565,18	0,00	45.565,18
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	22.808,28	0,00	22.808,28
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.503,48	0,00	9.503,48
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.702,08	0,00	5.702,08
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.006,23	0,00	6.006,23
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.502,70	0,00	2.502,70
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.501,64	0,00	1.501,64
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	202.239,60	0,00	202.239,60
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	84.266,63	0,00	84.266,63
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	50.560,00	0,00	50.560,00
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	354,78	0,00	354,78
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	147,93	0,00	147,93
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	88,74	0,00	88,74
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	24.086,42	0,00	24.086,42
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.036,27	0,00	10.036,27
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.021,72	0,00	6.021,72
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	14.955,62	0,00	14.955,62
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.231,77	0,00	6.231,77
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.739,00	0,00	3.739,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 182
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	56.258,79	0,00	56.258,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	23.441,16	0,00	23.441,16
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	14.064,69	0,00	14.064,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	224.587,68	0,00	224.587,68
11180231020000	ISS - Principal - MDE	93.578,95	0,00	93.578,95
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	56.147,16	0,00	56.147,16
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.388,87	0,00	1.388,87
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	579,26	0,00	579,26
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	347,40	0,00	347,40
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	8.107,11	0,00	8.107,11
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	3.378,10	0,00	3.378,10
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.026,83	0,00	2.026,83
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	3.990,38	0,00	3.990,38
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.662,83	0,00	1.662,83
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	997,61	0,00	997,61
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.964.828,02	0,00	4.964.828,02
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	413.735,90	0,00	413.735,90
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.241.207,03	0,00	1.241.207,03
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.654.942,45	0,00	1.654.942,45
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.219,00	0,00	17.219,00
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.435,05	0,00	1.435,05
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.304,79	0,00	4.304,79
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.739,60	0,00	5.739,60
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.277.272,47	0,00	3.277.272,47
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	292.580,83	0,00	292.580,83
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	821.550,31	0,00	821.550,31
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.085.598,51	0,00	1.085.598,51
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	326.749,90	0,00	326.749,90
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.229,20	0,00	27.229,20
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.687,61	0,00	81.687,61
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	108.917,10	0,00	108.917,10
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	34.208,22	0,00	34.208,22
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	2.850,71	0,00	2.850,71
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	8.552,07	0,00	8.552,07
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	11.402,80	0,00	11.402,80
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL I		**15.880.317,68**	**0,00**	**15.880.317,68**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.382.047,65**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	186.762,05	0,00	186.762,05
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.217.237,55	0,00	2.217.237,55
TOTAL II		**2.403.999,60**	**0,00**	**2.403.999,60**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.531.959,19	0,00	2.531.959,19
SUBTOTAL I		**2.531.959,19**	**0,00**	**2.531.959,19**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		4.513,31	0,00	4.513,31
SUBTOTAL III		**4.513,31**	**0,00**	**4.513,31**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**15,92**	**2.527.445,88**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 20,127%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,778% das 45 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 6921, Contrato nr. 6921, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 41,197%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,22%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,101% dos 69 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 164 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 267 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 269 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 31.500,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 970,52
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 281 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 297 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 303 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 309 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 313 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 438 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
CTA_DISP.TXT	CTV_34	130	0	AVISO	Linha: 130 - Validação da conta 000000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	131	0	AVISO	Linha: 131 - Validação da conta 000000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
DECRETO.TXT	DEC_13	0	0	JUSTIF.	Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 242521 devem ter a mesma data
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 164 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 267 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 269 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 31.500,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 271 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 970,52

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 278 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 281 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 297 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 303 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 309 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 313 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: DEC_13 - Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 242521 devem ter a mesma data

Justificativa: Em verificação.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Bimestre	Mural	26/05/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 186
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

	Jornal	26/05/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	26/05/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
4º Bimestre	Mural	28/09/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	28/09/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	28/09/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	24/11/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	25/11/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2021	25/05/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2021	27/09/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	5.535.103,32
5º Bimestre	4.300.957,97	4.803.885,93
6º Bimestre	4.300.963,55	0,00
TOTAL	**25.805.753,40**	**25.393.094,15**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	443.000,01
5º Bimestre	197.166,66	446.583,27
6º Bimestre	197.166,70	0,00
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.033.258,23**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	508.652,74
5º Bimestre	712.166,56	2.887,05
6º Bimestre	712.167,20	0,00
TOTAL	**4.273.000,00**	**649.662,90**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 187
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 16
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-862.126,22
5º Bimestre	-464.458,85	-908.888,79
6º Bimestre	-464.459,15	0,00
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-3.661.232,68**
TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**24.414.782,60**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

Início: 14/09/2021 Término: 16/09/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 189
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 18
Peça 3977766
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 26 de Novembro de 2021

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 26/11/21 e IRIO MIGUEL STEIN em 26/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4A76.5BDB.B3FE.FC1F.651A.

Página 190
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4039812
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 30/11/2021 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.555.614,39
Contribuições	350.000,00	879.081,91
Receita Patrimonial	859.160,46	1.132.577,71
Receita de Serviços	141.690,00	163.719,54
Transferências Correntes	22.937.587,94	24.319.197,33
Outras Receitas Correntes	150.820,00	321.960,64
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**28.372.151,52**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.193.825,99
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.277.837,48
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.471.663,47**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	523.020,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	645.099,00
Outras Receitas de Capital	0,00	5.495,71
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**1.173.614,71**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-3.998.984,89**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**28.018.444,81**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	6.472.009,88
Créditos Especiais	1.597.634,01
Créditos Extraordinários	1.004.800,00
Redução de Dotações	2.780.328,37
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**33.531.560,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Página 192
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4039812
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	24.957.542,38
Liquidado	22.580.733,35
Pago	22.362.960,76
SALDO A LIQUIDAR	**2.376.809,03**
SALDO A PAGAR	**217.772,59**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	882.415,40
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**7.690,96**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	1.004.800,00
Superávit Financeiro	1.397.238,45
Excesso de Arrecadação	3.892.077,07
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.780.328,37
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.780.328,37

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	34.837.124,60D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	20.668.353,11D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	461.011,59C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	26.644.215,00C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	23.490.236,52C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	11.888.220,38D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.432.374,34D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	6.533.210,96D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	45.214,62D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.991.630,91D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	221.697,96D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	147.923,99D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.424.228,63C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	3.323.640,76C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	26.572,98C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	489.698,56C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	25.066.458,11C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	304.184,01C

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Página 193
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4039812
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	86.964.102,38D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	86.964.102,38C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	13.795.044,23D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	93.421.860,80D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.940.750,08D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	77.111,65D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	13.795.044,23C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	93.421.860,80C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.940.750,08C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	77.111,65C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.371.665,44D	5.473.598,30D
Bancos Conta Aplicação	34.765,27D	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.473.598,30D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	33.078,07D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	28.672.122,69D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**28.705.200,76D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**34.178.799,06D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.023.929,69	0,00	3.023.929,69
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	605.270,74	0,00	605.270,74
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.629.200,43**	**0,00**	**3.629.200,43**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
19280293010000	Restituições Determinadas pelo TCE - Dívida Ativa Não Tributária	18.227,53	0,00	18.227,53
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**18.227,53**	**0,00**	**18.227,53**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrição por Determinação do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	60.636.330,06	56.508.176,71

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Demais Contas	568.646.484,29	572.774.637,64
Totais	629.282.814,35	629.282.814,35
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		216.785

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	227.114,73	0,00	227.114,73
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	94.580,11	0,00	94.580,11
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	56.747,82	0,00	56.747,82
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	22.808,28	0,00	22.808,28
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.503,48	0,00	9.503,48
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.702,08	0,00	5.702,08
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.391,45	0,00	6.391,45
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.663,22	0,00	2.663,22
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.597,95	0,00	1.597,95
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	202.993,91	0,00	202.993,91
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	84.580,95	0,00	84.580,95
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	50.748,59	0,00	50.748,59
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	422,58	0,00	422,58
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	176,18	0,00	176,18
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	105,69	0,00	105,69
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	41.348,79	0,00	41.348,79
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	17.228,96	0,00	17.228,96
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	10.337,33	0,00	10.337,33
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.760,18	0,00	15.760,18
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.567,00	0,00	6.567,00
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.940,15	0,00	3.940,15
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.531,92	0,00	65.531,92
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.304,96	0,00	27.304,96
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.382,97	0,00	16.382,97
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	245.758,20	0,00	245.758,20
11180231020000	ISS - Principal - MDE	102.400,09	0,00	102.400,09
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	61.439,81	0,00	61.439,81
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.703,00	0,00	1.703,00
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	710,21	0,00	710,21
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	425,95	0,00	425,95
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	10.507,09	0,00	10.507,09

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	4.378,10	0,00	4.378,10
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.626,82	0,00	2.626,82
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	4.227,37	0,00	4.227,37
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.761,60	0,00	1.761,60
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.056,88	0,00	1.056,88
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.566.979,22	0,00	5.566.979,22
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	463.915,21	0,00	463.915,21
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.391.744,84	0,00	1.391.744,84
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.855.659,49	0,00	1.855.659,49
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.436,75	0,00	17.436,75
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.453,21	0,00	1.453,21
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.359,23	0,00	4.359,23
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.812,17	0,00	5.812,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.680.453,40	0,00	3.680.453,40
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	329.213,75	0,00	329.213,75
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	922.345,54	0,00	922.345,54
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.216.957,63	0,00	1.216.957,63
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	327.617,46	0,00	327.617,46
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.301,50	0,00	27.301,50
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.904,51	0,00	81.904,51
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	109.206,29	0,00	109.206,29
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	38.079,28	0,00	38.079,28
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.173,30	0,00	3.173,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	9.519,84	0,00	9.519,84
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	12.693,15	0,00	12.693,15
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL		**17.726.464,81**	**0,00**	**17.726.464,81**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **4.431.616,20**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	351.854,86	0,00	351.854,86
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	924.949,87	0,00	924.949,87
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.200.328,73	0,00	3.200.328,73
TOTAL II		**4.477.133,46**	**0,00**	**4.477.133,46**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	1.098.664,11	0,00	1.098.664,11
31	Ensino Fundamental	3.706.210,92	0,00	3.706.210,92

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	668.390,49	0,00	668.390,49
SUBTOTAL I		**5.473.265,52**	**0,00**	**5.473.265,52**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - Ensino Fundamental	615,24	0,00	615,24
20	339008110100000 - Ensino Fundamental	37.242,18	0,00	37.242,18
31	339008560100000 - Ensino Fundamental	3.127,47	0,00	3.127,47
31	339008110100000 - Ensino Fundamental	93.054,74	0,00	93.054,74
31	339008110100000 - Educação Infantil	14.767,76	0,00	14.767,76
SUBTOTAL II		**148.807,39**	**0,00**	**148.807,39**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.603.779,78	0,00	1.603.779,78
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		19.444,42	0,00	19.444,42
SUBTOTAL III		**-1.623.224,20**	**0,00**	**-1.623.224,20**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**20,88**		**3.701.233,93**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.566.979,22	0,00	5.566.979,22
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	463.915,21	0,00	463.915,21
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.391.744,84	0,00	1.391.744,84
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.855.659,49	0,00	1.855.659,49
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.436,75	0,00	17.436,75
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.453,21	0,00	1.453,21
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.359,23	0,00	4.359,23
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.812,17	0,00	5.812,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.680.453,40	0,00	3.680.453,40
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	329.213,75	0,00	329.213,75
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	922.345,54	0,00	922.345,54
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.216.957,63	0,00	1.216.957,63
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	327.617,46	0,00	327.617,46
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.301,50	0,00	27.301,50
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.904,51	0,00	81.904,51
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	109.206,29	0,00	109.206,29
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	38.079,28	0,00	38.079,28
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.173,30	0,00	3.173,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	9.519,84	0,00	9.519,84
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	12.693,15	0,00	12.693,15
SUBTOTAL		**16.065.825,77**	**0,00**	**16.065.825,77**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **3.213.165,15**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.200.328,73	0,00	3.200.328,73
TOTAL II		**3.200.328,73**	**0,00**	**3.200.328,73**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.706.210,92	0,00	3.706.210,92
31	Educação Infantil	668.390,49	0,00	668.390,49
SUBTOTAL I		**4.374.601,41**	**0,00**	**4.374.601,41**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - Ensino Fundamental	3.127,47	0,00	3.127,47
31	339008110100000 - Ensino Fundamental	93.054,74	0,00	93.054,74
31	339008110100000 - Educação Infantil	14.767,76	0,00	14.767,76
SUBTOTAL II		**110.949,97**	**0,00**	**110.949,97**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		1.603.779,78	0,00	1.603.779,78
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		11.096,01	0,00	11.096,01
SUBTOTAL III		**-1.614.875,79**	**0,00**	**-1.614.875,79**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**16,49**	**2.648.775,65**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	11.096,01	0,00	11.096,01
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	4.832.483,97	0,00	4.832.483,97
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**4.815.132,41**	**0,00**	**4.815.132,41**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **3.370.592,69**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.254.748,78	0,00	3.254.748,78
31	Educação Infantil	653.622,73	0,00	653.622,73
SUBTOTAL I		**3.908.371,51**	**0,00**	**3.908.371,51**

Despesas Não Computáveis

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**3.908.371,51**	**0,00**	**3.908.371,51**
% de Aplicação				**81,17**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	227.114,73	0,00	227.114,73
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	94.580,11	0,00	94.580,11
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	56.747,82	0,00	56.747,82
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	22.808,28	0,00	22.808,28
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	9.503,48	0,00	9.503,48
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.702,08	0,00	5.702,08
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.391,45	0,00	6.391,45
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.663,22	0,00	2.663,22
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.597,95	0,00	1.597,95
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	202.993,91	0,00	202.993,91
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	84.580,95	0,00	84.580,95
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	50.748,59	0,00	50.748,59
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	422,58	0,00	422,58
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	176,18	0,00	176,18
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	105,69	0,00	105,69
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	41.348,79	0,00	41.348,79
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	17.228,96	0,00	17.228,96
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	10.337,33	0,00	10.337,33
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.760,18	0,00	15.760,18

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.567,00	0,00	6.567,00
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.940,15	0,00	3.940,15
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.531,92	0,00	65.531,92
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.304,96	0,00	27.304,96
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.382,97	0,00	16.382,97
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	245.758,20	0,00	245.758,20
11180231020000	ISS - Principal - MDE	102.400,09	0,00	102.400,09
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	61.439,81	0,00	61.439,81
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.703,00	0,00	1.703,00
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	710,21	0,00	710,21
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	425,95	0,00	425,95
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	10.507,09	0,00	10.507,09
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	4.378,10	0,00	4.378,10
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.626,82	0,00	2.626,82
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	4.227,37	0,00	4.227,37
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.761,60	0,00	1.761,60
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.056,88	0,00	1.056,88
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.566.979,22	0,00	5.566.979,22
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	463.915,21	0,00	463.915,21
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.391.744,84	0,00	1.391.744,84
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.855.659,49	0,00	1.855.659,49
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.436,75	0,00	17.436,75
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.453,21	0,00	1.453,21
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.359,23	0,00	4.359,23
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.812,17	0,00	5.812,17
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.680.453,40	0,00	3.680.453,40
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	329.213,75	0,00	329.213,75
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	922.345,54	0,00	922.345,54
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.216.957,63	0,00	1.216.957,63
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	327.617,46	0,00	327.617,46
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	27.301,50	0,00	27.301,50
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	81.904,51	0,00	81.904,51
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	109.206,29	0,00	109.206,29
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	38.079,28	0,00	38.079,28
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.173,30	0,00	3.173,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	9.519,84	0,00	9.519,84
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	12.693,15	0,00	12.693,15
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL I		**17.726.464,81**	**0,00**	**17.726.464,81**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.658.969,72**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	211.112,04	0,00	211.112,04
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.469.809,70	0,00	2.469.809,70
TOTAL II		**2.680.921,74**	**0,00**	**2.680.921,74**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	2.880.855,14	0,00	2.880.855,14
SUBTOTAL I		**2.880.855,14**	**0,00**	**2.880.855,14**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		5.148,87	0,00	5.148,87
SUBTOTAL III		**5.148,87**	**0,00**	**5.148,87**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**16,22**		**2.875.706,27**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 20,243%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,778% das 45 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 6921, Contrato nr. 6921, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 41,199%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 27,471%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,368% dos 76 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 165 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 272 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 31.500,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.455,78
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 285 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 301 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 306 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 313 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 317 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 442 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
CTA_DISP.TXT	CTV_34	143	0	AVISO	Linha: 143 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	144	0	AVISO	Linha: 144 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
DECRETO.TXT	DEC_13	0	0	JUSTIF.	Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 255721 devem ter a mesma data
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: Conforme a Prestadora de Serviço Delta são avisos que se ajustam no encerramento do exercício.

Descrição: BDP_32 - Linha: 165 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 272 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 31.500,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.455,78

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 282 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 285 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 185.151,61

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 301 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 63.030,00

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 306 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 39.039,90

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 313 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 14.854,44

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 317 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 2.970,88

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: DEC_13 - Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 255721 devem ter a mesma data

Justificativa: Os decretos de créditos adicionais estão sendo realizados no sistema pelo Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa com Pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	5.535.103,32
5º Bimestre	4.300.957,97	4.803.885,93
6º Bimestre	4.300.963,55	2.979.057,37
TOTAL	**25.805.753,40**	**28.372.151,52**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	443.000,01
5º Bimestre	197.166,66	446.583,27
6º Bimestre	197.166,70	438.405,24
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.471.663,47**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	508.652,74
5º Bimestre	712.166,56	2.887,05
6º Bimestre	712.167,20	523.951,81
TOTAL	**4.273.000,00**	**1.173.614,71**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

Página 208
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 19
Peça 4039812
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-862.126,22
5º Bimestre	-464.458,85	-908.888,79
6º Bimestre	-464.459,15	-337.752,21
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-3.998.984,89**
TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**28.018.444,81**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Írio Miguel Stein

CPF: 31322085072

Cargo/Função: PREFEITO

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

Início: 14/09/2021 Término: 16/09/2021

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Entrega da remessa do SIAPC/PAD mês novembro/2021 entregue nesta data conforme prorrogação de prazo Ofício Circular DCF nº44/2021.

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 04 de Janeiro de 2022

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 04/01/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9247.A550.8606.3990.7A50.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2021
PM DE SERTÃO SANTANA
2º Semestre

62102113261941228

21.0.1.5
23/02/2022
13:55:23

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA
CNPJ: 94068236000103
ORGÃO Nº: 81600
Cód. Barras do RVE Vinculado: 62101113261941228

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	26.076.946,66
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	25.896.946,66
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	25.896.946,66

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**13.600.854,41**	**52,52%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 55 — Valores expressos em reais

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A31.BF4A.F27D.A514.3AFD.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SERTÃO SANTANA

2º Semestre

Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**
		Ajustado	**Ajustado**
1	Recursos Livre	167.869,52	431.634,07
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	31.400,86	7.400,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	9.172,11	194.333,01
40	A S P S	131.223,36	0,00
1027	Transf.Salário Educação - Federal	185,50	0,00
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE	0,00	1.080,00
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB	2.231,98	0,00
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF	127,10	0,00
1181	Cessão Onerosa	0,00	41.614,51
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica	56.918,08	29.286,90
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	0,00	87.949,35
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	1.920,00	0,00
SUBTOTAL		401.048,51	793.297,84
TOTAL			1.194.346,35

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**DO EXERCÍCIO ATUAL**	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	**Ajustado**	**Ajustado**	**Ajustado**
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual	0,00

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A31.BF4A.F27D.A514.3AFD.

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 52,52 % está situado ***no intervalo de 51,31%***, a 54,00% sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF (51,30%, percentual este equivalente a 95,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no parágrafo único do art. 22 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF), e coloca o Poder Executivo/Indiretas Municipais, conforme determinado no citado parágrafo único do art. 22 da LRF, ao ***ao alcance das seguintes VEDAÇÕES***

> Lei de Responsabilidade Fiscal, Incisos I a V do Parágrafo Único do Art. 22:
>
> Art. 22 - [...]
>
> Parágrafo Único - [...]
>
> I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
>
> II - criação de cargo, emprego ou função;
>
> III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
>
> IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
>
> V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

DA CIÊNCIA

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A31.BF4A.F27D.A514.3AFD.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SERTÃO SANTANA

2º Semestre

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A31.BF4A.F27D.A514.3AFD.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021

PM DE SERTÃO SANTANA

2º Semestre

SERTÃO SANTANA, 23 de Fevereiro de 2022 .

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Responsável pela Administração Financeira

_____

VINICIUS FRAZZON BOER

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A31.BF4A.F27D.A514.3AFD.

Página 216
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.726.380,36
Contribuições	350.000,00	1.034.838,41
Receita Patrimonial	859.160,46	1.544.964,28
Receita de Serviços	141.690,00	173.560,61
Transferências Correntes	22.937.587,94	27.594.669,97
Outras Receitas Correntes	150.820,00	322.543,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**32.396.957,21**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.419.046,14
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.478.534,41
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.897.580,55**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	523.020,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	744.988,00
Outras Receitas de Capital	0,00	6.789,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**1.274.797,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-4.387.708,24**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**32.181.627,24**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	7.923.952,02
Créditos Especiais	2.114.707,60
Créditos Extraordinários	1.308.899,00
Redução de Dotações	3.513.860,22
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**35.071.142,88**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 218
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Empenhado	26.599.344,68
Liquidado	25.808.828,10
Pago	25.407.779,59
SALDO A LIQUIDAR	**790.516,58**
SALDO A PAGAR	**401.048,51**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	877.505,70
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.781,26**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	1.308.899,00
Superávit Financeiro	1.397.238,45
Excesso de Arrecadação	5.127.560,95
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	3.513.860,22
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	3.513.860,22

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	36.270.593,62D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	19.095.614,57D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	529.318,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	28.706.583,22C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	21.956.574,82C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	12.856.241,87D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.554.002,06D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	8.318.867,88D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	48.411,99D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	6.018.428,65D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	314.792,90D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	2.211.750,23D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.886.241,25C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	3.896.907,88C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	27.684,02C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.175.466,70C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	28.667.312,40C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	307.110,56C

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 219
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	90.145.487,56D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	90.145.487,56C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	14.692.638,44D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	104.964.680,78D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.958.594,75D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	42.143,75D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	14.692.638,44C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	104.964.680,78C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.958.594,75C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	42.143,75C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.371.665,44D	5.824.785,84D
Bancos Conta Aplicação	34.765,27D	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.824.785,84D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	9.598,08D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	29.455.152,13D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**29.464.750,21D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**35.289.536,05D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79

TOTAL CONTAS DE RECEITA	29.540.000,00	29.010.700,09

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.272.375,98	0,00	3.272.375,98
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	657.577,98	0,00	657.577,98
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.929.953,96**	**0,00**	**3.929.953,96**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
19280293010000	Restituições Determinadas pelo TCE - Dívida Ativa Não Tributária	18.227,53	0,00	18.227,53
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**18.227,53**	**0,00**	**18.227,53**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	74.706.145,19	69.467.254,85

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Demais Contas	1.620.350.405,41	1.625.589.295,75
Totais	1.695.056.550,60	1.695.056.550,60
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		260.947

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	0,00	0,00	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	31.400,86	0,00	31.400,86
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	9.172,11	0,00	9.172,11
SUBTOTAL		**40.572,97**	**0,00**	**40.572,97**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	0,00	0,00	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	306.024,33	0,00	306.024,33
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	242.833,48	0,00	242.833,48
SUBTOTAL		**548.857,81**	**0,00**	**548.857,81**

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Conta	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	306.024,33	31.400,86	274.623,47
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	242.833,48	9.172,11	233.661,37
SUBTOTAL		**548.857,81**	**40.572,97**	**508.284,84**

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	7.400,00	0,00	7.400,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	194.333,01	0,00	194.333,01
SUBTOTAL		**201.733,01**	**0,00**	**201.733,01**

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 222
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 7
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	7.400,00	274.623,47	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	194.333,01	233.661,37	0,00
SUBTOTAL		**201.733,01**	**508.284,84**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	233.661,37	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**233.661,37**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	265.514,48	0,00	265.514,48
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	110.580,05	0,00	110.580,05
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	66.347,75	0,00	66.347,75
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	30.585,50	0,00	30.585,50
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.744,00	0,00	12.744,00
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.646,40	0,00	7.646,40
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.119,37	0,00	7.119,37
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.966,56	0,00	2.966,56
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.779,93	0,00	1.779,93
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	204.949,64	0,00	204.949,64
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	85.395,87	0,00	85.395,87
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	51.237,53	0,00	51.237,53
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	639,64	0,00	639,64
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	266,63	0,00	266,63
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	159,94	0,00	159,94
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	46.914,30	0,00	46.914,30
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	19.547,96	0,00	19.547,96
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	11.728,75	0,00	11.728,75
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	17.733,81	0,00	17.733,81
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	7.389,38	0,00	7.389,38
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	4.433,56	0,00	4.433,56
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	72.011,92	0,00	72.011,92

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	30.004,96	0,00	30.004,96
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	18.002,97	0,00	18.002,97
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	278.246,95	0,00	278.246,95
11180231020000	ISS - Principal - MDE	115.937,22	0,00	115.937,22
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	69.562,08	0,00	69.562,08
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.228,75	0,00	2.228,75
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	929,31	0,00	929,31
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	557,41	0,00	557,41
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.321,70	0,00	11.321,70
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	4.717,54	0,00	4.717,54
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.830,48	0,00	2.830,48
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	4.540,64	0,00	4.540,64
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.892,17	0,00	1.892,17
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.135,23	0,00	1.135,23
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,16	0,00	6.191.996,16
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,98	0,00	515.999,98
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,07	0,00	1.547.999,07
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,44	0,00	2.063.998,44
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	271.402,75	0,00	271.402,75
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	113.084,48	0,00	113.084,48
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	67.850,69	0,00	67.850,69
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.531,38	0,00	17.531,38
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.461,11	0,00	1.461,11
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.382,89	0,00	4.382,89
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.843,71	0,00	5.843,71
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.030.487,76	-45.500,76	3.984.987,00
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	362.151,56	-3.791,73	358.359,83
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.009.854,13	-11.375,19	998.478,94
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.329.867,48	-15.166,92	1.314.700,56
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	457.204,91	-103.018,65	354.186,26
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.100,47	-8.584,89	29.515,58
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.301,37	-25.754,66	88.546,71
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.402,17	-34.339,55	118.062,62
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	41.643,12	0,00	41.643,12
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.470,30	0,00	3.470,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.410,81	0,00	10.410,81
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	13.881,10	0,00	13.881,10
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL		**20.188.030,86**	**-247.532,35**	**19.940.498,51**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 224
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 9
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **4.985.124,63**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	392.371,65	0,00	392.371,65
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.134.160,80	0,00	1.134.160,80
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.565.992,90	0,00	3.565.992,90
TOTAL II		**5.092.525,35**	**0,00**	**5.092.525,35**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	1.442.574,57	0,00	1.442.574,57
31	ENSINO FUNDAMENTAL	4.731.729,02	0,00	4.731.729,02
31	EDUCACAO INFANTIL	825.191,74	0,00	825.191,74
SUBTOTAL I		**6.999.495,33**	**0,00**	**6.999.495,33**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - Ensino Fundamental	922,86	0,00	922,86
20	339008110100000 - Ensino Fundamental	53.586,43	0,00	53.586,43
31	339008560100000 - Ensino Fundamental	3.127,47	0,00	3.127,47
31	339008110100000 - Ensino Fundamental	100.380,88	0,00	100.380,88
31	339008110100000 - Educação Infantil	16.613,73	0,00	16.613,73
SUBTOTAL II		**174.631,37**	**0,00**	**174.631,37**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1.735.757,45	0,00	1.735.757,45
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	32.156,61	0,00	32.156,61
SUBTOTAL IV	**-1.767.914,06**	**0,00**	**-1.767.914,06**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**25,36**		**5.056.949,90**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,16	0,00	6.191.996,16

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,98	0,00	515.999,98
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,07	0,00	1.547.999,07
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,44	0,00	2.063.998,44
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.531,38	0,00	17.531,38
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.461,11	0,00	1.461,11
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.382,89	0,00	4.382,89
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.843,71	0,00	5.843,71
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.030.487,76	0,00	4.030.487,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	362.151,56	0,00	362.151,56
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.009.854,13	0,00	1.009.854,13
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.329.867,48	0,00	1.329.867,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	457.204,91	0,00	457.204,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.100,47	0,00	38.100,47
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.301,37	0,00	114.301,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.402,17	0,00	152.402,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	41.643,12	0,00	41.643,12
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.470,30	0,00	3.470,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.410,81	0,00	10.410,81
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	13.881,10	0,00	13.881,10
SUBTOTAL		**17.912.987,92**	**0,00**	**17.912.987,92**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **3.582.597,58**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.565.992,90	0,00	3.565.992,90
TOTAL II		**3.565.992,90**	**0,00**	**3.565.992,90**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	4.731.729,02	0,00	4.731.729,02
31	EDUCACAO INFANTIL	825.191,74	0,00	825.191,74
SUBTOTAL I		**5.556.920,76**	**0,00**	**5.556.920,76**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - Ensino Fundamental	3.127,47	0,00	3.127,47
31	339008110100000 - Ensino Fundamental	100.380,88	0,00	100.380,88
31	339008110100000 - Educação Infantil	16.613,73	0,00	16.613,73
SUBTOTAL II		**120.122,08**	**0,00**	**120.122,08**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1.735.757,45	0,00	1.735.757,45
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	18.449,83	0,00	18.449,83
SUBTOTAL IV	**-1.754.207,28**	**0,00**	**-1.754.207,28**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**20,56**	**3.682.591,40**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	18.449,83	0,00	18.449,83
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	5.330.125,81	0,00	5.330.125,81
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**5.320.128,07**	**0,00**	**5.320.128,07**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **3.724.089,65**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.936.351,08	0,00	3.936.351,08
31	Educação Infantil	808.578,01	0,00	808.578,01
SUBTOTAL I		**4.744.929,09**	**0,00**	**4.744.929,09**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

TOTAL	**4.744.929,09**	**0,00**	**4.744.929,09**
% de Aplicação			**89,19**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.4 Justificativa de Seleção/Ajustes nas Contas da Educação e FUNDEB

Nome da Planilha: Base de Cálculo Constitucional da Receita (MDE+FUNDEB)

Justificativa: Antecipação de ICMS e IPVA conforme Resolução Nº 1089/2018 artigo 6 do TCE/RS e demonstrativos fornecidos pela FAMURS.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	265.514,48	0,00	265.514,48
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	110.580,05	0,00	110.580,05
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	66.347,75	0,00	66.347,75
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	30.585,50	0,00	30.585,50
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.744,00	0,00	12.744,00
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.646,40	0,00	7.646,40
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.119,37	0,00	7.119,37
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.966,56	0,00	2.966,56
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.779,93	0,00	1.779,93
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	204.949,64	0,00	204.949,64
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	85.395,87	0,00	85.395,87
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	51.237,53	0,00	51.237,53
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	639,64	0,00	639,64
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	266,63	0,00	266,63
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	159,94	0,00	159,94
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	46.914,30	0,00	46.914,30
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	19.547,96	0,00	19.547,96
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	11.728,75	0,00	11.728,75
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	17.733,81	0,00	17.733,81
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	7.389,38	0,00	7.389,38
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	4.433,56	0,00	4.433,56
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	72.011,92	0,00	72.011,92
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	30.004,96	0,00	30.004,96
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	18.002,97	0,00	18.002,97
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	278.246,95	0,00	278.246,95
11180231020000	ISS - Principal - MDE	115.937,22	0,00	115.937,22
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	69.562,08	0,00	69.562,08
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.228,75	0,00	2.228,75
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	929,31	0,00	929,31
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	557,41	0,00	557,41

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 228
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.321,70	0,00	11.321,70
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	4.717,54	0,00	4.717,54
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.830,48	0,00	2.830,48
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	4.540,64	0,00	4.540,64
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.892,17	0,00	1.892,17
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.135,23	0,00	1.135,23
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,16	0,00	6.191.996,16
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,98	0,00	515.999,98
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,07	0,00	1.547.999,07
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,44	0,00	2.063.998,44
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	271.402,75	0,00	271.402,75
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	113.084,48	0,00	113.084,48
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	67.850,69	0,00	67.850,69
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.531,38	0,00	17.531,38
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.461,11	0,00	1.461,11
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.382,89	0,00	4.382,89
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.843,71	0,00	5.843,71
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.030.487,76	0,00	4.030.487,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	362.151,56	0,00	362.151,56
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.009.854,13	0,00	1.009.854,13
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.329.867,48	0,00	1.329.867,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	457.204,91	0,00	457.204,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.100,47	0,00	38.100,47
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.301,37	0,00	114.301,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.402,17	0,00	152.402,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	41.643,12	0,00	41.643,12
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.470,30	0,00	3.470,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.410,81	0,00	10.410,81
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	13.881,10	0,00	13.881,10
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL I		**20.188.030,86**	**0,00**	**20.188.030,86**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **3.028.204,63**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	235.422,03	0,00	235.422,03
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.814.734,70	0,00	2.814.734,70
TOTAL II		**3.050.156,73**	**0,00**	**3.050.156,73**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.182.297,81	0,00	3.182.297,81
SUBTOTAL I		**3.182.297,81**	**0,00**	**3.182.297,81**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		6.755,15	0,00	6.755,15
SUBTOTAL III		**6.755,15**	**0,00**	**6.755,15**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**15,73**	**3.175.542,66**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.7.1 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	32.396.957,21	0,00	32.396.957,21
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.274.797,72	0,00	1.274.797,72
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.387.708,24	0,00	-4.387.708,24
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	992.638,52	0,00	992.638,52
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	23.685,47	0,00	23.685,47
13210011010301	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção Básica	10.841,44	0,00	10.841,44
13210011010302	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	345,33	0,00	345,33
13210011010303	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	1.317,14	0,00	1.317,14
13210011010304	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	346,71	0,00	346,71
13210011010306	Rec Rend Aplic Financ. - Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	4.895,28	0,00	4.895,28
13210011010307	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	5.646,16	0,00	5.646,16
13210011010308	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	14,17	0,00	14,17
13210011010313	Rec Rend Aplic Financ. - Dispensação de Fraldas	111,88	0,00	111,88
13210011010314	Rec Rend Aplic Financ. - Qualif Atenção Basica/PIES	11.882,69	0,00	11.882,69
13210011010315	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Assist.Farmac.Básica Est/diabeticos	1.291,54	0,00	1.291,54
13210011010316	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Oficina Terapeutica	2.047,27	0,00	2.047,27
13210011010317	Rec Rend Aplic Financ- FMS Progr. Vig Promoção Saude	369,65	0,00	369,65
13210011010319	Rec. De Rem Dep Banc NFG SAÚDE	201,57	0,00	201,57

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010320	Rec. De Rem Dep Banc- ESF ESTADUAL	5.492,38	0,00	5.492,38
13210011010333	Rec. Rem. de Depósito Banc.- Emenda Parl. p/ Custeio COVID 19	199,81	0,00	199,81
13210011010334	Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	190,74	0,00	190,74
13210011010335	Rec. Rem. Dep. FES Pronto Atend Mun 24H Pacientes SRAG	3.063,10	0,00	3.063,10
13210011010336	Rec. Rem. Dep. FES Projeto Chamar 192	1.516,23	0,00	1.516,23
13210011010701	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	350,06	0,00	350,06
13210011010702	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GBF FNAS	599,83	0,00	599,83
13210011010703	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSB FNAS	4.315,33	0,00	4.315,33
13210011010704	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSEMC FNAS	33,17	0,00	33,17
13210011010705	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GSUAS FNAS	110,83	0,00	110,83
13210011010706	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL BPC Escola	4,16	0,00	4,16
13210011010707	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS p/EPI Portaria 369/2020	79,31	0,00	79,31
13210011010708	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.FNAS COVID no SUAS p/ALIMENTOS Portaria 369/2020	1.225,09	0,00	1.225,09
13210011010802	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FNDE/PNATE	2.874,17	0,00	2.874,17
13210011010803	Rem Dep Banc de Rec Vinc - Sal Educ Fed	6.210,03	0,00	6.210,03
13210011010804	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PNAE	585,94	0,00	585,94
13210011010805	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PRE	205,40	0,00	205,40
13210011010807	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/CRECHE	88,68	0,00	88,68
13210011010808	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FNDE/BRASIL CARINHOSO	3,25	0,00	3,25
13210011010809	Rec Rend Aplic Financ-PRO-INFANCIA	3,27	0,00	3,27
13210011010810	Rec de Remun Dep Banc - PAC 2 FNDE PAR Aquis.Veic.e Mobiliario	368,48	0,00	368,48
13210011010812	Remu. de Dep. Banc.de Rec. Vinc. - FNDE - Auxílio Financeiro Resolução 11/2018	0,67	0,00	0,67
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.304.920,46	0,00	1.304.920,46
17180311010000	Transferência de Recursos do SUS ? Atenção Primária ? SUS ? Repasses Fundo a Fundo - Principal	683.220,06	0,00	683.220,06
17180311020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM /MS 361/2021 COVID 19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180311030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM /MS nº 650 08/04/2021 COVID 19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180311040000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/ MS 894/2021	23.236,11	0,00	23.236,11
17180311050000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS nº 2.010/2021 COVID 19	300.000,00	0,00	300.000,00
17180311060000	Incremento Temporário PAB - Portaria GM/MS nº 1.276/2021 Emendas Parlamentares	180.000,00	0,00	180.000,00
17180311070000	Implementação de Políticas para a Rede Cegonha - Portaria GM/MS nº 1.575/2021	56,00	0,00	56,00
17180321000000	Transf.de Rec.do SUS Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	20.353,80	0,00	20.353,80
17180331000000	Transf.de Rec.do SUS Vigilância em Saúde - Principal	33.643,45	0,00	33.643,45
17180341000000	Transf.de Rec.do SUS Assistência Farmacêutica - Principal	38.591,64	0,00	38.591,64
17180391020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 3874/20 - COVID 19	60.000,00	0,00	60.000,00
17180391030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM /MS 731/2021 - COVID 19	8.323,00	0,00	8.323,00
17180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	336.212,35	0,00	336.212,35
17180531010000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Ensino Fundamental	47.916,00	0,00	47.916,00
17180531020000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Pré-Escola	15.857,60	0,00	15.857,60

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180531040000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - CRECHE	7.768,20	0,00	7.768,20
17180541010000	Transferencias Diretas do FNDE Referentes ao PNATE	98.229,93	0,00	98.229,93
17181031010000	Cota-Parte FMAS BL PSB FNAS	73.885,30	0,00	73.885,30
17181031020000	Cota-Parte FMAS BL PSEMC FNAS	1.123,48	0,00	1.123,48
17181031030000	Cota-Parte FMAS BL Financ da Gestão SUAS	3.318,00	0,00	3.318,00
17181031040000	Cota-Parte FMAS BL GBF FNAS	15.730,00	0,00	15.730,00
17280311010000	Assistencia Programa Farmácia Básica/diabeticos	38.651,26	0,00	38.651,26
17280311030000	ATENÇÃO BÁSICA OFICINAS TERAPÊUTICAS	105.428,31	0,00	105.428,31
17280311040000	Atenção BÁSICA PIES	265.212,69	0,00	265.212,69
17280311050000	Programa Dispensação de Fraldas	1.408,00	0,00	1.408,00
17280311060000	Programa NFG Saude	11.831,17	0,00	11.831,17
17280311070000	Incentivo a Equipe de Saúde da Família (ESF)	60.000,00	0,00	60.000,00
17280311090000	Repasse p/ Pronto Atendimentos Municipais 24H p/ paciente SRAG Parcela Única Portaria SES/RS 287/2021	90.909,09	0,00	90.909,09
17280311100000	Repasse Projeto Chamar 192 p/ Enfrentamento COVID-19 CIB 170/2020 e 034/2021	45.000,00	0,00	45.000,00
17281021010000	Transferências de Convênios para o Transporte Escolar - Principal	216.550,84	0,00	216.550,84
17281091100000	Transferencia de Convenio para Manutenção de Estradas e Similares	100.000,00	0,00	100.000,00
19900311020000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parc	215.569,68	0,00	215.569,68
24180411010000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde ? SUS destinados à Atenção Básica - Principal	99.889,00	0,00	99.889,00
24181091040000	Transf De Conv da União Pav Ruas Waltes Kess e da Igreja	48.750,00	0,00	48.750,00
24281091040000	Transferencia de Convenio para Perfuração de Poços Artesianos	70.000,00	0,00	70.000,00
24281091050000	Consulta Popular 19/20 para Recuperação de Estradas e Similares e Construção de Galerias	19.028,00	0,00	19.028,00
24281091060000	Consulta Popular 20/21-Aquis Plantadeira	28.571,00	0,00	28.571,00
913210011010334	(R) Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	-5,60	0,00	-5,60
913210011010701	(R)Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	-18,76	0,00	-18,76
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-604.511,82	0,00	-604.511,82
TOTAL		**23.776.243,70**	**0,00**	**23.776.243,70**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 21,209%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,959% das 49 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 6921, Contrato nr. 6921, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 39,583%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,652%

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,753% dos 89 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 165 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 25.211,98
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 266 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 26.925,86
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.937,30
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 32.407,80
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 33.223,94
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.455,78
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 285 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 288 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 183.427,64
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 446 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
CTA_DISP.TXT	CTV_34	149	0	AVISO	Linha: 149 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	150	0	AVISO	Linha: 150 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
DECRETO.TXT	DEC_13	0	0	JUSTIF.	Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 255721 devem ter a mesma data
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BDP_32 - Linha: 165 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 25.211,98

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 266 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 26.925,86

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.937,30

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 32.407,80

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 33.223,94

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.455,78

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 285 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 288 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 183.427,64

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: DEC_13 - Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 255721 devem ter a mesma data

Justificativa: Os decretos de créditos adicionais foram realizados no sistema pelo Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento sob supervisão do Contador Fabricio Falconi conforme contrato de prestação de serviços nº028/2021.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Bimestre	Mural	26/05/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	26/05/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	26/05/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
4º Bimestre	Mural	28/09/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	28/09/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	28/09/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	24/11/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	25/11/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
6º Bimestre	Mural	28/01/2022	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/01/2022	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

1º Semestre	Mural	30/07/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Semestre	Mural	28/01/2022	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/01/2022	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2021	25/05/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2021	27/09/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	32.396.957,21	0,00	32.396.957,21
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.387.708,24	0,00	-4.387.708,24
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	992.638,52	0,00	992.638,52
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	23.685,47	0,00	23.685,47
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.304.920,46	0,00	1.304.920,46
19900311020000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parc	215.569,68	0,00	215.569,68
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-604.511,82	0,00	-604.511,82
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**26.076.946,66**	**0,00**	**26.076.946,66**

Emendas Parlamentares Individuais

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17180311060000	Incremento Temporário PAB - Portaria GM/MS nº 1.276/2021 Emendas Parlamentares	180.000,00	0,00	180.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**25.896.946,66**	**0,00**	**25.896.946,66**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**25.896.946,66**	**0,00**	**25.896.946,66**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.162.557,69	0,00	15.162.557,69
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	1.312.890,13	0,00	1.312.890,13
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	108.597,22	0,00	108.597,22
319003010000000	Pensões - Pessoal Civil	129.449,83	0,00	129.449,83
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	10.766,10	0,00	10.766,10
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**13.600.854,41**	**0,00**	**13.600.854,41**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa com Pessoal	**13.600.854,41**	**0,00**	**13.600.854,41**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	1.223.099,50	0,00	1.223.099,50
1	11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	685.322,66	0,00	685.322,66
1	11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	7,85	0,00	7,85
1	11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	65.837,15	0,00	65.837,15
20	11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	306.024,33	0,00	306.024,33
31	11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	242.833,48	0,00	242.833,48
40	11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	226.226,87	0,00	226.226,87
1016	11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	8.172,91	0,00	8.172,91
1017	11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	9.993,29	0,00	9.993,29
1027	11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	204.521,02	0,00	204.521,02
1028	11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	75.772,69	0,00	75.772,69
1037	11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	1.776,60	0,00	1.776,60
1038	11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.816,87	0,00	7.816,87
1044	11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	257.815,54	0,00	257.815,54
1045	11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	93.882,98	0,00	93.882,98
1067	11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.979,75	0,00	11.979,75
1069	11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.511,87	0,00	4.511,87
1090	11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	18.634,90	0,00	18.634,90
1095	11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	5.194,36	0,00	5.194,36
1128	11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	36.897,09	0,00	36.897,09
1129	11111190305000200005	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO ASSIST SOCIAL	20.180,45	0,00	20.180,45
1130	11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	89.425,66	0,00	89.425,66
1138	11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	15.020,56	0,00	15.020,56
1143	11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	11.376,42	0,00	11.376,42
1148	11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	145.671,05	0,00	145.671,05
1149	11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	737,44	0,00	737,44

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1150	11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.831,00	0,00	4.831,00
1151	11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.253,56	0,00	18.253,56
1152	11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	169,62	0,00	169,62
1154	11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	2.351,23	0,00	2.351,23
1162	11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	132,29	0,00	132,29
1180	11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSIST.SOCIAL - FUMDICA	7.307,66	0,00	7.307,66
1181	11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	76.849,62	0,00	76.849,62
1183	11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID EPI	3.232,20	0,00	3.232,20
1184	11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID ALIMENTOS	45.607,24	0,00	45.607,24
1186	11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	677,71	0,00	677,71
1187	11111191200200000000	BANRISUL S/A - CTA. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E SIMILARES	9.051,06	0,00	9.051,06
1188	11111191205002100000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP.19/20 OBRAS E.V GALERIAS	19.699,28	0,00	19.699,28
1190	11111191205002300000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP 20/21 AGRIC AQUIS PLANTADEIRA	29.304,20	0,00	29.304,20
1199	11111191205002200000	BANRISUL S/A - CTA. PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	7.935,71	0,00	7.935,71
4001	11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	95.719,26	0,00	95.719,26
4002	11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	121.387,30	0,00	121.387,30
4011	11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	92.781,09	0,00	92.781,09
4011	11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	425.979,88	0,00	425.979,88
4011	11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 SAUDE MENTAL ATENÇÃO BÁSICA	7.148,69	0,00	7.148,69
4050	11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	1.082,88	0,00	1.082,88
4050	11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	53.900,82	0,00	53.900,82
4090	11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	154.104,82	0,00	154.104,82
4170	11111191206001800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PROJETO CHAMAR SAMU 192 CIB 170/20 E 034/21	46.516,23	0,00	46.516,23
4190	11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.562,99	0,00	9.562,99
4230	11111191206001700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PORT SES/RS 287/2021 SRAG	93.972,19	0,00	93.972,19
4297	11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA. FMS EMENDA PARL. P/CUSTEIO COVID 19	5.193,46	0,00	5.193,46
4300	11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA	7.052,94	0,00	7.052,94

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		NF GAÚCHA			
4500	11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	364.768,23	0,00	364.768,23
4501	11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	23.373,64	0,00	23.373,64
4502	11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	54.091,02	0,00	54.091,02
4503	11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	18.803,54	0,00	18.803,54
4505	11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	251.995,88	0,00	251.995,88
4506	11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	199,23	0,00	199,23
4511	11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	3.016,08	0,00	3.016,08
TOTAL			**5.824.785,84**	**0,00**	**5.824.785,84**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	11111060100000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. RPPS	10.596.867,62	0,00	10.596.867,62
50	11111060100000200000	C.E.FEDERAL - CTA. RPPS	10.069.497,37	0,00	10.069.497,37
50	11111060100000400000	BANRISUL S/A - CTA RPPS	6.765.820,01	0,00	6.765.820,01
50	11111060100000600000	SICREDI - CTA RPPS	2.022.967,13	0,00	2.022.967,13
8050	11111060100000500000	CTA RECURSO EXTRA ORCAMENTARIO - 8050	9.598,08	0,00	9.598,08
TOTAL			**29.464.750,21**	**0,00**	**29.464.750,21**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	1.223.099,50	0,00	1.223.099,50
11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	95.719,26	0,00	95.719,26
11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	306.024,33	0,00	306.024,33

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	204.521,02	0,00	204.521,02
11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	242.833,48	0,00	242.833,48
11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	75.772,69	0,00	75.772,69
11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	8.172,91	0,00	8.172,91
11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.511,87	0,00	4.511,87
11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	2.351,23	0,00	2.351,23
11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	15.020,56	0,00	15.020,56
11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	132,29	0,00	132,29
11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	11.376,42	0,00	11.376,42
11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	251.995,88	0,00	251.995,88
11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	199,23	0,00	199,23
11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	364.768,23	0,00	364.768,23
11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	23.373,64	0,00	23.373,64
11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	54.091,02	0,00	54.091,02
11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	18.803,54	0,00	18.803,54
11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	3.016,08	0,00	3.016,08
11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	145.671,05	0,00	145.671,05
11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.253,56	0,00	18.253,56
11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.831,00	0,00	4.831,00
11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	169,62	0,00	169,62
11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	737,44	0,00	737,44
11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID ALIMENTOS	45.607,24	0,00	45.607,24
11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID EPI	3.232,20	0,00	3.232,20
11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.816,87	0,00	7.816,87
11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	76.849,62	0,00	76.849,62
11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	685.322,66	0,00	685.322,66
11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	9.993,29	0,00	9.993,29
11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	93.882,98	0,00	93.882,98
11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	257.815,54	0,00	257.815,54
11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	36.897,09	0,00	36.897,09
11111190305000200005	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO ASSIST SOCIAL	20.180,45	0,00	20.180,45
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	18.634,90	0,00	18.634,90
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	226.226,87	0,00	226.226,87
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	121.387,30	0,00	121.387,30
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSIST.SOCIAL - FUMDICA	7.307,66	0,00	7.307,66
11111191200200000000	BANRISUL S/A - CTA. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E SIMILARES	9.051,06	0,00	9.051,06

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	7,85	0,00	7,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	65.837,15	0,00	65.837,15
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.979,75	0,00	11.979,75
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	5.194,36	0,00	5.194,36
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	1.776,60	0,00	1.776,60
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	89.425,66	0,00	89.425,66
11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	677,71	0,00	677,71
11111191205002100000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP.19/20 OBRAS E.V GALERIAS	19.699,28	0,00	19.699,28
11111191205002200000	BANRISUL S/A - CTA. PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	7.935,71	0,00	7.935,71
11111191205002300000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP 20/21 AGRIC AQUIS PLANTADEIRA	29.304,20	0,00	29.304,20
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	1.082,88	0,00	1.082,88
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.562,99	0,00	9.562,99
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	92.781,09	0,00	92.781,09
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	425.979,88	0,00	425.979,88
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	53.900,82	0,00	53.900,82
11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	7.052,94	0,00	7.052,94
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	154.104,82	0,00	154.104,82
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA. FMS EMENDA PARL. P/CUSTEIO COVID 19	5.193,46	0,00	5.193,46
11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 SAUDE MENTAL ATENÇÃO BÁSICA	7.148,69	0,00	7.148,69
11111191206001700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PORT SES/RS 287/2021 SRAG	93.972,19	0,00	93.972,19
11111191206001800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PROJETO CHAMAR SAMU 192 CIB 170/20 E 034/21	46.516,23	0,00	46.516,23
63270000000000000000	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-401.048,51	0,00	-401.048,51
TOTAL		**5.423.737,33**	**0,00**	**5.423.737,33**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**5.423.737,33**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21142010000000000001	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) DE EXERCICIOS ANTERIORES	60.542,76	0,00	60.542,76
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	7.117,48
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	31.088,94	0,00	31.088,94
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	3.891,30	0,00	3.891,30
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	19.181.653,37	0,00	19.181.653,37
22721030500000000000	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-1.482.038,21	0,00	-1.482.038,21
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	60.383.793,71	0,00	60.383.793,71
22721040200000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-11.679.611,52	0,00	-11.679.611,52
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-9.285.324,32	0,00	-9.285.324,32
22721040400000000000	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-4.258.050,72	0,00	-4.258.050,72
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-24.153.839,09	0,00	-24.153.839,09
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.781,26	0,00	2.781,26
63171000000000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDARINSCRICAO NO EXERCICIO	790.516,58	0,00	790.516,58
TOTAL		**29.602.521,54**	**0,00**	**29.602.521,54**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 243
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 28
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	167.869,52	0,00	167.869,52	167.869,52
20	0,00	31.400,86	0,00	31.400,86	31.400,86
31	0,00	9.172,11	0,00	9.172,11	9.172,11
40	0,00	131.223,36	0,00	131.223,36	131.223,36
1027	0,00	185,50	0,00	185,50	185,50
1148	0,00	2.231,98	0,00	2.231,98	2.231,98
1151	0,00	127,10	0,00	127,10	127,10
4500	0,00	56.918,08	0,00	56.918,08	56.918,08
4511	0,00	1.920,00	0,00	1.920,00	1.920,00
TOTAL	**0,00**	**401.048,51**	**0,00**	**401.048,51**	**401.048,51**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	2.781,26	428.852,81	0,00	428.852,81	431.634,07
20	0,00	7.400,00	0,00	7.400,00	7.400,00
31	0,00	194.333,01	0,00	194.333,01	194.333,01
1037	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	1.080,00
1181	0,00	41.614,51	0,00	41.614,51	41.614,51
4500	0,00	29.286,90	0,00	29.286,90	29.286,90
4505	0,00	87.949,35	0,00	87.949,35	87.949,35
TOTAL	**2.781,26**	**790.516,58**	**0,00**	**790.516,58**	**793.297,84**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		1.974.267,16	0,00	1.974.267,16	

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
20		306.024,33	0,00	306.024,33	
31		242.833,48	0,00	242.833,48	
40		226.226,87	0,00	226.226,87	
50		29.455.152,13	0,00	29.455.152,13	
1016		8.172,91	0,00	8.172,91	
1017		9.993,29	0,00	9.993,29	
1027		204.521,02	0,00	204.521,02	
1028		75.772,69	0,00	75.772,69	
1037		1.776,60	0,00	1.776,60	
1038		7.816,87	0,00	7.816,87	
1044		257.815,54	0,00	257.815,54	
1045		93.882,98	0,00	93.882,98	
1067		11.979,75	0,00	11.979,75	
1069		4.511,87	0,00	4.511,87	
1090		18.634,90	0,00	18.634,90	
1095		5.194,36	0,00	5.194,36	
1128		36.897,09	0,00	36.897,09	
1129		20.180,45	0,00	20.180,45	
1130		89.425,66	0,00	89.425,66	
1138		15.020,56	0,00	15.020,56	
1143		11.376,42	0,00	11.376,42	
1148		145.671,05	0,00	145.671,05	
1149		737,44	0,00	737,44	
1150		4.831,00	0,00	4.831,00	
1151		18.253,56	0,00	18.253,56	
1152		169,62	0,00	169,62	
1154		2.351,23	0,00	2.351,23	
1162		132,29	0,00	132,29	
1180		7.307,66	0,00	7.307,66	
1181		76.849,62	0,00	76.849,62	
1183		3.232,20	0,00	3.232,20	
1184		45.607,24	0,00	45.607,24	
1186		677,71	0,00	677,71	
1187		9.051,06	0,00	9.051,06	
1188		19.699,28	0,00	19.699,28	
1190		29.304,20	0,00	29.304,20	
1199		7.935,71	0,00	7.935,71	
4001		95.719,26	0,00	95.719,26	
4002		121.387,30	0,00	121.387,30	
4011		525.909,66	0,00	525.909,66	
4050		54.983,70	0,00	54.983,70	
4090		154.104,82	0,00	154.104,82	
4170		46.516,23	0,00	46.516,23	
4190		9.562,99	0,00	9.562,99	
4230		93.972,19	0,00	93.972,19	

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4297		5.193,46	0,00	5.193,46	
4300		7.052,94	0,00	7.052,94	
4500		364.768,23	0,00	364.768,23	
4501		23.373,64	0,00	23.373,64	
4502		54.091,02	0,00	54.091,02	
4503		18.803,54	0,00	18.803,54	
4505		251.995,88	0,00	251.995,88	
4506		199,23	0,00	199,23	
4511		3.016,08	0,00	3.016,08	
8050		9.598,08	0,00	9.598,08	
TOTAL		35.289.536,05	0,00	35.289.536,05	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recursos Livre
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%
40	A S P S
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE
1017	FUNDERMA
1027	Transf.Salário Educação - Federal
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE
1044	Leilões
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação
1067	PM S Santana Conv FEAS
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente
1095	Cota Parte Multa de Transito
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario
1127	Promoção de Eventos do Municipio
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura
1129	Leilao - Recurso Vinculado Assist Social
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1162	BRASIL CARINHOSO
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018
1176	Calçamento Rua julio Rosenau - Emenda Heitor Schuch
1177	Caçamba - Emenda Marcelo Moraes
1180	Contribuições ao FUMDICA
1181	Cessão Onerosa
1183	Ações do COVID no SUAS para EPI
1184	Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv
1187	Convenio para Manutenção de Estradas e Similares
1188	Recuperação de Estradas e Similares e Construção de Galerias
1190	Consulta Popular 20/21-Aquis Plantadeira
1199	Perfuração de Poços Sec Obras
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde
4002	Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL
4090	Programa Saúde da Família
4170	SAMU/ UPA - Urgências - Remoção PAC
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL
4230	Apoio a Rede Hospitalar/Hospitais Públicos Municipais/Hospitais Filantrópicos
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19
4300	Nota Fiscal Gaúcha
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo
8001	Recurso Extra Orçamentario
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos	12.448,93	0,00	12.448,93

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 248
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 33
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	pelo RPPS - MDE			
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	5.512,20	0,00	5.512,20
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	7.780,08	0,00	7.780,08
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	9.604,06	0,00	9.604,06
11280191050000	Taxa de vistoria	27.288,80	0,00	27.288,80
11280191060000	Taxa de Expediente	16.989,30	0,00	16.989,30
11280191070000	Alvara Sanitario	1.737,29	0,00	1.737,29
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.657,00	0,00	6.657,00

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 249
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 34
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	96,97	0,00	96,97
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	43,55	0,00	43,55
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	636,04	0,00	636,04
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	61,27	0,00	61,27
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	109,75	0,00	109,75
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	67,50	0,00	67,50
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	865,75	0,00	865,75
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	756,06	0,00	756,06
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	3.613,13	0,00	3.613,13
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	3.319,68	0,00	3.319,68
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	34,63	0,00	34,63
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	155,82	0,00	155,82
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	88,30	0,00	88,30
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	806,86	0,00	806,86
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	2.220,39	0,00	2.220,39
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	6,23	0,00	6,23
11280211000000	Taxas Judiciais - Principal	670,03	0,00	670,03
11280291010000	Taxa de Limpeza Pública - Principal	21.450,18	0,00	21.450,18
11280291030000	Taxa de Emissão de Certidões - Principal	5.100,77	0,00	5.100,77
11280292010000	Taxa de Limpeza Pública - Multa e Juros	191,09	0,00	191,09
11280292020000	Taxa de Registro no Cadastro Técnico Municipal Ambiental - Multa e Juros	2,66	0,00	2,66
11280292030000	Taxa de Emissão de Certidões - Multa e Juros	29,78	0,00	29,78
11280293010000	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	4.283,75	0,00	4.283,75
11280293030000	Taxa de Emissão de Certidões - Dívida Ativa	181,66	0,00	181,66
11280294030000	Taxa de Emissão de Certidões - Multa e Juros - Dívida Ativa	43,67	0,00	43,67
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	26.966,67	0,00	26.966,67
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 250
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 35
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	7.920,21	0,00	7.920,21
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL		**16.910.663,96**	**0,00**	**16.910.663,96**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.410.570,00	0,00	1.410.570,00	1,2307	1.735.988,50
Fevereiro	1.689.180,13	0,00	1.689.180,13	1,2296	2.077.015,89
Março	1.364.650,71	0,00	1.364.650,71	1,2295	1.677.838,05
Abril	1.265.682,33	0,00	1.265.682,33	1,2097	1.531.095,91
Maio	1.238.384,77	0,00	1.238.384,77	1,2091	1.497.331,03
Junho	1.110.339,08	0,00	1.110.339,08	1,1963	1.328.298,64
Julho	1.373.608,93	0,00	1.373.608,93	1,1774	1.617.287,15
Agosto	1.164.638,28	0,00	1.164.638,28	1,1505	1.339.916,34
Setembro	1.095.562,84	0,00	1.095.562,84	1,1076	1.213.445,40
Outubro	1.278.492,23	0,00	1.278.492,23	1,0723	1.370.927,22
Novembro	1.459.327,56	0,00	1.459.327,56	1,0342	1.509.236,56
Dezembro	2.460.227,10	0,00	2.460.227,10	1,0076	2.478.924,83

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Página 251
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 36
Peça 4137481
DOCUMENTO PÚBLICO

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**16.910.663,96**	**0,00**	**16.910.663,96**		**19.377.305,52**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	5.535.103,32
5º Bimestre	4.300.957,97	4.803.885,93
6º Bimestre	4.300.963,55	7.003.863,06
TOTAL	**25.805.753,40**	**32.396.957,21**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	443.000,01
5º Bimestre	197.166,66	446.583,27
6º Bimestre	197.166,70	864.322,32
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.897.580,55**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	508.652,74
5º Bimestre	712.166,56	2.887,05
6º Bimestre	712.167,20	625.134,82
TOTAL	**4.273.000,00**	**1.274.797,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-862.126,22
5º Bimestre	-464.458,85	-908.888,79
6º Bimestre	-464.459,15	-726.475,56
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-4.387.708,24**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**32.181.627,24**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.630.243,36	0,00	2.630.243,36
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**2.630.243,36**	**0,00**	**2.630.243,36**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	7.722.544,10	0,00	7.722.544,10

Deduções

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**7.722.544,10**	**0,00**	**7.722.544,10**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
210000000000000	Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**1.500.000,00**	**0,00**	**1.500.000,00**

Operações de Crédito que excederam as despesas de capital **0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: PREFEITO
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

Início: 14/09/2021 Término: 16/09/2021

Início: 14/12/2021 Término: 16/12/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Entrega da remessa do SIAPC/PAD mês dezembro/2021 entregue nesta data conforme prorrogação de prazo Ofício Circular DCF nº02/2022. Continuação das notas explicativas referente ao Balanço Patrimonial: Nota 8 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta. Nota 9 - Provisões a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada base de dados 31/08/2021 representa 100% do total das Provisões a Longo Prazo realizada pela Atuária Michele de Mattos Dall Agnol registro MIBA Nº 2991 relativo ao ano 2021 cálculo atuarial o qual possuímos até a data de encerramento deste exercício. Nota 10 - Por força de portaria 548/2015, em se tratando do PIPCP, está sendo providenciado um cronograma das necessidades de adequações a serem realizadas bem como o treinamento dos servidores responsáveis.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 23 de Fevereiro de 2022

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F709.2AD8.0EA8.06E4.55CE.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	36.270.593,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.289.536,05
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	171.431,33
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	114.601,26
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	695.024,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.095.614,57
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.645.839,25
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4.645.839,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	668.674,25
IMOBILIZADO	13.774.101,07
INTANGÍVEL	7.000,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**55.366.208,19**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	529.318,21
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	90.402,40
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	310.646,11
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	128.269,70
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	28.706.583,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	28.706.583,22
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**29.235.901,43**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	1.338.853,65
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	24.791.453,11
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**26.130.306,76**
TOTAL	**55.366.208,19**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: DE199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**35.389.794,45**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	35.389.794,45
ATIVO PERMANENTE	**19.976.413,74**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	19.976.413,74
TOTAL	**55.366.208,19**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**1.322.616,05**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	529.318,21
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	2.781,26
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	790.516,58
PASSIVO PERMANENTE	**28.706.583,22**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	28.706.583,22
TOTAL	**30.029.199,27**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**25.337.008,92**

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recursos Livre	1.474.283,24
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	267.223,47
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	39.622,27
40	A S P S	95.003,51
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	29.447.528,39
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	8.172,91
1017	FUNDERMA	9.993,29

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
1027	Transf.Salário Educação - Federal	204.335,52
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE	75.772,69
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE	696,60
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE	7.816,87
1044	Leilões	257.815,54
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação	93.882,98
1067	PM S Santana Conv FEAS	11.979,75
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda	4.511,87
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente	18.634,90
1095	Cota Parte Multa de Transito	5.194,36
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura	36.897,09
1129	Leilao - Recurso Vinculado Assist Social	20.180,45
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE	89.425,66
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR	15.020,56
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria	11.376,42
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB	143.439,07
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC	737,44
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS	4.831,00
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF	18.126,46
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola	169,62
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE	2.351,23
1162	BRASIL CARINHOSO	132,29
1180	Contribuições ao FUMDICA	7.307,66
1181	Cessão Onerosa	35.235,11
1183	Ações do COVID no SUAS para EPI	3.232,20
1184	Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS	45.607,24
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	677,71
1187	Convenio para Manutenção de Estradas e Similares	9.051,06
1188	Recuperação de Estradas e Similares e Construção de Galerias	19.699,28
1190	Consulta Popular 20/21-Aquis Plantadeira	29.304,20
1199	Perfuração de Poços Sec Obras	7.935,71
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	95.719,26
4002	Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	121.387,30
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)	525.909,66
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL	54.983,70
4090	Programa Saúde da Família	154.104,82

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
4170	SAMU/ UPA - Urgências - Remoção PAC	46.516,23
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL	9.562,99
4230	Apoio a Rede Hospitalar/Hospitais Públicos Municipais/Hospitais Filantrópicos	93.972,19
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19	5.193,46
4300	Nota Fiscal Gaúcha	7.052,94
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica	278.563,25
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	23.373,64
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	54.091,02
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	18.803,54
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	164.046,53
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	199,23
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	1.096,08
8001	Recurso Extra Orçamentario	-118.226,80
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS	7.623,74
Total		34.067.178,40

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a.1 Quadro Principal - Prefeitura

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	6.805.843,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.824.785,84
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	171.431,33
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	114.601,26
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	695.024,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.095.614,57
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.645.839,25
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	4.645.839,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	668.674,25
IMOBILIZADO	13.774.101,07
INTANGÍVEL	7.000,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**25.901.457,98**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	519.720,13
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	90.402,40
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	310.646,11
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	118.671,62
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**519.720,13**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	25.381.737,85
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**25.381.737,85**
TOTAL	**25.901.457,98**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: E199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Prefeitura

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**5.925.044,24**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	5.925.044,24
ATIVO PERMANENTE	**19.976.413,74**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	19.976.413,74
TOTAL	**25.901.457,98**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**1.313.017,97**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	519.720,13
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	2.781,26
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	790.516,58
PASSIVO PERMANENTE	**0,00**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	0,00
TOTAL	**1.313.017,97**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**24.588.440,01**

c.1 Quadro das Contas de Compensações - Prefeitura

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d.1 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - Prefeitura

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recursos Livre	1.474.283,24
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	267.223,47
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	39.622,27
40	A S P S	95.003,51
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	8.172,91
1017	FUNDERMA	9.993,29
1027	Transf.Salário Educação - Federal	204.335,52

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE	75.772,69
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE	696,60
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE	7.816,87
1044	Leilões	257.815,54
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação	93.882,98
1067	PM S Santana Conv FEAS	11.979,75
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda	4.511,87
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente	18.634,90
1095	Cota Parte Multa de Transito	5.194,36
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura	36.897,09
1129	Leilao - Recurso Vinculado Assist Social	20.180,45
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE	89.425,66
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR	15.020,56
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria	11.376,42
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB	143.439,07
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC	737,44
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS	4.831,00
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF	18.126,46
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola	169,62
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE	2.351,23
1162	BRASIL CARINHOSO	132,29
1180	Contribuições ao FUMDICA	7.307,66
1181	Cessão Onerosa	35.235,11
1183	Ações do COVID no SUAS para EPI	3.232,20
1184	Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS	45.607,24
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv	677,71
1187	Convenio para Manutenção de Estradas e Similares	9.051,06
1188	Recuperação de Estradas e Similares e Construção de Galerias	19.699,28
1190	Consulta Popular 20/21-Aquis Plantadeira	29.304,20
1199	Perfuração de Poços Sec Obras	7.935,71
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	95.719,26
4002	Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	121.387,30
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)	525.909,66
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL	54.983,70
4090	Programa Saúde da Família	154.104,82
4170	SAMU/ UPA - Urgências - Remoção PAC	46.516,23

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Acesse a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL	9.562,99
4230	Apoio a Rede Hospitalar/Hospitais Públicos Municipais/Hospitais Filantrópicos	93.972,19
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19	5.193,46
4300	Nota Fiscal Gaúcha	7.052,94
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica	278.563,25
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	23.373,64
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	54.091,02
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	18.803,54
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	164.046,53
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	199,23
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	1.096,08
8001	Recurso Extra Orçamentario	-118.226,80
Total		4.612.026,27

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a.2 Quadro Principal - RPPS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	29.464.750,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.464.750,21
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	0,00
INTANGÍVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**29.464.750,21**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	9.598,08
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.598,08
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	28.706.583,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	28.706.583,22
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**28.716.181,30**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	1.338.853,65
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	-590.284,74
(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**748.568,91**
TOTAL	**29.464.750,21**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: DE1199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b.2 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - RPPS

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**29.464.750,21**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	29.464.750,21
ATIVO PERMANENTE	**0,00**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	0,00
TOTAL	**29.464.750,21**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**9.598,08**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	9.598,08
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	**28.706.583,22**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	28.706.583,22
TOTAL	**28.716.181,30**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**748.568,91**

c.2 Quadro das Contas de Compensações - RPPS

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d.2 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - RPPS

Código do Recurso	Descrição	Valor
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	29.447.528,39
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS	7.623,74
Total		29.455.152,13

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Balanço Patrimonial

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

e. Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto Operacional: o Município de Sertão Santana pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 8 Secretarias Municipais, 4 Fundos Especiais, RPPS e o Poder Legislativo.
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.
Nota 3 - Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2021, o Caixa e Equivalentes de Caixa da Prefeitura R$ 5.824.785,84 + RPPS R$ 29.464.750,21 totalizaram R$ 35.289.536,05. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R$ 5.238.890,34
Nota 4 - Créditos a Curto e a Longo Prazo: os valores mais significativos apresentados nestas rubricas compreendem os saldos fornecidos pelo Setor Tributário do Município. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam o valor total de R$ 171.431,33. O restante, correspondente ao valor de R$ 4.645.839,25, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram lançados o estoque da dívida não recebido relativo a 2021 e o longo prazo abriga o restante de estoque de crédito inscrito em dívida ativa. Não foram fornecidos pelo Setor Tributário Municipal os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa em 2021, o saldo remanescente é oriundo de exercícios anteriores. Por fim, os valores foram atualizados por índices indicados no Código Tributário Municipal.
Nota 5 - Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Em 2021, o Estoque do Almoxarifado apresentou um saldo final de R$ 542.020,58, sofrendo um acréscimo de R$ 172.974,43 em relação ao ano de 2020. O Estoque da Farmácia Básica de Saúde apresentou um saldo final de R$ 153.004,40, sofrendo um decréscimo de R$ 2.991,76 em relação ao ano de 2020.
Nota 6 - Imobilizado: Foi realizado o inventário de bens patrimoniais em 2021, ao qual foram constatadas divergências, mas as mesmas foram sanadas.No exercício de 2021 também foi procedida à reavaliação dos bens, no qual utilizou-se o IPCA para atualizar os bens no qual localizou-se seu custo histórico, conforme NBC TSP 07, item 48. Para os bens ao qual não se conseguiu o valor histórico, os mesmos foram reavaliados a valor de mercado. E os bens imóveis, foram reavaliados pela comissão de avaliação, conforme portaria de nomeação nº4.759 de 06/12/2021, pelo valor de mercado.
As depreciações iniciaram-se em janeiro de 2021. Em dezembro, houve a necessidade de realizar-se um ajuste de ponto de corte, a fim de igualar a contabilidade e o patrimônio, no qual em 2022, será conferido mensalmente objetivando as divergências a serem ajustadas no mês que ocorreram, conforme baixa, aquisição, transferência, etc.
Nota 7 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a C. Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referente a salários ou remunerações, bem como benefícios aos qual o empregado ou servidor tenha direito,aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.
CONTINUAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL ENCONTRAM-SE NAS OBSERVAÇÕES FINAIS DO RVE.

SERTÃO SANTANA , 23 de Fevereiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Írio Miguel Stein - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 199BF.8923.79CB.806E.E6D3.

Página 266

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 1

Peça 4137485

DOCUMENTO PÚBLICO

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**35.960.722,81**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.886.241,25**
IMPOSTOS	1.455.509,43
TAXAS	429.933,60
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	798,22
CONTRIBUIÇÕES	**3.896.907,88**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.878.393,46
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	18.514,42
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**27.684,02**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27.684,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**1.175.466,70**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	307.076,64
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	45,70
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	868.344,36
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**28.667.312,40**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	405.383,64
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	28.261.928,76
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**307.110,56**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	51.120,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	255.990,56
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**31.786.990,87**
PESSOAL E ENCARGOS	**12.856.241,87**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	10.419.694,75
ENCARGOS PATRONAIS	2.419.651,87
BENEFÍCIOS A PESSOAL	8.400,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	8.495,25
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**1.554.002,06**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.367.550,27
PENSÕES	135.016,21
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	51.435,58
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**8.318.867,88**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.783.921,80
SERVIÇOS	5.004.312,74
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	530.633,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**48.411,99**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	48.411,99
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**6.018.428,65**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.367.859,71
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	3.578.568,94
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	72.000,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**464.495,29**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	464.495,29
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**314.792,90**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46.068,50
CONTRIBUIÇÕES	268.724,40
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.211.750,23**
PREMIAÇÕES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	2.080.204,20
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	131.546,03
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**4.173.731,94**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

a.1 Variações Patrimoniais - Prefeitura

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**31.079.719,95**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.886.241,25**
IMPOSTOS	1.455.509,43
TAXAS	429.933,60
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	798,22
CONTRIBUIÇÕES	**18.514,42**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	18.514,42
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**27.684,02**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27.684,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**475.058,06**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	307.076,64
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	45,70
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	167.935,72
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**28.631.801,32**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	369.872,56
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	28.261.928,76
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**40.420,88**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	40.420,88
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**28.128.295,32**
PESSOAL E ENCARGOS	**12.773.105,07**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	10.336.557,95
ENCARGOS PATRONAIS	2.419.651,87
BENEFÍCIOS A PESSOAL	8.400,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	8.495,25
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**51.435,58**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
PENSÕES	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	51.435,58
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**8.308.243,83**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.783.921,80
SERVIÇOS	4.993.688,69
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	530.633,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**48.411,99**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	48.411,99
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**6.018.428,65**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.367.859,71
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	3.578.568,94
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	72.000,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**464.495,29**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	464.495,29
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**314.792,90**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46.068,50
CONTRIBUIÇÕES	268.724,40
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**149.382,01**
PREMIAÇÕES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	17.835,98
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	131.546,03
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**2.951.424,63**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

Página 269
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4137485
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 270

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 5

Peça 4137485

DOCUMENTO PÚBLICO

a.2 Variações Patrimoniais - RPPS

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**4.881.002,86**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**0,00**
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUIÇÕES	**3.878.393,46**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.878.393,46
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**700.408,64**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	700.408,64
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**35.511,08**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	35.511,08
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**266.689,68**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	51.120,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	215.569,68
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**3.658.695,55**
PESSOAL E ENCARGOS	**83.136,80**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	83.136,80
ENCARGOS PATRONAIS	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**1.502.566,48**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.367.550,27
PENSÕES	135.016,21
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**10.624,05**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00
SERVIÇOS	10.624,05
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**0,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.062.368,22**
PREMIAÇÕES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	2.062.368,22
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**1.222.307,31**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

b. Notas Explicativas

Nota 1 - Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R$ 4.173.731,94, sendo o resultado da Prefeitura de R$ 2.951.424,63 e do RPPS R$ 1.222.307,31.

SERTÃO SANTANA , 23 de Fevereiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Írio Miguel Stein - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF0B.D97A.6B71.C704.8F2C.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	24.202.000,00	24.202.000,00	30.906.829,52	6.704.829,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.365.345,00	1.365.345,00	1.579.913,40	214.568,40
Receita de Contribuições	1.265.000,00	1.265.000,00	2.453.884,55	1.188.884,55
Receita Patrimonial	854.160,46	854.160,46	940.428,10	86.267,64
Receita de Serviços	141.540,00	141.540,00	173.338,35	31.798,35
Transferências Correntes	20.157.134,54	20.157.134,54	24.000.301,61	3.843.167,07
Outras Receitas Correntes	418.820,00	418.820,00	1.758.963,51	1.340.143,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.273.000,00	4.273.000,00	1.274.797,72	-2.998.202,28
Operações de Crédito	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	-1.500.000,00
Alienação de Bens	1.800,00	1.800,00	523.020,00	521.220,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	2.771.200,00	744.988,00	-2.026.212,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	6.789,72	6.789,72
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	28.475.000,00	28.475.000,00	32.181.627,24	3.706.627,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	28.475.000,00	28.475.000,00	32.181.627,24	3.706.627,24
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	28.475.000,00	28.475.000,00	32.181.627,24	3.706.627,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	1.397.238,45	-
Superavit Financeiro	-	-	1.397.238,45	-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: B345.F768.19E4.79D6.83BA.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	22.310.819,48	27.247.348,78	23.969.101,32	23.883.769,91	23.482.721,40	3.278.247,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.236.498,15	16.684.357,54	15.162.557,69	15.162.557,69	15.102.014,93	1.521.799,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.073.321,33	10.562.991,24	8.806.543,63	8.721.212,22	8.380.706,47	1.756.447,61
DESPESAS DE CAPITAL (X)	4.573.375,00	7.722.544,10	2.630.243,36	1.925.058,19	1.925.058,19	5.092.300,74
INVESTIMENTOS	4.571.275,00	7.719.986,08	2.628.785,34	1.923.600,17	1.923.600,17	5.091.200,74
Inversões Financeiras	2.100,00	2.558,02	1.458,02	1.458,02	1.458,02	1.100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	101.250,00	101.250,00	0,00	0,00	0,00	101.250,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	27.237.444,48	35.071.142,88	26.599.344,68	25.808.828,10	25.407.779,59	8.471.798,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	27.237.444,48	35.071.142,88	26.599.344,68	25.808.828,10	25.407.779,59	8.471.798,20
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	5.582.282,56	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	27.237.444,48	35.071.142,88	32.181.627,24	25.808.828,10	25.407.779,59	8.471.798,20

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 4FDE.B345.F768.19E4.79D6.83BA.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a.1 Quadro Principal - Receitas e Despesas - Prefeitura

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	22.075.750,00	22.075.750,00	26.025.826,66	3.950.076,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.365.345,00	1.365.345,00	1.579.913,40	214.568,40
Receita de Contribuições	30.000,00	30.000,00	18.514,42	-11.485,58
Receita Patrimonial	263.410,46	263.410,46	188.899,46	-74.511,00
Receita de Serviços	141.540,00	141.540,00	173.338,35	31.798,35
Transferências Correntes	20.157.134,54	20.157.134,54	24.000.301,61	3.843.167,07
Outras Receitas Correntes	118.320,00	118.320,00	64.859,42	-53.460,58
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.273.000,00	4.273.000,00	1.274.797,72	-2.998.202,28
Operações de Crédito	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	-1.500.000,00
Alienação de Bens	1.800,00	1.800,00	523.020,00	521.220,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	2.771.200,00	744.988,00	-2.026.212,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	6.789,72	6.789,72
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	26.348.750,00	26.348.750,00	27.300.624,38	951.874,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	26.348.750,00	26.348.750,00	27.300.624,38	951.874,38
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	26.348.750,00	26.348.750,00	27.300.624,38	951.874,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	1.397.238,45	-
Superavit Financeiro	-	-	1.397.238,45	-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.br. Identificador: 3FDE.B345.F768.19E4.79D6.83BA.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	20.285.819,48	25.222.348,78	22.372.773,99	22.287.442,58	21.886.394,07	2.849.574,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.331.498,15	14.779.357,54	13.576.854,41	13.576.854,41	13.516.311,65	1.202.503,13
Juros e Encargos da Divida	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.953.321,33	10.442.991,24	8.795.919,58	8.710.588,17	8.370.082,42	1.647.071,66
DESPESAS DE CAPITAL (X)	4.573.375,00	7.722.544,10	2.630.243,36	1.925.058,19	1.925.058,19	5.092.300,74
INVESTIMENTOS	4.571.275,00	7.719.986,08	2.628.785,34	1.923.600,17	1.923.600,17	5.091.200,74
Inversões Financeiras	2.100,00	2.558,02	1.458,02	1.458,02	1.458,02	1.100,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	25.111.194,48	32.944.892,88	25.003.017,35	24.212.500,77	23.811.452,26	7.941.875,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	25.111.194,48	32.944.892,88	25.003.017,35	24.212.500,77	23.811.452,26	7.941.875,53
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	2.297.607,03	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	25.111.194,48	32.944.892,88	27.300.624,38	24.212.500,77	23.811.452,26	7.941.875,53

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE7.B345.F768.19E4.79D6.83BA.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a.2 Quadro Principal - Receitas e Despesas - RPPS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.126.250,00	2.126.250,00	4.881.002,86	2.754.752,86
Receita de Contribuições	1.235.000,00	1.235.000,00	2.435.370,13	1.200.370,13
Receita Patrimonial	590.750,00	590.750,00	751.528,64	160.778,64
Outras Receitas Correntes	300.500,00	300.500,00	1.694.104,09	1.393.604,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	2.126.250,00	2.126.250,00	4.881.002,86	2.754.752,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	2.126.250,00	2.126.250,00	4.881.002,86	2.754.752,86
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	2.126.250,00	2.126.250,00	4.881.002,86	2.754.752,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Acesse a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: B345.F768.19E4.79D6.83BA.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	2.025.000,00	2.025.000,00	1.596.327,33	1.596.327,33	1.596.327,33	428.672,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.905.000,00	1.905.000,00	1.585.703,28	1.585.703,28	1.585.703,28	319.296,72
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	120.000,00	10.624,05	10.624,05	10.624,05	109.375,95
DESPESAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	101.250,00	101.250,00	0,00	0,00	0,00	101.250,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.126.250,00	2.126.250,00	1.596.327,33	1.596.327,33	1.596.327,33	529.922,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	2.126.250,00	2.126.250,00	1.596.327,33	1.596.327,33	1.596.327,33	529.922,67
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	3.284.675,53	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	2.126.250,00	2.126.250,00	4.881.002,86	1.596.327,33	1.596.327,33	529.922,67

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: 4DE7.B345.F768.19E4.79D6.83BA.

Balanço Orçamentário

PM DE SERTÃO SANTANA | ORGÃO Nº: 81600 | CNPJ: 94068236000103 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	2.788,22	1.230,27	0,00	237.145,59	1.130,00	238.275,59	107,23	2.781,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107,23	0,00	0,00	42.539,46	0,00	42.539,46	107,23	0,00
Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.680,99	1.230,27	0,00	194.606,13	1.130,00	195.736,13	0,00	2.781,26
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	12.768,59	0,00	7.380,00	12.768,59	20.148,59	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	12.768,59	0,00	7.380,00	12.768,59	20.148,59	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.788,22	13.998,86	0,00	244.525,59	13.898,59	258.424,18	107,23	2.781,26

c. Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.
Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.
Nota 3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, às operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.
Nota 4 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2020, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

SERTÃO SANTANA , 23 de Fevereiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Írio Miguel Stein - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Consulte a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: F0E7.B345.F768.19E4.79D6.83BA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 2º Semestre
PM DE SERTÃO SANTANA

52104111558860999

Para uso do Tribunal de Contas
Fl. | Rubrica

24/02/2022 08:16:42
3.0.1.5
Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SERTÃO SANTANA
CNPJ: 94068236000103
ORGÃO Nº: 81600
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 62102113261941228 (Modelo 9)
É Encerramento de Mandato? Não
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Fundo
Responsável pelo Fundo: DIEGO CHAMORRO DOS SANTOS
Telefone: (51)34951066
e-mail: rpps@sertaosantana-rs.com.br
Lei de Instituição do Controle Interno: 605
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 25/09/2002
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1333
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 02/07/2014
Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: Decreto 1818/2014
Decreto que regulamentou a Lei de Instituição do Controle Interno: 1817/2014
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo
O município realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
367759080	Vinicius Frazzon Boer	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	controle.interno@sertaosantana-rs.com.br	(51) 99684-8073

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 27/09/2021, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38DC.4211.354B.D096.26A3.

o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

Não foram identificados valores registrados no grupo de contas que compõe a Dívida Consolidada ou Fundada.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou , no 2º Semestre de 2021, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1128.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, entretanto, não possibilita a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38DC.4211.354B.D096.26A3.

tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Foi observado o prazo?	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Foram observados os modelos da STN?	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2021.

O Poder Executivo excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2021.

Observações: Apesar da recomendação encaminhada ao executivo, quando foi observado um aumento de despesa com pessoal no período que deveria estar contendo a despesa, nada foi feito para mitigar os gastos com pessoal.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38DC.4211.354B.D096.26A3.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 31/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

27 - Controle Interno

Os servidores lotados na Unidade Central de Controle Interno exercem suas atividades exclusivamente para o Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

A Lei Orçamentária Anual não estabeleceu a previsão de recursos específicos para as atividades pertinentes ao Sistema de Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38DC.4211.354B.D096.26A3.

A Administração Municipal adotou parcialmente providências tendentes à correção das inconformidades apontadas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela Unidade Central de Controle Interno.

Observações: Foram encaminhadas 18 recomendações ao executivo, destas algumas ainda estão pendentes de resolução. Outras foram atendidas plenamente.

Não houve apontamento de irregularidade com infringência à legislação municipal passível de manifestação pela Administração Municipal.

Não foram inseridas observações para este item.

Há previsão em lei municipal que os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além do Poder Legislativo, submetem-se à fiscalização da UCCI - inciso I do art. 3º da Resolução TCE/RS nº936/2012.

Lei Municipal nº: 1316 **artigo:** 1º

Não há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado - alínea 'h' do inciso II do art. 4º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas - alínea 'c' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Há indicação em lei municipal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao Tribunal de Contas das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal e alínea 'd' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 1316/14 **artigo:** 17,xxiii

Não foram inseridas observações para este item.

Há previsão em lei municipal e/ou em normativas próprias, de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário - inciso II do parágrafo único do art. 6º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 1316/14 **artigo:** 17, XXIV

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Os dados apresentados da parte contabil foram extraídos do modelo 9, bem como do rve. Informações sobre controle interno, através das recomendações encaminhadas durante o ano.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38DC.4211.354B.D096.26A3.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2021

Periodo: 2º Semestre

PM DE SERTÃO SANTANA

PM DE SERTÃO SANTANA, 24/02/2022

_____

ÍRIO MIGUEL STEIN

Prefeito Municipal

_____

Vinicius Frazzon Boer

Responsável pelo Controle Interno

Página 285
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 6
Peça 4138969
DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 24/02/22, LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 24/02/22 e IRIO MIGUEL STEIN em 24/02/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38DC.4211.354B.D096.26A3.

Tipo:

Plano de Ação - Decreto 10.540/2020

Descrição:

Plano de ação conforme art. 18, parágrafo único, do Decreto 10.540/2020

Formato:

application/vnd.openxmlformats-officedocument.spreadsheetml.sheet

Tamanho:

38,93 KB



Baixar arquivo

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B061.2940.6107.76D2.9843.

Página 287
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 3488010
DOCUMENTO PÚBLICO

DECRETO Nº2.437, DE 03 DE MAIO DE 2021.

Estabelece o Plano de Ação para adequação ao Decreto Federal nº 10.540, de 2020, que dispõe sobre a implantação Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 64-A da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o plano de ação voltado para a adequação as disposições do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, no que se refere ao atendimento dos requisitos mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme constante no anexo único deste Decreto.

Art. 2º A Comissão Especial referida no Plano de Ação constante no anexo único deste Decreto terá a atribuição de definir os requisitos mínimos de qualidade do SIAFIC a ser utilizado por todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, respeitando as disposições do Decreto Federal nº 10.540/2020 e a qual será composta por:

I – 01 (um) servidor titular do cargo de Contador do Município;
II – 01 (um) servidor municipal da área de Controle Interno;
III – 01 (um) servidor municipal da Secretária da Fazenda;

§ 1º. A Comissão Especial escolherá um coordenador dentre seus membros e estabelecerá os procedimentos que regerão seus trabalhos.

§ 2º. Os servidores designados para compor a Comissão Especial referendada no *caput* não poderão integrar a comissão de licitação, serem pregoeiros ou fiscais do contrato relativos à contratação do SIAFIC.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 04/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.799B.0DB7.3BBB.78BF.DEAE.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

Art. 3º A elaboração do Projeto Básico que servirá de base para a elaboração do Edital de eventual contratação de novo SIAFIC deverá seguir as disposições apontadas pela Comissão Especial, além dos requisitos mínimos definidos nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 03 de maio de 2021.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Carlos Henrique Toebke
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 04/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.799B.0DB7.3BBB.78BF.DEAE.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199567

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E123

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA, EXERCÍCIO 2021.

O Sr. Prefeito Municipal, conforme Resolução n° 1.099/2018, art. 2° inciso III, alínea a, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, apresenta o relatório circunstanciado sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS.

Apresenta-se a seguir o desempenho dos indicadores e a execução orçamentária dos Programas Estratégicos do Município de Sertão Santana constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, contemplando a totalidade das ações planejadas pelos órgãos da administração. Destaca-se que foram mantidos os investimentos nas áreas básicas como saúde e educação, superando os percentuais constitucionais, de 15% e 25% respectivamente.

O relatório é uma prova do esforço da Administração Municipal, representada por seu gestor, que deve, acima de tudo, planejar e construir uma cidade com mais qualidade de vida e igualdade de oportunidades para todos.

Neste segue em anexo planilha com os seguintes dados, que seguem em anexo:

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

1. Resultados das Metas Físicas do Plano Plurianual

2. Das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias - LDO

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício, incluindo análise dos fatores determinantes, ou não, para o alcance dos valores estabelecidos como metas.

3. Do Desempenho das Receitas e Despesas conforme Lei Orçamentária Anual

3.1 Receita Orçamentária

3.2 Despesa

4. Demonstrativo das Vinculações Constitucionais de Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

4.1 Demonstrativo da Receita

5. Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

5.1 Demonstrativo de apuração da Base de Cálculo Constitucional da Receita de Educação (MDE + FUNDEB)

5.2. Demonstrativo da Despesa MDE

5.3 Demonstrativo para a apuração da Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB.

5.4 Demonstrativo da Despesa FUNDEB

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 291
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

6. Outros documentos e relatórios

Todos os relatórios seguem anexos a este relatório, bem como os índices com todos os dados acima identificados.

Irio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

A Lei de Meios, para o exercício de 2021 de nº 1528/20 de 16 de Dezembro de 2020, estimou a receita em 28.475.000,00 e fixou a despesa em 28.475.000,00.
Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício. veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		28.475.000,00
+ Créditos Suplementares:	8.101.452,02	
+ Créditos Especiais:	3.423.606,60	11.525.058,62
- Reduções:		3.891.360,22
DESPESA AUTORIZADA:		36.108.698,40

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 571 crédito(s) suplementares que somaram R$ 8.101.452,02, e 50 crédito(s) especiais no valor de R$ 3.423.606,60, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	3.891.360,22
Despesa a Maior	7.633.698,40
TOTAL:	11.525.058,62

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R$ 32.181.627,24, verificando-se uma arrecadação a maior de R$ 3.706.627,24, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	28.475.000,00
Arrecadacao a Maior	3.706.627,24
Receita Arrecadada	32.181.627,24

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	31.261.753,40	36.569.335,48	5.307.582,08
Receitas Correntes	25.805.753,40	32.396.957,21	6.591.203,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.726.380,36	359.885,36
Impostos	1.253.150,00	1.569.600,38	316.450,38
Taxas	113.345,00	156.779,98	43.434,98
Contribuições	350.000,00	1.034.838,41	684.838,41
Contribuições Sociais	320.000,00	1.016.323,99	696.323,99
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç	30.000,00	18.514,42	-11.485,58
Receita Patrimonial	859.160,46	1.544.964,28	685.803,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	24.400,00	27.753,46	3.353,46
Valores Mobiliários	834.660,46	1.517.210,82	682.550,36
Cessão de Direitos	100,00	0,00	-100,00
Receita de Serviços	141.690,00	173.560,61	31.870,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	140.690,00	173.560,61	32.870,61
Serviços e Atividades Financeiras	1.000,00	0,00	-1.000,00
Transferências Correntes	22.937.587,94	27.594.669,97	4.657.082,03
Transferências da União e de suas Entidades	11.929.776,28	13.760.141,48	1.830.365,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	6.611.991,80	8.504.402,68	1.892.410,88
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.395.819,86	5.330.125,81	934.305,95
Outras Receitas Correntes	150.820,00	322.543,58	171.723,58
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.465,00	0,00	-3.465,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.520,00	60.342,01	56.822,01
Demais Receitas Correntes	143.835,00	262.201,57	118.366,57
Receitas de Capital	4.273.000,00	1.274.797,72	-2.998.202,28
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00	-1.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.500.000,00	0,00	-1.500.000,00
Alienação de Bens	1.800,00	523.020,00	521.220,00
Alienação de Bens Móveis	1.800,00	523.020,00	521.220,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	744.988,00	-2.026.212,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.771.200,00	627.389,00	-2.143.811,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	0,00	117.599,00	117.599,00
Outras Receitas de Capital	0,00	6.789,72	6.789,72
Demais Receitas de Capital	0,00	6.789,72	6.789,72

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.183.000,00	2.897.580,55	1.714.580,55
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.419.046,14	504.046,14
Contribuições Sociais Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.419.046,14	504.046,14
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.478.534,41	1.210.534,41
Demais Receitas Correntes	268.000,00	1.478.534,41	1.210.534,41
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADC	-2.786.753,40	-4.387.708,24	-1.600.954,84
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.786.753,40	-4.387.708,24	-1.600.954,84
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELH	-1.150,00	-146.466,96	-145.316,96
(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	-1.150,00	-146.466,96	-145.316,96
(R) Receita Patrimonial	-5.000,00	-604.536,18	-599.536,18
(R) Valores Mobiliarios	-5.000,00	-604.536,18	-599.536,18
(R)Receita de Serviços	-150,00	-222,26	-72,26
(R)Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-150,00	-222,26	-72,26
(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORREI	-2.780.453,40	-3.594.368,36	-813.914,96
(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.604.137,20	-2.069.842,13	-465.704,93
(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federa	-1.176.316,20	-1.496.078,66	-319.762,46
(R) Transf. de Outars Instituições Públicas	0,00	-28.447,57	-28.447,57
(R) Outras Receitas Correntes	0,00	-42.114,48	-42.114,48
(R) Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	-42.114,48	-42.114,48
Totais:	28.475.000,00	32.181.627,24	3.706.627,24

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R$ 24.000.301,61 correspondem a 74,5777% do total arrecadado.
O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2018	6.293.250,05	20.266.042,92	1.565.711,00	28.125.003,97
2019	7.480.013,91	21.677.467,89	872.231,82	30.029.713,62
2020	8.859.298,32	23.192.985,60	370.552,96	32.422.836,88
2021	6.906.527,91	24.000.301,61	1.274.797,72	32.181.627,24

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 1528/20 foi de R$ 28.475.000,00.
A Despesa realizada alcançou R$ 27.568.814,06, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R$	Realizada R$	Diferenças R$
DESPESAS CORRENTES	28.255.404,30	24.924.350,70	-3.331.053,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.487.357,54	15.945.951,93	-1.541.405,61
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.768.046,76	8.978.398,77	-1.789.647,99
DESPESAS DE CAPITAL	7.752.044,10	2.644.463,36	-5.107.580,74
INVESTIMENTOS	7.749.486,08	2.643.005,34	-5.106.480,74
INVERSOES FINANCEIRAS	2.558,02	1.458,02	-1.100,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	101.250,00	0,00	-101.250,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	101.250,00	0,00	-101.250,00
Total	36.108.698,40	27.568.814,06	-8.539.884,34

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R$ 15.945.951,93 , que representa 57,8405 % do total.
O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS

	Correntes	Capital	Total
2018	19.187.127,38	2.152.099,11	21.339.226,49
2019	21.719.864,72	1.564.866,57	23.284.731,29
2020	21.670.179,28	630.292,35	22.300.471,63
2021	24.924.350,70	2.644.463,36	27.568.814,06

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

DESPESAS REALIZADAS

	Correntes	Capital	Total
2018	19.187.127,38	2.152.099,11	21.339.226,49
2019	21.719.864,72	1.564.866,57	23.284.731,29
2020	21.670.179,28	630.292,35	22.300.471,63
2021	24.924.350,70	2.644.463,36	27.568.814,06

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA	
Créditos Orçamentários	28.475.000,00
Créditos Suplementares:	8.101.452,02
Créditos Especiais:	3.423.606,60
- Reduções:	3.891.360,22
Total	36.108.698,40
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	27.568.814,06
Despesa a Menor	-8.539.884,34
RECEITA ARRECADADA	32.181.627,24
(-) Receita Prevista	28.475.000,00
RECEITA A MAIOR	3.706.627,24

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.
As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	30.116.255,25
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	32.181.627,24
Transferências Financeiras Recebidas	1.283.732,40
Interferências Financeiras	1.153,55
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	111.984,53
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.954.907,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	798.726,58
Inscrição de Restos a Pagar Processados	401.048,51
TOTAL	80.849.435,12
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	27.568.814,06
Transferências Financeiras Concedidas	1.241.311,06
Interferências Financeiras	565.627,10
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	29.116,01
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.871.567,45
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	13.898,59
RP PROCESSADOS PAGOS	244.525,59
Saldo em 31/12/2021	35.315.049,67
TOTAL	80.849.909,53

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2021.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.315.049,67
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	171.431,33
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	114.601,26
ESTOQUES	695.024,98
Total do Ativo Circulante	36.296.107,24
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.645.839,25
INVESTIMENTOS	668.674,25
IMOBILIZADO	14.197.030,77
INTANGÍVEL	7.000,00
Total do Ativo Não-Circulante	19.518.544,27
TOTAL DO ATIVO	55.814.651,51
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	127.910,58
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	310.646,11
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	128.269,70
Total do Passivo Circulante	566.826,39
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
PROVISÕES A LONGO PRAZO	28.706.583,22
Total do Passivo Não-Circulante	28.706.583,22
TOTAL DO PASSIVO	29.273.409,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.523.938,28
TOTAL	55.814.651,51
ATIVO FINANCEIRO	35.415.308,07
ATIVO PERMANENTE	20.399.343,44
PASSIVO FINANCEIRO	1.348.129,67
PASSIVO PERMANENTE	28.744.091,40
SALDO PATRIMONIAL	25.722.430,44

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.
Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	25.325,72
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	-25.325,72
Saldo para o exercício seguinte	0,00

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R$ 1.348.129,67 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	1.202.556,35
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	145.573,32
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	1.348.129,67

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2021

Saldo do exercício anterior	379.155,92 D
Nova formação da dívida	17.099.072,61 D
(-) Amortização do exercício	16.130.098,86 D
Saldo do exercício de 2021	1.348.129,67 D

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 10

Peça 4199567

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E123

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.886.241,25
IMPOSTOS	1.455.509,43
TAXAS	429.933,60
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	798,22
CONTRIBUIÇÕES	3.896.907,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.878.393,46
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	18.514,42
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	27.684,02
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	27.684,02
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.175.466,70
JUROS E ENCARGOS DE MORA	307.076,64
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	45,70
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	868.344,36
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	29.581.172,24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.319.243,48
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	28.261.928,76
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	307.110,56
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	51.120,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	255.990,56
TOTAL	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	13.684.465,78
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	11.052.843,79
ENCARGOS PATRONAIS	2.607.395,13
BENEFÍCIOS A PESSOAL	15.731,61
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	8.495,25
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	1.554.002,06
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.367.550,27
PENSÕES	135.016,21
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	51.435,58
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	8.470.401,67
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.786.988,46
SERVIÇOS	5.140.061,63
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	543.351,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	48.764,10
JUROS E ENCARGOS DE MORA	48.764,10
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	6.019.428,03
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.368.859,09
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	3.578.568,94
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	72.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	565.029,32
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	13.089,42
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	464.495,29
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	87.444,61
TRIBUTÁRIAS	314.792,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46.068,50
CONTRIBUIÇÕES	268.724,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.211.750,23
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	2.080.204,20
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	131.546,03
TOTAL	0,00

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RESULTADO PATRIMONIAL	4.005.948,56

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2021, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

SERTÃO SANTANA, 29/03/2022

IRIO MIGUEL STEIN:31322085072

Assinado de forma digital por IRIO MIGUEL STEIN:31322085072
Dados: 2022.03.30 08:14:33 -03'00'

Irio Miguel Stein

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 300
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 12
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94068236000103
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE SERTÃO SANTANA
Logradouro: Rua 24 de Março nr: 1890 compl: Telefone: (51) 3495-1070
HomePage: www.sertaosantana-rs.com.br E-Mail: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Prefeito Municipal: ÍRIO MIGUEL STEIN
Contabilista: LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT Número do CRC: 061581

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Delta Soluçoes em Informatica LTDA
CNPJ: 03703992000101 Telefone: (51)32354220
Responsável: Jorge Luiz Alano E-Mail: delta@deltainf.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
7926117000140	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CENTRO SUL

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 301
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.726.380,36
Contribuições	350.000,00	1.034.838,41
Receita Patrimonial	859.160,46	1.544.964,28
Receita de Serviços	141.690,00	173.560,61
Transferências Correntes	22.937.587,94	27.594.669,97
Outras Receitas Correntes	150.820,00	322.543,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**25.805.753,40**	**32.396.957,21**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.419.046,14
Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.478.534,41
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.183.000,00**	**2.897.580,55**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00
Alienação de Bens	1.800,00	523.020,00
Transferências de Capital	2.771.200,00	744.988,00
Outras Receitas de Capital	0,00	6.789,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.273.000,00**	**1.274.797,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.786.753,40**	**-4.387.708,24**
TOTAL DAS RECEITAS	**28.475.000,00**	**32.181.627,24**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	27.237.444,48
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	7.923.952,02
Créditos Especiais	2.114.707,60
Créditos Extraordinários	1.308.899,00
Redução de Dotações	3.513.860,22
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**35.071.142,88**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 302
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 14
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Empenhado	26.599.344,68
Liquidado	25.808.828,10
Pago	25.407.779,59
SALDO A LIQUIDAR	**790.516,58**
SALDO A PAGAR	**401.048,51**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	877.505,70
Liquidado	874.724,44
Pago	874.724,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.781,26**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

	1.308.899,00
Superávit Financeiro	1.397.238,45
Excesso de Arrecadação	5.127.560,95
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	3.513.860,22
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	3.513.860,22

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	30.859.428,03D	36.270.593,62D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.629.133,50D	19.095.614,57D
PASSIVO CIRCULANTE	296.759,30C	529.318,21C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	26.669.540,72C	28.706.583,22C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	27.522.261,51C	21.956.574,82C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	12.856.241,87D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.554.002,06D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	8.318.867,88D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	48.411,99D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	6.018.428,65D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	464.495,29D
TRIBUTÁRIAS	0,00	314.792,90D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	2.211.750,23D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.886.241,25C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	3.896.907,88C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	27.684,02C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.175.466,70C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	28.667.312,40C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	307.110,56C

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 303
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

	Saldo Inicial	Saldo Final
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	90.145.487,56D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67D	261.312,67D
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	90.145.487,56C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.312,67C	261.312,67C
ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34D	14.692.638,44D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42D	104.964.680,78D
DIVIDA ATIVA	3.792.379,94D	3.958.594,75D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65D	42.143,75D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	7.397.782,34C	14.692.638,44C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30.123.913,42C	104.964.680,78C
EXECUÇÃO DA DIVIDA ATIVA	3.792.379,94C	3.958.594,75C
EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	66.811,65C	42.143,75C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.371.665,44D	5.824.785,84D
Bancos Conta Aplicação	34.765,27D	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.406.430,71D**	**5.824.785,84D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	9.243,11D	9.598,08D
Bancos Conta Movimento	26.634.971,89D	29.455.152,13D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**26.644.215,00D**	**29.464.750,21D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**30.050.645,71D**	**35.289.536,05D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	5.498.785,83	2.613.324,16	2.592.567,91

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 304
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 16
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
2º Bimestre	3.031.674,05	3.527.943,37	3.506.093,22
3º Bimestre	2.464.535,90	2.854.840,29	2.865.178,02
4º Bimestre	4.983.721,38	4.161.032,44	4.168.706,84
5º Bimestre	3.015.729,23	3.250.574,03	3.263.919,46
6º Bimestre	2.269.290,21	4.842.023,45	4.608.746,70

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	27.913.220,60	28.854.393,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.183.000,00	3.197.890,49
RECEITAS DE CAPITAL	3.773.300,00	370.552,96
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-3.329.520,60	-3.412.136,79
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**29.540.000,00**	**29.010.700,09**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000100000	TITULO EXEC Nº 342/2002 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	3.272.375,98	0,00	3.272.375,98
12111053000000300000	TITULO EXEC Nº 707/2005 Sérgio Roberto Nunes Decavatá	657.577,98	0,00	657.577,98
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**3.929.953,96**	**0,00**	**3.929.953,96**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
19280293010000	Restituições Determinadas pelo TCE - Dívida Ativa Não Tributária	18.227,53	0,00	18.227,53
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**18.227,53**	**0,00**	**18.227,53**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Inscrições conforme Certidões respectivas do TCE/RS.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	74.706.145,19	69.467.254,85

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 305
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 17
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Demais Contas	1.620.350.405,41	1.625.589.295,75
Totais	1.695.056.550,60	1.695.056.550,60
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		260.947

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	0,00	0,00	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	31.400,86	0,00	31.400,86
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	9.172,11	0,00	9.172,11
SUBTOTAL		**40.572,97**	**0,00**	**40.572,97**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	0,00	0,00	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	306.024,33	0,00	306.024,33
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	242.833,48	0,00	242.833,48
SUBTOTAL		**548.857,81**	**0,00**	**548.857,81**

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Conta	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	306.024,33	31.400,86	274.623,47
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	242.833,48	9.172,11	233.661,37
SUBTOTAL		**548.857,81**	**40.572,97**	**508.284,84**

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	7.400,00	0,00	7.400,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	194.333,01	0,00	194.333,01
SUBTOTAL		**201.733,01**	**0,00**	**201.733,01**

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 306
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 18
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	7.400,00	274.623,47	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	194.333,01	233.661,37	0,00
SUBTOTAL		**201.733,01**	**508.284,84**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00	233.661,37	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**233.661,37**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	265.514,48	0,00	265.514,48
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	110.580,05	0,00	110.580,05
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	66.347,75	0,00	66.347,75
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	30.585,50	0,00	30.585,50
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.744,00	0,00	12.744,00
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.646,40	0,00	7.646,40
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.119,37	0,00	7.119,37
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.966,56	0,00	2.966,56
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.779,93	0,00	1.779,93
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	204.949,64	0,00	204.949,64
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	85.395,87	0,00	85.395,87
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	51.237,53	0,00	51.237,53
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	639,64	0,00	639,64
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	266,63	0,00	266,63
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	159,94	0,00	159,94
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	46.914,30	0,00	46.914,30
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	19.547,96	0,00	19.547,96
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	11.728,75	0,00	11.728,75
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	17.733,81	0,00	17.733,81
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	7.389,38	0,00	7.389,38
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	4.433,56	0,00	4.433,56
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	72.011,92	0,00	72.011,92

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 307
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 19
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	30.004,96	0,00	30.004,96
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	18.002,97	0,00	18.002,97
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	278.246,95	0,00	278.246,95
11180231020000	ISS - Principal - MDE	115.937,22	0,00	115.937,22
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	69.562,08	0,00	69.562,08
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.228,75	0,00	2.228,75
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	929,31	0,00	929,31
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	557,41	0,00	557,41
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.321,70	0,00	11.321,70
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	4.717,54	0,00	4.717,54
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.830,48	0,00	2.830,48
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	4.540,64	0,00	4.540,64
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.892,17	0,00	1.892,17
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.135,23	0,00	1.135,23
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,16	0,00	6.191.996,16
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,98	0,00	515.999,98
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,07	0,00	1.547.999,07
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,44	0,00	2.063.998,44
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	271.402,75	0,00	271.402,75
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	113.084,48	0,00	113.084,48
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	67.850,69	0,00	67.850,69
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.531,38	0,00	17.531,38
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.461,11	0,00	1.461,11
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.382,89	0,00	4.382,89
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.843,71	0,00	5.843,71
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.030.487,76	-45.500,76	3.984.987,00
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	362.151,56	-3.791,73	358.359,83
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.009.854,13	-11.375,19	998.478,94
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.329.867,48	-15.166,92	1.314.700,56
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	457.204,91	-103.018,65	354.186,26
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.100,47	-8.584,89	29.515,58
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.301,37	-25.754,66	88.546,71
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.402,17	-34.339,55	118.062,62
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	41.643,12	0,00	41.643,12
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.470,30	0,00	3.470,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.410,81	0,00	10.410,81
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	13.881,10	0,00	13.881,10
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL		**20.188.030,86**	**-247.532,35**	**19.940.498,51**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 308
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 20
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **4.985.124,63**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	392.371,65	0,00	392.371,65
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.134.160,80	0,00	1.134.160,80
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.565.992,90	0,00	3.565.992,90
TOTAL II		**5.092.525,35**	**0,00**	**5.092.525,35**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	1.442.574,57	0,00	1.442.574,57
31	ENSINO FUNDAMENTAL	4.731.729,02	0,00	4.731.729,02
31	EDUCACAO INFANTIL	825.191,74	0,00	825.191,74
SUBTOTAL I		**6.999.495,33**	**0,00**	**6.999.495,33**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - Ensino Fundamental	922,86	0,00	922,86
20	339008110100000 - Ensino Fundamental	53.586,43	0,00	53.586,43
31	339008560100000 - Ensino Fundamental	3.127,47	0,00	3.127,47
31	339008110100000 - Ensino Fundamental	100.380,88	0,00	100.380,88
31	339008110100000 - Educação Infantil	16.613,73	0,00	16.613,73
SUBTOTAL II		**174.631,37**	**0,00**	**174.631,37**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental	0,00
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1.735.757,45	0,00	1.735.757,45
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	32.156,61	0,00	32.156,61
SUBTOTAL IV	**-1.767.914,06**	**0,00**	**-1.767.914,06**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**25,36**		**5.056.949,90**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,16	0,00	6.191.996,16

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 309
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 21
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,98	0,00	515.999,98
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,07	0,00	1.547.999,07
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,44	0,00	2.063.998,44
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.531,38	0,00	17.531,38
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.461,11	0,00	1.461,11
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.382,89	0,00	4.382,89
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.843,71	0,00	5.843,71
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.030.487,76	0,00	4.030.487,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	362.151,56	0,00	362.151,56
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.009.854,13	0,00	1.009.854,13
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.329.867,48	0,00	1.329.867,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	457.204,91	0,00	457.204,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.100,47	0,00	38.100,47
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.301,37	0,00	114.301,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.402,17	0,00	152.402,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	41.643,12	0,00	41.643,12
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.470,30	0,00	3.470,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.410,81	0,00	10.410,81
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	13.881,10	0,00	13.881,10
SUBTOTAL		**17.912.987,92**	**0,00**	**17.912.987,92**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **3.582.597,58**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.565.992,90	0,00	3.565.992,90
TOTAL II		**3.565.992,90**	**0,00**	**3.565.992,90**

Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita do FUNDEB calculada pelos recursos vinculados

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	4.731.729,02	0,00	4.731.729,02
31	EDUCACAO INFANTIL	825.191,74	0,00	825.191,74
SUBTOTAL I		**5.556.920,76**	**0,00**	**5.556.920,76**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - Ensino Fundamental	3.127,47	0,00	3.127,47
31	339008110100000 - Ensino Fundamental	100.380,88	0,00	100.380,88
31	339008110100000 - Educação Infantil	16.613,73	0,00	16.613,73
SUBTOTAL II		**120.122,08**	**0,00**	**120.122,08**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 310
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 22
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	1.735.757,45	0,00	1.735.757,45
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	18.449,83	0,00	18.449,83
SUBTOTAL IV	**-1.754.207,28**	**0,00**	**-1.754.207,28**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**20,56**	**3.682.591,40**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010201	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FUNDEB	18.449,83	0,00	18.449,83
17580111000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ? FUNDEB - Principal	5.330.125,81	0,00	5.330.125,81
917580111000000	(R) Transf. de Recursos do FUNDEB	-28.447,57	0,00	-28.447,57
Total		**5.320.128,07**	**0,00**	**5.320.128,07**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **3.724.089,65**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	3.936.351,08	0,00	3.936.351,08
31	Educação Infantil	808.578,01	0,00	808.578,01
SUBTOTAL I		**4.744.929,09**	**0,00**	**4.744.929,09**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

TOTAL	**4.744.929,09**	**0,00**	**4.744.929,09**
% de Aplicação			**89,19**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	820,66	0,00	820,66
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	1.450.994,74	0,00	1.450.994,74
TOTAL	**1.451.815,40**	**0,00**	**1.451.815,40**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **72.590,77**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 311
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 23
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.4 Justificativa de Seleção/Ajustes nas Contas da Educação e FUNDEB

Nome da Planilha: Base de Cálculo Constitucional da Receita (MDE+FUNDEB)

Justificativa: Antecipação de ICMS e IPVA conforme Resolução Nº 1089/2018 artigo 6 do TCE/RS e demonstrativos fornecidos pela FAMURS.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	265.514,48	0,00	265.514,48
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	110.580,05	0,00	110.580,05
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	66.347,75	0,00	66.347,75
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	30.585,50	0,00	30.585,50
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.744,00	0,00	12.744,00
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.646,40	0,00	7.646,40
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.119,37	0,00	7.119,37
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.966,56	0,00	2.966,56
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.779,93	0,00	1.779,93
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	204.949,64	0,00	204.949,64
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	85.395,87	0,00	85.395,87
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	51.237,53	0,00	51.237,53
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	639,64	0,00	639,64
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	266,63	0,00	266,63
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	159,94	0,00	159,94
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	46.914,30	0,00	46.914,30
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	19.547,96	0,00	19.547,96
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	11.728,75	0,00	11.728,75
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	17.733,81	0,00	17.733,81
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	7.389,38	0,00	7.389,38
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	4.433,56	0,00	4.433,56
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	72.011,92	0,00	72.011,92
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	30.004,96	0,00	30.004,96
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	18.002,97	0,00	18.002,97
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	278.246,95	0,00	278.246,95
11180231020000	ISS - Principal - MDE	115.937,22	0,00	115.937,22
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	69.562,08	0,00	69.562,08
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	2.228,75	0,00	2.228,75
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	929,31	0,00	929,31
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	557,41	0,00	557,41

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 312
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 24
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.321,70	0,00	11.321,70
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	4.717,54	0,00	4.717,54
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	2.830,48	0,00	2.830,48
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	4.540,64	0,00	4.540,64
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	1.892,17	0,00	1.892,17
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	1.135,23	0,00	1.135,23
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,16	0,00	6.191.996,16
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,98	0,00	515.999,98
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,07	0,00	1.547.999,07
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,44	0,00	2.063.998,44
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	271.402,75	0,00	271.402,75
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	113.084,48	0,00	113.084,48
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	67.850,69	0,00	67.850,69
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17.531,38	0,00	17.531,38
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.461,11	0,00	1.461,11
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4.382,89	0,00	4.382,89
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5.843,71	0,00	5.843,71
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	4.030.487,76	0,00	4.030.487,76
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	362.151,56	0,00	362.151,56
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	1.009.854,13	0,00	1.009.854,13
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.329.867,48	0,00	1.329.867,48
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	457.204,91	0,00	457.204,91
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	38.100,47	0,00	38.100,47
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	114.301,37	0,00	114.301,37
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	152.402,17	0,00	152.402,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	41.643,12	0,00	41.643,12
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.470,30	0,00	3.470,30
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	10.410,81	0,00	10.410,81
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	13.881,10	0,00	13.881,10
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-87.880,13	0,00	-87.880,13
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-36.616,78	0,00	-36.616,78
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.970,05	0,00	-21.970,05
SUBTOTAL I		**20.188.030,86**	**0,00**	**20.188.030,86**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **3.028.204,63**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	235.422,03	0,00	235.422,03
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.814.734,70	0,00	2.814.734,70
TOTAL II		**3.050.156,73**	**0,00**	**3.050.156,73**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 313
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 25
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	3.182.297,81	0,00	3.182.297,81
SUBTOTAL I		**3.182.297,81**	**0,00**	**3.182.297,81**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		6.755,15	0,00	6.755,15
SUBTOTAL III		**6.755,15**	**0,00**	**6.755,15**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**15,73**		**3.175.542,66**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.7.1 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	32.396.957,21	0,00	32.396.957,21
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.274.797,72	0,00	1.274.797,72
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.387.708,24	0,00	-4.387.708,24
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	992.638,52	0,00	992.638,52
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	23.685,47	0,00	23.685,47
13210011010301	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção Básica	10.841,44	0,00	10.841,44
13210011010302	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade	345,33	0,00	345,33
13210011010303	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde	1.317,14	0,00	1.317,14
13210011010304	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica	346,71	0,00	346,71
13210011010306	Rec Rend Aplic Financ. - Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo	4.895,28	0,00	4.895,28
13210011010307	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica	5.646,16	0,00	5.646,16
13210011010308	Rec.Rend.Aplic.Financ. - Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada	14,17	0,00	14,17
13210011010313	Rec Rend Aplic Financ. - Dispensação de Fraldas	111,88	0,00	111,88
13210011010314	Rec Rend Aplic Financ. - Qualif Atenção Basica/PIES	11.882,69	0,00	11.882,69
13210011010315	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Assist.Farmac.Básica Est/diabeticos	1.291,54	0,00	1.291,54
13210011010316	Rec.Rend.Aplic.Financ.-Oficina Terapeutica	2.047,27	0,00	2.047,27
13210011010317	Rec Rend Aplic Financ- FMS Progr. Vig Promoção Saude	369,65	0,00	369,65
13210011010319	Rec. De Rem Dep Banc NFG SAÚDE	201,57	0,00	201,57

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010320	Rec. De Rem Dep Banc- ESF ESTADUAL	5.492,38	0,00	5.492,38
13210011010333	Rec. Rem. de Depósito Banc.- Emenda Parl. p/ Custeio COVID 19	199,81	0,00	199,81
13210011010334	Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	190,74	0,00	190,74
13210011010335	Rec. Rem. Dep. FES Pronto Atend Mun 24H Pacientes SRAG	3.063,10	0,00	3.063,10
13210011010336	Rec. Rem. Dep. FES Projeto Chamar 192	1.516,23	0,00	1.516,23
13210011010701	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	350,06	0,00	350,06
13210011010702	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GBF FNAS	599,83	0,00	599,83
13210011010703	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSB FNAS	4.315,33	0,00	4.315,33
13210011010704	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL PSEMC FNAS	33,17	0,00	33,17
13210011010705	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL GSUAS FNAS	110,83	0,00	110,83
13210011010706	Rem Dep Banc de Rec Vinc - BL BPC Escola	4,16	0,00	4,16
13210011010707	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS COVID no SUAS p/EPI Portaria 369/2020	79,31	0,00	79,31
13210011010708	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc.FNAS COVID no SUAS p/ALIMENTOS Portaria 369/2020	1.225,09	0,00	1.225,09
13210011010802	Rem Dep Banc de Rec Vinc - FNDE/PNATE	2.874,17	0,00	2.874,17
13210011010803	Rem Dep Banc de Rec Vinc - Sal Educ Fed	6.210,03	0,00	6.210,03
13210011010804	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PNAE	585,94	0,00	585,94
13210011010805	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/PRE	205,40	0,00	205,40
13210011010807	Rem Dep Banc de Rec Vinc - MEC/FNDE/CRECHE	88,68	0,00	88,68
13210011010808	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FNDE/BRASIL CARINHOSO	3,25	0,00	3,25
13210011010809	Rec Rend Aplic Financ-PRO-INFANCIA	3,27	0,00	3,27
13210011010810	Rec de Remun Dep Banc - PAC 2 FNDE PAR Aquis.Veic.e Mobiliario	368,48	0,00	368,48
13210011010812	Remu. de Dep. Banc.de Rec. Vinc. - FNDE - Auxílio Financeiro Resolução 11/2018	0,67	0,00	0,67
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.304.920,46	0,00	1.304.920,46
17180311010000	Transferência de Recursos do SUS ? Atenção Primária ? SUS ? Repasses Fundo a Fundo - Principal	683.220,06	0,00	683.220,06
17180311020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM /MS 361/2021 COVID 19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180311030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM /MS nº 650 08/04/2021 COVID 19	180.000,00	0,00	180.000,00
17180311040000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/ MS 894/2021	23.236,11	0,00	23.236,11
17180311050000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS nº 2.010/2021 COVID 19	300.000,00	0,00	300.000,00
17180311060000	Incremento Temporário PAB - Portaria GM/MS nº 1.276/2021 Emendas Parlamentares	180.000,00	0,00	180.000,00
17180311070000	Implementação de Políticas para a Rede Cegonha - Portaria GM/MS nº 1.575/2021	56,00	0,00	56,00
17180321000000	Transf.de Rec.do SUS Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	20.353,80	0,00	20.353,80
17180331000000	Transf.de Rec.do SUS Vigilância em Saúde - Principal	33.643,45	0,00	33.643,45
17180341000000	Transf.de Rec.do SUS Assistência Farmacêutica - Principal	38.591,64	0,00	38.591,64
17180391020000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM/MS 3874/20 - COVID 19	60.000,00	0,00	60.000,00
17180391030000	Transferência de Recursos do FNS - Portaria GM /MS 731/2021 - COVID 19	8.323,00	0,00	8.323,00
17180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	336.212,35	0,00	336.212,35
17180531010000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Ensino Fundamental	47.916,00	0,00	47.916,00
17180531020000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - Pré-Escola	15.857,60	0,00	15.857,60

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 315
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 27
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180531040000	Transf FNDE ao Prog Nac Aliment Esc - CRECHE	7.768,20	0,00	7.768,20
17180541010000	Transferencias Diretas do FNDE Referentes ao PNATE	98.229,93	0,00	98.229,93
17181031010000	Cota-Parte FMAS BL PSB FNAS	73.885,30	0,00	73.885,30
17181031020000	Cota-Parte FMAS BL PSEMC FNAS	1.123,48	0,00	1.123,48
17181031030000	Cota-Parte FMAS BL Financ da Gestão SUAS	3.318,00	0,00	3.318,00
17181031040000	Cota-Parte FMAS BL GBF FNAS	15.730,00	0,00	15.730,00
17280311010000	Assistencia Programa Farmácia Básica/diabeticos	38.651,26	0,00	38.651,26
17280311030000	ATENÇÃO BÁSICA OFICINAS TERAPÊUTICAS	105.428,31	0,00	105.428,31
17280311040000	Atenção BÁSICA PIES	265.212,69	0,00	265.212,69
17280311050000	Programa Dispensação de Fraldas	1.408,00	0,00	1.408,00
17280311060000	Programa NFG Saude	11.831,17	0,00	11.831,17
17280311070000	Incentivo a Equipe de Saúde da Família (ESF)	60.000,00	0,00	60.000,00
17280311090000	Repasse p/ Pronto Atendimentos Municipais 24H p/ paciente SRAG Parcela Única Portaria SES/RS 287/2021	90.909,09	0,00	90.909,09
17280311100000	Repasse Projeto Chamar 192 p/ Enfrentamento COVID-19 CIB 170/2020 e 034/2021	45.000,00	0,00	45.000,00
17281021010000	Transferências de Convênios para o Transporte Escolar - Principal	216.550,84	0,00	216.550,84
17281091100000	Transferencia de Convenio para Manutenção de Estradas e Similares	100.000,00	0,00	100.000,00
19900311020000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parc	215.569,68	0,00	215.569,68
24180411010000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde ? SUS destinados à Atenção Básica - Principal	99.889,00	0,00	99.889,00
24181091040000	Transf De Conv da União Pav Ruas Waltes Kess e da Igreja	48.750,00	0,00	48.750,00
24281091040000	Transferencia de Convenio para Perfuração de Poços Artesianos	70.000,00	0,00	70.000,00
24281091050000	Consulta Popular 19/20 para Recuperação de Estradas e Similares e Construção de Galerias	19.028,00	0,00	19.028,00
24281091060000	Consulta Popular 20/21-Aquis Plantadeira	28.571,00	0,00	28.571,00
913210011010334	(R) Rec. Rem. Dep. FES p/ Enfrentamento ao COVID 19 - Saúde Mental - Portaria SES nº506/2020	-5,60	0,00	-5,60
913210011010701	(R)Rem Dep Banc de Rec Vinc - FEAS	-18,76	0,00	-18,76
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-604.511,82	0,00	-604.511,82
TOTAL		**23.776.243,70**	**0,00**	**23.776.243,70**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
PROJATIV.TXT	PJA_05	997	2	AVISO	Linha: 997 - Campo Código do Projeto/Atividade não pode ser igual a zero
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2020, modalidade PRP (Pregão Presencial), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 21,209%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	97,959% das 49 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 621, Contrato nr. 621, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 6921, Contrato nr. 6921, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 39,583%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,652%

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 316
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 28
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,753% dos 89 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_VER.TXT	BAV_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BVER_ENC.TXT	BEC_81	0	0	JUSTIF.	Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 165 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 25.211,98
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 266 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 26.925,86
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.937,30
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 32.407,80
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 33.223,94
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.455,78
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 285 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09
BAL_DESP.TXT	BDP_32	0	0	JUSTIF.	Linha: 288 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 183.427,64
BAL_DESP.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina BDP_32
BAL_DESP.TXT	BDP_47	0	0	AVISO	Linha: 446 - A subfunção "997 - Reserva Legal" difere das listadas na Portaria MOG nº42/1999, alterada pelas Portarias SOF nº 64/2011 e nº 67/2012
CTA_DISP.TXT	CTV_34	149	0	AVISO	Linha: 149 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	150	0	AVISO	Linha: 150 - Validação da conta 00000000000408645006 inconsistente para o código do banco 41
DECRETO.TXT	DEC_13	0	0	JUSTIF.	Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 255721 devem ter a mesma data
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 29000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000000000 possuem total a débito de R$ 768,32 e total a crédito de R$ 1.536,64
TCE_4111.TXT	4111_22	0	0	AVISO	Os registros com o número de Lançamento 000000004228 possuem total a débito de R$ 4.909,12 e total a crédito de R$ 4.140,80

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 317
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 29
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BAV_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BAL_VER.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 11311010200000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 11351080000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 12112050000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 31921000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 45214990000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BEC_81 - Código da conta 49221000000000000000 do arquivo BVER_ENC.TXT consta mais de uma vez com tipos de níveis diferentes, conta analítica e conta sintética.

Justificativa: A ser ajustado em 2022 conforme prestadora de serviço em informática DELTA.

Descrição: BDP_32 - Linha: 165 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.917,50

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 263 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 25.211,98

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 266 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 26.925,86

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 270 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 4.937,30

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 273 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 32.407,80

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 318
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 30
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 276 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 7.278,84

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 277 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 33.223,94

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 279 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 1.455,78

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 285 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 103.190,09

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: BDP_32 - Linha: 288 - Dotações com Alterações: 0,00 não são suficientes para Valor Empenhado: 183.427,64

Justificativa: Conforme a empresa Prestadora de Serviços em Informática Delta, os avisos referente o arquivo Bal_desp são de empenhos referente ao covid 19, como não estava previsto no orçamento desse ano, então em contato com o TCE foi informado que esses avisos do Bal_desp ficariam justificados para que cada prefeitura informasse que aqueles valores gastos são de empenhos do covid 19.

Descrição: DEC_13 - Todos os registro de mesmo Número de Decreto: 255721 devem ter a mesma data

Justificativa: Os decretos de créditos adicionais foram realizados no sistema pelo Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento sob supervisão do Contador Fabricio Falconi conforme contrato de prestação de serviços nº028/2021.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	26/03/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/03/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Bimestre	Mural	26/05/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	26/05/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	26/05/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
4º Bimestre	Mural	28/09/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	28/09/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	28/09/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
5º Bimestre	Mural	24/11/2021	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal	24/11/2021	REGIONAL DE NOTÍCIAS
	Internet	25/11/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
6º Bimestre	Mural	28/01/2022	Mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/01/2022	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 319
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 31
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

1º Semestre	Mural	30/07/2021	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/07/2021	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
2º Semestre	Mural	28/01/2022	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/01/2022	http://sertaosantana-rs.com.br/category/noticias/
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	23/02/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
1º Quadrimestre/2021	25/05/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA
2º Quadrimestre/2021	27/09/2021	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
31/05/2013	https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-101/recursos.faces?mun=1ucReHOxI8M=

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	32.396.957,21	0,00	32.396.957,21
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-4.387.708,24	0,00	-4.387.708,24
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	992.638,52	0,00	992.638,52
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	23.685,47	0,00	23.685,47
13210041000000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.304.920,46	0,00	1.304.920,46
19900311020000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parc	215.569,68	0,00	215.569,68
913210041000000	(R)Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	-604.511,82	0,00	-604.511,82
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**26.076.946,66**	**0,00**	**26.076.946,66**

Emendas Parlamentares Individuais

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 320
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 32
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17180311060000	Incremento Temporário PAB - Portaria GM/MS nº 1.276/2021 Emendas Parlamentares	180.000,00	0,00	180.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**25.896.946,66**	**0,00**	**25.896.946,66**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**25.896.946,66**	**0,00**	**25.896.946,66**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.162.557,69	0,00	15.162.557,69
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	Proventos - Pessoal Civil	1.312.890,13	0,00	1.312.890,13
319001060000000	13 Salário - Pessoal Civil	108.597,22	0,00	108.597,22
319003010000000	Pensões - Pessoal Civil	129.449,83	0,00	129.449,83
319003030000000	13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	10.766,10	0,00	10.766,10
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**13.600.854,41**	**0,00**	**13.600.854,41**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa com Pessoal	**13.600.854,41**	**0,00**	**13.600.854,41**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	1.223.099,50	0,00	1.223.099,50
1	11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	685.322,66	0,00	685.322,66
1	11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	7,85	0,00	7,85
1	11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	65.837,15	0,00	65.837,15
20	11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	306.024,33	0,00	306.024,33
31	11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	242.833,48	0,00	242.833,48
40	11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	226.226,87	0,00	226.226,87
1016	11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	8.172,91	0,00	8.172,91
1017	11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	9.993,29	0,00	9.993,29
1027	11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	204.521,02	0,00	204.521,02
1028	11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	75.772,69	0,00	75.772,69
1037	11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	1.776,60	0,00	1.776,60
1038	11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.816,87	0,00	7.816,87
1044	11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	257.815,54	0,00	257.815,54
1045	11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	93.882,98	0,00	93.882,98
1067	11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.979,75	0,00	11.979,75
1069	11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.511,87	0,00	4.511,87
1090	11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	18.634,90	0,00	18.634,90
1095	11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	5.194,36	0,00	5.194,36
1128	11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	36.897,09	0,00	36.897,09
1129	11111190305000200005	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO ASSIST SOCIAL	20.180,45	0,00	20.180,45
1130	11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	89.425,66	0,00	89.425,66
1138	11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	15.020,56	0,00	15.020,56
1143	11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	11.376,42	0,00	11.376,42
1148	11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	145.671,05	0,00	145.671,05
1149	11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	737,44	0,00	737,44

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 322
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 34
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1150	11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.831,00	0,00	4.831,00
1151	11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.253,56	0,00	18.253,56
1152	11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	169,62	0,00	169,62
1154	11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	2.351,23	0,00	2.351,23
1162	11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	132,29	0,00	132,29
1180	11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSIST.SOCIAL - FUMDICA	7.307,66	0,00	7.307,66
1181	11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	76.849,62	0,00	76.849,62
1183	11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID EPI	3.232,20	0,00	3.232,20
1184	11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID ALIMENTOS	45.607,24	0,00	45.607,24
1186	11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	677,71	0,00	677,71
1187	11111191200200000000	BANRISUL S/A - CTA. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E SIMILARES	9.051,06	0,00	9.051,06
1188	11111191205002100000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP.19/20 OBRAS E.V GALERIAS	19.699,28	0,00	19.699,28
1190	11111191205002300000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP 20/21 AGRIC AQUIS PLANTADEIRA	29.304,20	0,00	29.304,20
1199	11111191205002200000	BANRISUL S/A - CTA. PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	7.935,71	0,00	7.935,71
4001	11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	95.719,26	0,00	95.719,26
4002	11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	121.387,30	0,00	121.387,30
4011	11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	92.781,09	0,00	92.781,09
4011	11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	425.979,88	0,00	425.979,88
4011	11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 SAUDE MENTAL ATENÇÃO BÁSICA	7.148,69	0,00	7.148,69
4050	11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	1.082,88	0,00	1.082,88
4050	11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	53.900,82	0,00	53.900,82
4090	11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	154.104,82	0,00	154.104,82
4170	11111191206001800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PROJETO CHAMAR SAMU 192 CIB 170/20 E 034/21	46.516,23	0,00	46.516,23
4190	11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.562,99	0,00	9.562,99
4230	11111191206001700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PORT SES/RS 287/2021 SRAG	93.972,19	0,00	93.972,19
4297	11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA. FMS EMENDA PARL. P/CUSTEIO COVID 19	5.193,46	0,00	5.193,46
4300	11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA	7.052,94	0,00	7.052,94

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 323
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 35
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		NF GAÚCHA			
4500	11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	364.768,23	0,00	364.768,23
4501	11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	23.373,64	0,00	23.373,64
4502	11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	54.091,02	0,00	54.091,02
4503	11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	18.803,54	0,00	18.803,54
4505	11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	251.995,88	0,00	251.995,88
4506	11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	199,23	0,00	199,23
4511	11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	3.016,08	0,00	3.016,08
TOTAL			**5.824.785,84**	**0,00**	**5.824.785,84**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	11111060100000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. RPPS	10.596.867,62	0,00	10.596.867,62
50	11111060100000200000	C.E.FEDERAL - CTA. RPPS	10.069.497,37	0,00	10.069.497,37
50	11111060100000400000	BANRISUL S/A - CTA RPPS	6.765.820,01	0,00	6.765.820,01
50	11111060100000600000	SICREDI - CTA RPPS	2.022.967,13	0,00	2.022.967,13
8050	11111060100000500000	CTA RECURSO EXTRA ORCAMENTARIO - 8050	9.598,08	0,00	9.598,08
TOTAL			**29.464.750,21**	**0,00**	**29.464.750,21**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111190201000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. MOVIMENTO	1.223.099,50	0,00	1.223.099,50
11111190201001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. AFM AUX FI M 39 I	95.719,26	0,00	95.719,26
11111190202000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. M.D.E.	306.024,33	0,00	306.024,33

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 324
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 36
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190202000200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. SAL.EDUC.FEDERAL	204.521,02	0,00	204.521,02
11111190202000300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FUNDEB	242.833,48	0,00	242.833,48
11111190202000700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE P.N.A.T.E	75.772,69	0,00	75.772,69
11111190202001000001	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE-FUNDL	8.172,91	0,00	8.172,91
11111190202001000003	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/PRÉ-ESCOLA	4.511,87	0,00	4.511,87
11111190202001000004	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE PNAE/CRECHE	2.351,23	0,00	2.351,23
11111190202001100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. PAC 2-FNDE-PAR 2011/2014	15.020,56	0,00	15.020,56
11111190202001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FNDE BRASIL CARINHOSO	132,29	0,00	132,29
11111190203001200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS VIG.SAN.MUN. S.SANTANA	11.376,42	0,00	11.376,42
11111190203030000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST SUS ATENÇÃO BÁSICA	251.995,88	0,00	251.995,88
11111190203040000000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. FMS INVEST.SUS-ATENÇÃO ESPEC.	199,23	0,00	199,23
11111190203050100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ATENCAO BASICA	364.768,23	0,00	364.768,23
11111190203050200000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	23.373,64	0,00	23.373,64
11111190203050300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO VIGILANCIA EM SAUDE	54.091,02	0,00	54.091,02
11111190203050400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO ASSIST.FARMACEUTICA	18.803,54	0,00	18.803,54
11111190203050500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CUSTEIO OUTROS PROG. FUNDO A FUNDO	3.016,08	0,00	3.016,08
11111190204001300000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL PSB FNAS	145.671,05	0,00	145.671,05
11111190204001400000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GBF FNAS	18.253,56	0,00	18.253,56
11111190204001500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL GSUAS FNAS	4.831,00	0,00	4.831,00
11111190204001600000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BPC ESCOLA FNAS	169,62	0,00	169,62
11111190204001700000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. BL MAC/PSEMC FNAS	737,44	0,00	737,44
11111190204001800000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID ALIMENTOS	45.607,24	0,00	45.607,24
11111190204001900000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. COVID EPI	3.232,20	0,00	3.232,20
11111190205000100000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CID/CIDE	7.816,87	0,00	7.816,87
11111190205000500000	BANCO DO BRASIL S/A - CTA. CESSAO ONEROSA	76.849,62	0,00	76.849,62
11111190301000100000	C.E.FEDERAL - CTA. MOVIMENTO	685.322,66	0,00	685.322,66
11111190305000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDERMA	9.993,29	0,00	9.993,29
11111190305000200001	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO EDUCAÇÃO	93.882,98	0,00	93.882,98
11111190305000200003	C.E.FEDERAL - CTA. LEILÃO RECURSO LIVRE	257.815,54	0,00	257.815,54
11111190305000200004	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO AGRICULTURA	36.897,09	0,00	36.897,09
11111190305000200005	C.E.FEDERAL - CTA. LEILAO ASSIST SOCIAL	20.180,45	0,00	20.180,45
11111190305000300000	C.E.FEDERAL - CTA. FUNDO MUN.DEF.MEIO AMBIENTE	18.634,90	0,00	18.634,90
11111190306000100000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/ASPS	226.226,87	0,00	226.226,87
11111190306000200000	C.E.FEDERAL - CTA. FMS S.SANTANA C/LEILÃO SAÚDE	121.387,30	0,00	121.387,30
11111190308000000000	C.E.FEDERAL - CTA. ASSIST.SOCIAL - FUMDICA	7.307,66	0,00	7.307,66
11111191200200000000	BANRISUL S/A - CTA. MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E SIMILARES	9.051,06	0,00	9.051,06

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 325
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 37
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111191201000100000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	7,85	0,00	7,85
11111191201000300000	BANRISUL S/A - CTA. MOVIMENTO	65.837,15	0,00	65.837,15
11111191204000200000	BANRISUL S/A - CTA. CONVENIO FEAS	11.979,75	0,00	11.979,75
11111191205001300000	BANRISUL S/A - CTA. MULTAS DETRAN/TRANSITO	5.194,36	0,00	5.194,36
11111191205001400000	BANRISUL S/A - CTA. C.I.P.	1.776,60	0,00	1.776,60
11111191205001500000	BANRISUL S/A - CTA. TRANSP. ESC. PEATE RS	89.425,66	0,00	89.425,66
11111191205001900000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POPULAR 19/20 AGRIC. INV	677,71	0,00	677,71
11111191205002100000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP.19/20 OBRAS E.V GALERIAS	19.699,28	0,00	19.699,28
11111191205002200000	BANRISUL S/A - CTA. PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	7.935,71	0,00	7.935,71
11111191205002300000	BANRISUL S/A - CTA. CONSULTA POP 20/21 AGRIC AQUIS PLANTADEIRA	29.304,20	0,00	29.304,20
11111191206000600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.ASSIST.FARMACIA	1.082,88	0,00	1.082,88
11111191206000700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.VIG.PROM.SAÚDE	9.562,99	0,00	9.562,99
11111191206000800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.OFICINAS TERAPEUTICAS	92.781,09	0,00	92.781,09
11111191206000900000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.INC.QUALIF.BASICA SAÚDE	425.979,88	0,00	425.979,88
11111191206001000000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGR.FARM.DIABETES MELLITUS	53.900,82	0,00	53.900,82
11111191206001300000	BANRISUL S/A - CTA. FMS PROGRAMA NF GAÚCHA	7.052,94	0,00	7.052,94
11111191206001400000	BANRISUL S/A - CTA. FMS INCENTIVO A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	154.104,82	0,00	154.104,82
11111191206001500000	BANRISUL S/A - CTA. FMS EMENDA PARL. P/CUSTEIO COVID 19	5.193,46	0,00	5.193,46
11111191206001600000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 SAUDE MENTAL ATENÇÃO BÁSICA	7.148,69	0,00	7.148,69
11111191206001700000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PORT SES/RS 287/2021 SRAG	93.972,19	0,00	93.972,19
11111191206001800000	BANRISUL S/A - CTA. FMS COVID 19 PROJETO CHAMAR SAMU 192 CIB 170/20 E 034/21	46.516,23	0,00	46.516,23
63270000000000000000	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-401.048,51	0,00	-401.048,51
TOTAL		**5.423.737,33**	**0,00**	**5.423.737,33**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**5.423.737,33**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 326
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 38
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21142010000000000001	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) DE EXERCICIOS ANTERIORES	60.542,76	0,00	60.542,76
21881011101000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO RPPS A RECOLHER-EXECUTIVO/INDIRETAS	7.117,48	0,00	7.117,48
21881011103000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - EXECUTIVO	31.088,94	0,00	31.088,94
21881011104000000000	RETENCOES - CONTRIBUICOES AO IPE A RECOLHER - LEGISLATIVO	3.891,30	0,00	3.891,30
22721030100000000000	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	19.181.653,37	0,00	19.181.653,37
22721030500000000000	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-1.482.038,21	0,00	-1.482.038,21
22721040100000000000	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	60.383.793,71	0,00	60.383.793,71
22721040200000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-11.679.611,52	0,00	-11.679.611,52
22721040300000000000	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-9.285.324,32	0,00	-9.285.324,32
22721040400000000000	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-4.258.050,72	0,00	-4.258.050,72
22721059800000000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-24.153.839,09	0,00	-24.153.839,09
63110000000000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.781,26	0,00	2.781,26
63171000000000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDARINSCRICAO NO EXERCICIO	790.516,58	0,00	790.516,58
TOTAL		**29.602.521,54**	**0,00**	**29.602.521,54**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 327
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 39
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 328
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 40
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	167.869,52	0,00	167.869,52	167.869,52
20	0,00	31.400,86	0,00	31.400,86	31.400,86
31	0,00	9.172,11	0,00	9.172,11	9.172,11
40	0,00	131.223,36	0,00	131.223,36	131.223,36
1027	0,00	185,50	0,00	185,50	185,50
1148	0,00	2.231,98	0,00	2.231,98	2.231,98
1151	0,00	127,10	0,00	127,10	127,10
4500	0,00	56.918,08	0,00	56.918,08	56.918,08
4511	0,00	1.920,00	0,00	1.920,00	1.920,00
TOTAL	**0,00**	**401.048,51**	**0,00**	**401.048,51**	**401.048,51**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	2.781,26	428.852,81	0,00	428.852,81	431.634,07
20	0,00	7.400,00	0,00	7.400,00	7.400,00
31	0,00	194.333,01	0,00	194.333,01	194.333,01
1037	0,00	1.080,00	0,00	1.080,00	1.080,00
1181	0,00	41.614,51	0,00	41.614,51	41.614,51
4500	0,00	29.286,90	0,00	29.286,90	29.286,90
4505	0,00	87.949,35	0,00	87.949,35	87.949,35
TOTAL	**2.781,26**	**790.516,58**	**0,00**	**790.516,58**	**793.297,84**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		1.974.267,16	0,00	1.974.267,16	

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 329
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 41
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
20		306.024,33	0,00	306.024,33	
31		242.833,48	0,00	242.833,48	
40		226.226,87	0,00	226.226,87	
50		29.455.152,13	0,00	29.455.152,13	
1016		8.172,91	0,00	8.172,91	
1017		9.993,29	0,00	9.993,29	
1027		204.521,02	0,00	204.521,02	
1028		75.772,69	0,00	75.772,69	
1037		1.776,60	0,00	1.776,60	
1038		7.816,87	0,00	7.816,87	
1044		257.815,54	0,00	257.815,54	
1045		93.882,98	0,00	93.882,98	
1067		11.979,75	0,00	11.979,75	
1069		4.511,87	0,00	4.511,87	
1090		18.634,90	0,00	18.634,90	
1095		5.194,36	0,00	5.194,36	
1128		36.897,09	0,00	36.897,09	
1129		20.180,45	0,00	20.180,45	
1130		89.425,66	0,00	89.425,66	
1138		15.020,56	0,00	15.020,56	
1143		11.376,42	0,00	11.376,42	
1148		145.671,05	0,00	145.671,05	
1149		737,44	0,00	737,44	
1150		4.831,00	0,00	4.831,00	
1151		18.253,56	0,00	18.253,56	
1152		169,62	0,00	169,62	
1154		2.351,23	0,00	2.351,23	
1162		132,29	0,00	132,29	
1180		7.307,66	0,00	7.307,66	
1181		76.849,62	0,00	76.849,62	
1183		3.232,20	0,00	3.232,20	
1184		45.607,24	0,00	45.607,24	
1186		677,71	0,00	677,71	
1187		9.051,06	0,00	9.051,06	
1188		19.699,28	0,00	19.699,28	
1190		29.304,20	0,00	29.304,20	
1199		7.935,71	0,00	7.935,71	
4001		95.719,26	0,00	95.719,26	
4002		121.387,30	0,00	121.387,30	
4011		525.909,66	0,00	525.909,66	
4050		54.983,70	0,00	54.983,70	
4090		154.104,82	0,00	154.104,82	
4170		46.516,23	0,00	46.516,23	
4190		9.562,99	0,00	9.562,99	
4230		93.972,19	0,00	93.972,19	

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 330
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 42
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4297		5.193,46	0,00	5.193,46	
4300		7.052,94	0,00	7.052,94	
4500		364.768,23	0,00	364.768,23	
4501		23.373,64	0,00	23.373,64	
4502		54.091,02	0,00	54.091,02	
4503		18.803,54	0,00	18.803,54	
4505		251.995,88	0,00	251.995,88	
4506		199,23	0,00	199,23	
4511		3.016,08	0,00	3.016,08	
8050		9.598,08	0,00	9.598,08	
TOTAL		35.289.536,05	0,00	35.289.536,05	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recursos Livre
20	Manutenção e Desen. do Ensino M.D.E. - Fundamental
31	Fundo de Manut e Desen da Educ Basica - FUNDEB 40%
40	A S P S
50	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
1016	Prog.Nacional de Alimentação Escolar-PNAE
1017	FUNDERMA
1027	Transf.Salário Educação - Federal
1028	Prog Nac Apoio Transp.Escolar - PNATE
1037	Contrib Custeio Serv Iluminação Pública - CIP/CEEE
1038	Cota-Parte Contr.Interv Domínio Economico - CIDE
1044	Leilões
1045	Leilões Rec.Vinculado - Educação
1067	PM S Santana Conv FEAS
1069	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda
1086	Leilões Rec.Vinculado - Saude
1090	Fundo Municipal de Def Meio Ambiente
1095	Cota Parte Multa de Transito
1122	Implantação de Esc de Educação Infantil Mobiliario
1127	Promoção de Eventos do Municipio
1128	Leilao - Recurso Vinculado Agricultura
1129	Leilao - Recurso Vinculado Assist Social
1130	Transporte Escolar Estadual PEATE
1138	Aquisição de Veículo e mobiliário - PAR
1143	Tx de Vigilancia Sanitaria
1148	FMAS Bloco Financiamento da Proteção Social Basica PSB
1149	FMAS Bloco Financ da Proteção Social Esp Media Complexidade PSEMC
1150	FMAS Bloco Financ da Gestão SUAS
1151	FMAS Bloco Financ da Gestão do PBF
1152	FMAS Financiamneto BPC Escola
1154	Recursos PNAP Pre-Escola, Merenda CRECHE
1156	Pavimentação Partes das Ruas Walter Kess/Igreja

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 331
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 43
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1162	BRASIL CARINHOSO
1165	AUXÍLIO FINANCEIRO FNDE RESOLUÇÃO 11/2018
1176	Calçamento Rua julio Rosenau - Emenda Heitor Schuch
1177	Caçamba - Emenda Marcelo Moraes
1180	Contribuições ao FUMDICA
1181	Cessão Onerosa
1183	Ações do COVID no SUAS para EPI
1184	Ações do COVID no SUAS para ALIMENTOS
1186	Consulta Popular 19/20 Agric. Inv
1187	Convenio para Manutenção de Estradas e Similares
1188	Recuperação de Estradas e Similares e Construção de Galerias
1190	Consulta Popular 20/21-Aquis Plantadeira
1199	Perfuração de Poços Sec Obras
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saúde
4002	Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde
4011	ATENÇÃO BÁSICA (OFICINAS TERAPÊUTICAS/PIES)
4050	ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA ESTADUAL
4090	Programa Saúde da Família
4170	SAMU/ UPA - Urgências - Remoção PAC
4190	PROGRAMA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ESTADUAL
4230	Apoio a Rede Hospitalar/Hospitais Públicos Municipais/Hospitais Filantrópicos
4297	Custeio - Enfrentamento da Covid-19
4300	Nota Fiscal Gaúcha
4500	Bloco CUSTEIO Atenção Básica
4501	Bloco CUSTEIO Atenção de Média e Alta Complexidade
4502	Bloco CUSTEIO Vigilância em Saúde
4503	Bloco CUSTEIO Assistência Farmacêutica
4505	Bloco INVESTIMENTO Atenção Básica
4506	Bloco INVESTIMENTO Atenção Especializada
4511	Bloco CUSTEIO Outros Prog. Financ. Por Transf. Fundo a Fundo
8001	Recurso Extra Orçamentario
8050	Recurso Extra orçamentario RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	228.095,93	0,00	228.095,93
11130311010200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	95.040,39	0,00	95.040,39
11130311010300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	57.024,14	0,00	57.024,14
11130311030100	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.877,34	0,00	29.877,34
11130311030200	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos	12.448,93	0,00	12.448,93

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 332
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 44
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	pelo RPPS - MDE			
11130311030300	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.469,39	0,00	7.469,39
11130341010100	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	6.813,59	0,00	6.813,59
11130341010200	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	2.839,25	0,00	2.839,25
11130341010300	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.703,46	0,00	1.703,46
11180111010000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	188.629,18	0,00	188.629,18
11180111020000	IPTU - Principal - MDE	78.595,68	0,00	78.595,68
11180111030000	IPTU - Principal - ASPS	47.157,39	0,00	47.157,39
11180112010000	IPTU - Multas e Juros - PRÓPRIO	1.148,21	0,00	1.148,21
11180112020000	IPTU - Multas e Juros - MDE	478,49	0,00	478,49
11180112030000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	287,09	0,00	287,09
11180113010000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	26.022,10	0,00	26.022,10
11180113020000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.842,86	0,00	10.842,86
11180113030000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.615,07	0,00	6.615,07
11180114010000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - PRÓPRIO	15.639,79	0,00	15.639,79
11180114020000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.516,94	0,00	6.516,94
11180114030000	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.910,05	0,00	3.910,05
11180141010000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	65.638,79	0,00	65.638,79
11180141020000	ITBI - Principal - MDE	27.349,52	0,00	27.349,52
11180141030000	ITBI - Principal - ASPS	16.409,69	0,00	16.409,69
11180231010000	ISS - Principal - PRÓPRIO	221.394,57	0,00	221.394,57
11180231020000	ISS - Principal - MDE	92.248,68	0,00	92.248,68
11180231030000	ISS - Principal - ASPS	55.349,10	0,00	55.349,10
11180232010000	ISS - Multas e Juros - PRÓPRIO	3.673,85	0,00	3.673,85
11180232020000	ISS - Multas e Juros - MDE	1.531,27	0,00	1.531,27
11180232030000	ISS - Multas e Juros - ASPS	918,66	0,00	918,66
11180233010000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.928,61	0,00	4.928,61
11180233020000	ISS - Dívida Ativa - MDE	2.053,73	0,00	2.053,73
11180233030000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	1.232,16	0,00	1.232,16
11180234010000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - PRÓPRIO	2.239,59	0,00	2.239,59
11180234020000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - MDE	933,19	0,00	933,19
11180234030000	ISS - Dívida Ativa -Multas e Juros - ASPS	559,85	0,00	559,85
11280191010000	Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	5.512,20	0,00	5.512,20
11280191020000	Tx de Licença para Execução de Obras	7.780,08	0,00	7.780,08
11280191030000	Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	9.604,06	0,00	9.604,06
11280191050000	Taxa de vistoria	27.288,80	0,00	27.288,80
11280191060000	Taxa de Expediente	16.989,30	0,00	16.989,30
11280191070000	Alvara Sanitario	1.737,29	0,00	1.737,29
11280191080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	6.657,00	0,00	6.657,00

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 333
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 45
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280192010000	Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	96,97	0,00	96,97
11280192020000	Multas e Juros - Tx de Licença para Execução de Obras	43,55	0,00	43,55
11280192050000	Multas e Juros - Taxa de vistoria	636,04	0,00	636,04
11280192060000	Multas e Juros - Taxa de Expediente	61,27	0,00	61,27
11280192070000	Multas e Juros - Alvara Sanitario	109,75	0,00	109,75
11280192080000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	67,50	0,00	67,50
11280193010000	Divida Ativa - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	865,75	0,00	865,75
11280193030000	Divida Ativa - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	756,06	0,00	756,06
11280193050000	Divida Ativa - Taxa de vistoria	3.613,13	0,00	3.613,13
11280193060000	Divida Ativa - Taxa de Expediente	3.319,68	0,00	3.319,68
11280193070000	Divida Ativa - Alvara Sanitario	34,63	0,00	34,63
11280194010000	D.A. Multas e Juros - Tx de Licença p/ Func.Estab.Comerc.Industr.Servico	155,82	0,00	155,82
11280194030000	D.A. Multas e Juros - Tx de Aprovação de Projeto de Construção Civil	88,30	0,00	88,30
11280194050000	D.A. Multas e Juros - Taxa de vistoria	806,86	0,00	806,86
11280194060000	D.A. Multas e Juros - Taxa de Expediente	2.220,39	0,00	2.220,39
11280194070000	D.A. Multas e Juros - Alvara Sanitario	6,23	0,00	6,23
11280211000000	Taxas Judiciais - Principal	670,03	0,00	670,03
11280291010000	Taxa de Limpeza Pública - Principal	21.450,18	0,00	21.450,18
11280291030000	Taxa de Emissão de Certidões - Principal	5.100,77	0,00	5.100,77
11280292010000	Taxa de Limpeza Pública - Multa e Juros	191,09	0,00	191,09
11280292020000	Taxa de Registro no Cadastro Técnico Municipal Ambiental - Multa e Juros	2,66	0,00	2,66
11280292030000	Taxa de Emissão de Certidões - Multa e Juros	29,78	0,00	29,78
11280293010000	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	4.283,75	0,00	4.283,75
11280293030000	Taxa de Emissão de Certidões - Dívida Ativa	181,66	0,00	181,66
11280294030000	Taxa de Emissão de Certidões - Multa e Juros - Dívida Ativa	43,67	0,00	43,67
12180111010000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	1.072.409,96	0,00	1.072.409,96
12180111020000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	22.190,88	0,00	22.190,88
12400011000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	26.966,67	0,00	26.966,67
17180121010000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.592.564,19	0,00	4.592.564,19
17180121020000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	382.714,02	0,00	382.714,02
17180121030000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.148.141,08	0,00	1.148.141,08
17180121040000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.530.854,42	0,00	1.530.854,42
17180131010000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	206.667,08	0,00	206.667,08
17180131020000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	86.111,29	0,00	86.111,29
17180131030000	Cota-Parte do FPM ? 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - ASPS	51.666,77	0,00	51.666,77
17180141010000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	207.107,69	0,00	207.107,69

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 334
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 46
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180141020000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	86.294,88	0,00	86.294,88
17180141030000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	51.776,93	0,00	51.776,93
17180151010000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	12.186,47	0,00	12.186,47
17180151020000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1.015,65	0,00	1.015,65
17180151030000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	3.046,64	0,00	3.046,64
17180151040000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	4.062,04	0,00	4.062,04
17280111010000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	3.226.273,60	0,00	3.226.273,60
17280111020000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	297.442,65	0,00	297.442,65
17280111030000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	807.851,92	0,00	807.851,92
17280111040000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	1.054.111,24	0,00	1.054.111,24
17280121010000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	392.755,38	0,00	392.755,38
17280121020000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	32.729,73	0,00	32.729,73
17280121030000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	98.189,03	0,00	98.189,03
17280121040000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	130.919,17	0,00	130.919,17
17280131010000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	45.048,90	0,00	45.048,90
17280131020000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	3.754,07	0,00	3.754,07
17280131030000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	11.262,22	0,00	11.262,22
17280131040000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	15.016,31	0,00	15.016,31
17280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	7.920,21	0,00	7.920,21
911180111010000	(R)IPTU - Principal - PRÓPRIO	-85.444,66	0,00	-85.444,66
911180111020000	(R)IPTU - Principal - MDE	-35.602,07	0,00	-35.602,07
911180111030000	(R)IPTU - Principal - ASPS	-21.361,18	0,00	-21.361,18
TOTAL		**16.910.663,96**	**0,00**	**16.910.663,96**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.410.570,00	0,00	1.410.570,00	1,2307	1.735.988,50
Fevereiro	1.689.180,13	0,00	1.689.180,13	1,2296	2.077.015,89
Março	1.364.650,71	0,00	1.364.650,71	1,2295	1.677.838,05
Abril	1.265.682,33	0,00	1.265.682,33	1,2097	1.531.095,91
Maio	1.238.384,77	0,00	1.238.384,77	1,2091	1.497.331,03
Junho	1.110.339,08	0,00	1.110.339,08	1,1963	1.328.298,64
Julho	1.373.608,93	0,00	1.373.608,93	1,1774	1.617.287,15
Agosto	1.164.638,28	0,00	1.164.638,28	1,1505	1.339.916,34
Setembro	1.095.562,84	0,00	1.095.562,84	1,1076	1.213.445,40
Outubro	1.278.492,23	0,00	1.278.492,23	1,0723	1.370.927,22
Novembro	1.459.327,56	0,00	1.459.327,56	1,0342	1.509.236,56
Dezembro	2.460.227,10	0,00	2.460.227,10	1,0076	2.478.924,83

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 335
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 47
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**16.910.663,96**	**0,00**	**16.910.663,96**		**19.377.305,52**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	4.300.957,97	4.493.512,60
2º Bimestre	4.300.957,97	5.065.864,18
3º Bimestre	4.300.957,97	5.494.728,12
4º Bimestre	4.300.957,97	5.535.103,32
5º Bimestre	4.300.957,97	4.803.885,93
6º Bimestre	4.300.963,55	7.003.863,06
TOTAL	**25.805.753,40**	**32.396.957,21**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	197.166,66	231.545,20
2º Bimestre	197.166,66	682.727,85
3º Bimestre	197.166,66	229.401,90
4º Bimestre	197.166,66	443.000,01
5º Bimestre	197.166,66	446.583,27
6º Bimestre	197.166,70	864.322,32
TOTAL	**1.183.000,00**	**2.897.580,55**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	712.166,56	0,00
2º Bimestre	712.166,56	70.005,26
3º Bimestre	712.166,56	68.117,85
4º Bimestre	712.166,56	508.652,74
5º Bimestre	712.166,56	2.887,05
6º Bimestre	712.167,20	625.134,82
TOTAL	**4.273.000,00**	**1.274.797,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-464.458,85	-609.559,00
2º Bimestre	-464.458,85	-556.098,91
3º Bimestre	-464.458,85	-724.559,76
4º Bimestre	-464.458,85	-862.126,22
5º Bimestre	-464.458,85	-908.888,79
6º Bimestre	-464.459,15	-726.475,56
TOTAL	**-2.786.753,40**	**-4.387.708,24**

TOTAL DA RECEITA	**28.475.000,00**	**32.181.627,24**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 336
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 48
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.630.243,36	0,00	2.630.243,36
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**2.630.243,36**	**0,00**	**2.630.243,36**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	7.722.544,10	0,00	7.722.544,10

Deduções

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**7.722.544,10**	**0,00**	**7.722.544,10**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
210000000000000	Operações de Crédito	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**1.500.000,00**	**0,00**	**1.500.000,00**

Operações de Crédito que excederam as despesas de capital **0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 337
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 49
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

Nome: Írio Miguel Stein
CPF: 31322085072
Cargo/Função: PREFEITO
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 64067254091 Nome: Marcos Aurelio Kologeski Souza Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 23/02/2021 Término: 04/03/2021

Início: 10/05/2021 Término: 13/05/2021

Início: 04/08/2021 Término: 08/08/2021

Início: 14/09/2021 Término: 16/09/2021

Início: 14/12/2021 Término: 16/12/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Entrega da remessa do SIAPC/PAD mês dezembro/2021 entregue nesta data conforme prorrogação de prazo Ofício Circular DCF nº02/2022. Continuação das notas explicativas referente ao Balanço Patrimonial: Nota 8 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta. Nota 9 - Provisões a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada base de dados 31/08/2021 representa 100% do total das Provisões a Longo Prazo realizada pela Atuária Michele de Mattos Dall Agnol registro MIBA Nº 2991 relativo ao ano 2021 cálculo atuarial o qual possuímos até a data de encerramento deste exercício. Nota 10 - Por força de portaria 548/2015, em se tratando do PIPCP, está sendo providenciado um cronograma das necessidades de adequações a serem realizadas bem como o treinamento dos servidores responsáveis.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

Página 338
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 50
Peça 4199567
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E123

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SERTÃO SANTANA, 23 de Fevereiro de 2022

LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT
Contabilista

ÍRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7B52.B396.4E59.B50F.3DB0.

RELATÓRIO E PARECER

DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Sertão Santana vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as contas de governo do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2021, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto no art. 2º, inciso III, letra *"b"* da Resolução nº 1.052, de 09 de dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 605/2002, regulamentada pelo Decreto nº 1007/2005 de 25 de setembro de 2014, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 3.580, de 06 de julho de 2020.

2. A Comissão desenvolveu suas atividades através de reuniões e análise documental. Foram realizadas doze (12) reuniões, emitidos dezoito (18) relatórios e enviadas ao Poder Executivo na forma de Recomendações, visando a sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas. Entre as recomendações feitas, salientam-se as seguintes: despesa sem prévio empenho; gastos de pessoal com índice alto. À vista de tais recomendações, o Chefe do poder Executivo adotou as seguintes providências para correção de atos e procedimentos: no que tange às despesas sem prévio empenho, nada foi feito até o final do ano, o que gerou uma nova recomendação ao executivo da importância de manter os processos conforme a legislação; já as despesas com pessoal, no segundo semestre foi apurado um índice superior a 51,3%, mas mesmo assim as despesas com contratação de cargo comissionado aumentaram, bem como pagamento de horas-extras, o que também gerou recomendação, ainda não atendida. No entanto, há disposição da Administração para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca de atuação balizada sempre pelos princípios que regem a Administração Pública (CR, art. 37).

3. Quanto ao resultado da análise dos itens que, nos termos da Resolução nº 936/2012, do Tribunal de Contas do Estado, são de verificação compulsória entendemos dignos de registro os seguintes fatos/ocorrências:

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4199569

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E125

3.1 Receitas de Transferências intergovernamentais:

Foi realizado exame das receitas oriundas de Transferências Intergovernamentais da União e do Estado, a fim de diagnosticar o nível de gerenciamento desses recursos, avaliar a correção e a confiabilidade dos lançamentos contábeis e dos procedimentos administrativos realizados pelos setores envolvidos no controle da arrecadação bem como verificar o atendimento das disposições constitucionais e legais pertinentes à correta aplicação daqueles que são vinculados a determinadas finalidades. Desse exame é possível afirmar que:

a) Os valores recebidos a título de transferências constitucionais do Estado (ICMS, IPI/Exportação, CIDE) e da União (FPM, LC 87/96, FUNDEB e Salário Educação), estão de acordo com os índices de participação nesses recursos estabelecidos pela legislação;

b) Os recursos da CIDE, do FUNBEB e do Salário Educação, bem como os oriundos de transferências legais, tais como PAB, Merenda Escolar, Transporte Escolar, Assistência Social e de transferências voluntárias da União e do Estado, vinculados a finalidades específicas, foram depositados e movimentados em contas bancárias específicas, atendendo ao disposto no art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

c) Na execução dos recursos recebidos a título de transferências voluntárias, verificamos que, quando efetivamente devidas, foram efetuadas as prestações de contas, parciais ou totais, e o seu respectivo encaminhamento aos órgãos concessores. Também foi verificado que o Poder Executivo observou a determinação posta no art. 2º, da Lei Federal nº 9.452/97, quanto à notificação compulsória desses recebimentos aos Partidos Políticos, Sindicatos dc Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município, no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento dos recursos.

d) Ainda, quanto a esses últimos, verificou-se que, conforme o art. 116, §§ 4º e 5º da Lei Federal nº 8.666/93, os mesmos foram aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, nas hipóteses em que a previsão de uso foi igual ou superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública quando a utilização deu-se em prazos menores que 30 dias e que os rendimentos dessas foram aplicados na sua vinculação original.

e) Quanto às transferências voluntárias realizadas pela União, por meio de convênio e/ou contrato de repasse, as mesmas estão regularmente sendo registradas no Portal dos Convênios (SICONV), permitindo aos órgãos repassadores do Governo Federal o controle em tempo real da execução das atividades contempladas no plano de trabalho. Além disso, os processos físicos são mantidos junto à Secretaria

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

Municipal de Agricultura com a documentação comprobatória dos atos realizados pelo Município. Não há registro de pendências no SICONV.

3.2 Lançamento e Cobrança de Todos dos Tributos de Competência Municipal:

Visando verificar a competência do Município quanto à efetiva instituição e cobrança dos tributos de competência municipal, o Controle Interno auditou os procedimentos relativos à constituição, cobrança e controle dos créditos tributários e não tributários do Município donde se extrai que:

a) Existe efetiva responsabilidade na gestão fiscal nos estágios de instituição, previsão, arrecadação e efetivo recolhimento dos tributos de competência constitucional do Município, nos termos do artigo 30, inciso III, e artigos 145 e 156 da Constituição da República e art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

b) As leis municipais nº 1.577/2021, institui programa de recuperação de créditos fiscais, não foi realizado impacto orçamentário e financeiro, conforme os termos dos arts. 4, § 2º, V, art. 5º, II e art. 14, todos da Lei Complementar nº 101/2000;

c) A Administração Municipal, através do setor de fiscalização desempenhou ações fiscais no sentido de combate à sonegação, no âmbito da fiscalização das receitas, bem como demonstrou empenho com o objetivo de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, como medidas efetivas para o incremento das receitas tributárias e de contribuições, visando dar cumprimento aos arts. 13 e 58 da Lei Complementar nº 101/2000.

d) Quadrimestralmente, a Secretaria de Fazenda elabora relatórios gerenciais sobre o comportamento da arrecadação tributária, contendo, inclusive, comentários e dados para tomada de decisão superior, os quais são encaminhados diretamente à Audiência Pública e posteriormente arquivados nesta secretaria;

e) A análise amostral de alguns documentos de arrecadação comprovou que a atualização monetária, as multas e os juros de mora aplicáveis aos tributos e demais receitas próprias pagas com atraso são calculados e cobrados de acordo com as disposições do Código Tributário Municipal, inclusive pela rede bancária. Dessa análise amostral também verificou-se que, as guias de arrecadação identificam o nome do pagador, o valor arrecadado, a origem e classificação da receita, e contemplam a data e a assinatura/rubrica do agente responsável pelo recebimento, conforme o disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 4.320/64;

f) Quanto ao IPTU, verificamos que o cadastro imobiliário encontra-se atualizado, e divide a área do Município em zonas fiscais para fins de avaliação do valor venal dos imóveis, conferindo-lhes

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

pesos diferenciados segundo o maior/menor grau de serviços e infraestrutura urbana disponível, entre outros aspectos inerentes ao imóvel. O mesmo cadastro é utilizado também, como referência, para o ITBI;

g) Em relação ao ISSQN, verificamos que o cadastro dos prestadores de serviço do Município encontra-se atualizado e apresenta os elementos necessários para a perfeita identificação do contribuinte, informando o ramo de atividade, localização, dados pessoais/estabelecimento, alíquota aplicável, dentre outros. Também, por amostragem, foram verificadas 12 (doze) guias de arrecadação, as quais compravam que os valores cobrados de ISSQN encontram-se de acordo com a legislação municipal, atentando, também, para o atendimento do art. 88 do ADCT, acrescentado pela EC nº 37/02, que introduziu a alíquota mínima de 2% para esse tributo;

h) Em relação as taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou colocados à disposição dos contribuintes, foi constado que foram criadas em lei específica, observada a anterioridade, e que seus valores estão em conformidade com o custo da respectiva atividade administrativa desenvolvida, guardando, assim, a proporcionalidade propugnada pela legislação.

i) Não houve cobrança de Contribuição de Melhorias;

j) A instituição da contribuição para o custeio da iluminação pública, cujo total arrecadado foi de 18.514,42(Dezoito mil quinhentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos) se deu através de lei, com obediência aos princípios da anterioridade tributária e da anualidade, nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal; A partir do ano-calendário 2016 a CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica passou a efetuar a compensação entre os valores arrecadados e as despesas com iluminação pública do município, porém a CERTEJA, também distribuidora atuante no município, continua repassando os valores normalmente, o que resultou na arrecadação supracitada;

k) Ainda, a auditoria realizada sobre a arrecadação própria revelou que a Administração Municipal vem efetuando corretamente a retenção do IRRF, incidente sobre valores pagos pelo Município, a qualquer título, inclusive pelas autarquias e fundações municipais (art. 158, inciso I, da CR), aplicando, conforme o caso, as alíquotas previstas no Decreto Federal nº 3.000/99.

3.3 Cobrança da Dívida Ativa e dos Títulos Executivos Emitidos pelo TCE/RS:

Em relação a esse item de verificação compulsória ponderamos que foram avaliadas as providências tomadas pela administração para receber as receitas não recolhidas, no prazo de venci-

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

mento. Também foi analisada a adequação dos registros contábeis atinentes à dívida ativa, principalmente quanto ao destaque dos créditos realizáveis a longo e curto prazo e a provisão para perdas na dívida ativa.

Restou evidenciado o que segue:

a) A análise amostral realizada em doze (12) processos revelou que os termos de inscrição em dívida ativa possuem os requisitos constantes no art. 2º, §5º, da Lei Federal nº 6.830/80 e art. 202 do Código Tributário Nacional;

b) Estão inscritos em dívida ativa todos os créditos tributários e não tributários lançados e não arrecadados pelo Município, em cumprimento ao disposto no art. 39, § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo que a Administração Municipal, através do setor de tributos efetivamente, efetua a cobrança da dívida ativa, nas esferas administrativa e judicial, como forma de incrementar a arrecadação e evitar a prescrição dos créditos, conforme se verifica do mapa comparativo abaixo:

EVOLUÇÃO DA DIVIDA ATIVA

Estoque total de Dívida Ativa	2019	2020	2021
Dívida Ativa Tributária	R$ 771.309,35	R$ 809.805,21	R$ 855.572,99
Dívida Ativa Não Tributária	R$3.409.653,97	R$3.689.542,44	R$4.141.807,85

c) Atentos ao princípio da moralidade administrativa e ao da legalidade, verificamos que não há, entre os contribuintes inadimplentes do Município, fornecedores/credores regulares da administração, bem como agentes políticos e tampouco foram identificadas ocorrências de baixas de valores inscritos em dívida ativa sem o devido amparo legal, sendo que os casos de remissão de crédito tributários foram autorizados com fulcro no art. 172 do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/66) e de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 006/2017 – Código Tributário Municipal;

d) Os saldos existentes no cadastro da dívida ativa dos contribuintes (setor tributário) correspondem aos valores apresentados pelo Setor de Tributos e pela Contabilidade, em 31 de dezembro de 2020, a qual evidencia, em contas específicas, a dívida ativa de Curto Prazo e de Longo Prazo, bem como o Ajuste Para Perdas da Dívida Ativa, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

e) Quanto aos títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado, verificou-se o atendimento das disposições contidas na Resolução nº 1039/2015, daquela Corte de Contas, especialmente quanto: ao registro contábil, em contas próprias, dos créditos e dos valores arrecadados; à adoção de medidas administrativas ou judiciais para a cobrança dos créditos expressos nas Certidões de Decisão – Títulos

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4199569

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E125

Executivos; à prestação de informações tempestivas à Direção-Geral do Tribunal de Contas acerca das medidas de cobrança adotadas, inclusive com a remessa de documentação comprobatória;

3.4 Exame das operações de crédito contratadas, dos avais e garantias concedidas, bem como dos direitos e haveres do Município;

Em relação a esse item, verificamos que o Município não realizou operação de crédito no exercício de 2021;

Já quanto à concessão de avais e garantias, de que trata o art. 40 da Lei Complementar nº 101/2000, verificamos que o Município não realizou em 2021 operações dessa natureza.

No que tange aos demais direitos e haveres do Município ponderamos que:

a) As receitas de aluguéis, arrendamentos e concessões de uso estão de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos contratos;

b) A Administração Municipal, tendo por base a Lei nº 1.355/2015 efetivamente cobra pela prestações de serviços de máquinas/equipamentos a terceiros, de acordo com os preços fixados;

c) No caso dos haveres decorrentes de danos causados ao Erário por servidor público, como os decorrentes de acidente de trânsito com veículo do Município, multas de trânsito, desvio de verbas e de bens públicos, perda de equipamentos, extravio de materiais, retornos de adiantamento e outros, verificamos que, após a apuração dos fatos e responsabilização, houve o ressarcimento aos cofres municipais, por parte dos respectivos devedores, bem como a observância das disposições legais municipais pertinentes, especialmente quanto ao prazo, valores das parcelas, e regularidade dos recolhimentos. Tais valores foram registrados pela contabilidade na natureza de receita 4.1.9.9.0.99.2.1.03.00.00 (Outras Receitas) e totalizaram R$ 43.125,07 no exercício analisado. Porém, há mais receitas nesta rubrica.

3.5 Exame da execução da folha de pagamento:

Visando verificar a execução da folha de pagamento, a Unidade Central de Controle Interno auditou os procedimentos respectivos, por amostragem, de onde se extrai que:

a) A folha de pagamento é organizada e executada por centros de custo;

b) Os servidores alocados em cada centro de custo estão devidamente lotados nas respectivas unidades administrativas, inclusive os vinculados à Educação e Saúde;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

c) Não há vantagens, cujo direito foi implementado por servidores, pendentes de concessão, como por exemplo adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade etc.

d) As vantagens funcionais concedidas aos servidores, como por exemplo adicionais por tempo de serviço, promoções e progressões, adicionais de insalubridade e periculosidade, gozo de férias e de licença prêmio etc., ocorreram regularmente, até a publicação da lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e contaram com a emissão e publicação do ato respectivo, bem como com a devida anotação nos registros funcionais;

e) Os documentos essenciais para comprovar o direito às vantagens concedidas aos servidores estão devidamente arquivados;

f) Foram devidamente formalizados atos de aplicação de penalidades (decorrentes de procedimento administrativo regular), como advertências, suspensões e determinações de ressarcimento ao erário, sendo que tais circunstâncias foram devidamente anotadas nos registros funcionais;

g) Foram devidamente instruídos todos os processos de prestação de contas relativos às diárias concedidas, tanto para servidores como para agentes políticos;

h) Foram emitidas e estão arquivadas nas pastas funcionais, devidamente assinadas pelos responsáveis, as efetividades dos servidores, fundamentando inclusive as horas extras pagas ou registradas em banco de horas;

i) Foram assinados pelos servidores e estão devidamente arquivados nas pastas funcionais, os termos de acordo, nos casos em que houve a compensação de horas extras trabalhadas (inclusive nos casos de sujeição dos servidores a regimes de plantão);

j) Houve a entrega anual, e o respectivo arquivamento nas pastas funcionais, da Declaração de Bens e Rendas por alguns servidores, bem como por alguns exercentes de mandato eletivo;

l) Está em dia e de acordo a legislação local a avaliação do estágio probatório dos servidores, bem como foram emitidas as portarias de declaração de estabilidade, quando for o caso (art. 41 da CR);

m) Não há servidores percebendo remuneração superior ao subsídio do Prefeito (art. 37, XI, da CR);

n) Está sendo publicada, anualmente, a relação dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos (art. 39, § 6° da CR);

MPC 7

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

o) Foram corretamente aplicadas as leis de reajuste e de revisão geral dos servidores;

p) Foi elaborada e está sendo cumprida escala de gozo de férias dos servidores;

q) As cedências de servidores contam com autorização legal e com convênio firmado entre cedente e cessionário, estando a contribuição previdenciária sendo mantida para o regime da origem (art. 1°-A da Lei 9.717/1998);

r) Os descontos em folha de pagamento contam com autorização legislativa, autorização do servidor e obedecem ao limite fixado na norma local;

s) Estão regulares as contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS;

t) Estão regulares os desconto do imposto de renda na fonte (Decreto Federal nº 3.000/1999).

3.6 Exame da manutenção da frota de veículos e equipamentos:

A gestão da frota municipal é centralizada, junto a Garagem Municipal, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e Viação, que mantém o cadastro das viaturas, em fichas individuais, na qual constam os dados de caracterização do bem, o valor de avaliação patrimonial, os dados da apólice de seguro e o resumo das informações de consumo de combustível, quilometragem, troca de peças e pneus e serviços de manutenção realizados.

Todos os veículos da frota municipal estão devidamente registrados em nome do Município e com os seus licenciamentos em dia. Existe Livro de Bordo, que não é devidamente preenchido pelos motoristas, mas quando preenchido, consta o nome do motorista, data, quilometragem e destino do veículo. Todos os veículos possuem os equipamentos obrigatórios, inclusive os utilizados para o transporte de escolares.

Quanto aos aspectos gerais da frota municipal, verificou-se a existência de sistema de manutenção preventiva dos veículos, por meio do qual os mesmos são semestralmente (ônibus escolares) encaminhados para revisão e avaliação pelos serviços de mecânica do Município;

Durante o exercício, foi adquirido 2 (dois) veículos, uma para secretaria de agricultura e outro para o atendimento da necessidade da Secretaria de Educação;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

Quanto ao seguro patrimonial da frota, há contrato mantido com a seguradora Porto Seguro, com vigência até a data de 15/09/2022, abrangendo, como principais coberturas, roubo, furto, incêndio, danos materiais, corporais, morte acidental, danos corporais e invalidez por acidente.

Todavia, foram detectadas falhas na gestão da frota, consubstanciadas nos seguintes itens:

a) Os boletins diários dos veículos que são utilizados por mais de um motorista contém ausência de registro de viagem, com dados do motorista responsável, quilometragem realizada na viagem, local de partida e de destino, combustível consumido e solicitação de qual autoridade/servidor, nas seguintes datas/períodos.

b) Quanto às multas de trânsito, em regra não foi encontrado a identificação do condutor, apenas é feito o pagamento por parte do infrator. A Administração Pública Municipal não efetuou todas as nomeações do condutor, no prazo de 15 dias, conforme determina o art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções n.º 149/2009 e 151/2003, ambas do CONTRAN. O fato foi será novamente informado ao Prefeito na forma de recomendação do controle interno.

3.7 Exame do controle e acompanhamento dos bens patrimoniais:

Com o objetivo de conhecer, analisar e avaliar os níveis de segurança e de confiabilidade dos controles exercidos pela administração sobre os bens patrimoniais foram auditados os sistemas de almoxarifado e de controle patrimonial, com destaque para as seguintes situações:

a) Através do Decreto nº 2.183 de 02 de julho de 2019 e suas alterações no Decreto nº 2.383, de 23 de dezembro de 2020 foram estabelecidas normas e instruções orientando quanto à correta administração, controle e movimentação de todos os bens patrimoniais do Município, inclusive os materiais depositados em almoxarifado;

b) Quanto ao almoxarifado, verificamos que: os estoques de materiais de consumo são proporcionais às necessidades contínuas dos setores que os utilizam, denotando a observância ao princípio constitucional da economicidade; as instalações são apropriadas e seguras para a guarda e depósito dos materiais; à exceção daqueles adquiridos através do regime de adiantamento, bem como os para consumo imediato, todos os demais materiais adquiridos transitam pelo almoxarifado; os materiais estocados são distribuídos aos diversos setores da administração, mediante requisição devidamente assinada, por servidor autorizado a requisitá-los;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

c) A avaliação dos bens de almoxarifado pelo se deu pelo preço médio ponderado das compras, como dispõe o artigo 106, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo que, através de testes de amostragem realizados em 10 itens, os saldos registrados no controle de estoque (fichas, relatórios, etc.) correspondem à real existência do material;

d) Relativamente aos bens permanentes, verificou-se que as incorporações, transferências e baixas são registradas no sistema analítico informatizado de controle patrimonial e que existe comunicação tempestiva da movimentação patrimonial à Contadoria;

e) Quando os bens são tombados, também está sendo emitido Termo de Responsabilidade, dando-se carga ao servidor que o utilizará ou será responsável pela sua guarda, sendo que, por ocasião da transferência de bens entre unidades administrativas existe a emissão de Termo de Transferência;

f) Foi realizado o inventário geral e analítico de bens móveis e imóveis, cuja ata, datada de 29 de dezembro de 2021 foi encaminha ao esse Controle Interno para análise.

3.8 Exame dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor:

As contratações públicas do Município são realizadas pelo Setor de Licitações, que mantém arquivo cronológico dos processos de licitação e de contratação direta, todos devidamente autuados, protocolados e com as páginas numeradas e rubricadas, iniciados pelo documento que solicita a contratação, devidamente autorizado pelo ordenador de despesa, seguindo-se com a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Os processos contêm regularmente a documentação de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, inclusive as atas das sessões públicas e reuniões realizadas pela comissão de licitações, pregoeiro e equipe de apoio e responsáveis pelas dispensas e inexigibilidades de licitação, conforme o caso da modalidade eleita. Todas as minutas de editais e contratos foram verificadas pela assessoria jurídica do Município, processando-se os atos de acordo com as suas orientações.

Quanto às licitações públicas, verifica-se a opção pelas modalidades com valores mais amplos, como concorrência pública e pregão, inclusive na sistemática de Registro de Preços, o que beneficia o Município com a ampliação da publicidade do edital, permitindo a participação de um número maior de interessados no certame, ao passo que evita situações de fracionamento de despesa, por deficiência no planejamento das contratações públicas.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

3.9 Acompanhamento dos limites dos gastos com pessoal:

Para fins de acompanhamento dos gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, a UCCI pautou-se nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000, bem como nas orientações traçadas pelo Tribunal de Contas do Estado, através da Instrução Normativa nº 12/2017.

O conceito de despesa com pessoal não depende da natureza do vínculo empregatício e tampouco da avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação. Assim, as despesas com servidores, independentemente do regime de trabalho a que estejam submetidos, as contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (CR, art. 37, IX e Lei 8.745/93), bem como outras que poderão vir a serem contestadas à luz do instituto constitucional do concurso público, devem integrar a despesa total com pessoal e compõem o cálculo do limite de gasto com pessoal para os fins da LRF.

Nesse aspecto temos a referir que:

a) Nos termos da Lei nº 015/1993 que dispor sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, bem como a Lei nº 943/2006 que estabelece o Plano de Carreira, existe a previsão legal de indenização por férias não gozadas para servidores em exercício;

b) Quantos aos empenhos da folha de pagamentos, considerando o art. 63 da Lei nº 4.320/64, verificamos que a liquidação dos empenhos relativos à Despesa com Pessoal ocorreu no mesmo mês em que foi efetivada prestação do serviço pelos empregados ou servidores públicos;

c) Considerando a participação do Município no Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, verificamos que, conforme o respectivo contrato de rateio, os recursos transferidos ao consórcio público, destinados à cobertura de despesas com pessoal ou seus respectivos encargos, para fins de atender a Lei Federal n° 11.107/2005, a Portaria STN nº 72/2012, bem como a Decisão proferida pelo Tribunal Pleno do TCE/RS, no Processo nº 2597-02.00/06-0, foram registradas nas naturezas de despesa 3.3.7.1.70.00.00.00, e foram computadas nos gastos do Poder Executivo;

d) Verificamos que a Administração Municipal mantém convênio com a entidade APAE (caráter assistencial) e CONSEPRO (outras instituições privadas), transferindo-lhe recursos que, efetivamente, são destinados à manutenção dos serviços prestados, posto à disposição do Município.

f) Ainda, de acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Pessoal, verificamos que no exercício de 2021 foram exonerados 2 (dois) servidores, tendo lhes sido pagos, por ocasião do desligamento R$ 6.302,04 a título de férias indenizadas e a título de 13º salário proporcional. Tais estipêndios, que foram apropriados nos códigos de despesa 3.1.9.0.11.42.00.00.00 e na rubrica 3.1.9.0.11.43.00.00.00 – 13º

11

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

Salário é apropriado todos os valores (normais e indenizadas), não devem integrar as despesas com pessoal, conforme decisão do Tribunal Pleno do TCE, no Processo nº 3282- 02.00/02-4; Foi percebido que a irregularidade citada no ano anterior, permanece. Será feita nova recomendação.

g) Verificamos também, que foram empenhados na rubrica 3.1.90.11.07.00.00.00 R$ 39.900,97 a título de Abono de Permanência de que trata o § 19 do art. 40, da Constituição Federal. Tais gastos, ao teor da Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS, também não devem computar os Gastos com Pessoal; Evidenciando uma irregularidade que será tema de recomendação novamente por este controle interno;

e) As despesas da "cota patronal" suportada pelo Município para manutenção de plano de assistência a saúde dos servidores, através de convênio/contrato com o IPE/RS são de natureza assistencial, e foram registradas no código 3.3.90.08.11.01.00.00. O total liquidado durante o exercício financeiro de 2021 importou em R$ 381.088,93, os quais também não serão considerados como gastos com pessoal, conforme decisão do Tribunal Pleno do TCE/R, no Processo nº 445-02.00/02-0;

f) Também verificamos que as despesas com a Amortização do Passivo Atuarial, com o RPPS, foram corretamente empenhadas na natureza de despesa 3.1.91.13.20.00.00.00 e, por não pertencerem ao período de apuração correspondente face ao estabelecido no § 2º do art. 18 da LRF e na Informação da Consultoria Técnica do TCE/RS nº 33/2004, não foram consideradas nos gastos com pessoal.

Assim, ao teor das considerações supra, e considerando que a Receita Corrente Líquida arrecadada no ano de 2021 foi de R$ 25.896.946,66, os gastos com pessoal de ambos os poderes podem ser visualizados no seguinte quadro / resumo:

PODER	Despesas Liquidadas	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	R$ 13.600.854,41	52,52%	**51,30%**	**54%**
Despesas com pessoal do Legislativo	R$ 783.394,24	3,03%	**5,70%**	**6%**
Total das despesas com pessoal	**R$ 11.731.458,98**	**55,55%**	**57%**	**60%**

3.10 Exame da gestão dos regimes próprios de previdência;

No tocante a gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS ratifica-se a documentação elaborada pelo Conselho Municipal de Previdência, destacando-se o que segue:

a) O Regime está amparado em cálculo atuarial inicial;

b) O cálculo atuarial é refeito a cada exercício;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

c) As alíquotas indicadas pelo cálculo são as que constam na lei municipal;

d) A cobrança das alíquotas majoradas obedece ao prazo mínimo de 90 dias;

e) Os percentuais de contribuição do Município e dos segurados – ativos e inativos – obedecem aos limites mínimos e máximos;

f) As alíquotas de contribuição previdenciária, cota do servidor, incidem sobre a base de cálculo estabelecida em lei;

g) Os recursos do RPPS são aplicados nos limites definidos pelo Conselho Monetário Nacional;

h) Os recursos previdenciários não são utilizados para custeio de plano de saúde;

i) Os recursos previdenciários não são utilizados para empréstimo aos servidores ou ao Município;

j) Os benefícios garantidos pelo RPPS, salvo os que decorrem da Constituição da República, não são distintos dos garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

l) Regime paga somente os benefícios previdenciários e as despesas administrativas;

m) O pagamento das despesas administrativas contam com autorização e obedecem ao limite legal;

n) É garantido aos servidores ativos e inativos, amplo acesso às informações do RPPS;

o) O regime cobre somente servidores ocupantes de cargo efetivo;

p) A conta do regime é distinta da conta do Município;

q) Os servidores (ativos e inativos) estão representados nas instâncias ou colegiados do regime;

r) É disponibilizado aos segurados registro individualizado das suas contribuições;

s) O Município está recolhendo e repassando os valores ao RPPS, conforme as alíquotas previstas na Lei Municipal;

t) Nos casos de atraso estão sendo pagos os acréscimos legais;

u) Está sendo corretamente operacionalizada a compensação previdenciária;

13

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

v) O RPPS está atendendo todas as exigências do Ministério da Previdência Social – MPS para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que está vigente até 13/06/2022.

3.11 Exame da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado:

O repasse de recursos públicos para entidades privadas, na forma de auxílios e subvenções, é regulamentado pela Lei Municipal n.º 1.315/2014, que exige, quando da solicitação do benefício, que a entidade interessada apresente documentos de regularidade jurídica e fiscal e um plano de trabalho e aplicação dos recursos, com a demonstração do interesse público da medida.

No exercício de 2021, foi beneficiada duas (2) entidade com recursos públicos, sendo, APAE e CONSEPRO, entidade privada sem fins lucrativos que recebeu subvenção social.

Quanto às entidades privadas sem fins lucrativos, verificou-se, de modo geral, que os repasses de recursos públicos são realizados à vista de termo formal de convênio. Entretanto, estes nem sempre são acompanhados do competente plano de trabalho e aplicação dos recursos de que trata o § 1º do art. 116 da Lei n.º 8.666/1993. Neste ponto, é importante frisar que o plano de trabalho e aplicação dos recursos deve ser elaborado de forma pormenorizada pela entidade requerente, para permitir à Administração Pública avaliar, de maneira efetiva, a conveniência do investimento público, bem como fiscalizar todas as etapas do objeto, conferindo a prestação de contas em cotejo com os objetivos previstos quando da celebração do respectivo ajuste. Ademais, é o plano que expressamente prevê e autoriza as despesas da entidade, vinculando, assim, a aplicação do recurso repassado e permitindo aos responsáveis pela análise das prestações de contas terem certeza acerca da admissibilidade de determinados gastos.

3.12 Manifestação sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado:

A UCCI analisou e se manifestou favoravelmente às admissões de pessoal por concurso público, processo seletivo púbico e por tempo determinado efetivadas no ano de 2021, cabendo registrar ainda que:

a) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos de admissão originários (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- decorrentes de concurso público (art. 37, III, da CR);

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

- decorrentes de processo seletivo público (art. 198, § 4º, da CR);

- decorrentes de contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CR);

- decorrentes de decisão judicial;

- efetivados sem fundamentação legal.

b) Estão devidamente catalogados, arquivados e à disposição do TCE/RS, os seguintes documentos, relativos a concursos e processos seletivos realizados (Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- editais de abertura;

- editais de homologações de inscrições;

- editais de homologação de resultado final;

- comprovação de publicação dos editais;

- listas de presença;

- provas aplicadas com critérios de correção;

- grades resposta e gabarito;

- provas práticas reduzidas a termo;

- títulos apresentados;

- decisões de recursos administrativos;

- diplomas legais que regulamentaram o concurso;

- todos os demais documentos relativos aos procedimentos.

c) Estão devidamente catalogados e arquivados os seguintes documentos relativos às admissões, aos desligamentos e à organização do quadro de pessoal (Resolução TCE/RS nº 1.051/2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- atos de admissão (com prova da publicidade e entrada em exercício);

- documentos dos admitidos;

- leis e justificativas das contratações por tempo determinado de excepcional interesse público;

15

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

- atos de desligamento (por irregularidade da admissão, exoneração, demissão, etc.);

- dados completos relativos ao quadro de pessoal permanente e em extinção (fundamentação legal, especificação dos cargos empregos e funções, nomenclatura e quantitativo de cargos providos).

3.13 Manifestação sobre a legalidade dos atos administrativos derivados de pessoal:

A UCCI analisou e se manifestou favoravelmente aos atos de admissão derivados de pessoal efetivados no ano de 2021, cabendo registrar ainda que:

a) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos de admissão derivados (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- decorrentes de reenquadramentos;

- decorrentes de transposições de regime jurídico;

- decorrentes de transferência do Município-mãe;

- decorrentes de outras transferências;

- decorrentes de reintegrações;

- decorrentes de readaptações;

- decorrentes de readmissões;

- decorrentes de recondução;

- decorrentes de reversões;

- decorrentes de reaproveitamentos.

b) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, nos casos em que as admissões (originárias e derivadas) foram informadas, da ocorrência dos seguintes atos de desligamento (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051/2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- decorrentes de ilegalidade da admissão;

- decorrentes de exoneração;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

- decorrentes de demissão;

- decorrentes de rescisão de contrato;

- decorrentes de óbito;

- decorrentes de aposentadoria;

- decorrentes de desconstituição do ato de transposição;

- decorrentes de outras situações que caracterizem extinção de vínculo.

c) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SAPIEM nos casos em que é exigida essa forma, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos (art. 71, III, da CR, e Resoluções do TCE nºs 688/2004 e 988/2013):

- decorrentes de aposentadoria concedida pelo Município;

- decorrentes de complementação de aposentadoria concedida pelo Município;

- decorrentes de pensão sujeita à compensação financeira;

- decorrentes de complementação de pensão sujeita à compensação financeira;

d) Houve a apresentação à auditoria ordinária do TCE/RS, para efeito de registro, dos documentos relativos à ocorrência dos seguintes atos (art. 71, III, da CR, e Resoluções do TCE nºs 688/2004 e 988/2013):

- decorrentes de pensão não sujeita à compensação financeira;

- decorrentes de complementação de pensão não sujeita à compensação financeira.

e) Foram devidamente inventariados os processos de aposentadoria e pensão, cujos atos respectivos ainda não contam com registro e que estão em andamento no TCE/RS, com anotação da fase em que se encontram, estando sendo devidamente atendidas, no prazo, as diligências solicitadas;

f) Nos casos de admissões, aposentadorias e pensões já registradas pelo TCE/RS, os atos respectivos estão sendo anotados na ficha funcional;

g) Nos casos de admissão, aposentadoria e pensão cujo registro foi negado pelo TCE/RS, foram emitidos os atos de desconstituição respectivos, bem se foram comunicados ao TCE/RS, com a prova do desligamento do servidor ou, conforme o caso, do seu retorno à atividade (art. 71, III e X da CR, e art. 98 da Resolução do TCE/RS nº 1.028/2015).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram adequadamente cumpridos.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a duas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados em sua totalidade, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

É o relatório e parecer.

Sertão Santana, 22 março de 2022

Vinicius Frazzon Böer
Agente Controle Interno
[illegible]

Vinicius Frazzon Böer

Solange Raab

Maristani de Fátima R. Meyer

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9592.68BC.5E2E.229C.D0DF.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO DE BENS PODER EXECUTIVO

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro, reuniu-se a Comissão de Inventário, designada pela Portaria nº 4759 de 06 de dezembro de 2021, composta pelos servidores Deise Maria Storck, Elena Preuss Stuker Koller, Silvana Souza Melatti, Eliani Gelinski Storck e Renato Adão Burchert, a fim de avaliar e relatar os trabalhos atinentes ao inventário dos bens patrimoniais pertencentes do Poder Executivo e os que lhe são cedidos, para fins do disposto no art. 2º, inciso IV, alínea "c", da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Abertos os trabalhos, pronunciou-se a coordenadora da comissão Deise Maria Storck para dizer aos presentes que o inventário realizado teve como finalidade principal comprovar a quantidade e o valor dos bens patrimoniais. Para tal finalidade, foi realizado o levantamento físico de todos os bens permanentes. Desse modo, foi realizada vistoria *in loco* de todos os bens permanentes encontrados nas respectivas unidades conforme relatório fornecido pelo setor de patrimônio, sendo relevante ponderar as seguintes ocorrências: foram encontrados diversos bens em desuso por estarem estragados, os quais foram considerados como inservíveis ou sucata e os bens não localizados, cuja relação foi enviada para a Secretaria responsável. Bens encontrados fora do seu centro de custos foram informados ao Setor de Patrimônio para que fossem ajustados no sistema de patrimonial para o Centro de Custos que se encontravam. No decorrer do ano foram adquiridos bens novos, os quais foram todos tombados. Como resultado do levantamento dos bens, o total consolidado dos bens móveis implicou em 3.951 itens, cujo valor global é de R$7.389.734,41(sete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais, quarenta e um centavos) e os bens imóveis no valor de R$6.915.000,00(seis milhões, novecentos e quinze mil reais). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente Ata, que vai assinada pela Comissão.

Deise Storck, Elena Preuss Stuker Koller, Silvana Souza Melatti, Eliani Storck

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CBF2.955A.7C28.9976.B1EB.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO

Nos termo do art. 2º, inciso IV, letra "d", da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, bem como a Lei Estadual nº 12.980, de 05 de junho de 2008 e o art. 15 da Resolução nº 963/2012, do Tribunal de Contas do Estado, DECLARO que todos os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com as declarações de bens e rendas de que trata a referida Lei, sendo que as mesmas estão adequadamente arquivadas e a disposição dos interessados no setor de pessoal.

Sertão Santana, 22 de Março de 2022.

Jeane Maria Prass – RH

Ratifico as informações constantes nesta declaração.

Írio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5B3E.62FC.03E4.E600.E3F5.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO

Nos termo do art. 2º, inciso III, letra "g", da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, **DECLARO** que todas as contas bancárias do Poder Executivo, em uso e com movimentação, foram devidamente conciliadas durante o exercício financeiro de 2021, em periodicidade anual , e que as inconsistências verificadas, decorrentes de erros e omissões foram devida e tempestivamente ajustadas.

Sertão Santana, 23 de Março de 2022.

Frederico Feil - Tesoureiro

Ratifico as informações constantes nesta declaração.

Írio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D7B9.F0CB.016B.AA5E.9E35.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 2º, inciso IV, letra "f", da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, **DECLARO** que não houve tomada de contas especiais no ano de 2021.

Sertão Santana, 22 de Março de 2022.

Írio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7179.E6FE.14F8.46C1.5CDF.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO E PARECER

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CMP

Considerando o disposto no art. 2º, inciso III, letra "g", da Resolução nº 1099/2018, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o art.1º da Lei Municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Efetivos do Município de Sertão Santana – RPPS de que trata o art. 40 da Constituição República, apresentamos o relatório e parecer deste Conselho sobre a gestão operacional, econômica e financeira do RPPS, relativamente ao exercício financeiro de 2020 nos seguintes termos:

1. Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do art. 1º, VI da Lei nº 9.717/98, informamos que tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados bem como pela disponibilização, inclusive por meio eletrônico, dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes.

2. As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS foram aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963, de 25/11/2021 do Conselho Monetário Nacional, e seguiram a política anual de investimentos aprovada, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência e as disposições da Portaria MPS nº 519/2011.

3. O caráter contributivo e solidário do RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição da República foi assegurado, pois:

3.1 A lei municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020 que reestrutura o RPPS contempla, nos artigos 12, 13 e 14 a previsão expressa das alíquotas de contribuição do Município e dos segurados;

3.2 Está ocorrendo o repasse mensal e integral dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS;

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9002.6BD9.3A53.15D4.9643.

Página 362
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4199572
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E128

3.3 A unidade gestora do RPPS, efetivamente retém, quando devidos, os valores das contribuições dos segurados ativos relativos aos benefícios e remunerações, cujo pagamento está sob sua responsabilidade;

3.4 Os débitos de contribuições atrasadas foram devidamente atualizados e parcelados nos termos da legislação vigente, e as respectivas parcelas estão sendo pagas tempestivamente.

4. O RPPS cobre, exclusivamente, os servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus respectivos dependentes, nos termos do art. 1º, V, da Lei Federal nº 9.717/98, sendo que os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, de cargos eletivos, bem como os contratados temporariamente e empregos públicos; são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

5. Está sendo atendida a determinação posta no art. 5º da Lei Federal nº 9.717/98, quanto à proibição de conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Referidos benefícios, nos termos da Lei Municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020, são os seguintes:

I – quanto ao servidor ativo:

a) Aposentadoria por invalidez;

b) Aposentadoria compulsória;

c) Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;

d) Aposentadoria por idade.

II – quanto ao dependente:

a) Pensão por morte.

6. As disponibilidades financeiras do RPPS estão sendo depositadas e mantidas em contas bancárias separadas das demais disponibilidades do Município, e são aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro em conformidade com regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, conforme expressa previsão do art. 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 19 da Portaria MPS nº 402/2008.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9002.6BD9.3A53.15D4.9643.

Página 363
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4199572
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E128

7. O pagamento dos benefícios previdenciários, previstos na Lei Municipal nº 1.522, de 22 de julho de 2020, se dá diretamente aos segurados, mediante folha de pagamentos, sem a existência de qualquer convênio, consórcio ou associação que viabilize tais pagamentos, demonstrando-se assim, o atendimento do art. 1º, V da Lei nº 9.717/98 e do art. 5º, VII da Portaria MPS nº 204/2008.

8. O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS foi mantido através da adoção das alíquotas e aportes indicados na avaliação atuarial, realizada em 15 de maio de 2020, pela empresa Gestor Um, com a observância dos parâmetros estabelecidos nas Normas Gerais de Atuária aplicáveis aos RPPS definidas pela Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

9. Os registros contábeis das operações do RPPS, foram realizados de acordo com as normas da Lei Federal nº 4.320/64 e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, de forma distinta da contabilidade do Município, e abrangeram todas as operações que, direta ou indiretamente, tiveram influência sobre o seu patrimônio.

10. Quanto ao cumprimento de obrigações acessórias, necessárias à obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, observou-se a remessa tempestiva dos seguintes documentos à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, do Ministério da Previdência Social:

10.1 Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN;

10.2 Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;

10.3 Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA;

10.4 Demonstrativo Previdenciário;

10.5 Demonstrativos Contábeis;

10.6 Encaminhamento da legislação completa do RPPS.

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9002.6BD9.3A53.15D4.9643.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

PARECER FINAL

À vista do relatório, o Conselho Municipal de Previdência de Sertão Santana, é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Sertão Santana foram atendidas.

É o parecer.

Sertão Santana, 25 de março de 2022.

Diego Chamorro dos Santos
Presidente do RPPS

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9002.6BD9.3A53.15D4.9643.

Relatório e Parecer do Conselho de Acompanhamento

do Controle Social do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica

Relatório

RECEITAS DO FUNDEB

As receitas transferidas ao Município, à título de Transferências ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do FUNDEB, foram:

Saldo remanescente do ano anterior:	R$ 12.019,58
Receitas do FUNDEB:	R$ 5.330.125,81
Juros da aplicação dos recursos do FUNDEB:	R$ 18.449,83
Total	**R$ 5.360.595,22**

DESPESAS DO FUNDEB

As despesas realizadas com os recursos provenientes do FUNDEB, considerando a Educação Fundamental, foram no atendimento dos seguintes objetivos:

Aplicação	Valor R$	Percentual
Remuneração dos profissionais do magistério	4.744.929,09	81,81%
Manutenção do Ensino Fundamental	811.991,67	14,00%
Saldo disponível	242.833,48	4,19%
Outros	0,00	0,00%
Total	**5.799.754,24**	**100,00%**

Os dispêndios realizados com os recursos provenientes do Fundo, portanto, atenderam ao disposto no art.7º da Lei Federal nº 9424, de 14 de dezembro de 1996, em vista da aplicação na remuneração dos profissionais do magistério, de percentual de 81,81% ao limite estabelecido.

CONTRIBUIÇÕES AO FUNDEB

No exercício o Município participou dos recursos na formação do FUNDEB na seguinte ordem:

Contribuição do FUNDEB	R$3.594.368,36

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EC29.BA1C.DA94.5425.B571.

RECURSOS DO FUNDEB-SALDO

No confronto, entre os valores retidos sobre as transferências e os valores recebidos pelo índice de participação do Censo Educacional, demonstra-se o seguinte:

Itens	Descrição	Valor R$
01	Contribuição do FUNDEB	R$3.594.368,36
02	Receitas do FUNDEB	R$5.330.125,81
	Diferença(Positiva)	**R$1.735.757,45**

DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Todos os documentos inerentes aos demonstrativos de movimentação dos recursos do FUNDEB estão arquivados junto à Contadoria Municipal, para as devidas verificações, sendo que mensalmente foram publicados os resumos de aplicação e controle, com os demonstrativos de receitas, despesas do FUNDEB e o detalhamento dos dispêndios realizados com os recursos recebidos.

PARECER

Em nossa opinião e de acordo com as atribuições legais que nos são conferidas pela lei em vigor, CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que foram analisadas as contas, o relatório, o plano de aplicação e os resultados financeiros do FUNDEB, do MDE e demais recursos aplicados na educação pelo Município de Sertão Santana/RS, para o que emitimos o **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação da aplicação dos recursos vinculados à Educação no exercício de 2021.

Sertão Santana, 29 de Março de 2022.

Catiele Malessa

Catiele Malessa

Presidente do Conselho do FUNDEB

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EC29.BA1C.DA94.5425.B571.

RELATÓRIO E PARECER

DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SOBRE À APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Sertão Santana venho apresentar Relatório e Parecer à aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, relativos ao exercício de 2021, nos termos do disposto no art. 2º, inciso IV, letra *"i"* da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 605/2002, regulamentada pelo Decreto nº 1007/2005, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 3.580 de 06 de julho de 2020.

Quanto ao limite constitucional de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da Instrução Normativa n° 17/2021, do Tribunal de Contas do Estado, foram objeto de verificação os seguintes fatos/ocorrências:

a) Os recursos do Fundeb foram aplicados na forma do art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

b) As despesas de caráter assistencial não foram custeadas com recursos do Fundeb ou da MDE, como a aquisição e distribuição de uniformes escolares, a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na merenda escolar, a aquisição de instrumentos musicais e as demais despesas elencadas nos manuais editados pelo Ministério da Educação;

c) As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) entraram no cômputo da aplicação mínima em MDE no exercício em que foram efetivamente empenhadas, desde que não tenham sido consideradas em exercícios anteriores e desde que atendam os critérios para serem consideradas nos limites;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A847.9BA3.1A09.CF4C.337B.

d) Na apuração do cálculo da despesa constitucional com Fundeb e MDE a partir dos recursos vinculados, foi considerado, para fins de acompanhamento, até o mês de dezembro, os empenhos do exercício liquidados, e, ao final do exercício, o total das despesas empenhadas;

e) A contribuição patronal suplementar/extraordinária realizada pelo Tesouro do ente federativo para equacionar o déficit atuarial do RPPS tem natureza contábil análoga à da contribuição normal/ordinária. A contribuição patronal referente aos servidores ativos está inserida dentro do conceito de "encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência" e pode ser computada para o limite constitucional.

Portanto, considerou-se como MDE, para fins de cálculo do limite constitucional, as despesas realizadas com vistas à execução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, listadas no art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 1996. Não se constituirão como MDE as despesas listadas no art. 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996, bem como os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa 17/2021.

Na apuração do cálculo da despesa constitucional com educação (MDE + Fundeb) o Município atingiu um percentual de 25,36%, atendendo a obrigatoriedade de cumprir os limites mínimos de aplicação em MDE.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A847.9BA3.1A09.CF4C.337B.

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, foram adequadamente cumpridos.

No que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

Sertão Santana, 29 de março de 2022.

Vinicius Frazzon Böer
Agente Controle Interno
RG 7081461531

Vinicius Frazzon Böer

Matrícula nº 951
Responsável pela UCCI

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A847.9BA3.1A09.CF4C.337B.

Página
370
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4199574
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESPORTO E CULTURA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº **1.359 DE 16 DE JUNHO DE 2015**

2015 a 2025

PERÍODO

2015/2019

Sertão Santana 01 de outubro 2021

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo
01373-0200/21-5

Página da peça
2

Peça
4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12A

APRESENTAÇÃO

O Município de Sertão Santana através da Lei Municipal nº 1.359, de 16 de junho de 2015, aprovou o Plano Municipal de Educação com duração de 10 anos.

A lei que instituiu o Plano Municipal de Educação, em seu artigo 3º, estabelece que a execução e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.

Nesse sentido, nosso município vem acompanhando, monitorando e avaliando o cumprimento das metas e estratégias referentes ao Plano Municipal de Educação, no intuito de garantir que as mesmas sejam atendidas.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12A

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO: PORTARIA Nº 4.484 03/09/21

Maristani de Fátima Rangel Meyer

Rosiani Schranck

Luziane Corvello Schwalbe

Cintia Gimenes Navas

REPRESENTANTES DA DIREÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS : PORTARIA Nº 4.484 03/09/21

-E.M.E.F CAPITÃO GARCIA: Catiane Souza Graboski

EMEI PROFESSORA MARIA JURACI FIALHO DRECHESLER: Keli Mainka Borges

E.M.E.F RUY RAMOS: Catiele Malessa

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 4

Peça 4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12A

MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÕES RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO PME

Gestão 2021/2023

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA

Priscila Eckert Spotti Portaria nº 4.527, 01/10/21

REPRESENTANTE DA REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Mônica da Silva Viegas Portaria nº 4.528, 01/10/21

REPRESENTANTES DA REDE DE ENSINO DE ENSINO FUNDAMENTAL:

Marcilene Propp Pacheco e Leticia Bischoff Laux de Medeiros Portaria nº 4.529, 01/10/21

REPRESENTANTE DA REDE DE ENSINO MÉDIO:

Luziane Corvello Schwalbe Portaria nº 4.530, 01/10/21

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

_____

REPRESENTANTE DO FUNDEB:

Catiele Malessa Portaria nº 4.531, 01/10/21

REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR:

Julia Schmidt Portaria nº 4.532, 01/10/21

REPRESENTANTES DO CPM- CIRCULO DE PAIS E MESTRES DAS ESCOLAS:

Veridiana Malessa e Tais Ferraz Teixeira Portaria nº 4.533, 01/10/21

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Pamela Larissa Munhoz Souza Grudzinski Portaria nº 4.534, 01/10/21

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA FAZENDA:

Angela Goreti Scotton Portaria nº 4.535, 01/10/21

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SERTÃO SANTANA:

Eloisa Souza Vandame Portaria nº 4.536, 01/10/21

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12A

PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PME

A Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Sertão Santana, consiste na observação dos indicadores estabelecidos de acordo com documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação relacionado ao cumprimento das diretrizes, metas e estratégias previstas. E, após realizar-se-á a Conferencia Municipal de Educação, momento em que todos os envolvidos no processo educativo estarão apresentando à sociedade os resultados da avaliação nas suas diversas funções e atividades.

Ressalta-se que os equipe técnica responsável pela avaliação e monitoramento realizaram a discussão das 20 metas onde foi realizada a explanação para os segmentos do Fórum, através de uma Conferência Municipal de Educação onde foi finalizado o relatório de avaliação do Plano Municipal de Educação.

A partir de sua aprovação o município avaliou as políticas públicas e ações desenvolvidas no sentido de contemplar as metas e estratégias e atingir os índices previstos na Lei, utilizando o monitoramento (2015 e 2019) das metas para identificar avanços atingidos ou não. Envio do relatório final do monitoramento para o Conselho Municipal de Educação para análise e aprovação.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 6

Peça 4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12A

Meta sobre Educação Infantil

Meta 1– Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5(cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE

INDICADOR	**Percentual de 4 e 5 anos que frequenta a escola**	
META NACIONAL 100%/24	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 100%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep e censo escolar
INDICADOR	**Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola**	
META NACIONAL 50% /24	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 11.65% Risco	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep e Censo Escolar

Até 2019 100% dos alunos de 4 e 5 matriculados e frequentes com busca ativa constante. As crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas e frequentando somente 2 anos a 3anos e ainda não estão todas na escola em razão de não ser obrigatório, por opção dos pais e por residirem na zona rural, porém só temos uma escola de Educação Infantil que oferta 2 e 3 anos. Em relação ao turno integral de 0 a 5 anos o município necessita recursos humanos, materiais pedagógicos e infraestrutura. Está buscando através do PAR a ampliação da escola de Educação Infantil.

Metas sobre Ensino Fundamental

Meta 2- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14(quatorze) anos garantindo que a grande maioria desta clientela de alunos concluam essa etapa na idade recomendada até ao final deste plano.

INDICADOR	**Percentual da População de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola**	
META NACIONAL 95%	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 100%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep e censo escolar

Realizamos parcerias com o Conselho Tutelar e demais órgãos para que seja feita a busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, a fim de garantir a permanência das crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Meta 03- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental, respeitando seu desenvolvimento cognitivo e habilidades para este propósito.

INDICADOR	**Alfabetização até o 3º ano**	
META NACIONAL Leitura Escrita Matemática 100%/24	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 70%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep Avaliação Nacional da Alfabetização

O município busca estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas com professores alfabetizadores e com apoio pedagógico a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, sendo necessário mais investimento com recursos humanos e formações específicas para alfabetização e assim desenvolver projetos de leitura e escrita para atingirmos a alfabetização plena na idade certa.

Meta 04- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, se houver durante este período condições de pessoal, verbas públicas e estrutura física.

INDICADOR	**Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.**	
META NACIONAL 50%/24	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 21.9% a 40%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep Escolas municipais

O Município ofereceu em 2018 a educação em tempo integral com mínimo de 7 horas diárias com o programa do governo federal Mais Educação com aulas de acompanhamento em matemática, leitura, oficinas de dança, música, artesanato, teatro, oficina de ciências, cultivo da horta, manutenção do pátio da escola no período inverso à aula.. A partir de 2019 não tivemos mais adesão e para oferecer educação em tempo integral será necessário Recursos Federais para que o município tenha condições de promover em regime de colaboração com a União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos nas escolas, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12A

Metas sobre Educação de Jovens e Adultos

Meta 05- Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, oferecendo para a população do município escolaridade de acordo com suas peculiaridades étnicas e sociais.

INDICADOR	**Percentual da População de 18 e 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade**	
META NACIONAL 0.0%	SITUAÇÃO NO PERÍODO 72.3% 27,7%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep/2018
0.0%	**Percentual da População de 18 e 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade.**	
	SITUAÇÃO NO PERÍODO 65.2% 34.8%	Relatório Inep/2018
0.0%	**Percentual da População de 18 e 29 anos entre os 25% mais pobres com menos de 12 anos de escolaridade**	
	SITUAÇÃO NO PERÍODO 85.2% 14.8%	Relatório Inep/2018
	Percentual da População negra entre de 18 e 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade.	
	SITUAÇÃO NO PERÍODO 94.8% 5.2%	Relatório Inep/2018

Baseado no diagnóstico do nosso PME, tendo em vista a política nacional de aumento da escolaridade da população de 18 a 29 anos, para 12 anos de escolaridade média, verificamos que, conforme dados do INEP/2018, Sertão Santana apresenta uma defasagem nos níveis de escolaridade nestas faixas etárias necessitando políticas públicas de incentivos e trabalho em rede com diversos segmentos da sociedade para viabiliza, melhorar e elevar o índice de escolaridade.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 9

Peça 4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12A

Meta 06- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais dentro das possibilidades e condições de aprendizagem dos alunos, reduzindo o analfabetismo absoluto e funcional até o final da vigência deste plano.

INDICADOR	**Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade**	
META NACIONAL 100%	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 92.8%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep Censo Escolar
INDICADOR	**Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade**	
META NACIONAL 50%	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 31%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep Censo Escolar

De acordo com o diagnóstico realizado no município no que diz respeito taxa de alfabetização da população com 15 anos alcançamos 92.8%. Já em relação ao analfabetismo funcional, o nosso município reduziu em 31.0% analfabetismo funcional. O município oferece transporte escolar para estudar em EJA em município vizinho, pois não há demanda para formar turmas de EJA.

Meta- 07 Proporcionar acesso às matrículas de Educação de jovens e adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

INDICADOR	**Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada a educação profissional**	
META NACIONAL 50%	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 0.0%	FONTE DO INDICADOR Relatório Inep e censo escolar

O município oferece transporte gratuito para o aluno que busca esta modalidade de Educação de Jovens e Adultos aos munícipios vizinhos, estimulando a conclusão e continuidade da educação básica na rede estadual.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Meta Sobre Educação Especial

Meta-08 Oportunizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso á educação básica, preferencialmente na rede regular, observando sempre oferecer recursos para seu desenvolvimento integral, utilizando estruturas físicas, tecnologias e serviços especializados públicos ou conveniados.

INDICADOR	**Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.**	
META NACIONAL	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO	FONTE DO INDICADOR
100%	92.6%	Relatório Inep e censo escolar

O município oferece aos alunos citados 100% de matrículas na rede regular de ensino. A Secretaria de Educação também disponibiliza o atendimento psicológico, fonoaudiólogo, através do encaminhamento feito pelas escolas, de acordo com a necessidade manifestada em sala de aula, havendo um contato constante entre escola e profissionais e como forma de apoiar os profissionais da educação, existe a contratação de monitores para alunos com necessidades especiais, que pode acontecer de forma individual ou compartilhada, conforme o caso e a necessidade. Está em andamento a organização de atendimento educacional especializado em sala de recurso. Há também parceria com APAE que oferece oficinas que preparam o indivíduo para sociedade e atividades de vida diária.

Metas sobre o Ensino Médio

Meta – 09 Oportunizar condições para a universalização do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos visando o aumento da taxa líquida de matrículas no ensino médio nesta faixa etária.

INDICADOR	**Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica**	
META NACIONAL	SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR
100%	88.8%	Relatório Inep e censo escolar

O município não tem escolas de ensino médio, mas possui em seu território uma escola estadual, onde oferece transporte gratuito nos três turnos em parceria com o governo estadual. Também incentiva a participação da comunidade na gestão da escola e promove eventos em parcerias com a rede municipal e estadual para o crescimento educacional.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Meta-10 Colaborar para que as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio tenham gradual crescimento com qualidade de oferta e expansão no segmento público.

INDICADOR	**Matrícula de Educação Profissional Técnica**	
META NACIONAL	SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR
50%	0.0%	Não se aplica

O Município não possui escola de ensino médio profissionalizante, mas em seu Território tem uma escola Estadual, porém, não é educação profissional técnica. Mas oferece gratuitamente transporte para o estudante que procura ensino médio profissionalizante.

Metas sobre o Ensino Superior

Meta- 11 Proporcionar estratégias que elevam a taxa bruta de matrícula na educação superior na faixa etária da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, otimizando junto aos órgãos competentes, qualidade, oferta e expansão de vagas.

INDICADOR	**Percentual de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos.**	
META NACIONAL	SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR
50%	22.3%	Relatório Inep

O município oferece auxilio transporte aos alunos universitários que se deslocam para outros municípios, nas proximidades, os quais possuem universidades públicas e particulares em regime presencial e a distância, uma vez que não possuímos nenhuma universidade implantada no município.

Meta-12 Articular junto a órgãos competentes elevar a qualidade da Educação Superior.

INDICADOR	**Elevar a qualidade da Educação Superior**	
META NACIONAL	SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR
75%	0.0%	Não se aplica

Esta meta não se aplica em nosso município, pois não possuí nenhuma universidade no território.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Meta- 13 Buscar junto às instituições que oferecem matrículas de pós-graduação, parceria para formação e qualificação de profissionais da Educação.

INDICADOR	**Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação lato sensu**	
META NACIONAL	SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO	FONTE DO INDICADOR
60%	0.0%	Não se aplica

Ofertamos a todos moradores do município e aos docentes licenciados, cursos de formação complementar com transporte para o deslocamento para as cidades que ofereçam pós-graduações.

Meta sobre a Formação dos Professores e Valorização do Magistério

Meta- 14 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n°9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

INDICADOR	**Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica**	
META NACIONAL	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO	FONTE DO INDICADOR
100%	98.6%	Relatório Inep

Os professores da Educação Básica possuem formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento compatível com a área que lecionam no Ensino Fundamental como também na Educação Infantil, promovendo curso e formação Continuada para qualificar o ensino aprendizagem.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Meta-15 Formar, em nível de pós – graduação, 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

INDICADOR	**Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.**	
META NACIONAL	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO	FONTE DO INDICADOR
50%	99%	Relatório Inep

A meta estabelece que até o último ano de vigência do Plano, 50% dos professores da educação básica estejam formados em nível de pós-graduação lato sensu. O Município superou o percentual estabelecido. Em relação à formação continuada, anualmente, a rede municipal de ensino oferece formação continuada a todos os profissionais da educação de diversos temas.

Meta- 16 Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME, de acordo com PNE.

INDICADOR	**Valorizar salário dos professores da educação básica da rede pública de educação com demais profissionais com escolaridade equivalente.**	
META NACIONAL	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO	FONTE DO INDICADOR
100%	Não há percentual	Em andamento

O salário básico do professor municipal busca atender ao piso nacional, observando a Lei do Piso Salarial nº 11.738/2008, porém, depende de recursos do governo federal.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 14

Peça 4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12A

Meta- 17 Elaborar plano de carreira para os profissionais de Educação Básica tornando como referência o Piso Salarial Nacional, definido em Lei federal, nos termos do Inciso VII do art. 206 da Constituição Federal e definições amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

INDICADOR	**Plano de carreira para os profissionais de Educação Básica**	
META NACIONAL 100%	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 100%	FONTE DO INDICADOR PME

Os profissionais do Magistério Público do município possuem um Plano de Carreira que garante a progressão funcional baseada na titulação, e na avaliação do desempenho.

Metas sobre Financiamento e Gestão

Meta-18 Promover a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, criando mecanismos que busquem atingir as metas previstas para o IDEB no prazo deste plano.

INDICADOR	**Média do Ideb nos anos Iniciais do Ensino Fundamental**	
META NACIONAL 2019/ 5.7	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 5.0	FONTE DO INDICADOR Dados obtidos pelo IDEB
INDICADOR	**Média do Ideb nos anos Finais do Ensino Fundamental**	
META NACIONAL 2019/ 5.2	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO 4.8	FONTE DO INDICADOR Dados obtidos pelo IDEB

O Ideb até 2019 dos anos Iniciais e Finais da rede Municipal não atingiu a meta, precisando melhorar as propostas pedagógicas e realizar avaliações internas para acompanhar o aprendizado dos educandos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12A

Meta- 19 Estabelecer condições, nos prazos vigentes para que a gestão democrática se constitua de fato, com critérios técnicos de mérito e desempenho, com a participação da comunidade escolar, esperando recursos e apoio da União.

A meta já está sendo executada pelo Município através da gestão democrática na educação acontece especialmente por meio dos conselhos, sejam eles: FUNDEB, CME, CAE, C.P. M, conselhos escolares dentre outros. Também temos a participação em Audiências Públicas, sejam elas ligadas diretamente à Educação, ou indiretamente, quando tratam de recursos a serem destinados (LDO, LOA, PPA). Neste sentido, a criação de espaços de deliberação coletiva torna-se fator decisivo para a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais.

Meta-20 Ampliar e investir em Educação pública de forma a atingir os percentuais exigidos, conforme as leis vigentes para que se cumpra este plano.

INDICADOR	**Aplicação da receita de impostos e transferências em manutenção e Desenvolvimento do Ensino**	
META NACIONAL	META ALCANÇADA NO PERÍODO NO MUNICÍPIO	FONTE DO INDICADOR
10%	25%	

Trata sobre a fiscalização do investimento público em educação pública básica no que tange ao PIB – Produto Interno Bruto. A meta propõe a ampliação do PIB para aplicação na Educação Pública, o que depende do Governo Federal. Ressalta-se, que o Município já cumpri sua exigência legal de percentual sendo aplicado em Educação

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199574

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12A

Conclusão

Após o estudo e avaliação do Plano Municipal de Educação, foi observado o comprometimento por parte da administração em atingir as metas e estratégias até o final deste Plano. Onde foram analisadas que muitas metas e estratégias já foram alcançadas com êxito, outras, seguem em andamento, uma vez que as mesmas possuem um prazo maior para serem atingidas. Porém, precisamos dar mais ênfase para as metas que tratam diretamente do desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, pois observamos que é necessário investirmos em estratégias pedagógicas para alcançarmos melhores resultados como também implantarmos a Base Nacional Comum adequando a nossa realidade. Mas, não podemos deixar de ressaltar que muitas metas para serem cumpridas em seu prazo previsto o município necessita de apoio de recursos financeiros do Governo Federal.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C892.42D8.41A8.6F5C.1FEF.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199575

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12B

PARECER

Em nossa opinião e de acordo com as atribuições legais que nos são conferidas pela lei em vigor, CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que foram analisadas as contas, o relatório, o plano de aplicação e o resultado financeiro das Ações e Serviços Públicos em Saúde pelo Município de Sertão Santana/RS, para o que emitimos PARECER FAVORÁVEL à aprovação da aplicação dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos em Saúde no exercício de 2021.

Sertão Santana 23 de Março de 2022.

Luciano Sonnemann Eckert

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Sertão Santana

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E13D.79BD.1BDD.F492.8F60.

RELATÓRIO E PARECER

DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SOBRE À APLICAÇÃO DOS RECURSOS MÍNIMOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Sertão Santana venho apresentar Relatório e Parecer à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas nesta Lei Complementar; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde; à aplicação dos recursos vinculados ao SUS; à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde, relativos ao exercício de 2021, nos termos do disposto no art. 2º, inciso IV, letra *"I"* da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 605/2002, regulamentada pelo Decreto nº 1007/2005, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 3.580 de 06 de julho de 2020.

Quanto ao limite constitucional de aplicação dos recursos em mínimos em ações e serviços públicos de saúde, destacamos:

1. Plano de Saúde Plurianual

O Plano Municipal de Saúde é um instrumento de diagnostico, avaliação e orientação e avaliação do serviço de saúde, constituindo a política de Atenção em Saúde, incluído ações intersetoriais voltadas para a promoção da saúde.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.261A.1D66.A4EC.9011.7492.

Tem vigência de 2018 a 2021 e passou pelo processo de discussão e atualização, através de instrumentos como as Programações Anuais de Saúde - PAS e dos Relatórios Anuais de Gestão - RAG.

A proposta de DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES para 2021 no Plano de Saúde Plurianual foram: (Não foi disponibilizada ao Controle Interno)

Diretriz/objetivo	Meta	Indicador	% estabelecido para 2021	% cumprido em 2021

2. Cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias

Uma das principais funções da LDO é estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. É papel da LDO ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

No âmbito do Município, as metas priorizadas para 2021 na área da saúde foram as seguintes:

- Qualificação da Rede de Atenção à Saúde;

- Consolidação da governança da rede de atenção à saúde na gestão do SUS;

- Fortalecimento das ações de educação, ciência, tecnologia e inovação em Saúde.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.261A.1D66.A4EC.9011.7492.

3. Quanto à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde

Os municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos a que se referem o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o §3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No caso, ocorreu a aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde em 15,73%.

Foram computadas as despesas de custeio e capital, financiadas por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da base vinculável, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam, simultaneamente, aos critérios de acesso universal, igualitário e gratuito, em conformidade com os objetivos e metas explicitados no Plano Municipal de Saúde, de responsabilidade específica do setor de saúde, e que se destinem a:

a) remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais de saúde;

b) aquisição, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários à saúde;

c) uso e manutenção de bens e serviços vinculados à saúde;

d) levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente o aprimoramento da qualidade e a expansão da saúde;

e) transferência, na forma da lei, para o setor privado, em contrapartida à prestação de serviços de saúde para a população;

f) aquisição de produtos alimentícios, nutrientes, materiais médico-sanitários e demais materiais voltados especificamente à promoção, proteção e recuperação da saúde;

g) realização de atividades-meio necessárias à implantação e manutenção das ações e serviços públicos de saúde;

4. Quanto às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.261A.1D66.A4EC.9011.7492.

Todos os recursos da Saúde, compreendendo os vinculados da receita de impostos e os recebidos da União ou do Estado (repasses do SUS), foram aplicados sob a fiscalização do Conselho de Saúde por meio de um fundo especial, o Fundo Municipal de Saúde. O Fundo garante que seus recursos financeiros tenham tratamento específico em relação aos da administração geral, possibilitando autonomia quanto à utilização e maior agilidade na sua alocação.

Os fundamentos legais do Fundo de Saúde estão inscritos no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal e nas Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90. A lei determina que o recurso depositado no Fundo de Saúde é movimentado pela Secretaria de Saúde, na representação de seu gestor, o Secretário de Saúde (inciso III do artigo 9º e parágrafo 2º do artigo 32, da lei 8.080/90).

Ademais, o orçamento do Fundo de Saúde respeita as políticas e os programas de trabalho da Secretaria de Saúde, observando atentamente a agenda de Saúde, o Plano de Saúde, o Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio do Orçamento Público.

5. Quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde

A Lei de Responsabilidade Fiscal cria uma vinculação da receita de alienação dos bens que integram o patrimônio público (móveis, imóveis, intangíveis etc.) às despesas de capital, assim entendidas aquelas especificadas nos §§4º, 5º e 6º do art. 12, da Lei Federal nº 4.320/1964. A Exceção a esse regramento diz respeito à destinação dos recursos ao sistema previdenciário geral ou próprio dos servidores públicos.

Ademais, a receita orçamentária originada da alienação de bens somente poderá ser empregada em despesas de capital (investimentos, inversões financeiras ou transferências de capital).

Cabe ressaltar, entretanto, que existe restrição quanto à utilização dos haveres da alienação de bens que foram adquiridos com recursos vinculados à Saúde, pois, como regra, os valores oriundos dessas alienações devem ser reaplicados dentro do respectivo órgão/unidade em que o bem estava tombado.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.261A.1D66.A4EC.9011.7492.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199573

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E129

No caso do Município, os recursos oriundos da alienação de bens provenientes da saúde foram registrados no código de recurso vinculado 4002 – Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde e utilizados conforme disposto no art.44, da LRF.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.261A.1D66.A4EC.9011.7492.

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que a aplicação dos recursos vinculados em ações e serviços públicos de saúde, foram adequadamente cumpridos.

No que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira, orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foram observadas. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

Sertão Santana, 30 de março de 2022.

Vinicius Frazzon Böer
Agente Controle Interno
RG 7081461531

Vinicius Frazzon Böer

Matrícula nº 951
Responsável pela UCCI

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.261A.1D66.A4EC.9011.7492.

Página 393
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4199577
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E12D

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Plano Municipal de Saúde de Sertão Santana tem como princípio detalhar ações em saúde a serem desenvolvidas no respectivo município no período de 01/01/2022 a 31/12/2025.

A administração municipal propõe atender aos princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) ofertando serviços de qualidade com universalidade, integralidade, equidade e construindo a política municipal de saúde com a participação comunitária.

O planejamento inclui um modelo assistencial que prioriza a atenção básica, a prevenção, a ação qualificada das equipes de saúde, as estruturas de atendimento, os investimentos nas unidades básicas de saúde, a formação de uma rede de saúde que ofereça qualidade de vida, integralidade, equidade, gratuidade, resolutividade, acesso universal e humanização.

Portanto, o respectivo plano propõe apoio ao gerenciamento da Secretaria Municipal da Saúde, de modo construtivo e coletivo, abrangendo toda a população sertanense, de acordo com os princípios do SUS.

O presente plano tem como objetivo principal definir a Política Municipal de Saúde de Sertão Santana, a partir dos princípios do SUS, envolvendo a comunidade e a Equipe de Saúde na formulação de programas e estratégias que visem melhorar a saúde e a qualidade de vida da população do município.

ANÁLISE SITUACIONAL

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO

O município de Sertão Santana, pertencente ao Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul, está localizado a uma distância de 80km ao sul da capital Porto Alegre. Fundado no dia 24 de março de 1992, Sertão Santana faz limite com os

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

municípios de Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Cerro Grande do Sul e Sentinela do Sul. Possui uma área territorial de 251;847km², altitude de 75m e clima subtropical. O município de Sertão Santana apresentou população estimada para o ano de 2020 de 6.537 pessoas, considerando um quantitativo de 5.850 pessoas no último senso (2010), estratificando uma densidade demográfica de 23,23hab/km² neste mesmo ano.

A renda média mensal dos trabalhadores formais do município em 2018 foi de 2,4 salários mínimos, em um percentil de 14,2% de população ocupada. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, no ano de 2010.

Referente a educação, em 2010, no senso, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade foi de 97,8%.

O município de Sertão Santana apresentou seu PIB per capita no ano de 2018 de R$ 36.759,96, sendo seu percentual das receitas oriundas de fontes externas em 2015 de 78,8%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 foi de 0,689.

No que tange a saúde, não houve mortalidade infantil (2017).

O município apresenta 29.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 36% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 13.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Sua referência municipal – prefeitura, está situada na Rua 24 de Março, n°1890, bairro centro, CEP:92850-000, código IBGE 4320552. Dados respectivos descritos em tabela a seguir:

Fundação	24 de março de 1992
Distância até a capital	80km
Municípios limítrofes	Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Cerro Grande do Sul e Sentinela do Sul
Área territorial	251;847km²
População	6.537 pessoas (para 2020)
Densidade demográfica	23,23hab/km²
Altitude	75m

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199577

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12D

Clima	Subtropical
IDH	0,689
PIB per capita	R$ 36.759,96

ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE

A organização municipal referente ao Sistema de Saúde é composta pelas seguintes esferas: Secretaria Municipal à Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Unidade Básica de Saúde, Estratégia da Saúde da Família, Laboratório de Análises Clínicas, Serviços de Saúde Conveniados, Centro de Especialidades, Academia da Saúde, Fisioterapia, Transporte Sanitário. Inclui-se também novas projeções para ampliação na rede assistencial, como por exemplo a instalação do “Ament”, que visará serviços integrados entre psicologia, psiquiatria e serviço social.

Política de Atenção Básica

A atenção Básica é caracterizada por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A Atenção Básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral. A Atenção Básica deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada para o sistema e o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, portanto, novas estratégias na qualificação e otimização da Atenção Básica permite constantemente novos planos, projeções e atualizações.

A Atenção Básica merece atenção especial no Plano Municipal, por se tratar de um grande referencial na questão da saúde. A valorização da Rede Básica, na promoção e prevenção da saúde, representa uma mudança de objetiva a ser construída junto da sociedade.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Outro ponto de destaque é a educação para a saúde. Seja nos grupos de atendimento, seja nas palestras para a comunidade, a orientação é parte essencial nesta busca por qualidade de vida. Assim também fica elencado a integração das escolas e o serviço social do município, como grandes parceiros desta jornada.

Secretaria Municipal da Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde foi instituída através da Lei Orgânica do Município objetivando prestar atendimento à Saúde Pública e Assistência aos necessitados, além da participação nas campanhas beneficentes. O Órgão de Administração Municipal dos serviços de saúde é a Secretaria Municipal de Saúde. Conforme a Emenda Constitucional nº 29, A Secretaria Municipal dispõe de funcionários, organizados em funções de administrador, diretor administrativo, assistentes administrativos, motoristas, farmacêutico e visitador sanitário. Seu horário de funcionamento é de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Conselho Municipal de Saúde

O Conselho Municipal de Saúde foi instituído em 11 de setembro de 1997, através da Lei de criação 233/1997. O Conselho Municipal de Saúde – CMS é um órgão colegiado, com caráter deliberativo e permanente, que tem como objetivo orientar a administração da política municipal de saúde. Competem ao Conselho Municipal de Saúde também o acompanhamento, avaliação, fiscalização e normatização da política e do sistema municipal de saúde. O Conselho Municipal de Saúde visa à melhoria das condições de saúde da população, nos aspectos de promoção, proteção e recuperação da saúde. Para isso o conselho deve: planejar, gerir e fiscalizar a alocação dos recursos aplicados no setor de saúde e a nível municipal; organizar os serviços de saúde locais, capacitando-os a responder a demanda assistencial local, com eficiência e efetividade, garantindo a universalização da assistência à saúde; fiscalizar os órgãos públicos de prestação de serviços de saúde no sentido de que proporcionem uma atenção integral à sua saúde e um desempenho com resolutividade satisfatória; integrar os esforços de entidades afins com o intuito de evitar a diluição de recursos e trabalho na área de saúde.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

O Conselho Municipal de Saúde é constituído de um plenário com caráter deliberativo, composto de membros que serão distribuídos em três grupos: Representantes de entidades e movimentos organizados de usuários de serviços de saúde; Representantes de entidades e movimentos organizados de trabalhadores da área de saúde; Representantes do Município e de prestadores privados de sérvios de saúde sem fins lucrativos ou conveniados do SUS.

Fundo Municipal de Saúde

O Fundo Municipal de Saúde de Sertão Santana foi instituído pela Lei Municipal n.º 233/1997. O Fundo Municipal de Saúde (FMS) funciona como uma unidade orçamentária dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Unidade Básica de Saúde

A Unidade Básica de Saúde é um dos pilares do sistema, proporcionando o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais e a comunidade para alcançar os objetivos propostos.

A Unidade Básica de Saúde Dr Rudi Raab, atende regularmente no período de 24 horas, sem pausa ao meio dia. Dispõe de profissionais enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos clínicos, psiquiatra, ginecologista, pediatra, dentista, psicólogo, nutricionista, condutores de ambulância e assistentes administrativos. Possui equipamentos de apoio, como ambulâncias e veículos destinados a deslocamento de servidores e pacientes. Se prevê a implantação de novas estruturas assistenciais no âmbito de atenção ao paciente, como por exemplo “Chamar 192”, que de forma íntegra, organizada, eficaz e eficiente, atenderá ao publico em situações de urgência e emergência, podendo se tornar referência para outros municípios.

Estratégia de Saúde da Família (ESF)

A saúde da família é uma nova e ampla forma de abordar a saúde pública. Trata-se de um modelo de atenção primária à saúde que prioriza a prevenção e a educação em saúde para a comunidade. Otimiza a pratica de atenção à saúde, rompendo com o modelo médico centrado, por um

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

atendimento que permite a assistência global do indivíduo, da família e da comunidade, priorizando as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde. A Equipe trabalha com uma população definida, desenvolvendo atividades comunitárias como palestras e grupos de educação em saúde, visitas domiciliares, além de realizar atendimento médico de toda família, oferecendo um atendimento mais humano, levando em conta os fatores emocionais, familiares, econômicos e culturais, acolhendo a pessoa que necessita de um auxilio e procurando uma solução conjunta para o problema.

A Estratégia de Saúde da Família do município atende micro áreas, cadastrando as respectivas famílias. A equipe do ESF atende aproximadamente 50% do território do município. Dispõe de profissionais agentes comunitários de saúde, enfermeiro, técnicos de enfermagem, médico, assistente administrativo e nutricionista. Objetiva-se que o serviço de ESF seja ampliado no município e a abrangência seja de 100% das famílias, garantindo assim proximidade entre profissionais e comunidade, promovendo a saúde da população. Além da instalação de novas equipes de estratégia da saúde da família, propõe-se também a implementação de novos programas de educação em saúde, como por exemplo, de incentivo ao não-uso de tabaco.

Laboratório de Análises Clínicas

O Laboratório de Análises Clínicas atua mediante convênio que promove as coletas de exames diariamente, através dos profissionais do laboratório conveniado a esfera estadual.

Serviços de Saúde Conveniados

Também no que se trata dos Serviços de Saúde Conveniados, a Prefeitura Municipal de Sertão Santana mantém convênio com o Instituições de Saúde nos municípios de Camaquã e Porto Alegre (Sistema Regulação de Consultas/SUS), para atendimento de urgências e emergências, repassando valores a título de complementação dos valores pagos pelo SUS, com a finalidade de garantir o atendimento gratuito a toda população.

Centro de Especialidades

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Garante por meio de consultas agendadas a comunidade atendimento médico clínico, psiquiatra, pediatra, ginecologista e obstetra e psicólogo, permitindo continuidade ao tratamento e cuidado.

Academia da Saúde

A Academia da Saúde dispõe de profissionais psicólogo, arteterapeuta e educador físico, desenvolvendo atividades de promoção da saúde em grupo.

Fisioterapia

O serviço de fisioterapia atua no tratamento de lesões motoras ou neurológicas que necessitem de reabilitação, dispondo de fisioterapeutas.

Grupo de Gestantes

O Grupo de Gestantes compreende o atendimento pré-natal das gestantes, além da participação de grupos de educação em saúde onde as gestantes recebem orientações, tais como: a importância do aleitamento materno, o desenvolvimento progressivo do bebê, sobre os sinais que antecedem o parto, cuidados com o recém-nascido, entre outros. Objetiva-se a ampliação de ações de incentivo a saúde e do cuidado ao binômio mamãe-bebê.

Criança e Adolescente

No Município de Sertão Santana, a atenção à criança e ao adolescente se inicia no acompanhamento da gestação, através do pré-natal e do grupo de gestantes, onde são reforçados cuidados com a higiene, reeducação alimentar, aleitamento materno e temas afins. Após o nascimento, a mãe e o bebê são acompanhados no Unidade Básica de Saúde e na Estratégia da Saúde da Família. O atendimento pediátrico é prestado junto a UBS, tendo por foco as vacinas, exames, teste do pezinho e consultas de puericultura. Com a atuação eficiente dos profissionais de saúde, há um fortalecimento dos vínculos comunitários proporcionando grandes benefícios na melhoria geral das condições de vida a toda família, com especial atenção a crianças e adolescentes. São ofertados serviços de acompanhamentos médico,

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

nutricional, psicologia, imunizações e orientações gerais à saúde. As ações de atenção às crianças e adolescentes são realizadas de forma intersetorial, em parceria com as Políticas de Educação e Assistência Social, com ênfase em trabalhos voltados à prevenção de uso de drogas, IST, gravidez na adolescência e saúde mental, com projeção de ampliar programas educativos.

Saúde e Prevenção nas Escolas

O projeto Saúde e Prevenção nas Escolas instituído em 2005 pelo Ministério da Educação é uma das ações do Programa Saúde na Escola, que tem a finalidade de contribuir para a formação integral do estudante da rede pública de educação básica por meio de 13 ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar atividades articulando os setores de saúde e de educação. Atualmente o Município aderiu ao programa, junto ao Ministério da Saúde e está em fase desenvolvimento das suas ações do projeto.

Saúde da Mulher

A atenção à mulher se inicia na Rede Básica, onde se dá a orientação para a saúde, acompanhamento médico clínico, gineco-obstetra e de enfermeiro, ofertan exames de prevenção de câncer. Através do ESF, se pretende ampliar a busca ativa das pacientes, possibilitando maior abrangência das ações da saúde, contando também com o apoio do serviço social. Proporciona-se também a distribuição de anticoncepcionais na farmácia básica e orientação sobre planejamento familiar. Também são ofertados exames de ginecologia, mamografia e cito patológico. Neste cenário, objetiva-se maior atuação e desenvolvimento de novas ações para a saúde da mulher.

Saúde do Homem

A equipe de saúde também tem por objetivo sensibilizar os usuários e profissionais para a prevenção IST e neoplasias através de ações educativas; promoção de ações de promoção e prevenção à saúde do homem, propondo aumentar campanhas de sensibilização voltadas à adesão dos homens à unidade de saúde e incluindo os pais no acompanhamento pré-natal. Além disso, a equipe de atenção básica juntamente com a Política de Assistência

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199577

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12D

Social, tem travado grande esforço para superação de quadros vivenciados pelo homem, identificando situações de isolamento social e psiquiátricos que necessitam de intervenção da Política de Saúde.

Saúde do Idoso

Referente à saúde do idoso: hipertensão arterial/ diabetes o município de Sertão Santana, além do acompanhamento individual há o atendimento em grupo. A prevenção das complicações da hipertensão através de terapêutica e conduta anti-hipertensiva é um dos maiores desafios em saúde pública. No atendimento ao Diabetes por sua vez, além da dispensação de medicamentos incentiva-se orientações de nutricionista no consumo orientado de alimentos mais adequados aos pacientes.

Vigilâncias em Saúde

A Vigilância em Saúde tem o propósito fornecer orientação técnica permanente para os que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução das ações de controle das doenças e seus agravos, tornando disponíveis para este fim informações atualizadas sobre a ocorrência destas doenças, bem como dos seus fatores condicionantes. Desempenha atividades de especificar a organização do Serviço de Vigilância em saúde, contemplando as áreas de epidemiologia (controle de doenças, imunizações, programas de prevenção, perfil epidemiológico, mortalidade, violências, IST/AIDS – notificações, programas de testagem e aconselhamentos etc..). A Vigilância Epidemiológica é responsável pelas ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. O Departamento de Vigilância Epidemiológica tem como objetivo alimentar os sistemas de informação (SINAN, SIM, SINASC, SIPNI) Investigação de óbitos maternos e infantis, mulheres em idade fértil; distribuição de preservativos; atendimento de pacientes e distribuição de medicamentos para as ISTs /HIV, Tuberculose, Hepatites, Hanseníase, distribuição de vacinas e insumos, coordenação de campanhas de vacinação.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Além de realizar análises que permitam o monitoramento do quadro epidemiológico do município e subsidiem a formulação, implementação e avaliação das ações de prevenção e controle de doenças e agravos, a definição de prioridades e a organização dos serviços e ações de saúde.

As ações de Vigilância Sanitária devem promover e proteger a saúde da população, com ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários. As ações realizadas são emissão de alvarás para estabelecimentos do ramo de alimentos, de saúde e interesse para saúde (instituto de beleza, instituição de longa permanência para idoso, cerealista, consultório médico, odontológico, ótica, drogaria, etc.), vistoria para o pedido de viabilidade. Vistoria por solicitação do Poder Judiciário, orientação aos contribuintes.

Vigilância Ambiental em Saúde consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde. É também atribuição da vigilância ambiental os procedimentos de vigilância epidemiológica das doenças e agravos à saúde humana, associados a contaminantes ambientais, especialmente os relacionados com a exposição a agrotóxicos, amianto, mercúrio, benzeno e chumbo.

Saúde do Trabalhador

A Saúde do Trabalhador, com a implantação de programa; notificações, investigação de óbitos por acidente do trabalho; de notificações – capacidade de detecção de para análise da situação de vigilância sanitária; elaboração de processo administrativo e adoção e medidas de vigilância e controle. Visa ampliar ações de prevenção a este grupo, incluindo a participação de empresas e profissionais da saúde.

Imunizações

A imunização é definida como a aquisição de proteção imunológica contra doenças infecciosas. Esta pratica tem por objetivo aumentar a resistência de um indivíduo contra infecções. É administrada por meio de

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

vacina, imunoglobulina ou soro de anticorpos. A Secretaria disponibiliza uma sala de vacinas na UBS onde são administradas todas as vacinas de rotina do calendário do Ministério da Saúde para crianças, adolescentes e adultos, bem como para as campanhas de vacinação em geral. As vacinas podem ser realizadas todos os dias da semana. A ESF faz busca ativa quando necessário através dos agentes comunitários da saúde. Todas as vacinas das crianças e adolescentes são registradas no cartão espelho (carteirinha) e também registradas no SIPNI WEB -Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações e E-SUS.

Assistência Farmacêutica

A Política Municipal de Assistência Farmacêutica tem como principal propósito garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, observando-se dois princípios básicos: a) A assistência farmacêutica somente é prestada a partir da prescrição médica, odontológica ou de enfermagem, em conformidade com a legislação vigente; b) A Oferta do elenco básico de medicamentos é parte integrante da política de assistência à saúde do município, para o cumprimento de seus resultados. A Assistência Farmacêutica é exercida somente pela Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, subordinada às suas rotinas próprias. A Farmácia possui as seguintes atribuições funcionais sobre os medicamentos, insumos e materiais ambulatoriais e laboratoriais: recebimento; estocagem. Conservação. Controle de estoque e inventário; distribuição e supervisão geral. Projeta-se instalação de estabelecimento próprio para a farmácia municipal.

Saúde Mental

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. Neste contexto, os profissionais de saúde vêm atuando para identificar situações que se configurem agravos em saúde e orientando sistematicamente os pacientes.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Transporte Sanitário

Para o atendimento aos usuários para especialidades em outras instituições e em outros municípios, o município de Sertão Santana disponibiliza transporte em veículo próprio, com carros, ônibus e vans, chamado Transporte Sanitário. Projeta-se a terceirização deste serviço.

DIRETRIZES, METAS, AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

As respectivas Diretrizes indicam as linhas de ação a serem seguidas através do planejamento de saúde. Expressadas de forma objetiva, visam delimitar a estratégia geral e as prioridades do Plano Municipal de Saúde. Os objetivos devem considerar que ao mesmo tempo um alvo a ser atingido para consolidar a situação desejada, tendo em vista concretiza-lo. As metas são expressões quantitativas do respectivo objetivo, na qual permite esclarecimento de como realizá-las de modo quantitativo, sendo passível de mensuração. O presente Plano Municipal de Saúde de Sertão Santana 2022-2025 foi construído por: Diretrizes, Objetivos e Ações.

Diretriz 01

Qualificação da Rede de Atenção à Saúde

Propõe ampliar e qualificar a Rede de Atenção à Saúde, articulando os diferentes níveis de atenção. Incentivar a integração das ações e dos serviços de saúde a partir da atenção primária, fortalecendo a prevenção e a promoção, aprimorando o acesso, promovendo à equidade e consolidado a regionalização da saúde.

Objetivos:

1. Fortalecer o atendimento assistencial, prevenção de doenças e promoção da saúde atenção básica em saúde
2. Implementar assistência de maior complexidade no âmbito de urgência e emergência

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

3. Fortalecer bens e equipamentos casos de maior complexidade de urgência e emergência
4. Fortalecer assistência social no âmbito psicossocial
5. Fortalecer as ações de âmbito de vigilância em saúde e o gerenciamento de riscos e de agravos à saúde
6. Implementar e consolidar novas redes de atenção à saúde
7. Organizar e otimizar a atenção à saúde secundária e terciária através de suas referências
8. Fortalecer a assistência farmacêutica
9. Qualificar a gestão do financiamento de acordo com as necessidades da saúde.
10. Otimizar o quantitativo profissional da Rede de Atenção à Saúde
11. Fortalecer ações em programas e grupos específicos
12. Monitorar e avaliar continuamente gestão e processos
13. Fortalecer vigilância em saúde
14. Garantir monitoramento de agravos e registros no controle de doenças

Diretriz 02

Consolidação da governança da rede de atenção à saúde na gestão do SUS

Propõe aprimorar a gestão de todos os componentes da Rede de Atenção à Saúde como sistema transversal, consolidando o papel de gestor municipal do SUS no cumprimento do processo de decisão. Busca garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS no município.

Objetivos:

15. Fortalecer a infraestrutura da Secretaria Municipal de Saúde
16. Otimizar fluxos assistenciais
17. Consolidar a governança da informação confiável em saúde
18. Qualificar a gestão do trabalho em saúde
19. Fortalecer a auditoria do SUS
20. Fortalecer as instâncias de participação social e pactuações no SUS
21. Promover a prática do planejamento, monitoramento e avaliação no SUS

Diretriz 03

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Fortalecimento das ações de educação, ciência, tecnologia e inovação em saúde:

Objetiva promover ações de ciência, tecnologia e inovação em saúde, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e a qualificação do SUS no município, considerando as especificidades regionais e a integração entre a pesquisa, as atenções e a gestão em saúde.

Objetivos:

22. Fortalecer a política de educação em saúde
23. Criar programas de educação e promoção da saúde
24. Fortalecer ações e programas em educação a saúde

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7BC2.4E65.A0CA.7F3A.8817.

Página
407
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4199578
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12E

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA – MONITORAMENTO DE GESTÃO DE SAÚDE - MGS

REALIZADA EM 25/02/2022

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Monitoramento de Gestão de Saúde - MGS referente ao Terceiro Quadrimestre de 2021, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstre e avalie o cumprimento das metas fiscais do orçamento ca Saúde.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do quinto e sexto bimestre de 2021, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumpre informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação fica circunscrita a analise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no primeiro, segundo, terceiro e quarto bimestre de 2020.

1 - RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto de repasses municipais para a Secretaria da Saúde, que foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021, totalizou o montante de **R$ 3.023.570,18**.

A receita efetivamente repassada pelo município para as despesas da Secretaria da Saúde, no período de janeiro a Dezembro de 2021 foi de **R$ 3.182.297,81** tendo sido repassado, portanto **5,24%** da meta anual.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7F.9F15.3EA9.31FC.DA87.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 2

Peça 4199578

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12E

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

Ainda, no quadro abaixo podemos ver as Receitas repassadas pelo município, pelo estado e pela união:

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA

Discriminação	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	TOTAL ANUAL
1 – Receitas Municipais	R$ 937.614,05	R$ 1.074.414,85	R$ 1.038.127,83	R$ 3.050.156,73
2 - Receitas Estaduais	R$ 180.298,85	R$ 237.103,72	R$ 365.435,13	R$ 782.837,70
3 - Receitas Federais	R$ 653.993,47	R$ 410.137,88	R$ 449.316,95	R$ 1.513.448,30
	-	-	-	
4 - Total da Receita	R$ 1.771.906,37	R$ 1.721.656,45	R$ 1.852.879,91	R$ 5.346.442,73

O total das Receitas para o período considerado (Janeiro a Dezembro/2021) e as fontes municipais, estaduais e federais, de acordo com a programação financeira, foi de R$ 5.346.442,73.

2. DESPESA

QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Despesa Liquidada	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	TOTAL ANUAL
1 – Despesas Correntes	R$ 1.315.868,42	R$ 1.904.410,09	R$ 2.382.966,18	R$ 5.603.244,69
Pessoal e Encargos	R$ 658.406,76	R$ 723.156,66	R$ 789.771,67	R$ 2.171.335,09
Outras Despesas Correntes	R$ 655.981,66	R$ 1.066.735,64	R$ 1.541.852,18	R$ 3.264.569,48
Despesas de Capital	R$ 1.480,00	R$ 114.517,79	R$ 51.342,33	R$ 167.340,12

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CD7F.9F15.3EA9.31FC.DA87.

Página
409
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F



Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
410
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
2
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

Prefeito:
Sergio Teifke

Vice-Prefeito:
Ivano Olavo Naibert

Elaboração, Redação e Coordenação:
João Alberto Meyer

Colaboradores:
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

Versão:
Novembro de 2011

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

1. APRESENTAÇÃO

O saneamento básico é um serviço público, cujo acesso deve ser garantido de forma universal e integral.

Com as diretrizes para o saneamento básico definidas na Lei 11.445/2007, a sua visão é ampla e integrada, entendendo como saneamento básico o conjunto dos serviços e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas.

2. OBJETIVOS E PRIORIDADES

O Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB tem por objetivo apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o planejamento para o setor.

Destina-se a formular as linhas de ações estruturantes e operacionais referentes ao Saneamento Ambiental, especificamente no que se refere ao abastecimento de água em quantidade e qualidade, a coleta, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários.

O PMSB contém a definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do acesso da população aos serviços de saneamento, bem como os programas, projetos e ações necessárias, nos termos da Lei 11.445/2007 – Lei do Saneamento.

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Segundo a Lei Nacional de Saneamento Básico, os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

• universalização do acesso;

• integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

• abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

• disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

• adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

• articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade devida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

• eficiência e sustentabilidade econômica;

• utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

• transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

• controle social;

• segurança, qualidade e regularidade;

• integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
413
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
5
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

CONTRA CAPA 1
1. APRESENTAÇÃO 2
2. OBJETIVOS E PRIORIDADES 2
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 2
ÍNDICE 4
4. METODOLOGIA 7
5. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO 8
5.1 HISTÓRIA 8
5.2 EVOLUÇÃO POPULACIONAL 8
5.3 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS 10
5.3.1 Localização 10
5.3.2 Distância dos Principais Pontos 11
5.3.3 Limites 11
5.3.4 Clima 12
Temperatura 12
Umidade Relativa do Ar 14
Evaporação 14
Ventos 15
5.3.5 Relevo, Geologia, Geomorfologia e Solo 15
5.3.5.1 Relevo 15
5.3.5.2 Geologia 16
Suíte Granítica Don Feliciano 16
Depósitos Sedimentares do Quaternário/Recente 17
Recursos Minerais 18
5.3.5.3 Geomorfologia 19
Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares 19
Região Geomorfológica Planície Costeira Interna 20
Unidade Geomorfológica Planície Alúvio-Coluvionar 20
Domínio Morfoestrutural Embasamentoem Estilos Complexos 21
Região Geomorfológica Planalto Sul Riograndense 21
Unidade Geomorfológica Planalto Rebaixado Marginal 21
Unidade Geomorfológica Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava 22
5.3.5.4 Solo 22
Uso e Ocupação do Solo 24
5.4 HIDROGRAFIA 24
5.4.1 Recursos Hídricos Subterrâneos 26
5.4.2 Recursos Hídricos Superficiais 26
5.5 FLORA 27
5.6 FAUNA 27
Avifauna 28
Mastofauna 28
Ictiofauna 29
Herpetofauna 29
5.7 INDICADORES AMBIENTAIS 30
5.7.1 Abastecimento de Água 30
5.7.2 Coleta de Esgotos 30
5.7.3 Drenagem Urbana 30
5.7.4 Coleta de Resíduos Sólidos 31
5.7.4.1 Resíduos Sólidos Industriais 31

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
414
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
6
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

5.7.4.2 Entulhos de Cosntrução Civil 31
5.8 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS 32
5.8.1 Patrimônio Histórico-Cultural 33
5.8.2 Assentamentos Urbanos 35
5.8.3 Saúde 35
5.8.4 Agricultura e Pecuária 35
5.8.5 Educação 37
5.8.6 Segurança Pública 37
5.8.7 Energia Elétrica 37
5.8.8 Estrutura Administrativa Municipal 38
6. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EXISTENTE 38
6.1 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 38
6.1.1 Zona Urbana 38
6.1.1.1 Mananciais de Abastecimento 39
6.1.1.2 Captação do Manancial Subterrâneo 39
6.1.1.3 Adução 42
6.1.1.4 Recalque 42
6.1.1.5 Tratamento 43
6.1.1.6 Reservação 44
6.1.1.7 Distribuição 46
6.1.1.8 Ligações Domiciliares 46
6.1.2 Zona Rural 46
6.1.2.1 Sistema de Abastecimento de Água nas Localidades de Emboaba Ruy Ramos e Vila Carijó 47
6.1.2.1.1 Captação 47
6.1.2.1.2 Adução 47
6.1.2.1.3 Tratamento 47
6.1.2.1.4 Reservatório 48
6.1.2.1.5 Rede de Distribuição 49
6.1.2.1.6 Ligações Domiciliares 49
6.1.2.2 Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Vila Pirapó 49
6.1.2.2.1 Captação 49
6.1.2.2.2 Adução 50
6.1.2.2.3 Tratamento 50
6.1.2.2.4 Reservatório 50
6.1.2.2.5 Rede de Distribuição 51
6.1.2.2.6 Ligações Domiciliares 51
6.2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 51
6.2.1 Caracterização e Diagnóstico da Zona Urbana 52
6.2.2 Caracterização e Diagnóstico da Zona Rural 52
7. SISTEMA DE GESTÃO E PARÂMETRO PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 53
7.1 SISTEMA DE GESTÃO 53
7.2 GESTÃO DOS SISTEMAS 53
7.3 PARÂMETRO PARA PLANEJAMENTO VISANDO A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SISTEMAS 54
7.3.1 Anos de Início e Final do Plano 54

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
415
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
7
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

7.3.2 Definição de Metas de Curto, Médio e Longo Prazo 54
7.4 NECESSIDADE DE SERV. PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO 54
8. OBJETIVOS E METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....54
8.1 OBJETIVOS 54
8.2 METAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO PERÍMETRO URBANO..... 55
CURTO PRAZO 55
MÉDIO PRAZO..... 56
LONGO PRAZO..... 56
8.3 METAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA RURAL..... 57
CURTO PRAZO 57
MÉDIO PRAZO..... 57
LONGO PRAZO..... 58
9. OBJETIVOS E METAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 58
9.1 OBJETIVOS 58
9.2 METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO PERÍMETRO URBANO 59
CURTO PRAZO 59
MÉDIO PRAZO..... 59
LONGO PRAZO..... 60
9.3 METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ZONA RURAL 60
CURTO PRAZO 60
MÉDIO PRAZO..... 60
LONGO PRAZO..... 61
10. AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS 61
10.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL 61
10.2 ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL 61
11. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO BÁSICO 62
11.1 VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA 62
12. MECANISMOS PARA ACOMPANHAMENTO DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS 62
12.1 INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 63
12.2 INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO..... 63
13. DISPOSIÇÕES FINAIS 64
14. BIBLIOGRAFIA 65
15. ANEXOS 66

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada partiu do levantamento de dados cadastrais dos sistemas existentes e da realização de reuniões técnicas visando a apresentação e discussão das metas propostas e dos resultados obtidos ao longo do desenvolvimento do trabalho.

O Plano contempla, numa perspectiva integrada, a avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, considerando, além da sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade administrativa, financeira e operacional dos serviços e a utilização de tecnologias apropriadas.

Assim, a partir do conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos, programas, execução, avaliação e controle social, foi possível construir o planejamento e a execução das ações de Saneamento e submetê-la à apreciação da sociedade civil.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

5. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

5.1 HISTÓRIA

Sertão Santana remontou suas origens ao ano de 1784, quando o vice-rei Dom Luiz Vasconcelos e Souza, por concessão, doou terras a Domingos Ribeiro da Cunha. Esta Fazenda, conhecida, pelo nome de "Potreiro Grande" era uma extensa faixa de terras que media légua e meia de comprimento por igual medida de largura.

Em 1892, através do Comendador Eduardo Secco, foi dado início a colonização da área, com demarcação de terras e a fixação de imigrantes alemães.

Com a emancipação de Guaíba, em 1926, em 1º de novembro, terras e população de Sertão Santana foram agregadas ao novo município, criando-se o 4º distrito através do Decreto Municipal nº 02. Nesta mesma época foi nomeado o Senhor João Kehl como o 1º Sub intendente do Distrito.

A sede do distrito foi elevada a categoria de Vila através do Decreto Estadual nº 7.199, de 31 de março de 1938. Perante a Lei 9.595 de 20 de março de 1992, foi criado o município de Sertão Santana.

O território que formou o município de Sertão Santana originou-se de três municípios, Guaíba (onde está inserida a sede municipal), São Jerônimo (área mais alta do município, à Oeste), e Tapes (margem esquerda do Arroio Ribeiro, de jusante a montante).

Até a presente data o Município de Sertão Santana teve 5 legislaturas e 4 prefeitos, conforme descrição abaixo:

- 1993-1996: Breno Feiden
- 1997-2000: Sergio Roberto Nunes Decavatá
- 2001-2004: Lindoberto Pontes
- 2005-2008: Lindoberto Pontes
- 2009-2012: Sergio Teifke

5.2 EVOLUÇÃO POPULACIONAL

Segundo os resultados dos censos do IBGE, a população do município apresentou um crescimento constante entre os anos de 1996 à 2010 (Figura 01), com aumento de 707 habitantes, conforme resultados dos censos abaixo relacionados:

- 1996 - 5.143 habitantes;
- 2000 - 5.272 habitantes;
- 2007 - 5.791 habitantes;
- 2010 - 5.850 habitantes.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

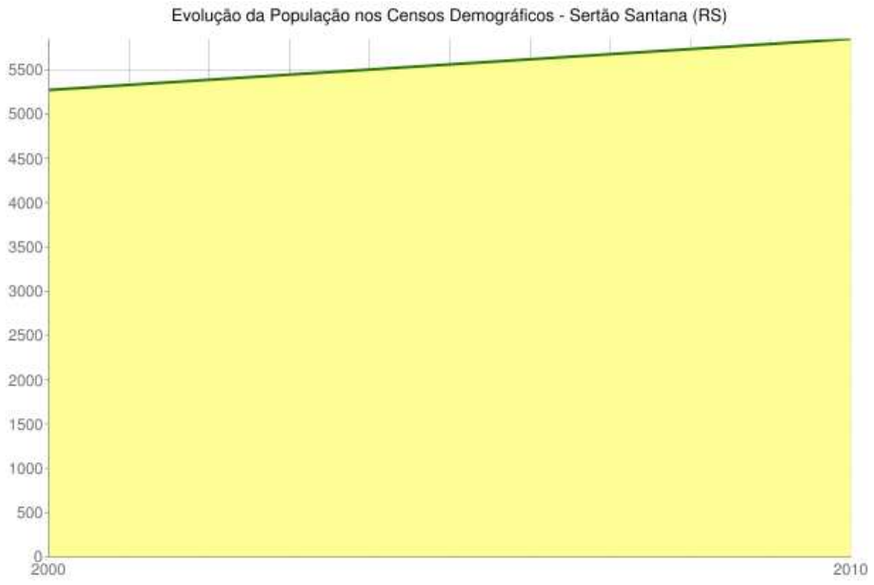


Figura 01: Evolução da população do município de Sertão Santana-RS, entre os anos de 2000 à 2010 (Fonte: site IBGE).

A população atual do município é de 5.850 habitantes, (IBGE 2010), sendo que 78,15 % delas residem na zona rural e os outros 21,85 % na área urbana. A densidade demográfica, segundo Censo IBGE 2010 é de 23,3 hab/Km². A distribuição da população em sexo e idades é representada na Figura 02.

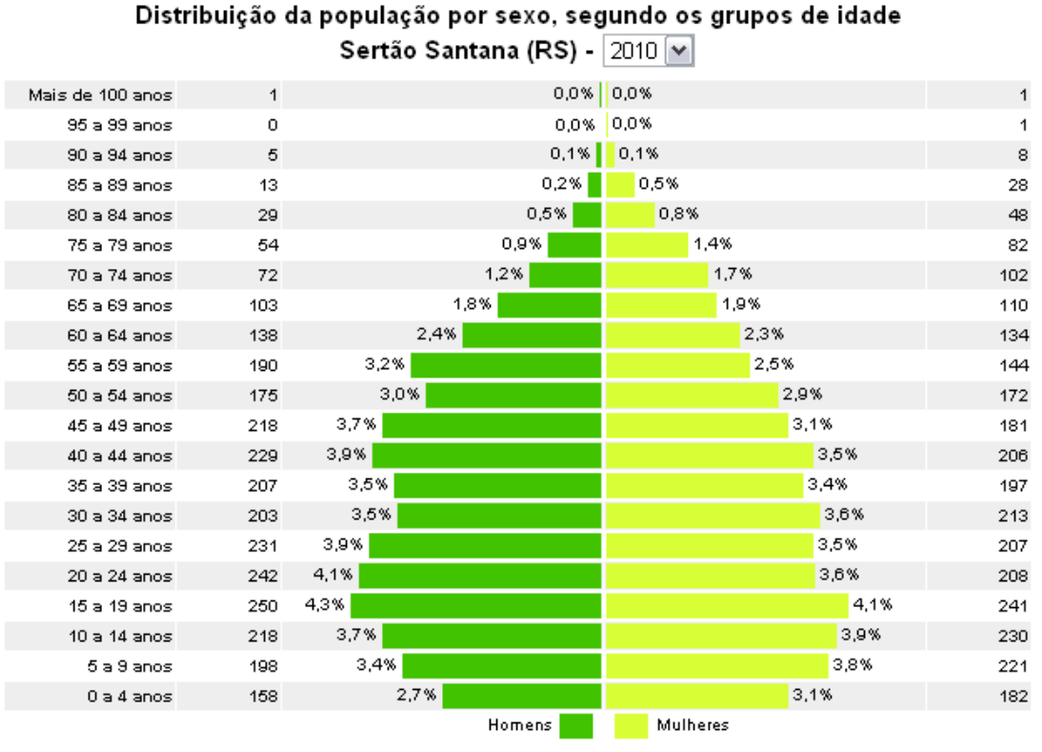


Figura 02: Distribuição da população por sexo e idades do município de Sertão Santana-RS, Censo 2010 (Fonte: site IBGE).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

5.3 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

5.3.1 LOCALIZAÇÃO

O Município de Sertão Santana está localizado na região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas -30.4° (sul) e -51.6° (oeste), Figura 03. Distante 80 km da capital gaúcha, possui uma área de 252 km², representando 0,0936% do estado, 0,0446% da região e 0,003% de todo o território brasileiro.

Sertão Santana situa-se a uma altitude média de 70 metros acima do nível do mar, com a presença de morros, grandes pedras, cascatas e cachoeiras, onde há a presença marcante de mata nativa. O município encontra-se em posicionamento geográfico altamente favorável, beneficiando os setores de comércio e prestação de serviços, auxiliando no desenvolvimento econômico. O acesso ao município se dá pela BR 116 e RS 713 (estrada ensaibrada), Figura 04.



Figura 03: Localização do município de Sertão Santana.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



Figura 04: Acesso e municípios limites.

5.3.2 DISTÂNCIAS DOS PRINCIPAIS PONTOS

Tabela 01: Distância dos municípios limítrofes e da Capital do Estado.

Município	Distância
Barão do Triunfo	21 km
Barra do Ribeiro	41 km
Cerro Grande do Sul	28 km
Mariana Pimentel	16 km
Sentinela do Sul	24 Km
Porto Alegre (Capital do Estado)	80 km

5.3.3 LIMITES

O município de Sertão Santana apresenta as seguintes confrontações:

- Ao Norte: Mariana Pimentel
- Ao Sul: Cerro Grande do Sul e Sentinela do Sul
- A Leste: Barra do Ribeiro
- A Oeste: Barra do Triunfo e Cerro Grande do Sul

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 13

Peça 4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P016E12F

5.3.4 CLIMA

A classificação climática do Rio Grande do Sul, realizada por Moreno (1961), adotou o sistema preconizado por Wladimir Koeppen, já que este permite que áreas morfoclimáticas gerais sejam divididas em subtipos regionais, sendo o de maior aceitação pelos geógrafos de todo mundo. Pelo sistema de Koeppen, o Rio Grande do Sul se enquadra na zona fundamental temperada ou "C" e no tipo fundamental "Cf" ou temperado úmido. No estado este tipo "Cf" se subdivide em duas variedades específicas, conforme tabela abaixo:

Quadro 01: Classificação climática.

Zona Fundamental	Tipo Fundamental	Variedades Específicas	Características das Variedades Específicas
"C" Clima Temperado - A temperatura do mês frio oscila entre -3 e 18°C	"Cf" Clima Temperado - Com chuvas todos os meses	"Cfa" Clima Subtropical ou Virginiano	A temperatura média do mês mais quente é superior a 22°C, e a do mês mais frio oscila entre -3 e 18°C
		"Cfb" Clima Temperado ou das Faias	A temperatura média do mês mais quente é inferior a 22°C, e a do mês mais frio oscila entre -3 e 18°C

A área climática "Cfb" se restringe ao planalto basáltico superior e ao escudo Sul-Riograndense, enquanto as demais áreas pertencem ao "Cfa", e onde, portanto, está inserido o município de Sertão Santana, sendo de clima temperado moderado chuvoso, cuja temperatura do mês mais quente é superior a 22°C. A precipitação pluviométrica média anual está na média de 1000-1500 mm.

TEMPERATURA

As variações de temperatura apresentadas na Figura 05 demonstram uma sazonalidade bem marcada, com meses de inverno (junho a agosto) com temperaturas médias mensais de 13,3ºC e os de verão (dezembro a março) de 22,6°C.

A temperatura média varia entre 16° e 20°C, ficando a média do mês mais quente entre 22 e 26°C, e a do mês mais frio entre 10 e 15°C (Nimer, 1977). A variação de temperatura no Rio Grande do Sul é em função dos movimentos de massas de ar, das diferenças da altitude, da maritimidade e da continentalidade. A variação da temperatura caracteriza um período de inverno e o outro de verão bem definido, ou seja, as menores temperaturas ocorrem de maio a agosto, no inverno, e as maiores temperaturas de dezembro a março, no verão.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

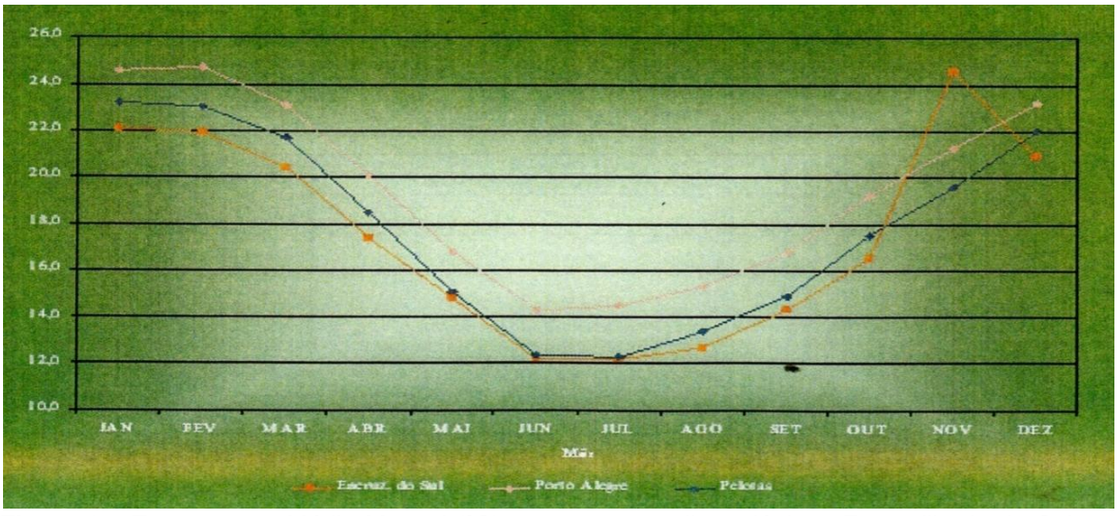


Figura 05: Temperatura Média Mensal (ºC) nas estações climatológicas Encruzilhada do Sul, Porto Alegre e Pelotas.

De acordo com os dados observados entre os anos de 1961 e 1990, pela Embrapa-Clima Temperado de Pelotas, as temperaturas médias encontram-se na Tabela 02:

Tabela 02: Normais climatológicas do período de 1961-1990 (Fonte: Embrapa-Clima Temperado de Pelotas).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Umidade Relativa (%)	71,0	74,0	75,0	77,0	81,0	82,0	81,0	79,0	78,0	74,0	71,0	69,0	76,0
Temperatura Média (º C)	24,6	24,7	23,1	20,1	16,8	14,3	14,5	15,3	16,8	19,2	21,3	23,2	19,5
Temperatura Máxima (º C)	30,4	30,0	28,2	25,0	22,1	19,2	19,6	20,3	21,9	24,8	27,3	29,5	24,9
Temperatura Mínima (º C)	20,5	20,8	19,3	16,3	13,0	10,7	10,7	11,5	13,1	15,0	17,0	18,9	15,6
Temp. Máx. Absoluta (º C)	39,1	37,9	38,1	34,6	32,6	31,5	32,9	34,9	35,8	36,5	39,8	39,2	39,8
Temp. Mín. Absoluta (º C)	11,4	12,6	9,6	6,8	3,3	0,7	1,2	1,1	2,2	6,2	8,7	11,4	0,7
Evaporação Total (mm)	120,4	100,5	96,8	73,0	54,8	45,1	49,8	57,1	68,3	92,0	101,2	124,0	983,0
Precipitação Total (mm)	100,1	108,6	104,4	86,1	94,6	132,7	121,7	140,0	139,5	114,3	104,2	101,2	1347,4
Nebulosidade (0-10)	5,3	5,1	5,5	5,1	5,5	5,8	5,7	5,8	6,0	5,6	5,4	5,0	5,5

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

UMIDADE RELATIVA DO AR

A partir da observação dos valores de umidade relativa do ar apresentados na figura 06 verifica-se que os maiores valores médios são encontrados na estação de inverno, o que evidencia a combinação de precipitações elevadas com temperaturas mais baixas, o que caracteriza um inverno úmido.

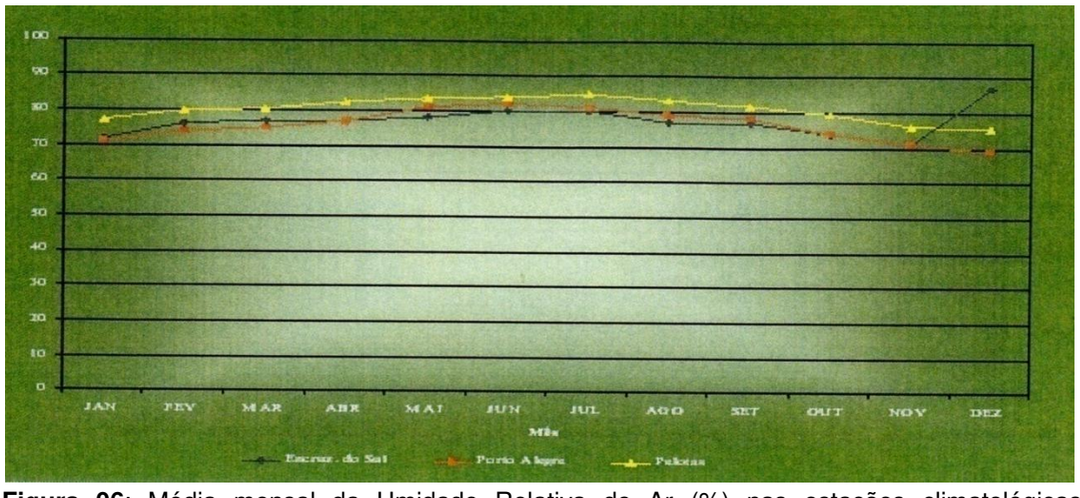


Figura 06: Média mensal da Umidade Relativa do Ar (%) nas estações climatológicas Encruzilhada do Sul, Porto Alegre e Pelotas.

EVAPORAÇÃO

A Figura 07 apresenta que a evaporação média mensal acompanha a variabilidade da temperatura ao longo do ano, acompanhando sua sazonalidade. Durante o inverno ocorrem os menores valores de evaporação, em torno de 55 mm, com a máxima média mensal no mês de dezembro.

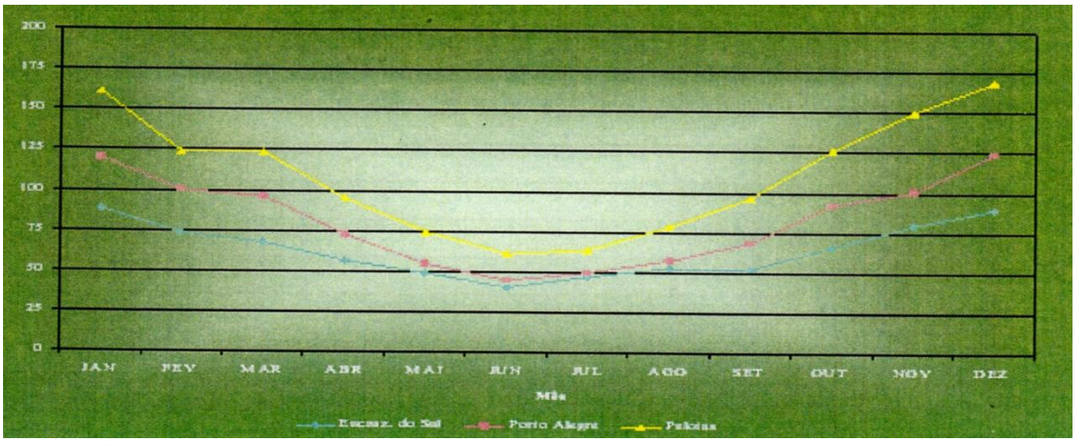


Figura 07: Evaporação média mensal (mm) nas estações climatológicas Encruzilhada do Sul, Porto Alegre e Pelotas.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

VENTOS

Os ventos são característicos da região, possuindo direções predominantes relativamente constantes. Sopram principalmente de NE ao longo de todo ano, mas em especial na primavera e verão, ao passo que no outono e inverno cresce a incidência dos ventos de O-SO. Tomazelli (1993) revela que o vento predominante provém de NE e, embora sopre ao longo de todo o ano, é mais ativo nos meses de primavera e verão. O vento de W-SW, secundário, é mais eficaz nos meses de inverno.

De acordo com Normais Climatológicas no período: 1971/2000 / Estação Agroclimatológica: Capão do Leão - RS (Embrapa/ETB - Campus da UFPel), temos os resultados apresentados nas Tabelas abaixo, 03 e 04:

Tabela 03: Velocidade média (m/s) e direção predominante.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Velocidade	3,9	3,6	3,2	3,0	2,7	2,8	3,0	3,2	4,0	4,2	4,2	4,0	3,5
Direção	NE	E	E	SW	SW	SW	NE	NE	NE	E	E	E	E

N = Norte, NW = Noroeste, S = Sul, W = Oeste e SW = Sudoeste.

Tabela 04: Velocidade máxima (m/s) e direção da velocidade máxima.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Velocidade	23,0	25,2	25,0	25,5	23,5	26,0	23,0	28,0	30,0	27,2	26,2	27,2	30,0
Direção	SW	S	SW	SW	NE	S	SW	NE	NE	NE	S	SW	NE

N = Norte, NW = Noroeste, S = Sul, W = Oeste e SW = Sudoeste.

5.3.5 RELEVO, GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E SOLO

5.3.5.1 RELEVO

O relevo do município pode ser considerado levemente ondulado, sendo que 71,4 % da área se encontram altitudes que vão de 100 a 300 m. Da mesma forma a declividade, onde 67% da área está entre média e alta, no entanto é possível encontrar de Preservação Permanente por declividade em 5,3%. Como o município apresenta um tipo de solo suscetível ao deslizamento, uma área de 32% do município pode apresentar riscos de desmoronamento. Pode-se visualizar o relevo através da Figura 08, Mapa Hipsométrico do município.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
425
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
17
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

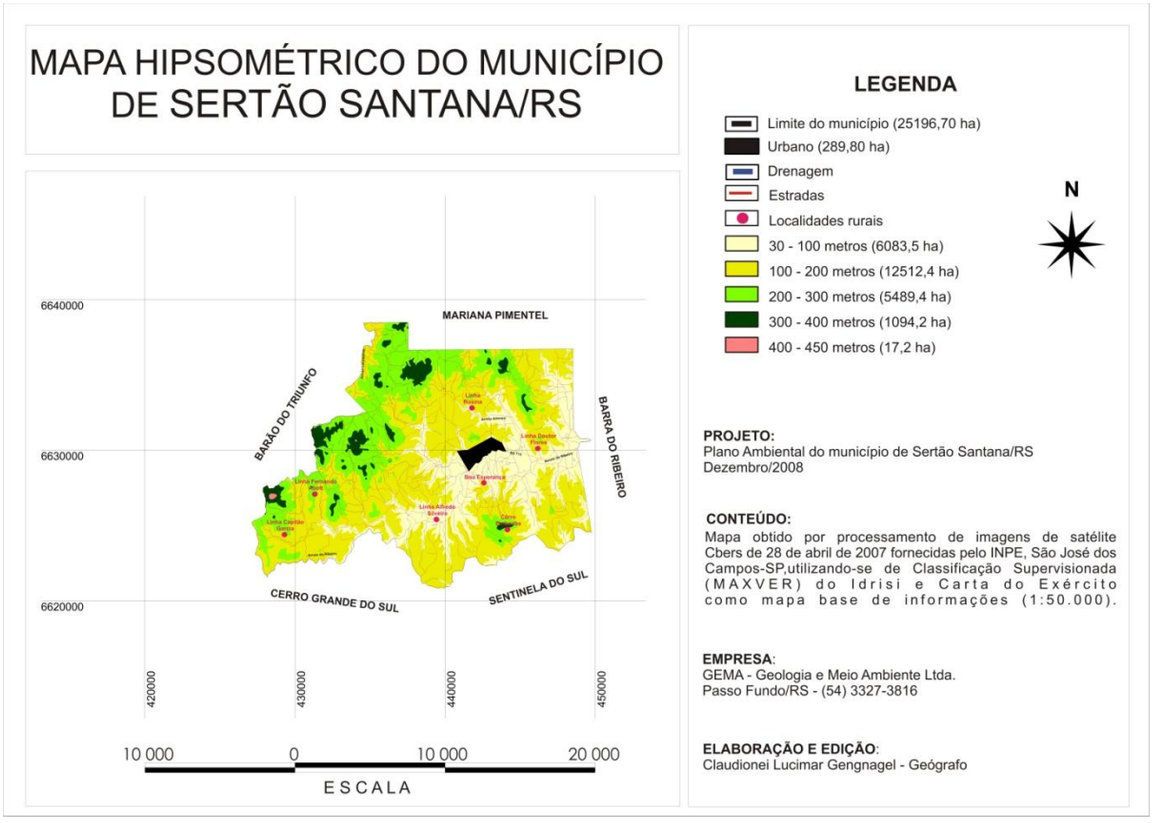


Figura 08: Mapa Hipsométrico do Município de Sertão Santana (Fonte: Plano Ambiental Municipal).

5.3.5.2 GEOLOGIA

A área do município de Sertão Santana está em sua maior parte inserida no Escudo Sul-Riograndense, onde identificam-se rochas granitóides do Complexo Canguçu, representadas aqui pela Suíte Granítica Don Feliciano. Ocorre, ainda, próximo ao limite E do município, alguns depósitos relacionados a depósitos coluvio-aluvionares holocênicos.

Suíte Granítica Don Feliciano

As Rochas Granitóides do Complexo Canguçu equivalem ao Complexo Granítico-Gnaissico Pinheiro Machado Indiferenciado (CPRM, 1997) e constituem associações de rochas granitóides com caráter ora plutônico, ora metamórfico, de composição quartzo-feldspática mais biotita, equigranulares de granulação média, cataclasadas e subordinadamentemilonitizadas nas zonas de falha, com idade pré-cambriana superior. Ocorrem sob a forma de uma faixa bordejando a Planície Costeira, com orientação nordeste, sustentando o relevo do Planalto Baixo.

A designação Complexo Canguçu, conforme proposta no Projeto Radambrasil (IBGE, 1989), engloba parcial ou totalmente litologias atribuídas à Formação Cambaí, ao Granito Cordilheira, ao Complexo Granítico Don

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

Feliciano, aos Grupos Pedras Grandes e Tabuleiro, aos Granitos Cerro Frio e Arroio dos Ladrões e à Formação Vigia.

O Mapa Geológico do Rio Grande do Sul (CPRM, 2008), individualiza a Suíte Don Feliciano em dois fácies, Serra do Erval e Cerro Grande.

A Suíte Granítica Don Feliciano Fácies Serra do Erval é constituída por sienogranitos constituindo stocks grosseiramente alinhados a NE-SW. Tem idade de 550 milhões de anos calculada pelo método Rb-Sr.

A Suíte Granítica Don Feliciano Fácies Cerro Grande é composta por monzogranitos variando entre porfirítico grosso a granular homogêneo, englobando encraves tonalíticos a granodioríticos, com idade de 572 milhões de anos calculada pelo método Rb-Sr.

Depósitos Sedimentares do Quaternário/Recente

Os depósitos relacionados a sedimentação coluvio-aluvionar presentes na área do município de Sertão Santana são de origem aluvionar, constituídos por areias, cascalheiras e sedimentos síltico-argilosos de planícies de inundação e depósitos de calha de rede fluvial atual e recente. Estão presentes ao longo dos rios da região.

Estes sedimentos estão espacialmente associados, entretanto tem uma dinâmica diferente daqueles classificados como pertencentes à Província Costeira do Rio Grande do Sul.

Uma abordagem mais recente para os sedimentos da Província Costeira do Rio Grande do Sul consta do trabalho desenvolvido pela CPRM em 1997, os quais são agrupados em sistemas deposicionais, abandonando-se as divisões lito e crono-estratigráficas anteriores. Neste contexto, os depósitos de Lagunas e Barreiras Marinhas, Flúvio-Lacustres e Eólicos foram formados a partir da instalação de um sistema de quatro barreiras – Sistema de Barreiras Múltiplas Patos/Mirim – cuja origem está diretamente relacionada aos processos glácio-eustáticos ocorridos a partir do início do Pleistoceno (Quaternário inferior).

A formação destas barreiras está relacionada ao retrabalhamento de sedimentos depositados pelos sedimentos precedentes e pelo suprimento de detritos a partir de áreas continentais adjacentes. Estes sedimentos eram redistribuídos lateralmente pelas correntes litorâneas, na forma de ilhas de barreiras. A cada novo período de flutuação glácio-eustática, repetiu-se o processo de formação de barreira, a níveis cada vez mais baixos, culminando com a quarta barreira, que fechou o sistema lagunar Patos/Mirim.

Na porção interna de cada barreira foram isolados corpos lagunares, os quais foram gradativamente assoreados por mantos de aspersão eólica e por sistemas fluviais restritos, levando à formação de extensos terraços lagunares. Desta forma, foram formados os depósitos de Lagunas e Barreiras Marinhas, correspondendo a depósitos de planície lagunar representados por seqüência mista compreendendo areias finas a médias, imaturas, mal classificadas, depósitos síltico-argilosos e intercalações de argilas plásticas, formados, respectivamente, a montante das segunda e terceira linhas de costa desenvolvidas no Quaternário.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

Os depósitos Flúvio-Lacustres e Eólicos correspondem a depósitos inconsolidados de areias e argilas relacionados ao sistema deltaico e flúvio-lacustre sobre os depósitos de planícies lagunares.

Recursos minerais

As unidades geológicas/litologias que ocorrem na área territorial do município de Sertão Santana com possibilidades de jazimento são os aluviões areno-argilosos relacionados às drenagens atuais para exploração de areias para construção civil e pedras em blocos para fins ornamentais e como produtos para uso imediato na construção civil.



Figuras 09 a 12: Aspectos do trabalho manual no corte de blocos do Granito Pingo de Ouro, pedreira no interior de Sertão Santana.

Nas pedreiras que tem o objetivo de extrair blocos para produção de pedras ornamentais, a serem cortadas em lâminas finas em teares, o trabalho de preparar os blocos para o transporte é executado de forma manual (Figuras 09 a 12), sem a utilização de explosivos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

5.3.5.3 GEOMORFOLOGIA

O Estudo de Impacto Ambiental elaborado para o licenciamento ambiental do Sistema de Irrigação Velhaco – Projeto Costa Doce (2007), apresenta uma abordagem ampla e didática na caracterização geomorfológica da região que abrange a área territorial do município de Sertão Santana.

Coloca que o princípio de agrupamentos sucessivos de subconjuntos constituídos de tipos de modelados permite a identificação de unidades geomorfológicas e grupamentos destas em reuniões que, por sua vez, constituem os domínios. Estes conjuntos se agrupam segundo uma taxonomia baseada em ordens de grandeza espacial e temporal. Os domínios morfoestruturais constituem a maior divisão taxonômica e organiza a causa de fatos geomorfológicos derivados de aspectos amplos da geologia com os elementos geotectônicos e, eventualmente, o predomínio de uma litologia conspícua. Fatores que geram arranjos regionais de relevo com formas variadas mantendo relações de causa entre si. Por sua vez, estes dois grandes conjuntos de formas de relevo contém subdivisões que representam o segundo táxon, designadas como regiões geomorfológicas. As regiões caracterizam uma compartimentação que apresenta não mais uma relação casual relacionado às condições geológicas, mas, essencialmente, a fatores climáticos atuais ou passados. O terceiro táxon refere-se às Unidades Geomorfológicas. Cada unidade geomorfológica se distingue na paisagem pelas características fisionômicas (morfologia), mas também pela gênese e idade.

Ocorre, então, na área do município de Sertão Santana, dois Domínios Morfoestruturais, duas Regiões e três Unidades Geomorfológicas:

-Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares

Região Geomorfológica Planície Costeira Interna

Unidade Geomorfológica Planície Alúvio-coluvionar

- Domínio Morfoestrutural Embasamentos em Estilos Complexos

Região Geomorfológica Planalto Sul-Riograndense

Unidade geomorfológica Planalto Rebaixado Marginal

Unidade geomorfológica Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava

<u>Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares</u>

O Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares e o Costeiro, táxon de 1ª ordem de grandeza, é caracterizado por uma extensa superfície plana, alongada na direção NE-SW, com variação N-S. Apresenta-se retilinizada na maior parte e generalizadamente arenosa, as altitudes variam, de modo geral, de 1 a 25 metros, de acordo com a maior ou menor aproximação com a linha de água. As litologias deste domínio compreendem,

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

especialmente, aquelas do Quaternário, recebendo contribuição de áreas-fonte mistas, tanto continental quanto lacustre, registrada pela presença de depósitos aluvionares. Comporta feições fluviais e flúvio-lacustres, distribuídas na Região Geomorfológica Planície Costeira Interna.

Região Geomorfológica Planície Costeira Interna

A Região Geomorfológica Planície Costeira Interna caracteriza-se pela presença de modelados esculpidos em depósitos de origem continental ocorrentes em pequenos trechos, geralmente às margens da laguna dos Patos e os modelados derivados do remanejamento eólico, como, por exemplo, as dunas atuais. Predomina a vegetação pioneira, já alterada pela ação antrópica, onde ocorrem, predominantemente, PlanossolosSolódicos, Glei Pouco Húmico Solódico e Areias Quartzozas.

Esta Região Geomorfológica compreende as Unidades Geomorfológicas Planície Lagunar, Planície Litorânea Interna e Planície Alúvio-coluvionar. Todas as unidades apresentam padrões de formas em planícies, onde os processos de sedimentação superam os de erosão, portanto, um relevo em formação.

Unidade Geomorfológica Planície Alúvio-coluvionar

Para a área do município de Sertão Santana a Unidade Geomorfológica Planície Alúvio-Coluvionar ocorre na forma de depósitos recentes ao longo das calhas da drenagem, em locais de redução de energia hídrica, quando acontece a precipitação de materiais trazidos em suspensão.

A Unidade Geomorfológica Planície Alúvio-coluvionar, como feição regional, encontra-se posicionada entre a Planície Lagunar, a leste, e o Planalto Rebaixado Marginal, a oeste. Corresponde a uma superfície plana, rampeada suavemente para leste, em alguns trechos mostra-se descontínua, enquadrada, do ponto de vista de origem de deposição, como área de transição entre influências continental e marinha. Nesta unidade a orizicultura aparece como forma de uso predominante.

Esta morfologia de rampa pode ser atribuída, em parte, à existência de vários pontos de afluxo sedimentar favorecendo a coalescência dos leques e aos efeitos de retrabalhamento e erosão posterior, incluindo-se aqui os entalhamentos fluviais e os terraceamentosmerinhos e lagunares, que afetaram as partes distais dos leques como resultado das oscilações do nível relativo do mar. Nas áreas de influência continental destacam-se na paisagem modelados planos e pouco inclinados, resultantes da convergência de leques coluviais de espraiamento, cones de dejeção ou concentração de depósitos de enxurradas nas partes terminais de rampas de pedimentos. Distingue-se da Planície Lagunar pela morfogênese, altitude, origem do material, ausência de terraços litorâneos e, conseqüentemente, pelos tipos de solos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Domínio Morfoestrutural Embasamentos em Estilos Complexos

O Domínio Morfoestrutural Embasamentos em Estilos Complexos é correspondente às áreas de ocorrência de rochas pré-cambrianas as quais, por suas características petrográficas e estruturais, foram individualizadas e agrupadas em diferentes associações, abrangendo na região as rochas do Complexo Granítico-Gnaissico Pinheiro Machado e da Suíte intrusiva Don Feliciano. Regionalmente predomina um padrão de formas em coxilhas e interflúvios tabulares.

De maneira diferente do relevo das unidades em planície já descritas, trata-se de um compartimento onde os processos de erosão superam os de sedimentação, o que caracteriza, portanto, formas em processo de desgaste erosivo.

Região Geomorfológica Planalto Sul-Riograndense

A Região Geomorfológica Planalto Sul-Riograndense é uma superfície dissecada e ocorre bordejando a Planície Costeira Interna, dispondo-se em uma faixa de orientação NE. Ocorre na área do município de Sertão Santana com duas Unidades Geomorfológicas, a do Planalto Rebaixado Marginal e a do Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava, com variação altimétrica entre 30 e cerca de 200 metros, com formas de relevo convexas, padrão em coxilhas, com ondulações suaves próximo ao Domínio dos Depósitos sedimentares, apresentando pequena amplitude e presença de solos espessos.

Unidade Geomorfológica Planalto Rebaixado Marginal

A denominação desta unidade advém do fato de se encontrar rebaixada em relação aos relevos elevados que constituem os planaltos circundante, margeando a Planície Alúvio-coluvionar. Tem variação altimétrica entre 30 e 100 metros, constituindo um planalto baixo.

Neste compartimento de relevo o padrão de drenagem é, predominantemente, dendrítico, com ocorrência de bancos aluvionares nas margens de alguns cursos fluviais. A linha de recuo erosivo obedece a direção NE, estando condicionada pelas zonas de cisalhamento nesta direção. A passagem entre esta unidade e a Planície Costeira Interna se dá de forma progressiva, por processos acumulativos que originam os leques aluvionais sobre a planície. A partir da linha de recuo do Planalto Baixo, os entalhes erosivos que dissecam seu relevo seguem direções preferenciais NW e EW, seguindo a orientação geral dos lineamentos da área.

Com relação ao uso do solo nessa unidade, observa-se a ocorrência de pequenas e médias propriedades rurais com o cultivo de arroz, pastagens, reflorestamentos e alguns fragmentos de mata.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

<u>Unidade Geomorfológica Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava</u>

Trata-se de planalto alto, com cotas em torno de 400 m, correspondendo aos relevos ocorrentes em cotas mais elevadas.

Genericamente, o relevo se apresenta fortemente dissecado em formas de coxilhas e vertentes íngremes, com vales em V, embora ocorram também áreas de topo plano ou incipientemente dissecado, remanescentes de antiga superfície de aplanamento.

A dissecação que se processou em toda a área do planalto foi definida como homogênea dos tipos grosseira e média. Os topos são de modo geral convexos, ocorrendo isoladamente topos aguçados configurando cristas. As vertentes são íngremes, com manto de alteração pouco espesso, ocorrendo muitas vertentes com afloramento rochoso.

A Influência estrutural-litológica é traduzida pela presença de vales ou sulcos estruturais além de escarpas de falhas ou linhas de falhas.

Os solos nesta unidade são, geralmente, pouco espessos, existindo algumas pedreiras em exploração. O uso do solo ocorre sob a forma de pequenas propriedades, predominando as vegetações de mata nativa e reflorestamento.

5.3.5.4 SOLO

Os solos da região apresentam graves problemas de erosão, assoreamento e perda de fertilidade. Conforme classificação da EMBRAPA-1999 observa-se no território de Sertão Santana o solo tipo Camaquã (PVAd 4), Pelotas (SGe3) e Pinheiro Machado (RLd4 AR).

O solo Camaquã, Argissolo Vermelho-Amarelo distrófico típico, é um solo geralmente profundo a muito profundo e bem drenado, ocorrendo em relevos suaves até fortemente ondulados, ocupando em termos percentuais, a maior parte da área territorial do Rio Grande do Sul. Apresentam tipicamente um perfil com gradiente textural, onde o horizonte B sempre é mais argiloso em comparação aos horizontes A ou A+E, sendo originados dos mais diversos tipos de rochas, como os basaltos, granitos, arenitos e outros sedimentos.

Os argissolos podem apresentar limitações químicas devido à baixa fertilidade natural (distróficos) e acidez, precisando ser corrigido para alcançar rendimentos satisfatórios, seja no campo nativo ou na lavoura. Devido a alta suscetibilidade à erosão e degradação, recomenda o uso de culturas anuais em plantio direto.

O solo Pelotas, Planossolo Hidromórfico eutrófico solódico, é um solo mal drenado, encontrado em áreas de várzea, com relevo plano a suave ondulado. Apresentam perfis com seqüência de horizontes A-E-Bt-C, com horizonte A geralmente de cor escura e horizonte E de cor clara (tipo E álbico), ambos de textura mais arenosa, com mudança súbita para o horizonte Bt (que é do tipo B plânico) bem mais argiloso, de cor cinzenta com ou sem mosqueados vermelhos e/ou amarelos. Essa mudança abrupta de textura dos horizontes mais superficiais (A+E) para o horizonte Bt define uma mudança textural abrupta, pela qual se distinguem os Planossolos dos Gleissolos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Quando o solo está seco, o horizonte Bt destaca-se pela estrutura prismática, colunar ou em blocos, constatando com a estrutura menos desenvolvida dos horizontes superficiais. Os Planossolos Hidromórficos eutróficos solódicos têm caráter solódico dentro de 120 cm de profundidade. Os Planossolos são freqüentes nas áreas de várzeas dos rios e lagoas, e são encontrados na Planície Costeira interna e externa. Os Planossolos são, geralmente, aptos para o cultivo de arroz irrigado e, com sistemas de drenagem eficientes, também podem ser cultivados com milho, soja e pastagens. O fundo dos canais deve coincidir com horizonte B, mais argiloso para evitar o solapamento das paredes.

O solo Pinheiro Machado, Neossolo Litólico distrófico típico podem ser rasos ou profundos, apresentando no perfil uma seqüência de horizontes AR, ou A-C-R, ou O-R, ou H-C. São solos de formação muito recente e encontrados nas mais diversas condições de relevo e drenagem. Entre os Neossolos, os Neossolos Litólicos são de maior ocorrência no Rio Grande do Sul, apresentando baixa saturação por bases (<50%) e um horizonte A ou O assentado sobre a rocha parcialmente alterada (horizonte C) ou a rocha inalterada (camada R). Os Neossolos Litólicos, devido à sua pequena espessura, e por ocorrerem em regiões de relevo forte ondulado e montanhoso, em geral com pedregosidade e afloramentos de rochas, e por terem baixas tolerâncias de perdas de solo por erosão hídrica, apresentam fortes restrições para culturas anuais. Os Neossolos Litólicos rasos e com seqüência de horizontes A-R têm baixa capacidade de infiltração e armazenamento de água no solo e alta suscetibilidade à erosão hídrica, impossibilitando o seu uso com culturas anuais. O preparo convencional e a erosão proporcionam afloramentos de pedras e matacões, dificultando o uso posterior com pastagens. Locais de pastagem de lotação excessiva de animais por unidade de área sofrem redução da cobertura vegetal do solo, favorecendo a erosão hídrica.

Os diferentes tipos de solos proporcionam diferentes tipos de substratos, e por este motivo, a cobertura vegetal de uma área modifica-se de acordo com as características do terreno. As plantas conferem proteção ao solo, reduzindo o impacto das chuvas, diminuindo a velocidade da água através da copa das árvores e das raízes. Mesmo as folhas caídas contribuem para diminuir a ação da água no solo agindo como cobertura. Assim, a remoção de cobertura vegetal de forma não planejada é um dos principais fatores que podem desencadear a erosão, ou seja, o processo de desagregação e remoção de partículas do solo ou fragmentos de rocha, pela ação combinada da gravidade com a água, vento, gelo ou organismos. Muitas vezes, a quebra deste equilíbrio natural entre o solo e o ambiente (remoção da vegetação, desvio de cursos hídricos, etc) promovida e acelerada pelo homem, expõe o solo a formas menos perceptíveis de erosão, que promovem a remoção da camada superficial deixando o subsolo (geralmente de menor resistência) sujeito à intensa remoção de partículas, o que culmina com o surgimento de voçorocas.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O principal uso do solo rural é para a agricultura, como o cultivo de fumo, arroz, mandioca, milho, cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros.

O principal uso do solo urbano é para fins de construção de domicílios residenciais e comerciais. A arborização urbana é bastante expressiva e com grande número de exemplares de árvores nativas e exóticas, sendo que recebe especial atenção pelos administradores do município que busca mantê-la e melhorá-la com o plantio de novos exemplares em ruas, praças, áreas verdes e bairros da cidade. Existem as praças e áreas verdes que ocupam o solo urbano melhorando o aspecto da cidade.

O solo do município de Sertão Santana é bastante frágil com relação à erosão, ficando ainda mais fragilizado quando exposto às ocupações inadequadas do solo urbano. Esses processos erosivos ocorrem principalmente em épocas de chuvas intensas e por sobrecargas nas encostas impermeabilizadas por construções, vibrações de tráfego, retirada da cobertura vegetal e outros. Ocorre a perda de camadas de solo e o aumento da quantidade de materiais adicionados às águas correntes. Como conseqüência, o desbarrancamento de terrenos com declividade acentuada, entupimento de bocas de lobo com alagamento, turvamento das águas das sangas que recebem o esgoto pluvial e inundações, causando transtornos à população e risco de doenças vinculadas a saúde pública.

Com relação à utilização do solo rural, atualmente quase na sua totalidade encontra-se sendo cultivado com pastagens de inverno e culturas anuais de verão, como arroz, milho, mandioca e fumo. O restante distribui-se no aproveitamento com pecuária, matas naturais, matas artificiais, açudes, banhados e áreas inaproveitáveis.

Observa na carta de uso de solo que a área de mata nativa é de 13.951,7 ha corresponde a mais de 55% da área, isto ocorre porque a vegetação dominante na área é a floresta e em função da topografia a área se apresenta ainda em bom estado de conservação. Nesta área também estão identificadas áreas com o plantio de eucaliptos e acácia-negra, existentes na região.

As áreas identificadas como de pousio, se referem a áreas de pastagem nativa e que correspondem a 5,4%.

Outra característica peculiar do município é a presença de 1.731,3 ha de áreas alagadas, isto representa 3,3% da área do município não contando com as extensões de rios, que são freqüentes na região.

A área considerada como de solo desnudo identifica, áreas que já foi cultivado o arroz 1.342 ha, e recentemente colhido uma vez que a imagem de satélite é do mês de abril época de finalização da safra de arroz. Esta área somada a área de cultivo de 8.308,3 equivalem a 38,4% da área total do município.

5.4 HIDROGRAFIA

O município de Sertão Santana faz parte da Região Hidrográfica do Guaíba, participando da Bacia do Lago Guaíba. A Região Hidrográfica do

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Guaíba está localizada na região nordeste do RS, entre os paralelos 28º S e 31ºS e os meridianos 50ºW e 54º W, abrangendo uma área de 84.763,54 Km^2 correspondente a 30% da área total do Estado. Formada pelo território parcial ou total de 251 municípios, com uma população de 5.869.265 habitantes, o que representa 61% da população do Estado.

O município de Sertão Santana está inserido na Bacia do Lago Guaíba, Figura 13. As águas dos Rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí desembocam no Delta do Jacuí, formando o Lago Guaíba que banha os municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão. Os principais impactos ambientas devem-se aos lançamentos de esgotos de Porto Alegre e das águas poluídas dos rios Gravataí e Sinos. As indústrias principais pertencem aos ramos de metalurgia, celulose e produtos alimentares.

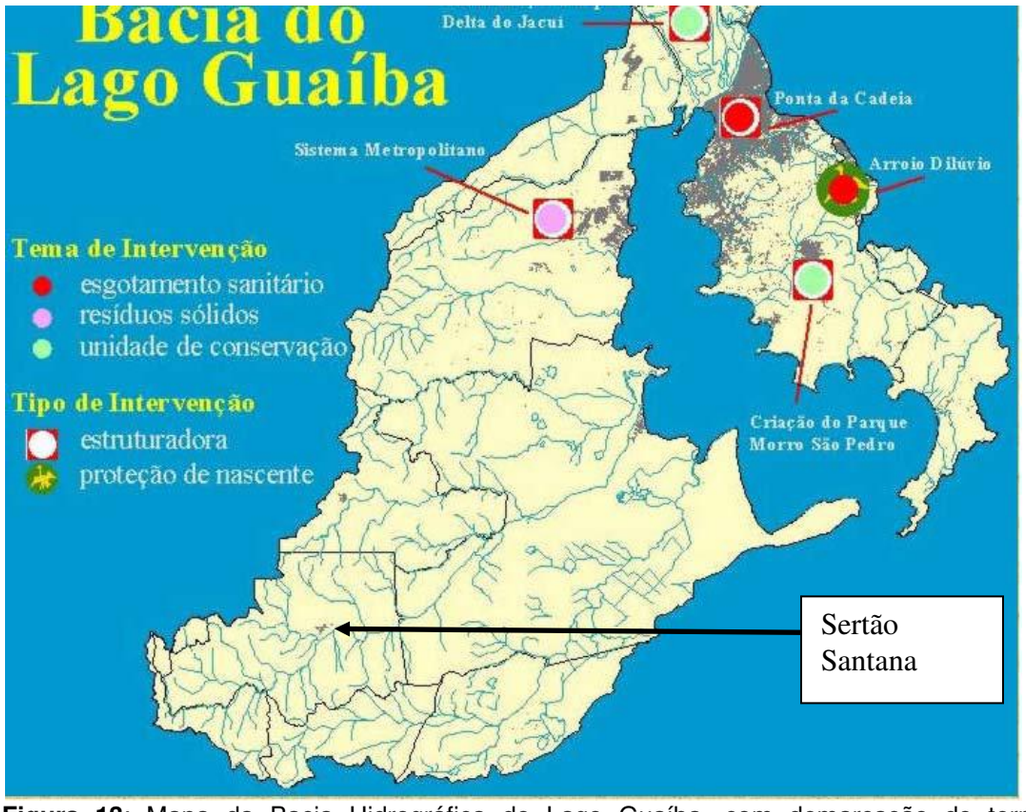


Figura 13: Mapa da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, com demarcação do território Sertanense.

O Lago Guaíba representa importante manancial hídrico, tanto no aspecto social, como no biológico. No primeiro caso porque, além de proporcionar área de lazer, serve como principal fonte de abastecimento de água para mais de um milhão de pessoas. Com referência ao aspecto biológico, o Guaíba é um local de ocorrências sazonais de algumas espécies de peixes provenientes do sul da Lagoa dos Patos com diversas espécies residentes permanentes. Contiguamente associado ao complexo de ilhas que formam o delta do Jacuí, o Guaíba abriga igualmente grande diversidade animal e vegetal. Menegatet al e Torgan et al comprovam que os locais menos contaminados deste lago ainda apresentam qualidade adequada à preservação dos organismos aquáticos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

5.4.1 RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

Hidrogeologicamente, a área territorial do município de Sertão Santana está inserida, com base na classificação proposta no Mapa Hidrogeológico do Estado do Rio Grande do Sul (CPRM, 2005), em duas zonas principais:

I. Aqüíferos de alta a média produtividade para águas subterrâneas em rochas e sedimentos de porosidade intergranular;

II. Aqüíferos limitados de baixa produtividade para águas subterrâneas em rochas e sedimentos de porosidade intergranular ou por fraturas;

Na primeira zona está inserido o Sistema Aqüífero Quaternário Costeiro I e os sedimentos coluvio-aluvionares recentes presentes nas calhas da drenagem, compreendendo todos os aqüíferos associados com os sedimentos da planície costeira do RS, desenvolvendo-se desde Chuí até Torres. Compõe-se de uma sucessão de camadas arenosas inconsolidadas de granulometria fina a média, esbranquiçadas, intercaladas com camadas siltico-argilosas e argilosas. As capacidades específicas em geral são altas, ultrapassando 4 $m^3/h/m$. As salinidades são inferiores a 400 mg/L e, eventualmente, são encontradas águas cloretadas com maior teor salino.

A segunda zona contempla, na área do município de Sertão Santana, o Sistema Aqüífero Embasamento Cristalino II, correspondendo às rochas granitóides do Complexo Canguçú. Geralmente apresentam capacidades específicas inferiores a 0,5 $m^3/h/m$, ocorrendo também poços secos. As salinidades nas áreas não cobertas por sedimentos de origem marinha são inferiores a 300 mg/L. Poços nas áreas graníticas podem apresentar enriquecimento em flúor.

5.4.2 RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

A área do município de Sertão Santana é drenada, principalmente, pela Bacia Hidrográfica do Arroio do Ribeiro, cuja nascente situa-se em cotas superiores a 300 metros. Descendo a Serra do Sudeste, a foz ocorre no Município de Barra do Ribeiro, junto ao Lago Guaíba.

Existem em torno de 150 km de pequenos córregos, provindos de 117 nascentes, os quais em função da topografia formam os arroios dos municípios vizinhos e que afluem para o litoral.

Na cartografia oficial utilizada para a elaboração das cartas estão identificados os arroios Ribeiro e Almoço, enquanto outros arroios e córregos existentes no município estão sem identificação.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

5.5 FLORA

O tipo florestal encontrado no município de Sertão Santana caracteriza-se principalmente como Floresta Estacional Semidecidual. A Floresta Estacional Semidecidual, em seus estágios iniciais, médios e avançados de sucessão, ocupa uma área de 2.102,75 km² (210.275 ha), o que corresponde a 0,74% da superfície do Estado do Rio Grande do Sule 4,26% da área total coberta com florestas naturais.

A principal característica ecológica da Floresta Estacional Semidecidual é representada dupla estacionalidade climática, representada no Estado, pela chamada seca fisiológica provocada pelo frio intenso do inverno, com temperatura médias inferiores a 15°C. A porcentagem das árvores que perdem as folhas no conjunto florestal situa-se ente 20 e 50%.

Além das florestas semideciduais localizadas na região da encosta inferior do nordeste, merecem destaques as localizadas na serra do sudeste, a oeste da Lagoa dos Patos e Mirim, onde, em função das características edáficas, estão inseridas numa paisagem diferenciada, formada por um mosaico de vegetação muito variada, que inclui os campos limpos, campos sujos, matas arbustivas e florestas-parques. Os registros foram baseados na observação direta, em entrevista com os moradores e consulta bibliográfica.

Existem ainda florestas de acácia e eucaliptos que foram plantadas, e que se constituem hoje em uma das fontes de renda para o município. A presença deste tipo de vegetação é uma constante em toda a área do município, existindo situações, onde exóticas e nativas se encontram associadas.

Atualmente, a flora caracteriza-se pela mata de sucessão com predomínio de capoeiras em vários estágios de regeneração.

5.6 FAUNA

A capacidade reprodutiva e a sobrevivência de muitas espécies vegetais dependem das relações co-evolutivas com espécies animais, incluindo dispersores de sementes, polinizadores e outras interações naturais. A fauna deve ser um componente do ambiente, sendo um dos responsáveis pela sua configuração, não devendo, portanto, ser vista somente como um habitante deste ambiente. Além disto, a fauna é fundamental na formação e recuperação dos solos, servindo também, como indicadores de qualidade ambiental.

A exploração desordenada do território brasileiro é uma das principais causas de extinção de espécies. O desmatamento e degradação dos ambientes naturais, o avanço da fronteira agrícola, a caça de subsistência e a caça predatória, a venda de produtos e animais procedentes da caça, apanha ou captura ilegais (tráfico) na natureza e a introdução de espécies exóticas em território nacional são fatores que participam de forma efetiva do processo de extinção. Este processo vem crescendo nas últimas duas décadas a medida que a população cresce e os índices de pobreza aumentam.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Uma forma de se perceber o efeito deletério da exploração desordenada das áreas nativas sobre a fauna residente é o acréscimo significativo do número de espécies na lista oficial de fauna silvestre ameaçada de extinção.

AVIFAUNA

As aves são de fundamental importância para o meio ambiente rural e urbano: auxiliam na reprodução das plantas, distribuindo as sementes e polinizando as flores; participam do controle de pragas que invadem cidades e plantações; são referência da qualidade do meio em que vivem e, ainda, propiciam um espetáculo de beleza, sons e movimentos. No entanto, a exploração desordenada do território brasileiro, através do desmatamento, da degradação do ambiente natural pelo constante progresso das cidades, da captura e venda ilegal de animais, dentre outras formas, vem causando a efetiva extinção de nossas espécies. É o impacto ambiental negativo, representando uma séria ameaça à avifauna.

A avifauna é a categoria mais expressiva entre a fauna gaúcha, e mais fácil de identificar e observar, sendo também, importantes indicadores do grau de degradação de determinada área. A região estudada destaca-se pela variedade e extensão de suas áreas úmidas, que sustentam uma avifauna aquática extremamente rica e abundante.

Para a população de aves na região de Sertão Santana foram listadas 30 famílias e 50 espécies de aves, e cinco delas estão na lista dos animais ameaçados de extinção do Rio Grande do Sul.

Além da avifauna que se encontra associada à paisagem natural, o desenvolvimento em grande escala de lavouras de arroz atrai populações de aves que utilizam esse ambiente como principal fonte de alimento. Atualmente, com o acelerado processo de interferência humana e ocupação de áreas que anteriormente eram ocupadas por vegetação nativa, aliada à caça clandestina, os ambientes naturais estão desaparecendo e, junto com eles a fauna associada, de onde retiram alimento, buscam abrigo e se reproduzem.

Algumas aves exóticas adaptam-se bem a áreas urbanizadas e à convivência com os seres humanos, e entre elas está o pardal e o pombo, sendo o pardal atualmente a espécie de ave com maior distribuição geográfica.

MASTOFAUNA

A fragmentação da cobertura vegetal natural provoca quase sempre alterações na abundância ou a eliminação de algumas espécies animais. Observa-se que muitas espécies de mamíferos, antes amplamente distribuídas, hoje se tornaram restritas aos fragmentos naturais remanescentes, como ressaltam vários autores.

Conforme entrevistas com moradores, quanto ao histórico da região de Sertão Santana, sabe-se que existe uma degradação ambiental em decorrência da substituição da mata por áreas destinadas principalmente a agricultura extensiva. Devido a estes fatores e também pela antiga caça

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

predatória feita pelo pessoal residente, atribui-se o fato de redução dos números de mamíferos.

Foram descritas 21 espécies, a Lebre foi a única espécie exótica encontrada, e algumas se encontram na lista da fauna ameaçada de extinção do RS.

ICTIOFAUNA

Foram informadas 14 espécies, divididas em 10 famílias.

A introdução de espécies exóticas pode alterar significativamente os habitat*s* naturais, transmitindo doenças às espécies nativas, competindo pelos mesmos recursos (alimento, local de reprodução, etc.) ou predando-as. Estudos comprovam que a introdução de exóticos é considerada a principal causa de diminuição da biodiversidade, sendo responsável por quase 50% das extinções de espécies no mundo. No município a principal espécie exótica existente é a Carpa, e em menor quantidade a Tilápia.

As principais ameaças à ictiofauna da região estão relacionadas às atividades humanas que alteram a qualidade dos ecossistemas aquáticos, marcadamente o uso inadequado da água e do solo. Paiva (1999) destaca como os fatores de redução da ictiofauna dos rios brasileiros, decorrentes das ações do homem, o desmatamento ciliar, a destruição de lagoas e alagadiços marginais, poluição das águas, represamento dos rios, introdução de espécies, pesca criminosa e sobrepesca. Outra interferência antrópica que ameaça a ictiofauna é o assoreamento dos rios e arroios do município, causado principalmente pela perda da mata ciliar, fazendo com que a ictiofauna sofra grandes impactos.

HERPETOFAUNA

Répteis - Conforme entrevista com os moradores o maior número de cobras avistadas são mortas devido à falta de informação e por serem considerados maus. Isso está levando o homem a ser o principal predador desta espécie. A maior parte da população desconhece a importância que os ofídios desempenham na cadeia alimentar. Além de controladores da teia alimentar são utilizados na farmacologia.

A população de répteis constatou 09 espécies de cobras e 01 de lagarto, nenhuma exótica e nenhuma espécie consta na Lista Vermelha da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul.

Anfíbios - São um dos grupos de tetrápodos mais diversificados, conferindo a este grupo uma distribuição cosmopolita, estando ausentes apenas nas regiões de temperaturas muito baixas e em ecossistemas marinhos. O Brasil é atualmente o país detentor da maior riqueza de anfíbios, com 776 espécies no total (SBH, 2005). A combinação de várias características morfológicas, fisiológicas, ciclo de vida com estágios aquáticos e terrestres, capacidade de dispersão limitada e padrões de distribuição geográfica e/ou área de vida restritos, torna os anfíbios um grupo extremamente suscetível às

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
439
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
31
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

alterações ambientais. Os anfíbios são assim, potenciais indicadores da qualidade de inúmeros ambientes.

A destruição das matas e principalmente dos banhados, seus habitats preferenciais tem levado a uma redução expressiva das espécies.

Os sapos, as rãs e as pererecas são os responsáveis pelo controle das populações dos insetos no campo, no banhado, nas matas e nas cidades. Eles são um dos elos mais importantes da cadeia alimentar. Servem de alimento para répteis, peixes, aves, mamíferos e outros anfíbios, para alguns invertebrados e mesmo ao homem. Nenhuma espécie ameaçada de extinção foi registrada.

5.7 INDICADORES AMBIENTAIS

5.7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água no município de Sertão Santana está assim distribuído: 9,8 % da população recebem água da rede geral, 84,3 % de poço artesiano ou nascente (na propriedade), e 5,9 % são abastecidos de outra forma (FAMURS, 2000).

O perímetro urbano do município é atendido pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN. O sistema utiliza manancial subterrâneo, com dois poços tubulares profundos que são utilizados como captação de água bruta para abastecimento público.

5.7.2 COLETA DE ESGOTOS

Sertão Santana não conta com um sistema de coleta de esgoto doméstico, através de rede coletora pública. As residências possuem sistema individual através de fossa séptica/sumidouro. Existem ligações de sumidouros diretamente na rede de drenagem pluvial urbana.

5.7.3 DRENAGEM URBANA

A área urbana é servida parcialmente pela drenagem pluvial e esta é ligada aos cursos d'água onde, em grandes enxurradas, é comum o empoçamento de água em alguns pontos da malha viária. Além disso, o lixo acumulado indevidamente em alguns trechos ao longo das vias acaba comprometendo a eficiência do escoamento do sistema de drenagem.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

5.7.4 COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

No município, a coleta, transporte e a destinação final de resíduos sólidos urbanos (lixo) é terceirizado, realizado atualmente pela empresa ENGESA ENGENHARIA E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, de Porto Alegre.

A empresa faz a coleta, transporte e destinação final do lixo, sendo realizada em 5 roteiros distintos. O roteiro 1 é feito no centro e em uma localidade, e neste roteiro é realizada coleta três vezes por semana. Os demais roteiros são realizados nas localidades rurais do município, com coleta semanal e mensal.

Os resíduos hospitalares, ambulatorial, laboratorial, dos consultórios, e postos de saúde, são recolhidos por empresa especializada Ambientuus, que também dá o destino final.

Visando à prevenção e a repressão da degradação do meio ambiente, o Departamento de Meio Ambiente de Sertão Santana implantou na Semana de Meio Ambiente de 2011 o Programa de Coleta Seletiva Voluntária, através do qual são coletados materiais perigosos como, resíduo eletrônico, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, óleo de cozinha, pneus inservíveis; inclui-se neste programa o papel de escritório, por ser um material de valor e que é gerado em quantidade. Cada um destes materiais terá sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com as normas vigentes.

Dos materiais citados acima o município já realizava a destinação adequada dos pneumáticos inservíveis desde o ano de 2008, através de um convênio com a Associação Reciclanip, entidade criada pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP.

5.7.4.1 RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS

Não há depósito para o destino final destes resíduos, os quais são recolhidos por empresas especializadas, que atuam no município a partir de negociações e consórcios intermunicipais com outros municípios, que recolhem e destinam ao acondicionamento final.

5.7.4.2 ENTULHOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Com a expansão da área urbana do município e conseqüente regularização e ampliação dos loteamentos urbanos, apesar de hoje ainda não ser um problema no município, entendemos que em breve este cenário estará mudado, considerando que pela legislação em vigor esta é mais uma das atribuições municipalizadas, e considerando que na prestação de serviços não existem grandes empresas construtoras torna-se muito importante o município se preparar para a adequada disposição final de tais resíduos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

5.8 ASPECTOS SÓCIO–ECONÔMICOS

A caracterização socioeconômica do município tem nos Setores Primários, Secundários e Terciários as principais atividades desenvolvidas. O Setor Primário corresponde às atividades agrícolas e pastoris, e apresenta um percentual de 31,97% do PIB municipal. O Setor Secundário (indústrias), com 25,60% e o Setor Terciário, referente às atividades do comércio e serviços, representam a principal fonte de geração de renda do município, com um percentual de 41,43%. A produção agropecuária é responsável por uma adição no Valor Interno Bruto de R$ 24.609 mil reais, a indústria obteve uma adição no Valor Interno Bruto de R$ 20.477 mil reais e os serviços R$ 31.900 mil reais. (IBGE- 2008).

Segundo a Fundação de Economia e Estatística – FEE, no ano de 2008 o município alcançou a colocação nº 246º entre os municípios do estado do Rio Grande do Sul em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, com participação de 0,04 %. Sendo que apresentou os seguintes percentuais na participação no Valor Adicionado Bruto - VAB no estado: agricultura - 0,14 %; indústria – 0,04 %; e serviços – 0,03 %.

A economia no município é baseada na agricultura de minifúndios. Culturas como fumo e arroz são as principais fontes de geração de renda do município, além de milho, feijão, cana-de-açúcar, batata e mandioca. A piscicultura tem demonstrado grande importância na atividade econômica do município. O principal ramo da indústria de beneficiamento e comércio é o de produtos alimentares, representado em quase sua totalidade, pelo comércio de arroz, artefatos de cimento e couro. Merece atenção ainda o plantio e comercialização de acácia e eucalipto.

Sertão Santana está inserido no Arranjo Produtivo Local (APL) de Turismo da Costa Doce, promovido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) e pela Agência de Desenvolvimento da Costa Doce (AD Costa Doce). O município conta com quatro trilhas de ecoaventura, localizadas em pequenas propriedades particulares. Os APLs são aglomerações de empresas localizadas em uma mesma região, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre elas e outros agentes locais, como governos, associações empresariais e instituições de crédito, ensino e pesquisa.

No município a expectativa de vida é motivo de orgulho entre os moradores, em 2000 era de 69,456 anos. O índice de analfabetismo no estado é de 6,65 %, e no município, de acordo com a FAMURS (2000) é de 8,59%. A boa expectativa de vida acentua a qualidade de vida da região, porém as altas taxas de analfabetismo corroboram com as carências conhecidas em regiões rurais, que demandam investimentos no setor da educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

(desenvolvimento humano total). O IDH de Sertão Santana é considerado médio, 0,76 (Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD 2000).

O Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde, que tem por objetivo acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado e do município. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite a classificação em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800). O Estado do Rio Grande do Sul obteve um Idese de 0,772, e Sertão Santana 0,598, conforme mostra a tabela 05:

Tabela 05: Índice Desenvolvimento Socioeconômico (Fonte: FEE, 2008).

Área	Ordem	Índice
Educação	446º	0,804
Renda	391º	0,644
Saneamento e domicílios	436º	0,114
Saúde	413º	0,831
IDESE	471º	0,598

5.8.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Patrimônio Histórico-cultural compreende a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação histórica. Esse patrimônio (arquitetônico) compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural.

O município de Sertão Santana possui uma cultura bastante diversificada**,** formada na maioria por descendentes de imigrantes alemães e poloneses, tendo também imigrantes de origem italiana e lusa brasileiras. Com essa mistura de raças, as festas e as tradições são muito fortes no município, destacando-se: em março: na semana do município: Festa do Boi no Rolete e da carne moída; julho: Festa do Colono; agosto: Festa de Santa Ana, Padroeira do município; setembro: Festa da Independência e Festa da Primavera; novembro: Festa de Cristo Rei e em dezembro Natal da Criança e Terno de Reis.

Possuem ainda 11 comunidades católicas, 04 comunidades protestantes (IECLB), 09 comunidades de outras religiões, 01 CTG (CTG Tio Raymundo), 03 grupos de terceira idade, 02 clubes de mães, 03 ginásios de esportes, 01 sindicato dos trabalhadores rurais, 01 sindicato dos servidores municipais, 06 times de futebol de campo amador, entre outras organizações.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

O Coral Municipal foi criado em 23 de maio de 1995, através da Lei Municipal 138/95, que veio somar-se aos já tradicionais corais existentes no município. Como forma de restaurar e preservar a forte cultura musical da comunidade foi oficializado a Banda Municipal em 03 de agosto de 2001, através da Lei 480/01, sendo composta prioritariamente por alunos da rede pública de ensino. No Casarão funciona a Biblioteca e o Telecentro, e pertenceu a família "Oppelt", e que busca preservar a arquitetura e a história da comunidade.

Sertão Santana possui uma gastronomia bastante rica e diversificada, destacando-se regionalmente pelos pratos típicos como: cucas, geléias de frutas, salames, queijos, lingüiça, pães, doces, biscoitos caseiros, cachaça, melado, mel, vinho e a original carne moída assada no espeto.

O esporte é muito presente na vida dos sertanenses, predominando o futebol de campo. Anualmente é realizado o Campeonato Varzeano, organizado pela Liga Sertanense de Futebol Varzeano, criada em 1993 e com o apoio da Prefeitura e com a participação dos Clubes filiados, todos com sede própria. São realizados também campeonatos de futsal municipais e regionais. Nos esportes destaca-se ainda o bolão e a bocha.

Outra tradição antiga em Sertão Santana vem dos Clubes Sociais do município, que promovem anualmente os maiores e mais antigos festivais de chopp da região.

O patrimônio Natural conta com morros, pedras bonitas, cascatas, cachoeiras, matas nativa onde a fauna e a flora é bastante rica. São quatro trilhas de ecoaventura formatadas, localizadas em pequenas propriedades particulares e guiadas por monitores.

As trilhas de ecoaventura são Pedras Abraçadas, Pedra Grande, Labirinto e Dois Arroios. Para dar visibilidade ao produto turístico “Trilhas de Sertão Santana”, vem sendo realizados eventos relacionados, como, Caminhada, Corrida de Aventura e Trilha de Moto, bem como foi criada uma logomarca que representa este produto, conforme Figura 14.



Figura 14: Logomarca das “Trilhas de Sertão Santana”, criada através de convênio com o SEBRAE-RS.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

5.8.2 ASSENTAMENTOS URBANOS

Como todos os assentamentos urbanos ocorridos até o ultimo século (exceção a Brasília, Goiânia), a disposição da população no perímetro urbano do município tem uma distribuição desordenada, com vazios urbanos, e mesclas da atividade produtiva com áreas residenciais e de lazer.

5.8.3 SAÚDE

Sendo um Município preocupado com a saúde de seus munícipes, a administração exerce papel fundamental no cuidado com a saúde, tanto na parte preventiva através de programas e curativa com diversos convênios com hospitais regionais. A estrutura no atendimento de saúde existente é a seguinte:

- Ambulatório Santa Ana;
- Posto de Saúde no Centro;
- Posto de Saúde na localidade de Pirapó;
- Veículos: 03 ambulâncias; 05 carros; 01 microônibus; 01 kombi;
- Profissionais: 06 médicos; 02 enfermeiros; 01 auxiliar de enfermagem; 12 técnicos de enfermagem; 04 agentes administrativos; 10 motoristas; 01fisioterapeuta; 01 psicólogo; 01 psiquiatra; 01 assistente social; 01 odontólogo; 01 pediatra; 01 ginecologista.

5.8.4 AGRICULTURA E PECUÁRIA

Com relação à área agrícola do município, contamos com aproximadamente 910 ha de lavouras permanentes, 7.987 há de lavouras temporárias, 7.727 ha de pastagens naturais e 9.387 há de matas e florestas. Na pecuária, contamos com aproximadamente 5.400 cabeças de bovino, 3.500 cabeças de suínos, 23.600 cabeças de aves e com produção de 682 mil litros de leite de vaca. As Tabelas 06 à 10 apresentam as principais produções da agricultura e pecuária.

Tabela 06: Produção das lavouras permanentes (Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2009).

Produto	Área colhida (ha)	Quantidade (toneladas)
Banana	1	06
Caqui	1	07
Goiaba	3	18
Laranja	34	119
Limão	2	15
Pêra	1	05
Pêssego	3	06
Tangerina	9	63
Uva	18	144

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Tabela 07: Produção das lavouras temporárias (Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2009).

Produto	Área colhida (ha)	Quantidade (toneladas)
Alho	1	02
Amendoim (em casca)	1	01
Arroz (em casca)	1.200	8.400
Batata-doce	80	800
Batata-inglesa	6	24
Cana-de-açúcar	150	3.000
Cebola	7	35
Feijão (em grão)	155	110
Fumo	3000	6.300
Mandioca	350	3.850
Melancia	10	86
Melão	2	04
Milho	1.500	2.925
Tomate	5	38

Tabela 08: Número de animais por rebanho (Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2009).

Rebanhos	Nº de cabeças
Bovinos	5.400
Suínos	3.500
Eqüinos	320
Coelhos	130
Ovinos	320
Galinhas	3.100
Galos, frangas, frangos e pintos	20.500
Codornas	32
Caprinos	200
Bubalinos	8

Tabela 09: Rebanhos e produtos derivados (Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2009).

Produto	Quantidade
Vacas ordenhadas	487 cabeças
Leite de vaca	682 mil litros
Ovinos tosquiados	260 cabeças
Lã	560 quilos
Ovos de galinha	62 mil dúzias
Mel de abelha	12.000 quilos

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página 446
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 38
Peça 4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E12F

Tabela 10: Produtos da silvicultura (Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2009).

Produto	Quantidade
Carvão vegetal	70 toneladas
Lenha	53.900 metros cúbicos
Madeira em tora	4.300 metros cúbicos

5.8.5 EDUCAÇÃO

Sertão Santana possui na sua rede 05 escolas: 01 Escola Estadual e 04 Escolas Municipais.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação o corpo docente total é de 89 professores, sendo 61 professores municipais e 28 professores estaduais. Nas escolas de ensino do município de Sertão Santana há no momento 1.216 alunos matriculados:

- 135 alunos da Educação Infantil;
- 855 alunos do Ensino Fundamental;
- 226 alunos do Ensino Médio.

5.8.6 SEGURANÇA PÚBLICA

Na área da segurança pública o município conta com um Grupo Policial Militar-GPM, estabelecido em prédio da Prefeitura Municipal, com efetivo de 11 servidores, os quais são responsáveis pelo policiamento ostensivo geral das zonas urbanas e rural do município.

5.8.7 ENERGIA ELÉTRICA

A Empresa CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica detêm a concessão de serviços para o abastecimento de energia da zona urbana e parte da zona rural de Sertão Santana, a CERTAJA - Cooperativa de Eletrificação Rural Taquari-Jacui detêm a concessão de parte da zona rural, região Oeste do município. O consumo e número de consumidores são distribuídos conforme Quadro 02 que segue abaixo.

Quadro 2: Consumo energético e número de consumidores, por setor no ano 2010 (Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2010).

SETOR	CONSUMO DE ENERGIA (MW/H)	NÚMERO DE CONSUMIDORES
Comercial	827	142
Industrial	7.259	26
Residencial	1.439	847
Rural	8.919	988
Setor Público	507	31
Total	**18.951**	**2034**

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
447
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
39
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

5.8.8 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

Por se tratar de município jovem, a organização administrativa do Executivo Municipal de Sertão Santana é a seguinte:

Órgãos de Assessoramento
1- **Gabinete do Prefeito;**
2- **Gabinete do Vice-Prefeito;**
3- **Assessoria Jurídica;**
4- **Assessoria de Administração;**
5- **Assessoria de Planejamento; e**
6- **Conselhos.**

Órgãos de Administração Central
1- **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;**
2- **Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento.**

Órgãos de Administração Específica
1- **Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura;**
2- **Secretaria Municipal da Saúde**
3- **Secretaria Municipal de Assistência Social;**
4- **Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio;**
5- **Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transportes e Trânsito.**

Paralelamente a estrutura administrativa do executivo, a existência dos Conselhos Municipais auxilia na administração, sendo os mesmos consultivos ou deliberativos ajudam o executivo municipal no processo de tomada de decisão.

6 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EXISTENTE

6.1. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

6.1.1 ZONA URBANA

O abastecimento de água do município de Sertão Santana, tem a concessão dos serviços sob responsabilidade da CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento), que a contar de 08 de junho de 1993, firmou Contrato de Concessão para Exploração, Execução de Obras, Ampliações e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água da Área Urbana da Sede do

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Município de Sertão Santana, vigente por um período de 20 (vinte) anos, com vencimento em 08 de junho de 2013.

O município caracteriza-se como uma comunidade de pequeno porte, com 457 economias de água, atendendo uma população urbana de 1.278 habitantes (Fonte: CORSAN).

6.1.1.1 Mananciais de abastecimento

O abastecimento de água do perímetro urbano, tem como base, o suprimento por captação subterrânea através de poços tubulares profundos.

6.1.1.2 Captação do manancial subterrâneo

A captação subterrânea é efetuada através da perfuração de poços tubulares profundos, sendo que atualmente existem 02 (dois) poços ativos: o SSA-01 (Figuras 15 e 17) situado na Rua da Igreja (atualmente Rua 24 de Março), com uma profundidade de 62 m e vazão de 8 m³/hora e o SSA-05 (Figuras 16 e 18) situado na Rua Guaíba com uma profundidade de 126,25 m e vazão de 10 m³/hora e 01 (um) poços inativos e sem exploração no município.

Os poços estão equipados com bombas submersíveis, câmara de manobras, abrigo construído em alvenaria, quadro de comando, equipamentos para tratamento e outros componentes eletromecânicos. Nesses poços é feito o tratamento da água, com cloro e flúor.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

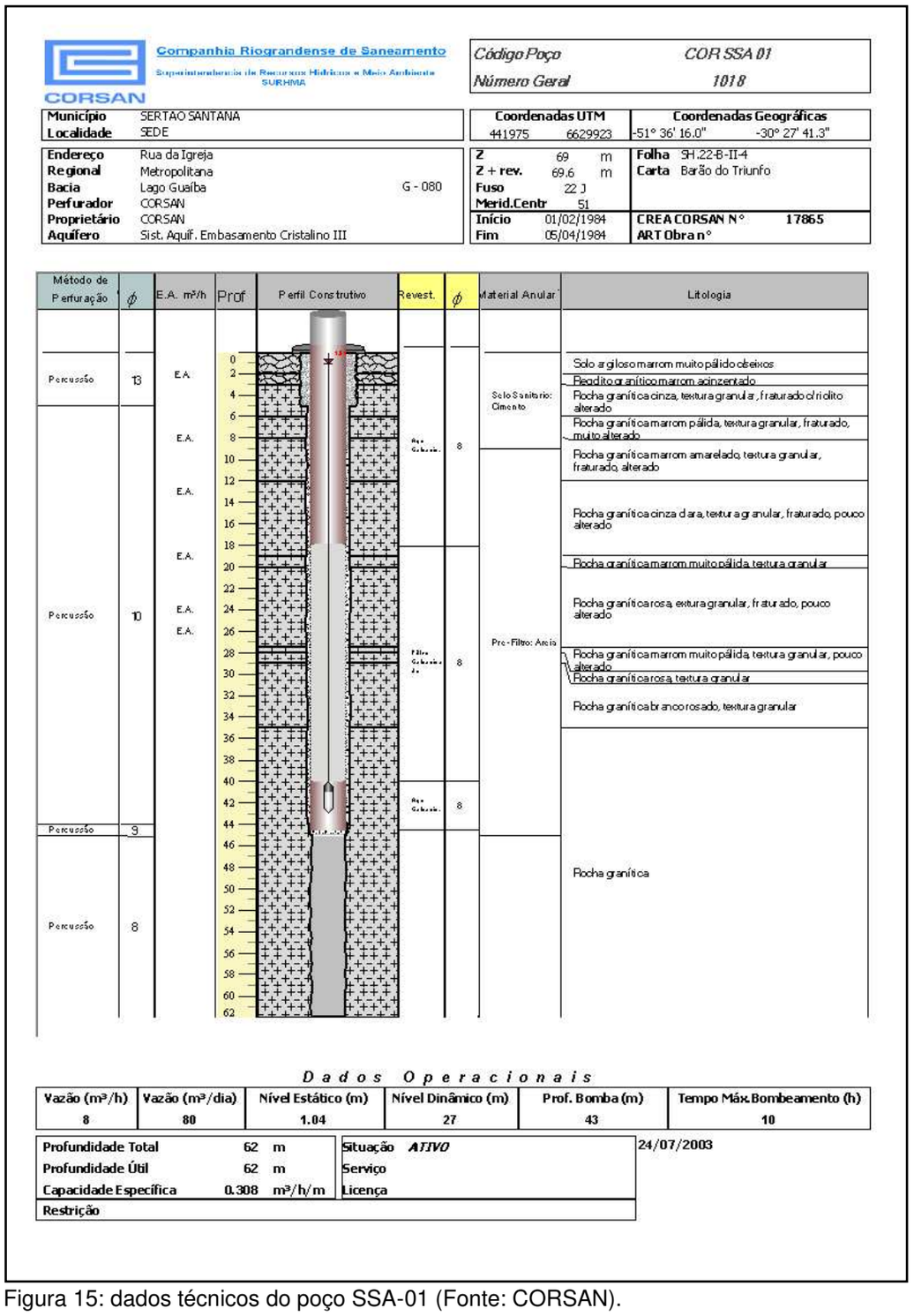


Figura 15: dados técnicos do poço SSA-01 (Fonte: CORSAN).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

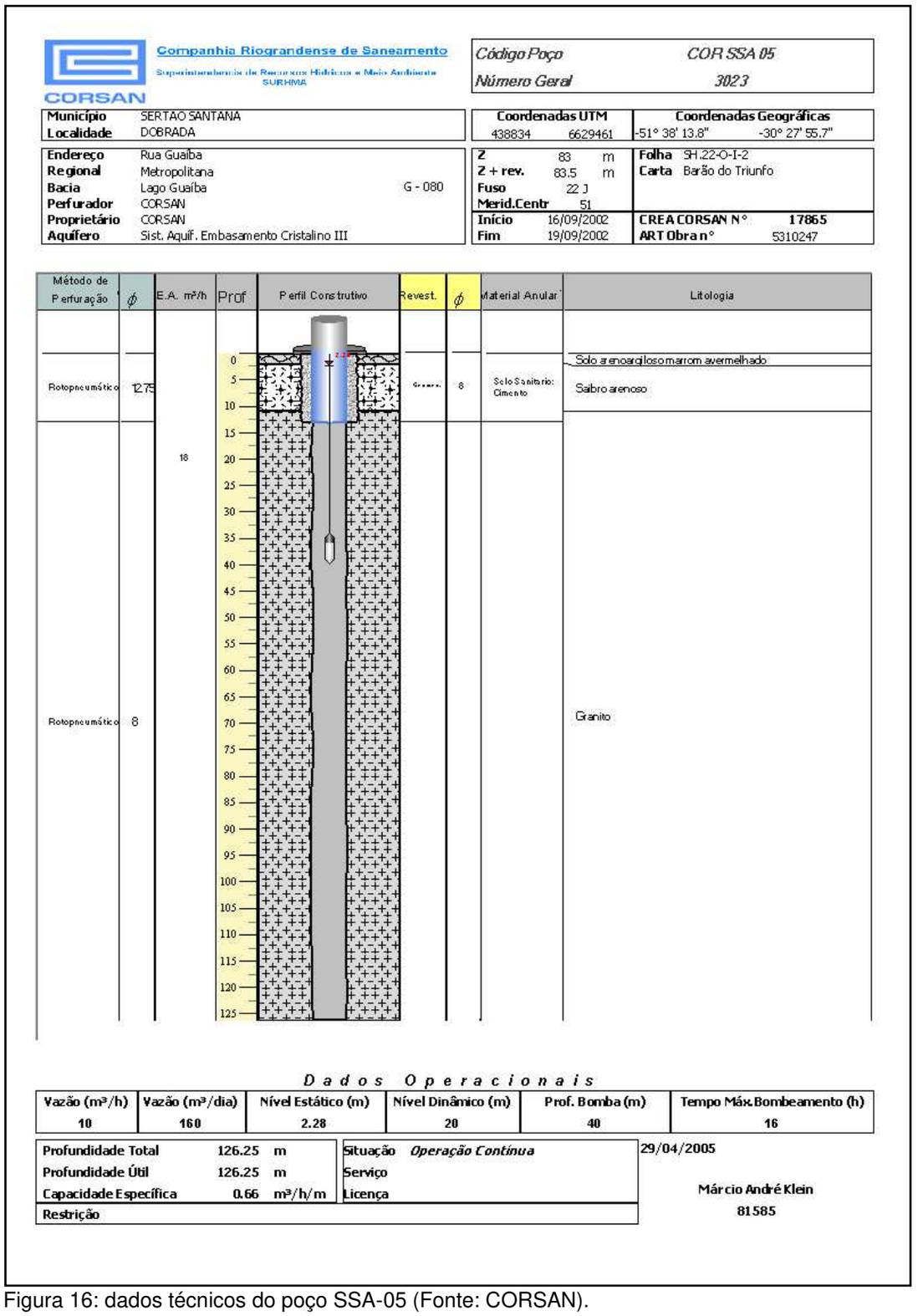


Figura 16: dados técnicos do poço SSA-05 (Fonte: CORSAN).

DIAGNÓSTICO - A solução de abastecimento de água através de poço profundo, na grande maioria dos municípios, tem se mostrado eficiente, principalmente em épocas de estiagem, não faltando água para as

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

comunidades. A produção diária dos poços (240 m3/dia) deve ser ampliada para atendimento da demanda futura e para garantia técnica do sistema de abastecimento.

6.1.1.3 Adução

A adução do interior dos poços profundos é feita através de tubos de ferro galvanizado com diâmetro de 75mm.

A distribuição é em marcha ficando os reservatórios na posição de jusante (de sobras).

DIAGNÓSTICO - Atende as necessidades do abastecimento.

6.1.1.4 Recalque

A água do interior dos poços é recalcada com bombas elétricas submersíveis dotadas de válvula de retenção para evitar danos ao sistema, com apoio de uma câmara de manobras também com válvula de retenção e registros de interrupção ou estrangulamento de vazão.

Existe instalado em abrigo construído em alvenaria, quadro de comando e outros componentes eletromecânicos, com alimentação de energia elétrica do tipo trifásica.

DIAGNÓSTICO – É necessário melhorias nos abrigos dos poços, como pequenas reformas e pintura.



Figura 17: foto do poço SSA-01, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



Figura 18: foto do poço SSA-05, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

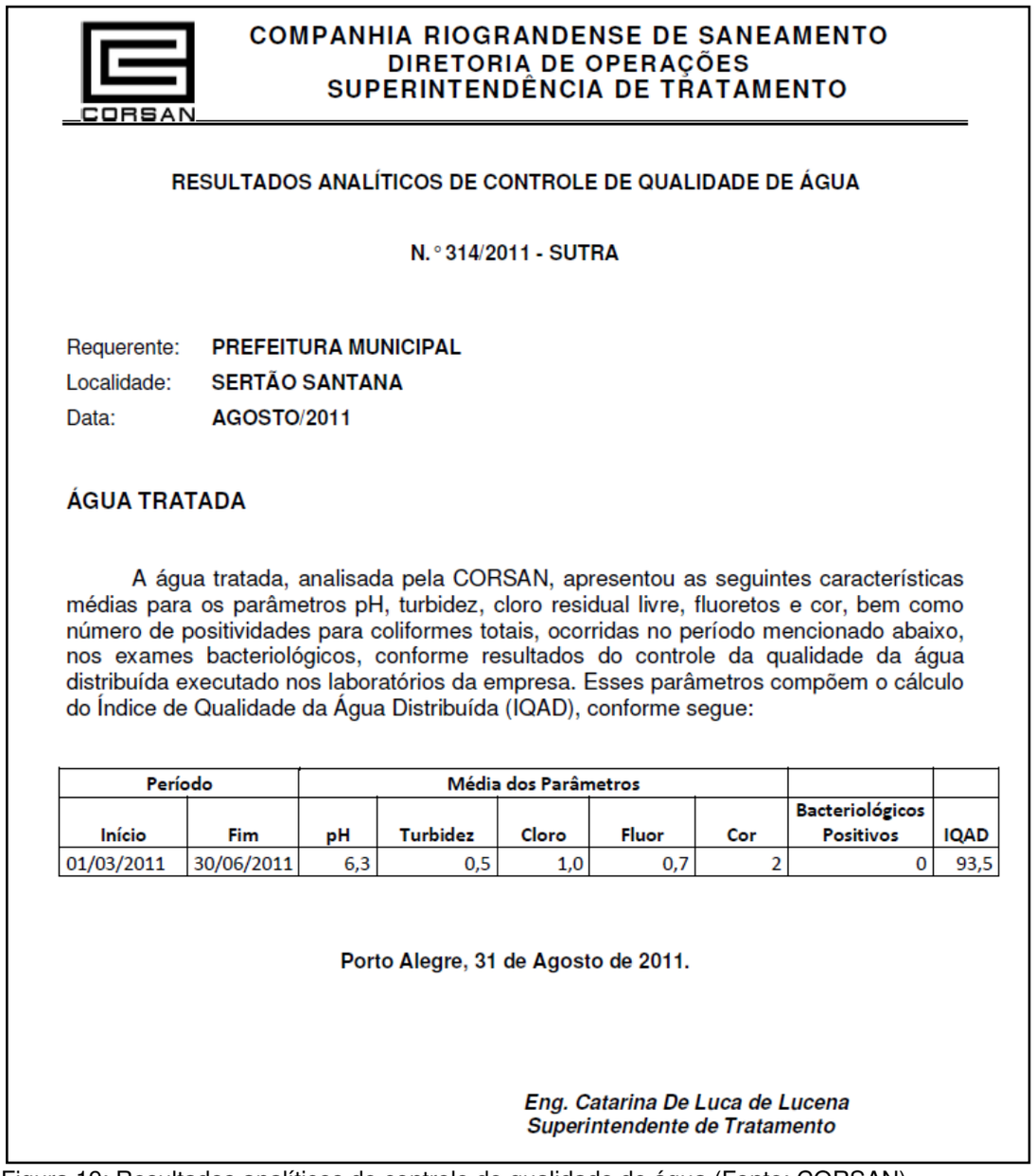
6.1.1.5 Tratamento

O tratamento é feito em abrigo existente junto aos poços e com equipamentos instalados de acordo com as necessidades.

A água aduzida recebe produtos químicos através de equipamentos apropriados, onde é desinfectada e fluoretada para após, ser recalcada para rede de distribuição até chegar ás ligações residenciais, comerciais e industriais do município, e a água excedente segue para os reservatórios (reservatório semi-enterrado e elevado).

DIAGNÓSTICO – Atende as necessidades de abastecimento, conforme resultados analíticos de controle de qualidade de água nº 304/2011 da CORSAN, Figura 19.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
DIRETORIA DE OPERAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE TRATAMENTO

CORSAN

RESULTADOS ANALÍTICOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA

N.° 314/2011 - SUTRA

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL
Localidade: SERTÃO SANTANA
Data: AGOSTO/2011

ÁGUA TRATADA

A água tratada, analisada pela CORSAN, apresentou as seguintes características médias para os parâmetros pH, turbidez, cloro residual livre, fluoretos e cor, bem como número de positividades para coliformes totais, ocorridas no período mencionado abaixo, nos exames bacteriológicos, conforme resultados do controle da qualidade da água distribuída executado nos laboratórios da empresa. Esses parâmetros compõem o cálculo do Índice de Qualidade da Água Distribuída (IQAD), conforme segue:

Período		Média dos Parâmetros						
Início	Fim	pH	Turbidez	Cloro	Fluor	Cor	Bacteriológicos Positivos	IQAD
01/03/2011	30/06/2011	6,3	0,5	1,0	0,7	2	0	93,5

Porto Alegre, 31 de Agosto de 2011.

Eng. Catarina De Luca de Lucena
Superintendente de Tratamento

Figura 19: Resultados analíticos de controle de qualidade de água (Fonte: CORSAN).

6.1.1.6 Reservação

O sistema de armazenamento de água do perímetro urbano é composto por 02 (dois) reservatórios, conforme quadro 03 e Figuras 20 e 21:

Quadro 03 - Sistema de Reservação Existente no Município (Fonte: CORSAN).

NOME DO RESERVATORIO	TIPO	CAPACIDADE
R-1	semi-enterrado	70 m³
R-2	Elevado	10 m3
	TOTAL	80 m³

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



Figura 20: foto do reservatório semi-enterrado, localizado na esquina da Rua Otto Teodoro Bischoff e Rua Vicente Goulart de Lima, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).



Figura 21: foto do reservatório elevado, localizado na linha Exploração, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

DIAGNÓSTICO – Reforma do reservatório semi-enterrado R-1. Elaboração de Projeto para ampliação da reservação. Existem áreas da zona urbana que atualmente não são atendidas com pressão adequada através dos reservatórios existentes.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

6.1.1.7 Distribuição

O sistema de distribuição possui rede com 11.013 metros de extensão, que variam de 50 a 75 mm de diâmetro.

Segundo a CORSAN, o Índice de Perda de Distribuição de água, no mês de julho de 2011, atingiu 71,55%, conforme Quadro 04.

Quadro 04 - Indices de Perdas da Distribuição – IPD (%)

Jul/2011	Jun/2011	Mai/2011	Abr/2011	Mar/2011	Fev/2011	Jan/2011
71,55	68,21	67,49	59,49	61,51	58,50	49,49

Fonte: CORSAN

DIAGNÓSTICO – existe a necessidade da ampliação das redes de distribuição, pois não atende a todas as residências da zona urbana, existindo ruas que não possuem rede de distribuição.

6.1.1.8 Ligações domiciliares

As ligações domiciliares são compostas por materiais utilizados especificamente para tal, sendo CT (colar de tomada) ou Tê serviço, tubo PVC ou PEAD, e kit cavalete. Fazendo parte, desde a rede de distribuição até a conexão com o imóvel.

DIAGNÓSTICO – algumas ligações domiciliares estão localizadas inadequadamente, necessita remover para mais perto da calçada.

6.1.2 ZONA RURAL

Na zona rural, o abastecimento acontece de forma individual, onde cada morador busca alternativas de abastecimento, seja através de poços ou fontes drenadas, ou ainda de forma coletiva e nesse caso existem duas redes em funcionamento, sendo que uma atende as localidades de Emboaba-Ruy Ramos e Vila Carijó, enquanto que a outra atende a localidade de Vila Pirapó.

As duas redes são mantidas pela Prefeitura Municipal, os usuários não estão organizados em associação e até o momento não pagam nenhuma taxa para utilização da água.

O Governo do Estado em parceria com a Prefeitura está perfurando novos poços artesianos para redes de distribuição de água em localidades da zona rural de Sertão Santana, assim distribuídos:

- Localidade da Linha Boa Esperança - Dobrada, onde estima-se atender 120 domicílios;
- Localidade de Emboaba-Calderon, onde estima-se atender 84 domicílios;
- Localidade da Maravalha, onde estima-se atender 120 domicílios;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

- Localidade da Santa Barbara, onde estima-se atender 60 domicílios.

6.1.2.1 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DE EMBOABA-RUY RAMOS E VILA CARIJÓ

O sistema que atende as localidades do Emboaba-Ruy Ramos e Vila Carijó (Figuras 22 e 23) atende 75 domicílios.

6.1.2.1.1Captação

A captação é superficial, através de um pequeno córrego localizado no Morro do Emboaba, não é utilizado bombeamento, a derivação ocorre por gravidade.

DIAGNÓSTICO – o local da captação está assoreado, causando entupimento do sistema.

6.1.2.1.2 Adução

A rede de adução possui 2100 metros de comprimento, com tubo de PEAD DN 32.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.

6.1.2.1.3 Tratamento

É realizado filtragem com filtro lento, através de brita e areia graduada, não existe sistema de desinfecção.

DIAGNÓSTICO – Necessidade sistema de desinfecção, para poder realizar tratamento químico.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



Figura 22: foto do filtro lento da rede que atende as localidades de Emboaba-Ruy Ramos e Vila Carijó, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

6.1.2.1.4 Reservatório

O sistema conta com um reservatório de fibra de vidro, com 20.000 litros.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.



Figura 23: foto do reservatório da rede que atende as localidades de Emboaba-Ruy Ramos e Vila Carijó, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

6.1.2.1.5 Rede de distribuição

O sistema possui rede de distribuição com tubos PEAD, variando do DN 20 ao DN 50, com 3.718 m de comprimento.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.

6.1.2.1.6 Ligações domiciliares

O sistema possui ligações domiciliares com tubo PEAD DN 16.

DIAGNÓSTICO - Atualmente atende as necessidades da comunidade.

6.1.2.2 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA LOCALIDADE DE VILA PIRAPÓ

O sistema que atende a localidade da Vila Pirapó (Figuras 24 e 25), poço tubular profundo, atendendo 82 domicílios, com as seguintes características do sistema.

6.1.2.2.1 Captação

A captação é subterrânea, poço nº 5348/PIO 3, perfurado pelo Secretaria Estadual das Obras Públicas e Saneamento, com profundidade de 54 metros, vazão de 6,5 m³/h.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



Figura 24: foto do poço nº 5348/PIO 3 da rede que atende a localidade de Vila Pirapó, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

6.1.2.2.2 Adução

A rede de adução possui 2100 metros de comprimento, com tubo de PEAD DN 32.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.

6.1.2.2.3 Tratamento

Possui sistema dosador de cloro c/bomba, mas não está em funcionamento.

DIAGNÓSTICO – Necessita de operador para o sistema.

6.1.2.2.4 Reservatório

O sistema conta com um reservatório de fibra de vidro, com 25.000 litros.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.



Figura 25: foto do reservatório da rede que atende a localidade de Vila Pirapó, tirada em 23 de outubro de 2011 (Fonte: João Alberto Meyer).

6.1.2.2.5 Rede de distribuição

O sistema possui rede de distribuição com tubos PEAD, variando do DN 20 ao DN 50, com 4.656 m de comprimento.

DIAGNÓSTICO – Atualmente atende as necessidades da comunidade.

6.1.2.2.6 Ligações domiciliares

O sistema possui ligações domiciliares com tubo PEAD DN 16.

DIAGNÓSTICO - Atualmente atende as necessidades da comunidade.

6.2. SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Sertão Santana não conta com um sistema de coleta de esgotamento sanitário, através de rede coletora pública. As residências possuem sistema individual através de fossa/sumidouro. Eventualmente são identificadas ligações de sumidouros diretamente na rede de drenagem pluvial urbana.

Existe um estudo elaborado pela Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Saneamento, Projeto de Sistemas de Esgoto Sanitário – Município de Sertão Santana, de maio de 2009, Processo nº 4681-0801/03-3.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN cadastrou carta consulta junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, sob código RS1507110772, para elaboração de Projeto de Engenharia – Esgoto.

6.2.1 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ZONA URBANA

O município de Sertão Santana não possui um Sistema Coletivo de Tratamento de Esgoto do tipo separador absoluto com coleta, afastamento e retorno ao receptor final (curso d'água).

O sistema de tratamento existente que predomina, é do tipo individual,, composto de:

- Fossa séptica/sumidouro (mais utilizado);
- Fossa séptica/filtro/sumidouro (casos esporádicos);
- Existe também o sistema de coleta e afastamento de esgotos do tipo misto, onde após passar por fossa séptica/sumidouro ou somente fossa, é ligado na rede coletora pluvial e largado a um receptor (curso d'água).
- Existindo também situações em que o esgoto não passa por nenhum tipo de tratamento, sendo largado a céu aberto.

DIAGNÓSTICO - A falta de coleta, tratamento e destino final adequado do esgotamento sanitário, provoca a proliferação de vetores, baratas, moscas, ratos, entre outros, transmissão de doenças, exalação de mau cheiro, contaminação dos mananciais hídricos, processo de eutrofização e perda da biodiversidade.

Para alcançar a universalização do esgotamento sanitário, apresentamos as soluções a serem adotadas no perímetro urbano do município:

- Sistema individual de tratamento composto de fossa séptica, filtro anaeróbio e poço sumidouro, devidamente dimensionado e com manutenção periódica.

- Sistema coletivo de esgotos mistos-progressivo, onde após passar por um sistema de tratamento na fossa séptica e filtro anaeróbio, o mesmo é ligado e coletado na rede pluvial, tendo como destino uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE.

- Sistema coletivo do tipo separador absoluto, onde será executada uma rede coletora específica para coleta de esgoto cloacal com posterior tratamento junto a ETE, sistema esse a ser implantado gradativamente até atingir um percentual necessário e suficiente para dar um tratamento adequado ao esgoto sanitário produzido pela população da sede do município.

6.2.2 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ZONA RURAL

O sistema de tratamento de esgoto sanitário no interior do município é do tipo individual, onde cada morador da o destino final, geralmente através de fossa séptica e sumidouro.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

DIAGNÓSTICO - A falta de coleta, tratamento e destino final adequado do esgotamento sanitário, provoca a proliferação de vetores, baratas, moscas, ratos, entre outros, transmissão de doenças, exalação de mau cheiro, contaminação dos mananciais hídricos, processo de eutrofização e perda da biodiversidade.

7.0. SISTEMA DE GESTÃO E PARÂMETROS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

7.1. SISTEMA DE GESTÃO

Para a prestação de serviços das metas previstas nesse Plano, deverão ser observadas técnicas e parâmetros legais e em obediência os princípios que constam no Art. 2º da Lei Federal nº 11.445/2007.

Cabe ao Gestor Municipal, junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sertão Santana - COMMAM proceder avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações previstas, mediante ao acesso aos relatórios que compõem o monitoramento dos serviços prestados. É também sua responsabilidade a elaboração de outros critérios de avaliação, da periodicidade destas e da observância da legislação ambiental.

7.2. GESTÃO DOS SISTEMAS

A gestão da prestação do serviço, referente ao Sistema de Abastecimento de Água no perímetro urbano e em localidades contínuas são de responsabilidade da CORSAN, através do Contrato de concessão firmado em 23-03-1993, com prazo de 20 anos e vencimento em 23-03-2013.

A gestão da prestação do serviço, referente ao Sistema de Esgotamento Sanitário do perímetro urbano é de responsabilidade do Poder Público e se dá de forma individual, através de fossa/sumidouro.

A regulação dos serviços é feito pela AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos, através de convênio firmado entre a Agencia e o Município.

Na Zona Rural a gestão tanto do Abastecimento de Água quanto do Esgotamento Sanitário é de responsabilidade do Poder Público e se dá de forma individual onde cada morador busque alternativa individual e ou de forma coletiva onde as associações têm a incumbência de efetuar a gestão dos serviços com auxílio do município.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
463
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
55
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

7.3. PARÂMETROS PARA PLANEJAMENTO VISANDO A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SISTEMAS

7.3.1. Anos de início e final de Plano

O prazo para as intervenções planejadas nesse PMSB terá um alcance e abrange um período de 20 anos.

7.3.2. Definição de Metas de Curto, Médio e Longo Prazo

Metas de curto prazo: 04 primeiros anos, ou seja, período inferior a 04 anos.

Metas de médio prazo: do 05º ao 10º primeiros anos, ou seja compreendido entre 05 e 10 anos.

Metas de longo prazo: a partir do 11º ano, ou seja, período entre 11 e 20 anos.

7.4. NECESSIDADES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Quanto ao sistema de Abastecimento de água no perímetro urbano, este tem uma boa cobertura, aproximadamente 90% está com água tratada de qualidade e em quantidade suficiente para abastecer a população.

Na zona rural existe a necessidade de efetuar o tratamento, já que atualmente não está sendo feito.

Com referencia ao Esgotamento Sanitário da zona urbana o que existe é tratamento através de fossa séptica e poço sumidouro, existindo ligações de sumidouros na rede pluvial, necessitando, portanto de urgentes investimentos, para melhorar os índices de cobertura.

8 OBJETIVOS E METAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

8.1 OBJETIVOS

Universalização do acesso da população ao sistema de abastecimento de água potável no município.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

8.2 METAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO PERÍMETRO URBANO

CURTO PRAZO:

- Atingir o atendimento de 100% da população urbana do município com água tratada;
- Manter a qualidade da água, a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no atendimento à Portaria Nº 518/2004 do Ministério da Saúde;
- Manter o fornecimento de água de maneira continua e regular à população, restringindo os casos de intermitência no abastecimento apenas às situações de necessária manutenção corretiva ou preventiva do sistema;
- A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência de usuários de baixa renda, beneficiários de tarifa social, deverão obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, conforme Lei Federal nº 11.445, de 05/07/2007.
- Implantar, em conjunto com a sociedade civil um programa sócio-ambiental visando incentivar o uso racional e consciente da água, para sua preservação às futuras gerações.
- Executar a ampliação das redes de distribuição acompanhando a expansão das ruas e avenidas;
- Fazer a perfuração de novos poços para reserva técnica de abastecimento para épocas de estiagem no município.
- Elaboração de estudo e projeto para ampliar e/ou realocar novos reservatórios no perímetro urbano, especialmente para atender as zonas altas e áreas de expansão.
- Sinalizar obras nas vias públicas durante toda a execução sem causar danos à população;
- Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública;
- Garantir a proteção aos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, e às nascentes, “olhos d’água” e as faixas marginais de proteção de água superficiais.
- Instituir uma Lei Municipal, que em grandes edificações sejam previstas captação da água da chuva.
- Adequar o fechamento (reenchimento de valas e repavimentação) das obras envolvendo escavações de valas para assentamento de canalizações, localizadas em ruas pavimentadas da cidade, diminuindo desníveis em relação ao leito pré-existente.
- Planejamento e monitoramento do crescimento da cidade para implantação de redes de distribuição.
- Execução de um cadastro confiável da rede de distribuição.
- Fiscalização da implantação de redes de abastecimento em novos loteamentos.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

MÉDIO PRAZO:

- Manter o atendimento de 100% da população urbana do município com água tratada;
- Manter a qualidade da água, a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no atendimento à Portaria Nº 510/2004 do Ministério da Saúde;
- Manter o fornecimento de água de maneira continua e regular a população, restringindo os casos de intermitência no abastecimento apenas às situações de necessária manutenção corretiva ou preventiva do sistema;
- Execução do projeto de ampliação e realocação de novos reservatórios;
- Substituição de redes de ligação precárias;
- Sinalizar obras nas vias públicas durante toda a execução sem causar danos a população;
- Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde publica;
- Garantir a proteção aos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, e às nascentes, “olhos d’água” e as faixas marginais de proteção de água superficiais.
- Elaborar estudo/projeto para aproveitamento das águas pluviais ou um sistema de tratamento diferenciado para aquela água a ser utilizada para a limpeza publica, lavagem de carros, limpeza de calçadas e limpeza doméstica;
- Criar uma política de subsídios para a população de baixa renda ter acesso ao tratamento de esgoto;
- Executar a ampliação das redes de distribuição acompanhando a expansão das ruas e avenidas;
- Estabelecimento de um plano de redução de perdas físicas no abastecimento.
- Implantação de redes em acompanhamento e expansões de ruas.

LONGO PRAZO:

- Manter o atendimento de 100% da população urbana do município com água tratada;
- Manter a qualidade da água, a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no atendimento à Portaria Nº 518/2004 do Ministério da Saúde;
- Manter o fornecimento de água de maneira continua e regular à população, restringindo os casos de intermitência no abastecimento apenas às situações de necessária manutenção corretiva ou preservativa do sistema;
- Executar a ampliação das redes de distribuição acompanhando a expansão das ruas e avenidas;
- Substituição das redes depreciadas e com alto índice de conserto;
- Sinalizar obras nas vias públicas durante toda a execução sem causar danos a população;
- Fazer um estudo e projeto para instalação de um reservatório com maior porte e capacidade de armazenagem de água.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

- Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública;
- Garantir a proteção aos mananciais, tanto subterrâneo como superficiais, e às nascentes, “olhos d’água” e as faixas marginais de proteção de água superficiais.

8.3 METAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA RURAL

CURTO PRAZO:

- Elaborar, junto com as comunidades que não possuem redes de distribuição, alternativas para o fornecimento de água adequado às características locais.
- Buscar, junto com as Secretarias Estaduais competentes, a execução de redes de águas nas regiões que já possuem poços artesianos, bem como perfuração de novos poços artesianos.
- Elaborar projetos técnicos a partir das alternativas propostas pelas comunidades onde há maior risco de desabastecimento de água em períodos de estiagem.
- Definir sistema de gestão das redes de distribuição das localidades Emboaba-Ruy Ramos/Vila Carijó e da Vila Pirapó.
- Implantar sistema de tratamento químico para as redes de distribuição das localidades Emboaba-Ruy Ramos/Vila Carijó e da Vila Pirapó.
- Manter os serviços de tratamento de água na zona rural do município, visando uma maior qualidade de vida e garantia de uma água pura a população.
- Buscar fontes de recursos compatíveis para a implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades da Zona Rural.
- Manter serviço de controle para acompanhamento da qualidade da água.
- Ampliar as redes de distribuição de água nas localidades de Emboaba-Ruy Ramos/Vila Carijó e Vila Pirapó.
- Elaboração e execução do projeto de abastecimento de água nas localidades de: Maravalha, Emboaba-Gelinski/Calderon, Santa Barbara e Linha Boa Esperança – Dobrada.

MÉDIO PRAZO:

- Atender 30% da população rural do município com água tratada.
- Manter a elaboração de projetos técnicos a partir das alternativas propostas pelas comunidades onde há risco de desabastecimento de água em períodos de estiagem.
- Execução de projetos de construção de redes de abastecimento.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
467
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
59
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

- Buscar, junto as Secretarias Estaduais competentes, a perfuração de novos poços para suprir a necessidade atual.
- Buscar fontes de recursos compatíveis para a implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades da Zona Rural.
- Expandir o serviço de controle para acompanhamento da qualidade da água.
- Ampliar as comunidades atendidas por meio de sistema de abastecimento comunitários, através de associações, de forma integrada com o sistema existente ou de forma isolada, através de poço.
- Manter os serviços de tratamento de água na zona rural do município, visando uma maior qualidade de vida e garantia de uma água pura a população.

LONGO PRAZO:

- Manter o atendimento de 100% da população rural do município com água tratada;
- Manter a elaboração de projetos técnicos a partir das alternativas propostas pelas comunidades onde há risco de desabastecimento de água em períodos de estiagem.
- Execução de projetos de construção de redes de abastecimento.
- Buscar, junto as Secretarias Estaduais competentes, a perfuração de novos poços para suprir a necessidade atual.
- Buscar fontes de recursos compatíveis para a implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades da Zona Rural.
- Expandir o serviço de controle para acompanhamento da qualidade da água.
- Ampliar as comunidades atendidas por meio de sistema de abastecimento comunitários, através de associações, de forma integrada com o sistema existente ou de forma isolada, através de poço.
- Manter os serviços de tratamento de água na zona rural do município, visando uma maior qualidade de vida e garantia de uma água pura a população.

9 OBJETIVOS E METAS PARA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

9.1 OBJETIVOS:

Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário, com coleta, afastamento, tratamento e destino adequado.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

9.2 METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO PERÍMETRO URBANO

CURTO PRAZO:

- Criar uma lei Municipal, para a execução de sistema de esgoto para a liberação de habite-se em novos loteamentos, prevendo-se a canalização para ligação em rede coletora futura;
- Exigir a implantação de sistema de tratamento individual e ou coletivo para novos loteamentos e condomínios;
- Elaborar estudos e projeto executivo para o Sistema de Esgotamento Sanitário abrangendo todo perímetro urbano e que atenda as necessidades do município.
- Elaborar estudos e projeto executivo para implantação de uma estação de tratamento de esgoto sanitário.
- Elaborar projeto executivo de sistema para implantação de coleta e tratamento de esgotamento sanitário tipo coletivo unitário ou misto.
- Fazer um estudo/projeto, para posterior implantação do esgoto sanitário de postos de combustível e unidades de saúde do município;
- Garantir a proteção dos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, nascentes e faixas marginais de proteção de águas superficiais;

MÉDIO PRAZO:

- Atingir 55 % da população urbana com esgoto tratado através de sistema coletivo (ETE);
- Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário.
- Implantação de sistema unitário coletivo tipo misto-progressivo de coleta e afastamento e tratamento de esgoto junto a ETE;
- Implantação gradativa do projeto executivo existente de esgotamento sanitário, observando a disponibilidade econômica e financeira;
- Fiscalizar e exigir, da Companhia concessionária a disponibilidade para, a limpeza periódica da fossa séptica e sumidouro, novos e os já existentes, conforme dimensionamento dos respectivos projetos aprovados junto a Prefeitura Municipal;
- Selecionar economias que caracterizam inviabilidade de esgotamento sanitário através das redes de coleta coletiva;
- Incluir no Código de Obras a obrigatoriedade da ligação das economias na rede de esgoto implantada.
- Continuar com a implantação de fossa séptica e em novas construções, prevendo-se a canalização para ligação em rede coletora;
- Continuar com a implantação gradativa do projeto executivo do sistema de esgoto sanitário, observada a disponibilidade econômica e financeira;
- Garantir a proteção dos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, nascentes e faixas marginais de proteção de águas superficiais;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

LONGO PRAZO:

- Universalizar a população urbana com Sistema de Esgotamento Sanitário, coletivo e individual;
- Fiscalizar o estabelecido na Lei Municipal, para a execução de sistema de esgoto para a liberação de habite-se em novos loteamentos, prevendo-se a canalização para ligação em rede coletora futura;
- Implantação de sistema coletivo de coleta, afastamento e tratamento de esgoto tipo Separador Absoluto, misto e unitário;
- Manutenção de fossas séptica (esgotamento) por parte da companhia concessionária com caminhão e equipamentos adequados com destinação junto a ETE;
- Selecionar economias que caracterizam inviabilidade de esgotamento sanitário através das redes de coleta coletiva.
- Implantação do projeto executivo de Sistema de Esgoto Sanitário, de acordo com o projeto executivo e observada a disponibilidade econômica e financeira.
- Garantir a proteção dos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, nascentes e faixas marginais de proteção de águas superficiais;

9.3 METAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ZONA RURAL

CURTO PRAZO:

- Atingir 30% da população rural com esgoto tratado;
- Promover a sensibilização do tratamento de esgoto sanitário em ampliações ou novas residências.
- Disponibilizar projeto técnico para implantação sistema de tratamento unitário na forma de fossa séptica, poço sumidouro;
- Buscar fontes de recursos compatíveis para a implantação dos projetos acima citados.
- Garantir a proteção dos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, nascentes e faixas marginais de proteção de águas superficiais;

MÉDIO PRAZO:

- Atingir 60% da população rural com esgoto tratado;
- Garantir a proteção dos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, nascentes e faixas marginais de proteção de águas superficiais;

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

LONGO PRAZO:

- Contemplar 100% da população da zona Rural com Sistema de Esgotamento sanitário;
- Garantir a proteção dos mananciais, tanto subterrâneos como superficiais, nascentes e faixas marginais de proteção de águas superficiais;

10 AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

O objetivo essencial do Plano Municipal de Saneamento Básico é o correto atendimento à população com serviços públicos adequados e universais, nos termos da Lei Nacional de Saneamento Básico nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e da Lei Municipal nº 1.309, de 04 de abril de 2006.

Situações emergenciais na prestação dos serviços previstos nesse PMSB podem ocorrer em decorrência de clima, funcionamento deficiente ou quebra de equipamento, desorganização ou greve de trabalhadores, caracterizando uma ocorrência temporária. As diretrizes para planos de racionamento e atendimento a aumento de demanda temporária, diretrizes para integração com planos locais de contingência e regras de atendimento e funcionamento operacional para situações críticas na prestação de serviços, incluindo mecanismos tarifários de contingência, deverão ser elaboradas pelo Gestor Municipal, com auxílio dos Conselhos Municipais de Saúde e Meio Ambiente e Concessionária.

10.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

As situações emergenciais na operação do sistema de abastecimento de água ocorrem quando da ocasião de paralisações na produção, na adução e na distribuição. Estes eventos continuarão a ser resolvidos através dos procedimentos de manutenção.

Evidencia-se que quanto melhor for mantido o sistema, e quanto mais ampla for a capacidade de atendimento, as situações de emergência e de contingência serão reduzidas.

Portanto, a solução dos principais problemas nas situações de emergência ou de contingência, dizem respeito à alocação de recursos financeiros.

Os recursos poderão provir do erário, de financiamentos em geral, ou de parcerias público-privadas na forma de concessões plenas ou parciais, nos termos da lei.

10.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

As situações emergenciais na operação do sistema de esgotamento sanitário ocorrem quando da ocasião de entupimento de redes coletoras,

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

sobrecargas de vazões parasitárias e defeitos nas estações elevatórias e de tratamento de esgotos. Estes eventos continuarão a ser resolvidos através dos procedimentos de manutenção e serviços de eliminação de ligações clandestinas de águas pluviais nas redes coletoras.

Evidencia-se que quanto melhor for mantido o sistema, e quanto mais ampla for a capacidade de atendimento, as situações de emergência e de contingência serão reduzidas.

Portanto, a solução dos principais problemas nas situações de emergência ou de contingência, dizem respeito à alocação de recursos financeiros.

Os recursos poderão provir do erário, de financiamentos em geral, ou de parcerias público-privadas na forma de concessões plenas ou parciais, nos termos da lei.

11 FONTES DE FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO BÁSICO

Com base no Plano Nacional de Saneamento (PLANSAB), as principais fontes de investimento disponíveis para o setor de saneamento básico no Brasil são: os recursos dos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), também denominados de recursos onerosos; os recursos não onerosos, derivados da Lei Orçamentária Anual (LOA), também conhecido como Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos estados e municípios; de emendas parlamentares; recursos provenientes de empréstimos internacionais, contraídos junto às agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD); recursos próprios dos prestadores de serviços, resultantes de superávits de arrecadação.

11.1 VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Nos termos da legislação vigente, os investimentos em saneamento básico devem observar a viabilidade econômica e financeira do sistema, objetivando assim sua sustentabilidade.

Este é um dos princípios fundamentais da Lei 11.445/2007, e como tal devem ser observados quando do planejamento das ações em saneamento básico.

12 MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS

O plano contém mecanismos para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações programadas**,** considerando a implementação, os

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página 472
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 64
Peça 4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P016E12F

resultados alcançados, as modificações necessárias, bem como para o processo da revisão periódica, que vai ocorrer, no máximo, a cada quatro anos.

Ao final dos 20 anos, deverá ser elaborada a complementação das intervenções sugeridas e incluir novas demandas para a área de planejamento do PMSB.

O sucesso do PMSB está condicionado a um processo de permanente revisão e atualização e, para tanto, o próprio Plano deve prever ações complementares, como o monitoramento de dados e estudos adicionais.

Respeitada a autonomia municipal e assegurando um processo de planejamento participativo, considerando o desenvolvimento, a organização e a execução de serviços e obras de interesse comum para o saneamento básico, a partir dos resultados das propostas de intervenção nos diferentes cenários, buscar-se-á trabalhar através de planos de ações específicos.

12.1 INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Ficam estabelecidos os Indicadores para Universalização do serviço e acompanhamento da qualidade, quantidade, continuidade e alcance do abastecimento de água no município, descritos no Quadro 05.

Quadro 05: Meta e indicadores para acompanhamento do Sistema de Abastecimento de água.

Meta	Indicador				
Nível de universalização dos serviços de água	Índice de atendimento urbano de água	NUA	%	$NUA = \frac{PA}{PT} \times 100$	PA = População abastecida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de água, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio; PT = População urbana total
Conservação dos Mananciais	Índice de tratamento de água com sistema de tratamento de lodo	ITL	%	$\frac{GRA006}{GRA005} \times 100$	GRA005: Volume total de água bruta, medido na entrada da ETA, inclusive volume de água importada bruta, se houver. GRA006: Volume total de água bruta, medido na entrada da ETA, inclusive volume de água importada bruta, se houver. Considerar somente ETAs com sistema de tratamento e/ou disposição de lodo (leito de secagem, bacia de infiltração, lagoa de lodo, bag, centrifuga, filtro .

12.2 INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Ficam estabelecidos os indicadores para acompanhamento da Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário quanto à coleta, afastamento e tratamento do esgoto cloacal do município, descritos no Quadro 06.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
473
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
65
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

Quadro 06: Meta e indicador para acompanhamento do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Meta	Indicador				
Nível de universalização dos serviços de esgotamento sanitário	Índice de atendimento urbano de esgoto sanitário	NUE	%	$NUE = \frac{PS}{PT} \times 100$	PS = População servida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais com coleta de esgoto, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio; PT = População urbana total
Conservação de Mananciais	Incidência das análises de aferição dos padrões de lançamento do esgotamento sanitário fora do padrão	PRP	%	$\frac{OPE001}{OPE002} \times 100$	Quantidade total de amostras coletadas no ponto de lançamento, para aferição da qualidade do esgoto lançado, cujo resultado da análise ficou fora do padrão, de acordo com a Licença de Operação. Deve ser considerada a soma das amostras coletadas para a análise de todos os parâmetros fixados pela legislação, nas quantidades e periodicidades nela fixadas, cujos resultados ficaram fora do padrão.Corresponde ao somatório das quantidades ocorridas no período considerado. Observação 1 – as metas foram estabelecidas com base nas ETEs que possuem Licenças de Operação para os parâmetros de lançamento do efluente (esgoto Quantidade total de amostras coletadas no ponto de lançamento, para aferição da qualidade do esgoto, de acordo com a Licença de Operação. Deve ser considerada a soma das amostras coletadas para a análise de todos os parâmetros fixados pela legislação, nas quantidades e periodicidades nela fixadas.Quantidade total de amostras coletadas no ponto de lançamento, para aferição da qualidade do esgoto, de acordo com a Licença de Operação. Corresponde ao somatório das quantidades ocorridas no período considerado.

13 DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano Municipal de Saneamento foi elaborado pela Equipe Técnica do Município, apoiados por representantes da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, atendendo aos ditames da Lei Federal n.º 11.445/07, cumpridas as formalidades legais, e dado ampla divulgação e subsequente edição oficial pelo Poder Executivo.

Consoante o parágrafo 4.º do artigo 19 da citada lei, este plano será revisto periodicamente, em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
474
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
66
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

14 BIBLIOGRAFIA

ACL – Assessoria e Consultoria Ltda & Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda, 2007. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Sistema de Irrigação Arroio Velhaco, Integrante do “Projeto Costa Doce”. Prefeitura Municipal de Arambaré.

Koppen, W. 1948. Climatologia. México. Fondo de Cultura Econômica.

Moreno, J.A., 1961. Clima do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Secretaria da Agricultura.

GEMA Geologia e Meio Ambiente, 2008. Plano Ambiental Municipal de Sertão Santana.

Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – Departamento de Saneamento, 2009. Projeto de Sistemas de Esgoto Sanitário – Município de Sertão Santana.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

15 ANEXOS

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PMSB

CONFEA / CREA-RS — Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77 — Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS

ART Nr.: 6124066

Dados da ART — **Agência/Código do Cedente** 065-48/015117596 — **Nosso Número:** 06124066.93

Tipo: OBRA/SERVIÇO — **Participação Técnica:** INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO — **Motivo:** NORMAL
Característica: OBRA/SERVIÇO EXCETO EDIFICAÇÃO

Contratado

Carteira: RS088916 — **Profissional:** JOÃO ALBERTO MEYER — **E-mail:** agricultura@sertaosantana-rs.com.br
RNP: 2201537917 — **Título:** Tecnólogo em Saneamento Ambiental, Técnico em Agricultura
Empresa: NENHUMA EMPRESA — **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA — **E-mail:** prefeito@sertaosantana-rs.com.br
Endereço: 24 DE MARÇO 1890 — **Telefone:** 51 - 34951066 — **CPF/CNPJ:** 94.068.236/0001-03
Cidade: SERTAO SANTANA — **Bairro.:** CENTRO — **CEP:** 92850000 — **UF:** RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA
Endereço da Obra/Serviço: 24 DE MARÇO 1890 — **CPF/CNPJ:** 94.068.236/0001-03
Cidade: SERTAO SANTANA — **Bairro:** CENTRO — **CEP:** 92850000 — **UF:** RS
Finalidade: AMBIENTAL — **Dimensão(m²):** — **Vlr Contrato(R$):** — **Honorários(R$):** 200,00
Data Início: 14/11/2011 — **Prev.Fim:** 30/12/2011 — **Ent.Classe:** SINTARGS

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Plano	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, ÁGUA E ESGOTAMENTO	1,00	UN

33,00RD1003

CEF2283211z011053241000779

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
SERTÃO SANTANA, 18/11/2011	JOÃO ALBERTO MEYER — Profissional	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA — Contratante

Banrisul 041-8 — 04192.10067 50151.175069 124066.40933 1 51650000003300

Local de Pagamento: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA	Vencimento: 28/11/2011
Cedente: CREA-RS Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do RS	Agência/Cód.Cedente: 065-48/015117596
Data do documento: 18/11/2011 — Nr.Docto: 6124066 — Espécie DOC: DM — Aceite: NÃO — Data Processamento: 18/11/2011	Nosso Número: 06124066.93
Uso Banco — Carteira: 01 — Espécie: R$ — Quantidade — Valor	(=) Valor do Documento: 33,00
Instruções: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.	(-) Desconto/Abatimento
	(-) Outras Deduções
	(+) Mora/Multa
	(+) Outros Acréscimos
	(=) Valor Cobrado

Sacado: JOÃO ALBERTO MEYER — CPF: 55689213004

Autenticação mecânica/Ficha de compensação

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

ATA DA 1ª REUNIÃO NA CORSAN/PORTO ALEGRE-RS

ATA 1ª REUNIÃO/PMSB
MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA

DATA: 05/09/11
PARTICIPANTES CORSAN: André B. Finamor, Rogério Madrid
PARTICIPANTES MUNICÍPIO:João Alberto Meyer, Lindoberto Pontes, Vitor Hugo Feiden

1. **ASSUNTOS ABORDADOS:**
   - Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/10;
   - PAC II, Grupo 3; informado da carta-consulta protocolada pela CORSAN referente a solicitação de Projeto para o esgotamento sanitário;
   - Importância do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB para cumprimento da Lei, planejamento das ações, bem como para buscar recursos junto ao Governo Federal;
   - Renovação do Contrato de Programa e a necessidade prévia do PMSB;
   - Apresentação de formas alternativas de esgotamento sanitário;
   - O município informa que as residências possuem basicamente sumidouros e um percentual alto delas estão ligadas clandestinamente no sistema pluvial, sem tratamento.
   - Sistema de Abastecimento de Água existente;
   - A importância dos técnicos do município para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
   - Necessidade de Audiências Públicas;
2. **MATERIAIS ENTREGUES PELA CORSAN:**
   - Dados relativos ao Sistema de Água e esgotamento Sanitário existente;
   - Minuta modelo para elaboração do PMSB;
   - Modelos de PMSB
3. **DEFINIÇÕES:**
   - Os representantes do município ficaram de desenvolver a caracterização do município e dos sistemas existentes de água e esgotamento sanitário baseados nos relatórios entregues, com acompanhamento do Chefe da US, assim como o dia gnóstico do sistema, mantendo via e-mail os contatos no andamento dos trabalhos;
   - A SUPRIN continuará auxiliando o Município com ponderações e auxílio técnico.
4. **ENCAMINHAMENTOS:**
   - Agendamento da 2ª reunião para apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo município relativos aos sistemas de água e esgoto existentes e seus diagnósticos, na CORSAN, sala da SUPRIN, dentro de 15 dias, com data a ser definida pelo Município.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

ATA DA 2ª REUNIÃO NA CORSAN/PORTO ALEGRE-RS

ATA 2ª REUNIÃO/PMSB
MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA

DATA: 25/10/11
PARTICIPANTES CORSAN: Rogério Madrid, Gerson Cavassola
PARTICIPANTES MUNICÍPIO: João Alberto Meyer, Lindoberto Pontes

1. **ASSUNTOS ABORDADOS:**
   - Apresentado pelo município a minuta do PMSB, incluindo a caracterização do município, dos SAA e do SES;
   - O trabalho apresentado foi debatido em todas as partes envolvendo o SAA e SES, e levantada algumas ponderações e sugestões por parte dos técnicos da CORSAN;
   - Informado ao técnicos do municipio que a carta-consulta, protocolada junto a FUNASA pela CORSAN solicitando recursos para o SES, foi selecionada na pré-seleção;
   - A necessidade de convocar Audiencia Pública;

2. **DEFINIÇÕES:**
   - Os representantes do município ficaram de finalizar os trabalhos a partir das ponderações e sugestões que foram apresentadas, com acompanhamento do Chefe da US, e retorná-lo via e-mail;
   - A SUPRIN continuará auxiliando o Município com ponderações e auxílio técnico.

3. **ENCAMINHAMENTOS:**
   - Será agendada audiência pública,dentro dos próximos 15 dias, onde a população poderá participar com sugestões que serão avaliadas pelo comitê coordenador do PMSB.

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO JORNAL REGIONAL DE NOTÍCIAS, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011



REGIONAL Ger

Prefeitura Municipal

Rua 24 de Março nº1.890 - Fone: (51) 34

EDITAL Nº003/2011

PREFEITURA MUNICIPAL
SERTÃO SANTANA
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais, faz saber a comunidade, que no dia **14 de novembro** de 2011, será realizada audiência pública para análise do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A comunidade fica desde já convidada a comparecer no Auditório da Prefeitura Municipal de Sertão Santana às 20 horas, a fim de dar a sua contribuição.

Sertão Santana, 31 de outubro de 2011.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PMSB DE SERTÃO SANTANA-RS

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ATA nº 01

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e onze, às vinte horas, no auditório da prefeitura municipal de Sertão Santana, conforme Edital de convocação nº 03/2011, publicado na Edição nº 340 do jornal Regional de Notícias, de 09 de novembro de 2011, e no mural da Prefeitura Municipal de Sertão Santana, onde o Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais convoca a comunidade em geral para Audiência Pública para análise do Plano Municipal de Saneamento Básico contemplando o Sistema de Abastecimento de Água e o Sistema de Esgotamento Sanitário. Dando início a Audiência Pública o Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Ivano Olavo Naibert da boas vindas a todos e agradece pela presença, frisou a importância do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB para a Gestão deste setor no município. Em seguida passou a palavra para o Assessor de Meio Ambiente João Alberto Meyer, que explanou aos presentes, comentou que o PMSB tem como base a Lei Federal nº 11.445/2007 e o seu Decreto Regulamentador nº 7.217/2010, sendo o Plano um instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo, visando atender as necessidades presentes e futuras de infra-estrutura sanitária no município. Em seguida João Alberto Meyer passou a detalhar o Plano, abrindo espaços para a comunidade para discussão. Da participação do público foram aprovados os seguintes itens para inclusão ao Plano: - Foi proposto pelos integrantes da CORSAN um estudo e projeto para instalação de um reservatório com maior capacidade de armazenagem de água, para fazer parte das metas de longo prazo no Sistema de Abastecimento de água da zona Urbana, será incluído ao Plano; - Foi proposto também a ampliação das redes de distribuição de água nas localidades de Emboaba Ruy Ramos, Vila Carijó e da Vila Pirapó, para fazer parte das metas de curto prazo no Sistema de Abastecimento de água da zona Rural, será incluído ao Plano. Também foi comentado pela comunidade a questão de manter a qualidade da água, tanto na zona urbana quanto na zona rural, segundo informações do representante da Corsan, Sr. Leandro Rodrigues da Cruz, o acompanhamento da qualidade da água da zona urbana é feito através de análises periódicas, em relação ao abastecimento da zona rural atualmente não existe este tipo de controle, porém este anseio da comunidade esta incluso nas metas do PMSB Nada mais a constar encerro a presente ata que será assinada por mim, pelo Assessor de Meio Ambiente e pelo Prefeito Municipal em exercício, sendo que os demais presentes assinarão a lista de presença que será arrolada em anexo. Sertão Santana, 14 de novembro de 2011. Secretário da Audiência Pública – Solano Celso de Abreu.

Solano Celso de Abreu

João Alberto Meyer

Ivano Olavo Naibert

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PMSB DE SERTÃO SANTANA, FOLHA 01

Prefeitura Municipal de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA – 14 DE NOVEMBRO DE 2011 – 20 HORAS

Nº	NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
01	CARLOS AUGUSTO PETARSEN	1001181837	
02	IVANO OLAVO NATBART	1005009566	
03	LILIAN SCHWALM KAUCAR	2043634707	
04	Leandro Rodrigues da Cruz	60458189 75	
05	FELICIA BASTERNAK KRAMER	30697753331	
06	Catia Regina Vigil Simon	80320 36496	
07	ARNO RENZ	7001186266	
08	VILSON RENS	6028703681	
09	ZANAR LIATZ	8048500937	
10	ENIO WAZLAWICK NÜCKA	3074808002	
11	GISELA RENATA ROSANAU	9005997541	
12	FLAVIO ARMANDO KOCH	9007414106	
13	Tisiane Marcia Michaelsen	10582219 28	
14	Cristaini de Carvalho Oliveira	3776708157	
15	Taissana Bischoff Farias	3717733753	
16	Daniela Carvalho Borges	7118804157	
17	Claudiomiro Lopes	CART. NASC. Nº 807 LIVRO A-3, FOL. 097	
18	Elizete Regina Lo Lo.	3071189066	
19	Deise da Cunha	10352157 87	
20	Cristina Weber	908900573 6	
21	Juliane Koch	3770409079	
22	CESAR CASTILHOS DA SILVA	21056249 35	
23	Claudia Kyomi Gadinho Barbosa	51127590 71	
24	Patricia Lopes	7717646913	
25	Silvia Fraga Marques	7718286739	
26	Deivide Oliveira da Silva	CART. NASC. LA 107, FL 85, Nº 3556	
27	Daiani Lima Schuerne	9089 006734	
28	Olivia Tavares Machado	CPF 60212837087	
29	Vilma Weindreimer Erickson	7105109861	
30	Igor da Silva Alves	5107 354735	

Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas! 1

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PMSB DE SERTÃO SANTANA, FOLHA 02

Prefeitura Municipal de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Nº	NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
31	Victor Sememann	11133708 35	
32	Everson oliveira.	6118344794	
33	Gabriel Schwalm	8098495768	Gabriel Schwalm
34	Tairone ger. Pereira	6090446615	Tairone ger Pereira
35	Guilherme S. Eckert	3109337649	Guilherme S. Eckert
36	Djacqueson Bortolotto	805724 2763	
37	Nelson Ricardo Stanck	1034818797	
38	Dulce Maria Wiczkowski	10 1564 7967	
39	Yan Dallim Pontes	410 453 7479	Yan Dallim Pontes
40	Roberson Jean Carocho	1069769063	
41	Moacir Hilgert	10349636 51	
42	Derli of. Oraloski	1056157413	
43	ALEXANDRE ROLOFF R.º	705821.73 03	
44	VLADIMIR DA ROCHA	503712 0268	
45	Sidnei Luis de Abreu	7087689010	
46	JEAN HUGO FEIDEN	6006204322	
47	VINICIUS SONIZ	10572433 11	
48	SOLANGE RAAB	302817415 7	
49	Jairo Krupek	7090915871	
50	SERGIO TIMPKA	601349 7197	
51	CARLO EMILIANO KOCH	8080897188	
52	GEFERSON E. BIELAUSKI	7058216941	
53	HENRIQUE SCHMIDT	9025 15 29 M	
54	ROSIANA SCHMANCK	4035984537	Rosiana Schmanck
55	JOSIAS GALINSKI	5058222281	
56	NELSON LUIS BARBIERI	3050337382	
57	JOÃO ALBANO MAYER	704065.9679	
58	LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT	205 487 3471	
59	ROSANE T. Mielczarski	9053353869	
60	GECI P. A. GRASSETTI	1051830592	

Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas! 2

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PMSB DE SERTÃO SANTANA, FOLHA 03

Prefeitura Municipal de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Nº	NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
61	DARCI SCHMIDT	301995 6907	
62	PAULA ROVANDA O. DA SILVA	810696 3501	
63	SONIA REGINA METZENBACHER	2013444233	
64	ANDRESSA BIRKA	805748588	
65	Eliani Stanchi	704800 43241	
66	CRISTINA P. BARBIERI	306977 4218	
67	ALINA BLICHOFF LAUX	607448 3592	
68	CARIN ECKART MAYER	406825 8761	
69	LINDOBARTO PONTAS	300178 1993	
70	FREDERICO LEOPOLDO FAIL	103348 6671	
71	Claudio NORBERTO da Silva	49961128087	
72	Soeli Maria Bonbos	20406 62344	
73	JULIANA W. KUBIAKI	909773 3514	
74	RUNICIO DALFORTH	607480 2778	
75	Ricceli Wotmann	106976 8875	
76			
77			
78			
79			
80			
81			
82			
83			
84			
85			
86			
87			
88			
89			
90			

Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas! 3

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Processo
01373-0200/21-5

Página da peça
75

Peça
4199579

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P016E12F

REPORTAGEM SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA NO JORNAL REGIONAL DE NOTÍCIAS, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011

Audiência Pública em Sertão Santana

A Administração Municipal, a Câmara de Vereadores e a comunidade Sertanense participaram na semana passada da Audiência Pública para analise (apreciação e aprovação) do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o edital nº 003/2011. Estiveram participando dessa Audiência além das autoridades citadas e a comunidade em geral os alunos do 2º Grau da Escola Estadual Eduardo Secco. O Prefeito em Exercício Ivano Naibert, saudou e agradeceu a presença de todos, falou também da importância do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB para Gestão deste setor no município.

Em seguida o Assessor de Meio Ambienta da Prefeitura – João Alberto Meyer, explanou aos presentes, que a elaboração deste plano se baseia na Lei Federal Nº 11.445/2007 e o seu Decreto Regulamentador Nº 7.217/2010, sendo o Plano um instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo, visando atender as necessidades presentes e futuras de infraestrutura sanitária do município. Cabe destacar a participação da comunidade que interagiu, sugestionando metas e objetivos importantes para o município.

O Plano apresentado para a comunidade contempla o sistema de abastecimento de água e o sistema de esgotamento sanitário.



Alunos e a comunidade em geral também estiveram presente na renião

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

ATA Nº 12 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SERTÃO SANTANA – COMMAM

Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sertão Santana - COMMAM

ATA nº 12 do COMMAM – ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e onze, ás quinze horas, reuniram-se no auditório da prefeitura municipal de Sertão Santana, os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, em assembléia geral ordinária com a seguinte pauta: Análise do Plano Municipal de Saneamento Básico contemplando o sistema de Abastecimento de Água e o Sistema de Esgotamento Sanitário. Sendo o PMSB explanado para os membros do Conselho, onde foram discutidos objetivos e metas e quais as necessidades presentes e futuras de infra-estrutura sanitária para o município, sendo que os membros aprovaram o PMSB em seu atual teor. Nada mais a constar encerro a presente ata que será assinada por os presentes. Sertão Santana, 06 de dezembro de 2011.

JOÃO ALBERTO MEYER
Presidente do COMMAM

CÂNDIDO NORBERTO DA SILVA
Secretário do COMMAM

CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHAFFER

FLÁVIO AVELINO KOCH

AURIO SOLKA

ENIO WALDEMAR MUCKE

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página
485
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
77
Peça
4199579
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P016E12F

DECRETO MUNICIPAL Nº 1575, APROVANDO O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB

Prefeitura Municipal de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

DECRETO Nº1.575, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aprova o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB,** com ênfase nos Sistemas de Abastecimentos de Água de Esgotamento Sanitário.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Artigo 64-A, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB,** com ênfase nos Sistemas de Abastecimentos de Água e de Esgotamento Sanitário, aprovado por Audiência Pública na data de 14 de novembro de 2011 e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMAM, na data de 6 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 8 de dezembro de 2011.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

Doe Órgãos, Doe Sangue: Salve Vidas!

Rua 24 de Março, 1890 - CEP 92.850-000 - Fone/Fax: (51) 3495.1066 - Sertão Santana - Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: VINICIUS FRAZZON BOER em 30/03/22, IRIO MIGUEL STEIN em 30/03/22 e LUIS CARLOS SCHWALM ECKERT em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1541.688A.2DD5.CDEF.6AFD.

Página 486
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4558104
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59AC

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Licitações

Órgão
PM DE SERTÃO SANTANA

Data/Hora da consulta
15/07/2022 14:29:14

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2021	31/12/2021	13,43	12,28 dias

Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Chamada Pública / PNAE 14/2021	Homologação	01/03/2021	22/06/2021	76	5	71
Chamada Pública / PNAE 14/2021	Edital e anexos	03/02/2021	22/06/2021	90	5	85
Pregão Eletrônico 6/2021	Homologação	09/06/2021	22/06/2021	9	5	4
Pregão Eletrônico 7/2021	Homologação	09/06/2021	22/06/2021	9	5	4
Pregão Eletrônico 8/2021	Homologação	09/06/2021	22/06/2021	9	5	4
Pregão Eletrônico 21/2021	Aviso de alteração do Edital/Errata	28/12/2021	24/01/2022	14	5	9
Pregão Presencial 1/2021	Homologação	29/01/2021	09/02/2021	6	5	1
Processo de Dispensa 18/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	17/05/2021	31/05/2021	10	5	5
Processo de Dispensa 19/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	17/05/2021	31/05/2021	10	5	5
Processo de Dispensa 25/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	23/06/2021	05/07/2021	8	5	3
Processo de Dispensa 39/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	08/09/2021	17/09/2021	7	5	2
Processo de Dispensa 44/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	04/10/2021	15/10/2021	8	5	3
Processo de Dispensa 45/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	04/10/2021	15/10/2021	8	5	3
Processo de Dispensa 47/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	05/11/2021	22/11/2021	10	5	5
Processo de Dispensa 48/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	05/11/2021	22/11/2021	10	5	5
Processo de Inexigibilidade 3/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	18/05/2021	31/05/2021	9	5	4
Tomada de Preços 3/2021	Edital e anexos	10/06/2021	22/06/2021	8	5	3
Tomada de Preços 7/2021	Homologação	30/09/2021	15/10/2021	10	5	5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0173.2325.7BC6.A00D.3ED4.

Página 487
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4558105
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59AD

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Contratos

Órgão
PM DE SERTÃO SANTANA

Data/Hora da consulta
15/07/2022 14:29:15

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2021	31/12/2021	15,56	5,29 dias

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 3117/2017	Termo aditivo	21/05/2021	31/05/2021	6	5	1
Contrato 3717/2017	Termo aditivo	11/06/2021	22/06/2021	7	5	2
Contrato 618/2018	Termo aditivo	01/02/2021	04/03/2021	18	5	13
Contrato 620/2020	Termo aditivo	29/01/2021	09/02/2021	6	5	1
Contrato 5020/2020	Termo aditivo	23/02/2021	31/03/2021	25	5	20
Contrato 121/2021	Termo aditivo	29/12/2021	24/01/2022	14	5	9
Contrato 1521/2021	Apostilamento	02/08/2021	18/08/2021	9	5	4
Contrato 1521/2021	Apostilamento	01/08/2021	18/08/2021	9	5	4
Contrato 3121/2021	Contrato	17/05/2021	31/05/2021	10	5	5
Contrato 3221/2021	Contrato	17/05/2021	31/05/2021	10	5	5
Contrato 3321/2021	Contrato	18/05/2021	31/05/2021	9	5	4
Contrato 3921/2021	Contrato	23/06/2021	05/07/2021	8	5	3
Contrato 4121/2021	Termo aditivo	05/11/2021	22/11/2021	10	5	5
Contrato 4321/2021	Termo aditivo	05/11/2021	22/11/2021	10	5	5
Contrato 6021/2021	Contrato	08/09/2021	17/09/2021	7	5	2
Contrato 6121/2021	Termo aditivo	04/11/2021	22/11/2021	11	5	6
Contrato 6321/2021	Termo aditivo	04/11/2021	22/11/2021	11	5	6
Contrato 6821/2021	Contrato	04/10/2021	15/10/2021	8	5	3
Contrato 7021/2021	Contrato	04/10/2021	15/10/2021	8	5	3
Contrato 7621/2021	Contrato	05/11/2021	22/11/2021	10	5	5
Contrato 7721/2021	Contrato	05/11/2021	22/11/2021	10	5	5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6068.E61B.FA41.A911.F5DA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 1/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 29/04/2021, às 11h e 00min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal ou o Conselho Municipal de Educação criaram alguma normativa, vigente, relativa à implementação do ensino da história e cultura, afro-brasileira e indígena (Artigo 26-A da LDB)?	Sim, ambos
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN dentre as metas a serem atingidas, promovendo o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.895/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Sim - possui setor
Nome do setor	Pedagógico
1.2.1.1) Informar a composição da Equipe técnica lotada no Setor indicado:	Registros informados: 0
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	-
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 0
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	-
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	Resolução Relações étnico-raciais nº07.pdf (0,48MB)
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Pergunta	Resposta
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (0,15MB)
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Resolução Relações étnico-raciais nº07.pdf (0,48MB)
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.2) Dos recursos orçados para a Função Educação, algum montante foi destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020 (valor liquidado)?	Sim
Quanto?	1.000,00
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	Formação continuada dos professores específica relativa ao tema
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) No último concurso público para o magistério municipal, o ensino da histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas foi exigido dentre os conteúdos a serem estudados pelos candidatos?	Não
1.5.1.1) Anexar cópia do edital.	-
1.5.2) O Município promoveu a capacitação de professores para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	Sim
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.5.2.2) Informe a Área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020:	História Artes Educação Física Língua Portuguesa Matemática Geografia
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2020?	Sim
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	Instituições privadas ou comunitárias de ensino superior
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) A Secretaria Municipal de Educação implantou e está em plena execução o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme previsto no Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) e de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	Sim
1.6.2) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, e os Pareceres do Conselho Nacional de Educação nºs CNE/CP 003/2004 e CNE/CEB 002/2007, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	São ministrados na Educação Infantil em todas as escolas municipais São ministrados em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental A rede municipal não possui Ensino Médio

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558119

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
1.6.3) Considerando as escolas da rede pública municipal, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	Em todos os anos do Ensino Fundamental A rede municipal não possui Ensino Médio
1.6.4) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	História Artes Educação Física Língua Portuguesa Matemática Geografia
1.6.5) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, conforme prevê o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017?	Não
1.6.5.1) Anexar cópia dos relatórios anuais referentes a 2019 e/ou 2020.	-
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Sim
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Sim

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

TSVW3-KAMV6-WOPA3

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Dados Tabulares

1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:

Tipo	Lei
Tipo "Outro", Informe:	
Número	1.391
Ano	2016
Proposta por	Executivo Municipal
Anexar arquivo	Lei Criação do CME.doc (39,5 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Dados Tabulares

1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020

Nome do evento	História e Cultura Afro
Tipo de evento	Curso
Outro:	
Carga horário (em horas)	6,00
Quantidade de professores capacitados	60
Anexe documento comprobatório	44_2020 Cultura Afro Sertão Santana (2).pdf (151,11 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1.359
Ano	2015
Anexar arquivo	PLANO DE EDUCAÇÃO.pdf (718,22 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1.013
Ano	2007
Anexar arquivo	PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO.pdf (317,7 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0726.8236.AAEB.F952.994E.

Página 495
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4558106
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59AE

Recibo de Envio de Informações Nº 3/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 28/04/2021, às 14h e 05min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social	
2.1) Nome completo:	Iara Terezinha Jardim de Oliveira
2.2) CPF:	23892528004
2.3) E-mail para contato:	iarajosocial@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51998413406
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social.	
3.1) Informar o número da lei.	989
3.2) Informar o ano da lei.	2007
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Conselho de Assistência Social.doc (0,05MB)
4) O Conselho Municipal de Assistência Social possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno Conselho.pdf (4,02MB)
5) O Conselho Municipal de Assistência Social possui caráter:	Deliberativo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 12 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Nomeação.pdf (5,41MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social?	Local aleatório - ocupado conforme a disponibilidade
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Assistência Social possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Assistência Social possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2B26.52F5.96A3.87B5.431A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário.pdf (2,09MB)

Justificativas e Observações
Questionário não assinado pela responsável. Mora em outro município.

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

UTLJ6-KZSV7-JUMN8

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2B26.52F5.96A3.87B5.431A.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec. Administração
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec. Assist. Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Agricultura
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Fazenda
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Representantes do Bolsa Família
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Profissionais da Área
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Representante Emater
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2B26.52F5.96A3.87B5.431A.

Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sind. Trab. Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	APAE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	gRUPO DA mELHOR IDADE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2B26.52F5.96A3.87B5.431A.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	9
Unidade	4
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	244 - Assistência Comunitária
Programa	220
Projeto/atividade	2,129
Dotação autorizada (R$)	354,00
Valor empenhado (R$)	100,00
Valor liquidado (R$)	0,00

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2B26.52F5.96A3.87B5.431A.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558107

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 4/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 29/04/2021, às 10h e 44min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Educação?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Educação	
2.1) Nome completo:	Maristani de Fátima Rangel Meyer
2.2) CPF:	56565771049
2.3) E-mail para contato:	marismeyer@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51996126100
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Educação.	
3.1) Informar o número da lei.	1.391
3.2) Informar o ano da lei.	2016
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei Criação do CME.doc (0,04MB)
4) O Conselho Municipal de Educação possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Conselho Municipal de Educação.docx (0,04MB)
5) O Conselho Municipal de Educação possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 8 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Portaria CME.pdf (5,66MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	48
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Educação?	Outro
Qual?	Auditório da Prefeitura
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Educação. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Educação possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Educação possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F018.D032.A3E6.3DDF.375E.

Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	assinado.pdf (2,00MB)

Justificativas e Observações
Nada a Declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

OCTD2-PUJN5-WICS7

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F018.D032.A3E6.3DDF.375E.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Secretarias
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Prof. Municipais
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	4

Nome da Entidade	Diretoras e Vices
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	4

Nome da Entidade	Escola Estadual
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Conselhos Escolares
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	CPM
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	4

Nome da Entidade	Associações
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F018.D032.A3E6.3DDF.375E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558120

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Recibo de Envio de Informações Nº 5/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 08h e 44min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Igualdade Racial?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Igualdade Racial.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Igualdade Racial?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E699.A11E.E72A.456D.2454.

Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

JEVO4-BYGM5-ZDNA5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E699.A11E.E72A.456D.2454.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558108

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Recibo de Envio de Informações Nº 6/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 27/04/2021, às 11h e 42min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente	
2.1) Nome completo:	CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER
2.2) CPF:	66151627091
2.3) E-mail para contato:	cschaffer@emater.tche.br
2.4) Telefone celular para contato:	51999913754
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	
3.1) Informar o número da lei.	1.084
3.2) Informar o ano da lei.	2009
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei 1.084 - Conselho Meio Ambiente.doc (0,04MB)
4) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno COMMAM.doc (0,04MB)
5) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui caráter:	Deliberativo Consultivo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 6 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Portaria 1324 nomeação conselho.pdf (0,41MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	12
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	2
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Não
12) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F81E.5C2E.4135.98D6.FC96.

Pergunta	Resposta
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Assinado.pdf (2,07MB)

Justificativas e Observações
Nada a Declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

EBSI9-NYVG7-IYEQ9

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F81E.5C2E.4135.98D6.FC96.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec Agricultura e Meio Ambiente
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sec Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Brigada Militar
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sind. Trab. Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Ascar/Emater
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Assos. Recanto da Amizade
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F81E.5C2E.4135.98D6.FC96.

Recibo de Envio de Informações Nº 7/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 08h e 50min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	Não
2) Informar os dados da(o) Presidente do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5775.AB24.01A4.4B22.690B.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pela(o) Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

FJHX6-NPLF4-IZUI3

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5775.AB24.01A4.4B22.690B.

Recibo de Envio de Informações Nº 8/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 08h e 43min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Saneamento Básico?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saneamento Básico.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 0
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.56DF.B84D.2DAE.314F.9669.

Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

UJCH2-ODTQ6-NXWE9

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.56DF.B84D.2DAE.314F.9669.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558110

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 10/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 27/04/2021, às 09h e 07min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
2.1) Nome completo:	CRISTINA PELLEGRINA BARBIERI
2.2) CPF:	94820910000
2.3) E-mail para contato:	cristinapbarbieri@hotmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51.996134189
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	
3.1) Informar o número da lei.	1.348
3.2) Informar o ano da lei.	2015
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LEI Nº1348-convertido.pdf (0,19MB)
4) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	REGIMENTO I.condica_0001.pdf (3,50MB)
5) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 10 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	8 - Edital 032019 homologação das Conselheiras eleitas.docx (0,03MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0F95.1DA4.CF83.D2D3.650E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558110

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Condica.pdf (2,17MB)

Justificativas e Observações
Nada a Declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

HOBJ9-QMEU6-ARXX7

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0F95.1DA4.CF83.D2D3.650E.

Página 514
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4558110
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59B2

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Sec Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec. Assist Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sec Fazenda
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Sec Obras
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	APAE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	3ª IDADE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sind Trab Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	EEE eDUARDO sECCO
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0F95.1DA4.CF83.D2D3.650E.

Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	CPM EEE Eduardo Secco
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0F95.1DA4.CF83.D2D3.650E.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	9
Unidade	6
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	221
Projeto/atividade	2141
Dotação autorizada (R$)	9.500,00
Valor empenhado (R$)	0,00
Valor liquidado (R$)	0,00

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0F95.1DA4.CF83.D2D3.650E.

Processo
01373-0200/21-5

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Peça
4558111

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59B3

Recibo de Envio de Informações Nº 11/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 12h e 42min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Tutelar?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Tutelar	
2.1) Nome completo:	Amanda D. Bujes
2.2) CPF:	00507681070
2.3) E-mail para contato:	amandabujes@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	51997501787
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Tutelar.	
3.1) Informar o número da lei.	1.348
3.2) Informar o ano da lei.	2015
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	1348-2015-Dispõe-sobre-a-Politica-Municipal.doc (0,12MB)
4) O Conselho Tutelar possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	regimento interno.pdf (1,84MB)
5) Informar o número total de conselheiros tutelares em atividade	5
5.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	CONSELHEIROS 2019_0001.pdf (0,52MB)
6) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	48
7) Foram realizadas eleições para a escolha dos atuais conselheiros tutelares?	Sim
7.1) Informar a data de realização da mesma.	06/10/2019
7.2) Anexar o edital de abertura do processo de escolha.	8 - Edital 032019 homologação das Conselheiras eleitas.docx (0,03MB)
7.3) Anexar o edital de homologação do resultado do pleito.	8 - Edital 032019 homologação das Conselheiras eleitas.docx (0,03MB)
7.4) Informar a forma pela qual os conselheiros foram alçados à função (aprovação em concurso público, designação para cargo em comissão, etc.).	
8) Indicar a alternativa que reflete a situação do espaço físico ocupado em 2020 pelo Conselho Tutelar.	Prédio disponibilizado pelo Executivo - de forma compartilhada com outros órgãos
9) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Tutelar. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
9.1) Quantos computadores com acesso à internet?	5
9.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
9.3) Quantas impressoras?	1
9.4) Quantos telefones?	2
10) O Conselho Tutelar possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, de forma permanente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.33BC.AE6D.25CC.8660.21F1.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558111

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
11) O Conselho Tutelar possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Não
12) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Tutelar, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Tutelar, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
14) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo(a) Presidente do Conselho, digitalizado.	respostas.pdf (1,32MB)

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

QERI8-HKXO7-WNYA7

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.33BC.AE6D.25CC.8660.21F1.

Dados Tabulares

12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	2
Unidade	2
Função	14 - Direitos da Cidadania
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	200
Projeto/atividade	2110
Dotação autorizada (R$)	102.400,00
Valor empenhado (R$)	96.621,70
Valor liquidado (R$)	96.622,10

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.33BC.AE6D.25CC.8660.21F1.

Recibo de Envio de Informações Nº 12/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 26/04/2021, às 09h e 01min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O Município recebeu algum recurso ou aderiu a algum programa para desenvolvimento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar advindo do governo federal, no exercício de 2020?	Não
2) O Município possui convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para desenvolvimento de políticas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar?	Não
3) Na estrutura administrativa do Executivo Municipal existe Unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	Não
3.1) Esta Unidade foi criada por lei?	
3.2) Qual é a unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	
3.3) Informe o nome da Secretaria, Coordenadoria, Departamento ou Setor responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município	
3.4) A qual Secretaria a Unidade de Políticas para Mulheres está vinculada?	
3.5) Anexar cópia digitalizada da lei ou outra norma local que disciplina a existência e competências da unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município.	-
3.6) A Unidade responsável pelas políticas para mulheres no Município possui recurso orçamentário próprio?	
3.7) Informe o(s) valor(es) e a(s) respectiva(s) classificação(ões) orçamentária(s):	Registros informados: 0
3.8) Esta unidade possui quadro exclusivo de servidores/as?	
4) Existem no Município serviços especializados para atendimento às mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar?	Não
5) O Município possui programas e campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar?	Sim
Quais?	Está sendo implantado um grupo de estudos
6) Informar se há ações de prevenção e atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar realizadas pelo Município nas seguintes áreas: (não preencha as áreas em que não há ação.)	
7) A Administração Municipal acompanha, com algum tipo de atendimento, as mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar?	Não
7.1) Quantas mulheres vítimas de violência foram assistidas em 2020?	
8) O município conta com serviço policial especializado, no próprio município ou em município próximo, como DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres?	Não
8.1) No caso do município contar com atendimento da DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, o atendimento ocorre durante 24 horas, todos os dias da semana?	
8.2) No caso do Município não possuir ou não estar ligado a DEAM, a Delegacia de Polícia mais próxima oferece atendimento adequado para os casos de violência doméstica ou familiar?	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A902.87E6.C273.93F5.E328.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
9) O Município possui alguma política pública determinada por Lei municipal em um dos 04 (quatro) eixos estruturantes da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres? (Prevenção/Combate/Acolhimento-Assistência/Garantia de Direitos)?	Não
9.1) Para quais eixos?	
10) Qual a quantidade de leis municipais estabelecendo alguma política para cumprimento da Lei Maria da Penha há no Município?	Nenhuma
11) No seu Município a rede de proteção/assistência e combate à violência contra mulher conta com a participação do Poder Judiciário (vara especializada), Ministério Público, Defensoria Pública, DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e entidades da sociedade civil como ONGs?	
12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) O Município possui local e equipamentos próprios ou decorrentes de convênios (ex: sala, banheiro, carro, mesa, cadeiras, climatizador, etc.) necessários à estruturação de espaço para atendimento às mulheres vítimas de violência?	Não
13.1) Os equipamentos estão lotados no setor específico de combate à violência contra a mulher?	

Justificativas e Observações
Nada a declarar

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

FAPA7-QPCP2-PTDS2

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A902.87E6.C273.93F5.E328.

Dados Tabulares

12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?

Nome da Secretaria	Não Há
Ações executadas pela Secretaria	Não Há

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A902.87E6.C273.93F5.E328.

Página 523
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4558112
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59B4

Recibo de Envio de Informações Nº 14/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 27/04/2021, às 10h e 41min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Política Municipal de Meio Ambiente	
1.1) Com relação à Política Municipal de Meio Ambiente, assinale os itens em que a questão ambiental é considerada no planejamento do município. Para cada item, indique documentos que comprovem a ação através de link ou anexando o documento, informando, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	
1.1.1) Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Assinale "Sim" caso positivo, informando o número da lei no campo equivalente.	Sim
Informe o número da lei:	1.100
1.1.1.1) No tocante à Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	lei 1100.2009 - MEIO AMBIENTE.doc (0,09MB)
Link:	
Observações:	
1.1.2) Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.2.1) No tocante ao Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Anexe documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe pelo menos um artigo ou item do documento associado que se reporte à ação no campo Observações.	-
Link:	
Observações:	
1.1.3) Definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.3.1) No tocante à definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.4) Aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município.	Não
1.1.4.1) No tocante à aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.5) Monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Assinale "Sim" caso positivo.	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Página 524
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4558112
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59B4

Pergunta	Resposta
1.1.5.1) No tocante ao monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.5.2) Indique quais indicadores ambientais são monitorados.	
1.1.6) Sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.6.1) No tocante à sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através do link que é disponibilizado à população.	-
Link:	
Observações:	
1.1.7) Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído.	Sim
1.1.7.1) Informe o número da lei que institui o FMMA.	1.100
1.1.7.2) No tocante ao Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	lei 1100.2009 - MEIO AMBIENTE.doc (0,09MB)
Link:	
Observações:	
1.1.8) Previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Indique a lei (ou outro documento) que comprove a previsão orçamentária para as atividades previstas na PMMA.	Rubricas Contábeis
1.1.8.1) No tocante à previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	Rúbricas.pdf (0,58MB)
Link:	
Observações:	
1.1.9) Ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.9.1) No tocante às ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link onde são reportadas as ações. Informando, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.10) Apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.10.1) No tocante ao apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Anexe evidência que demonstre a sua execução, e/ou indique a página da internet onde se encontram tais evidências. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.11) Articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Assinale "Sim" caso positivo.	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Página 525
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4558112
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59B4

Pergunta	Resposta
1.1.11.1) No tocante à articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
2) Estrutura Municipal de Controle e Fiscalização Ambiental	
2.1) Existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental?	Não
2.1.1) Anexe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta expedido pelo MPRS, e/ou outros documentos que se associem às pendências referidas.	-
2.1.2) Relacione as pendências registradas no(s) documento(s) anexado(s).	
2.1.3) Informe a data limite definida para a regularização das pendências	
2.1.4) Havendo desconformidade no prazo de regularização das pendências registradas, justifique.	
2.2) O Município possui unidade administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local?	Não
2.2.1) Indique o nome da unidade responsável pelo meio ambiente:	
2.2.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	
2.2.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4) Há funcionários terceirizados dedicados às atividades relativas às questões ambientais?	
2.2.4.1) Quantos contratados são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4.2) Registre o nome, a formação e o cargo/função dos contratados dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 0
2.2.5) Indique o número de notificações realizadas no ano de referência.	
2.2.6) Informe as principais causas de notificações no município no ano de referência.	
2.2.7) Há responsáveis técnicos formalmente habilitados e designados para as questões ambientais no Município?	Sim
2.2.8) Informe a unidade/órgão onde é(são) lotado(s) o(s) técnico(s) responsável(is) pelas questões ambientais no município	Sec Agricultura
2.2.9) Há pelo menos um fiscal concursado designado por portaria e dedicado à área ambiental?	Não
2.2.9.1) Registre o nome, a formação, o vínculo e o cargo/função do(s) responsável(is) pelas atividades de controle e fiscalização.	Registros informados: 0
2.2.9.2) Anexe o ato de nomeação	-
2.2.9.3) Caso não exista pelo menos um fiscal concursado designado e dedicado à área ambiental, apresente manifestação/justificativa.	Não Há
3) Estrutura Municipal de Licenciamento Ambiental	
3.1) O Município realiza procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local?	Sim
3.1.1) Indique a unidade responsável pelo licenciamento ambiental	Sec Agricultura
3.1.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	Não há
3.1.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de licenciamento ambiental no município?	1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Pergunta	Resposta
Informe o número de servidores	1
3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.1.5) São contratados profissionais para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Não
3.1.5.1) Informar o número de profissionais contratados.	
3.1.5.2) Registre abaixo o nome, formação e CPF do(s) profissional(is) contratado(s).	Registros informados: 0
3.1.6) São contratadas empresas ou existe convênio com outra instituição para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Não
3.1.6.1) Registre abaixo o nome e CNPJ da(s) empresa(s) contratada(s).	Registros informados: 0
3.1.7) Informe o número de processos de licenciamento analisados no ano de referência.	34
3.1.8) Informe o número de licenças ambientais emitidas no ano de referência	20
3.2) No caso de o município não realizar atividades de Licenciamento Ambiental, qual órgão (estadual ou municipal) é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local no município?	
3.2.1) Anexe o instrumento de cooperação institucional firmado com o órgão responsável pelo licenciamento ambiental do município.	-
3.3) Na unidade administrativa responsável pelo licenciamento ambiental há histórico de avaliação de atividades sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)?	Não
3.3.1) Informe o número de licenciamentos com EIA analisados no ano de referência:	
3.3.2) Informe a(s) atividade(s) a que se referem os EIA analisados no ano de referência.	
3.4) Estando localizado na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, o município possui convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nativa de Mata Atlântica?	Não possui convênio
3.4.1) Neste caso, anexe o convênio/termo de cooperação firmado com SEMA/FEPAM.	-
4) Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)	
4.1) Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos moldes do art. 19 da Lei nº 12.305/2010, informe a situação em que o mesmo se encontra:	Está em fase de elaboração
4.1.1) Indique o número da lei	
4.1.2) Indique o endereço eletrônico onde o documento é disponibilizado.	
4.1.3) Indique a data do encaminhamento à Câmara de Vereadores	
4.1.4) Anexe cópia do documento submetido à Câmara de Vereadores	-
4.1.5) Indique a fase em que se encontra o processo de elaboração do PMGIRS.	Plano concluído por empresa contratada, porém, ainda não enviado à Câmara de Vereadores
4.1.6) Justifique a não realização do PMGIRS	
4.2) No caso de haver ações implementadas pelo município na instrumentalização do plano municipal de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos, responda:	
4.2.1) Qual(is) a(s) origem(ns) dos recursos utilizados no processo de elaboração do Plano Municipal (ou Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação? Por favor, escolha as opções que se aplicam:	Recurso Municipal
4.2.2) A elaboração do Plano Municipal (Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, consolidado ou em consolidação, foi realizada com a atuação/ participação de: Por favor, escolha as opções que se aplicam.	Equipe técnica contratada (prestador de serviços)
4.2.3) Dos elementos abaixo descritos, quais constam incluídos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação?	Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Página 527
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 4558112
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59B4

Pergunta	Resposta
	respectivo território (origem, volume e massa), caracterização dos resíduos e formas de destinação e disposição final Identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de Rejeitos Identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos Regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos Definição das responsabilidades quanto à implementação e operacionalização pelo Poder Público Definição de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos Definição de programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis Metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos Descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos Identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras
5) Destinação final ambientalmente adequada	
5.1) Indique a situação de destinação final de resíduos urbanos no município	Aterro sanitário
5.1.1) No caso de a destinação final se dar em lixão a céu aberto ou em aterro controlado, há ações de regularização em andamento?	
5.1.1.1) Informe a ação em andamento.	
5.1.1.2) Anexe documentação comprobatória.	-
5.2) Sobre a propriedade da área onde se situa o sistema de disposição final de RSU, indique	Empresa privada (indique o nome da empresa e a localização (município) da área de disposição final)
Complemente com o solicitado	CRVR

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Pergunta	Resposta
5.3) Indique a alternativa que representa a regularidade da área de disposição final, do ponto de vista ambiental:	Área licenciada em situação regular
Número da licença ambiental da área de disposição final de resíduos	0
5.3.1) No caso de situação irregular, justifique e indique as ações corretivas encaminhadas	
5.4) Há estação de transbordo?	Não
5.4.1) A licença de operação da área de transbordo está em situação regular?	
5.4.2) Indique o número da licença de operação	
5.4.3) Anexe o documento.	-
6) Sustentabilidade Econômica	
6.1) Há cobrança por serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana no município?	Sim
6.2) Quanto à arrecadação, informe:	A arrecadação não alcança a sustentabilidade dos serviços de manejo de RSU e dos serviços de limpeza urbana.
6.3) No caso de haver cobrança pelos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana, informe o número e o ano da Lei ou instrumento normativo que autoriza a cobrança da taxa de limpeza urbana ou tributo equivalente:	LC 006/2017
6.4) Anexe o documento referido na questão anterior.	CÓDIGO TRIBUTÁRIO.doc (1,50MB)
6.5) No caso de haver cobrança dos serviços de manejo de RSU e limpeza urbana, informe como é feita a cobrança.	IPTU
7) Abrangência da Prestação	
7.1) Informar o percentual da população URBANA atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos:	100
7.1.1) Justifique se julgar necessário.	100
7.2) Informar o percentual da população RURAL atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos	100
7.2.1) Justifique se julgar necessário	
8) Coleta Seletiva e Participação Comunitária	
8.1) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	Não
8.2) A coleta seletiva no município é realizada por:	
9) Participação em Consórcio Público	
9.1) O município participa de Consórcio Público intermunicipal que realiza a gestão e o manejo de resíduos sólidos, constituídos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005?	Não há iniciativas relativas ao consorciamento municipal para o gerenciamento de RSU
9.1.1) Havendo iniciativas para a gestão consorciada de RSU, indique que etapas do gerenciamento de RSU são/serão contempladas pelo consórcio.	
9.1.2) Anexe a norma municipal que autoriza o consórcio.	-
9.1.3) Anexe o contrato orienta sobre as responsabilidades e ações pertinentes aos participantes do consórcio.	-
10) Gestão de Resíduos da Construção Civil	
10.1) No planejamento municipal, há diretrizes que orientam sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de Resíduos da Construção Civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)?	Não
10.1.1) Informar em que instrumento municipal são constituídas as diretrizes relativas a Resíduos de Construção e Demolição.	

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558112

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
10.1.2) Indique quais são as deficiências municipais associadas ao gerenciamento de Resíduos de Construção e Demolição.	Iniciativa
11) Esgotamento Sanitário	
11.1) O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	Sim
11.1.1) Qual a data da aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?	08/12/2011
11.1.2) Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico	Decreto(s)
11.1.2.1) Anexe o documento.	Decreto Saneamento27042021.pdf (0,55MB)
11.2) Quem opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município? Favor escolher apenas uma das opções a seguir.	CORSAN
11.2.1) Qual a data do contrato com a empresa ou entidade que opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município?	Há contrato firmado
Informar data:	25/07/2012
11.3) No que diz respeito à rede pública de esgotamento sanitário, o Município: (favor escolher apenas uma das opções a seguir)	Adota apenas soluções individuais (por exemplo, filtro, fossa séptica e sumidouro) em todo o Município
11.3.1) Informar o tipo de sistema de coleta da rede pública de esgotamento sanitário:	
11.3.2) Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	Não possui registro
11.4) Qual o número total de economias no Município no último dia do ano de referência?	1.050
11.5) Qual o número de economias no Município para as quais a ligação de esgoto cloacal está disponível?	0
11.6) Qual o volume de água para consumo humano disponibilizado pelo sistema de abastecimento de água municipal? (m³/ano)	0
11.7) Qual o volume de água faturado? (m³/ano)	0
11.8) Qual o volume de água consumido*? (em m³/ano)	0
11.9) Qual o volume estimado de esgoto gerado no ano de referência (em m³/ano)?	0
11.10) Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	Não possui registro
11.11) Qual o volume de esgoto tratado no ano de referência? (em m³/ano)	0
11.12) O Município possui lei própria para disciplinar a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto, com previsão de aplicação de sanções em caso de descumprimento?	Não há lei própria sobre o tema.
11.12.1) Qual o número da lei que disciplina a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto? Informar o número e o ano da lei.	
11.13) Qual o número de economias no Município que estão conectadas a rede de esgotamento sanitário?	0

Justificativas e Observações
Dados de consumo de água devem ser fornecidos pela corsan

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

MVZJ5-IQLC5-JLEQ5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Dados Tabulares

3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.

Nome completo	João Alberto Meyer
Formação	Técnico Agrícola
Cargo/função	Diretor de Meio Ambiente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.45B8.C598.3C00.97FC.CAF9.

Processo 01373-0200/21-5

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SERTÃO SANTANA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2° Semestre/3° Quadrimestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida, apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 62102113261941228), foi ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

Página da peça 1

Peça 4558113

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59B5

TÍTULO DA CONTA (2021)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 94068236000103		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-4.387.708,24
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	32.396.957,21
(R) Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	913210041000000	-604.511,82
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Executivo	12180111010000	992.638,52
CPSSS do Servidor Civil Ativo - Legislativo	12180111020000	23.685,47
Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	13210041000000	1.304.920,46
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parc	19900311020000	215.569,68
		0,00
Despesas com Pessoal		
Proventos - Pessoal Civil	319001010000000	1.312.890,13
13 Salário - Pessoal Civil	319001060000000	108.597,22
Pensões - Pessoal Civil	319003010000000	129.449,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	15.162.557,69
13 Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	319003030000000	10.766,10
		13.600.854,41
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**13.600.854,41**
TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL		13.600.854,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)		25.845.826,66
% DESPESA COM PESSOAL / RCL		52,62

*** Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.**

Observações finais:

- Foi deduzido da Receita Corrente Líquida o valor de R$ 51.120,00, referente a receita do RPPS registrada na conta 13220011000000 Dividendos - Principal não excluído automaticamente pelo PAD.

SICM/SAG, em 15/07/22

Ana Reinet Ribeiro Aita

Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.109B.6265.9362.343B.CD32.

Tipo:

Documentação comprobatória

Descrição:

Receita RPPS

Formato:

application/vnd.openxmlformats-officedocument.spreadsheetml.sheet

Tamanho:

9,89 KB



Baixar arquivo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3B31.E618.8731.F9F7.AB9B.

Tipo:

Documentação comprobatória

Descrição:

Valores restituíveis

Formato:

application/vnd.openxmlformats-officedocument.spreadsheetml.sheet

Tamanho:

11,25 KB



Baixar arquivo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.002F.B687.A066.94B9.BBBE.

Recibo de Envio de Informações Nº 43/2021

LEI DA TRANSPARÊNCIA (FISCAL)
(Lei Complementar Federal nº 101/ 2000 e alterações)

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Existência do PPA	S		S
- PPA - Existência do anexo PPA	S		S
- Existência da LDO	S		S
- LDO - Existência do anexo LDO	S		S
- Existência da LOA	S		S
- LOA - Existência do anexo LOA	S		S
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Balanço Orçamentário	S*		S*
- Balanço Financeiro	S*		S*
- Balanço Patrimonial	S*		S*
- Demonstração das Variações Patrimoniais	S*		S*
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	S*		S*

Código de autenticação

ZOSE6-OKOX6-LQAQ8

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5896.D4FC.0985.37E6.C32D.

Recibo de Envio de Informações Nº 43/2021

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Lei Federal nº 12.527/2011)

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)			
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	N		N
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	N		N
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N		N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	N		N
- Número do processo correspondente	N		N
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido	N		N
- Objeto	N		N
- Valor	N		N
10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea \"a\" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	N		N
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S		S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	N		N
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Relação dos servidores	S		S
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S		S
- Indicação da remuneração nominal de cada servidor	S		S
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Nome do beneficiário	S		S
- Cargo do beneficiário	S		S
- Número de diárias usufruídas por afastamento	S		S
- Período de afastamento	S		S
- Motivo do afastamento	S		S
- Local de destino	S		S
- Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	N		N
- Existência de informações atualizadas	S		S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	5,80		5,80

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7156.6E8D.6C26.743B.B3A5.

Código de autenticação

ZOSE6-OKOX6-LQAQ8

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7156.6E8D.6C26.743B.B3A5.

Anexo de Justificativas

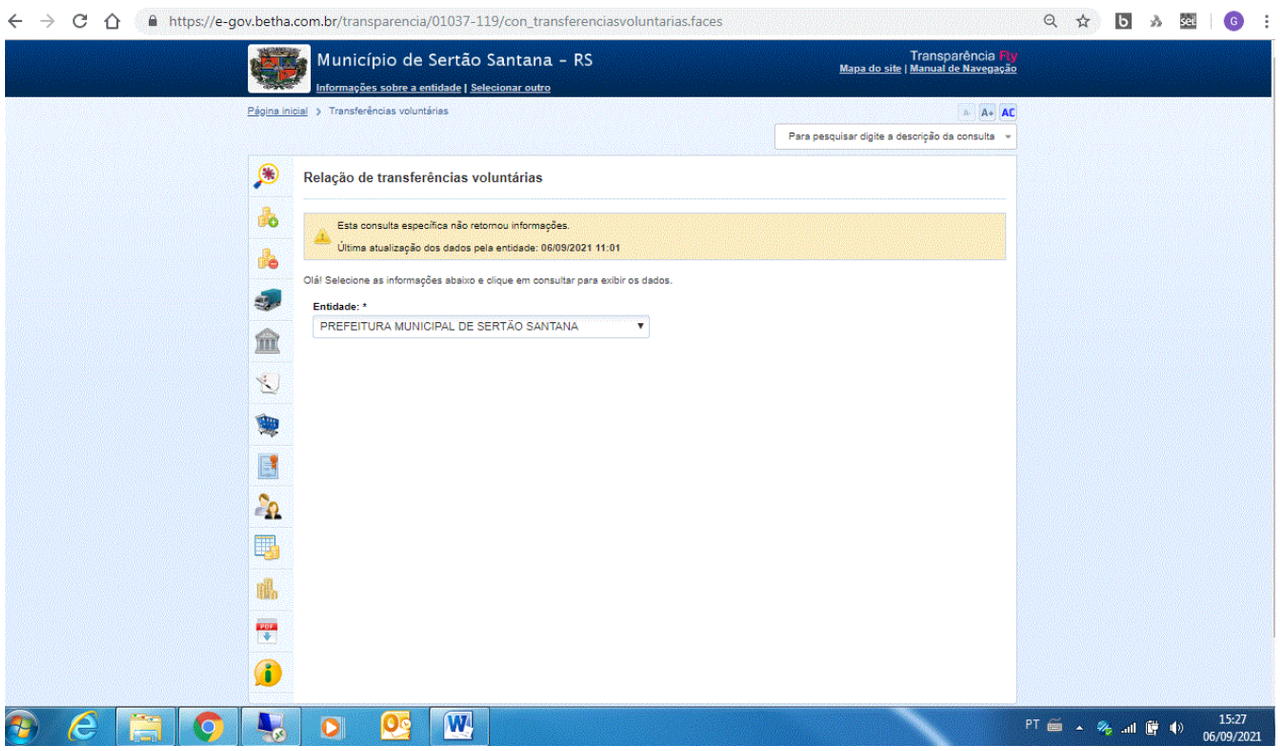
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Lei Federal nº 12.527/2011)

PM DE SERTÃO SANTANA

Item 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)

Pergunta: - Existência de histórico das informações (art. 8º);
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I);
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II);
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI);
- Número do processo correspondente;
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido;
- Objeto;
- Valor;

Justificativa: *Não constam informações sobre transferências realizadas para entidades privadas. Caso o município não tenha realizado transferências para entidades privadas, deverá informar expressamente tal informação.*



print da tela 06-09-2021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7156.6E8D.6C26.743B.B3A5.

Item 10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea \"a\" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)

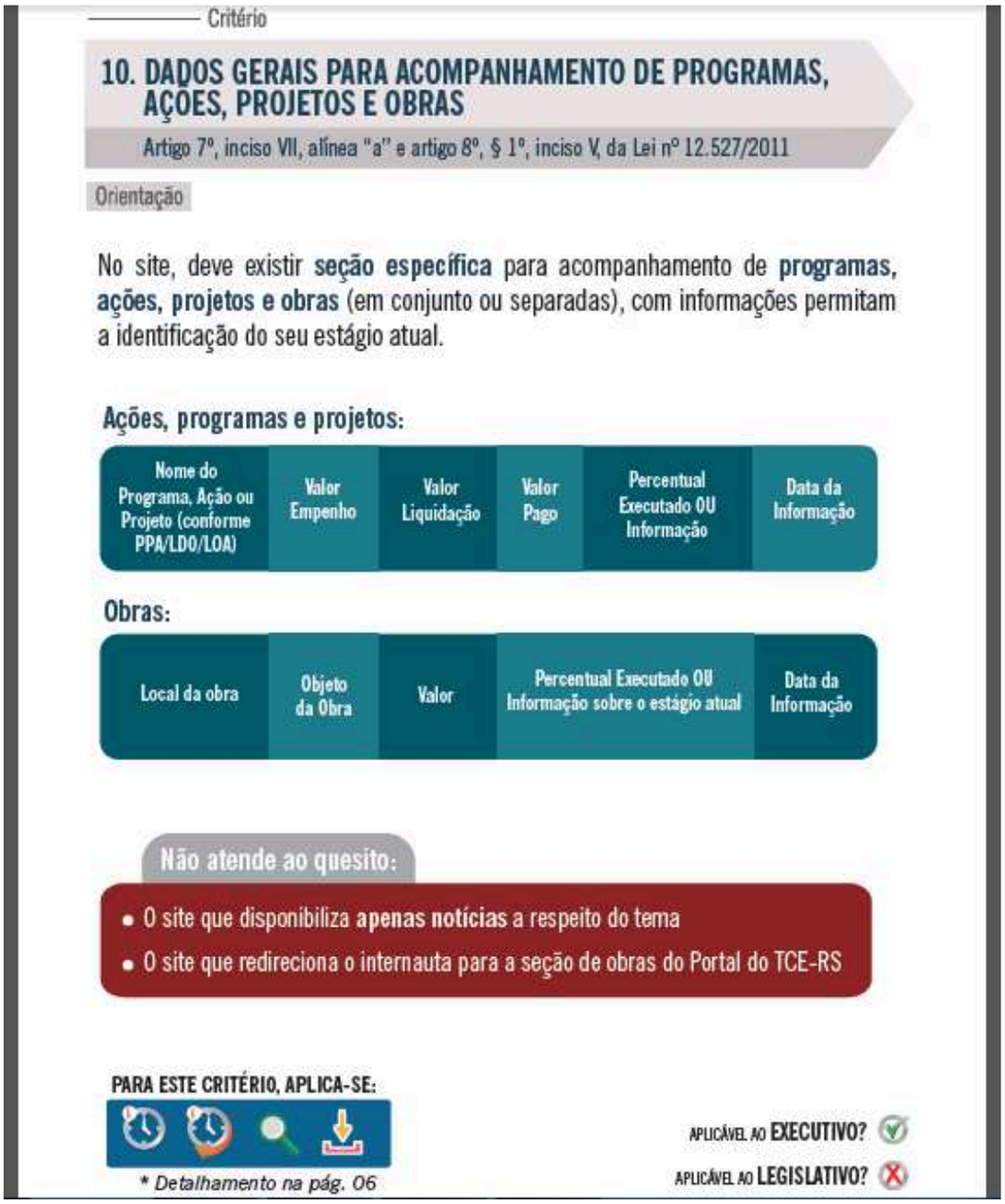
Pergunta: - Existência de histórico das informações (art. 8º);
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI);

Justificativa: *Apesar de constar, dentro do item "despesas" do Portal da Transparência, link para o acompanhamento de programas/ações/projetos/obras do Executivo Municipal, os dados localizados não atendem em sua totalidade ao requerido pela Cartilha Acesso à Informação do TCE, constando tão somente, dados dos empenhos, não havendo informações que possibilitem a identificação do estágio atual e percentual executado. Anexo, segue print das orientações sobre o item em questão.*



Pesquisa em 18-08-2021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7156.6E8D.6C26.743B.B3A5.



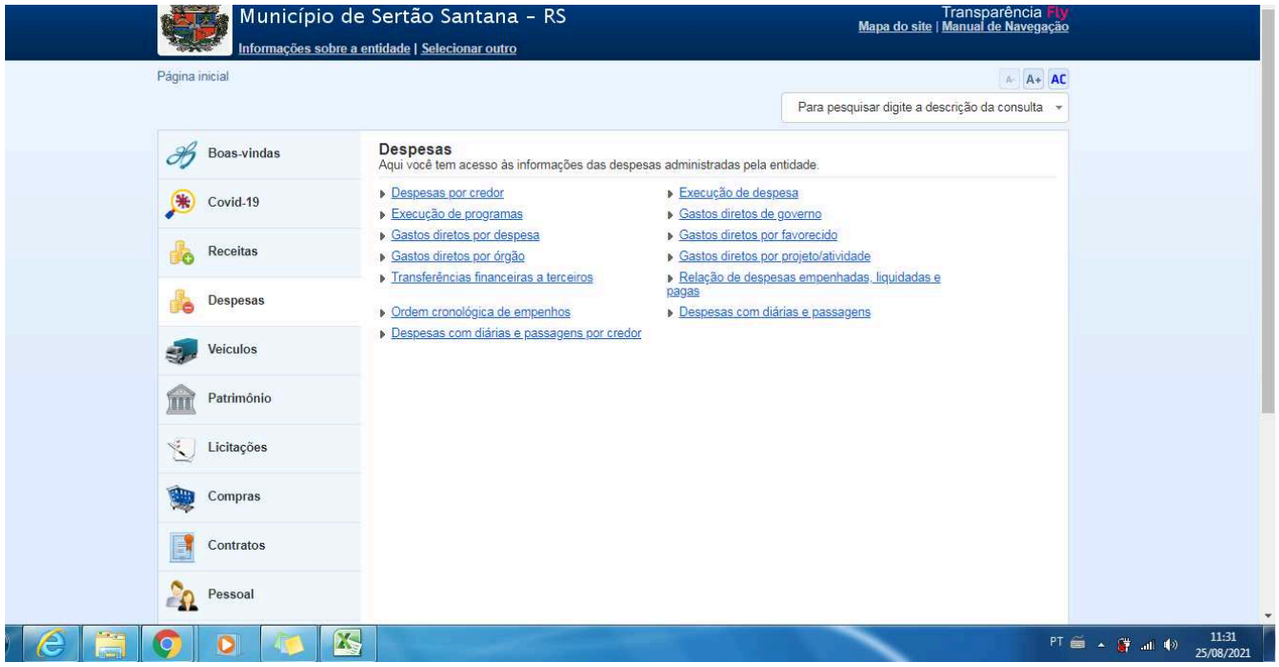
Cartilha TCE - Orientações Questão 10

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7156.6E8D.6C26.743B.B3A5.

Item 14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta: - Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local;

Justificativa: *INFORMAÇÕES NÃO FORAM LOCALIZADAS.*



Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7156.6E8D.6C26.743B.B3A5.

Recibo de Envio de Informações Nº 45/2021

LEI DAS OUVIDORIAS
(Lei Federal nº 13.460/2017)

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)			
- Canal para acesso à Ouvidoria	N		N
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)	N		N
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)	N		N

Código de autenticação

XCEV9-FKYP7-TERB8

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3E44.1766.852B.4F15.DE49.

Anexo de Justificativas

LEI DAS OUVIDORIAS
(Lei Federal nº 13.460/2017)

PM DE SERTÃO SANTANA

Item 25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)

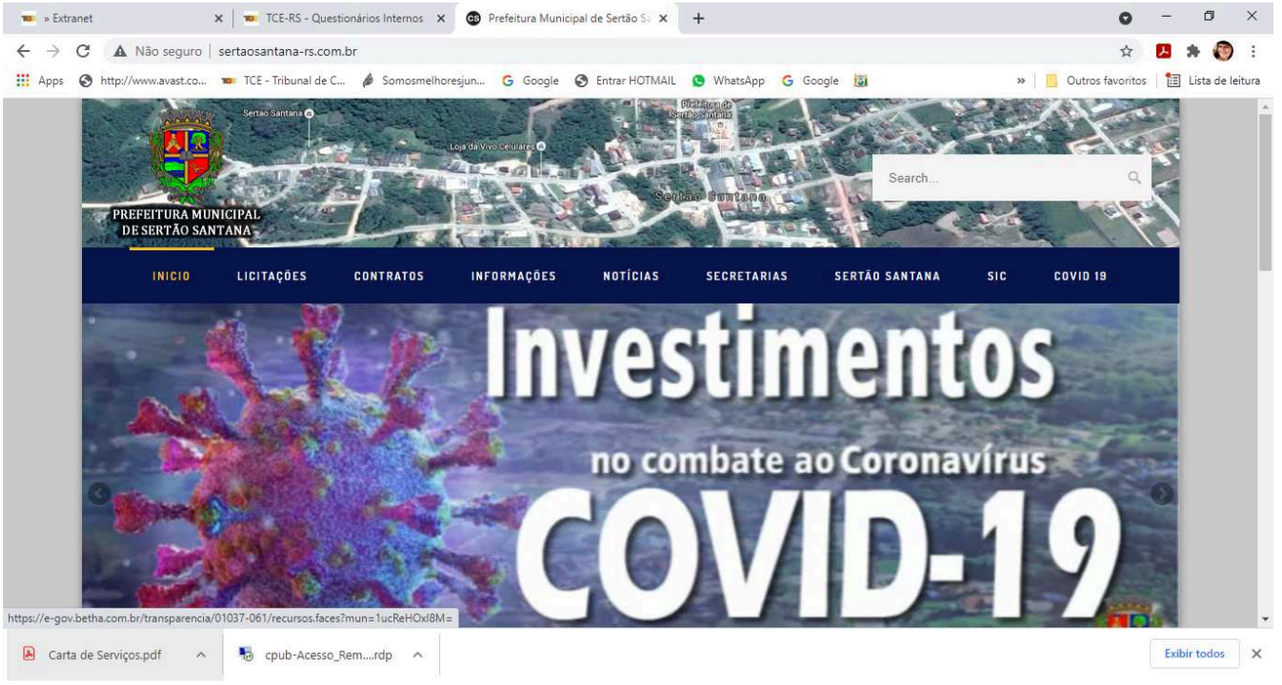
Pergunta: - Canal para acesso à Ouvidoria;
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017);
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017);

Justificativa: *OUVIDORIA*
NÃO FORAM LOCALIZADOS INFORMAÇÕES VERIFICADAS NESTE ITEM.
PARA ATENDIMENTO DO CRITÉRIO, CONSULTE O ITEM 25 DA CARTILHA "ACESSO A INFORMAÇÃO NA PRÁTICA".
CANAL DE ACESSO À OUVIDORIA - canal para receber, analisar e responder as manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços
LEI DAS OUVIDORIAS 14.460/201

CARTA DE SERVIÇOS:
NÃO FOI LOCALIZADA A "CARTA DE SERVIÇOS"
PARA ATENDIMENTO DO CRITÉRIO, CONSULTE O ITEM 25 DA CARTILHA "ACESSO A INFORMAÇÃO NA PRÁTICA".
• CARTA DE SERVIÇOS - com informações sobre os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, apresentando informações relacionadas a:
I - serviços oferecidos;
II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;
III - principais etapas para processamento do serviço;
IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;
V - forma de prestação do serviço; e
VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.
LEI DAS OUVIDORIAS 14.460/2017

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO
NÃO FOI LOCALIZADO O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO
PARA ATENDIMENTO DO CRITÉRIO, CONSULTE O ITEM 25 DA CARTILHA "ACESSO A INFORMAÇÃO NA PRÁTICA".
RELATÓRIOS ANUAL DE GESTÃO - contendo dados sobre:
i) manifestações de usuários que tiverem sido recebidas, analisadas e respondidas,
ii) falhas identificadas
iii) sugestões de melhorias na prestação de serviços públicos
LEI DAS OUVIDORIAS 14.460/2017

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3E44.1766.852B.4F15.DE49.



08/09/21

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3E44.1766.852B.4F15.DE49.

Página 544
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4558117
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59B9

Recibo de Envio de Informações Nº 46/2021

ENFRENTAMENTO À COVID-19 (Lei Federal nº 13.979/2020)

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020)			
- Local específico para consulta às despesas despendidas no combate ao Coronavírus	S		S
- Nome do contratado	S		S
- Número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil	S		S
- Prazo contratual	S		S
- Valor	S		S
- Processo de contratação ou aquisição	S		S
- Existência de informações atualizadas	S		S

Código de autenticação

VOLD2-GWJQ4-HMLU7

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.695F.EF19.E303.7D00.0189.

Página 545
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 1
Peça 4558125
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C1

Recibo de Envio de Informações Nº 40/2021

Lei Federal nº 14.124/2021

Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Site: www.sertaosantana-rs.com.br
População: 6.537

Período da Pesquisa: 19/07/2021 a 10/08/2021. Período para apresentação dos recursos: 11/08/2021 a 25/08/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 23/2021 e 31/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
1) Há divulgação destacada/em seção específica, de fácil acesso, denominada "Vacinação COVID-19" (ou similar) no portal da transparência e/ou site oficial?	N	S	S
2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?	N	S	N
3) Há divulgação no portal da transparência e/ou site oficial das informações sobre a segurança, eficácia, potenciais riscos e benefícios de cada uma das vacinas contra a COVID-19 utilizadas no município?	N	S	S
4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?			
- Ordem dos grupos prioritários	N	S	S
- Quantitativo de pessoas de cada grupo	N	S	N
- Destaque da fase vigente	N	S	S
5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?			
- Vacinômetro apresenta a estimativa geral de pessoas a serem vacinadas	N	S	S
- Vacinômetro apresenta o número de pessoas vacinadas	N	S	S
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias	N	S	N
6) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de doses de vacinas recebidas/adquiridas com a indicação do fabricante e data do recebimento ou aquisição?			
- Quantitativo de vacinas recebidas/adquiridas	N	S	S
- Indicação do fabricante	N	S	S
- Data do recebimento ou aquisição	N	S	S
7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?	N	S	N
8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?	N	S	N
9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?			
- Há divulgação destacada	N	-	N
- Endereços	N	-	N
- Telefones	N	-	N
- Horários de funcionamento	N	-	N
- Documentos necessários	N	-	N
10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?	N	-	N
11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?			

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
- Registro de sobra	N	-	N
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu	N	-	N
- Documento de orientação no caso de sobra	N	-	N
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias	N	-	N

Código de autenticação

IIUV8-TFFQ2-LUNR6

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações do Manual dos critérios de avaliação - Transparência na vacinação covid-19, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Anexo de Justificativas

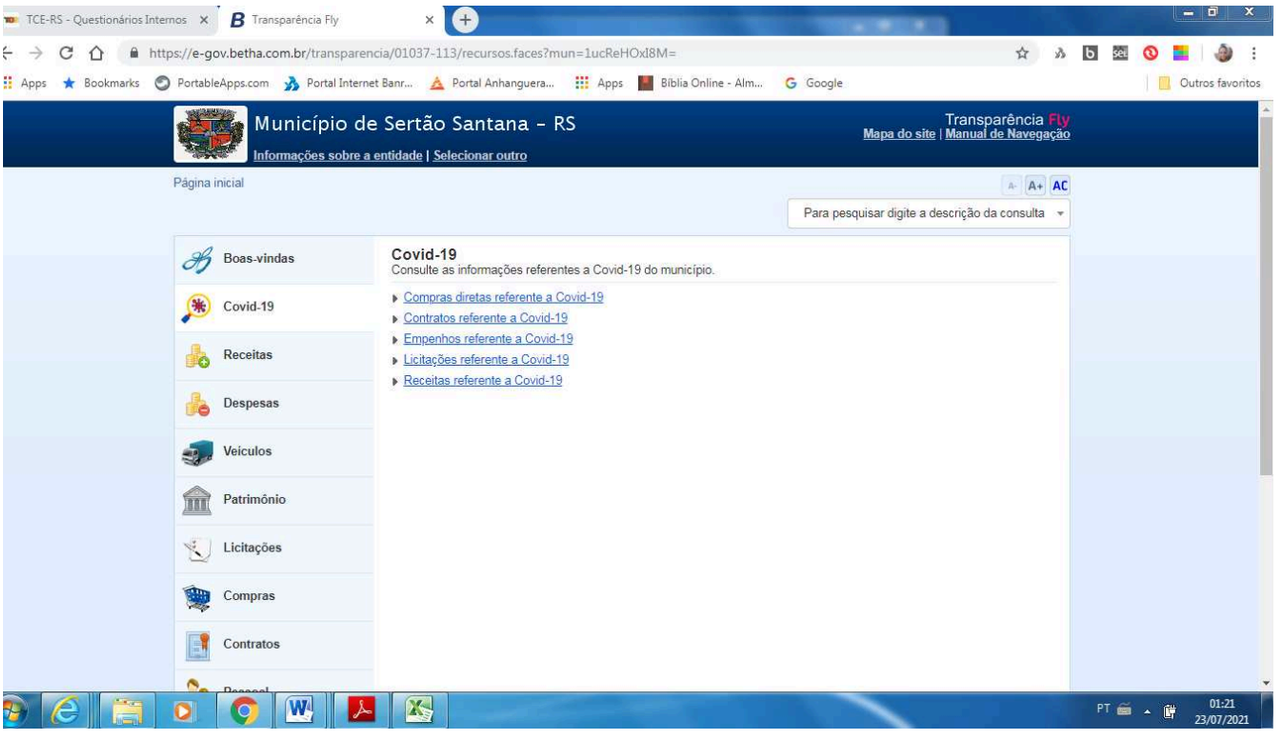
Lei Federal nº 14.124/2021

PM DE SERTÃO SANTANA

Item 2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

Justificativa: *Não foi localizado o Plano de Ação Municipal de Vacinação. A versão atualizada do Plano de Ação Municipal de Vacinação deve ser publicada em local de fácil acesso, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" do portal da transparência e/ou no site do município. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

ANÁLISE DO RECURSO: plano municipal de vacinação não encontrado.
Ainda que o Município não tenha elaborado o referido Plano de Ação no momento inicial da campanha da vacinação, é fortemente recomendável que o elabore neste momento, visto que as ações de vacinação contra a COVID-19 têm projeção de continuar por um considerável período até que toda a população esteja imunizada integralmente.



Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.



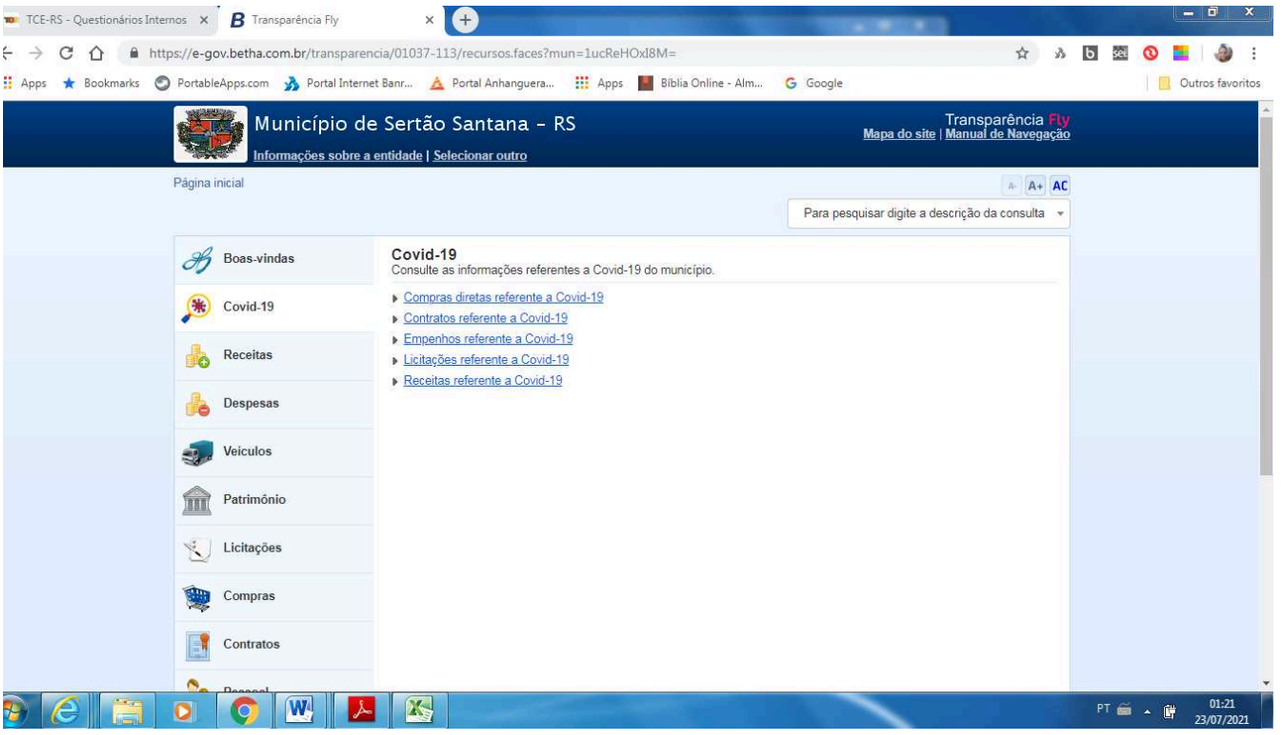
Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

Pergunta: - Quantitativo de pessoas de cada grupo;

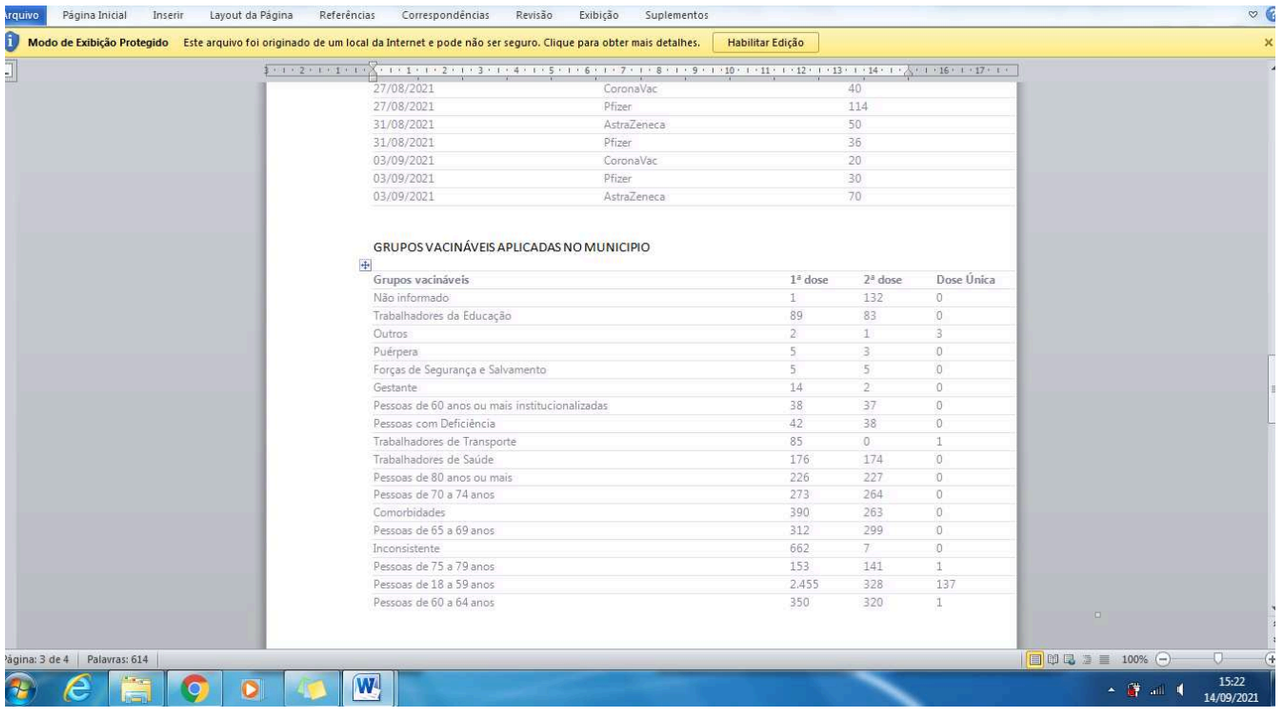
Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, deve ser divulgada a informação sobre a ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" do portal da transparência e/ou no site do município.*
Não foram localizadas as informações na fase vigente da vacinação. Para atendi-mento do critério deve ser possível localizar, de forma destacada, a informação sobre o grupo que está sendo vacinado no momento da consulta. A divulgação pode se dar por meio de banners, calendários, seções e/ou quadros que divulguem, de forma destacada, as informações acerca do grupo vacinável na data da consulta (de forma autônoma no site ou dentro de uma seção específica COVID-19 ou Vacinação).
Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".

ANÁLISE DO RECURSO - Não foram localizadas informações sobre os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina.



Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.



Arquivo | Página Inicial | Inserir | Layout da Página | Referências | Correspondências | Revisão | Exibição | Suplementos

Modo de Exibição Protegido — Este arquivo foi originado de um local da Internet e pode não ser seguro. Clique para obter mais detalhes. — Habilitar Edição

27/08/2021	CoronaVac	40
27/08/2021	Pfizer	114
31/08/2021	AstraZeneca	50
31/08/2021	Pfizer	36
03/09/2021	CoronaVac	20
03/09/2021	Pfizer	30
03/09/2021	AstraZeneca	70

GRUPOS VACINÁVEIS APLICADAS NO MUNICIPIO

Grupos vacináveis	1ª dose	2ª dose	Dose Única
Não informado	1	132	0
Trabalhadores da Educação	89	83	0
Outros	2	1	3
Puérpera	5	3	0
Forças de Segurança e Salvamento	5	5	0
Gestante	14	2	0
Pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas	38	37	0
Pessoas com Deficiência	42	38	0
Trabalhadores de Transporte	85	0	1
Trabalhadores de Saúde	176	174	0
Pessoas de 80 anos ou mais	226	227	0
Pessoas de 70 a 74 anos	273	264	0
Comorbidades	390	263	0
Pessoas de 65 a 69 anos	312	299	0
Inconsistente	662	7	0
Pessoas de 75 a 79 anos	153	141	1
Pessoas de 18 a 59 anos	2.455	328	137
Pessoas de 60 a 64 anos	350	320	1

Página: 3 de 4 | Palavras: 614 | 100% | 15:22 14/09/2021

pessoas já vacinadas.

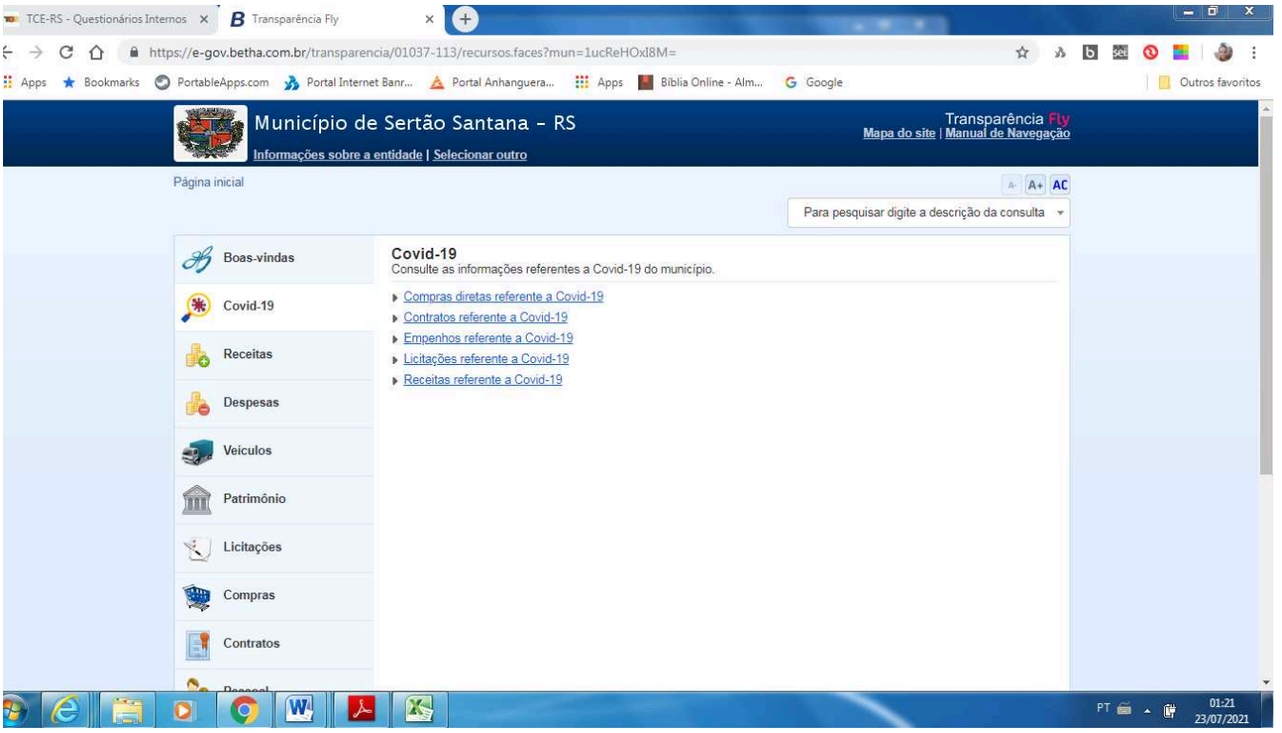
Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?

Pergunta: - Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias;

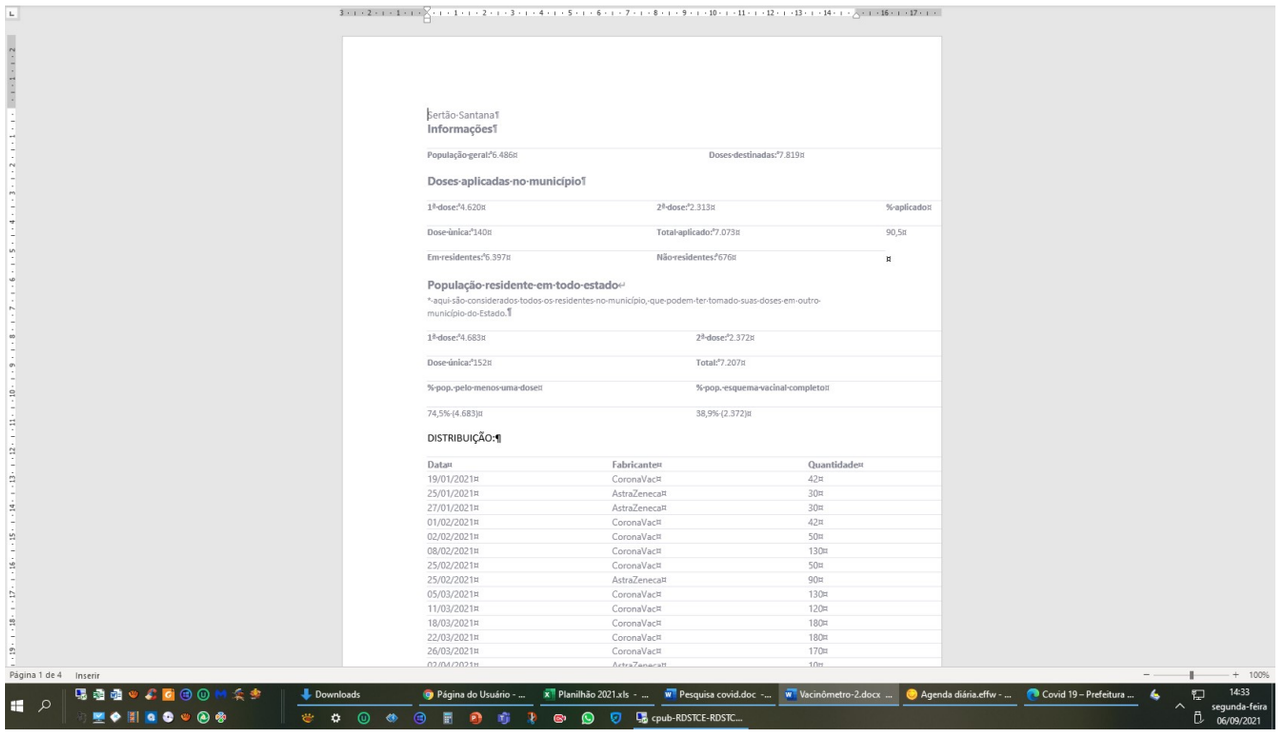
Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério deve ser possível localizar, de forma destacada, o placar/vacinômetro com a população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose. As informações publicadas devem ter sido atualizadas há no máximo sete dias. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

ANÁLISE DO RECURSO: o vacinômetro não registra a data da última atualização.



Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.



Sertão-Santana¶

Informações¶

População-geral:¤6.486¤	Doses-destinadas:¤7.819¤

Doses-aplicadas-no-município¶

1ª-dose:¤4.620¤	2ª-dose:¤2.313¤	%-aplicado¤
Dose-única:¤140¤	Total-aplicado:¤7.073¤	90,5¤
Em-residentes:¤6.397¤	Não-residentes:¤676¤	¤

População-residente-em-todo-estado

*-aqui-são-considerados-todos-os-residentes-no-município,-que-podem-ter-tomado-suas-doses-em-outro-município-do-Estado.¶

1ª-dose:¤4.683¤	2ª-dose:¤2.372¤
Dose-única:¤152¤	Total:¤7.207¤
%-pop.-pelo-menos-uma-dose¤	%-pop.-esquema-vacinal-completo¤
74,5% (4.683)¤	38,9% (2.372)¤

DISTRIBUIÇÃO:¶

Data¤	Fabricante¤	Quantidade¤
19/01/2021¤	CoronaVac¤	42¤
25/01/2021¤	AstraZeneca¤	30¤
27/01/2021¤	AstraZeneca¤	30¤
01/02/2021¤	CoronaVac¤	42¤
02/02/2021¤	CoronaVac¤	50¤
08/02/2021¤	CoronaVac¤	130¤
25/02/2021¤	CoronaVac¤	50¤
25/02/2021¤	AstraZeneca¤	90¤
05/03/2021¤	CoronaVac¤	130¤
11/03/2021¤	CoronaVac¤	120¤
18/03/2021¤	CoronaVac¤	180¤
22/03/2021¤	CoronaVac¤	180¤
26/03/2021¤	CoronaVac¤	170¤

Página 1 de 4 Inserir 100%

Downloads | Página do Usuário - ... | Planilhão 2021.xls - ... | Pesquisa covid.doc - ... | Vacinômetro-2.docx ... | Agenda diária.effw - ... | Covid 19 – Prefeitura ... | cpub-RDSTCE-RDSTC... | 14:33 segunda-feira 06/09/2021

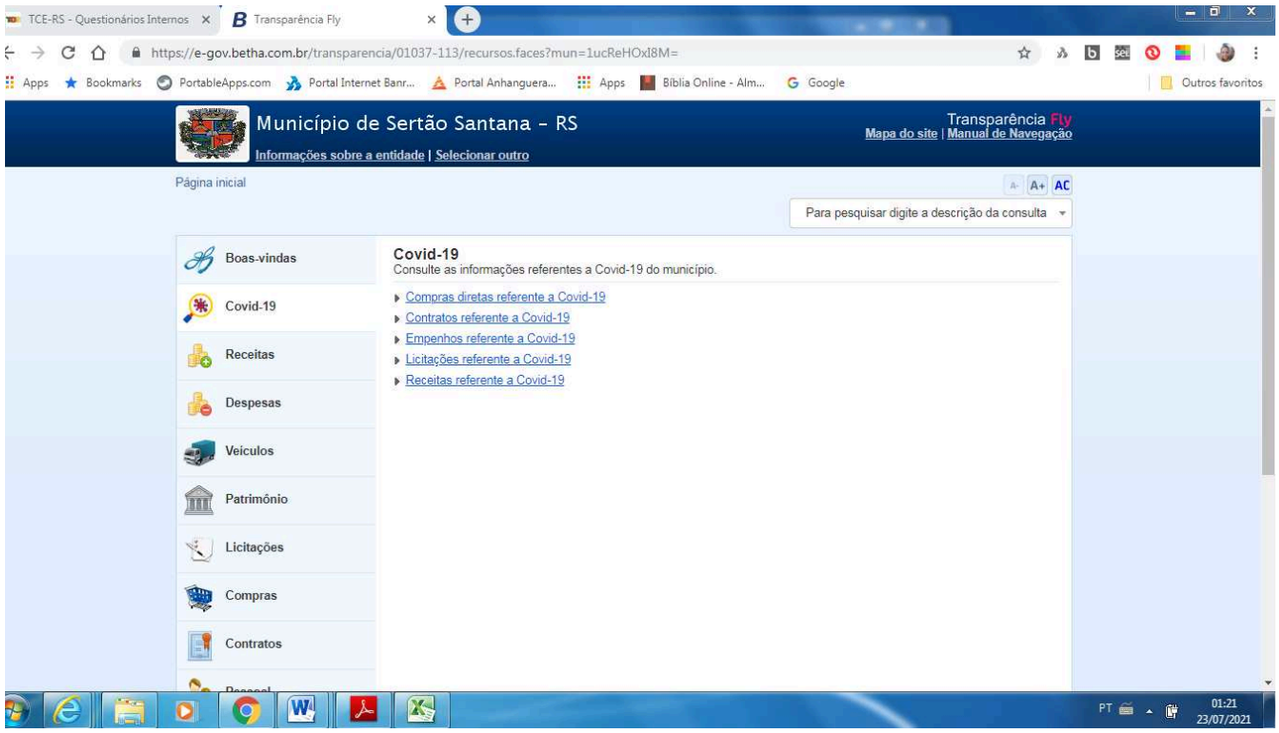
Informação incompleta

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?

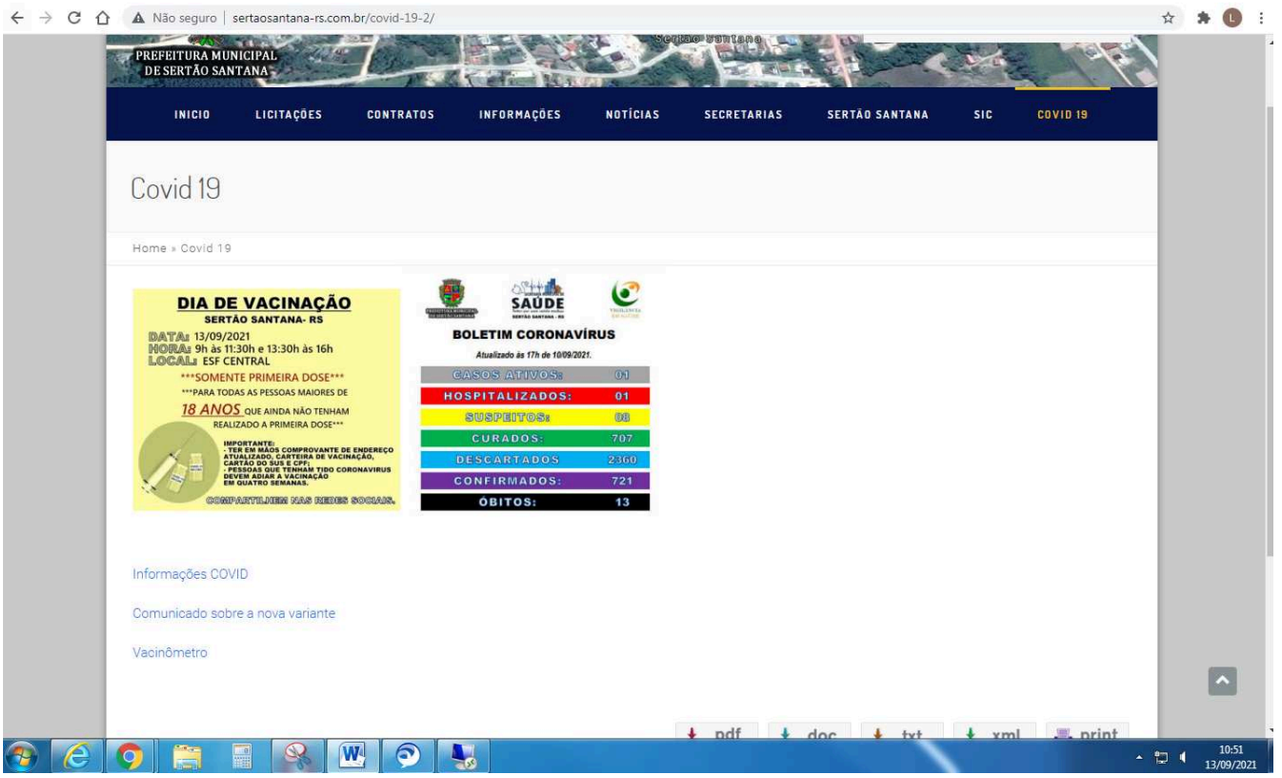
Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, o Município deve divulgar todos os quantitativos de insumos recebidos ou adquiridos utilizados para a execução da vacinação contra a COVID-19, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" existente no portal da transparência e/ou no site do município. Caso o Município não tenha recebido ou adquirido insumos relacionados à vacinação, deverá divulgar expressamente, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" existente no site oficial/portal de transparência, a seguinte informação: "Até a presente data, o Município não recebeu/adquiriu insumos relacionados à vacinação". Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

ANÁLISE DO RECURSO:
Não localizadas as informações sobre os quantitativos de insumos recebidos ou adquiridos utilizados para a execução da vacinação contra a COVID-19. Para atendimento deste critério devem ser listados os insumos, com a indicação da quantidade, data e tipo de insumo recebido ou adquirido.



Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.



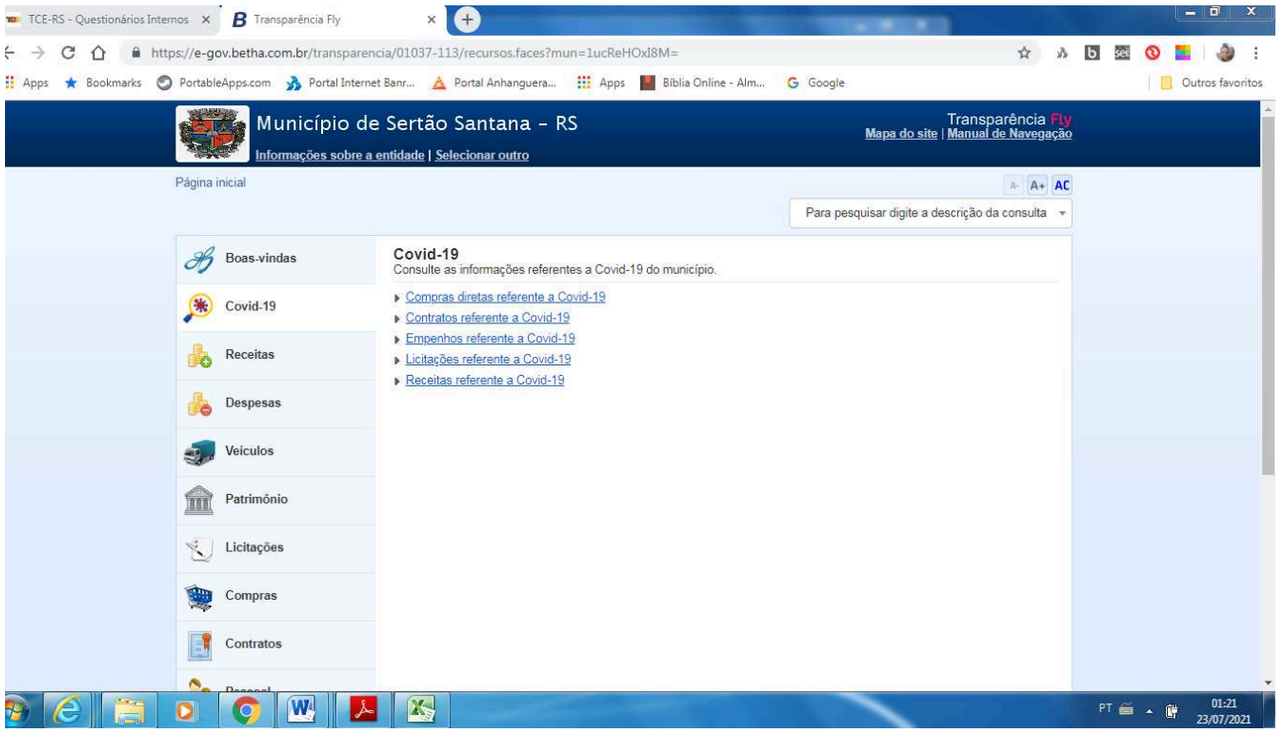
Informações não localizadas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?

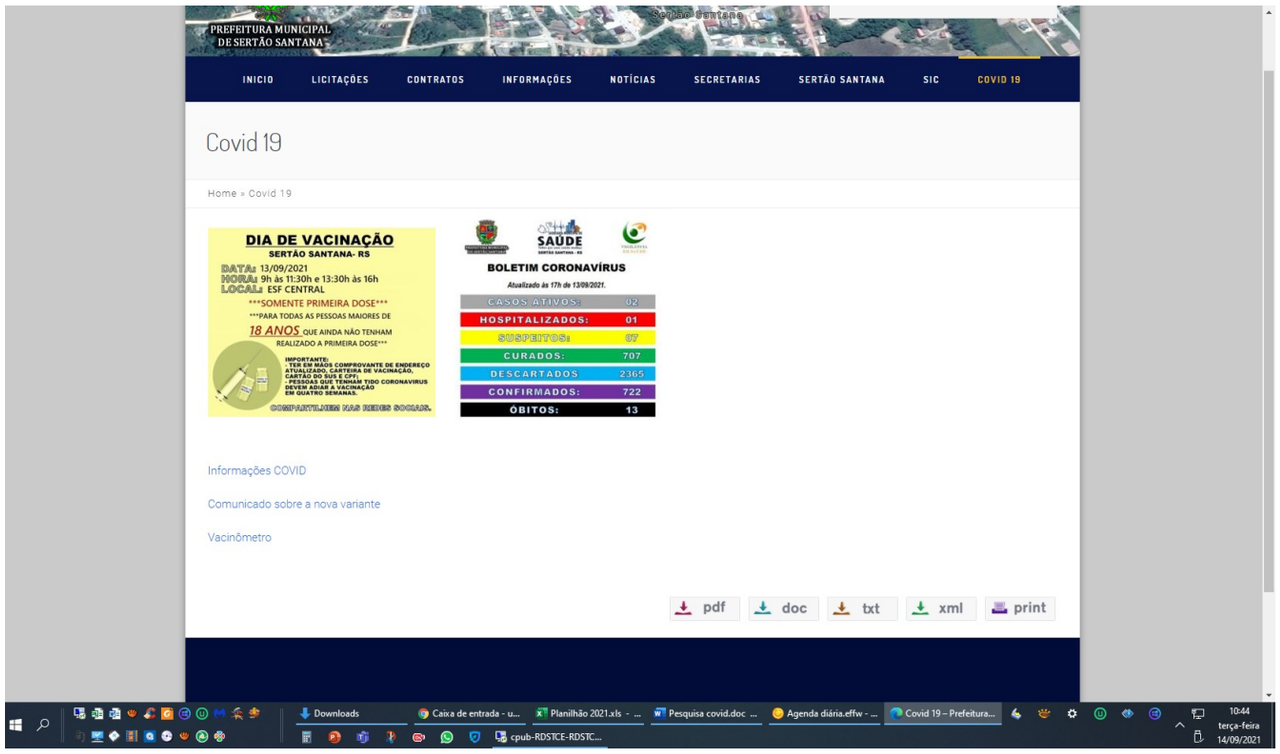
Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, o Município deve disponibilizar canais aos cidadãos para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação devem estar divulgados ou disponíveis na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" existente no portal da transparência e/ou no site do município. Os canais disponibilizados devem ser: ouvidoria do SUS do município (caso o ente possua este canal), ouvidoria geral do município (obrigatório), e ouvidoria-geral do SUS (obrigatório). Para cada canal devem constar todos os meios de acesso disponíveis ao cidadão (e-mail, site e telefone), bem como as orientações gerais para o envio das denúncias e manifestações. O município pode disponibilizar o link de acesso da ouvidoria geral do SUS: [https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/ouvidoria-do-sus]. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

ANÁLISE DO RECURSO: não localizados os canais disponibilizados para denúncias sobre irregularidades relacionadas à vacinação.



Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.



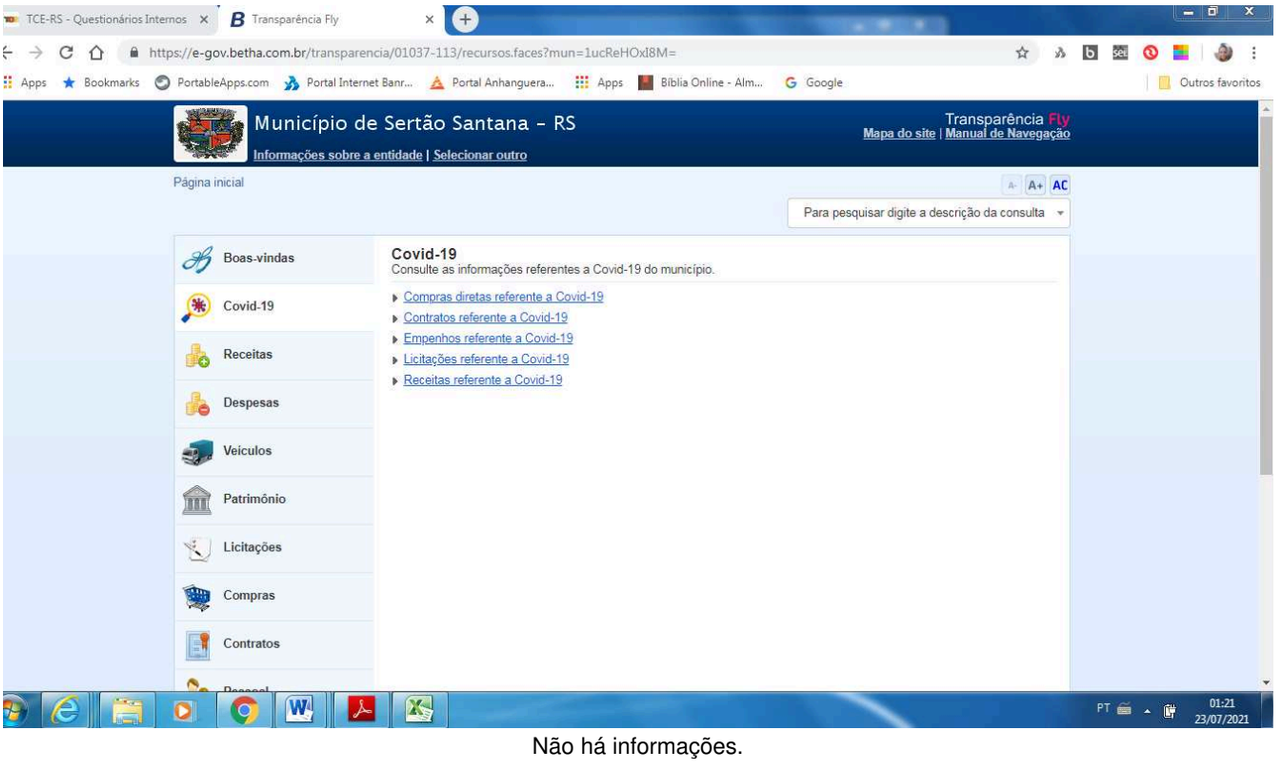
Informação não localizada

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?

Pergunta: - Há divulgação destacada;
- Endereços;
- Telefones;
- Horários de funcionamento;
- Documentos necessários;

Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, o Município deve divulgar, de forma destacada, informações sobre endereços, telefones, horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

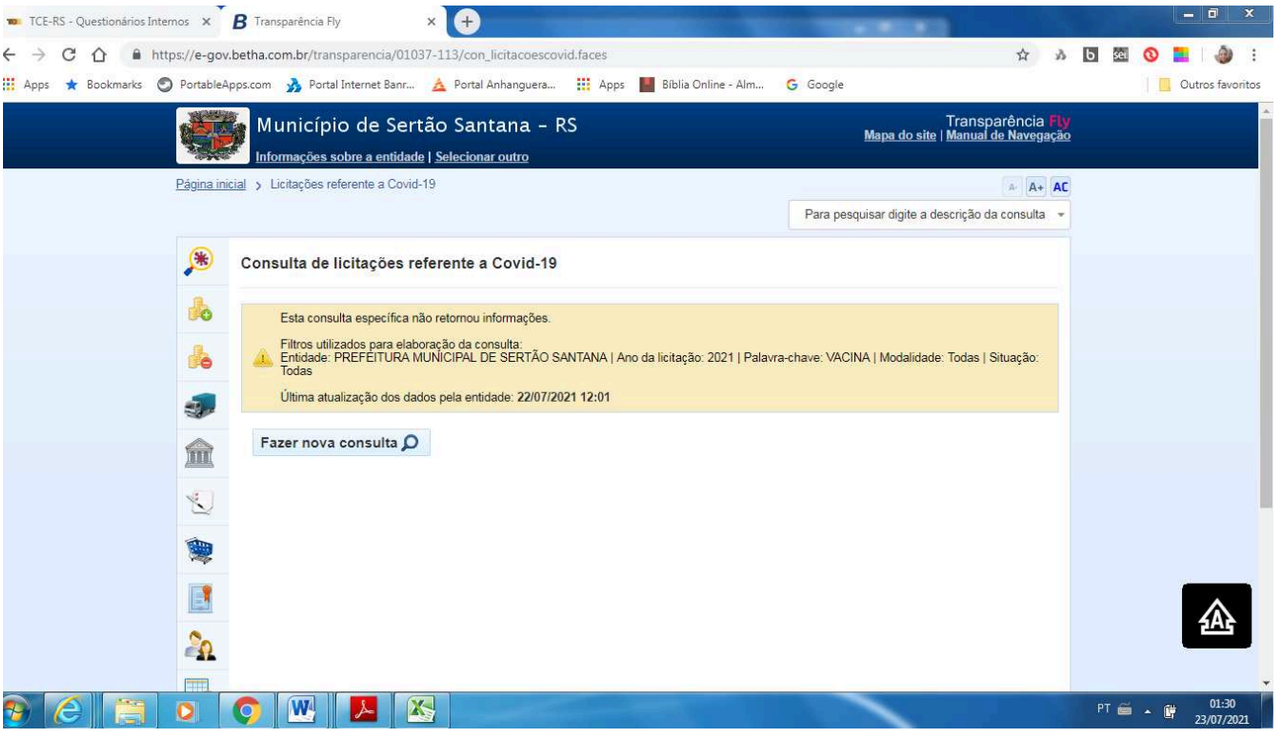


Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?

Justificativa: *Não foram localizados processos de aquisição realizados especificamente para uso na vacinação COVID-19. Caso o Município não tenha realizado processos específicos de aquisição de insumos relacionados à vacinação, deverá divulgar expressamente, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" existente no site oficial/portal de transparência, a seguinte informação: "até a presente data, o Município não realizou processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação". Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*



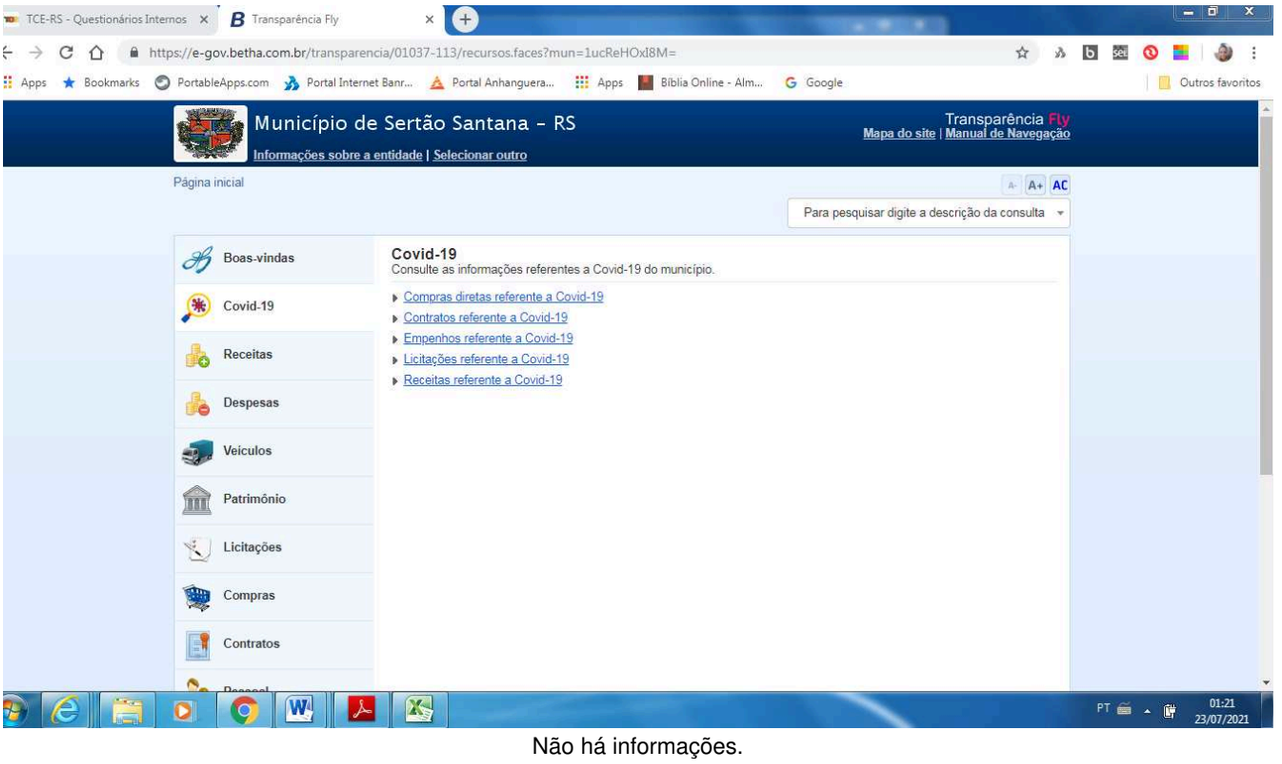
Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Item 11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

Pergunta: - Registro de sobra;
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu ;
- Documento de orientação no caso de sobra ;
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias;

Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, deve ser divulgado o Documento de Orientação no caso de sobra (por exemplo - Nota técnica expedida pela Prefeitura/Secretaria de Saúde do Município dispondo sobre as orientações no caso de sobra de vacinas), bem como as informações sobre o registro da sobra e dos locais de aplicação em que tal situação ocorreu. As informações publicadas devem ter sido atualizadas há no máximo sete dias. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*



Não há informações.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E9BE.9687.AFC7.F17B.9407.

Processo
01373-0200/21-5

Página da peça
1

Peça
4558138

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59CE

CMESS

Município de Sertão Santana – RS

Conselho Municipal de Educação – CMESS

Criado pela Lei Nº 249/97. Reestruturado pela Lei 1391 de 1/11/2016.

Sistema Municipal de Ensino pela Lei Nº 1383 de 14/06/2016.

Resolução CMESS nº 07, de 20 de agosto de 2018.

C.M.E de Sertão Santana
Lei nº 1391/2016

Define Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino da História e Cultura africana, Afro-brasileira e Indígena , nas instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino de Sertão Santana.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERTÃO SANTANA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n°. 1391/2016, que reestruturou o Conselho Municipal de Educação e lei nº 1383/2016 que criou o Sistema Municipal de Ensino , a Constituição Federal, nas Leis Federais n° 9.394/96, n° 10.639/03, n° 11.645/08, , na Resolução CNE/CEB n° 01/04 e Resolução nº 297 do CEED/RS.

RESOLVE:

Art. 1°- Orientar a regulamentação da Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2°- A Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena terá como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes interagir e de assegurar objetivos comuns que garantam a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidades, na busca da consolidação da democracia brasileira, corrigindo posturas e atitudes que impliquem desrespeito e discriminação.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0683.529E.043B.D39F.713A.

Página
561
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
2
Peça
4558138
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59CE

C.M.E. de Sertão Santana
Lei nº 1391/2016

Art. 3°- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena serão ministrados no âmbito de **todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (Lei nº 11.645, de 2008.)

Art. 4º - O ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena deve integrar todos os níveis e modalidades de ensino.

Art. 5°- No ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, a Educação das Relações Étnico-Raciais deverá ser desenvolvida no cotidiano das Unidades Escolares, a fim de:

I-agir, assumindo responsabilidades por Relações Étnico- Raciais que valorizem e respeitem as diferenças;

II – divulgar a importância dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da Nação brasileira;

III – promover a participação de diferentes grupos étnico-raciais na elaboração e vivência de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade étnico-racial, sob a coordenação dos professores, na Unidade Escolar em que se inserem.

Art. 6°- As Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino deverão contemplar, em seu Projeto Político-Pedagógico:

I – conteúdos, conceitos, atitudes e valores a serem desenvolvidos na Educação das Relações Étnico-Raciais e no estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;

II – estudos, mapeamento e análise de indicadores, bem como atividades que possibilitem o reconhecimento da importância da diversidade, para a construção de relações étnico-raciais democráticas;

III – estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos professores e estudantes, valorizando aprendizagens significativas vinculadas às relações étnico-raciais;

IV – práticas pedagógicas de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação de africanos e indígenas e seus descendentes na história mundial, do Brasil e regional;

V- A temática deverá ser abordada durante todo o ano letivo e os registros das ações deverão ficar **arquivados anualmente nas escolas.**

Art. 7° -Para assegurar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, o Sistema Municipal de Ensino, através das entidades mantenedoras, deverá garantir às unidades escolares:

I – condições materiais e financeiras, assim como de acervo documental referente à legislação educacional específica, material bibliográfico e didático necessários;

II – formação continuada para profissionais de educação, com vistas à efetivação das práticas pedagógicas referidas nesta Resolução.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0683.529E.043B.D39F.713A.

III-aquisição gradativa de livros sobre a matéria em questão a fim de dotar os estabelecimentos de ensino de um acervo que possibilite a consulta, a pesquisa, a leitura e o estudo por parte dos alunos, professores, demais servidores e comunidade.

Art. 8º- Qualificar os educadores na temática afro-brasileira e africana, promovendo cursos, seminários, oficinas, intercâmbios e outras modalidades de estudo e aperfeiçoamento, estimulando e garantindo a sua participação.

Art. 9°- O Sistema Municipal de Ensino deverá estabelecer canais de comunicação e interação com as entidades dos Movimentos e grupos culturais negros e indígenas, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas e Instituições formadoras de professores, com a finalidade de buscar subsídios e socializar experiências para o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico, Planos de Estudo e Projetos de Aprendizagem.

Art.10- Caberá às mantenedoras, orientar, apoiar e supervisionar, sistematicamente, as atividades desenvolvidas pelas instituições e escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino relativo ao cumprimento do disposto nesta resolução.

Art.11- Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sertão Santana, 20 de agosto de 2018.

C.M.E de Sertão Santana
Lei nº 1391/2016

Conselheiras Municipais

Mônica da Silva Viégas
Andréia Terezinha Schultz
Jori Kologeski da Silva
Evangela Ilma Bisinella
Isabel C. M. Schneeme
Neuza Terezinha Borges
Deisi Wodarski
Priscila G. P. Wilczarski

Aprovado por unanimidade, na sessão de 20 de agosto de 2018.

Maristani de Fátima Rangel Meyer

Presidente CMESS

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0683.529E.043B.D39F.713A.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558139

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Recibo de Envio de Informações Nº 1/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 23/03/2022, às 10h e 05min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal e/ou o Conselho Municipal de Educação instituíram normativas específicas, atualmente vigentes, relativas à implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas redes e estabelecimentos de ensino do Município?	Sim - apenas o Conselho Municipal de Educação
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN, com a garantia da realização de ações que promovam o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças e adolescentes com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, bem como o combate ao racismo e à discriminação, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.705/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Não possui
1.2.1.1) Informar a composição do Setor informado:	Registros informados: 0
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	-
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 0
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	-
1.2.2) Informar as atividades desenvolvidas pelo setor ou equipe técnica permanente da Secretaria Municipal de Educação:	
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	PROJETOS AFRO E INDÍGENA 2021 1311 1321 1331.pdf (3,87MB)
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	PROJETOS AFRO E INDÍGENA 2021 1311 1321 1331.pdf (3,87MB)
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Sim - nos PPs de todas as escolas da rede municipal
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	PROJETOS AFRO E INDÍGENA 2021 1311 1321 1331.pdf (3,87MB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Pergunta	Resposta
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	1341-1351-1361 Currículo Étnico-Raciais.pdf (0,54MB)
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	1341-1351-1361 Currículo Étnico-Raciais.pdf (0,54MB)
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	1341-1351-1361 Currículo Étnico-Raciais.pdf (0,54MB)
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	
1.4.3.1) Anexar os documentos que comprovam as respostas da questão 1.4.3.	-
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) Houve concurso(s) público(s) para o magistério municipal no exercício de 2021?	Não
1.5.1.1) No(s) edital(is) e nas provas de concurso(s) público(s) realizado(s) foram exigidos dos candidatos conhecimentos sobre o ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas?	
1.5.1.2) Anexar cópia(s) do(s) edital(is) do(s) concurso(s).	-
1.5.2) O Município oportunizou a participação de professores em cursos de formação na área de Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas durante o exercício de 2021?	Sim
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2021	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.5.2.2) Informe a área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2021:	História Literatura Artes Educação Física Língua Portuguesa Matemática Geografia
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2021?	Não
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de especialistas?	
1.5.3.2) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	
1.5.3.3) Informe o(s) evento(s) de formação realizados no período:	Registros informados: 0
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados nas escolas da rede municipal de ensino?	Sim - plenamente
1.6.2) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados em todas as disciplinas do currículo escolar das escolas municipais?	Não - apenas em algumas disciplinas
1.6.2.1) Anexar documentos que comprovem a resposta à questão anterior.	-

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Pergunta	Resposta
1.6.2.2) Tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	
1.6.3) O Município possui escolas públicas municipais de Educação Infantil?	Sim
1.6.4) Na EDUCAÇÃO INFANTIL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	São ministrados em todas as escolas públicas municipais
1.6.5) Na EDUCAÇÃO INFANTIL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas são ministrados:	Em todos os anos desta etapa de ensino
1.6.6) O Município possui escolas públicas municipais de Ensino Fundamental?	Sim
1.6.7) No ENSINO FUNDAMENTAL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	São ministrados em todas as escolas públicas municipais
1.6.8) No ENSINO FUNDAMENTAL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas são ministrados:	Em todos os anos desta etapa de ensino
1.6.9) O Município possui escolas públicas municipais de ou com Ensino Médio?	Não
1.6.10) No ENSINO MÉDIO, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	
1.6.11) No ENSINO MÉDIO, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas são ministrados:	
1.7) Controle do cumprimento do art. 26-A pelas escolas do Município	
1.7.1) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas?	Não
1.7.2) Anexar cópia do relatório referente a 2021.	-
1.8) Autoavaliação	
1.8.1) Considerando as respostas a todos os questionamentos da presente requisição de informações e documentos, a Secretaria Municipal de Educação entende estar cumprindo plenamente a obrigação legal inserta no artigo 26-A da Lei de Federal 9.394/96, de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	Sim
1.8.2) Dados do responsável pelas respostas - Nome:	Cintia Gimenes Navas
Secretaria:	Educação
CPF:	60922397015
Cargo:	Coordenadora de Educação
E-mail:	seceducacao@sertaosantana-rs.com.br
Celular:	51999788421
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Página 566
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4558139
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59CF

Pergunta	Resposta
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Sim
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Sim
4) Busca Ativa	
4.1) Processos Estruturados de Busca Ativa	
4.1.1) Em 2021, o Município promoveu processos estruturados de busca ativa?	Não
4.1.1.1) Informe de que modo o Município promoveu processos estruturados de busca ativa:	
4.2) Identificação de Crianças e Adolescentes Fora Da Escola e (Re)Matrícula	
4.2.1) O Município realizou, em 2021, proativamente a identificação de crianças e adolescentes fora da escola?	Sim
4.2.1.1) Como foi feita a identificação de crianças e adolescentes fora da escola?	Visitas a domicílios Contato telefônico/ aplicativo de mensagens
4.2.2) Uma vez identificada a criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula?	Sim
4.3) Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares	
4.3.1) O Município monitorou, em 2021, a frequência dos(as) estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolar?	Sim
4.3.1.1) O Município controlou, em 2021, as causas do afastamento da escola?	Sim
4.3.2) O Município divulgou, em 2021, orientações aos profissionais da educação sobre como lidar com a infrequência dos estudantes?	Sim
4.3.3) Em 2021, o Município realizou eventos ou cursos de formação na temática do enfrentamento ao abandono e à evasão escolar?	Não
4.3.4) O Município realiza acompanhamento de estudantes (re)inseridos, para garantir que não haja abandono ou evasão escolar?	Não
4.4) Documentação Formal	
4.4.1) O Município dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão?	Não
4.4.1.1) Anexar cópia do documento.	-
4.5) Intersetorialidade	
4.5.1) Informe os órgãos/entidades municipais envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar:	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Assistência Social (ou órgão/entidade análogo(a)) Conselho Municipal de Educação Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente Conselho Tutelar
4.5.2) No enfrentamento à exclusão escolar, o Município atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas?	Sim
4.5.2.1) Com quais órgãos?	Ministério Público do Estado
4.5.3) O Município definiu procedimentos visando a garantir que as crianças e adolescentes identificados pelo Município que necessitam de matrícula na rede estadual sejam encaminhados para serem matriculados nessa rede?	Não
4.6) Profissionais envolvidos no enfrentamento à exclusão escolar	
4.6.1) O Município dispõe de profissional(is) treinado(s) e incumbido(s) de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola?	Não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Página 567
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 4558139
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59CF

Pergunta	Resposta
4.6.2) O Município dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da escola?	Não
4.6.3) O Município dispõe de responsável(is) por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar?	Não
4.6.4) O Município dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos?	Sim
4.7) Busca Ativa Escolar - Unicef e Undime	
4.7.1) O Município aderiu/realizou readesão à estratégia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida por UNICEF e Undime, em parceria com Congemas e Conasems?	Sim
4.7.1.1) O Município utiliza e alimenta regularmente a plataforma da estratégia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida por UNICEF e Undime, em parceria com Congemas e Conasems?	Sim

Justificativas e Observações
Questionário respondido pela secretaria de educação

Recibo emitido em 15/07/2022 14:29.

Código de autenticação

TQRL9-QRCH7-SVAM7

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Dados Tabulares

1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:

Tipo	Outro
Tipo "Outro", Informe:	Resolução
Número	7
Ano	2018
Proposta por	Executivo Municipal
Anexar arquivo	Resolução conselho.pdf (527,48 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Dados Tabulares

1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2021

Nome do curso	Diálogos Multiculturais
Instituição que promoveu o curso	Outra
Outra:	SESC
Carga horária (em horas)	13
Quantidade de professores capacitados	70
Anexe documento comprobatório	Certificado..pdf (634,2 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1.359
Ano	2015
Anexar arquivo	PM E.pdf (592,59 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	1,013
Ano	2007
Anexar arquivo	LEI Nº 1013 - plano de carreira.pdf (216,01 KB)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B843.8E37.B73E.29F8.EFC2.

CERTIFICADO

Certificamos que ROSIANI SCHRANCK,

participou do(a) DIÁLOGOS MULTICULTURAIS - POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS,

realizado pelo Serviço Social do Comércio, no período de 15, 19 E 20 DE JULHO DE 2021.

num total de 13 horas.

Porto Alegre, 3 de Agosto de 2021

Código autenticidade
2021-3-1269-66
em www.sesc-rs.com.br/autenticacao

Fecomércio RS | Sesc

José Paulo da Rosa
Diretor Regional

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3441.0BF0.B700.31F0.197F.

novos membros e posterior eleição para o Conselho Municipal de Saúde, para isso foi criado comissão composta por Cristiane Alcantara Teibke, Sheila Oppelt, Rosana Schultz Merlik, Flávio Koch, Gisela Rosenau. Nada mais havendo a declarado, lavro a presente ata que será lida e assinada por mim e os demais presentes. Rosana Schultz Merlik, Cristiane A. Teibke Gisela Renate Rosenau Flavio [illegible], Andresa B.O. Matzembacher Sheila Oppelt. André Souza [illegible] Fran Pole.

Ata 05/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte um, no auditório da Prefeitura Municipal de Sertão Santana, as nove horas e trinta minutos reuniram-se os atuais conselheiros e demais convidados. Na oportunidade a enfermeira Larissa Beyer apresentou o Plano Municipal de Saúde de 2022 até 2025. O devido plano foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade. Na sequência foi feita a apresentação dos novos conselheiros Municipais de Saúde de Sertão Santana: André Luis Rocha de Souza representando a Secretaria da Saúde, Cristiane Alcantara Teibke representante da UBS, Gabrielle Silva representante da UBS, Sheila Silvana Oppelt representante da secretaria da Saúde, Jonas Krause representante da paróquia Deus Conosco (IECLB), Lazandra Hallas Saul representante da cooperativa Agropecuaria de Sertão Santana, Flávio Koch representando o Sindicato dos Trabalhadores de Sertão Santana, Leonel Gimenes representando a Igreja Catolica (Matriz) de Sertão Santana, Andreia Terezinha Schultz representando a escola Horizontes do Saber, Cisiani Renz Pellegrino, representando a EMEI Guera cy Fialho Drechsler, Andressa Matzembaker re-

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C987.824E.9A4F.5C97.132C.

presentando a secretaria da Administração, Rorani Leni Preuss Stiiker representando a OASE da Comunidade da Igreja Evangelica (IECLB), Gisela Renate Rosenau representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Tânia Beatriz Guru de Medeiros representando a EEMEF Eduardo Secco, Marli Papke representando a OASE da Comunidade da Igreja Evangelica (IECLB), Maria Jaszembski representando a terceira idade, Juraindina Vandame representando a terceira idade, Rorana Borba Secretária da Saúde de Serião Santana, Rorana Schultz Murlik representando a EMEF Horizontes do Saber. Na oportunidade o senhor André falou da importância da representatividade de todos os participantes bem como de suas entidades. Na sequência a senhora Rorana Borba falou do empenho para a aquisição de vacinas, porém há falta de produto (vacinas do covid-19) que deveria ser distribuído pelo Ministério da Saúde. Dando continuidade o senhor André falou da conferência que será organizada, a princípio, de forma online e começará a ser organizada na próxima reunião. Nada mais havendo a declarar encerro a presente ata que será lida e assinada por mim e os demais presentes: Rorana Schultz Murlik, Juraindina Vandame, Maria Yaszembski, Tânia B. G. de Medeiros, Marli Papke Rosani A. P. Stiiker Gisela R. Rosenau, Andreia C. Schultz, [illegible] Edisiane R. Pellegrine, [illegible], Leizandra Kallas Laue Jonko Franck, Cristiane A. Reifke, [illegible]

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C987.824E.9A4F.5C97.132C.

Página 574
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4558140
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D0

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

OF.GP.Nº078/2021

Sertão Santana, 14 de maio de 2021.

Senhor Presidente:

Passamos as mãos de Vossa Senhoria, para apreciação e votação o Projeto de Lei Nº1.576, de 14 de maio de 2021, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências.

Atenciosamente,

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador EVANDRO ROBE
M.D. Presidente da Câmara Municipal
Sertão Santana – RS

Câmara Municipal de Sertão Santana
RECEBIDO
14 / 5 / 2021
HORA: 12h45
P: 140/2021
Sec. Adm. Legislativo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Câmara Municipal de Sertão Santana
RECEBIDO
14 / 5 / 2021
HORA: 12h45
P: 14012021
Dep. Adm. Legislativo

PROJETO DE LEI Nº1.576, DE 14 DE MAIO DE 2021.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 165 da Constituição Federal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1° Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1°, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I – Programas, II – Resumo dos Programas e III – Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfunção.

Parágrafo único. Também integram este projeto os Demonstrativos com as projeções de Receitas e Despesas do Poder Executivo e do Regime Próprio de Previdência, da Receita Corrente Líquida, de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, de limite de gastos totais do Poder Legislativo, de cumprimento dos índices constitucionais de Saúde e Educação e de projeções da dívida consolidada líquida.

Art. 2° Para efeitos desta Lei entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

Página 576
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Página 577
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V – Ação: o conjunto de operações cujo produtos contribuem para os objetivos do programa;

VI – Produto: bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

VII – Meta: quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

VIII – Índice: quantidade realizada atualmente (índice recente) e quantidade planejada para aplicação ideal do Plano (índice final)

IX – Encargos Especiais: programa de cunho orçamentário, que engloba ações de natureza financeira, não associáveis aos demais programas da administração pública;

Art. 3° A programação constante no PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das Operações de Crédito Internas, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e, subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros Municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo único. Os valores financeiros constantes nesta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentária e as receitas previstas, consoante a legislação tributária em vigor à época.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Art. 4º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2022-2025 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, será proposta pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específica.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderá ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art.7º O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 31 de março de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 14 de maio de 2021.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Página 578
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Sertão Santana
RECEBIDO
14 / 5 / 2021
HORA: 12h45
P. 1401/2021
Sec. Adm. Legislativa

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a Vossa Senhoria para apreciação e votação do Projeto de Lei Nº1.576, de 14 de maio de 2021, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, define as prioridades do Governo para o período de quatro anos, podendo ser revisado anualmente. Neste projeto, consta o planejamento de como serão executadas as políticas públicas, para alcançar os resultados esperados ao bem estar da população nas diversas áreas.

Em anexo, encaminhamos cópias das atas dos conselhos municipais, que aprovaram a elaboração do PPA 2022/2005, conforme relação: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sertão Santana; Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal da Assistência Social; Conselho Municipal do COMDICA; Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMAM e ata da Audiência Pública.

Segue também em anexo, o Demonstrativo Consolidado das Projeções Plurianuais – 2022/2025; Anexo III – Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfunção, Anexo II – Resumo dos Programas e Anexo I – Programas.

Atenciosamente,

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 6

Peça 4558141

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D1

Município de Sertão Santana/RS
Demonstrativo Consolidado das Projeções Plurianuais
PPA 2022/2025

RECEITAS 2022/2025	Valores
Receitas Correntes	97.813.928,61
Receitas de Capital	18.157.127,46
Receitas Intra-Orçamentárias	13.597.661,57
Subtotal das Receitas	129.568.717,64
Operações de Crédito	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	129.568.717,64

DESPESAS 2022/2025	Valores
Despesas Correntes	95.718.756,98
Despesas de Capital	13.052.557,77
Despesas Intra-Orçamentárias	12.848.620,26
Subtotal das Despesas	121.619.935,00
Reserva de Contingência	7.948.782,63
TOTAL DAS DESPESAS	129.568.717,64

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores 2022/2025	Valores
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias - Estimadas	8.604.770,21
Despesas Previdenciárias Estimadas	7.613.992,03
Resultado Previdenciário - Reserva de Contingência RPPS	990.778,18
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias - Estimadas	0,00
Despesas Previdenciárias Estimadas	0,00
Resultado Previdenciário - Reserva de Contingência RPPS	0,00

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2022/2025	Valores
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.400.771,64

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde 2022/2025	Valores
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	13.052.557,77

LEGISLATIVO 2022/2025 Demonstrativo dos Gastos Totais - Art. 29 A da CF	Valores
Limite de Gastos Totais do Legislativo	6.425.738,77

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO III - CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROGRAMA	AÇÃO	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	VALOR
001 - GABINETE DA COMUNIDADE	001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	04-Administração	R$ 4.000.000,00
		122-Administração Geral	
001 - GABINETE DA COMUNIDADE	001 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	04-Administração	R$ 20.000,00
		122-Administração Geral	
001 - GABINETE DA COMUNIDADE	002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	04-Administração	R$ 40.000,00
		122-Administração Geral	
001 - GABINETE DA COMUNIDADE	003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	04-Administração	R$ 75.000,00
		122-Administração Geral	
002 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO	002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	04-Administração	R$ 5.000.000,00
		122-Administração Geral	
002 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO	004 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	04-Administração	R$ 40.000,00
		122-Administração Geral	
002 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO	005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	04-Administração	R$ 75.000,00
		122-Administração Geral	
003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO	003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS E DE PLANEJAMENTO	04-Administração	R$ 4.000.000,00
		123 - Administração Financeira	
003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO	006 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	04-Administração	R$ 40.000,00
		123 - Administração Financeira	
003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO	007 - AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E INCREMENTO DE ARRECADAÇÃO	04-Administração	R$ 40.000,00
		123 - Administração Financeira	
003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO	008 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	04-Administração	R$ 75.000,00
		123 - Administração Financeira	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AMBIENTAIS	18-Gestão Ambiental	R$ 400.000,00
		542-Controle Ambiental	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	005 - COLETA E RETIRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	18-Gestão Ambiental	R$ 1.400.000,00
		542-Controle Ambiental	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	006 - FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL	18-Gestão Ambiental	R$ 200.000,00
		542-Controle Ambiental	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	007 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	18-Gestão Ambiental	R$ 200.000,00
		542-Controle Ambiental	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	009 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E PASSIVOS AMBIENTAIS	18-Gestão Ambiental	R$ 200.000,00
		543-Recuperação de áreas degradadas	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	010 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	18-Gestão Ambiental	R$ 2.000.000,00
		542-Controle Ambiental	
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	011 - AÇÕES PARA RECICLAGEM DO LIXO DESCARTADO	18-Gestão Ambiental	R$ 100.000,00
		542-Controle Ambiental	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura	R$ 1.000.000,00
		813-Lazer	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	009 - MANUTENÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL	27 - desporto e Lazer	R$ 200.000,00
		812 - Desporto Comunitário	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CALENDÁRIO DE EVENTOS	13 - Cultura	R$ 1.000.000,00
		813-Lazer	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	011 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CULTURA E DESPORTO	13 - Cultura	R$ 200.000,00
		813-Lazer	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	012 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	13 - Cultura	R$ 100.000,00
		813-Lazer	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	013 - CONTRATUALIZAÇÃO COM O CTG TIO RAYMUNDO	13 - Cultura	R$ 100.000,00
		813-Lazer	
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	014 - INCENTIVO A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CULTURA LOCAL	13 - Cultura	R$ 200.000,00
		813-Lazer	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	012 - MANUTENÇÃO AGRICULTURA, TURISMO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMERCIO	20-Agricultura	R$ 10.000.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	013 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRÍCOLA	20-Agricultura	R$ 400.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	014 - TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRÍCOLA	20-Agricultura	R$ 40.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	015 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	20-Agricultura	R$ 40.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	015 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PATRULHA AGRÍCOLA	20-Agricultura	R$ 400.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	016 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	20-Agricultura	R$ 225.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	017 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	20-Agricultura	R$ 40.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	018 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO	20-Agricultura	R$ 200.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	019 - INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	20-Agricultura	R$ 80.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	020 - CONVÊNIOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20-Agricultura	R$ 400.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	021 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL	20-Agricultura	R$ 40.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	022 - INCENTIVO A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	20-Agricultura	R$ 100.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	023 - INCENTIVO À COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	20-Agricultura	R$ 80.000,00
		606-Extensão Rural	
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	055 - AÇÕES DE DEFESA DOS ANIMAIS	20-Agricultura	R$ 40.000,00
		606-Extensão Rural	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS,TRANSPORTE, VIAÇÃO E TRANSITO	15 - Urbanismo	R$ 6.000.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	15 - Urbanismo	R$ 400.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	018 - TERCEIRIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA	15 - Urbanismo	R$ 1.200.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	019 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS	15 - Urbanismo	R$ 200.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	020 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO	15 - Urbanismo	R$ 40.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	021 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS	15 - Urbanismo	R$ 1.000.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	022 - MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS MUNICIPAIS	15 - Urbanismo	R$ 40.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	023 - MANUTENÇÃO DE PONTES MUNICIPAIS	15 - Urbanismo	R$ 400.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	024 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS	15 - Urbanismo	R$ 200.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	15 - Urbanismo	R$ 40.000,00
		452 - Serviços Urbanos	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	026 - OBRA DE ESGOTO E SANEAMENTO	17 - Saneamento	R$ 200.000,00
		512 - Saneamento básico urbano	
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	027 - PAVIMENTAÇÃO URBANA	15 - Urbanismo	R$ 6.000.000,00
		451 - Infra-estrutura urbana	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	024 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08-Assistência Social	R$ 4.000.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	025 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM AS SOCIAL	08-Assistência Social	R$ 2.000.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	026 - MANUTENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL SOCIOEDUCATIVO	08-Assistência Social	R$ 40.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	027 - FORNECIMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	08-Assistência Social	R$ 40.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	028 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08-Assistência Social	R$ 40.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	028 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	08-Assistência Social	R$ 80.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	029 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	08-Assistência Social	R$ 75.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	030 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	08-Assistência Social	R$ 80.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	031 - CONTRATUALIZAÇÃO COM O LAR DO CARINHO	08-Assistência Social	R$ 200.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	032 - CONTRATUALIZAÇÃO COM A APAE SERTÃO SANTANA	08-Assistência Social	R$ 400.000,00
		242-Assistência ao Portador de Deficiência	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	033 - AÇÕES DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	08-Assistência Social	R$ 40.000,00
		244-Assistência Comunitária	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	034 - AÇÕES DE APOIO AOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE	08-Assistência Social	R$ 40.000,00
		241 - Assistência ao Idoso	
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	035 - PROJETO SEMEANDO A PAZ - JUSTIÇA RESTAURATIVA	08-Assistência Social	R$ 40.000,00
		244-Assistência Comunitária	
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	16 - Habitação	R$ 400.000,00
		482 - Habitação Urbana	
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	030 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	16 - Habitação	R$ 40.000,00
		482 - Habitação Urbana	
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	036 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	16 - Habitação	R$ 50.000,00
		482 - Habitação Urbana	
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	037 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	16 - Habitação	R$ 2.000.000,00
		482 - Habitação Urbana	
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	038 - REFORMA DE CASAS	16 - Habitação	R$ 1.000.000,00
		482 - Habitação Urbana	
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	039 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS	16 - Habitação	R$ 1.000.000,00
		482 - Habitação Urbana	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO,DESPORTO E CULTURA	12-Educação	R$ 400.000,00
		122 - Administração Geral	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL	12-Educação	R$ 3.000.000,00
		365-Ensino Infantil	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	12-Educação	R$ 12.000.000,00
		361-Ensino Fundamental	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	034 - FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR	12-Educação	R$ 1.000.000,00
		306 - Alimentação e nutrição	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	12-Educação	R$ 3.000.000,00
		361-Ensino Fundamental	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	036 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	12-Educação	R$ 40.000,00
		122 - Administração Geral	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	040 - AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12-Educação	R$ 100.000,00
		365-Ensino Infantil	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	041 - AMPLIAÇÃO DOS PRÉDIOS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	12-Educação	R$ 1.000.000,00
		361-Ensino Fundamental	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	042 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	12-Educação	R$ 400.000,00
		365-Ensino Infantil	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	043 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12-Educação	R$ 150.000,00
		361-Ensino Fundamental	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	044 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	12-Educação	R$ 1.000.000,00
		361-Ensino Fundamental	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	045 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO	12-Educação	R$ 400.000,00
		362 -Ensino Médio	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	046 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	12 - Educação	R$ 400.000,00
		364 -Ensino Superior	
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	047 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	12 - -Educação	R$ 400.000,00
		361-Ensino Fundamental	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	10-Saúde	R$ 4.000.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

		122 - Administração Geral	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	038 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM ATENÇÃO BÁSICA	10-Saúde	R$ 8.000.000,00
		301-Atenção Básica	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	039 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10-Saúde	R$ 2.000.000,00
		304 - Vigilância Sanitária	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	040 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	10-Saúde	R$ 1.000.000,00
		301-Atenção Básica	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	041 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10-Saúde	R$ 800.000,00
		303 - Suporte Profilático e Terapêutico	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	042 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO E TRANSPORTE DE PACIENTE	10-Saúde	R$ 2.000.000,00
		302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	043 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	10-Saúde	R$ 40.000,00
		122 - Administração Geral	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	048 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE SAÚDE	10-Saúde	R$ 500.000,00
		301-Atenção Básica	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	049 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE	10-Saúde	R$ 200.000,00
		122 - Administração Geral	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	050 - TERCERIZAÇÃO DE TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES	10-Saúde	R$ 1.000.000,00
		301-Atenção Básica	
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	051 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	10-Saúde	R$ 400.000,00
		301-Atenção Básica	
012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	001 - PAGAMENTO DE PASEP	28 - Encargos Especiais	R$ 1.300.000,00
		845 - Outras Transferências	
012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	002 - PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS	28 - Encargos Especiais	R$ 400.000,00
		841 - Refinanciamento da dívida interna	
012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	003 - DEVOLUÇÕES DE SALDO	28 - Encargos Especiais	R$ 40.000,00
		845 - Outras Transferências	
012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	004 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E RPV	28 - Encargos Especiais	R$ 800.000,00
		841 - Refinanciamento da dívida interna	
012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	005 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - EXECUTIVO	99 - Reserva de Contingência	R$ 5.408.782,62
		999 - Reserva de Contingência	
013 - GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	044 - PAGAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DO RPPS	09 - Previdência Social	R$ 10.784.426,04
		272 - Previdência do Regime Estatutário	
013 - GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO RPPS	09 - Previdência Social	R$ 100.000,00
		272 - Previdência do Regime Estatutário	
013 - GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	053 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	09 - Previdência Social	R$ 13.992,03
		272 - Previdência do Regime Estatutário	
013 - GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	006 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	99 - Reserva de Contingência	R$ 990.778,18
		997 - Reserva do RPPS	
014 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO	045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO LEGISLATIVA	01-Legislativa	R$ 6.000.000,00
		031-Ação Legislativa	
014 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO	054 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	01-Legislativa	R$ 425.738,77
		031-Ação Legislativa	

TOTAL	**R$ 129.568.717,64**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	GABINETE DO PREFEITO
PROGRAMA:	001 - GABINETE DA COMUNIDADE
OBJETIVO:	Oferecer estrutura e qualidade no atendimento e recepção da comunidade e de autoridades.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
Nº DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO GABINETE DO PREFEITO/ANO	**720**	**1000**

ATIVIDADE/PROJETO/ OPERAÇÃO ESPECIAL	AÇÃO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA			
A	001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 4.000.000,00	1
P	001 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR Atividade Mantida	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 20.000,00	1
P	002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	117 40.000,00	140
P	003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Veículo adquirido	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 75.000,00	2

TOTAL	**4.135.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PROGRAMA:	002 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO
OBJETIVO:	Garantir o apoio administrativo aos serviços públicos para realização das ações finalísticas do município.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
nº DE FUNCIONÁRIOS LOTADOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA	**11**	**15**
nº DE CURSOS E CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	**68**	**100**

VIDADE/PROJE ERAÇÃO ESPEC	**AÇÃO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**			
A	002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	5.000.000,00	
P	004 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA**	218	240
			VALOR	40.000,00	
P	005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Veículo adquirido	Unidade	**META FÍSICA**	0	1
			VALOR	75.000,00	

TOTAL	**5.115.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROGRAMA:	003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO
OBJETIVO:	Garantir o controle das contas públicas municipais através de estratégia de gerenciamento financeiro através de fluxo de caixa. Construir condições para o setor tributário desenvolver os serviços de atualização tributária e fiscalização afim de garantir recursos aos cofres públicos. Planejar as estratégias de desenvolvimento público do município através da realização de projetos que possibilitem a evolução dos serviços oferecidos e o cumprimento das demandas da comunidade.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
ANÁLISE DO ÍNDICE DE RETORNO DE ICMS	**0,05824**	**0,064064**
nº DE PROJETOS ELABORADOS/ANO	**12**	**24**
nº DE PROJETOS REALIZADOS/ANO	**4**	**12**

ATIVIDADE/PROJETO OPERAÇÃO ESPECIA	**AÇÃO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**			
A	003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS E DE PLANEJAMENTO Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	1.000.000,00	
P	006 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA**	133	150
			VALOR	40.000,00	
P	007 - AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO E INCREMENTO DE ARRECADAÇÃO Ações desenvolvidas	Unidade	**META FÍSICA**	3	6
			VALOR	40.000,00	
P	008 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Ações desenvolvidas	Unidade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	75.000,00	

TOTAL	**1.155.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMERCIO
PROGRAMA:	004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO
OBJETIVO:	Desenvolver projetos e atividades que garantam a sustentabilidade ambiental, através de políticas públicas que permitam o controle e regularização relativos ao meio abiente e seus respectivos impactos.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
nº DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS REALIZADOS	**40**	**50**

TIVIDADE/PROJET PERAÇÃO ESPECI	**AÇÃO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**			
A	004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AMBIENTAIS Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	400.000,00	
A	005 - COLETA E RETIRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS Resíduos retirados	% de execução	**META FÍSICA**	100	100
			VALOR	1.400.000,00	
A	006 - FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL Licenciamentos realizados	Unidade	**META FÍSICA**		
			VALOR	200.000,00	
A	007 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	200.000,00	
P	009 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E PASSIVOS AMBIENTAIS Área recuperada	Unidade	**META FÍSICA**	1	5
			VALOR	200.000,00	
P	010 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA**	20	30
			VALOR	2.000.000,00	
P	011 - AÇÕES PARA RECICLAGEM DO LIXO DESCARTADO Ações realizadas	Unidade	**META FÍSICA**		
			VALOR	100.000,00	

TOTAL	**4.500.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,DESPORTO E CULTURA
PROGRAMA:	005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE
OBJETIVO:	Manter, ampliar e garantir a estrutura necessária para o desenvolvimento cultural, esportivo e de lazer no município.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
nº DE EVENTOS/ANO	**20**	**24**
MÉDIA DE PÚBLICO NOS EVENTOS	**5000**	**5500**

TIVIDADE/PROJETO PERAÇÃO ESPECIA	**AÇÃO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**			
A	008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA E DESPORTO Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	1.000.000,00	
A	009 - MANUTENÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL Ginásio mantido	Unidade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	200.000,00	
A	010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CALENDÁRIO DE EVENTOS Atividade mantida	Atividade	**META FÍSICA**	1	1
			VALOR	1.000.000,00	
A	011 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CULTURA E DESPORTO Atividade Mantida	Unidade	**META FÍSICA**	1	2
			VALOR	200.000,00	
P	012 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA**	125	200
			VALOR	100.000,00	
P	013 - CONTRATUALIZAÇÃO COM O CTG TIO RAYMUNDO Termo de parceria firmado	Unidade	**META FÍSICA**	0	1
			VALOR	100.000,00	
P	014 - INCENTIVO A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CULTURA LOCAL Termo de parceria firmado	Unidade	**META FÍSICA**	0	4
			VALOR	200.000,00	

TOTAL	**2.800.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMERCIO
PROGRAMA:	006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO
OBJETIVO:	Fomentar as atividades da agricultura e da pecuária, garantindo a produção e o abastecimento do município com políticas que permitam a qualidade de vida no campo, além de garantir as condições de acesso entre a zona rural e a zona urbana.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
nº DE CABEÇAS DE BOVINOS	**4300**	**4500**
ÁREA PLANTADA DE GRÃOS/HECTARE(SOJA,ARROZ,MILHO)	**3300**	**3600**
ÁREA PLANTADA DE FRUTICULTURA(UVA,PÊSSEGO, MORANGO,NOGUEIRA)	**40**	**50**
nº DE ASSOCIAÇÕES FORMALIZADAS NO MUNICÍPIO	**2**	**8**

TIVIDADE/PROJET PERAÇÃO ESPECI	**AÇÃO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**			
A	012 - MANUTENÇÃO AGRICULTURA, TURISMO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMERCIO Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 6.000.000,00	1
A	013 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRÍCOLA Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 400.000,00	1
A	014 - TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRÍCOLA Máquinas contratadas através de terceirização/ano	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	0 40.000,00	12
A	015 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 40.000,00	2
P	015 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PATRULHA AGRÍCOLA Máquina e equipamento adquirido	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	37 400.000,00	52
P	016 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Veículo adquirido	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	4 225.000,00	7
P	017 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	20 40.000,00	30
P	018 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO Atividade Mantida	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 200.000,00	1
P	019 - INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR nº de famílias beneficiadas	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	10 80.000,00	20
P	020 - CONVÊNIOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA Convênios realizados	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 400.000,00	6
P	021 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL Ações realizadas	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	0 80.000,00	4
P	022 - INCENTIVO A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AGROINDUSTRIAS nº de famílias beneficiadas	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	4 100.000,00	20
P	023 - INCENTIVO À COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS cooperativas incentivadas	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	0 80.000,00	4
P	XXX - AÇÕES DE DEFESA DOS ANIMAIS Ações realizadas	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	0 40.000,00	4

TOTAL	**8.085.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE, VIAÇÃO E TRANSITO
PROGRAMA:	007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
OBJETIVO:	Conservar e desenvolver a zona urbana do município, garantindo saneamento básico e atendendo as demandas da comunidade em todos os serviços urbanos.

INDICADORES:	ÍNDICE ATUAL	ÍNDICE PROJETADO
% DE RUAS PAVIMENTADAS	50	100
% DE RUAS SINALIZADAS	50	100
% DE ESTRADAS MUNICIPAIS SINALIZADAS	25	100

VIDADE/PROJE ERAÇÃO ESPEC	AÇÃO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA			
A	016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS,TRANSPORTE, VIAÇÃO E TRANSITO Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 6.000.000,00	1
A	017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 400.000,00	1
A	018 - TERCEIRIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA Limpeza Realizada	% de execução	META FÍSICA VALOR	100 1.200.000,00	100
A	019 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS Atividade mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 200.000,00	1
A	020 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 40.000,00	1
A	021 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS Estrada mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 1.000.000,00	1
A	022 - MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS MUNICIPAIS Praças mantidas	Unidade	META FÍSICA VALOR	3 40.000,00	5
A	023 - MANUTENÇÃO DE PONTES MUNICIPAIS Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 400.000,00	1
P	024 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS Máquina adquirida	Unidade	META FÍSICA VALOR	5 200.000,00	4
P	025 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	97 40.000,00	140
P	026 - OBRA DE ESGOTO E SANEAMENTO Obra realizada	% de execução	META FÍSICA VALOR	70 200.000,00	100
P	027 - PAVIMENTAÇÃO URBANA Obra realizada	% de execução	META FÍSICA VALOR	50 6.000.000,00	100

TOTAL	15.720.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA:	008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL
OBJETIVO:	Possibilitar à população carente a satisfação das necessidades básicas e de caráter emergencial, constituindo-se com soluções para reduzir a vulnerabilidade social.Garantir a proteção integral a criança e ao adolescente.Promover ações que possibilitem a pessoa idosa uma convivência social harmoniosa.Oportunizar estratégias de inclusão social com o envolvimento das famílias para as pessoas com necessidades especiais.

INDICADORES:	ÍNDICE ATUAL	ÍNDICE PROJETADO
nº DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO	554	650
% DE CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	60	100

TIVIDADE/PROJET PERAÇÃO ESPECI	AÇÃO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA			
A	024 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Atividade mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 4.000.000,00	1
A	025 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM AS SOCI Atividade mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 2.000.000,00	1
A	026 - MANUTENÇÃO DO PLANO MUNICIPAL SOCIOEDUCATIVO Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 40.000,00	1
A	027 - FORNECIMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS Benefícios fornecidos/ano	Unidade	META FÍSICA VALOR	37 40.000,00	200
A	028 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	3 40.000,00	5
P	028 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	178 80.000,00	240
P	029 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Veículo Adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	3 75.000,00	4
P	030 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL Família Cadastrada	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 80.000,00	4
P	031 - CONTRATUALIZAÇÃO COM O LAR DO CARINHO Termo de Parceria Firmado	Unidade	META FÍSICA VALOR	1 200.000,00	1
P	032 - CONTRATUALIZAÇÃO COM A APAE SERTÃO SANTANA Termo de Parceria Firmado	Unidade	META FÍSICA VALOR	1 400.000,00	1
P	033 - AÇÕES DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA Família Cadastrada	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 40.000,00	3
P	034 - AÇÕES DE APOIO AOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE Nº de ações	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 40.000,00	12
P	035 - PROJETO SEMEANDO A PAZ - JUSTIÇA RESTAURATIVA Projeto realizado	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 40.000,00	1

TOTAL	7.075.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA:	009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS
OBJETIVO:	Possibilitar a construção da casa própria ou terrenos e apoiar programas de reformas, bem como o cadastro habitacional para programas sociais, oferecidos pelas três esferas do governo, especialmente a população em situação de vulnerabilidade social.

INDICADORES:	ÍNDICE ATUAL	ÍNDICE PROJETADO
nº DE FAMÍLIAS ATENDIDAS	0	100
nº DE CASAS REALIZADAS	0	20

ATIVIDADE/PROJETO OPERAÇÃO ESPECIA	AÇÃO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA			
A	029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS Atividade mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 400.000,00	1
A	030 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	0 40.000,00	1
P	036 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 50.000,00	50
P	037 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES Casas construídas	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 2.000.000,00	20
P	038 - REFORMA DE CASAS Casas reformadas	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 1.000.000,00	100
P	039 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS Terreno adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	0 1.000.000,00	20

TOTAL	4.490.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E CULTURA
PROGRAMA:	010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO
OBJETIVO:	Atender e melhorar a oferta na qualidade do ensino público educação infantil e no ensino fundamental. Oportunizar o acesso ao ensino médio para os estudantes da zona rural. Viabilizar a formação superior e continuada na área de educação.

INDICADORES:	ÍNDICE ATUAL	ÍNDICE PROJETADO
nº DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO INFANTIL	149	200
nº DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	614	800
nº DE ESTUDANTES TRANSPORTADOS AO ENSINO MÉDIO	200	220

VIDADE/PROJE ERAÇÃO ESPEC	AÇÃO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA			
A	031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO,DESPORTO E CU Atividade Mantida	Atividade	IETA FÍSIC VALOR	1 2.000.000,00	1
A	032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO INFANTIL Atividade Mantida	Atividade	IETA FÍSIC VALOR	1 4.000.000,00	1
A	033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL Atividade Mantida	Atividade	IETA FÍSIC VALOR	1 17.000.000,00	1
A	034 - FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR Alunos atendidos	Unidade	IETA FÍSIC VALOR	757 400.000,00	1000
A	035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR Veículos mantidos	Atividade	IETA FÍSIC VALOR	1 3.000.000,00	1
A	036 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO Atividade Mantida	Atividade	IETA FÍSIC VALOR	3 40.000,00	3
P	040 - AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL Prédio Ampliado	% de execução	IETA FÍSIC VALOR	1 100.000,00	1,5
P	041 - AMPLIAÇÃO DOS PRÉDIOS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL Prédio Ampliado	% de execução	IETA FÍSIC VALOR	3 1.000.000,00	3.5
P	042 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	IETA FÍSIC VALOR	2077 400.000,00	3216
P	043 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Veículo Adquirido	Unidade	IETA FÍSIC VALOR	3 150.000,00	5

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

P	044 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR Veículo Adquirido	Unidade	META FÍSIC VALOR	13 1.000.000,00	20
P	045 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO Atividade Mantida	Atividade	META FÍSIC VALOR	1 400.000,00	1
P	046 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR Termo de Parceria realizado	Unidade	META FÍSIC VALOR	3 400.000,00	3
P	047 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR Termo de Parceria realizado	Unidade	META FÍSICA VALOR	 400.000,00	

TOTAL	**30.290.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SAÚDE
PROGRAM 011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
OBJETIVO Realizar ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde.Fortalecer as ações de vigilância em saúde no municipio.Prestar atendimento de forma qualificada às situações de urgência e emergência e nos casos que requeiram internação hospitalar, buscando um padrão satisfatório de resolutividade.

INDICADORES:	ÍNDICE ATUAL	ÍNDICE PROJETADO
% DE GESTANTES COM PELO MENOS 6 CONSULTAS REALIZADAS, SENDO A PRIMEIRA ATÉ A 20º SEMANA DE GESTAÇÃO	95	95
% DE GESTANTES COM REALIZAÇÃO DE EXAMES PARA SÍFILIS E HIV	95	95
% DE GESTANTES COM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	75	95
% DE COBERTURA DE EXAME CITOPATOLÓGICO	50	90
% DE COBERTURA VACINAL DE POLIOMELITE INATIVADA E PENTAVALENTE	105	105
% DE PESSOAS HIPERTENSAS COM PRESSÃO ARTERIAL AFERIDA POR SEMESTRE	50	90
% DE DIABÉTICOS COM SOLICITAÇÃO DE HEMOGLOBINA GLICADA	50	90
% DE CADASTRAMENTO REALIZADOS PELOS AGENTES DE SAÚDE REF AO CADASTRO DOMICILIAR	75	100

DADE/PRO AÇÃO ESP	AÇÃO PRODUTO	NIDADE DE MEDIDA			
A	037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA	1	1
			VALOR	1.000.000,00	
A	038 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM ATENÇÃO BÁSICA Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA	1	1
			VALOR	10.000.000,00	
A	039 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA	1	1
			VALOR	2.000.000,00	
A	040 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA	1	1
			VALOR	2.000.000,00	
A	041 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA	1	1
			VALOR	2.000.000,00	
A	042 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO E TRANSPORTE DE PACIENTE Paciente transportado/mês	Unidade	META FÍSICA	900	1500
			VALOR	2.000.000,00	
A	043 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA	1	1
			VALOR	40.000,00	
P	048 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE SAÚDE Veículo Adquirido	Unidade	META FÍSICA	14	14
			VALOR	500.000,00	
P	049 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE Prédio Ampliado	% de execução	META FÍSICA	5	5,5
			VALOR	1.000.000,00	
P	050 - TERCERIZAÇÃO DE TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES Veículo Adquirido	Unidade	META FÍSICA	0	14
			VALOR	2.000.000,00	
P	051 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	META FÍSICA	883	1300
			VALOR	1.000.000,00	

TOTAL	23.540.000,00

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	ENCARGOS ESPECIAIS
PROGRAMA:	012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
OBJETIVO:	Garantir os pagamentos de responsabilidade do município que não integram os programas de ações e serviços públicos, porém tratam da dívida consolidada e demais obrigações inerentes ao município.

INDICADORES:	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
% DE PAGAMENTO REALIZADO COM OS DÉBITOS ASSUMIDOS	**100**	**100**

TIVIDADE/PROJETO PERAÇÃO ESPECIA	**AÇÃO PRODUTO**	**NIDADE DE MEDIDA**			
OE	001 - PAGAMENTO DE PASEP Atividade Mantida	Atividade	**IETA FÍSIC.**	1	1
			VALOR	1.000.000,00	
OE	002 - PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS Atividade Mantida	Atividade	**IETA FÍSIC.**	1	1
			VALOR	R$ 100.000,00	
OE	003 - DEVOLUÇÕES DE SALDO Atividade Mantida	Atividade	**IETA FÍSIC.**	1	1
			VALOR	R$ 40.000,00	
OE	004 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E RPV Atividade Mantida	Atividade	**IETA FÍSIC.**	1	1
			VALOR	R$ 400.000,00	
OE	005 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - EXECUTIVO Atividade Mantida	Atividade	**IETA FÍSIC.**	1	1
			VALOR	R$ 1.200.000,00	

TOTAL	**2.740.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025

ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
PROGRAMA:	013 - GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
OBJETIVO:	Garantir os pagamentos de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do município para seus servidores.

Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas afim de permitir que todo funcionalismo público tenha acesso aos serviços administrativos do RPPS.

INDICADORES:	ÍNDICE ATUAL	ÍNDICE PROJETADO
% DE GANHO NA REMUNERAÇÃO DOS RENDIMENTOS/ANO	6	10

VIDADE/PROJE ERAÇÃO ESPEC	AÇÃO PRODUTO	NIDADE DE MEDIDA			
A	044 - PAGAMENTOS DE RESPONSABILIDADE DO RPPS Atividade Mantida	Atividade	META FÍSICA VALOR	1 8.000.000,00	1
P	052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO RPPS Equipamento Adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	1 R$ 100.000,00	1
P	053 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	META FÍSICA VALOR	 R$ 20.000,00	
OE	006 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS Atividade Mantida	Unidade	META FÍSICA VALOR	1 R$ 830.000,00	1

TOTAL	**8.950.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

PPA 2022/2025
ANEXO I - PROGRAMAS

ÓRGÃO:	PODER LEGISLATIVO
PROGRAMA:	014 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO
OBJETIVO:	Proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades do poder legislativo.

Disponibilizar melhores condições estruturais para recebimento da população e suas demandas.

INDICADORES: .	**ÍNDICE ATUAL**	**ÍNDICE PROJETADO**
Nº DE PROJETOS DE LEI ANALISADOS PELO PODER LEGISLATIVO/ANO		
TEMPO DE ANÁLISE DE CADA PROJETO DE LEI/DIAS		

IVIDADE/PROJE ERAÇÃO ESPEC	**AÇÃO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**			
A	045 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO LEGISLATIVA Atividade Mantida	Atividade	**META FÍSICA** **VALOR**	1 4.000.000,00	1
P	054 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Equipamento Adquirido	Unidade	**META FÍSICA** **VALOR**	 R$ 80.000,00	

TOTAL	**4.080.000,00**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal
#REF!

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

PPA 2022/2025	
ANEXO II - RESUMO DOS PROGRAMAS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	**VALOR R$**
001 - GABINETE DA COMUNIDADE	R$ 1.635.000,00
002 - APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES FINALÍSTICAS DO MUNICÍPIO	R$ 1.615.000,00
003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO	R$ 1.155.000,00
003 - CONTROLE FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO TRIBUTÁRIO	R$ 1.155.000,00
#REF!	#REF!
005 - CULTURA,DESPORTO E LAZER PARA A COMUNIDADE	R$ 1.000.000,00
006 - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 8.085.000,00
007 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	R$ 3,00
004 - MEIO AMBIENTE EM FOCO	R$ 2.000.000,00
008 - APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL	R$ 4.075.000,00
009 - APOIO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS	R$ 4.130.000,00
010 - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO	R$ 30.290.000,00
011 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE	R$ 23.540.000,00
014 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO	R$ 4.080.000,00
013 - GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	R$ 8.950.000,00
012 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R$ 2.740.000,00
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS	**R$ 128.446.713,73**

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Página 601
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 27
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

ATA Nº049/2021- Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte um, às dezessete horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Sertão Santana, foi realizada a Audiência Pública com a presença do Consultor Fabricio Bubols Falconi, do Prefeito em Exercício, Sr. Marcos Aurélio Kologeski Souza, Secretários Municipais, Vereadores, demais membros da comunidade presente, com a finalidade de analisar a Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025. Tomando a palavra o Sr. Fabricio deu início a audiência, dando as boas vindas a todos os presentes, dizendo que a Constituição Federal estabelece a elaboração do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, estabelecendo os programas com seus objetivos, dentro de seus projetos e ações para o quadriênio 2022/2025. Informou que primeiro passo para dar início na elaboração do PPA, foi junto com todos os secretários municipais; segundo passo, reunir todos os conselhos municipais, para participarem e acrescentarem seus projetos e o terceiro passo, aberto para a audiência, em conjunto com a comunidade, para também expor seus projetos. Todo o programa no PPA, deve constar, projeto/atividade/operação especial. O Sr. Fabricio iniciou com o órgão Gabinete do Prefeito, com o Programa 001- Gabinete da Comunidade. Objetivo: Oferecer estrutura e qualidade no atendimento e recepção da comunidade e de autoridade. Indicadores: Número de atendimentos realizados pelo Gabinete do Prefeito, com o índice atual de 720 atendimentos, índice projetado para um mil atendimentos. Também ressaltou que o Conselho Tutelar faz parte do Gabinete do Prefeito, mas que até o final do ano, através de Lei especifica o Conselho Tutelar fará parte integrante da Secretaria da Assistência Social. Secretaria da Administração com o Programa 002- Apoio Administrativo as ações finalísticas do Município. Objetivo: Garantir o apoio administrativo aos serviços públicos para a realização das ações finalísticas do município. Indicadores: Número de funcionários lotados na área administrativa, com o índice atual de 11, índice projetado para quinze; número de cursos e capacitações disponibilizadas pela administração pública: sessenta e oito e finalizando com cem. Secretaria da Fazenda e Planejamento com o Programa 003- Controle financeiro e desenvolvimento tributário. Objetivo: Garantir o controle das contas públicas municipais através de estratégia de gerenciamento financeiro através de fluxo de caixa. Construir condições para o setor tributário desenvolver os serviços de atualização tributária e fiscalização a fim de garantir recursos aos cofres públicos. Planejar as estratégias de desenvolvimento público do município, através da realização de projetos que possibilitem a evolução dos serviços oferecidos e o cumprimento das demandas da comunidade. Indicadores: Análise do índice de retorno do ICMS, índice atual de 0,058240, índice projetado para 0,064064. Número de projetos elaborados/ano, índice atual de 12, índice projetado para 24; número de projetos realizados/ano: índice atual de 4, projetado para 12. Secretaria da Agricultura, Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio com o Programa 004- Meio Ambiente em Foco. Objetivo: Desenvolver projetos e atividades que garantam a sustentabilidade ambiental, através de politicas que permitam o controle e regularização relativos ao meio ambiente e seus respectivos impactos. Indicadores: Número de licenciamentos ambientais realizados; índice atual 40, índice projetado 50. Secretaria da Educação, Desporto e Cultura com o Programa 005- Cultura, Desporto e Lazer a Comunidade. Objetivo: Manter, ampliar e garantir a estrutura necessária para o

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

desenvolvimento cultural, esportivo e de lazer no município. Indicadores: Número de eventos/ano; índice atual 20, índice projetado para 24; Média de público nos eventos, índice atual 5.000, índice projetado para 5.000. Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comercio com o Programa: 006 – Fomentar as atividades da agricultura e da pecuária, garantindo a produção e o abastecimento do município com politicas que permitam a qualidade de vida no campo, além de garantir as condições de acesso entre a zona rural e a zona urbana. Indicadores: Número de cabeças de bovinos, índice atual 4.300, índice projetado 4.500; área plantada de grãos/hectare (soja, arroz ,milho) índice atual 3.300, índice projetado 3.600; área plantada de fruticultura (uva, pêssego, morango, nogueira) índice atual 40, índice projetado 50; número de associações formalizadas no Município, índice atual 2, índice projetado 8. Secretaria de Obras, Viação, Transportes e Trânsito, com o Programa: 007- Manutenção e desenvolvimento urbano. Objetivo: Conservar e desenvolver a zona urbana do município, garantindo saneamento básico e atendendo as demandas da comunidade em todos os serviços urbanos. Indicadores: percentual de ruas pavimentadas, índice atual 50, índice projetado 100; percentual de ruas sinalizadas, índice atual 50, índice projetado 100; percentual de estradas municipais sinalizadas, índice atual 25, índice projetado 100. Secretaria da Assistência Social com o Programa: 008- Apoio Sócio Familiar e Inclusão Social. Objetivo: Possibilitar a população carente a satisfação das necessidade básicas e de caráter emergencial, constituindo-se com soluções para reduzir a vulnerabilidade social. Garantir a proteção integral a criança e ao adolescente. Promover ações que possibilitem a pessoa idosa uma convivência social harmoniosa. Oportunizar estratégias de inclusão social com o envolvimento das famílias para as pessoas com necessidades especiais. Indicadores: número de famílias cadastradas no cadastro único, índice atual 554, índice projetado 650; percentual de capacidade de atendimento para pessoas com necessidades especiais, índice atual 60, índice projetado 100. Neste Programa da Assistência Social, a Juíza da Comarca da Barra do Ribeiro, Dra. Uda Roberta, em uma "live" com o Secretário da Assistência Social, exigiu que o projeto SEMEANDO PAZ – Justiça Restaurativa, fosse incluído no programa do plano plurianual. Programa: 009- Apoio e manutenção de projetos e programas habitacionais. Objetivo: possibilitar a construção da casa própria ou terrenos e apoiar programas e reformas, bem como o cadastro habitacional para programas sociais, oferecidos pelas três esferas do governo, especialmente a população em situação de vulnerabilidade. Indicadores: números de famílias atendidas, índice atual zero, índice projetado 100; número de famílias realizadas, índice atual zero, índice projetado 20. Secretaria da Educação, Desporto e Cultura com o Programa: 010- Valorização e qualificação da educação. Objetivo: Atender e melhorar a oferta na qualidade do ensino público educação infantil e no ensino fundamental. Oportunizar o acesso ao ensino médio para os estudantes da zona rural, viabilizar a formação superior e continuada na área da educação. Indicadores: número de estudantes matriculados no ensino infantil, índice atual 149, índice projetado 200; numero de estudantes matriculados no ensino fundamental, índice atual 614, índice projetado 800; número de estudantes transportados ao ensino médio, índice atual 200, índice projetado 220. Secretaria da Saúde com o Programa: 011- Atenção integral a Saúde. Objetivo: Realizar ações de

Página 602
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 28
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção de saúde. Fortalecer as ações de vigilância em saúde no município. Prestar atendimento de forma qualificada as situações de urgência e emergência e nos casos que requeiram internação hospitalar, buscando um padrão satisfatório de resolutividade. Indicadores: percentual de gestantes com pelo menos e consultas realizadas, sendo a primeira até a 20º semana de gestação, índice atual 95, índice projetado 95; percentual de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV, índice atual 95, índice projetado 95; percentual de gestantes com atendimento odontológico realizado, índice atual 75, índice projetado 95; percentual de cobertura de exame citopatológico, índice atual 50, índice projetado 90; percentual de cobertura vacinal de poliomielite inativada e pentavalente, índice atual 50, índice projetado 90; percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida por semestre, índice atual 50, índice projetado 90; percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada, índice atual 50, índice projetado 90; percentual de cadastramento realizados pelos agentes de saúde, referente ao cadastro domiciliar, índice atual 75, índice projetado 100. Após a explanação dos programas da Saúde, o Vereador Lucas Naibert, solicitou a inclusão de ações em defesas aos animais, nos programas da Secretaria da Agricultura, o que foi aceito de imediato e incluso. Encargos Especiais com o Programa: 012 – Encargos Gerais do Município. Objetivo: Garantir os pagamentos de responsabilidade do Município que não integram os programas de ações e serviços públicos, dívida consolidada e demais obrigações inerentes ao município. Indicadores: percentual de pagamento realizado com os débitos assumidos, índice atual 100, índice projetado 100. Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com o Programa: 013 – Gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Objetivo: Garantir os pagamentos de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Município para seus servidores. Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas a fim de permitir que todo o funcionalismo público tenha acesso aos serviços administrativos do RPPS. Indicadores: percentual de ganho na remuneração dos rendimentos/ano, índice atual 6, índice projetado 10. Também foi encaminhado o Programa do Poder Legislativo -014 – Gestão Administrativo do Poder Legislativo. Objetivo: Proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades do poder legislativo. Disponibilizar melhores condições estruturais para recebimento da população e suas demandas. Indicadores: número de projetos de lei analisados pelo poder legislativo/ano e tempo de análise de cada projeto de lei/dias. Este programa será analisado pelo Poder Legislativo, para a inclusão de novos projetos/ações e índices. Encerrada a apresentação do PPA 2022/2025, o Prefeito em Exercício agradeceu a presença de todos os presentes, principalmente a cedência do espaço da Câmara Municipal de Vereadores. O Presidente da Câmara, Sr. Evandro Robe, também agradeceu a participação de todos na audiência pública, na elaboração do Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025. Nada mais a tratar, encerro a presente ata, que vai por mim assinada e demais participantes.

Página 603
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 29
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

ATA Nº 47/2020

ATA Nº 48/2020

ATA Nº 48/2021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Página 604
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 30
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

9 Ivo Vinicius de Oliveira

10 Paula Effert Faleiro

11 Marina Gimenes Novas

12 -

13

14

15 Luiz Fernando Oliveira

16

17

18 -

19 Mirian Regina Nunes

Página 605

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 31

Peça 4558141

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

ATA Nº 01/2021.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE UM, ÁS DEZESSEIS HORAS, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE SERTÃO SANTANA NO AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA REALIZAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA. A REUNIÃO TEVE POR OBJETIVO APRECIAR E CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DO PPA - PLANO PLURIANUAL 2022/2025 DO MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA, TENDO COMO PROGRAMA O FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO. AS AÇÕES FORAM APRESENTADAS PELO CONSULTOR FABRICIO FALCONE, QUE FORAM APRECIADAS PELOS CONSELHEIROS PRESENTES E APROVADAS POR UNANIMIDADE. O PODER EXECUTIVO SE COMPROMETE NA EXECUÇÃO DA INTEGRA DO PLANO APROVADO. NÃO HAVENDO MAIS NADA A CONSTAR, ENCERRO A PRESENTE ATA QUE SERÁ ASSINADA POR MIM, CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHAFFER, QUE SECRETARIEI A REUNIÃO E PELO PRESIDENTE E ACOMPANHA A LISTA ASSINADA PELOS PRESENTES. SERTÃO SANTANA, 10 DE MAIO DE 2021.

Página 606
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 32
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

DIA 29 DE JUNHO DE 2020
ATA Nº 02/2020

01- CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER - 011.516.270-91.
02- JOÃO ALBERTO MEYER - 556.892.130-04 -
03 - FLÁVIO AVELINO KOCH - 260.000.320-72 -
04 - RENATO ADÃO BURCHERT - 623 619 700-87
05 - LUIZ CARLOS LAUX - 006.367.530-77
06 - TATIANI TAIFKA - 013.015.650-75.
07 - Jorge Fernando Ritter 621 890 770-87

DIA 01 DE JULHO DE 2020
ATA Nº 03/2020

01 - CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER - 011.516.270-91 -
02 - MARCIO ROGÉRIO MILESKI - 704.498.040-49 -
03 - FLÁVIO AVELINO KOCH - 260.000.320-72 -
04 - THAIS STROPPER DELESKI MIELCZARSKI - 028.359.020-18 -
05 - JOÃO ALBERTO MEYER - 556.892.130-04 -
06 - Renato A. Burchert 623619700-87
07 - Jorge Fernando Ritter 621890770-87

DIA 19 DE OUTUBRO DE 2020
ATA Nº 04/2020

01 - CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER - 011.516.270-91 -
02 - FLÁVIO AVALINO KOCH - 260.000.320-72 -
03 - THAIS STROPPER DELESKI MIELCZARSKI - 028.359.020-18 -
04 - MARCIO ROGÉRIO MILESKI - 704.498.040-49 -
05 - LUIZ CARLOS LAUX - 484.853.050-20 -
06 - JOÃO ALBERTO MEYER - 556.892.130-04 -
07 - RENATO ADÃO BURCHERT - 623.619.700-82 -

DIA 10 DE MAIO DE 2021
ATA Nº 01/2021

01 - CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHÄFFER - 011.516.270-91 -
02 - HÉLIO ARI KARR - 171 313 240-00 -

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

03 - FLÁVIO AVELINO KOCH - 260.000.320-72 -

04 - LUIZ CARLOS LAUX - 484.853.650-20 -

05 - JORGE FERNANDO RITTER - 621.890.770-87 -

06 - RENATO ADÃO BURCHERT - 693.619.700-82.

Página 608
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 34
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às dezessete horas e trinta minutos, reuniram-se os membros do conselho do Idoso, no auditório da Prefeitura Municipal de Sertão Santana para a apresentação e possível contribuição com o PPA Plano Plurianual 2022/2025. As ações foram apresentadas pelo conselheiro Fabrício Falcone e analisadas pelo conselho. O que foi analisado é o apoio sócio familiar e inclusão social, apoio e manutenção de projetos e programas habitacionais. O PPA foi aprovado pelo conselho do Idoso por unanimidade e o Poder Executivo se compromete na execução da íntegra do plano. Não havendo mais nada a constar lavro a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes. Laíntia Gemenes Naras, [illegible] Maria Glaucia Anely Bornes Gisela Renate Rosenau [illegible], Raquel B. de Medeiros.

Página 609
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 35
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

... sala da Prefeitura Municipal de Estância ... reuniram-se os membros do Conselho de ... Contribuintes por um membro sobre a ... ação de Lei ao Conselho, e a Presidente ... pediu para justificar a ausência ... não somente julgar, ele dispõe de ... minutos de vista para fazer uma leitura ... também vão ter que para comparecer ... se caso não. Em seguida com a palavra ... foi acordado para dia 31 de ... e segunda-feira, faz a visita na Casa de Cultura ... vai está a situação dos pacientes em estado ... e, caso a maioria do Conselho que puderem ... irá nas casas, com aviso ao Conselho ... Na ... introdução para a Presidente do Conselho ... para ... caso seja uma data não estar mais ... ou ... ninguém formular as pauta para ... Mas ... mesmo encaminhar até que ponte o Conselho ... Rog ... terá mais uso. A Presidente ... ninguém mais ... alimentação para ... uma lembrancinha para os ... e vão para visitação na casa Jorge. A ... marcou que para Secretaria da Saúde, para ... os mesmos para o Conselho, mas ... nenhum interno. A próxima reunião ... para que quatorze de janeiro, na sala ... da Prefeitura, para avaliação e ... visita na Casa de Cultura. Nada mais ... julgo este ato que assino, junto com os ... Conselho: Regina B. ... Rosa R. ... Ana ... Ata nº 1/2021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

gido às crianças que realmente tem necessidade, sendo que principalmente durante a Pandemia, esperamos que tudo volte ao normal quando esta passar. O Sr. Clair Schäffer, representando a Oscar, falou sobre comprovação de (um) inscrição do orgão junto ao CMAS, citando o ofício da Oscar de nº 381/2020 e demais planos da entidade, e suas políticas publicas. Para tanto será elaborada resolução de nº 01/2021 para manutenção da Oscar no CMAS. A Sra. Sara, referiu-se a portaria MC nº 618 de 22/03/21 com preenchimento para Plano de Ação de Distribuição de alimentos (ADA) nas localidades em situação de emergência onde está o município de Sertão Santana. Continuando a Sra. Sara falou sobre a conferência da A. Social a ser realizada entre maio e agosto do corrente, tendo como palestrante o Sr. Roberto. Nada mais havendo a constar, rediji essa ata, que assino junto com os demais presentes. Gisela Renate Rosa Maria Korzenkoski, Angela Goreti Scatton, Clarice A. Link, Cinthia R. Lucas Eckel, Adriana Diel Neves, Deivison Borges da Silva Dias, Carolina Marins Munhoz de Souza, Gabriela Jara Caetano de Oliveira,

ATA Nº 20 /2021

AOS DIAS DEZ DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE UM, ÀS DEZESSEIS HORAS, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, DIGO, DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SERTÃO SANTANA NO AUDITORIO DA PREFEITURA MUNICIPAL. PARA REALIZACÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA A REUNIÃO TEVE POR OBJETIVO APRECIAR E CONTRIBUIR PARA CONSTRUÇÃO DO PPA PLANO PLURIANUAL 2022/2025 DO MUNICIPIO DE SERTÃO SANTANA, TENDO COMO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR ASSISTENCIA SOCIAL, O QUE FOI ANALIZADO FOI O APOIO SÓCIO FAMILIAR E INCLUSÃO SOCIAL, POSSIBILITAR A POPULAÇÃO CARENTE A SATISFAÇÃO DAS NESSECIDADES BASICAS. A ASSISTENCIA SOCIAL APRO VOU AS AÇÕES PELO CONSULTOR FABRICIO FALCON

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

UNANIMENTE APROVADO POR TODOS PRESENTES, O PODE
EXECUTIVO SE COMPROMETE A EXECUÇÃO DA INTEGRA DO
PLANO APROVADO. NÃO HAVENDO MAIS NADA A CONSTAR
EU ENCERRO A PRESENTE ATA QUE SERÁ ASSINADA POR
MIM GISELE CAMARGO RIBEIRO SECRETARIA EXECUTIVA E
PELO PRESIDENTE E ACOMPANHA A LISTA ASSINADA PELOS
PRESENTES. SERTÃO SANTANA DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE UM., , Andresa B. D. Betzembroker, Angela Cereti Scott
Gisele C. Ribeiro, Gisela Renate Rosenau
Olivio Borges da Silva Júnior.

Página 612
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 38
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

juntamente com os demais participantes. Gisela B. Ribeiro Amanda Nunes Buje, Maria Rosenbergh, Clarice [illegible], Ana Miranda de Oliveira, Cintia Gimenes Novas, Camila Marina Martins de Souza Grudzinski, [illegible]

Ata nº 01/2021

Aos vinte e seis dias de abril de dois mil e vinte e um, realizou-se reunião do Condica de Serton Santana, sendo que devido a pandemia é a primeira do corrente ano. Sendo a pauta exposta: Alocação de recursos para credenciamento institucional no PPA do município, relatório das atividades CTPA seminário café Virtual dia 28/04/21 para os professores da Rede Municipal de Educação. Também foi apresentado o novo gestor da Assistência Social, Sr. Deivis Bujes. Sobre o tema acolhimento, o Sr. André, responsável pela parte do jurídico expôs os diversos entraves e apresentou propostas viáveis para o nosso município. A Sra. Cristina fez comentários sobre o seminário café Virtual do dia 28 do corrente mês. Será enviado às entidades ofício solicitando indicação de novos integrantes para o Condica, já que deverá haver eleição neste ano. Foi discutido o caso de uma menina com necessidades especiais, ser inserida na rede educacional normal. Nada mais havendo a constar, redigi a presente ata, que assino juntamente com os demais. Gisela Renate, Rosenberg, Maria Rosenbergh, Deivis S. da S. Bujes, Clarice [illegible], Cintia Gimenes Novas, André Santana Silva Pereira, M.S. Grudzinski, Amanda Bujes [illegible]

Ata nº 02/2021

Aos dez dias de maio de dois mil e vinte e um, no auditório da prefeitura de Serton Santana, realizou-se reunião do Condica, convocada em caráter excepcional pelo, digo extraordinário pelo executivo municipal, para apreciar PPA do quadriênio 2021/2024. A reunião foi realizada em conjunto com os conselho do idoso e assistência social, sendo os trabalhos dirigidos pelo Sr. Fabricio, consultor orçamentário da prefeitura.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

e o gestor da Assistência Social, sr. Deivis B. Girui. Em sua falta, o sr. Fabrício deu uma explicação sobre o modelo de gestão do município e as verbas destinadas para cada setor, e o objetivo meta a ser alcançado pela Assistência Social. O palestrante através de planilha fez uma detalhada explicação do plano para o PPA, sendo que os presentes apresentaram sugestões que iam de encontro ao que era exposto pelo sr. Fabrício. Nada mais havendo a constar, redigi esta ata, que assino junto com demais presentes. Gisela Renate Rosenau [illegible], Ana [illegible], [illegible], [illegible], [illegible], Beje Maria Jaszenski, Cintia Gimenes, Narcis, [illegible]

Página 614
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 40
Peça 4558141
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D1

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

OF.GP.Nº073/2021

Sertão Santana, 10 de maio de 2021.

Senhor Presidente:

Venho por meio deste requerer a solicitação do espaço da câmara de Vereadores para o dia 11/05/2021 as 17:00, para apresentação do PPA (Plano Plurianual), dos anos de 2021 a 2025, pelo consultor: Fabricio Falconi.

Atenciosamente,

MARCOS AURÉLIO KOLOGESKI SOUZA
Prefeito Municipal em exercício

Exmo. Sr.
Vereador EVANDRO ROBE
M.D. Presidente da Câmara Municipal
Sertão Santana – RS

Câmara Municipal de Sertão Santana
RECEBIDO
10 / 5 /2021
HORA: 15h25
P: 129/2021
Sec. Adm. Legislativa

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sertão Santana - COMMAM

ATA nº 23 do COMMAM – ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, ás dezesseis horas, reuniram-se no auditório da prefeitura municipal de Sertão Santana, os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, em assembléia geral ordinária com a seguinte pauta: Aprovação do Plano Plurianual – PPA. Foi apresentado aos conselheiros o Plano Plurianual – PPA para os anos 2022 a 2025 pelo Sr. Fabricio Falconi, Consultor de Gestão Fiscal, o conselheiros aprovaram na integra as projeções apresentadas e o poder Executivo compromete-se a executar na integra o Plano Municipal desenvolvido junto como Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nada mais a constar encerro a presente ata que será assinada por os presentes. Sertão Santana, 10 de maio de 2021.

FLAVIO AVELINO KOCH
Presidente do COMMAM

JOÃO ALBERTO MEYER
Secretário do COMMAM

CLAIR JUNIOR DE OLIVEIRA SCHAFFER

ENIO WALDEMAR MUCKE

DENILSON IZEPON MACEDO

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5826.1E60.8B81.5010.D84F.

Página
617

Processo
01373-0200/21-5

Página da peça
1

Peça
4558127

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C3

MENSAGEM Nº. 003/2021

Sertão Santana, 31 de agosto de 2021.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022, em cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica Municipal.

O presente Projeto de Lei compreende os Anexos de metas Fiscais e seus demonstrativos, o Anexo de Metas e Prioridades e o Relatório sobre Projetos em execução e a executar além das despesas em conservação do Patrimônio Público conforme descrito no artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A elaboração está de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101/00 e com a Lei Municipal que instituiu o Plano plurianual para o período 2022/2025.

O Projeto de Lei que ora apresento visa garantir a continuidade das ações constantes do programa de governo, através da execução de projetos prioritários que buscam atender de forma crescente as demandas mais urgentes da população e estimular o desenvolvimento social, cultural e econômico do Município.

Para viabilizar o cumprimento destas ações, uma política de alocação de recursos cada vez mais responsável, racional e eficiente, está evidenciada nos programas de trabalho, garantindo, além de uma melhor qualidade na oferta de serviços públicos municipais, a execução dos investimentos em andamento.

Além disso, a elaboração deste projeto de lei foi desenvolvido junto à todos os conselhos municipais demonstrando a pluralidade de idéias e foi realizada em consonância com as perspectivas para o cenário macroeconômico, com o desempenho financeiro das contas públicas nos últimos exercícios, com a política econômica e social do Governo e a legislação vigente.

Portanto, dentro da realidade fiscal vigente, no entendimento da Administração Municipal as diretrizes atendem satisfatoriamente as necessidades mais prementes da população, de modo que, após esses esclarecimentos, esperamos ter oferecido as informações necessárias à compreensão da proposta ora submetida à apreciação dessa Casa de Leis.

Irio Miguel Stein
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Sertão Santana
RECEBIDO
31 / 08 / 2021
HORA: 18h

P: 22812021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.48AC.DEC3.33EE.A887.57F2.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558142

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 2/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 21/03/2022, às 10h e 24min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Qual a situação do Plano de Saúde, a vigorar em 2022-2025 do Município?	Aprovado.
1.1) Anexe o comprovante contendo a data de encaminhamento do Plano de Saúde 2022-2025 ao Conselho de Saúde.	1.Ata CMS com info completas.pdf (1,28MB)
1.2) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação do Plano de Saúde 2022-2025 pelo respectivo Conselho, contendo a data da aprovação.	5.1PL 1576.pdf (6,35MB)
1.3) Informar a data de aprovação do Plano de Saúde 2022-2025 pelo Conselho.	25/05/2021
1.4) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação do Plano de Saúde 2022-2025 pelo respectivo Conselho de Saúde.	-
2) Qual a situação da Programação Anual de Saúde do Município, a vigorar em 2022?	Aprovada.
2.1) Anexe o comprovante contendo a data de encaminhamento da Programação Anual de Saúde ao Conselho de Saúde.	5.1PL 1576.pdf (6,35MB)
2.2) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo conselho, contendo a data da aprovação.	5.1PL 1576.pdf (6,35MB)
2.3) Informar a data de aprovação da Programação Anual da Saúde pelo Conselho.	10/05/2021
2.4) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde.	-
3) Qual a situação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2020 no Município?	Aprovado.
3.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do Relatório Anual de Gestão ao respectivo conselho de saúde.	4.1Justificativa PL 1587.pdf (0,81MB)
3.2) Anexe a resolução de apreciação do Relatório Anual de Gestão pelo conselho de saúde.	5.1PL 1576.pdf (6,35MB)
4) Informar a data do encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a vigorar em 2022 à Câmara de Vereadores.	31/08/2021
4.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do projeto da lei aqui - em formato PDF.	5.1PL 1576.pdf (6,35MB)
5) Informar a data do encaminhamento do projeto de lei do Plano Plurianual a vigorar em 2022 a 2025 à Câmara de Vereadores.	14/05/2021
5.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do projeto de lei em formato PDF.	4.1Justificativa PL 1587.pdf (0,81MB)

Justificativas e Observações
Questionário respondido pela servidora Sheila Oppelt. Alguns anexos, após cobranças, não foram enviados.

Recibo emitido em 15/07/2022 14:30.

Código de autenticação

ULRA7-ZARQ2-XLJI5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6734.F301.6FD3.A84A.2A97.

Recibo de Envio de Informações Nº 3/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 15/03/2022, às 13h e 12min, pelo Controle Interno da PM DE SERTÃO SANTANA, referente ao órgão PM DE SERTÃO SANTANA, na pessoa de Vinicius Frazzon Boer, CPF 00367759080, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Política Municipal de Meio Ambiente	
1.1) Com relação à Política Municipal de Meio Ambiente, assinale os itens em que a questão ambiental é considerada no planejamento do município.	
1.1.1) A Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente é constituída formalmente. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Informe o número da lei:	1.100
Informe o ano da lei.	2009
1.1.1.1) Anexar a Lei Municipal que constituiu formalmente a Política Municipal do Meio Ambiente.	Lei 1100_politica meio ambiente.pdf (0,20MB)
1.1.2) Há previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.2.1) Anexar a lei que comprove a previsão orçamentária para as atividades prevista na PMMA, indique o artigo correspondente.	-
Observações:	
1.1.3) Promove a integração com os demais entes federados visando a realização de programas e ações, bem como a articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA (inciso V, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Não
1.1.3.1) Anexar documentos que comprovem a ação ou informar link para acesso aos documentos. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.4) Sistematização das informações sobre o Meio Ambiente visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população e ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (incisos VII e VIII, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Não
1.1.5) Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo, bem como definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos (incisos IX e X do art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Não
1.1.5.1) Anexar a lei e indicar pelo menos um artigo do documento associado ao zoneamento ambiental e/ou à definição de espaços territoriais a serem protegidos.	-
Indicar artigo(s):	
1.1.6) Ações sistemáticas de educação ambiental (inciso XI, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Não
1.1.6.1) No tocante às ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link onde são reportadas as ações. Informando, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
2) Estrutura Municipal de Licenciamento, Controle e Fiscalização Ambiental	

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Página 620
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4558143
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D3

Pergunta	Resposta
2.1) Existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental?	Não
2.1.1) Anexe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta expedido pelo MPRS, e/ou outros documentos que se associem às pendências referidas.	-
2.1.2) Relacione as pendências registradas no(s) documento(s) anexado(s).	
2.1.3) Informe a data limite definida para a regularização das pendências	
2.1.4) Há desconformidade no prazo de regularização das pendências?	
2.2) O Município possui órgão ambiental dedicado ao tratamento de questões ambientais, relativas ao controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local?	Sim
2.2.1) Indique a unidade responsável pelo meio ambiente:	Departamento de Meio Ambiente
2.2.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	Lei 955, de 6 de dezembro de 2006
2.2.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	1
2.2.3.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função dos servidores efetivos dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
2.2.4) Foram realizadas notificações ambientais no ano de referência (2021)?	Não
2.2.5) Informe as principais causas de notificações no município em 2021:	
2.2.6) Há pelo menos um fiscal ambiental concursado no Município?	
2.2.6.1) Registre o nome, o CPF, a formação, o vínculo e o cargo/função dos responsáveis pelas atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 0
2.2.7) Há responsável(is) técnico(s) habilitado(s) para o licenciamento ambiental de atividades com impacto local no Município?	Sim
2.2.7.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função do(s) responsável(is) técnico(s) habilitado a análise de atividades de licenciamento ambiental	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
2.2.8) Informe o número de processos de licenciamento ambiental analisados no Município no ano de 2021.	32
2.2.9) Informe o número de licenças ambientais emitidas pelo município no ano de referência (2021).	38
2.2.10) Sobre a autonomia municipal para o licenciamento de atividades de impacto local, a Resolução CONSEMA nº 372/2018 define, em seu Art. 8º, o seguinte: Art. 8º. Os Municípios que não possuam órgão ambiental capacitado ou Conselho Municipal de Meio Ambiente comunicarão tal situação à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para fins de exercício da competência supletiva prevista no art. 15 da Lei Complementar nº 140/2011. Na ausência de unidade municipal para o licenciamento e de licenciador habilitados, a responsabilidade pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local é transferida a outro ente federado municipal ou estadual?	
2.2.10.1) Anexar o documento que comprove a transferência da competência pelo licenciamento ambiental do município a outro ente federado.	-
2.3) Segundo a Resolução CONSEMA 372/2018, art. 5º, os empreendimentos e atividades serão licenciados ou autorizados ambientalmente por um único ente federativo, inclusive quanto à supressão de vegetação nativa vinculada ao licenciamento. § 1º. Deverão ser observadas as competências e anuências estabeleci-das na Lei Federal 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e no Decreto Federal 6.660/2008. § 2º. Os empreendimentos e atividades de impacto local que envolvam necessidade de supressão de vegetação em formações florestais nativas e ecossistemas associados no Bioma Mata Atlântica serão licenciados pelos órgãos ambientais municipais competentes, desde que os respectivos muni-cípios possuam convênio de delegação de competência da gestão da Mata Atlântica, devendo na inexistência deste, serem licenciados pelo órgão ambi-ental estadual competente.	

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Página 621
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4558143
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D3

Pergunta	Resposta
2.3.1) Estando localizado na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, o município possui convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nativa de Mata Atlântica?	Não possui convênio, apesar de estar localizado na área referida
2.3.2) Neste caso, anexe o convênio/termo de cooperação firmado com SEMA/FEPAM.	-
3) Informar os dados do responsável pelas informações relacionadas à Política Municipal do Meio Ambiente e sobre a Estrutura Municipal de Controle e Fiscalização Ambiental:	
3.1) Nome completo:	João Alberto Meyer
3.2) Informar o CPF:	55689213004
3.3) E-mail para contato:	agricultura@sertaosantana-rs.com.br
3.4) Informar o telefone celular para contato:	(51)998072908
4) Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)	
4.1) Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos moldes do art. 19 da Lei nº 12.305/2010, informe a situação em que o mesmo se encontra:	Instrumento normativo publicado ou promulgado
4.1.1) Indique o número e o ano da lei (número/ano):	1.599/2021
4.1.2) Indique a data do encaminhamento à Câmara de Vereadores	
4.1.3) Anexe cópia do documento submetido à Câmara de Vereadores	-
4.1.4) Indique a fase em que se encontra o processo de elaboração do PMGIRS.	
4.2) No caso de haver ações implementadas pelo município na instrumentalização do plano municipal de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos, responda:	
4.2.1) Qual(is) a(s) origem(ns) dos recursos utilizados no processo de elaboração do Plano Municipal (ou Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação? Por favor, escolha as opções que se aplicam:	Recurso Municipal
4.2.2) A elaboração do Plano Municipal (Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, consolidado ou em consolidação, foi realizada com a atuação/ participação de: Por favor, escolha as opções que se aplicam.	Equipe técnica contratada (prestador de serviços)
4.3) O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município foi elaborado no formato completo (conforme art. 19, Lei nº 12.305/2010), simplificado (conforme art. 51, Decreto nº 7.404/2010) ou intermunicipal (conforme art. 52, Decreto nº 7.404/2010).	Simplificado
4.4) O plano, seja ele peça autônoma ou parte do Plano Municipal de Saneamento Básico, contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo artigo 51 do Decreto Federal nº 7.404/2010 para um plano simplificado ou, ainda, caso seja intermunicipal ao que dispõe o artigo 52 do Decreto nº 7.404/2010?	Sim
4.5) Sobre o cumprimento de metas, estando o Plano de Resíduos publicado ou promulgado, inclusive se for simplificado, regional ou parte do Plano de Saneamento Básico, escolha a opção mais adequada à realidade do município:	As ações, programas e metas propostas no plano estão sendo tempestivamente implementadas dentro dos prazos nele previstos
4.6) Sobre as revisões periódicas, estando o Plano de Resíduos publicado ou promulgado, inclusive se for simplificado, regional ou parte do Plano de Saneamento Básico, escolha a opção mais adequada à realidade do município:	Ainda não transcorreu o prazo para a primeira revisão periódica do plano
Indicar a data limite para a primeira revisão do plano, considerado o limite de 10 anos da publicação/promulgação:	22/12/2031
4.6.1) Anexar comprovante da revisão realizada.	-
5) Destinação final ambientalmente adequada	
5.1) Indique a situação do local de disposição final de resíduos urbanos no município:	Aterro sanitário, regularmente licenciado
5.1.1) Indique o órgão emissor da licença ambiental do local (aterro ou outra alternativa) onde são dispostos os resíduos sólidos urbanos do município	Fepam

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Página 622
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4558143
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D3

Pergunta	Resposta
Indique o número da licença ambiental do local (aterro ou outra alternativa) onde são dispostos os resíduos sólidos urbanos do município:	021552020
5.1.1.1) Anexar cópia da licença ambiental do local.	Minas do Leão - LO 02155-2020.pdf (0,09MB)
5.2) Não havendo o licenciamento ambiental válido para o local de disposição dos resíduos sólidos urbanos do município, Indique a alternativa que representa a situação da irregularidade da área de disposição final, do ponto de vista ambiental:	
5.2.1) Informar o número da última licença ambiental que vigeu para a área de disposição final de resíduos.	
5.2.2) Anexar cópia da da última licença ambiental que vigeu para a área de disposição final de resíduos.	-
5.3) Sobre a propriedade da área onde se situa o sistema de disposição final de RSU, indique	Empresa privada (indique o nome da empresa e a localização (município) da área de disposição final)
Complemente com o solicitado	CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda - Minas do Leão
5.4) Há estação de transbordo?	Não
5.4.1) A licença de operação da área de transbordo existe e está em situação regular?	
5.4.2) Indique o número da licença de operação da área de transbordo.	
5.4.3) Anexe o documento.	-
6) Sustentabilidade Econômica: O Serviço público de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU) de acordo com o MANUAL ORIENTATIVO SOBRE A NORMA DE REFERÊNCIA Nº 1/ANA/2021 compreende as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos. Não estão incluídos como passíveis de cobrança, os serviços de limpeza urbana (SLU) que compreendem a limpeza dos imóveis e áreas públicas e dos bens de uso comum do município e nem o manejo dos resíduos dos serviços de saúde do município.	
6.1) Há cobrança por serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos no município?	Sim
6.2) Quanto à arrecadação, informe:	A arrecadação não alcança a sustentabilidade dos serviços de manejo de RSU
6.3) No caso de haver cobrança pelos serviços de manejo de RSU, informe o número e o ano da Lei ou instrumento normativo que autoriza a cobrança da taxa de limpeza urbana ou tributo equivalente: (exemplo: 1.234/2020)	Lei Complementar 006/2017
6.4) Anexe o documento referido na questão anterior.	CONSOLIDAÇÃO CODIGO TRIBUTÁRIO.pdf (2,73MB)
6.5) No caso de haver cobrança dos serviços de manejo de RSU, informe como é feita a cobrança.	Tarifa/Taxa específica cobrada junto com o carnê do IPTU
6.6) Havendo cobrança pelos serviços de manejo de RSU, informe os valores apurados no exercício em análise como receita (taxa/tarifa) e despesa (valor gasto com os serviços de manejo de resíduos sólidos,, conforme conceituados no início da questão 6).	
6.6.1) Informar a receita anual com taxa/tarifa de manejo de RSU:	44.399,20
6.6.2) Informar a despesa anual com manejo de RSU (coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos):	316.402,68
7) Abrangência da Prestação	
7.1) Informar o percentual da população URBANA atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos:	100
7.2) Informar o percentual da população RURAL atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos	25

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Pergunta	Resposta
8) Coleta Seletiva e Participação Comunitária	
8.1) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos na área URBANA do município?	Não
8.2) A coleta seletiva no município é realizada por:	
9) Participação em Consórcio Público	
9.1) O município participa de Consórcio Público intermunicipal que realiza a gestão e o manejo de resíduos sólidos, constituídos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005?	Não há iniciativas relativas ao consorciamento municipal para o gerenciamento de RSU
9.1.1) Havendo iniciativas para a gestão consorciada de RSU, indique que etapas do gerenciamento de RSU são/serão contempladas pelo consórcio.	
9.1.2) Anexe a norma municipal que autoriza o consórcio.	-
9.1.3) Anexe o contrato que orienta sobre as responsabilidades e ações pertinentes aos participantes do consórcio.	-
10) Gestão de Resíduos da Construção Civil	
10.1) No planejamento municipal, há diretrizes que orientam sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de Resíduos da Construção Civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)?	Não
10.1.1) Informar em que instrumento municipal são constituídas as diretrizes relativas a Resíduos de Construção e Demolição.	
11) Informar os dados do responsável pelas informações relacionadas às questões sobre resíduos.	
11.1) Informar nome completo:	João Alberto Meyer
11.2) Informar nº CPF	55689213004
11.3) Informar e-mail para contato.	agricultura@sertaosantana-rs.com.br
11.4) Informar telefone celular para contato.	(51)998072908
12) Esgotamento Sanitário	
12.1) Prestação dos serviços de esgotamento sanitário.	
12.1.1) De acordo com o art. 3º-B da Lei nº 11.445/2007, são serviços públicos de esgotamento sanitário a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários e lodos de tratamento oriundos das unidades de tratamento coletivas ou individuais, incluídas fossas sépticas. Como são prestados os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município?	Pela CORSAN
12.1.1.1) Informe qual a outra forma de prestação:	
12.1.1.2) Anexar o contrato com a empresa contratada.	-
12.1.2) O art. 10 da Lei nº 11.445/2002 estabelece que a celebração de contrato de concessão deve ser precedida de licitação, sendo vedada a contratação através de contratos de programa, convênio, parceria ou outros instrumentos de natureza precária. E, no §3º do mesmo artigo, que os contratos de programa regulares vigentes são válidos até o advento do termo contratual. O contrato de programa com a CORSAN encontra-se em vigência?	Sim
Informar a data de término do contrato pactuado com a CORSAN.	25/07/2037
12.1.2.1) Anexar o contrato pactuado com a CORSAN.	Contrato Corsan Sertão Santana.pdf.pdf (4,85MB)
12.1.3) Definindo o conceito de universalização como a ampliação progressiva do acesso ao saneamento básico visando à meta de 90% para coleta e tratamento de esgotos em 2033, o Plano Nacional de Saneamento Básico, Plansab, estabelece como critério de atendimento adequado a possibilidade de uso de soluções individuais constituídos de fossa séptica, filtro e sumidouro. O acesso ao atendimento adequado, nesse caso, prevê a possibilidade de limpeza periódica dos tanques sépticos, com tratamento e disposição final adequada dos lodos, sendo que a disposição final dos	

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Pergunta	Resposta
lodos se constitui, nos termos do art. 3-B da Lei nº 11.445/2007, em serviço público de esgotamento sanitário. Tendo em vista que no município não há serviço público de esgotamento sanitário, visando ao atendimento adequado do usuário, marque as opções disponíveis no município:	
12.2) o art. 9º da Lei nº 11.445/2007 estabelece como responsabilidade do titular dos serviços de saneamento a formulação da Política Pública de Saneamento Básico, para o que é requerido o Plano Municipal de Saneamento Básico. Nos artigos 19 e 22 da mesma lei, a prestação e a regulação da prestação dos serviços de saneamento devem observar o planejamento, mesmo quando se tratar de prestação direta. Ainda, de acordo com o art. 11 da Lei º 11.445/2007, a existência do plano de saneamento é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico. A existência do planejamento é também posta como condição de acesso a recursos de financiamento geridos pela União e destinados a serviços de saneamento básico.	
12.2.1) O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	Sim
12.2.2) De acordo com o art. 25, inciso II, do Decreto Federal n. 7.217/2010, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve abranger metas de curto, médio e longo prazos visando à universalização dos serviços de saneamento em 2033, entendida como a ampliação progressiva dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários de forma a alcançar 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. Haverá atendimento adequado do serviço de saneamento quando o esgoto sanitário for coletado e tratado.. Constam no Plano Municipal de Saneamento Básico metas objetivas para o atingimento da universalização da coleta e tratamento de esgotos sanitários?	Sim
12.2.2.1) Considerando as metas estabelecidas, indique o percentual atualizado de atingimento da meta de curto prazo até o ano de 2021:	Não possui registro
12.3) Estrutura da coleta e tratamento de esgotos sanitários. A Lei Federal nº 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico deverão ser prestados com base em princípios de universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).	
12.3.1) No que diz respeito ao sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana do Município, escolha a(s) alternativa(s) que existem na zona urbana do município.	Soluções individuais do tipo fossa séptica, filtro e sumidouro sem conexão com a rede de coleta.
12.3.1.1) Caso tenha marcado a alternativa " Lançamento in natura (afastamento por fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outro destino)", informe se há registro do percentual aproximado da população para essas ocorrências são verificadas:	
12.3.1.2) Caso tenha marcado a(s) alternativa(s) referente ao uso de soluções individuais e/ou rede coletora, informe se há registro do percentual aproximado da cobertura desse tipo de sistema/rede na área urbana:	Não possui registro.
12.3.1.3) Caso tenha marcado a alternativa "Tratamento de esgotos coletados e conduzido à estação de tratamento", informe se há registro do percentual aproximado de esgoto que, coletado, é conduzido a uma estação de tratamento?	
12.4) Sustentabilidade econômico-financeira: A Lei Federal nº 11.445/2007 determina, em seu Art. 29, que os serviços públicos de saneamento terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, tendo em vista a universalização do acesso. No caso de esgotamento sanitário, a universalização considera a ampliação progressiva do acesso (Art. 3º, III) de forma a que 90% dos domicílios ocupados recebam atendimento adequado até 2033 (Art. 11-B), sendo admitidas soluções individuais desde que obser-vadas as normas técnicas aplicáveis (Art. 45, §1º). Ainda sobre a sustentabilidade dos serviços de saneamento, o Art. 45, §4º, esta-belece que, quando disponibilizada rede pública de esgotamento sanitário, o usuário estará sujeito aos pagamentos dos serviços ainda que sua edificação não esteja conectada à rede pública.	
12.4.1) Sobre a sustentabilidade dos serviços, o município instituiu cobrança pelos serviços de esgotamento sanitário?	Não, pois não há serviço público de esgotamento sanitário no

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Pergunta	Resposta
	município, sendo adotadas apenas soluções individuais.
12.4.1.1) Informe se a remuneração pelos serviços de esgotamento sanitário garante a sustentabilidade da prestação e dos investimentos requeridos para a universalização em 2033, de forma a alcançar o atendimento adequado para 90% dos domicílios.	
12.5) Regulação dos serviços de saneamento: De acordo com o art. 8, § 5º, e o art. 9º, II, da Lei 11.445 de 2007, o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento independentemente da modalidade de sua prestação, sejam os serviços prestados diretamente ou por terceiros. Ainda, o Art. 11º, III, da mesma lei estabelece como condição de validade dos contratos de prestação dos serviços de saneamento a designação de entidade de regulação e fiscalização. E, na ausência de redes públicas de saneamento básico, o Art. 45, § 1º da Lei 11.445 de 2007 estabelece que deverão ser observadas normas editadas pela entidade reguladora.	
12.5.1) O município possui convênio estabelecido com entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário?	Não, pois não há serviço público de esgotamento sanitário no município, sendo adotadas apenas soluções individuais.
12.5.1.1) Informe o nome da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário.	
12.5.1.2) Anexar o convênio com a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços.	-
12.5.1.3) Nesse caso, considerando o estabelecido no art. 45, § 1º da Lei nº 11.445 de 2007, no sentido de que deverão ser observadas normas editadas pela entidade reguladora, apresente justificativa, se desejar.	
13) Informar os dados do responsável pelas informações relacionadas ao Esgotamento Sanitário:	
13.1) Informar o nome completo:	João Alberto Meyer
13.2) Informar o nº do CPF:	55689213004
13.3) Informar e-mail para contato.	agricultura@sertaosantana-rs.com.br
13.4) Informar telefone celular para contato.	51998072908

Justificativas e Observações
Questionário respondido pelo responsável de meio ambiente

Recibo emitido em 15/07/2022 14:30.

Código de autenticação

JXOK5-SYNK2-MLAG4

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Dados Tabulares

2.2.3.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função dos servidores efetivos dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.

Nome completo	João Alberto Meyer
CPF	55689213004
Formação	Tecnólogo Ambiental
Cargo/função	Assessor de Meio Ambiente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Dados Tabulares

2.2.7.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função do(s) responsável(is) técnico(s) habilitado a análise de atividades de licenciamento ambiental

Nome completo	João Alberto Meyer
CPF	55689213004
Formação	Tecnólogo Ambiental
Cargo/função	Assessor de Meio Ambiente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DD75.43A0.9F14.8BDC.B356.

Página
628
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4558128
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C4

LEI Nº 1.100, DE 1º DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre a Política do Meio Ambiente do Município de Sertão Santana e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Título I
DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a política do Meio Ambiente do Município de Sertão Santana, sua elaboração, implementação e acompanhamento, instituindo princípios, fixando objetivos e normas básicas para a proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 2º Para elaboração, implementação e acompanhamento crítico da política do Meio Ambiente do Município, serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I – Multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

II – Participação comunitária;

III – Compatibilização com as políticas do Meio Ambiente federal e estadual;

IV – Unidade de política e na sua gestão, sem prejuízo da descentralização de ações;

V – Compatibilização entre as políticas setoriais e as demais ações de governo;

VI – Continuidade, no tempo e no espaço das ações básicas de gestão ambiental;

VII – A obrigatoriedade da reparação do dano ambiental, independente de outras sanções civis e penais.

Capítulo II
Do Interesse Local

Art. 3º Para o cumprimento no disposto no Art. 30, da Constituição Federal, no que concerne ao Meio Ambiente, considera-se como de interesse local:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

I - O estímulo cultural à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao Meio Ambiente;

II – A adequação das atividades do Poder Público e sócio-econômicas, rurais e urbanas, às imposições do equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais onde se inserem;

III – Dotar obrigatoriamente a Lei de Diretrizes Urbanas da cidade de normas relativas ao desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção ambiental;

IV – A utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos e minerais, destinados para fins urbanos e rurais, mediante uma criteriosa definição do uso e ocupação, normas de projetos, implantação, construção e técnicas ecológicas de manejo, conservação e preservação bem como de tratamento e disposição final de resíduos e efluentes de qualquer natureza;

V – Diminuir os níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora, estética e do solo;

VI – Estabelecer normas de segurança no tocante ao armazenamento, transporte e manipulação de produtos, materiais e resíduos tóxicos ou perigosos;

VII – A criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico e turístico, entre outros;

VIII – Exercer o poder de política em defesa da flora e da fauna e estabelecer política de arborização para o Município, com a utilização de métodos e normas de poda que evitem a mutilação das árvores, no espaço visual e estético;

IX – A recuperação dos arroios e matas ciliares;

X – A garantia de crescentes níveis de saúde ambiental da coletividade humana e dos indivíduos, inclusive através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XI – Proteger o patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico, espeológico e paisagístico do Município;

XII – Exigir o Licenciamento Ambiental para a instalação ou ampliação de atividades, que de qualquer modo possam influenciar o meio ambiente, mediante a apresentação de análise de risco e estudo de impacto ambiental, quando necessário e a critério da autoridade ambiental municipal;

XIII – Incentivar estudos objetivando a solução de problemas ambientais, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, modelos e sistemas de significativo interesse ecológico.

Capítulo III
Da Ação do Município Sertão Santana

Art. 4º Ao Município de Sertão Santana, no exercício de sua competência constitucional e legal, relacionada com o Meio Ambiente, incumbe mobilizar e coordenar suas ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos,

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558128

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C4

bem como a participação da população, na consecução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta lei, devendo:

I – Planejar e desenvolver ações de autorizações, promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, reparação, vigilância e melhoria de qualidade ambiental;

II – Emitir o respectivo licenciamento Ambiental para atividades de impacto local, como preconiza a legislação vigente;

III – Definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ecológicas e ambientais;

IV – Elaborar e implementar o plano municipal de proteção ao meio ambiente;

V – Exercer o controle da poluição ambiental;

VI – Definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio ambiente, visando à preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VII – Identificar, criar e administrar unidades de conservação e de outras áreas protegidas para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos estabelecendo normas de sua competência a serem observadas nestas áreas;

VIII – Estabelecer diretrizes especificadas para a proteção de mananciais hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

IX – estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental para aferição e monitoramento de níveis de poluição do solo, poluição atmosférica, hídrica e sonora, dentre outros;

X – Estabelecer normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

XI – Fixar normas de auto-monitoramento, padrões de emissão e condições de lançamento para resíduos e efluentes de qualquer natureza;

XII – Conceder licenças, autorizações e fixar limitações administrativas relativas ao Meio Ambiente;

XIII – Implantar sistema de cadastro e informações sobre o Meio Ambiente;

XIV – Promover a conscientização pública para a proteção do Meio Ambiente e a Educação Ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal;

XV – Incentivar o desenvolvimento, a produção e instalação de equipamentos e a criação, absorção e difusão de tecnologia compatível com a melhoria da qualidade ambiental;

XVI – Implantar e operar o sistema de monitoramento ambiental municipal;

XVII – Garantir a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

XVIII – Regulamentar e controlar a utilização de produtos químicos em atividades agrossilvapastoris, industriais e de prestação de serviços;

XIX – Incentivar, colaborar e participar de planos de ação de interesse ambiental em nível federal, estadual e regional, através de ações comuns, acordos, consórcios e convênios;

XX – Executar outras medidas consideradas essenciais à conquista e a manutenção de melhores níveis de qualidade ambiental;

XXI – Garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e dados sobre questões ambientais do município.

Art. 5º Não será permitida a instalação de usinas nucleares e o armazenamento de seus resíduos no Município de Sertão Santana.

Parágrafo único. O transporte de resíduos nucleares, através do Município de Sertão Santana, deverá obedecer às normas estabelecidas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Título II
DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I
Da Proteção do Meio Ambiente

Art. 6º O Meio Ambiente é patrimônio comum da coletividade, bem de uso comum do povo e sua proteção é dever do Município, de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações.

Art. 7º Compete à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, além das atividades que lhe são atribuídas, outras onde Lei Municipal implementará os objetivos e instrumentos da política do Meio Ambiente do Município.

§ 1º. Com a finalidade de proteger o Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio:

I – Proporá e executará, direta e indiretamente, a política ambiental do Município;

II – Coordenará ações e executará planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

III – Estabelecerá as diretrizes de proteção ambiental para as atividades de proteção ambiental;

IV – Identificará, implantará e administrará unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas;

V – Estabelecerá diretrizes específicas para a produção dos mananciais e participará da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas;

VI – Assessorará as administrações na elaboração e revisão no planejamento local, quanto aos aspectos ambientais, controle de poluição, expansão urbana e propostas para a criação de novas unidades de conservação e de outras áreas protegidas;

VII – Participará do zoneamento e de outras atividades de uso e de ocupação do solo;

VIII – Aprovará e fiscalizará a implantação de regiões, setores e instalações para fins industriais, parcelamento de qualquer natureza, bem como quaisquer atividades que utilizem recursos ambientais renováveis;

IX – Autorizará, de acordo com a legislação vigente, o corte e a exploração racional ou quaisquer outras alterações da cobertura vegetal nativa, primitiva ou regenerada;

X – Exercerá a vigilância municipal ambiental e o poder da polícia;

XI – Promoverá a vigilância em conjunto com os demais órgãos competentes, o controle da utilização, armazenamento e transporte de produtos perigosos e tóxicos;

XII – Participará da promoção de medidas adequadas à preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico, histórico, cultural, arqueológico e espaleológico;

XIII – Autorizará, sem prejuízo de outras licenças cabíveis, o cadastramento e a exploração de recursos minerais;

XV – Acompanhará e fornecerá instruções para análise dos estudos de impactos ambientais e análises de risco, realizados pela autoridade competente cujas atividades venham a se instalar no município;

XVI – Concederá a licença ambiental para a implantação das atividades sócio-econômicas utilizadoras de recursos ambientais;

XVII – Exigirá a análise de risco ou de estudo de impacto ambiental para o desenvolvimento de atividades sócio econômicas, pesquisas, difusão e implantação de tecnologias que de qualquer modo possam degradar o Meio Ambiente.

XVIII – Coordenará o processo de licenciamento ambiental para ações de impacto local desde a entrada do mesmo no protocolo da Prefeitura Municipal até a emissão da respectiva licença.

§ 2º. As atribuições previstas neste artigo não excluem outras necessárias à proteção ambiental e serão exercidas sem prejuízo de outros órgãos ou entidades competentes tanto a nível Municipal, quanto Estadual e Federal.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558128

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C4

Capítulo II
Do Uso do Solo

Art. 8º Os planos, públicos ou privados, de uso de recursos naturais do Município, bem como os de uso, ocupação e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

Parágrafo único. No caso de utilização de recursos naturais como cascalheiras, pedreiras, saibreiras, calcário, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, exigirá um depósito prévio de caução, com o objetivo de garantir a recuperação das áreas exploradas, conforme regulamentação a ser expandida.

Art. 9º Na análise de processos administrativos com algum impacto ambiental e em especial quanto projetos de uso, ocupação e parcelamento do solo, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:

I – Uso proposto, densidade de ocupação, desempenho de assentamento e acessibilidade;

II – Reserva de áreas verdes e proteção de interesse arquitetônico, urbanístico, paisagístico, espeleológico histórico, cultural e ecológico;

III – Utilização de áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), bem como de terrenos alagadiços ou sujeito a inundações;

IV – Saneamento de áreas aterradas com material nocivo à saúde;

V – Proteção do solo onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;

VI – Proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas;

VII – Sistema de abastecimento de água;

VIII – Coleta, tratamento e disposição final de esgoto e resíduos sólidos;

IX – Viabilidade geotécnica.

Art. 10. Os projetos de parcelamento do solo deverão estar aprovados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, para efeitos de instalação e ligação de serviços de utilidade pública, bem como para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º. O registro em Cartório de Registro de Imóveis só poderá ser realizado após o julgamento pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, dos recursos interpostos contra as decisões da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, nos quais deverão ser definitivamente julgados no prazo de até 90 (noventa dias), a partir da data de sua interposição.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

§ 2º. As atribuições previstas neste artigo não excluem outras, necessárias à aprovação dos projetos de parcelamento do solo e serão exercidas sem prejuízo das atribuições de outros órgãos ou entidades competentes.

Capítulo III
Do Controle da Poluição

Art. 11. É vedado o lançamento no Meio Ambiente de qualquer forma de matéria, energia, substância ou mistura de substância, em qualquer estado físico, prejudiciais ao ar atmosférico, às águas, à fauna e a flora, ou que possam torná-lo:

I – Impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;

II – Inconveniente, inoportuno ou incômodo ao bem-estar público;

III – Danoso aos materiais, prejudicial ao uso, gozo e segurança da propriedade, bem como ao funcionamento normal das atividades da coletividade.

Parágrafo único. O ponto de lançamento em cursos hídricos, de qualquer efluente originário de atividade utilizadora de recursos ambientais, será obrigatoriamente situado a montante de captação de água, do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente de lançamento.

Art. 12. Ficam sob o controle da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alterações adversas às características do Meio Ambiente.

Art. 13. Caberá à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, determinar a realização do estudo prévio de análise de risco ou de impacto ambiental para a instalação e operação de atividade que, de qualquer modo possa degradar e causar impacto ao meio ambiente.

Art. 14. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetivos ou potencialmente poluidores, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 15. Os estabelecimentos e todos os responsáveis pelas atividades previstas no artigo anterior são obrigados a implantar sistemas de tratamento de efluentes e promover todas as demais medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Parágrafo único. Todos os resultados das atividades de automonitoramento deverão ser comunicados à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, conforme cronograma estabelecido.

Art. 16. No exercício do controle a que se referem os artigos 12 e 14, desta Lei, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízos de outras medidas, expedirá as seguintes licenças ambientais:

I – Licença Prévia (LP), na fase preliminar de planejamento do empreendimento, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas etapas de localização, instalação e operação;

II – Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado.

III – Licença de Operação (LO) autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto na licença prévia e de instalação.

§ 1º. A Licença Prévia será concedida quando a atividade for desconforme com os planos federais e municipais de uso e ocupação do solo, ou quando em virtude de suas repercussões ambientais, seja incompatível com os usos e características ambientais do local proposto ou suas adjacências.

§ 2º. A Licença de Instalação deverá ser requerida no prazo de até 01 (um) ano a contar da data da expedição da Licença Prévia, sob pena de caducidade desta.

§ 3º. A Licença de Operação deverá ser renovada anualmente, observada a legislação vigente à época da renovação.

§ 4º. No interesse da Política do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, durante a vigência das licenças de que trata este artigo, poderá determinar a realização de auditoria técnica no empreendimento.

Art. 17. As atividades referidas nos artigos 12 e 14 desta Lei, existentes à data da publicação, e ainda não licenciadas, deverão ser registradas na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, para fins de obtenção da Licença de Operação .

Capítulo IV
Do Saneamento Básico e Domiciliar

Art. 18. A promoção de medidas de saneamento básico e domiciliar residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do Meio Ambiente, constitui obrigação do Poder Público, da coletividade e do indivíduo que, para tanto, no uso da propriedade, no

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Processo
01373-0200/21-5

manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, ficam adstritos a cumprir determinações legais e regulamentares e as recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais, sanitárias e outras competentes.

Peça
4558128

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C4

Art. 19. Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, drenagem pluvial, coleta, tratamento e disposição final de esgoto e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos competentes, devendo observar o disposto nesta Lei, seu regulamento e normas técnicas.

Parágrafo único. A construção, reforma, ampliação e operação de sistema de saneamento básico, dependem de prévia aprovação dos respectivos projetos, pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

Art. 20. É obrigação do proprietário do imóvel a execução de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo ao usuário do imóvel a necessária conservação.

Art. 21. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar contaminação de qualquer natureza.

Art. 22. É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações, dotadas de fossa séptica ou de sumidouro e caixa de gordura.

Parágrafo único. Quando não existir rede coletora de esgotos, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, sem prejuízo da de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos *in natura*, a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

Art. 23. A coleta, tratamento, e disposição final do lixo, processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar publico ou ao Meio Ambiente.

§ 1º. Fica expressamente proibido:

I – O depósito indiscriminado de lixo em locais inapropriados, em áreas urbanas ou rurais;

II – A incineração e a disposição final de lixo a céu aberto;

III – A utilização de lixo *in natura* para alimentação de animais e adubação orgânica;

IV – O lançamento de lixo em águas de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

§ 2º. Os resíduos sólidos, portadores de agentes patogênicos, inclusive os de serviços de saúde (hospitalares, laboratoriais, farmacológicos e os resultantes de postos de saúde), assim como alimentos ou produtos contaminados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos por transporte especial, nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, podendo ser incinerados no local da deposição final, desde que atendidas as especificações determinadas pela legislação vigente.

§ 3º. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio estabelecerá as zonas onde a seleção do lixo deverá ser necessariamente efetuada a nível domiciliar.

Capítulo v
Dos Resíduos Tóxicos ou Perigosos

Art. 24. Aquele que utiliza substâncias, produtos, objetos ou resíduos, considerados tóxicos ou perigosos, deve tomar precauções para que não apresentem perigo e não afetem o Meio Ambiente e a saúde da coletividade.

§ 1º. Os resíduos tóxicos ou perigosos devem ser reciclados, neutralizados ou eliminados nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio.

§ 2º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecerá normas técnicas de armazenamento, de transporte e manipulação, organizará as listas de substâncias, produtos, objetos, resíduos tóxicos, perigosos ou proibidos de uso no Município e baixará instruções para a reciclagem, neutralização, eliminação e coleta dos mesmos.

Capítulo VI
Das Condições Ambientais Das Edificações

Art. 25. As edificações deverão obedecer aos requisitos sanitários de higiene e segurança, indispensáveis à proteção da saúde e ao bem-estar das pessoas em geral, a serem estabelecidos no regulamento desta Lei, e, se necessário, conforme normas técnicas exaradas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio fixará normas para a aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando a economia de energia elétrica para climatização, iluminação e aquecimento de água.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Art. 27. Sem prejuízo de outras licenças exigidas na legislação em vigor, estão sujeitos à aprovação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, os projetos de construção, reforma e ampliação de edificações destinadas à:

I – Manipulação, industrialização, armazenamento e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II – Atividades que produzam resíduos de qualquer natureza, que possam contaminar pessoas e poluir o Meio Ambiente;

III – Indústrias de qualquer natureza;

IV – Espetáculo ou diversões públicas, quando produzam resíduos.

Art. 28. Os proprietários e possuidores de edificações ficam obrigados a executar as obras determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias, visando ao cumprimento das normas vigentes.

Art. 29. Os necrotérios, locais de velório e cemitérios obedecerão as normas ambientais e sanitárias, aprovadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

Título III
DOS INSTRUMENTOS

Art. 30. São instrumentos da política do Meio Ambiente do Município:

I – O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;

II – O zoneamento ambiental;

III – O licenciamento, interdição e suspensão de atividades;

IV – As penalidades disciplinares e compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

V – O estabelecimento de incentivos fiscais com vista à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria de qualidade ambiental;

VI – O cadastro técnico de atividades e o sistema de informações;

VII – A cobrança de contribuição de melhoria ambiental;

VIII – A cobrança de taxa de conservação de áreas de relevante interesse ambiental;

IX – A avaliação de estudos de impacto ambiental e análise de risco;

X – A criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, dentre outras unidades de conservação;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

XI – A contribuição sobre a utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

XII – A contribuição das taxas ambientais.

Título IV
DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Capítulo I
Das Infrações e Penalidades

Art. 31. Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos desta Lei, seu Regulamento, Decretos Municipais, Normas Técnicas e Resoluções do Conselho Municipal do Meio Ambiente e outras que se destinem à promoção, recuperação e proteção da qualidade e saúde ambiental.

Art. 32. A autoridade ambiental municipal que tiver ciência ou notícia de ocorrência de infração ambiental é obrigada promover a apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de tornar-se co-responsável.

Parágrafo único. Qualquer cidadão que tiver conhecimento da ocorrência de infração ambiental, deverá noticiar às autoridades ambientais competentes.

Art. 33. O infrator, pessoa física ou jurídica de Direito Público ou Privado, é responsável independentemente de culpa, pelo dano que causar ao Meio Ambiente e à coletividade, em razão de suas atividades poluentes.

§ 1º. Considera-se causa a ação ou omissão do agente, sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º. O resultado da infração é imputável a quem lhe deu causa e a quem para ele concorreu ou dele se beneficiou, sejam eles:

a) Diretos;

b) Gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários, arrendatários, parceiros, desde que praticados por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou dos superiores hierárquicos;

c) Autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento ilegal, na prática do ato.

Art. 34. Os infratores dos dispositivos da Presente Lei e seus Regulamentos, e demais Normas pertinentes à matéria, tendo em vista o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação ambiental, ficam sujeitos às seguintes penalidades, independente da obrigação de reparar o dano e de outras sanções da União ou do Estado, civis ou penais:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

I – Advertência por escrito;
II – Multa simples ou diária;
III – Apreensão do produto;
IV – Utilização do produto;
V – Suspensão da venda do produto;
VI – Suspensão da fabricação do produto;
VII – Embargo de obra;
VIII – Interdição, parcial ou total, de licenciamento de estabelecimento;
IX - Cassação de alvará de licenciamento do estabelecimento;
X - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município.

Art. 35. As infrações classificam-se em:
I – Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
II – Graves, aquela em que for verificada uma circunstancia agravante;
III – Muito graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias agravantes;
IV – Gravíssimas, aquelas em sejam verificadas a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 36. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente aos valores constantes na legislação federal vigente.

§ 1º. Para ser atendido o disposto neste artigo, na fixação da multa a autoridade levará em conta a capacidade econômica do infrator.

§ 2º. A multa poderá ser reduzida em até 90% (noventa por cento) do seu valor, se o infrator se comprometer, mediante acordo escrito, a tomar as medidas necessárias a evitar a continuidade dos fatos que lhe deram origem, cassando-se a redução com o conseqüente pagamento integral da mesma, se essas medidas ou seu cronograma não forem cumpridos.

§ 3º. A multa será aplicada independentemente das outras penalidades previstas no artigo 39 desta Lei.

Art. 37. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental observará:
I – As circunstâncias atenuantes e agravantes;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

II – A gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente;

III – Os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais.

Art. 38. São circunstâncias atenuantes:

I – O menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - O arrependimento eficaz do infrator;

III – A comunicação prévia, pelo infrator, do perigo iminente de degradação ambiental, às autoridades competentes;

IV – A colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

V – Ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 39. São circunstâncias agravantes:

I – Ser o infrator reincidente ou cometer a infração por forma continua;

II – Ter o agente cometido à infração para obter vantagem pecuniária;

III – O infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV – Ter a infração conseqüências danosas à saúde pública e ao meio ambiente;

V – Se, tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI – Ter o infrator agido com dolo direito ou eventual;

VII – A ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

VIII – A infração atingir áreas de proteção legal ;

IX – O emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais.

§ 1º. A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo, ou quando der causa a danos graves à saúde humana ou à degradação ambiental significativa.

§ 2º. No caso de infração continuada, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 40. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a pena será aplicada em consideração à circunstância preponderante, entendendo-se como tal aquela que caracterize o conteúdo da vontade do autor ou as conseqüência da conduta assumida.

Art. 41. São infrações ambientais:

I – Construir, instalar, ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

regime desta Lei, sem licença do órgão ambiental competente, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III do art. 34 desta Lei.

II – Praticar atos de comércio e indústria ou assemelhados, compreendendo substância ambiental pertinente, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes, ou contrariando o disposto nesta Lei e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes.

Pena: I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX, X do artigo 34 desta Lei.

III – Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto neste Diploma Legal, no seu regulamento e demais normas técnicas .

Pena: I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

V – Opor-se à exigência de exames, técnicos, laboratoriais ou a sua execução pelas autoridades competentes.

Pena: I, e II do art. 34, desta Lei.

VI – Utilizar, aplicar, comercializar, manipular ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, agroquímicos e outros congêneres, pondo em risco à saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude do uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas, aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX, e X do art. 34 desta Lei.

VII – Emitir substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de propriedade da fonte emissora, desde que constatadas pela autoridade ambiental.

Pena: Incisos I, II, VIII, IX, e X do art. 34 desta Lei.

VIII – Inobservar, o proprietário ou quem detenha a posse, as exigências ambientais relativas a imóveis.

Pena: I, II, VII, VIII, e X do art. 34 desta Lei.

IX – Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei.

Pena: Incisos I, II,III, IV, V,VI, VIII, e X do art. 34, desta Lei.

X – Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo, sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas e diretrizes pertinentes.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, e X do art. 34, desta Lei.

XI – Contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidades inferiores ao fixado em normas oficiais.

Pena: Incisos I ,II, VII, VIII, IX, e X do art. 34, desta Lei.

XII – Emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na Legislação e em normas complementares.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

XIII – Exercer atividades potencialmente degradadoras ao meio ambiente, sem licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com o mesmo.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX, e X do art. 34 desta Lei.

XIV – Causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento de água da comunidade.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XV – Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes de zonas urbanas ou localidade equivalente.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XVI – Desrespeitar interdições de uso, de passagens e outros estabelecidos administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XVII – Causar poluição do solo que torne uma área urbana ou rural imprópria para ocupação.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XVIII – Causar poluição de qualquer natureza, que possa trazer danos a saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XIX – Desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei.

XX – Desrespeitar as proibições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas Protegidas por Lei.

Pena: Incisos I, II, VII, VIII, IX e X do art. 34, desta Lei

XXI – Obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: Incisos I, II, VII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XXII – Descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX e X do art. 34 desta Lei.

XXIII – Transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares, destinados à proteção da saúde ambiental ou do Meio Ambiente.

Pena: Incisos I, II, III, IV, V, VII, IX e X do art. 34 desta Lei.

Capítulo II
Do Processo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558128

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C4

Art. 42. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciando com a lavratura ao auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta Lei.

Art. 43. O auto de infração será lavrado pela autoridade ambiental que a houver constatado, devendo conter:

I – Nome do infrator e sua qualificação nos termos da Lei;

II – Local, data e hora da infração;

III – Descrição da infração e menção ao dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV – Penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição;

V - Ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VI – Assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante;

VII – Prazo para o recolhimento da multa, quando aplicada, caso o infrator abdique do direito de defesa;

VIII – Prazo para interposição de recursos de 30 (trinta) dias;

IX – No caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de infração deve constar ainda, a natureza, qualidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário.

Art. 44. As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade do mesmo quando do processo constarem os elementos necessários à determinação da infração e do infrator.

Art. 45. O infrator será notificado para ciência da infração:

I – Pessoalmente;

II – Pelo correio, via AR-MP;

III – Por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 1º. Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

§ 2º. O edital previsto no Inciso III, deste artigo, será publicado uma única vez, em jornal de circulação local, considerando-se efetivada a notificação 05 (cinco) dias após a publicação.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Art. 46. Apresentada ou não a defesa ou impugnação, ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recursos, a autoridade ambiental proferirá a decisão final, dando o processo por concluso, notificado o infrator.

Art. 47. Mantida a decisão condenatória, total ou parcial, no prazo de 10 (dez) dias de sua ciência ou publicação, caberá recurso final para o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 48. Os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeitos suspensivos relativos ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 49. Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo der 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º. O valor estipulado da pena de multa, cominado no auto da infração será corrigido pelos índices oficiais vigentes por ocasião da notificação para seu pagamento.

§ 2º. A notificação para o pagamento da multa será feita mediante registro postal ou por meio de edital publicado em jornal de circulação local, se não localizado o infrator.

§ 3º. O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará na sua inscrição para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.

Art. 50. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem ambiental prescrevem em 5 (cinco) anos.

§ 1º. A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua conseqüente imposição de pena.

§ 2º. Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Capítulo III
Dos Agentes Públicos

Art. 51. Os agentes públicos, a serviço da vigilância ambiental, são competentes para:

I – Colher amostras necessárias para análises técnicas e de controle;

II – Proceder às inspeções e visitas de rotina, bem como para a apuração de irregularidades e infrações;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

III – Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

IV – Lavrar autos de infração e aplicar as penalidades cabíveis;

V - Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da vigilância ambiental no Município de Sertão Santana.

§ 1º. No exercício da ação fiscalizadora, os agentes terão livre acesso, em qualquer dia e hora, mediante as formalidades legais, a todas as edificações, ou locais sujeitos ao regime desta Lei, não se lhes podendo negar informações, vistas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

§ 2º. Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os agentes solicitarão a intervenção policial para a execução da medida ordenada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 52. Os agentes públicos, a serviço da Secretaria Municipal Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio deverão ter qualificação específica, exigindo-se para a sua admissão concurso público de provas e títulos.

Título V
DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º. Constituirão o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, recursos provenientes :

I – De dotações orçamentárias;

II – Da arrecadação de multas previstas em Lei;

III – Das contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

IV – Os resultados de convênios, contratos e acordos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

V – Os resultados de doações, como sendo importâncias, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais, estrangeiros e internacionais;

VI – De rendimentos de qualquer natureza que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;

VII - Outros recursos que por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558128

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C4

§ 2º. O Fundo será administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, e, os recursos que o compõe, serão aplicados em projetos de interesse ambiental.

Art. 54. Os atos previstos nesta Lei, praticados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio, no exercício de poder de polícia, bem como a licença e autorizações expedidas, implicarão pagamento de taxa, que reverterão ao Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente o percentual de 30% (trinta por cento) deste valor.

Art. 55. A utilização efetiva dos serviços públicos solicitados à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio será remunerada através de preços públicos a serem fixados através de Decreto do Executivo Municipal, mediante proposta do seu titular, conforme fixado na Legislação que implanta as taxas ambientais municipais.

Parágrafo único. Os valores correspondentes às taxas de que trata este artigo serão recolhidos à conta do Fundo de Defesa do Meio Ambiente, num percentual de 30 % (trinta por cento) do montante de cada taxa recolhida.

Título VI
DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 56. O Município poderá conceder ou repassar auxilio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Art. 57. Serão instituídos pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, o prêmio pesquisa para gratificar inventores e introdutores de inovações tecnológicas, que visem proteger o Meio Ambiente, e o "Diploma de Protetor da Natureza", àqueles que se destacarem, de qualquer forma, em Defesa do Meio Ambiente e da Ecologia.

Art. 58. Sem prejuízo do que dispõe a Lei Municipal, a Educação Ambiental será promovida junto à comunidade, diretamente ou pelos meios de comunicação, através de atividades proposta pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 59. Fica instituída a "Semana do Meio Ambiente", que será comemorada obrigatoriamente nas escolas, creches e demais estabelecimentos públicos, através de programações educativas e campanhas junto à comunidade, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558128

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C4

Art. 60. Fica autorizada a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio a expedir as normas técnicas, padrões e critérios aprovados pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, destinados a complementar esta Lei e seu Regulamento.

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação técnica e científica, com instituições públicas ou privadas a fim de dar cumprimento ao que dispõe este Diploma Legal.

Art. 62. As despesas necessárias ao cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário.

SERTÃO SANTANA, em 1º de julho de 2009.

SERGIO TEIFKE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Solange Raab
Assessora de Administração

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C33.B8F0.BC99.670F.E025.

Fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS

Processo nº
1799-05.67 / 16.2

LO Nº **02155 / 2020**

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 1799-05.67/16.2 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: **124618 - CRVR-RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUOS LTDA**

CPF / CNPJ / Doc Estr: 03.505.185/0001-84

ENDEREÇO: RODOVIA BR 290
KM 181
COREIA
96755-000 MINAS DO LEAO - RS

EMPREENDIMENTO: **66536**

LOCALIZAÇÃO: MINA DO RECREIO- BR 290, KM 178
MINAS DO LEAO - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: **Latitude:** -30,14866300 **Longitude:** -52,02492900

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: ATERRO SANITARIO - CENTRAL RECEBIMENTO RSU

RAMO DE ATIVIDADE: 3.541,32

MEDIDA DE PORTE: 120.000,00 quantidade de resíduos (t/mês)

ÁREA DO TERRENO (m²): 1.280.200,00

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendedor:

1.1- este documento REVOGA o documento de Licença de Operação Nº 07837/2019-DL, de 12/11/2019;

2. Quanto ao Empreendimento:

2.1- o empreendimento é composto por:

2.1.1- terreno com área de 1.280.200,00m²;
2.1.2- área construída de 575,00m²;
2.1.3- área para atividades ao ar livre de 550.000,00m²;
2.1.4- uma balança rodoviária e desenlonador;
2.1.5- uma célula para disposição de resíduos sólidos urbanos (RSU), com área prevista de 730.000m², operando em etapas/fases (A1, já encerrada e A2 em operação), na cava disponível do bloco Coréia, com profundidade da cava (bloco Coréia) de 51 metros, devendo ser esta a altura máxima do aterro;
2.1.6- onze lagoas de acúmulo de efluente bruto e duas Lagoas de Acúmulo de Efluente Tratado;
2.1.7- uma Estação de Tratamento de Efluentes, em área de 32.500m², composta por: 2 (dois) Filtros Anaeróbios de Fluxo Ascendente - FAFA, 1 (um) Filtro Aerado Biológico Submerso - FABS, 2 (duas) Lagoas Facultativas, 4 (quatro) Banhados Construídos de fluxo subsuperficial com macrófitas e um sistema de stripping (06 colunas de stripping: CO - ST01, CO - ST02, CO - ST03, CO - ST04, CO - ST05, CO - ST06);
2.1.8- uma planta de queima;

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 2

Peça 4558145

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D5

2.1.9- um almoxarifado, um auditório ambiental e um escritório administrativo;

2.2- a área do empreendimento deverá ser cercada, devidamente identificada e com controle de acesso;

2.3- o quadrante de extração de solo no empreendimento para ser utilizado na frente de trabalho da célula, encontra-se nas coordenadas poligonias dos vertices: V1: (latitude: -30.14474463°, longitude: -52.02167480°); V2: (latitude: -30.14499450°, longitude: -52.01912449°); V3: (latitude: -30.14511007°, longitude: -52.01880031°); V4: (latitude: -30.14529216°, longitude: -52.01857667°); V5: (latitude: -30.14552329°, longitude: -52.01853243°), V6: (latitude: -30.14580684°, longitude: -52.01865477°); V7: (latitude: -30.14596552°, longitude: -52.01876729°); V8: (latitude: -30.14653941°, longitude: -52.01941364°); V9: (latitude: -30.14707689°, longitude: -52.01945550°); V10: (latitude: -30.14677931°, longitude: -52.02109930°);

2.4- os acessos internos, externos e as áreas de manobra deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade, permitindo o fluxo normal de veículos e a operação do empreendimento sob qualquer condição climática;

2.5- visando à adequada operação do empreendimento, manter profissional habilitado, bem como dispor de maquinário e operadores capacitados, necessários à realização dos serviços, em conformidade com os requisitos técnicos e normas pertinentes ao tema. O projeto e a operação do empreendimento é de inteira responsabilidade do empreendedor solicitante e dos técnicos por ela contratados;

2.6- deverá o empreendimento manter responsável(is) técnico(s) habilitado(s) pela operação do Aterro e Estação de Tratamento de Efluentes, com respectiva(s) ART(s) atualizada(s), devendo informar ao órgão ambiental em caso de alteração do(s) responsável(is) ao longo da vigência dessa licença, encaminhando cópia da nova ART;

2.7- Os poços de monitoramento de águas subterrâneas estão instalados nas seguintes coordenadas:
PZR-01P: Latitude: -30.1443111 Longitude: -52.0294000;
PZR-03P: Latitude: -30.1445917 Longitude: -52.0256361;
PZR-01A: Latitude: -30.1442472 Longitude: -52.0294028;
PZR-03A: Latitude: -30.1445556 Longitude: -52.0256611;
PZ03(BF): Latitude: -30.1499944 Longitude: -52.0273917;
PM 05: Latitude: -30.151306 Longitude: -52.0245400;
PM 06: Latitude: -30.150243 Longitude: -52.0228800;
PM 07: Latitude: -30.151136 Longitude: -52.0216000;

2.8- os pontos de coleta para monitoramento de águas superficiais estão localizados nas seguintes coordenadas:
PR-04 - Montante: Latitude: -30.1443111 Longitude: -52.0294000;
PR-05 - Jusante: Latitude: -30.1445917 Longitude: -52.0256361;
Recurso Hídrico: Arroio do Conde - Comitê de Bacia Baixo Jacuí - Resolução CRH N°172/2015, de 15/07/2015;

2.9- a coleta/amostragem para monitoramento de águas pluviais deverá ser realizada na lagoa de acúmulo de drenagens pluviais localizada a noroeste da área;

2.10- no caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas instalações, ampliação de área ou de produção, relocalização, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto à FEPAM;

2.11- deverá fazer a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento;

2.12- deverá ser apresentado, a cada 02 (dois) anos, até o último dia útil do mês de dezembro, Relatório de Auditoria Ambiental, elaborada de acordo com o disposto na Portaria FEPAM Nº 32 DE 27/05/2016, que Estabelece os critérios e as diretrizes que deverão ser considerados para execução das auditorias ambientais no Estado do Rio Grande do Sul;

2.13- toda e qualquer alteração/ampliação no empreendimento que não seja dispensada de licenciamento prévio, conforme Portaria FEPAM Nº 58/2019 e suas atualizações, deverá ser objeto de novo licenciamento junto à FEPAM;

2.14- no prazo de até 60 (sessenta) dias deverá ser apresentado o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br), de todos os empreendedores deste empreendimento, com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	*Código*	*Descrição*
17	17 - 4	Destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

3.1- deverão ser mantidos procedimentos periódicos de inspeção e manutenção às estruturas implantadas de modo a prevenir/corrigir eventuais ocorrências de danos ou falhas operacionais, objetivando condições adequadas de preservação do ambiente no entorno do mesmo;

3.2- deverão ser adotadas medidas de controle dos processos erosivos;

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Documento de Assinatura Digital

4. Quanto ao Cortinamento Vegetal:

4.1- deverá ser mantido o cortinamento vegetal no entorno do empreendimento, para amenizar visualmente o local e criar condições para sua proteção e isolamento;

4.2- a manutenção do cortinamento vegetal deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado, visando garantir a correta execução das atividades de adubação e rega, a fim de promover o rápido desenvolvimento do cortinamento, com reposição de mudas, quando necessário, e manejo adequado do mesmo;

4.3- poderá ser executado o manejo do cortinamento vegetal exótico após seu ciclo de desenvolvimento economicamente viável, desde que sua supressão seja gradual, e desde que ocorra o plantio e adequado desenvolvimento de espécies nativas ou reforma do plantio exótico;

5. Quanto à Fauna:

5.1- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo deverão ser adotadas técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, sendo de responsabilidade do empreendedor que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna;

5.2- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo deverão ser mantidos no empreendimento, para consulta dos órgãos competentes, os relatórios que comprovam a adoção de técnicas adequadas de mitigação dos efeitos atrativos de espécies-problema para aviação e que, no caso de eventuais não conformidades, foram adotadas medidas corretivas;

6. Quanto aos Efluentes Líquidos:

6.1- o efluente gerado no aterro deverá ser conduzido às lagoas de acúmulo de efluente bruto e posteriormente encaminhado para a Estação de Tratamento de Efluentes, sendo acumulado nas lagoas de efluente tratado e após enviado ao reservatório de água que abastece o lavador de carvão na Mina do Recreio, não sendo permitido o lançamento de efluentes no meio ambiente;

6.2- no caso de interesse no lançamento de efluente tratado, a FEPAM deverá ser previamente consultada. O efluente tratado deverá atender aos padrões de lançamento estabelecidos pela legislação vigente, não podendo exceder às condições e padrões de qualidade de água estabelecidos para a respectiva classe/enquadramento do corpo receptor, nas condições da vazão de referência ou volume disponível, além de atender outras exigências aplicáveis;

6.3- as unidades da estação de tratamento de efluentes (caso de lagoas de tratamento) deverão possuir controle de nível e não poderão operar em condições normais de ocupação acima de 75% de seu volume útil;

6.4- quando necessário, a estação de tratamento de efluentes poderá receber lixiviado de outras unidades da CRVR para tratar, desde que não altere as condicções de tratamento e atenda a Resolução CONSEMA N.° 355/2017;

6.5- quando necessário, o lixiviado gerado ou armazenado na unidade, poderá ser destinado para tratamento externo em outra unidade da CRVR, desde que a mesma esteja autorizada a receber efluentes de outras unidades;

6.6- o efluente gerado poderá ser enviado à Estação de Tratamento externa desde que a mesma possui licença ambiental para receber o efluente para tratamento;

6.7- caso o efluente gerado seja enviado para tratamento em unidade externa localizada fora do estado do Rio Grande do Sul, a empresa remetente deverá possuir anuência para esse serviço e a empresa receptora deverá estar com seu licenciamento ambiental em vigor junto ao órgão ambiental;

6.8- os lixiviados gerados no aterro após a passagem pelas lagoas de tratamento poderão ser recirculado, aspergidos de forma controlada e/ou reinjetados no topo da célula de forma controlada;

6.9- caso o efluente gerado seja enviado para tratamento em unidade externa localizada fora do estado do Rio Grande do Sul deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado;

7. Quanto às Emissões Atmosféricas:

7.1- deverão ser adotados os controles necessários para minimizar a emissão de odores que possam ser percebidos fora dos limites do empreendimento;

7.2- os gases gerados no interior da massa de resíduos deverão ser captados pela rede de drenagem e encaminhados para tratamento tão logo seja verificada a presença dos mesmos nos drenos de gás instalados na célula do aterro;

7.3- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;

7.4- os gases gerados no interior da massa de resíduos devem ser conduzidos até a Planta de Queima, a qual é constituída por sopradores, tanques de separação de condensado e queimador enclausurado (flare), ocorrendo a queima controlada do biogás e/ou envio para geração de energia em planta biotérmica. O sistema de queima opera com registro de dados invioláveis e sistema de segurança, com alarmes no painel de controle do sistema, e prevê o tratamento de 6.700Nm³/h de biogás;

7.5- os drenos de gás deverão ser implantados de forma que se mantenha uma malha de drenos, definindo espaçamento mínimo

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 4

Peça 4558145

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D5

entre os mesmos em função da área do projeto da célula do aterro, estimativa de geração e destino do biogás, composto preferencialmente por tubulação de concreto perfurado;

8. Quanto aos Resíduos Sólidos:

8.1- o empreendimento admite somente o recebimento de resíduos sólidos urbanos, não sendo permitido o recebimento de resíduos de saúde, nem de resíduos industriais;

8.2- os resíduos classe I, de acordo com a NBR 10.004:2004, bem como industriais classe II e aqueles oriundos de construção civil, eventualmente recebidos, deverão ser segregados e encaminhados para locais devidamente licenciados para recebê-los. O armazenamento temporário deverá ser realizado em área coberta de modo a não alterar a quantidade/qualidade do resíduo. Para resíduos classe I deverá ser realizado armazenamento temporário conforme as orientações da norma ABNT NBR 12235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos;

8.3- o responsável ou encarregado pela operação deverá inspecionar, periodicamente, as áreas de armazenamento dos resíduos, verificando os possíveis pontos de deterioração dos recipientes e vazamentos causados por corrosão ou outros fatores, assim também como o sistema de contenção. Qualquer irregularidade constatada deverá ser registrada e as ações corretivas necessárias devem ser executadas em tempo, procurando-se evitar danos;

8.4- deverão ser mantidos registros e controle da entrada eventual de resíduos classe I e a quantidade máxima de resíduos armazenados temporariamente deve ser compatível com a área disponível, de maneira que todas as embalagens sejam mantidas integras e possam ser inspecionadas visualmente sem a necessidade de manuseio das mesmas. Os resíduos devem ser destinados para empreendimentos licenciados e os registros comprovando a destinação deverão ser mantidos arquivados no empreendimento à disposição da fiscalização da FEPAM;

8.5- a frente de trabalho do aterro deverá ser reduzida, sendo os resíduos compactados e cobertos ao fim da jornada diária, não devendo permanecer a céu aberto;

8.6- o responsável ou encarregado da operação deverá inspecionar, periodicamente, as áreas de armazenamento, verificando os possíveis pontos de deterioração dos recipientes e vazamentos causados por corrosão ou outros fatores, assim também como o sistema de contenção. Qualquer irregularidade constatada deverá ser registrada e as ações corretivas necessárias devem ser executadas em tempo, procurando-se evitar contaminações ao ambiente;

8.7- o controle do recebimento dos resíduos no empreendimento é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observados os critérios de compatibilidade para o qual foi projetado;

8.8- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado do Rio Grande do Sul através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme Portaria N° 89/2016;

8.9- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

8.10- deverá ser disciplinada a disposição de restos de poda, sobras de madeira, descarte de móveis usados e outros materiais na área do empreendimento, não devendo os mesmos ficarem expostos e avançarem sobre a área vegetada, e em terreno de declividade significativa, sob pena de aplicação das sansões previstas na legislação ambiental;

8.11- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR;

8.12- o armazenamento temporário de lâmpadas inservíveis contendo mercúrio deverá atender ao disposto na Diretriz Técnica FEPAM nº 02/2015;

8.13- os resíduos sólidos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária, observando a NBR 12.235 e a NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

8.14- para os resíduos sólidos gerados na unidade, deve ser seguido o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do empreendimento observando a legislação vigente, o qual deverá ser mantido atualizado e divulgado entre os colaboradores;

9. Quanto aos Óleos Lubrificantes e Combustíveis:

9.1- caso o empreendedor deseje instalar Posto de Abastecimento de Combustível Próprio, independente do volume do tanque, deverá solicitar a instalação através de processo de Licença Prévia e de Instalação para Alteração (LPIA) junto à FEPAM;

9.2- a manutenção e abastecimento do maquinário do empreendimento são realizados por empresa terceirizada, devendo a mesma seguir procedimentos adequados para a preservação ambiental e a segurança do empreendimento como um todo;

9.3- resíduos oleosos e/ou resíduos sólidos gerados (Classe I e II) deverão ser adequadamente acondicionados e destinados a local devidamente licenciado;

9.4- caso o empreendimento utilize óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor(es)

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 5

Peça 4558145

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D5

atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria SEMA/FEPAM N°001/2003. O telefone para contato com os distribuidores e fabricantes regularizados constam da Licença Ambiental destes, e estão disponíveis para consulta no site da FEPAM com o código de ramo da atividade 3117,00;

9.5- caso o empreendimento adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados, etc.) não realizam a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos fornecedores imediatos;

9.6- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA N°362, de 23 de Junho de 2005, artigos 1°, 3° e 12°;

9.7- a lavagem de veículos, máquinas e equipamentos deverá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo. A caixa separadora água/óleo deverá sofrer limpeza e manutenção periódicas;

9.8- os óleos não rerrefináveis devem atender o disposto no art. 15 da Resolução CONAMA n°362 de 23 de junho de 2005;

9.9- o armazenamento temporário desses óleos deverá ser realizado em área coberta e conforme orientações da norma ABNT NBR 12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos, em seus itens aplicáveis;

10. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

10.1- em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro tipo de acidente, a FEPAM deverá ser comunicada imediatamente após o ocorrido, através do fone (051) 99982-7840 (24h), devendo ser apresentadas as medidas saneadoras, explicitando as já adotadas, em cumprimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Estadual nº 38.356, de 1º de Abril de 1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.921/93;

10.2- o responsável técnico deverá manter disponibilizado no empreendimento, em local de fácil acesso e conhecimento de todos, o manual de operação do empreendimento contemplando as operações diárias e o plano de atendimento a emergências, indicando as ações a serem tomadas em caso de acidentes que minimizem os danos a saúde e ao meio ambiente, contemplando no mínimo: identificação dos riscos e ações a serem tomadas (incêndio, explosão, vazamento de líquidos, entre outros), indicação do coordenador do plano de emergência com telefone e endereço de contato atualizado, lista de equipamentos de proteção existentes, estratégia de liberação de recursos financeiros e materiais necessários ao atendimento das emergências, sistema de comunicação interna e externa (corpo de bombeiros, órgão ambiental, atendimento médico, defesa civil/polícia);

10.3- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

10.4- o aterro deve ser operado e mantido de forma a minimizar a possibilidade de fogo, explosão ou derramamento/vazamento de resíduos que possam ameaçar a saúde humana ou ao meio ambiente;

11. Quanto ao Monitoramento:

11.1- deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral;

11.2- deverá ser realizado e apresentado à FEPAM com periodicidade bianual, onde o primeiro deverá ser apresentado em até 6 (seis) meses após emissão dessa Licença de Operação, Relatório de Auditoria Ambiental, elaborado de acordo com o disposto na Portaria FEPAM nº 32/2016, que estabelece os critérios e as diretrizes que deverão ser considerados para execução das auditorias ambientais no Estado do Rio Grande do Sul;

11.3- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade bimestral, até o último dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições gerais do empreendimento contemplando, no mínimo:

11.3.1- identificação, cercamento, acessos externos e vias de circulação internas, iluminação e força, plano de emergência e sistemas de comunicação, melhorias realizadas, roçadas realizadas, sinalização, condições sanitárias do local, sistemas de abastecimento de combustível, preservação das APPs, se for o caso, ocorrências e serviços efetuados no período, bem como acidentes verificados e os procedimentos adotados;

11.3.2- deverá ser anexada planilha de recebimento de resíduos, onde deve constar, discriminado por municipio gerador , a quantidade mensal de resíduos recebida no empreendimento;

11.3.3- caso, excepcionalmente, o empreendimento receba resíduos Classe I deverá ser anexada a planilha de destinação de resíduos devendo ser anexada a licença de operação do destinatário e cópia do MTR emitido;

11.3.4- deverá ser anexada a planilha de destinação de resíduos, onde deve constar a quantidade de resíduos (liquidos ou sólidos) encaminhados para tratamento ou disposição final, no local ou em empreendimento externo. No caso de a destinação ser em outro empreendimento, deverá ser anexada a licença de operação do destinatário e, em caso de encaminhamento de resíduos perigosos, estes deverão ser transportados acompanhados de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR;

11.4- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade bimestral, até o último dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho,

Documento assinado digitalmente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

setembro e novembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento das águas subterrâneas do empreendimento, contendo no mínimo:

11.4.1- laudo de amostragem contemplando: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), equipamentos de amostragem utilizados, operação da renovação da água dos poços de monitoramento, técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, preferencialmente conforme estabelecido na norma ABNT NBR 15847:2010 - Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga;

11.4.2- laudos de análise e laudo de interpretação dos resultados das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, acompanhado da análise crítica da influência do empreendimento sobre a qualidade das águas subterrâneas, analisando estatisticamente os resultados de campanhas anteriores, os pontos de montante e jusante e a legislação em vigor acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro, Mercúrio, Níquel, Nitrato, pH, Sólidos Totais, Temperatura, Turbidez, Zinco e nível do lençol freático;

11.5- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de julho, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento das águas subterrâneas do empreendimento, contendo no mínimo:

11.5.1- laudo de amostragem contemplando: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), equipamentos de amostragem utilizados, operação da renovação da água dos poços de monitoramento, técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, preferencialmente conforme estabelecido na norma ABNT NBR 15847:2010 - Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga;

11.5.2- laudos de análise e laudo de interpretação dos resultados das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, acompanhado da análise crítica da influência do empreendimento sobre a qualidade das águas subterrâneas, analisando estatisticamente os resultados de campanhas anteriores, os pontos de montante e jusante e a legislação em vigor acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Antimônio, Arsênio, Bário, Boro, Cobalto, Manganês, Molibidênio, Prata, Selênio e Vanádio;

11.6- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade bimestral, até o último dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, Relatório Técnico Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas superficiais do empreendimento contendo, no mínimo:

11.6.1- laudos de análise das águas superficiais, montante e jusante, monitorando os seguintes parâmetros: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Zinco e Temperatura;

11.6.2- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);

11.6.3- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;

11.6.4- laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas superficiais, montante e jusante, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Zinco e Temperatura;

11.7- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de julho, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas superficiais do empreendimento contendo, no mínimo:

11.7.1- laudos de análise das águas superficiais, montante e jusante, monitorando os seguintes parâmetros: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Sulfatos, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Dicloroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDt+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin,

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Documento Assinado Digitalmente

Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodecacloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;

11.7.2- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);

11.7.3- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;

11.7.4- laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas superficiais, montante e jusante, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Sulfatos, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Dicloroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDt+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodecacloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;

11.8- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade bimestral, até o último dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, Relatório Técnico Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas pluviais do empreendimento contendo, no mínimo:

11.8.1- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);

11.8.2- laudos de análise e laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Cádmio, Chumbo, Coliformes Fecais, Coliforme totais, Cromo, DBO5, DQO, Ferro, Fósforo, Manganês, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal total, Nitrogênio total, pH, Sólidos sedimentáveis, Sólidos suspensos totais, Sólidos totais, Sólidos dissolvidos totais, Temperatura, Condutividade elétrica, Oxigênio dissolvido, Cloretos, Sulfatos, Magnésio, Sódio, Potássio, e Alcalinidade;

11.9- deverão ser realizados e apresentados à FEPAM com periodicidade semestral, até o último dia útil dos meses de janeiro e julho, Relatório Técnico de supervisão ambiental atinente ao cortinamento vegetal assinado por responsável técnico habilitado contendo no mínimo:

11.9.1- descrição qualitativa e quantitativa dos exemplares escolhidos, índice de sobrevivência com a qualificação do desenvolvimento das mudas (altura média, sanidade, brotamento), sendo que os indivíduos que forem substituídos (mortalidade) deverão ser identificados;

11.9.2- adequações implantadas no local do plantio visando corrigir as falhas na germinação, e estado nutricional das mudas (informando as técnicas selecionadas para corrigir o problema);

11.9.3- relatório fotográfico panorâmico e detalhado;

11.9.4- ART do responsável técnico pelas informações;

11.10- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade bimestral, até o último dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, Relatório Técnico e Fotográfico, assinado pelo respectivo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da célula do aterro sanitário contendo, no mínimo:

11.10.1- manutenção dos acessos à célula;

11.10.2- volume atual de recebimento, percentuais de ocupação e cálculos de vida útil das células instaladas no empreendimento e vida útil total do aterro;

11.10.3- emanação de odores incômodos à circunvizinhança, proliferação de vetores (moscas, mosquitos, ratos, barata), presença de aves, manutenção da frente de trabalho reduzida, cobertura freqüente dos resíduos e equipamentos disponíveis para a operação;

11.10.4- eficiência e estado dos drenos de lixiviado, de captação/queima de biogás, de pluvial (e de drenos testemunho);

11.10.5- impermeabilização de base, estabilidade e conformação dos taludes, drenagem pluvial, surgência de lixiviado nos taludes ou na drenagem pluvial;

11.10.6- cotas de topo da célula em operação e das células encerradas, indicando o recalque, quando houver;

11.10.7- fechamento/encerramento das células já esgotadas;

11.10.8- situação quanto a estanqueidade dos taludes das células em operação e encerradas;

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Documento Assinado Digitalmente

11.11- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade bimestral, até o último dia útil dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, Relatório Técnico e Fotográfico, assinado pelo respectivo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da ETE contendo, no mínimo:

11.11.1- descrição geral do processo de tratamento, e quando houver lagoas, incluir a indicação dos volumes das lagoas e percentual de ocupação;

11.11.2- vazão mensal de efluentes gerado, recirculado ou volume de efluente encaminhado para tratamento externo;

11.11.3- balanço hídrico do sistema de tratamento de efluentes contendo a vazão de efluente gerado, a capacidade de acúmulo de todo o sistema e de cada lagoa separadamente, quando houver, e das saídas de efluentes do processo, concluindo acerca dos resultados obtidos;

11.11.4- laudos de amostragem e análise do efluente (lixiviado) bruto (entrada da primeira unidade/lagoa da ETE) e na última etapa de tratamento, determinando os parâmetros: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Zinco e Temperatura;

11.11.5- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;

11.11.6- interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com as campanhas anteriores e com os padrões de emissão;

11.11.7- caso ocorra lançamento ou envio do efluente para tratamento externo deverá ser apresentada, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;

11.11.8- o empreendimento deverá manter junto ao sistema de tratamento de efluentes líquidos, à disposição da fiscalização da FEPAM, relatórios da operação do mesmo, incluindo análises e medições realizadas, por um período mínimo de 2 (dois) anos;

11.12- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de julho, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento da ETE do empreendimento, contendo no mínimo:

11.12.1- laudos de amostragem e análise do efluente (lixiviado) bruto (entrada da primeira unidade/lagoa da ETE) e na última etapa de tratamento, determinando os parâmetros: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Sulfatos, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Dicloroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDt+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodecacloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;

11.12.2- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;

11.12.3- interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com as campanhas anteriores e com os padrões de emissão;

11.13- todas as análises realizadas deverão ser efetuadas por laboratório cadastrado junto a FEPAM;

12. Quanto à Publicidade da Licença:

12.1- deverá ser instalada placa de identificação e divulgação da Licença Ambiental, conforme Portaria Nº 17/2009 DPRES, segundo modelo disponível na home page da FEPAM (www.fepam.rs.gov.br);

12.2- deverá ser registrado na matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca ao qual pertence, que a área está sendo utilizada para disposição de resíduos sólidos, indicando a poligonal georreferenciada, a tipologia do resíduo disposto e o uso restrito da área. A Declaração de Passivo Ambiental será emitida pela FEPAM e estará disponível no processo de licenciamento do empreendimento, devendo ser apresentado a esta Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a cópia do documento de escritura pública do imóvel atualizada;

III - <u>Documentos a apresentar para renovação desta Licença:</u>

1- avaliação consolidada, através de planilha de tratamento de dados estatísticos, dos resultados de análise dos efluentes, águas subterrâneas, superficiais e pluviais, realizadas ao longo do período de vigência desta licença e respectiva interpretação, alusiva à legislação vigente, realizada por profissional habilitado e respectiva ART;

2- laudo técnico acompanhado de registro fotográfico detalhado, firmado pelo responsável técnico, apresentando as reais condições

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

do empreendimento em cumprimento a presente licença;

3- declaração do empreendedor quanto à responsabilidade técnica pela operação do empreendimento, remetendo cópia da ART do responsável técnico;

4- planta atualizada da área onde conste todas as unidades existentes em operação e encerradas e pontos de monitoramento com as respectivas coordenadas em grau decimal sistema SIRGAS2000, quando houver e quadro de áreas;

5- layout geral do empreendimento;

6- imagem de satélite atualizada e colorida, indicando a localização da área e descrição das vias de acesso desde a sede do município;

7- imagem ou fotografia áerea georreferenciada da área do empreendimento, em escala compatível que permita a visualização de todos os seus elementos constituintes, demonstrando a situação atualizada da atividade quando da solicitação da renovação da licença;

8- Relatório de Auditoria Ambiental, elaborada de acordo com o disposto na Portaria FEPAM Nº 32 DE 27/05/2016, que Estabelece os critérios e as diretrizes que deverão ser considerados para execução das auditorias ambientais no Estado do Rio Grande do Sul;

9- levantamento topográfico e laudo técnico descrevendo a situação do empreendimento em relação ao projeto original e estimativa de vida útil;

10- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo, deverá ser anexada lista de aeródromos em cuja ASA o empreendimento está localizado, informando a classificação do aeródromo (público ou privado) e, em caso de aeródromo público, se há voos regulares ou movimento superior a 1.150 movimentos/ano. A lista de aeródromos, sua localização (coordenadas geográficas) e classificação (público ou privado) estão disponíveis no link https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/cadastro-de-aerodromos-civis;

11- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo, deverá ser anexado compromisso formal, assinado por representante legal e por profissional com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por meio do qual obrigam-se a empregar um conjunto de técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, de forma que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna;

12- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Esta licença é válida para as condições acima até 13 de setembro de 2022, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 20 de abril de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 22/04/2020 a 13/09/2022.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 10

Peça 4558145

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D5

Nome do arquivo: g0rxj24w.j0c

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	22/04/2020 13:50:00 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.81A7.D434.297E.112F.7449.

Página
659
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

LEI COMPLEMENTAR Nº006, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Atualiza e Consolida a Legislação Tributária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no artigo 64-A da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Do Elenco Tributário Municipal

Art. 1º É atualizado por esta Lei o Código Tributário Municipal, Lei Municipal Nº118/94, consolidando a Legislação Tributária do Município, observados os princípios e normas gerais estabelecidos na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), passando a viger com a seguinte redação.

Art. 2º Integram o Sistema Tributário do Município:

I - Os Impostos:

a) sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

b) sobre serviços de qualquer natureza - ISS;

c) de transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI.

II - As Taxas:

a) de licença;

b) de fiscalização;

c) de serviços;

d) outras, instituídas em leis específicas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

III - A Contribuição de Melhoria - CM.

IV - A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP.

Do Fato Gerador

Art. 3º É o fato gerador:

I - Do Imposto sobre:

a) Propriedade predial e territorial urbana: A propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por cessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana, de expansão urbana ou a esta equiparada, situada neste Município;

b) Serviços de qualquer natureza: A prestação de serviços por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo;

c) Transmissão "inter-vivos", a qualquer titulo, por ato oneroso, de bens imóveis ou acessão física, de direitos reais sobre imóveis, exceto de os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

II - Da Taxa:

a) A utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

b) O exercício do poder de polícia.

III - Da Contribuição de Melhoria:

a) A melhoria decorrente de execução de obras públicas, das quais resultem valorização do imóvel.

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I

Do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana

Seção I

Do Fato Gerador e Incidência

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 4º O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incide sobre a propriedade, a titularidade, o domínio útil ou a posse a qualquer título do imóvel edificado ou não, situado na Zona Urbana, de expansão urbana ou a esta equiparada do Município.

§ 1º. Para os efeitos deste Imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei Municipal, observando o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes:

I - meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

IV- escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado;

V - sistema de esgotos sanitários.

§ 2º. A Lei poderá considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, respeitado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana abrange, ainda, o imóvel que, embora localizado na zona rural, face sua utilização ou área menor que o mínimo possível para registro como rural, seja considerado urbano para efeitos tributários, ou seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.

§ 4º. Para efeito deste imposto, considera-se:

I - prédio: o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para o exercício de qualquer atividade seja qual for a sua denominação, forma ou destino;

II - terreno: o bem imóvel:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 5º**.** É considerado integrante do prédio o terreno de propriedade do mesmo contribuinte e/ou o localizado junto:

I - a estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço desde que necessário e utilizado de modo permanente na finalidade do mesmo;

II – a prédio residencial, desde que convenientemente utilizado ou efetivamente ajardinado.

Art. 5º A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel, sem prejuízo das penalidades.

§ 1º. O fato gerador do imposto repete-se anualmente, considerando-se ocorrido no dia 1º de janeiro de cada ano civil.

§ 2º. Os lançamentos de que tratam estes artigos não criam direito ao proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título e não exclui a Administração Municipal o direito de exigir a adaptação da edificação às normas e prescrições legais ou a sua demolição, independentemente das sanções cabíveis.

Seção II

Da Base de Cálculo e Alíquota

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 6º O imposto de que trata este Capítulo é calculado sobre o valor venal do imóvel.

§ 1º. Considera-se valor venal total do imóvel a soma da multiplicação da área do terreno, ou fração ideal deste, pelo valor atribuído para o metro quadrado da divisão fiscal e da face de quadra de sua localização, mais a área construída multiplicada pelo valor atribuído ao tipo de construção para aquela área de sua localização em conformidade com as tabelas e mapa de faces do anexo II desta Lei.

§ 2º. As Alíquotas aplicadas sobre o Valor venal dos imóveis são:

I - Quando se tratar de terreno com construção (predial) a alíquota para o cálculo do imposto será de 0,15% (quinze centésimos por cento);

II - Quando se tratar de terreno baldio (territorial), a alíquota para o cálculo do imposto será de 0,25 % (vinte e cinco centésimos por cento).

§ 3º**.** A alíquota de que trata inciso II do parágrafo anterior, será acrescida de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, até o limite máximo de 5% (cinco por cento), quando constatado, que o imóvel não é edificado, subutilizado ou não utilizado e a Municipalidade considerar a necessidade de loteamento e/ou comercialização do mesmo, sem que o proprietário o faça, nem edifique sobre o imóvel, bem como não proceda a construção da calçada no passeio público de sua responsabilidade em conformidade com a lei e nos casos que os terrenos não estiverem devidamente limpos, que venham a propiciar a proliferação de animais e insetos.

§ 4º. A progressividade da alíquota, prevista no § 3º, será computada a contar da data em que a Municipalidade notificar o proprietário do imóvel da necessidade de loteamento ou do devido aproveitamento do mesmo.

§ 5º. A Municipalidade regulamentará por Decreto os critérios que considerarão o imóvel como de uso indevido, necessitando loteamento, ou aproveitamento adequado, para os fins da progressividade da alíquota.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 6º**.** Os terrenos baldios, em loteamentos regularizados e disponíveis para a venda, não sofrerão a alíquota progressiva prevista no § 4º, exceto nos casos de má conservação.

§ 7º**.** Para os efeitos do disposto no parágrafo 1º deste artigo, considera-se:

I - 1ª Divisão Fiscal, a área compreendida no perímetro urbano deste Município, com frente para avenida, rua ou travessa;

II - 2ª Divisão Fiscal, a área formada pelos imóveis não compreendidos na 1ª divisão fiscal.

§ 8º. Para o cálculo do disposto no *caput* deste artigo, o valor venal dos imóveis será calculado pelas respectivas FACES DE QUADRA, os quais serão fixados por Decreto do Executivo:

I – o Executivo nomeará comissão especial para fixação das faces de quadra, a qual deverá apresentar por mapa ou memorial descritivo e as delimitações destas;

II – O Executivo Municipal poderá fixar anualmente regulamento constando as FACES DE QUADRA, elaborado pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

Art. 7º A base de cálculo do valor venal de terreno será calculada de acordo com as fórmulas de cálculo constantes no Anexo I desta Lei, qual seja, pelo produto da área real do terreno, pelo preço unitário padrão do m² por face de quadra, segundo o estabelecido na Planta de Valores Genéricos de Terrenos, constante do Anexo II desta Lei e pelos respectivos fatores de homogeneização constantes no Anexo I desta Lei.

§ 1º. O preço unitário padrão por m² de terreno será determinado, em função dos seguintes elementos:

I - declaração do contribuinte, quando compatível;

II - preços correspondentes no mercado imobiliário local;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

III - localização e características do terreno;

IV - índices econômicos representativos de desvalorização da moeda;

V - existência ou não de equipamentos urbanos;

VI – relação entre características físicas da face de quadra e o preço de mercado imobiliário;

VII - outros elementos representativos, que possam ser tecnicamente admitidos.

§ 2º. Para efeitos de cálculo do valor venal de terreno pelo preço do m² por Face de quadra, será considerado o valor:

I – da Face de quadra da situação do imóvel;

II – de esquina serão tributados pela Face de quadra de maior valor, mesmo que o acesso principal ao imóvel seja realizado pela Face de quadra de menor valor; e, quando os valores forem iguais, pela que contenha o acesso principal do imóvel;

III – da Face de quadra correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado e, na ausência desta, o do logradouro mais próximo, ou do logradouro ao qual tenha sido atribuído maior valor, em havendo mais de um logradouro de acesso.

§ 3º. Para efeitos de colocação nas faces de quadra deverão ser considerados no mínimo os seguintes critérios:

I - Serão consideradas nas faces de 1 a 5 os imóveis com frente para a ruas com pavimentação asfáltica, iluminação pública, meio fio, esgotamento sanitário e exploração comercial e ou industrial;

II - Serão consideradas nas faces de 2 a 10 os imóveis com frente para a ruas com pavimentação de paralelepípedos, iluminação pública, meio fio, esgotamento sanitário e exploração comercial e ou industrial, que não se enquadrarem no inciso I;

III - Serão consideradas nas faces de 5 a 15 os imóveis com frente para a ruas sem pavimentação, que obedecerem os demais critérios necessários para atribuição de IPTU, que não se enquadrarem no inciso I e II.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 8º No cálculo do valor venal do terreno serão aplicados os seguintes fatores de homogeneização, conforme couber:

I - Fator de Profundidade;

II - Fator de Situação;

III - Fator de Topografia;

IV - Fator de Pedologia;

V – Fator Gleba.

Art. 9º Para efeitos de aplicação do fator de profundidade de terreno é obtido profundidade média, mediante a divisão da área total pela testada principal ou, no caso de duas ou mais frentes, pela soma das testadas, à exceção de terrenos de esquina e da profundidade média divide-se pela testada e obtém-se o fator de profundidade.

Art. 10**.** Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se:

I – terreno de esquina, ou mais que uma testada, aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, tendo como testadas duas vias públicas com nomenclaturas distintas;

II – terreno encravado, aquele que não se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel.

Art. 11**.** Para fins de avaliação venal do terreno, considerado o disposto neste Código, será estabelecida a Planta de Valores Genéricos de Terrenos, contendo fórmulas e critérios de avaliação, de acordo com as normas e métodos ora fixados, de conformidade com a Norma Brasileira NBR -14.653, ou outra que vier a substitui-la.

§ 1º. Os preços unitários de cada face de quadra de que trata este artigo deverão ser atualizados por Decreto do Executivo, anualmente em consonância com a atualização da VRM, a qual será reajustada pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice oficial que vier a substitui-lo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 2º. Os preços unitários poderão ser ajustados periodicamente, com base nas variações do mercado, por Decreto do Executivo, com base em laudo de uma comissão especial de avaliação, designada especificamente para esta finalidade.

Art. 12**.** Terrenos originados de novos parcelamentos, cujas ruas não estejam contidas na Planta de Valores Genéricos de Terrenos, serão tributados com base no valor do m² a face de quadra, da rua com característica semelhante mais próxima, até que nova Planta Genérica de Valores de Terrenos seja instituída.

Subseção I
Da Base de Cálculo e Alíquotas das Edificações

Art. 13**.** O valor venal da edificação, para fins de cálculo do IPTU, será obtido através da multiplicação da área construída pelo preço unitário do respectivo padrão tipológico construtivo, devidamente depreciado de acordo com o estado de conservação da mesma, sendo:

I – as áreas edificadas consideradas na projeção horizontal, com exceção das antenas, onde será considerada a metragem linear de projeção vertical;

II – o preço unitário padrão por m² da área construída, segundo o estado de conservação e padrão construtivo de acordo com os preços unitários dos diferentes padrões construtivos, constante do Anexo II desta Lei.

Art. 14**.** Na fixação do preço unitário padrão por m² da área construída para os diferentes padrões construtivos das edificações serão considerados:

I - valores médios de prédios, segundo transações do mercado imobiliário local;

II - valores estabelecidos em contratos de construção no Município;

III - custos unitários básicos da construção civil, informados por órgãos competentes do setor.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 15**.** Na determinação da base do cálculo do valor venal não são considerados os valores de bens móveis mantidos em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 16. No cálculo do valor venal do imóvel aplicam-se sobre o valor da edificação, os coeficientes de depreciação, determinado em função do estado de conservação da unidade predial considerada e seu padrão de construção.

Art. 17**.** O valor venal total do imóvel edificado é constituído pela soma do valor do terreno ou fração ideal deste, com o valor das unidades prediais, nele existentes, devidamente corrigidas pelo padrão de construção e estado de conservação.

Art. 18**.** Para fins de aplicação do valor venal da edificação a Planta de Valores Genéricos das Edificações com os preços unitários por m² de área construída para os diferentes padrões construtivos das edificações, constantes no Anexo II, desta Lei, e poderá ser regulamentado por decreto os índices genéricos e critérios para sua classificação e normas gerais de aplicação.

Parágrafo Único. Os preços unitários padrão de que trata este artigo, deverão ser corrigidos anualmente, por Decreto do Executivo Municipal, com base no acumulado do ano anterior do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou índice que vier a substituí-lo e revistos sempre que necessário, com base nos preços de mercado.

Subseção II

Disposições Gerais

Art. 19**.** No cálculo do valor venal de terrenos, nos quais tenham sido edificados prédios compostos de unidades autônomas, além dos fatores de correção aplicáveis de conformidade com as circunstâncias, utilizar-se-á como parâmetro para

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

cálculo a medida da fração ideal com que cada um dos condôminos participar na propriedade condominial.

Parágrafo Único**.** As edificações que foram construídas de maneira irregular poderão ter suas áreas determinadas a partir de recadastramento administrativo.

Art. 20**.** No cômputo da área construída em prédios cuja propriedade seja condominial, acrescentar-se-á à área privativa de cada condômino, aquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da quota-parte a ele pertencente.

Art. 21**.** As disposições desta Lei Municipal são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizáveis, de expansão urbana, ou a estas equiparadas e as que venham a ser criadas.

Seção III

Do Contribuinte e Inscrição

Art. 22**.** Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 23**.** O prédio e o terreno estão sujeitos à inscrição no Cadastro Imobiliário, ainda que beneficiados por imunidade ou isenção.

Art. 24. As unidades em condomínio serão inscritas com base nas informações constantes nos Quadros I e II, da NBR 12721/2006 (antiga NB140/1965), ou a que vier a substitui-la.

Art. 25**.** A inscrição é promovida:

I - pelo proprietário;

II - pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;

III - pelo promitente comprador;

IV – pelo vendedor quando houver previsão expressa no contrato;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

V - de ofício, quando ocorrer omissão das pessoas relacionadas nos incisos anteriores e inobservância do procedimento estabelecido no artigo 26 desta Lei e nos seguintes casos:

a) Se tratar de ente Federal, Estadual ou Municipal;

b) Não for observar o contribuinte a previsão do art. 29 desta Lei;

c) A inscrição for promovida com informações incorretas, incompletas ou inexatas.

Parágrafo Único**.** No ato da inscrição é obrigatório à indicação do endereço do contribuinte, o qual será adotado como domicílio tributário para todos os efeitos legais, cabendo ao contribuinte mantê-lo atualizado, sendo considerada válida toda e qualquer comunicação encaminhada ao endereço informado pelo contribuinte e constante no cadastro.

Art. 26. A inscrição de que trata o artigo anterior é procedida mediante a comprovação, por documento hábil, da titularidade do imóvel ou da condição alegada, cujo documento depois de anotado e feitos os respectivos registros será devolvido ao contribuinte mediante prévia assinatura da ficha de inscrição.

§ 1º. Quando se tratar de área loteada, deverá a inscrição ser precedida do arquivamento, na Fazenda Municipal, da planta completa do loteamento aprovado, na forma da Lei.

§ 2º**.** Qualquer alteração praticada no imóvel ou no loteamento deverá ser imediatamente comunicada pelo contribuinte à Fazenda Municipal.

§ 3º**.** O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram, observado o tipo de utilização.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 4º**.** Nos casos em que o proprietário do imóvel não possuir documentação comprobatória da posse, o fisco municipal através de seus agentes, fará o levantamento da área ocupada, para lançamento do tributo.

§ 5º. Considera-se documento hábil, para fins de inscrição no cadastro imobiliário, desde que apresentada à matrícula atualizada, da área que originou a transmissão:

I – a escritura lavrada registrada ou não;

II – o contrato de compra e venda registrado ou não;

III – o formal de partilha registrado ou não;

IV – as certidões relativas às decisões judiciais que impliquem transmissão de imóveis;

V – Nos casos de vendas sucessivas sem escrituração, o contribuinte deve apresentar os contratos retroativos, até a origem que partiu da área escriturada.

Art. 27**.** Estão sujeitas à nova inscrição, nos termos desta Lei, ou à averbação na ficha de cadastro:

I - a alteração resultante da construção, aumento, reforma, reconstrução ou demolição;

II - o desdobramento ou englobamento de áreas;

III - a transferência da propriedade ou do domínio;

IV - a mudança de endereço do contribuinte.

Parágrafo Único**.** Quando se tratar de alienação parcial, esta será precedida de nova inscrição para a parte alienada, alterando-se a primitiva.

Art. 28**.** Na inscrição do prédio, ou de terreno, serão observadas as seguintes normas:

I - quando se tratar de prédio:

a) com uma só entrada, pela face do quarteirão a ela correspondente;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

b) com mais de uma entrada, pela face do quarteirão que corresponder a entrada principal e, havendo mais de uma entrada principal, pela face do quarteirão por onde o imóvel apresentar maior testada e, sendo estas iguais, pela de maior valor.

II - quando se tratar de terreno:

a) com uma frente, pela face do quarteirão correspondente a sua testada;

b) com mais de uma frente, pelas faces dos quarteirões que corresponderem as suas testadas, tendo como profundidade média uma linha imaginária equidistante destas;

c) de esquina, pela face do quarteirão de maior valor ou, quando os valores forem iguais, pela maior testada;

d) encravado, pelo logradouro mais próximo ao seu perímetro.

Art. 29**.** O contribuinte ou seu representante legal, bem como os cartórios de Registro de imóveis, deverão comunicar, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações efetivas, de que trata o artigo 27, desta Lei, assim como, no caso de áreas loteadas, ou construídas, em curso de venda:

I - indicação dos lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;

II - as rescisões de contratos ou qualquer outra alteração.

§ 1º**.** No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, o proprietário ou o incorporador fica obrigado a apresentar perante o Cadastro Imobiliário, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do habite-se ou do registro da individualização no Cartório de Registro Imóveis, a respectiva planilha de áreas individualizadas.

§ 2º. O não cumprimento dos prazos previstos neste artigo ou informações incorretas, incompletas ou inexatas, que importem em redução da base do cálculo do imposto, determinará a inscrição de ofício, considerando-se infrator o contribuinte.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 3º**.** No caso de transferência da propriedade, a comunicação que trata o *caput* desde artigo deverá ser procedida no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro de título no Registro de Imóveis.

§ 4º Os Cartórios de Registro de Imóveis e os Tabeliães, ficam obrigados a informar mensalmente até o dia 15 de cada mês, todas as transações imobiliárias do mês anterior, efetuadas junto a estes, em forma de relação contendo os seguintes dados:

a) Nome do comprador e do vendedor, com identificação completa de ambos;

b) Área transacionada de terreno e de construção;

c) Valor da transação;

d) Número da matricula do imóvel.

Seção IV
Do Lançamento

Art. 30**.** O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação física do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.

Art. 31**.** Será instituído anualmente por Decreto do Executivo Municipal a data de lançamento e as datas de vencimento, com os devidos descontos.

Art. 32**.** A arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano processar-se-á da seguinte forma:

I - quando for pago de uma só vez, até a data do primeiro vencimento, poderá ter uma redução de até 30% (trinta por cento) do valor lançado, conforme Decreto do Executivo Municipal, sendo até 25 % pelo pagamento a vista e 5 % pelo programa bom pagador;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

II - quando for parcelado, o valor do lançamento será dividido em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, dentro do mesmo exercício financeiro;

III – O desconto e o número de parcelas citados nos incisos I e II, serão estabelecidos anualmente por decreto do executivo.

Do Programa Bom Pagador

Art. 33. Institui benefício fiscal ao contribuinte do IPTU, caracterizado como "Bom Pagador", relativamente aos imóveis para os quais não conste dívida de qualquer espécie ou natureza, mediante desconto de:

I – 5% sobre o valor do IPTU, a partir de 2019, desde que não existam tributos ou parcelas vencidas e não pagas nos exercícios anteriores ao do lançamento;

Parágrafo único. Para usufruir dos descontos previstos neste artigo o contribuinte deverá ter quitado todos os tributos, até o último dia útil do mês de novembro de cada exercício do lançamento.

Art. 34**.** O lançamento será feito em nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no Cadastro Imobiliário.

Parágrafo Único**.** Em se tratando de copropriedade, constará na ficha de cadastro os nomes de todos os coproprietários, sendo o conhecimento emitido em nome de um deles, com a designação de "outros" para os demais.

Art. 35**.** A repartição competente do Município poderá efetivar inscrição cadastral e o lançamento fiscal "ex-ofício" de imóveis, quando o contribuinte impedir ou restringir a atuação do agente fiscal ou cadastrador.

Seção V

Das Reduções

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 36**.** Terá redução de até 80% (oitenta por cento) do valor venal, os imóveis atingidos por Áreas de Proteção Ambiental – APAs, eletrodutos, gasodutos ou oleodutos.

Art. 37. A redução citada no artigo anterior poderá ser de até 80% (oitenta por cento) do valor venal da parte efetivamente atingida do imóvel.

§ 1º. Caberá ao proprietário do imóvel, comprovar os termos do artigo 36 desta Lei, através de documentação e levantamento topográfico, com ART e assinaturas do responsável técnico e do requerente, devidamente protocolado junto ao órgão competente desta Prefeitura, dando o percentual de aproveitamento da mesma, o qual será analisado e homologado.

§ 2º. A parte do imóvel que receber a redução referente ao artigo 37 não estará sujeita as demais isenções.

Seção VI

Das Isenções

Art. 38. Sem prejuízo das demais isenções estabelecidas pelo Código Tributário do Município, para fins de pagamento do IPTU, fica isento, a área do imóvel que for utilizada para exploração agropastoril e o contribuinte for inscrito como produtor rural no Município.

§ 1º. Para comprovar as condições mencionadas no *caput* deste artigo, o contribuinte deverá requerer anualmente a isenção para o exercício seguinte, de 01 de junho até 30 de setembro, por meio de processo administrativo de isenção de IPTU, contendo em sua abertura cópia da seguinte documentação, sob pena de indeferimento sem análise do mérito:

I – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR – INCRA);

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

II – 3 (três) notas do Talão de Notas Fiscais de Produtor, com natureza de operação-venda, em nome do requerente, durante o exercício em curso;

III – Declaração do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

IV – Matrícula do Registro de Imóveis atualizada;

V – Outros documentos, a critério do fisco.

§ 2º. A isenção de que trata o *caput* deste artigo não será concedida se o imóvel, mesmo atendido os requisitos acima, estiver localizado em área em que o Plano Diretor, ou outra Lei com função desta, destine outro fim que não a produção rural.

Art. 39**.** É isenta da cobrança de IPTU:

§ 1º. Deficiente físico, aposentado ou pensionista e/ou portador de doença terminal, com renda familiar de até 2,00 (dois) salários mínimos nacional, com as seguintes condições:

I – Que o requerente possua apenas um imóvel neste Município;

II – Que lhe sirva de residência;

III – Que será considerado como renda familiar a soma dos proventos do requerente juntamente com a de seu cônjuge ou companheiro e todos os que residirem na casa;

IV – Que o terreno tenha área inferior a 360,00 m^2 (trezentos e sessenta metros quadrados) e a área da edificação seja inferior a 60 **m²** (sessenta metros quadrados);

V – Que o valor venal do imóvel seja inferior a R$100.000,00 (cem mil reais);

VI – que esteja o requerente cadastrado em programas sociais e seja atestado pelo departamento de assistência social, sua vulnerabilidade social.

§ 2º. Para comprovar as condições mencionadas no *caput* deste artigo, o contribuinte deverá requerer anualmente a isenção para o exercício seguinte, de 01 de

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Junho até 30 de Setembro, por meio de processo administrativo de isenção de IPTU, contendo em sua abertura cópia da seguinte documentação, sob pena de indeferimento sem análise do mérito:

a) Carteira de Identidade e CPF;

b) Comprovante de Residência;

c) Número da Inscrição Cadastral do Imóvel ao qual pretende a isenção ou cópia da guia do IPTU;

d) Declaração de acordo com os incisos II e III do § 1° ou inciso V do § 2°, deste artigo, de acordo com o enquadramento;

e) Comprovante de rendimentos ou proventos referentes aos últimos três meses de seu benefício;

g) Documento que comprove a posse do imóvel;

h) Outros documentos, a critério do fisco.

§ 3º A isenção de que trata o *caput* deste artigo, será revogada e o contribuinte terá seu imposto lançado com correção monetária, juros e multa de 50% sobre o valor devido em caso de falsidade de informações, para obtenção da mesma.

CAPÍTULO II
Do Imposto Sobre Serviços De Qualquer Natureza
Seção I
Do Fato Gerador, Incidência e Local da Prestação

Art. 40**.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, tem como fato gerador a prestação de serviços por pessoa natural, empresário ou pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.

§ 1º**.** Considera-se serviço o bem imaterial, de conteúdo econômico, composto e orquestrado por níveis adequados de **recursos**, **competências**, **engenho** e **experiência** para a realização de benefícios

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

específicos a terceiros tomadores, respeitadas as definições dadas pela Lei Complementar Federal nº 116/2003, e, em conformidade com a lista descrita nesse artigo.

§ 2º**.** A critério do fisco poderá ser adotado o Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), estabelecido pela Receita Federal do Brasil como codificação para as atividades empresariais no município, bem como adotar codificação específica em ordem sequencial crescente numérica para controle de atividades de profissionais autônomos, mantendo-se a sua relação com os itens dos serviços abaixo descritos.

§ 3º**.** Para efeitos deste artigo, são considerados serviços, nos termos da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e no Artigo 156, Inciso III, da Constituição Federal, os constantes da seguinte lista, ainda que os serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1. Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação em caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (franchising).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito,

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

§ 4º. Ressalvadas as exceções expressas na lista constante no parágrafo 1º, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.

§ 5º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 6º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 7º. A incidência do imposto não depende:

I – Da denominação dada, em contrato ou qualquer documento, ao serviço prestado;

II – Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas às atividades, sem prejuízo da penalidade aplicável;

III – Do resultado financeiro obtido.

Art. 41. O imposto não incide sobre:

I – As exportações de serviços para o exterior do País;

II – A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

III – O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único**.** Não se enquadram no disposto no Inciso I os serviços desenvolvidos no Município cujo resultado nele se verifique ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 42. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, no local do domicílio do prestador exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, deste artigo, quando o imposto será devido no local da prestação ou do tomador do serviço.

§ 1º. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 2º. Em conformidade com o disposto no *caput*, o ISS será devido ao Município de Sertão Santana, sempre que seu território for o local da prestação do serviço nas seguintes hipóteses:

I – Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço, ou, na falta de estabelecimento, do seu domicílio, no caso de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – Da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso de serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – Da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da lista anexa;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

IV - Da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – Das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – Da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso de serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - Da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – Da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – Do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – VETADO NA ORIGEM (Lei Complementar n° 116);

XI – VETADO NA ORIGEM (Lei Complementar n° 116);

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XIII – Da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – Da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – Onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – Do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – Da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XX – Do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – Da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – Do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 3º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Sertão Santana, relativamente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, existente em seu território.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 4º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Sertão Santana, relativamente à extensão da rodovia explorada, existente em seu território.

§ 5º. No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 6º. No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

§ 7º**.** Caracterizam-se como estabelecimentos autônomos:

I - Os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que com idêntico ramo de atividade ou exercício no local.

II - Os pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, ainda que funcionando em locais diversos.

§ 8º. Não se compreende como locais diversos 2 (dois) ou mais prédios contíguos e que se comuniquem, internamente, como os vários pavimentos de um mesmo prédio.

§ 9º**.** Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais para recolhimento de imposto relativo a atividade nele desenvolvida, respondendo a empresa pelos débitos acrescidos e, penalidades referentes a qualquer deles.

Seção II

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Do Contribuinte, Base de Cálculo e Alíquota

Art. 43**.** Contribuinte do ISS é o prestador do serviço.

§ 1º**.** Considera-se prestador de serviços o profissional autônomo, a empresa ou o prestador de serviços a qualquer título que exerça em caráter permanente ou eventual qualquer das atividades constantes da lista de serviços, descrita no §3º do artigo 40.

§ 2º. Para efeitos deste imposto considera-se:

a) PROFISSIONAL AUTÔNOMO – toda e qualquer pessoa que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência, exercer atividade econômica de prestação de serviços.

b) EMPRESA – toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive firma individual e sociedade civil, ou de fato que exerce atividade de prestação de serviços.

c) PRESTADOR DE SERVIÇOS A QUALQUER TÍTULO – todo o prestador dos serviços constantes no §3º do artigo 40 que não configurem uma das personalidades jurídicas descritas nos incisos anteriores.

§ 3º**.** Equipara-se à empresa para efeitos do pagamento do imposto, o profissional autônomo que abrange uma das seguintes hipóteses:

a) utilizar-se de empregado a qualquer título na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

b) exercer atividade de caráter empresarial.

Art. 44. Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será recolhido, conforme tabela constante no Anexo III desta lei.

Parágrafo único**.** O imposto será lançado anualmente e as datas de vencimento fixadas por Decreto do Executivo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 45. Na condição de substituto tributário vinculado ao fato gerador da respectiva obrigação, sem excluir a responsabilidade supletiva do prestador do serviço, são responsáveis pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ao Município de **Sertão Santana** e pelo cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária municipal, as pessoas constantes dos incisos, ainda que isentas ou imunes:

I - os bancos de qualquer espécie – instituições financeiras, sobre os serviços tomados;

II - as distribuidoras de valores mobiliários, sobre os serviços tomados;

III – as corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sobre os serviços tomados;

IV - as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sobre os serviços tomados;

V – as sociedades de crédito imobiliário, sobre os serviços tomados;

VI – as administradoras de cartões de crédito, sobre os serviços tomados;

VII – as sociedades de arrendamento mercantil, sobre os serviços tomados;

VIII – as cooperativas de crédito, sobre os serviços tomados;

IX – as associações de poupança e empréstimo, sobre os serviços tomados;

X – as empresas e entidades que exploram bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres, sobre os serviços tomados, inclusive as comissões devidas aos seus agentes, revendedores, distribuidores ou concessionários;

XI – as agências de publicidade e propaganda, sobre os serviços tomados;

XII – as entidades de administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Município, sobre os serviços tomados;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

XIII – as entidades da administração pública direta, indireta, ou funcional, de

qualquer dos poderes do Estado, sobre os serviços tomados;

XIV – as entidades da administração pública direta, indireta, ou funcional, de

qualquer dos poderes da União, sobre os serviços tomados;

XV – as empresas autorizatárias, permissionárias, concessionárias e demais prestadoras dos serviços de energia elétrica, telefonia e distribuição de água, sobre os serviços tomados, inclusive os serviços descritos no subitem 3.04 (Locação, sublocação, arrendamento. Direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza) da lista de serviços do §3º do artigo 40;

XVI – o tomador ou intermediário de serviço de qualquer natureza proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

XVII – toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05 (Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário),7.02 (Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS), 7.04 (Demolição), 7.05 (Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS'), 7.09 (Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.), 7.10 (Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres), 7.12

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

(Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos), 7.16
(Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres), 7.17 (Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.), 7.19 (Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo), 11.02 (Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas), 17.05 (Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço) e 17.10 (Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres) da lista de serviços do §3º do artigo 40, pelo serviço tomado, quando o prestador do serviço não estiver estabelecido neste Município;

XVIII – as administradoras de imóveis, sobre os serviços tomados;

XIX – os hospitais, sobre os serviços tomados;

XX – as entidades educacionais privadas de ensino fundamental, ensino médio ou educação superior, definidas na Lei Federal n° 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre os serviços tomados;

XXI – os hotéis, pelos serviços tomados;

XXII - as empresas de informática, prestadoras dos serviços constantes dos subitens 1.01 (Análise e desenvolvimento de sistemas),1.02 (Programação),1.03 (Processamento de dados e congêneres), 1.04 (Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos), 1.05 (Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação), 1.06 (Assessoria e consultoria em informática), 1.07 (Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados) e 1.08 (Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas), da lista de serviços do §3º do artigo 40, pelos serviços tomados;

XXIII – as empresas de TV por assinatura, pelos serviços tomados;

XXIV – os planos de medicina de grupo ou individual e convênios para a prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário, pelos serviços tomados, inclusive as comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de **Sertão Santana**, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos, seguros ou convênios e os serviços de medicina, biomedicina, hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, pronto-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de **Sertão Santana**;

XXV – os proprietários de empreendimentos de florestamento, reflorestamento e silvicultura, pelos serviços tomados;

XXVI – as editoras de jornais e revistas e as emissoras de rádio e televisão, pelos serviços tomados;

XXVII – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelos serviços tomados, inclusive as comissões pagas às agências franqueadas estabelecidas no Município de **Sertão Santana**;

XXVIII – o proprietário de construção quando o autônomo, prestador do serviço não for inscrito no município, ou a pessoa jurídica não fornecer o documento fiscal;

XXIX - toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, quando o prestador dos serviços não fornecer o documento fiscal exigido pela legislação municipal;

XXX - toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, quando o prestador dos serviços, estabelecido no município, não estiver inscrito no cadastro do ISS;

XXXI - toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, quando o prestador dos serviços emitir documento fiscal autorizado por outro município, se esse prestador não houver cumprido as exigências estabelecidas pelo artigo 55 desta lei, nem estiver enquadrado nas exclusões previstas no parágrafo 3° do mesmo artigo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

XXXII – toda a pessoa jurídica estabelecida no município, ainda que imune ou isenta, quando o prestador de serviços for autônomo não inscrito no cadastro fiscal do município.

§ 1º**.** Os substitutos tributários poderão estar enquadrados em mais de um inciso do "caput".

§ 2º. Na hipótese do § 1º a norma para a substituição tributária deverá observar a atividade preponderante do responsável.

§ 3º. Os prestadores de serviços deverão destacar no documento fiscal, o valor a ser retido e a alíquota aplicada.

§ 4º**.** Na hipótese do § 3° cabe ao tomador do serviço conferir os valores destacados, devolvendo o documento fiscal conflitante com a legislação.

§ 5º. Caso o valor não for retido ou for retido em valor menor do que o destacado, o prestador de serviços deverá anotar na 2ª via do documento fiscal os valores efetivamente retidos pelo tomador.

§ 6º**.** Na hipótese dos incisos XXVIII e XXXII, aplicar-se-ão a base de cálculo e a alíquota prevista na legislação municipal para a respectiva atividade.

§ 7º. Nos serviços tomados referidos nos incisos I a IX, ficam incluídas as comissões pagas pelos serviços de corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada previstos no subitem 10.01 (Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada) da lista de serviços do §3º do artigo 40, quando prestados no âmbito das dependências localizadas no território do município.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

SUBSEÇÃO II
DAS DEDUÇÕES PERMITIDAS

Art. 46**.** Para fins de retenção do imposto incidente sobre serviços que permitam deduções, o prestador de serviços deverá informar ao tomador, o tipo, o enquadramento na legislação municipal e o valor das deduções da base de cálculo do imposto, na conformidade da legislação municipal, para fins de apuração da receita tributável, consoante dispuser o regulamento.

§ 1º. Deverá constar no corpo do documento fiscal às informações referentes a qual espécie de dedução, a base legal, registrando o dispositivo que autoriza a redução do imposto e o valor da respectiva dedução.

§ 2º**.** Quando as informações a que se refere o § 1º forem prestadas em desacordo com a legislação municipal, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços pelo pagamento do imposto apurado sobre o valor das deduções indevidas.

§ 3º**.** Caso as informações a que se refere o § 1º não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o imposto incidirá sobre o preço do serviço, sem nenhuma dedução.

§ 4º. Os valores relativos às deduções legais, admissíveis na apuração da base de cálculo do imposto, somente serão considerados quando constantes no respectivo documento fiscal, na forma do parágrafo 1º.

§ 5º. Nos casos de deduções em que o tomador e o prestador estabeleçam o material que será fornecido pelo prestador, o tomador será responsável pela verificação e conferência do valor que está sendo deduzido pelo prestador.

§ 6º**.** Na hipótese de que tratam os §§ 1º, 2° e 5°, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores do prestador e

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

do parágrafo 5°, no caso do tomador do serviço, juntamente as demais pessoas que para ela concorrem as penalidades previstas na legislação criminal tributária.

SUBSEÇÃO III
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS PARA OS SUBSTITUTOS

Art. 47. Todos os substitutos tributários alcançados pela retenção do imposto manterão controle das operações sujeitas a esse regime, para exame posterior da fiscalização tributária municipal, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º. Os substitutos tributários estão obrigados à inscrição no Cadastro Fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§ 2º. Não estão obrigados à inscrição os substitutos tributários referidos nos incisos XVI, XVII, XIX, XXX, XXXI e XXXII, do artigo 45 desta Lei.

§ 3º**.** Os substitutos tributários estão obrigados a apresentar declaração fiscal na periodicidade, na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

Art. 48**.** Os prestadores de serviços alcançados pela retenção do imposto não estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, devendo manter controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame posterior da fiscalização municipal, na conformidade do regulamento.

SUBSEÇÃO IV
DA RETENÇÃO E DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 49. A responsabilidade de que trata o artigo 45 será satisfeita mediante a retenção e o recolhimento do crédito tributário devido, definido pela conjugação da alíquota e base de cálculo correspondente ao serviço prestado, acrescido, quando cabível, dos ônus legais, independentemente de ter sido efetuada a retenção do imposto.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. O responsável tributário definido no artigo 45 é o sujeito passivo para todos os efeitos legais.

§ 2º**.** É de responsabilidade do substituto tributário a correta aplicação da legislação tributária municipal para a apuração do valor do imposto devido pelo prestador.

§ 3º**.** Ainda que não haja a retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, os responsáveis serão obrigados ao seu recolhimento na forma disciplinada nesta Lei.

SUBSEÇÃO V
DA SOLIDARIEDADE

Art. 50. O prestador do serviço responde solidariamente com o substituto tributário pelo pagamento do imposto devido, sempre que não ocorrer a retenção ou esta for efetuada em valor inferior ao devido, ressalvados os casos previstos na legislação.

§ 1º. Na hipótese do caput caberá ao prestador dos serviços efetuar o recolhimento do valor não retido ou retido a menor, diretamente à fazenda municipal na forma e prazo estabelecidos na legislação, atendendo a exigência do parágrafo 4° do artigo 45.

§ 2°. Em quaisquer casos de não ocorrência de retenção, previstos no artigo 45, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido, diretamente à fazenda municipal, na forma e prazo estabelecidos na legislação vigente.

§ 3º. A Substituição Tributária não exclui a responsabilidade do prestador do serviço, como sujeito passivo da obrigação tributária.

Art. 51. É responsável solidário pelo pagamento do imposto:

I - o detentor da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel onde se realizou a obra, em relação aos serviços constantes dos subitens 7.02 (Execução, por

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS), 7.04 (Demolição), 7.05 (Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres 'exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS') da lista de serviços do §3º do artigo 40, desta lei, quando os serviços forem prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem a prova do pagamento do imposto pelo prestador;

II - a empresa administradora de sorteios na modalidade bingo, quando contratada para executar as atividades correspondentes aos sorteios e exploração da casa de bingo.

SUBSEÇÃO VI
DA DISPENSA DE RETENÇÃO NA FONTE DO IMPOSTO

Art. 52**.** Não ocorrerá a responsabilidade por substituição tributária:

I – quando o prestador for profissional autônomo inscrito no cadastro fiscal do município;

II – quando o prestador for sociedade de profissionais enquadradas no parágrafo 3° do artigo 9º do Decreto-Lei n° 406/68 (sociedades uni-profissionais de: Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra sonografia, radiologia, tomografia e congêneres; Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos 'prótese dentária'; Médicos veterinários; Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres; Agentes da propriedade industrial; Advogados; Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos; Dentistas; Economistas, Psicólogos);

III – quando gozar de isenção ou imunidade, desde que devidamente comprovada a sua situação cadastral;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

IV – quando o serviço for prestado por banco ou instituição financeira, empresas concessionárias de energia elétrica, telefonia, água e esgotos e exploração de rodovias;

V – quando o serviço estiver enquadrado nos subitens 4.22 (Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres), 4.23 (Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apensas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário), 6.01 (Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres), 6.02 (Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres),21.01 (Serviços de registros públicos, cartorários e notariais) e 22.01 (Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais) do §3º do artigo 40, desta Lei;

VI – nas hipóteses de retenção previstas nos incisos do artigo 45 desta Lei, será regulamentado por decreto do Executivo que estabelecerá as hipóteses e limites de valor dos serviços em que não ocorrer retenção do imposto.

§ 1º. Para os fins do disposto neste artigo, o responsável tributário deverá exigir que o prestador de serviços, comprove seu enquadramento em uma das condições previstas nos incisos do caput deste artigo, na conformidade do regulamento.

§ 2º. A Certidão de Situação Cadastral fará a prova do autônomo, da sociedade de profissionais e da entidade imune ou isenta, para fins de não retenção do imposto por terceiros.

§ 3º. Nos casos de não ocorrência de retenção, previstos no inciso VI, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido, nos prazos constantes na legislação vigente.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 4º. O Micro Empreendedor Individual - MEI, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, instituídos pela Lei Complementar Federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006, farão a comprovação de sua situação cadastral conforme dispuser o regulamento.

§ 5º**.** O limite referido no inciso VI considera o valor individual de cada documento fiscal, dividido pela VRM vigente no mês da competência, sendo vedado ao contribuinte a emissão de mais de um documento fiscal para o mesmo cliente e pelo mesmo serviço prestado, com o propósito de evitar a substituição tributária.

§ 6º**.** No caso do parágrafo anterior, cabe ao substituto tributário realizar a retenção somando os valores dos diversos documentos fiscais emitidos com a finalidade de evitar a substituição tributária, sendo este o responsável pelo imposto devido, indiferentemente da sua retenção.

§7º**.** Não ocorrendo a responsabilidade por substituição tributária, pela dispensa prevista neste artigo, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido, na forma e prazo previstos no Regulamento, quando devido.

§ 8º. O limite referido no inciso VI não será observado:

I - para serviços prestados por contribuinte não estabelecido neste Município ou prestados sem a emissão do documento fiscal;

II - nas subempreitadas de construção civil.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D6

§ 9º. Para o caso de serviços prestados pelo profissional autônomo, o tomador do serviço deverá solicitar a apresentação da inscrição municipal.

§ 10. Na hipótese da ausência de inscrição do autônomo no cadastro fiscal do município aplicar-se-á o disposto no § 6º do artigo 45, desta Lei.

§ 11. No interesse da eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir da condição de substituído, de que tratam os incisos do caput do artigo 45 desta Lei, determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme dispuser no regulamento.

SUBSEÇÃO VII
DA OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO NA FONTE

Art. 53. A obrigatoriedade da substituição tributária, definida no artigo 45, desta Lei, aplica-se quando os substitutos tributários possuírem estabelecimento neste Município, sendo irrelevantes para este fim, as denominações de sede, matriz, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 54. As hipóteses de substituição tributária previstas nesta Lei aplicam-se quando os serviços forem tributados no Município de **Sertão Santana**.

Parágrafo único. Considera-se tributado neste Município as hipóteses de incidência previstas no artigo 40, desta Lei.

SUBSEÇÃO VIII
DO CADASTRO DE PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS

Art. 55. Toda pessoa jurídica que preste serviço no Município de **Sertão Santana** e emita documento fiscal autorizado por outro município deverá fornecer

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

informações à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido em regulamento.

§ 1º**.** O prestador de serviço, obrigado a prestar informações, fará prova junto ao tomador do serviço, do atendimento da obrigação, na forma em que dispuser o regulamento.

§ 2º**.** É de responsabilidade do tomador do serviço solicitar a prova prevista no parágrafo 1° do "caput" deste artigo;

§ 3º**.** No interesse d*a* eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir do procedimento de que trata o 'caput' deste artigo determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme sua localização ou atividade.

SUBSEÇÃO IX
DA APURAÇÃO DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE

Art. 56. O imposto retido na forma do art. 45, desta Lei será apurado mensalmente.

Art. 57**.** O imposto deverá ser recolhido até o dia 21 (vinte e um) do mês seguinte ao da competência, ficando sujeito, a partir dessa data, à incidência de juros e multa, na forma da legislação em vigor, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XII, XIII, XIV e XV do artigo 45 desta Lei, em que o imposto deverá ser recolhido até o dia 21 (vinte e um) do mês seguinte ao do efetivo pagamento, ficando sujeito a partir dessa data, à incidência de juros e multa na forma da legislação em vigor.

Art. 58. Todos os tomadores de serviços sediados no Município de **Sertão Santana**, independentemente de seu enquadramento, atividade, situação tributária de incidência, não incidência, isenção ou imunidade, são obrigados à declaração eletrônica de todos os serviços tomados, independentemente da incidência ou não do imposto sobre a operação.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. A declaração a que se refere o parágrafo anterior é constituída pela escrituração de todas as notas fiscais de prestação de serviço recebidas de terceiros e sujeitas ou não à substituição tributária na forma da Lei e se dará em meio eletrônico a ser regulamentado via decreto do poder executivo municipal.

§ 2º. A falta de apresentação pelo tomador de serviços da declaração eletrônica prevista no parágrafo 1º deste artigo ou a sua entrega fora do prazo estabelecido implicará no lançamento das penalidades pecuniárias previstas no Art. 213, desta Lei, a cada mês em que for constatada.

§ 3º. O movimento econômico de notas recebidas pelo tomador de serviços deverá ser escriturado em meio eletrônico, inclusive se optante pelo Simples Nacional, dentro do prazo de recolhimento da substituição tributária do imposto, ou seja, 21º o (vigésimo primeiro) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, ficando sujeito, a partir dessa data, à incidência de correção monetária, juros e multa, na forma da legislação em vigor em caso de atraso no recolhimento.

§ 4º. A alíquota incidente sobre a retenção na fonte será aquela constante na legislação vigente na época do fato gerador, e a fonte pagadora (contratante) dará ao prestador de serviço o comprovante de retenção/substituição emitido eletronicamente em sistema da Administração Municipal, que lhe servirá de comprovante do pagamento do imposto.

Art. 59**.** O preço do serviço, quando se tratar de regularização de obra concluída sem apresentação de nota fiscal, será arbitrado com base no custo da mão de obra, relativa à composição do custo por metro quadrado construído, estipulado na Pauta de Valores, a ser criada por Decreto do Executivo Municipal, regulamentada anualmente, devendo ser recolhido na data do pagamento da Taxa de Licença para Construção.

Art. 60. O proprietário do bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com o contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 61**.** A base de cálculo do ISS é o preço do serviço.

§ 1º**.** Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços, fretes, despesa ou imposto, salva os casos especificadamente previstos.

§ 2º. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o ISS será calculado por meio de alíquota fixa, em função da natureza do serviço na forma do Anexo III desta Lei.

§ 3º**.** Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da Lista forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, ou número de postes localizados em cada Município.

§ 4º. Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16, 17.19, 17.20 da lista constante do §3º do artigo 40 desta Lei, forem prestados por sociedades, desde que não exerçam atividades diversas das previstas em seu objeto social e da habilitação dos sócios e observados, ainda, os requisitos previstos em regulamento, estas ficarão sujeitas ao recolhimento do imposto na forma mensal em conformidade com a tabela I do anexo III, desta lei , calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.

§ 5º. Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da lista constante do §3º do artigo 40, desta Lei, o imposto será devido no local onde se efetuar a obra e calculado sobre o preço cobrado, deduzidas as parcelas correspondentes:

I - Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço;

II - Ao valor das subempreitadas; desde que o tomador, tenha efetuado a retenção e o recolhimento do imposto devido ao Município;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

III - Quando a obra for efetuada pelo regime de empreitada global, o imposto será calculado deduzindo-se os materiais fornecidos pelo prestador de serviços, comprovados por documentação fiscal, ou atribuindo o percentual de 40% (quarenta por cento) a título de mão-de-obra e 60% (sessenta por cento) a título de materiais, para fins de tributação.

§ 6º. Os tabeliães, registradores e escrivães dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, responsáveis pela retenção do imposto sobre serviço, deverão discriminar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados emitida, o valor relativo ao imposto sobre serviço, calculado sobre o total dos emolumentos e acrescidos destes. O valor do imposto discriminado não integra o preço do serviço para fins de tributação.

§ 7º. O repasse dos valores retidos na forma do parágrafo anterior será feito mensalmente mediante apresentação do Relatório emitido pelo programa de Livro Caixa dos serviços de registros públicos, cartoriais e notariais, sem prejuízo de eventual fiscalização das notas fiscais eletrônicas, ou talonários de recibos das serventias responsáveis pela retenção do imposto sobre o serviço.

Art. 62. O valor anual fixo e as alíquotas do ISS, incidentes sobre o valor dos serviços, da lista de serviços constantes no parágrafo 3º, do artigo 40, são as constantes do Anexo III, desta Lei.

§ 1º. Quando a natureza do serviço prestado tiver enquadramento em mais de uma alíquota, o imposto será calculado pela de maior valor, salvo quando o contribuinte discriminar a sua receita, de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar.

§ 2º. A atividade não prevista na tabela será tributada em conformidade com a atividade que apresentar com ela maior semelhança de características.

Art. 63. Os contribuintes com personalidade jurídica (empresas) ou equiparados são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em Lei, a solicitação de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) para notas

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

fiscais convencionais, a emissão e a escrituração das Notas Fiscais convencionais e eletrônicas, a manter Livros Fiscais instituídos pelo Fisco Municipal, e a entrega da Declaração de Movimento Econômico Mensal.

§ 1º. A declaração de movimento econômico mensal a que se refere o caput do presente artigo é constituída pela escrituração de todas as notas fiscais de prestação de serviço emitidas pela empresa sujeitas ou não a incidência do imposto, bem como aquelas recebidas de terceiros e sujeitas ou não à substituição tributária na forma da Lei.

§ 2º**.** A declaração de movimento econômico mensal a que se refere o caput do presente artigo se dará em meio eletrônico a ser regulamentado via decreto do poder executivo municipal.

§ 3º. A falta de apresentação da declaração eletrônica mensal pelo prestador de serviços ou a sua entrega fora do prazo estabelecido implicará no lançamento das penalidades pecuniárias previstas no Art. 213, a cada mês em que for constatada.

§ 4º**.** O recolhimento da penalidade prevista no parágrafo anterior não inibe que, a critério do fisco municipal, seja realizado arbitramento e lançamento de ofício do valor do ISS.

§ 5º. O movimento econômico será escriturado em meio eletrônico, pelo contribuinte, inclusive se optante pelo Simples Nacional, dentro do prazo de vencimento do imposto, ou seja, até o 15° (decimo quinto) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 6º**.** Quando da prestação do serviço, o contribuinte sujeito à alíquota variável, pessoa jurídica ou equiparado, escriturará em livro fiscal, eletrônico ou não, os serviços e outras informações que o fisco julgar pertinentes e que vierem a ser estabelecidas em decreto ou portaria do executivo municipal, para controle ou apuração do imposto.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 7º. Sujeitam-se também a todas as obrigações descritas no presente artigo e seus parágrafos os demais contribuintes, que possuam autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) ou autorizados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

§ 8º**.** Ainda que o contribuinte não tenha realizado receitas, fica obrigado a apresentar sua declaração "sem movimento" eletronicamente a cada mês de competência.

§ 9º**.** Ficam dispensados das declarações de serviços prestados a empresas autorizadas a emissão da NFS-e.

§ 10. As empresas autorizadas a emissão da NFS-e devem apresentar declaração "Sem Movimento" quando não tiverem receita de prestação de serviço.

Art. 64**.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal, levando em consideração os preços adotados em atividades semelhantes, nos casos em que:

I - O contribuinte não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais ou contábeis;

II - Houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços;

III - O contribuinte não estiver inscrito no Cadastro do ISS;

IV - Na hipótese do contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação da estimativa, esta será arbitrada.

§ 1º. Nas hipóteses previstas neste artigo, a base de cálculo poderá ser arbitrada, em quantia não inferior à soma das seguintes parcelas, acrescidas de 50% (cinquenta por cento):

I – Valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

II – Folha mensal de salários pagos, adicionada de honorários ou pró-labore de diretores, e retirada, a qualquer título, de proprietários sócios ou gerentes;

III – Aluguel mensal do imóvel e das máquinas e equipamentos, quando próprios, 1% (um por cento) do valor dos mesmos;

IV – Despesas com fornecimento de água, luz, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do sujeito passivo;

V – Quaisquer outras despesas mensais despendidas para o exercício regular da respectiva atividade.

§ 2º. Quando os valores obtidos relativos às despesas, conforme parágrafo 1º, forem superiores aos declarados, em meio eletrônico ou não, poderão ser esses utilizados como base de cálculo acrescido do percentual acima fixado.

§ 3º**.** Quando for possível arbitrar receita com base em dados técnicos e ou apurados esta poderá ser a forma de arbitramento a utilizar.

Seção III
Da Inscrição

Art. 65**.** Estão sujeitas à inscrição obrigatória no Cadastro do ISS às pessoas físicas ou jurídicas enquadradas no § 3º do artigo 40, desta Lei, ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Parágrafo Único**.** A inscrição será precedida do pedido de licença para se estabelecer formulado pelo contribuinte ou seu representante legal antes do início da atividade.

Art. 66**.** A inscrição deverá ser promovida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

Art. 67. A inscrição será nominal, devendo seu número ser impresso em todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte bem como constar de qualquer requerimento dirigido à Administração Municipal.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 68**.** Far-se-á a inscrição de ofício quando não forem cumpridas as disposições contidas no artigo 66 desta Lei.

Art. 69**.** Para efeito de inscrição, constituem atividades distintas as que:

I - Exercidas no mesmo local, ainda que sujeitas à mesma alíquota, correspondam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - Embora exercidas pelo mesmo contribuinte, estejam localizadas em prédios distintos ou locais diversos;

III - Estiverem sujeitas a alíquotas diferentes.

Parágrafo Único**.** Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos, com comunicação interna, nem em vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 70**.** Sempre que se alterar o nome, firma, razão ou denominação social, localização ou, ainda, a natureza da atividade e quando esta acarretar enquadramento em alíquotas distintas deverá ser feita a devida comunicação pelo contribuinte à Fazenda Municipal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, através de requerimento.

Parágrafo Único**.** O não cumprimento do disposto neste artigo determinará a alteração de ofício e multa.

Art. 71. A transferência, venda do estabelecimento ou cessação da atividade no local será comunicada no prazo de 90 (noventa) dias, através de requerimento.

§ 1º**.** Dar-se-á baixa da inscrição depois de verificada a procedência da comunicação, a partir da data da cessação da atividade.

§ 2º. O não cumprimento da disposição deste artigo importará em baixa de ofício.

§ 3º**.** A baixa da inscrição não importará na dispensa do pagamento dos tributos devidos, inclusive, os que venham a ser apurados mediante revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo agente da Fazenda Municipal.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 4º. Determinada a baixa da atividade, o lançamento abrangerá o mês em que ocorrer a cessação, para as atividades sujeitas à alíquota variável.

Seção IV

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 72. O imposto é lançado mensalmente e sua arrecadação se processará, também mensalmente, até o 15° (decimo quinto) dia do mês subsequente ao do fato gerador com base nas declarações eletrônicas quando se tratar de ISS variável e, anualmente, quando se tratar de ISS fixo, em acordo com regulamento.

§ 1º. O recolhimento por parte dos tomadores de serviço que efetuarem substituição também se dará no mesmo prazo previsto no caput desse artigo, obedecidas as mesmas regras aqui definidas.

§ 2º. Todo o pagamento ou recolhimento do ISS ou de penalidade pecuniária dele decorrente far-se-á mediante a expedição obrigatória do competente documento de arrecadação em meio eletrônico, na forma estabelecida em decreto.

§ 3º. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão, civil, criminal e administrativamente os que os houverem emitido, subscrito ou fornecido.

§ 4º. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a Lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

a) A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Art. 73**.** No caso de início de atividade sujeita à alíquota fixa, o lançamento corresponderá a tantos duodécimos do valor fixado na tabela I do anexo III, quantos forem os meses do exercício, a partir, inclusive, daquele em que teve início e, neste caso, o imposto deverá ser pago de uma só vez, no ato da inscrição.

§ 1º**.** Quando se tratar de profissionais autônomos Arquitetos ou Engenheiros, com inscrição em outro município, o pagamento do ISS fixo deverá ser realizado no ato de entrada do processo de aprovação do primeiro projeto do ano, junto ao protocolo.

§ 2º**.** Para os profissionais citados no parágrafo anterior, proceder-se-á, baixa de ofício ao final do exercício, independentemente de requerimento do interessado.

Art. 74. A cada inscrição corresponde uma guia de recolhimento.

I - No caso de estabelecimento de prestação de serviços, sediado neste Município, será excluída da guia a receita bruta realizada por filiais fora do Município, independente do faturamento.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

II – No caso de estabelecimento de prestação de serviços sediados fora do Município, a guia de recolhimento declarará a receita bruta realizada por filial ou sucursal, de serviços prestados no município de **Sertão Santana**.

Art. 75**.** No caso de atividade iniciada antes de ser promovida a inscrição, o lançamento retroagirá ao mês do início.

Art. 76**.** A receita bruta, declarada pelo contribuinte na guia de recolhimento mensal será posteriormente revista e complementada, promovendo-se o lançamento aditivo, quando for o caso.

§ 1º**.** As administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares deverão informar as operações e prestações realizadas no Município, cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, à Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 2º**.** Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, hipótese em que as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares prestarão as informações previstas no parágrafo 1º à Secretaria Estadual da Fazenda, na forma prevista em regulamento.

a) A forma de disponibilização das informações da Secretaria Estadual da Fazenda para a Secretaria Municipal da Fazenda será prevista no convênio.

§ 3º**.** Ficam também obrigadas as empresas tomadoras dos serviços de cartões de crédito e/ou débito, a informarem as alíquotas aplicadas para cada estabelecimento conveniado, sempre que solicitado pelo município e diretamente a este.

§ 4º. Considera-se serviço o valor cobrado mensalmente pelas operadoras, das indústrias, comércios ou prestadoras de serviço, pela utilização dos cartões de crédito e/ou débito.

a) Será considerado serviço, o valor referido no *caput* deste parágrafo, independente de ser fixo ou por alíquota, sobre o valor das vendas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 77**.** No caso de atividade tributável com base no preço do serviço, tendo-se em vista as suas peculiaridades, poderão ser adotadas pelo fisco outras formas de lançamento, inclusive com a antecipação do pagamento do imposto fixado por estimativa ou operação.

Parágrafo Único**.** As normas para fixação de antecipação do ISS, com base no preço dos serviços serão regulamentadas por Decreto do Executivo Municipal ou por Lei Complementar.

Art. 78**.** Qualquer diferença do imposto apurado em levantamento fiscal será recolhida ou contestada administrativamente, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Art. 79. A guia de recolhimento, referida no artigo 74, incisos I e II, desta Lei, será preenchida pelo contribuinte, e obedecerá ao modelo aprovado pela Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. O recolhimento será escriturado, pelo contribuinte, no livro de registro especial do ISS, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 80**.** O Fisco Municipal poderá, a seu critério, estabelecer a base de cálculo do contribuinte através de estimativa ou arbitramento conforme o caso.

§ 1º**.** A autoridade administrativa poderá fixar o valor do imposto estimativo:

I - Quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II - Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - Quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou **IV** - deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente;

V - Quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócio ou de atividade aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

VI - Quando o contribuinte, reiteradamente, violar o disposto na legislação tributária, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

VII - Sempre que o fisco municipal assim julgar indispensável;

VIII - Quando a natureza da operação ou as condições em que se realizar tornar impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal e mediante requerimento.

§ 2º. O imposto estimado nos casos descritos no parágrafo anterior, será calculado na forma que for estabelecida em regulamento, observando as seguintes normas:

I – Com base em informações do sujeito passivo e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculadas às atividades, serão estimados os valores prováveis das operações tributáveis e do imposto total a recolher;

II – O montante do Imposto assim estimado terá as condições de seu recolhimento fixadas pela autoridade administrativa;

III – Findo o período para a qual se fez a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado por qualquer motivo, serão apurados o preço real dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo, respondendo este pela diferença apurada ou tendo direito à restituição do excesso pago, conforme o caso;

IV – Independentemente de qualquer procedimento fiscal e sempre que for verificado que o preço total dos serviços excedeu a estimativa, fica o sujeito passivo obrigado a recolher, no prazo previsto o Imposto devido pela diferença.

a) Nas hipóteses previstas neste inciso, a base de cálculo será estimada e acrescidas em 50% (cinquenta por cento).

b) O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa poderá, a critério do fisco, ser feito individualmente, por categoria, por sujeito passivo e grupos ou setores de atividade.

c) A autoridade poderá, a qualquer tempo e a seu critério, suspender a aplicação do sistema previsto neste artigo, de modo geral ou individual, bem como, rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

d) A aplicação do regime de estimativa independerá do fato de que para a respectiva atividade haja sido fixada a alíquota aplicada, bem como, no caso do sujeito passivo possuir escrita fiscal.

e) O lançamento por estimativa não desobriga o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

§ 3º. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal, levando em consideração os preços adotados em atividades semelhantes, nos casos em que:

I - o contribuinte não exibir à Fiscalização os elementos necessários a comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais contábeis;

II - houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços;

III - ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento, inclusive nas declarações de movimento econômico em meio eletrônico;

IV - sejam omissas ou não mereçam fé às declarações ou esclarecimentos prestados pelo contribuinte;

V - o preço seja notoriamente inferior ao praticado no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa;

VI - o contribuinte não estiver inscrito no cadastro do município;

VII – haja omissão na entrega da declaração de movimento econômico.

§ 4**º.** Para fins de apuração da receita bruta por arbitramento de que trata o parágrafo anterior, o fisco municipal poderá levar em consideração, além de outros elementos que julgar pertinentes:

I - os preços correspondentes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração.

II - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade, em condições semelhantes.

III – a média das declarações de movimento econômico efetuadas por empresas com mesma atividade e porte semelhante.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Seção V
Dos Livros e Documentos Fiscais

Art. 81**.** Ficam instituídos como documentos fiscais a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), a nota fiscal de prestação de serviços, a nota fiscal eletrônica, a nota fiscal eletrônica conjugada, a nota simplificada, ou ainda nota fiscal eletrônica de controle próprio, a Declaração de Movimento Econômico (DME), e a Guia de Recolhimento de Tributos (GRT), cabendo ao Poder Executivo estabelecer as normas relativas a:

I – Obrigatoriedade ou dispensa de emissão;

II – Conteúdo dos documentos e sua indicação;

III – Formas e utilização;

IV – Autenticação e Assinatura Digital;

V – Impressão e Acesso pela rede mundial de computadores;

VI – Qualquer outra condição que julgar necessário o fisco.

§ 1º**.** Os modelos, a impressão e a utilização dos documentos fiscais a que se refere o caput deste artigo serão definidos em Decreto Executivo, que, poderá prever hipótese de substituição dos documentos fiscais para atender a situações peculiares, desde que resguardados os interesses do Fisco.

§ 2º. A impressão de Notas Fiscais de Serviço, validade de utilização e quantidade, depende da prévia e expressa autorização do Fisco Municipal, através de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), que poderá, a critério do Fisco, ser emitida por meio eletrônico, através da rede mundial de computadores (internet), ou ainda através da nota fiscal conjugada utilizando-se a NFE do Estado do RS, cuja regulamentação se dará por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º**.** A critério da Administração Municipal, poderá ser implementada como documento fiscal a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a ser emitida por aplicativo a ser instituído e fornecido pelo Fisco Municipal, segundo critérios e regulamentação a serem definidos por Decreto do Executivo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

a) A critério da Administração Municipal, poderá ser implementada como documento fiscal a nota fiscal eletrônica de controle próprio, impressa com seuqencia numerica do proprio contribuinte sob supervisão e regulamentação por Decreto Municipal.

§ 4º**.** Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar, tornarem impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte das exigências deste artigo, calculando-se o imposto com base na receita estimada ou apurada na forma que for estabelecida via Decreto Municipal.

§ 5º. No caso de perda ou extravio de notas fiscais de serviço, o contribuinte recolherá o imposto - ISS, o qual será calculado através de arbitramento fiscal e o mesmo será penalizado com a respectiva multa, constante no artigo 219 desta Lei.

§ 6º. Quando o contribuinte tiver suas Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços, furtadas, roubadas, extraviadas ou destruídas em incêndio ou enchente, deverá proceder da seguinte forma:

a) em todos os casos, deverá efetuar a devida ocorrência policial e fazer publicar, em jornal de boa circulação no município, mencionando a quantidade e a numeração das Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços;

b) nos casos de destruição Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços em incêndios ou enchentes, deverá apresentar certidão do órgão competente ou seja, do Corpo de Bombeiros, que comprove a ocorrência do fato.

§ 7º**.** Nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do §6º, deverá ainda o contribuinte, até 21º (vigésimo primeiro) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, através de declaração eletrônica específica, comunicar o acontecido a fiscalização tributária do Município, juntando cópias dos documentos que comprovem o ocorrido.

§ 8º. Os livros, notas fiscais, mapas de escrituração e demais documentos fiscais a serem utilizados pelo prestador de serviços, para controle do Imposto Sobre Serviços, serão os instituídos em regulamento por Decreto**.**

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 82**.** Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração tributária própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal, inclusive no que se refere à declaração mensal de movimento econômico, sob pena de multa.

Art. 83**.** Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal, os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, os documentos fiscais, a guias de pagamento do imposto, a declaração mensal de movimento econômico e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 84. É obrigação de todo contribuinte exibir os livros fiscais e comerciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos por lei ou regulamento, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem os funcionários encarregados da fiscalização do imposto, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação.

Art. 85**.** Os livros e documentos deverão permanecer no estabelecimento daqueles que estejam obrigados a possuí-los, à disposição da fiscalização, e deles só poderão ser retirados para os escritórios de contabilidade registrados, ou para atender à requisição das autoridades competentes.

Art. 86**.** Não tem aplicação quaisquer dispositivos excludentes ou limitativos do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes, ou de quaisquer pessoas, ainda que isentas ou imunes do imposto, nem da obrigação de exibi-los.

Art. 87**.** Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. A fiscalização municipal exigirá dos contribuintes do ISS a apresentação dos livros Diários e Razões devidamente escriturados e autenticados, daqueles aos quais a legislação comercial incumbir a referida obrigação.

§ 2º. No caso de perda ou extravio de documentos fiscais, o contribuinte deverá proceder a ocorrência ou registro policial, bem como a publicação do fato ocorrido, em jornal de grande circulação.

§ 3º. No caso do parágrafo anterior, deverá constar a razão social da pessoa jurídica, o CNPJ e a numeração completa das Notas Fiscais extraviadas.

§ 4º**.** No caso de perda ou extravio de notas fiscais de serviço, o contribuinte recolherá o imposto - ISS, o qual será calculado através de arbitramento fiscal e o mesmo será penalizado com a respectiva multa, constante no artigo 219, da presente Lei.

Art. 88**.** Todas as pessoas jurídicas estabelecidas no município, Tomadoras de Serviços, conforme mencionadas no artigo 45, desta Lei, quando contratarem prestadores de serviços de outros municípios deverão apresentar a DISS - Declaração de ISS ou DEISS - Declaração Eletrônica Mensal do ISS dos serviços tomados, até o 15° (decimo quinto) dia de cada mês subsequente, sob pena de multa.

Parágrafo Único**.** Tendo em vista a natureza dos serviços prestados, o Poder Executivo poderá decretar, ou a Autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 89**.** Todas as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Fiscal do Município deverão apresentar mensalmente: a DISS – (Declaração de ISS), ou a DEISS – (Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), ou a DESIF (Declaração Eletrônica de Instituições Financeiras).

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º**.** A forma e os dados que devem conter DISS - Declaração de ISS ou DEISS - Declaração Eletrônica Mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ou a DESIF - Declaração Eletrônica de Instituições Financeiras e os procedimentos a serem obedecidos serão os instituídos em Decreto do Executivo Municipal.

CAPÍTULO III

Do Imposto de Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis

Seção I

Do Fato Gerador e Incidência

Art. 90**.** O imposto sobre a transmissão "*inter-vivos",* por ato oneroso, de bens imóveis, ou acessão física e de direitos reais sobre os imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição, tem como fato gerador:

I - A transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na legislação civil;

II - A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - A cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.

Art. 91**.** Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - Na compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

II - Na dação em pagamento, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

III - Na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder à meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha;

IV – Na permuta, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

V - Na arrematação ou adjudicação em Leilão, hasta pública ou praça, quando da assinatura do respectivo auto;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

VI - Na adjudicação sujeita à licitação ou adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a sentença adjudicatória;

VII – No mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

VIII – Na cessão de contrato de promessa de compra e venda, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

IX – Na cessão de promessa de cessão de contrato de compra e venda, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

X – Na transmissão de domínio útil, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XI – Na instituição de usufruto convencional, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XII – No usufruto de imóvel decorrente de ato de construção judicial, quando do trânsito em julgado da decisão que o constituir;

XIII – Na extinção de usufruto, quando verificado fato ou ato jurídico determinante da consolidação da propriedade na pessoa do nu-proprietário;

XIV – Na instituição de fideicomisso, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XV – Na enfiteuse ou subenfiteuse, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVI – Nas rendas expressamente constituídas sobre bens imóveis, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVII – Na concessão de direito real de uso, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVIII – Na cessão de direitos de usufruto, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XIX – Na cessão de direitos de usucapião, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XX – Na cessão de direitos de arrematante ou adjudicante, quando da assinatura do auto de arrematação ou adjudicação;

XXI – Na cessão de direitos hereditários, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

XXII – Na acessão física quando houver pagamento de indenização, na data da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXIII – Na transferência de patrimônio imóvel de pessoa jurídica e de direitos relativos a ele para o de qualquer um de seus sócios, acionistas, ou respectivos sucessores, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXIV – Nas fornas ou reposições que ocorram nas divisões para extinção de condomínio imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte material cujo valor seja maior do que o da sua quota-parte ideal, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXV – Na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos IX e X do artigo 91 da presente Lei, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXVI – Na cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXVII – Na remissão de bens imóveis, quando do depósito pecuniário em juízo;

XXVIII – Em qualquer ato judicial ou extrajudicial "Inter vivos" não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão a título oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, quando da formalização do ato ou negócio jurídico, ou quando da formalização do ato judicial ou trânsito em julgado da decisão;

XXIX – Na cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXX - Na remissão, data do depósito em juízo;

XXXI - Nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais sobre os mesmos, não previstas nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direitos à aquisição.

§ 1º**.** Será devido novo Imposto:

I - Quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - No pacto de melhor comprador;

III - Na retrocessão;

IV - Na retrovenda.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 2º**.** Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - A permuta de bens imóveis por bens e direitos de natureza diversa;

II - A permuta de bens imóveis por quaisquer outros bens situados fora do território do Município;

III - A transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

§ 3º**.** Consideram-se bens imóveis para os fins do Imposto:

I - O solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

II - Tudo quanto for incorporado permanentemente ao solo, como as edificações e demais benfeitorias e pertenças, e a semente lançada a terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

§ 4º**.** Na dissolução da sociedade conjugal, o excesso de meação, para fins do imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total partilhável.

Art. 92**.** O imposto é devido quando os bens transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Seção II
Do Contribuinte

Art. 93**.** Contribuinte do imposto é:

I - Nas cessões de direito, o cedente;

II - Na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

III - Nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Seção III
Do Responsável

Art. 94**.** São pessoalmente responsáveis pelo pagamento do imposto:

I - As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - O cessionário de direito, inclusive no tocante à cessão ou cessões anteriores.

Art. 95**.** Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I – Os pais, pelo imposto devido por seus filhos menores;

II – Os tutores e curadores, pelo imposto devido por seus tutelados e curatelados;

III – Os administradores de bens de terceiros, pelo imposto devido por estes;

IV – Os leiloeiros e avaliadores na avaliação e preço pago na arrematação e adjudicação do imóvel ;

V – Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelo imposto devido os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VI – Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo só se aplica em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Seção IV
Da Base de Cálculo, Contraditório e Alíquotas

Art. 96**.** A avaliação do imóvel para fins de tributação do imposto corresponde à estimativa fiscal do valor de mercado aplicado ao imóvel objeto da transmissão ou da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

cessão de direitos reais a ele relativos, objeto da realização do fato gerador, cuja atividade de estimativa da base de cálculo compete privativamente ao Fiscal Tributário.

§ 1º**.** Na avaliação fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correspondentes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário, valores do cadastro imobiliário, declaração do contribuinte na guia de imposto, características do imóvel, como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação, custo unitário de construção, infraestrutura urbana, e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

§ 2º**.** O prazo para determinação da estimativa fiscal ITBI será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da entrega da guia de avaliação preenchida, desde que esta não apresente pendências de documentação ou informações necessárias.

§ 3º A avaliação prevalecerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que tiver sido realizada, findos os quais, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova avaliação.

§ 4º**.** Serão reavaliados os imóveis ou os direitos a eles relativos, na extinção de usufruto, na substituição de fideicomisso, na dissolução da sociedade conjugal, se for o caso, sempre que o pagamento do imposto não tiver sido efetivado dentro do prazo de seis meses, contados da data da avaliação.

Art. 97**.** São, também, bases de cálculo do imposto:

I – O valor dos imóveis ou dos direitos a eles relativos, incluídos no processo de compra e venda;

II – O valor venal do imóvel aforado, na transmissão do domínio útil;

III – O valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção do usufruto;

IV – A avaliação ou o preço pago, se este for maior, na arrematação e na adjudicação de imóvel.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Parágrafo Único**.** Não serão deduzidos da base de cálculo do imposto os valores de quaisquer dívidas, que onerem o bem ou o direito transmitido.

Art. 98**.** Não se inclui na avaliação fiscal dos imóveis não levados a registro no Cartório Imobiliário ou não averbado no Cadastro Municipal, o valor da construção nele executada pelo adquirente e comprovada mediante exibição dos seguintes documentos:

I - Projeto aprovado e licenciado para a construção;

II - Habite-se;

III - Notas fiscais do material adquirido para a construção, na qual deverá constar o local da obra, nome do proprietário, sendo que o valor total dos materiais utilizados deverá ser compatível com a construção;

IV – Notas fiscais de prestação de serviços referente à obra, na qual deverá constar o local da obra, nome do proprietário;

V - Por quaisquer outros meios idôneos de prova, a critério do Fisco.

Art. 99**.** O contribuinte que discordar da avaliação fiscal poderá, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que dela tiver ciência, requerer avaliação contraditória por meio de processo administrativo de revisão de lançamento de ITBI, contento em sua abertura a seguinte documentação, sob pena de indeferimento sem análise do mérito:

I - Requerimento de avaliação contraditória para fins de ITBI com as assinaturas do adquirente e do transmitente, ou seus representantes legais, conforme os respectivos documentos de identificação anexados ao processo administrativo;

II - No mínimo 2 (dois) dos seguintes documentos que fundamentem o valor contraditório declarado:

a) Laudo técnico de avaliação elaborado, por profissional competente, no máximo 30 (trinta) dias antes do pedido de avaliação e lançamento do ITBI;

b) Anúncios atualizados em jornais ou revistas especializadas em transações de imóveis semelhantes;

c) Cópia de página de internet de empresas do ramo imobiliário que contenha oferta de imóveis assemelhados;

d) Fotos do imóvel que comprovem o estado da construção, seu padrão de acabamento e/ou estado de conservação;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

e) Pareceres de órgãos competentes sobre a localização do imóvel em área de preservação ambiental, área de interesse social ou de risco.

f) Contrato de compra e venda ou cessão de direitos através de instrumentos públicos ou particulares, inclusive suas promessas.

III - Outros documentos que forem solicitados pela Fiscalização Tributária.

Art. 100. O Fiscal Tributário emitirá parecer indicando os critérios adotados na avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do processo com o pedido.

Parágrafo único. O processo instruído com o parecer emitido pelo Fiscal Tributário e com o laudo técnico ou avaliações, se apresentado, será encaminhado ao coordenador da seção de fiscalização, que decidirá no prazo de 15 (quinze) dias sobre o valor da avaliação.

Art. 101**.** As alíquotas do imposto sobre o valor estabelecido no artigo 96 desta Lei serão:

I - de 1% (um por cento) da parcela financiada pelo sistema financeiro de habitação;

II - de 2% (dois por cento) para as demais operações.

Seção V
Da Imunidade e da Não Incidência

Art. 102**.** São imunes ao imposto:

I – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas;

II – O adquirente for templo de qualquer culto, partido político, inclusive suas fundações, entidade sindical de trabalhadores, instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;

III - As instituições de educação ou de assistência social, observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. O disposto nos Incisos I,II e III deste artigo não dispensa as entidades neles referidas da prática de atos assecuratórios do cumprimento por terceiros, das obrigações tributárias decorrentes desta Lei.

§ 2º**.** O disposto no item III condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) aplicarem integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros ou registros revestidos das formalidades previstas em regulamento e na legislação própria.

Art. 103**.** O imposto não incide:

I - Na transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade;

II - Na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

III - Na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com condição resolutiva expressa, pelo não cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

IV - Na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;

V - Na usucapião;

VI - Na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte ideal de cada condômino;

VII - Na transmissão de direitos possessórios;

VIII - Na promessa de compra e venda;

IX - Na transmissão de bens ou de direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

X - Na transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de capital de pessoa jurídica, inclusive no caso de cisão.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. O disposto no inciso II, deste artigo, somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

§ 2º. As disposições dos incisos IX e X deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º**.** Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição, decorrer de vendas, administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 4º**.** Se a pessoa jurídica adquirente iniciar as atividades referidas no parágrafo 2º após aquisição ou a menos 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando-se em conta os 3(três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 5º**.** Verificada a preponderância referida no parágrafo anterior, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito atualizado conforme valor de mercado.

§ 6º. O disposto nos incisos IX e X, deste artigo, não se aplicam à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 7º. Para comprovar a não incidência na extinção do usufruto, se tiver sido tributada a transmissão da nua-propriedade, admitir-se-á como prova de pagamento do imposto:

a) escritura pública em que conste ter sido pago o imposto de transmissão "inter vivos", ou;

b) certidão do órgão arrecadador de que o imposto foi pago.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 104**.** As exonerações tributárias por imunidades e não incidências ficam condicionadas ao seu reconhecimento pelo Fisco Municipal.

Art. 105**.** O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido tornando-se devido o imposto respectivo desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou prova falsa.

Seção VI
Das Obrigações de Terceiros

Art. 106**.** Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova de pagamento do imposto devido à municipalidade, ou do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção por parte desta.

§ 1º. Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão da licença quando for o caso.

§ 2º**.** Os Tabeliães ou os Escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem a avaliação fiscal, o valor do imposto, a data de seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção tributária.

§ 3º**.** Os Tabeliães ou os Escrivães, ficam obrigados a informar mensalmente até o dia 15 de cada mês, todas as transações imobiliárias do mês anterior, efetuadas junto a estes, em forma de relação contendo os seguintes dados:

a) Nome do comprador e do vendedor;

b) Área transacionada de terreno e de construção;

c) Valor da transação;

d) Numero da matricula do imóvel.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 83

Peça 4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D6

Art. 107**.** Mediante solicitação escrita da Municipalidade, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, conforme disposições no Artigo 197 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional:

I – Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II – Os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III – As empresas de administração de bens;

IV – Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – Os inventariantes;

VI – Os administradores judiciais e liquidatários;

VII – Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo Único**.** As solicitações para os fins dos itens I e VI deste artigo, serão encaminhadas por intermédio da autoridade judicial de subordinação direta do solicitado.

Seção VII
Do Pagamento

Art. 108. O imposto deverá ser pago no prazo, pela forma e no lugar estabelecidos, facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente à extinção do usufruto, quando da alienação de imóvel com reserva daquele direito na pessoa do alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

Parágrafo Único**.** O pagamento antecipado, nos moldes deste artigo, elide a exigibilidade do tributo quando ocorrer o fato gerador da respectiva obrigação tributária.

Art. 109**.** O imposto deverá ser pago até a data do fato translativo, e antes da respectiva formalização do ato ou negócio jurídico.

Art. 110**.** A guia de recolhimento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente e seu pagamento poderá ser efetuado na rede bancária.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Seção VIII

Da Restituição do Imposto

Art. 111**.** Não se restituirá o Imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão de promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercerem o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada escritura;

II - aquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto ou retrovenda.

Art. 112**.** O imposto que tenha sido pago, somente poderá ser restituído:

I – Quando não se formalizar o ato ou negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

II – Quando for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

III – Quando for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Único**.** A restituição será feita a quem prove ter pago o valor respectivo, monetariamente atualizada.

TÍTULO III

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 113**.** As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao sujeito passivo ou posto à sua disposição.

Art. 114**.** Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

ou abstenção de fato, em razão do interesse público, concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

Parágrafo Único**.** O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a qualquer ato a ser praticado ou exercido no território do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévio licenciamento da Prefeitura.

Art. 115**.** Os serviços públicos, a que se refere o artigo 113, desta Lei, consideram-se:

I - Utilizados pelo sujeito passivo:

a) efetivamente, quando por ele usufruído a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição, mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - Específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III - Divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por cada um dos seus usuários.

CAPÍTULO II
Das Taxas de Licença

Art. 116**.** As Taxas de Licença são as elencadas no presente artigo e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia administrativa consoante o seu objeto:

I – Taxa de localização de estabelecimentos e funcionamento de atividades;

II – Taxa de licença para execução de obras;

III – Taxa de licença para publicação;

IV – Taxa de licença para propaganda oral;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

V – Taxa de localização e ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

VI – Taxa de vistorias especiais em circos, pavilhões e congêneres.

§ 1º. As taxas previstas nos incisos III e IV, somente serão cobradas quando se caracterizar eventualidade ou não caracterizar prestação de serviços a terceiros.

§ 2º. As taxas de licença elencadas neste artigo têm sua validade expressa no Anexo III da presente Lei.

Art. 117**.** As taxas mencionadas nos Incisos III a VI do artigo 116, serão regulamentadas por Decreto e os valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Seção I
Da Taxa de Localização de Estabelecimentos e Funcionamento de Atividades
Subseção I
Do Sujeito Passivo, Incidência e Licenciamento

Art. 118**.** A Taxa de Localização de Estabelecimentos e Funcionamento de Atividades é devida pela pessoa física ou jurídica que, no Município, se instale para exercer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço de caráter permanente, ambulante, eventual ou transitório ou prática de atos sujeito ao poder de polícia administrativa do Município.

Parágrafo Único**.** Para efeito deste artigo, considera-se:

a) Atividade ambulante aquela exercida sem localização fixa com ou sem utilização de veículo.

b) Atividade eventual aquela exercida em caráter transitório e em instalações precárias ou removíveis, como barracas, balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes, ou em veículos;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 119**.** Nenhum estabelecimento poderá se localizar, nem será permitido exercício de qualquer atividade, inclusive ambulante ou eventual, sem a prévia licença do Município.

§ 1º**.** A inscrição no Cadastro Fiscal será feita pelo responsável ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente, um formulário próprio fornecido pela Prefeitura, que deverá conter, além das características essenciais de cada atividade, todos os dados e informações necessárias ao cálculo e lançamento de tributos municipal.

§ 2º**.** A inscrição deverá ser promovida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

§ 3º**.** A licença é comprovada pela posse do respectivo Alvará de Licença e Localização.

Art. 120**.** O Alvará se constitui no documento de licenciamento expedido pela autoridade municipal e deverá ser conservado no estabelecimento em lugar visível e de fácil acesso ao público ou conduzido pelo contribuinte, no caso de atividade ambulante ou eventual, sob pena de multa.

§ 1º. O Alvará de Licença terá validade enquanto não se modificarem quaisquer dos elementos essenciais nele inscritos.

§ 2º**.** Alvará de Licença para atividade ambulante ou eventual é de caráter pessoal e intransferível.

§ 3º. A autoridade municipal poderá conceder Alvará de Licença provisório, a seu critério, para fins específicos de licenciamentos junto aos órgãos estaduais e federais, quando não for possível o Alvará de Licença definitivo, por período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, devendo constar no respectivo alvará o prazo dessa concessão.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 4º**.** A requerimento da parte interessada, a autoridade municipal concederá, a seu critério, a renovação do Alvará de Licença provisório, mediante a devolução do documento vencido para a concessão de outro com nova validade.

Art. 121. A alteração de nome, firma, razão social, localização ou atividade deverá ser requerida no prazo de 90 (Noventa) dias a contar da data da alteração na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

Art. 122**.** A cessação da atividade será comunicada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de encerramento na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, para efeito de baixa de inscrição, sob pena de multa.

§ 1º. O requerimento de baixa de inscrição será protocolado juntamente com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Alvará de Licença e Localização ou Declaração de Extravio, quando for o caso;

b) Livros Especiais de ISS, quando prestadora de serviços;

c) Talonários de Notas Fiscais, ainda que não utilizadas pelo contribuinte, para inutilização pela Fiscalização Municipal, quando prestadora de serviços;

d) Distrato Social ou equiparado, na Junta Comercial;

e) Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

§ 2º**.** Dar-se-á a baixa depois de verificada a procedência da comunicação, e, na falta desta, a baixa será promovida de ofício uma vez constatado o encerramento da atividade.

§ 3º**.** Os livros e documentos apresentados por ocasião do requerimento de baixa de inscrição serão devolvidos ao contribuinte no prazo suficiente para que se processe a inspeção fiscal destes documentos.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 4º. A baixa de inscrição, em qualquer caso, não importa em quitação de tributos nem exime o contribuinte do pagamento de débitos posteriormente apurados, enquanto não expirado o prazo legal de prescrição ou decadência.

Subseção II

Da Base de Cálculo e Alíquota

Art. 123. As taxas de licença, diferenciada em função da natureza da atividade ou ato praticado, serão calculadas em conformidade com os valores fixados no Anexo III, desta Lei.

Parágrafo Único. No caso de alteração da licença, nos termos do artigo 121 desta Lei, apenas quanto ao nome e razão social, será cobrada somente a taxa correspondente à expedição de Alvará de Licença.

Subseção III

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 124. A Taxa de Localização/Renovação de Estabelecimentos e Funcionamento de Atividades poderá ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, conforme o caso, e seu pagamento deverá ser efetuado no ato da concessão/renovação do Alvará de Licença e Localização, conforme o Anexo III da presente Lei.

§ 1º. Estão sujeitas à inscrição obrigatória no Cadastro Municipal de Contribuintes a pessoa física ou jurídica que, no Município, se instale para exercer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço de caráter permanente ainda que imunes ou isentas do pagamento da taxa de licença.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 2º**.** O requerimento para a inscrição será feito pelo contribuinte ou seu representante legal, antes do início da atividade, obedecendo a modelo-padrão, preenchido sob sua inteira responsabilidade, acompanhado dos seguintes documentos:

I – Pessoa jurídica:

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

2 – CPF do(s) proprietário(s), diretor(es) e procurador(es) quando for o caso;

3 – Registro de Identidade do(s) proprietário(s), diretor(es) e procurador(es) quando for o caso;

4 – Comprovante de residência do(s) proprietário(s) e diretor(es);

5 – Contrato Social, Requerimento de Firma Individual ou Estatuto com a ata de posse dos representantes;

6 – Identificação do imóvel fornecida pelo Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura e, em caso de aluguel, apresentar contrato de locação, com firma reconhecida;

7 – Carta de Habite-se ou laudo de engenharia/arquitetura dando condições da construção de receber a empresa;

8 – Comprovante de inscrição na Fazenda Estadual (Inscrição Estadual), exceto para empresas com atividade única de prestação de serviços que dispensem a inscrição;

9 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros;

10 - Em caso de atividades especiais, registro junto ao órgão Federal, Estadual ou de classe;

11 – Alvará Sanitário, quando necessário;

12 – Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, quando a atividade exigir;

13 – Procuração autenticada, quando for o caso;

14 – Licença Ambiental, ou dispensa desta;

15 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

II – Pessoa Física:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Registro de Identidade;

2 – CPF;

3 – Comprovante de residência;

4 – Carteira de motorista compatível com a atividade, quando a atividade envolver atividade direção de veículos e afins;

5 – Documento do veiculo, quando a atividade for de transporte;

6 – Certificados de qualificação para o exercício da profissão a qual esta requerendo licença (na ausência destes, declaração do requerente de que é legalmente capaz para o exercício da atividade e que se responsabiliza civil e criminalmente pelos atos que praticar no exercício destas funções);

7 – Identificação do imóvel fornecida pelo Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura e, em caso de aluguel, apresentar contrato de locação, com firma reconhecida;

8 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros;

9 – Registro junto ao órgão Federal, Estadual ou de classe, quando a atividade assim determina, para atividades onde exista fluxo de pessoas;

10 – Alvará Sanitário, quando atividade exigir;

11 – Licença Ambiental, ou dispensa desta;

12 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

III – Ambulante:

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida, para licenciamentos anuais;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Registro de Identidade;

2 – CPF;

3 – Comprovante de residência, para licenciamentos anuais;

4 – Alvará Sanitário, quando atividade exigir;

5 – Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, quando a atividade exigir;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

6 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em relação a equipamentos a serem utilizados quando necessário para a segurança do consumidor;

7 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros quando necessário para a segurança do consumidor;

8 – Licença Ambiental, ou dispensa desta, quando a atividade exigir;

9 – Regime especial junto a Sefaz/RS, para venda de produtos sujeitos ao ICMS, onde possa o valor das vendas ser atribuído ao Município onde a venda for efetivada.

10 - Registro junto ao IBAMA, quando a atividade exigir.

11 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

IV – Eventual ou transitório:

a) Requerimento de Inscrição Municipal preenchida, para licenciamentos anuais;

b) Cópia dos seguintes documentos:

1 – Registro de Identidade;

2 – CPF;

3 – Comprovante de residência, para licenciamentos anuais;

4 – Alvará Sanitário, quando atividade exigir;

5 – Certificado de conclusão do curso de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, quando a atividade exigir;

6 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em relação a equipamentos a serem utilizados quando necessário para a segurança do consumidor;

7 – Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros quando necessário para a segurança do consumidor;

8 – Licença Ambiental, ou dispensa desta, quando a atividade exigir;

9 – Regime especial junto a Sefaz/RS, para venda de produtos sujeitos ao ICMS, onde possa o valor das vendas ser atribuído ao Município onde a venda for efetivada.

10 - Registro junto ao IBAMA, quando a atividade exigir.

11 – Outros documentos a critério do Fisco Municipal.

§ 3º. A alteração dos produtos a serem comercializados por ambulantes somente poderá ser realizada mediante autorização da Prefeitura.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Seção II

Da Taxa de Licença para Execução de Obras

Subseção I

Da Incidência e Licenciamento

Art. 125**.** A Taxa de Licença para Execução de Obras é devida pela aprovação de projetos de licenciamento de construções de qualquer natureza e espécie, realizadas no Município, incidindo sobre os proprietários ou responsáveis pelos respectivos imóveis.

Art. 126**.** Destina-se a Taxa de Licença para Execução de Obras ao exame de documentos e enquadramento de obras na legislação própria do Município.

Parágrafo Único**.** A Taxa incide ainda, sobre:

I – Aprovação ou revalidação de projetos;

II – Fixação do alinhamento;

III – Vistoria e expedição de Habite-se;

IV – Aprovação de projetos e licenciamentos de desmembramentos e/ou fracionamentos;

V – Aprovação de projetos de loteamento ou arruamento;

VI – Licença para demolição de prédios;

VII – Aprovação de unificação de áreas;

Art. 127**.** Nenhuma obra de construção civil será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do Município, sob pena de multa.

§ 1º. O município poderá instituir além do alvará outra placa ou similar que deverá ser fixada no local da realização da obra, afim de identificar que a mesma está devidamente licenciada.

§ 2º**.** As normas de regulamentação do Parágrafo § 1º deste artigo, serão emitidas por Decreto do Executivo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D6

Art. 128**.** Os prazos e demais normas pertinentes ao licenciamento e as construções, são os estabelecidos em Decreto do Executivo Municipal.

Subseção II

Da Base de Cálculo e Alíquota

Art. 129**.** A Taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada por valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Subseção III

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 130**.** A Taxa de Licença para Execução de Obras será lançada e arrecadada antecipadamente, no ato do protocolo do projeto para aprovação ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo objeto do pedido do contribuinte.

CAPÍTULO III

Das Taxas de Fiscalização

Art. 131**.** As Taxas de Fiscalização são as elencadas no presente artigo e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia administrativa consoante o seu objeto:

I - Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos e Atividades;

II - Taxa de Fiscalização e Vistoria de Veículos de Transporte;

III - Taxa de Fiscalização de Elevadores;

IV - Taxa de Fiscalização de Fundações;

V - Taxa de Fiscalização de Fossas e Sumidouros;

VI - Taxa de Fiscalização de Taxímetros.

Art. 132**.** As taxas mencionadas nos Incisos II a VI do artigo 131, são as definidas em leis específicas e os valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página 753
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 95
Peça 4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D6

Seção Única

Da Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos e Atividades

Art. 133**.** A Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimentos e Atividades tem como fato gerador a fiscalização ou a vistoria anual do funcionamento regular de atividades e as diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando o exame das condições iniciais da concessão da licença, em face da legislação pertinente.

§ 1º**.** A fiscalização ou vistoria do funcionamento de estabelecimentos e atividades de que trata o *caput* deste artigo será efetuada anualmente de forma objetiva ou subjetiva.

§ 2º**.** A fiscalização de forma subjetiva ou a distância, condiciona-se a existência de estrutura no município, com competência para o exercício do poder de policia.

Art. 134**.** A taxa será recolhida anualmente, até o último dia útil do mês de julho e será lançada conforme valores fixados, na forma do Anexo III desta Lei.

Parágrafo Único. Salvo quando houver denúncia ou conhecimento pela autoridade ou agente municipal, de irregularidade em estabelecimento, a fiscalização mediante vistoria será realizada periodicamente segundo calendário a ser baixado em norma regulamentar.

Art. 135**.** O Contribuinte da taxa é a pessoa jurídica ou física que, no Município, exerça qualquer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviços em caráter permanente, eventual ou transitório, ainda que isento ou imune de impostos.

CAPÍTULO IV

Das Taxas de Serviços

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 136**.** As Taxas de Serviços têm como fato gerador à utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao sujeito passivo ou posto a sua disposição pelo Município, resultando na expedição de documento ou em prática de ato de sua competência.

Art. 137**.** As Taxas de Serviços são as seguintes:

I - Taxa de Serviços Diversos;

II - Taxa de Expediente;

III - Taxa de Coleta de Lixo;

IV - Taxa por Ações e Serviços de Saúde.

V - Taxa de Licenciamento Ambiental

Seção I
Das Taxas de Serviços Diversos

Art. 138. As Taxas de Serviços Diversos são as elencadas no presente artigo e incidem sobre o serviço público específico e divisível enunciado no seu objeto, a ser regulamentado por decreto do executivo municipal:

I - Taxa de demarcação de numeração predial;

II - Taxa de Cemitério;

a – Taxa de Licenças para construção de mausoléu ou carneira;

b – Taxa anual de ¨Direito de Uso e Manutenção¨ de terreno ou gaveta;

c - Taxa de sepultamento no Cemitério Público Municipal;

d - Taxa de remoção de restos mortais para realocação no Cemitério Público Municipal;

e – Taxa de remoção de restos mortais para transladação;

f – Taxa de aluguel da Capela.

III - Taxa de remoção de cadáveres de animais em via pública;

IV - Taxa de remoção de lixo não doméstico;

V– Taxa de abertura de valas para colocação de canos;

VI - Taxa de serviços de máquinas, implementos e transportes;

VII – Taxa Registro de Marca, para marcação de Animais.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§1º. Em relação ao Inciso II, As pessoas carentes, a juízo da autoridade municipal, ficam isentas do pagamento das taxas de aluguel de gaveta, inumação, exumação e aluguel da capela.

§2º. Em relação ao Inciso II, alínea C, o aluguel dos terrenos e gavetas não excederão ao prazo de 5 anos. Após este prazo, não havendo regularização, os restos mortais serão removidos para o ossuário municipal.

Art. 139**.** O contribuinte das taxas é a pessoa física ou jurídica interessada na prestação dos serviços referidos no artigo 138 desta lei.

Art. 140**.** O pagamento da Taxa efetuar-se-á simultaneamente com o requerimento do serviço junto à local credenciado pelo município, cujo valor possui expressão equivalente em VRM – Valor de Referência Municipal, conforme o Anexo III da presente Lei.

Parágrafo Único**.** As normas para cobrança das taxas previstas no Art. 138, desta Lei, poderão ser regulamentadas por decreto do executivo.

Seção II
Da Taxa de Expediente

Art. 141**.** A Taxa de Expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município que resulte na expedição de documentos ou prática de ato de sua competência.

Art. 142**.** A expedição de documentos ou a prática de ato referidos no artigo anterior será sempre resultante de pedido escrito.

§ 1º**.** A taxa será devida:

I - Por requerimento, independentemente de expedição de documento ou prática de ato nele requerido;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

II - Tantas vezes quantas forem às providências que, idênticas ou semelhantes, sejam individualizadas;

III – Pela emissão de certidões, atestados e documentos similares;

IV – Pela emissão de segunda via de Alvará, habite-se e similares;

V – Outras situações não especificadas.

§ 2º**.** Não estão sujeitos ao pagamento da taxa:

I - requerimentos ou petições em defesa de direito pessoal ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

II - requerimento e fornecimento de certidão para defesa de direito e esclarecimento de situação de interesse pessoal;

III - Pela emissão de boletos para pagamentos de tributos ou contribuições;

IV - As certidões, guias, atestados, espelhos cadastrais, AIDOFs e demais documentos, caso esses sejam emitidos através de aplicativo disponibilizado pelo fisco municipal na rede mundial de computadores (internet).

Art. 143**.** A Taxa, diferenciada em função da natureza do documento ou ato administrativo que lhe der origem, é calculada conforme disposto no Anexo III desta Lei e atualizada anualmente por Decreto do Executivo.

Parágrafo Único**.** As normas para cobrança das taxas previstas no Art. 141, desta Lei, poderão ser regulamentadas por Decreto do Executivo.

Art. 144**.** A Taxa de Expediente será lançada e arrecadada simultaneamente com a entrada do requerimento ou previamente à expedição do documento ou prática do ato requerido.

Seção III
Da Taxa de Coleta de Lixo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 99

Peça 4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59D6

Art. 145**.** A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a prestação, direta ou indireta pelo Município, do serviço público específico e divisível nela enunciado, efetivamente prestado ou posto à disposição do sujeito passivo.

Art. 146. O responsável pelo pagamento da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel situado em logradouro ou via em que haja a prestação do serviço enunciado no artigo anterior.

Parágrafo Único**.** Para os efeitos deste artigo considera-se como imóvel a unidade autônoma assim considerada pelo Município e inscrita no Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 147**.** A taxa, diferenciada em função do uso do imóvel, será calculada de acordo com o Anexo III desta Lei.

§ 1º**.** Os valores previstos no *caput* deste artigo serão fixados em VRM – Valor de Referência Municipal, e sua correção será pelo índice oficial adotado pelo Município.

Art. 148. A Taxa de Coleta de Lixo será lançada anualmente, em expressão monetária e de ofício, na mesma data para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e seu pagamento dar-se-á juntamente com este, em calendário a ser fixado por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único**.** Quando o contribuinte da Taxa for imune, estiver isento, ou por qualquer outra razão não for contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano, o lançamento será feito em conhecimento específico.

Art. 149**.** Aplica-se à taxa de coleta de lixo, no que couber, os princípios e normas concernentes ao lançamento, pagamento, onerações e penalidades previstas no Capítulo I da presente Lei referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano.

Seção IV

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
758
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
100
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

Da Taxa por Ações e Serviços de Saúde

Art. 150**.** É instituída a Taxa por Ações e Serviços de Saúde de competência da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 151**.** A Taxa por Ações e Serviços de Saúde tem como fato gerador as atividades administrativas de execução dos serviços de saúde e de controle de vigilância sanitária bem como vistoria anual das condições regulares, e pelas diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando exame das condições iniciais da licença de estabelecimentos especificados no Anexo III desta Lei.

Art. 152**.** É contribuinte da Taxa por Ações e Serviços de Saúde a pessoa física ou jurídica a quem o Município presta ou põe à disposição o serviço de saúde pública, que realize atividade sujeita ao controle e fiscalização sanitária, ou seja, proprietário ou possuidor de bem móvel ou imóvel ou de equipamentos e instalações sujeitos ao mesmo controle e fiscalização.

Art. 153. A taxa é variável em função do ato administrativo e da natureza do fato ou atividade sujeitos ao controle e fiscalização sanitária, e será calculada por valores fixados conforme o Anexo III desta Lei.

Art. 154**.** Os atos administrativos de controle e vigilância sanitária terão como objeto de verificação a observância das normas e exigências constantes de legislação federal, estadual e municipal, voltadas à proteção e preservação da saúde.

Art. 155. A receita proveniente da arrecadação dos valores relativos à Taxa por Ações e Serviços de Saúde será destinada ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 156**.** Os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, diretamente vinculados à saúde, assim como veículos de transporte de bens e produtos, comércio ambulante, comércio eventual e demais formas de atividades relacionadas com a saúde, somente poderão funcionar ou ser utilizados, se respeitadas as normas técnicas vigentes e após o fornecimento do Alvará Sanitário, pela autoridade sanitária municipal.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Parágrafo Único**.** Os estabelecimentos industriais de medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes domissanitários e correlatos; os estabelecimentos comerciais de medicamentos e produtos veterinários e agropecuários; as creches; os bancos de leite humano e as prestadoras de serviços de saúde, somente poderão funcionar sob a responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitada.

Art. 157**.** A Taxa será lançada e cobrada no ato do requerimento para exame, vistoria, renovação de Alvará Sanitário ou, quando a atuação administrativa ocorrer de ofício, na forma que for estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único. O valor das Taxas por Ações e Serviços de Saúde deverá cobrir o custo administrativo do procedimento correspondente.

Art. 158**.** A inscrição deverá ser promovida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data do registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, órgãos ou entidades legalmente habilitadas, ou ainda, em tabelionatos de notas, sob pena de multa.

§ 1º**.** O Alvará Sanitário terá o prazo de validade de 1 (um) ano, a partir de sua concessão, ou renovação**.**

§ 2º**.** A renovação do Alvará Sanitário, deverá ser solicitado junto ao Setor de Protocolo Municipal até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento, informado no próprio documento, sob pena de multa.

Da Taxa de Serviços de Licenciamento Ambiental

Art. 159**.** A Taxa de serviços de licenciamento ambiental, regulamentada por lei própria, será cobrada em conformidade com a tabela do anexo III, desta Lei.

§ 1º. Consideram-se taxas ambientais as licenças PRÉVIAS, de INSTALAÇÃO e de OPERAÇÃO das atividades elencadas na legislação pertinente,

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

conforme previsto nas Resoluções Nº237, de 19 de dezembro de 1997, do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, Nº05, de 5 de agosto de 1993 e Nº04, de 28 de abril de 2000 do CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente.

§ 2º As multas decorrentes de crimes ambientais terão seus valores adotadas em função de legislação federal que rege a matéria e o rito do ato administrativo será o contido na Lei Federal Nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

§ 3º Os recursos obtidos pela aplicação da presente Lei serão de depositados à conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 4º A Secretaria Municipal de Agricultura será o órgão ambiental responsável pela aplicação desta Lei e por sua fiscalização, bem como pela política local de meio ambiente.

§ 5º. A taxa será devida tantas vezes quantas forem às licenças exigidas (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO).

§ 6º As taxas seguem a tabela do anexo III, cujos valores são expressos em URM – Unidade de Referência Municipal.

§ 7º - As normas pertinentes a aplicação desta lei poderão ser regulamentadas por decreto do executivo.

TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO ÚNICO
Dos Elementos da Contribuição de Melhoria
Seção I
Do Fato Gerador e Incidência

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 160**.** A Contribuição de Melhoria, regulada pela presente Lei, tem como fato gerador a realização, pelo Município, de obra pública da qual resulte valorização dos imóveis por ela beneficiados.

Parágrafo Único**.** Considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data de conclusão da obra referida neste artigo.

Art. 161. A Contribuição de Melhoria será devida em virtude da realização de qualquer das seguintes obras públicas:

I - Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos em praças e vias públicas;

II - Construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - Construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - Serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e instalações de comodidade pública;

V - Proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, canais, desobstrução de portos, barras e canais d'água, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - Construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - Construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - Aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

IX - Outras obras realizadas que valorizem os imóveis beneficiados.

Parágrafo Único**.** As obras elencadas no *caput* poderão ser executadas pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Municipal ou empresas por ele contratadas.

Seção II

Do Sujeito Passivo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 162**.** O sujeito passivo da obrigação tributária é o titular do imóvel, direta ou indiretamente, beneficiado pela execução da obra.

Art. 163. Para efeitos desta Lei, considera-se titular do imóvel o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se esta responsabilidade aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

§ 1º. No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§ 2º**.** Os bens indivisos poderão ser lançados em nome de um só dos proprietários, tendo o mesmo o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 3º. Quando houver condomínio, quer de simples terreno quer com edificações, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 164**.** A Contribuição de Melhoria será cobrada dos titulares de imóveis de domínio privado, salvo as exceções previstas nesta Lei.

Seção III
Do Cálculo

Art. 165**.** A Contribuição de Melhoria tem como Limite Total a despesa realizada com a execução da obra e, como Limite Individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único**.** Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamentos ou

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

empréstimos, bem como demais investimentos a ela imprescindíveis, e terá a sua expressão monetária atualizada, na época do lançamento, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art. 166**.** Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, a Administração Municipal procederá da seguinte forma:

I - Definirá, com base nas leis que estabelecem o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, a obra a ser realizada e que, por sua natureza e alcance, comportar a cobrança do tributo, lançando em planta própria sua localização;

II - Elaborará o memorial descritivo de cada obra e o seu orçamento detalhado de custo;

III - Delimitará, na planta a que se refere o inciso I, a zona de influência da obra, para fins de relacionamento de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam por ela beneficiados;

IV - Relacionará, em lista própria, todos os imóveis que se encontrarem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem;

V - Fixará, por meio de avaliação, o valor de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de consulta a este quando estiver atualizado em face do valor de mercado;

VI – Estimará, por intermédio de novas avaliações, o valor que cada imóvel terá após a execução da obra, considerando a influência do melhoramento a realizar na formação do valor do imóvel;

VII - Lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores fixados na forma do inciso V e estimados na forma do inciso VI;

VIII - Lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna na linha de identificação de cada imóvel, a valorização decorrente da execução da obra, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre o valor estimado na forma do inciso VI e o fixado na forma do inciso V;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

IX - Somará as quantias correspondentes a todas as valorizações, obtidas na forma do inciso anterior;

X - Definirá, nos termos desta Lei, em que proporção o custo da obra será recuperado através de cobrança da Contribuição de Melhoria;

XI - Calculará o valor da Contribuição de Melhoria devida pelos titulares de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, multiplicando o valor de cada valorização (inciso VIII) pelo índice ou coeficiente resultante da divisão da parcela do custo a ser recuperado (inciso X) pelo somatório das valorizações (inciso IX).

Parágrafo Único**.** A parcela do custo da obra a ser recuperada não será superior à soma das valorizações, obtida na forma do inciso IX deste artigo.

Art. 167**.** A percentagem do custo da obra a ser cobrada como Contribuição de Melhoria, a que se refere o inciso X do artigo anterior, observado o seu parágrafo único, não será inferior a 50% (cinquenta por cento), a exceção de Projeto de Lei especifico autorizado pelo Poder Legislativo.

§ 1º**.** Para a definição da percentagem do custo da obra a ser cobrado como Contribuição de Melhoria, entre o limite total e o percentual mínimo estabelecido no *caput* deste artigo, o Poder Público realizará audiência pública para a qual deverão ser convocados todos os titulares de imóveis situados na zona de influência, regendo-se a consulta nela realizada pelo disposto em regulamento.

§ 2º**.** Lei específica, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades predominantes e o nível de desenvolvimento da zona considerada poderá estabelecer percentagem de recuperação do custo da obra inferior ao previsto no *caput* deste artigo.

Art. 168**.** Para os efeitos do inciso III, do artigo 166, a zona de influência da obra será determinada em função do benefício direto e indireto que dela resultar para os titulares de imóveis nela situados.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. Serão incluídos na zona de influência, imóveis não diretamente beneficiados, sempre que a obra pública lhes melhore as condições de acesso ou lhes confira outro benefício.

§ 2º. Salvo prova em contrário, presumir-se-á índice de valorização decrescente constante para os imóveis situados na área adjacente à obra, a partir de seus extremos, considerando-se intervalos mínimos lineares a partir do imóvel mais próximo ao mais distante.

§ 3º. O valor da Contribuição de Melhoria pago pelos titulares de imóveis não diretamente beneficiados, situados na área de influência de que trata este artigo, será considerado quando da apuração do tributo em decorrência de obra igual que os beneficiar diretamente, mediante compensação na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º. Serão excluídos da zona de influência da obra os imóveis já beneficiados por obra da mesma natureza, cujos titulares tenham pago Contribuição de Melhoria dela decorrente.

Art. 169. Na apuração da valorização dos imóveis beneficiados, as avaliações a que se referem os incisos V e VI do artigo 166 serão procedidas levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

Parágrafo Único. A metodologia e critérios a que se refere este artigo serão explicitados em regulamento.

Seção IV
Da Cobrança e Lançamento

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 170**.** Para a cobrança da Contribuição de Melhoria a Administração Municipal publicará edital, contendo, entre outros julgados convenientes, os seguintes elementos:

I - Delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II - Memorial descritivo do projeto;

III – Orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV – Determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 171. Os titulares de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras, relacionadas na lista própria a que se refere o inciso IV do artigo 166, têm o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data de publicação do edital referido no artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º**.** A impugnação deverá ser dirigida à autoridade fazendária, através de petição escrita, indicando os fundamentos ou razões que a embasam, e determinará a abertura do processo administrativo, o qual se regerá pelo disposto neste Código Tributário Municipal.

§ 2º**.** A impugnação não suspende o início ou prosseguimento da obra, nem obsta à Administração Municipal a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 3º**.** O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

Art. 172**.** Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Público Municipal procederá os atos

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

administrativos necessários à realização do lançamento do tributo no que se refere a esses imóveis, em conformidade com o disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único**.** O lançamento será precedido da publicação de edital contendo o demonstrativo do custo efetivo, total ou parcial, da obra realizada.

Art. 173**.** O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o sujeito passivo, pessoalmente, do lançamento do tributo, por intermédio de servidor público ou aviso postal.

§ 1º**.** Considera-se efetiva a notificação pessoal quando for entregue no endereço indicado pelo contribuinte, constante do cadastro imobiliário utilizado, pelo Município, para o lançamento do IPTU.

§ 2º**.** A notificação referida no *caput* deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I - Referência à obra realizada e ao edital mencionado no artigo 170;

II - De forma resumida:

a) o custo total ou parcial da obra;

b) parcela do custo da obra a ser ressarcida;

III - O valor da Contribuição de Melhoria relativo ao imóvel do contribuinte;

IV - O prazo para o pagamento, número de prestações e seus vencimentos;

V - Local para o pagamento;

VI - Prazo para impugnação, que não será inferior a 30 (trinta) dias.

§ 3º**.** Na ausência de indicação de endereço, na forma do parágrafo 1º, e de não ser conhecido, pela Administração Municipal, o domicílio do contribuinte, verificada a impossibilidade de entrega da notificação pessoal, o contribuinte será notificado do lançamento por edital, nele constando os elementos previstos no parágrafo 2º.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 174**.** Os contribuintes, no prazo que lhes for concedido na notificação de lançamento, poderão apresentar impugnação contra:

I - Erro na localização ou em quaisquer outras características dos imóveis;

II - O cálculo do índice atribuído, na forma do inciso XI do artigo 166;

III - O valor da Contribuição de Melhoria;

IV - O número de prestações.

Parágrafo Único**.** A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo tributário de caráter contencioso.

Seção V

Do Pagamento

Art. 175**.** A Contribuição de Melhoria será paga em parcelas mensais, iguais e consecutivas, definidas em Decreto do Executivo Municipal, tal modo que o montante anual dos respectivos valores não ultrapasse a 10% (dez por cento) do valor atualizado do imóvel, incluída a valorização decorrente da obra, nos termos do previsto no inciso VI do artigo 166 desta Lei.

Parágrafo Único**.** O contribuinte poderá optar:

I - Pelo pagamento do valor total de uma só vez até a data de vencimento da primeira prestação, o Poder Executivo poderá conceder a título de incentivo, mediante Decreto, um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre a contribuição de melhoria devida, obedecida a Lei Federal n° 101/2000, de 05 de maio de 2000.

II – O contribuinte que optar pelo parcelamento poderá efetuar em até no máximo 48 (quarenta e oito) parcelas, cujo valor mínimo não será menor que 0,50 (cinquenta centésimos) da VRM– valor de Referência Municipal.

Seção VI

Da Não-Incidência

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 176**.** Não incide a Contribuição de Melhoria em relação aos imóveis cujos titulares sejam a União, o Estado ou outros Municípios, bem como as suas autarquias e fundações, exceto aqueles prometidos à venda e os submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento.

Art. 177**.** O tributo, igualmente, não incide nos casos de:

I - Simples reparação e/ou recapeamento de pavimentação;

II - Alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;

III - Colocação de "meio-fio" e sarjetas.

IV - Obra realizada na zona rural, cujos imóveis beneficiados sejam dessa natureza, salvo quando disposto de outra forma em lei especial.

V - Obra realizada em loteamento popular de responsabilidade do Município.

Seção VII
Das Isenções

Art. 178**.** São isentas do pagamento da Contribuição de Melhoria as entidades assistenciais, educacionais, culturais e esportivas sem fins lucrativos, assim como as instituições religiosas.

Parágrafo Único**.** O benefício da isenção será concedido à vista de requerimento e comprovação dos requisitos previstos no artigo 14 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Seção VIII
Das Disposições Finais

Art. 179**.** Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 180**.** O Município cobrará a Contribuição de Melhoria das obras em andamento, conforme prescrito neste Capítulo.

TÍTULO V
DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 181**.** A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP tem como fato gerador o consumo de energia elétrica destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

§ 1º**.** A previsão de arrecadação anual da CIP deverá estar respaldada e manter coerência com as estimativas de despesas e planos de metas da Administração Municipal para com o Serviço de Iluminação Pública.

§ 2º. A empresa concessionária de distribuição de energia elétrica que abrange o território do Município deverá informar ao órgão responsável pela contribuição todos os elementos necessários à inscrição cadastral do sujeito passivo, bem como, da base de cálculo para determinação de valor da CIP, seja para os fins da homologação ou efetivação do lançamento em caso de inadimplência do sujeito passivo.

Art. 182**.** Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão que abranja o território do Município de **Sertão Santana**.

Art. 183**.** A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica de cada unidade consumidora, constante da fatura ou nota fiscal emitida pela empresa concessionária de energia elétrica, deduzidos os tributos.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 184. A alíquota será de 3% (três por cento) do valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa distribuidora, na forma do artigo 183.

§ 1º. Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial e com consumo de 50 KW/h da classe e rural com consumo de até 70 KW/h.

§ 2º- O morador da área rural, residencial, contribuirá com a alíquota de 1,5% (um por cento e meio) do valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura, emitida pela empresa distribuidora, na forma do artigo 183.

Art. 185**.** Os valores de contribuição poderão ser fixadas e ajustadas anualmente por Decreto do Executivo Municipal, embasado na variação da VRM, ou no reajuste do valor da energia elétrica.

Art. 186**.** O lançamento da CIP dá-se por homologação, devendo o sujeito passivo antecipar o pagamento nos termos e prazos que dispuser a fatura ou nota fiscal mensal de recolhimento do consumo de energia elétrica apresentada pela concessionária de energia elétrica.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a concessionária de energia elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º**.** O convênio ou contrato a que se refere o § 1º deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato (máximo cinco dias úteis) do valor arrecadado pela concessionária ao Município.

§ 3º**.** O montante devido e não pago da CIP a que se refere o *caput* deste artigo será inscrito em dívida ativa, anualmente, no mês de janeiro de cada ano, ou em no máximo de 60 (sessenta) dias do recebimento das informações fornecidas pela concessionária de energia elétrica, sobre os débitos que não estiverem mais passíveis de cobrança pela mesma.

§ 4º. Servirá como título hábil para a inscrição:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

I – a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II – a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III – outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos I e II do Código Tributário Nacional.

§ 5º**.** Os valores da CIP, não pagos durante e sob a responsabilidade de cobrança da concessionária de energia, serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, desde o vencimento da obrigação, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 187**.** O pagamento antecipado pelo sujeito passivo, nos termos do artigo anterior, extingue o crédito sob condição resolutória da posterior homologação do lançamento.

Art. 188**.** Os recursos da CIP serão depositados em conta específica do Município de **Sertão Santana**, e serão utilizados única e exclusivamente para pagamento do consumo de energia elétrica em iluminação pública e manutenção das respectivas redes.

Art. 189**.** Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo único**.** Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art. 190**.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com a CEEE e CERTAJA o convênio ou contrato a que se refere o artigo 186, § 1º da presente Lei.

Parágrafo Único**.** Fica validado o Convênio firmado antes da publicação desta Lei.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
773
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
115
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

TÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
Da Fiscalização

Art. 191**.** Compete à Fazenda Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias.

Art. 192. O Fiscal tributário é autoridade administrativa a quem compete, em nome da Secretária Municipal da Fazenda, entre outras atividades:

I – privativamente executar a fiscalização, por meio da ação fiscal direta ou indireta;

II – planejar, programar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao exercício da competência tributária municipal e orientar às pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não, quanto à correta aplicação da legislação tributária;

III – privativamente, constituir o crédito tributário pelo lançamento;

IV - A Fiscalização Tributária será realizada diretamente, pelo Fiscal tributário, por meio dos elementos constantes do Cadastro Fiscal e/ou informações colhidas em fontes que não as do contribuinte através de sistema de gestão informatizado.

§ 1º**.** A competência estende-se a todo o território nacional, quando se tratar da verificação de atos ou fatos que possam resultar na constituição de crédito tributário para o Município de **Sertão Santana**.

§ 2º**.** A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigados ao cumprimento da legislação do imposto, inclusive as que gozarem de imunidade ou de isenção.

Art. 193. O Executivo regulamentará através de Decreto, o planejamento da Fiscalização Tributário do Município de **Sertão Santana**.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 194. O Fiscal tributário, devidamente credenciado ao exercício regular de suas atividades, terá acesso ao interior de estabelecimentos, depósitos, salas de espetáculos, bilheterias e quaisquer outras dependências onde se faça necessária a sua presença.

Art. 195**.** A Fiscalização possui ampla faculdade no exercício de suas atividades, podendo promover ao sujeito passivo, especialmente:

I - A exigência de exibição de livros e documentos de escrituração contábil legalmente exigido;

II - A exigência de exibição de elementos fiscais, livros, registros e talonários exigidos pelas Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal;

III - A exigência de exibição de títulos e outros documentos que comprovem a propriedade, a posse ou o domínio útil de imóvel;

IV - A solicitação de seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

V - A apreensão de livros e documentos fiscais, nas condições e formas regulamentares;

VI – A exigência da exibição dos comprovantes de direito de ingresso ou em participação em diversões públicas, antes, durante ou após a realização do evento.

a) A forma de apresentação dos comprovantes de ingressos e afins, será regulamentada por decreto do executivo.

Art. 196**.** Caracterizada a omissão de formalidades legais ou, ainda, a constatação da existência de vícios ou fraude na escrituração fiscal ou contábil, tendente a dificultar ou impossibilitar a apuração do tributo, é facultado à autoridade fazendária promover o processo de arbitramento dos respectivos valores por meio de informação analiticamente fundamentada e com base nos seguintes elementos:

I - Declaração fiscal mensal do próprio contribuinte;

II - Natureza da atividade;

III - Receita realizada por atividades semelhantes;

IV - Despesas do contribuinte;

V - Quaisquer outros elementos que permitam a aferição da base de cálculo do imposto.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 197**.** O exame de livros, arquivos, registros e talonários fiscais e outros documentos, assim como demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidas em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 198**.** A Autoridade Fiscal do Município poderá requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPÍTULO II
Da Notificação e Intimação
Seção I
Da Notificação de Lançamento do Tributo

Art. 199**.** Os contribuintes serão notificados do lançamento do tributo e intimados das infrações previstas em que tenham incorrido.

Art. 200**.** O contribuinte será notificado do lançamento do tributo por uma ou mais de uma das seguintes formas:

I - Pessoalmente, por servidor municipal;

II – Por remessa postal, com Aviso de Recebimento;

III - Por edital.

IV – de correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal, ou, por meio eletrônico conforme disposto no art. 282, § único, Incisos I, II, III, alíneas “a”, “b” e “c”, desta Lei, poderá ser regulamentado por decreto do executivo.

§ 1º. No caso previsto no inciso II deste artigo, será considerada efetiva a notificação quando entregue no endereço indicado pelo contribuinte junto ao cadastro competente.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 2º**.** O edital referido no inciso III será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial local ou em jornal, ou, ainda, afixado em dependência franqueada ao público do órgão encarregado da intimação.

§ 3º. Na impossibilidade de localizar o contribuinte e havendo condições de constituir o crédito tributário, as notificações deverão ser efetuadas por edital.

§ 4º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 3º, considera-se notificado o contribuinte 10 (dez) dias após a publicação ou afixação do edital.

§ 5º**.** Em situações motivadas por força maior, sujeitas a análise por parte do Fisco Municipal, que impeçam ao contribuinte o cumprimento das notificações, exceto na notificação de multa por descumprimento de obrigação acessória, poderá o mesmo solicitar, mediante início de processo administrativo no protocolo geral da Prefeitura, prorrogação do prazo de atendimento.

§ 6º**.** Considerando o disposto no parágrafo anterior, nos casos em que for indeferida a solicitação do contribuinte fica suspenso o prazo previsto na notificação durante o intervalo da data do protocolo do pedido até a data da ciência ao Contribuinte.

§ 7º**.** Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do contribuinte, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.

§ 8º**.** Para o atendimento das notificações, fica o contribuinte sujeito ao estabelecido na Legislação Tributária Municipal.

Seção II

Da Intimação de Infração

Art. 201**.** A intimação de infração a dispositivo desta Lei será feita pelo Agente do Fisco, por meio de:

I - Intimação Preliminar, com prazo de 30 (trinta) dias;

II - Auto de Infração, com prazo de 10 (dez) dias.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. Feita à intimação preliminar, não providenciando o contribuinte à regularização da situação, no prazo estabelecido no inciso I deste artigo, serão tomadas as medidas cabíveis tendentes à lavratura do Auto de Infração.

§ 2º. Decorrido o prazo sem a regularização da situação ou diante de decisão administrativa irrecorrível, o débito consignado no Auto de Infração será corrigido monetariamente e inscrito em dívida ativa, na forma do artigo 265, § único, desta Lei.

§ 3º. Não caberá Intimação Preliminar nos casos de reincidência.

§ 4º. Considerar-se-á encerrado o processo fiscal quando o contribuinte pagar o tributo, não cabendo posterior impugnação ou recurso.

§5º. Tratando-se de Auto de Infração por omissão na entrega de declarações acessórias instituídas em meio eletrônico pelo Fisco Municipal, poderá o contribuinte ser notificado da lavratura por meio de correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal, ou, por outro meio eletrônico conforme disposto no art. 282, § único, Incisos I, II, III, alíneas "a", "b" e "c" desta Lei a ser regulamentado por decreto do executivo.

§ 6º. O prazo previsto no inciso I deste artigo poderá ser prorrogado por igual período uma única vez.

Art. 202. O Auto de Infração será lavrado pelo Agente do Fisco, quando o contribuinte incorrer nas infrações capituladas nos artigo 203 à 228, desta Lei.

CAPÍTULO III
Das Penalidades e Infrações
Seção I
Das Penalidades

Art. 203. Os infratores estão sujeitos às seguintes penalidades, separada ou cumulativamente:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

I – Multa;

II – Proibições aplicáveis às relações entre os sujeitos passivos em débito e a Fazenda Municipal;

III – Sujeição a regime especial de fiscalização;

IV – Suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidos às concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial do tributo.

Parágrafo Único**.** A aplicação de penalidade de qualquer natureza, em caso algum, dispensa o cumprimento de obrigações acessórias ou o pagamento do tributo e seus acréscimos cabíveis, e a reparação do dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

Seção II
Das Infrações com Multa

Art. 204**.** É considerado infrator, incorrendo na aplicação da penalidade de multa os capitulados nos artigos 205 à 228 desta Lei.

SUBSEÇÃO X
DAS MULTAS POR INFRAÇÃO

Art. 205**.** Aplicam-se aos substitutos tributários, no que couberem, as disposições desta Lei, especialmente, aquelas relativas às penalidades por infrações.

§ 2º**.** O não cumprimento da obrigação prevista no caput, bem como o cumprimento com incorreções ou omissões, nas condições e nos prazos regulamentares, sujeita o infrator, conforme o caso, as penalidades por infrações previstas nesta lei.

Art. 206**.** Os prestadores de serviço ficam obrigados a afixar em cada estabelecimento, cartaz em local de fácil visualização e leitura pelo público, com dimensões não inferiores a 25 cm (vinte e cinco centímetros) de altura e 40 cm

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

(quarenta centímetros) de comprimento, contendo a seguinte expressão: **"**Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviços ou Documento Fiscal, autorizado pelo Município, para cada operação ou prestação".

Parágrafo único**.** Os cartazes poderão ser confeccionados em qualquer material, com letras no tamanho mínimo de 3,0 cm de altura por 1,5 cm de largura, na cor preta em fundo branco.

Art. 207**.** As pessoas físicas e jurídicas, de direito privado e público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, as associações, sindicatos e cartórios notariais e de registro, que exerçam atividades econômicas, similares ou prestem serviço público, estabelecidos ou sediados no Município, ficam obrigados a declarar suas informações cadastrais e efetuar seu cadastramento ou recadastramento, na periodicidade, na forma e no prazo estabelecido em regulamento.

SEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 208**.** As infrações e penalidades relacionadas ao Imposto Sobre Serviços estão definidas na presente lei e serão interpretadas da maneira mais favorável ao contribuinte, levando-se em conta:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

SEÇÃO VII

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 209**.** As multas pelo descumprimento da obrigação principal serão aplicadas quando apurada a infração por meio de ação fiscal procedida pela Fiscalização Tributária do Município.

§ 1º Considera-se, para os efeitos desta lei:

I – reincidência: uma nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que se tornar definitiva administrativamente a penalidade relativa à infração anterior;

II – falsidade: o cometimento, em tese, de um dos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei Federal nº 8.137 de 1990, suprimindo ou reduzindo o imposto e qualquer acessório mediante as seguintes condutas:

a) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

b) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela Lei fiscal;

c) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

d) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber, falso ou inexato;

e) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.

§ 2º**.** A infração das sanções de que trata esta Lei não elide a de outras previstas na legislação tributária e penal.

Art. 210**.** O infrator fica sujeito em cada caso, às penalidades abaixo graduadas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º**.** Referente ao não recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

a) igual a 75% (setenta e cinco por cento) do tributo devido quando:

1 - instruir com incorreção, pedido de inscrição ou guia de recolhimento, determinando a redução ou supressão do imposto devido;

2 - não efetuar o recolhimento da importância devida cujo lançamento é efetuado por homologação;

3 - não promover inscrição municipal no Cadastro Mobiliário Fiscal;

4 - exercer atividades no âmbito do município sem autorização;

5 - iniciar obra de construção civil, sem prévia autorização do município.

b) igual a 150% (cento e cinqüenta por cento) do tributo devido quando deixar, na qualidade de responsável solidário, de recolher o valor do crédito tributário devido;

c) igual a 200 % (duzentos por cento) do tributo devido quando deixar, na qualidade de substituto tributário, de recolher o valor do crédito tributário devido.

§ 2º**.** As penalidades previstas no parágrafo 1° serão aplicadas em dobro quando o infrator praticar atos que evidenciem falsidade e manifesta intenção dolosa ou de má fé, ou quando reincidir em infração caracterizada naqueles dispositivos.

§ 3º. As penalidades previstas neste artigo não serão inferiores a:

I - 2 (duas) VRMs na hipótese de o infrator tratar-se de pessoa jurídica;

II – 1 (uma) VRM na hipótese de o infrator tratar-se de profissional autônomo de nível superior ou legalmente equiparado;

III – 50% (cinquenta por cento) da VRM na hipótese de o infrator tratar-se profissional autônomo de nível médio;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) da VRM na hipótese de o infrator tratar-se profissional autônomo não elencado nos incisos II e III.

Seção VIII
DA INFRAÇÃO À OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Art. 211. A obrigação acessória decorrente desta lei tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

fiscalização dos tributos e a sua inobservância impõe as penalidades estabelecidas na forma desta lei.

Parágrafo único**.** A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Subseção I
INFRAÇÕES RELATIVAS A INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Art. 212. Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas a informações cadastrais:

I– multa de 20% (vinte por cento) da VRM na hipótese de não comunicar, ou comunicar sem causa, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a alteração de seus dados cadastrais, conforme dispuser o regulamento;

II – multa de 30% (trinta por cento) da VRM na hipótese de solicitação de liberação de espetáculo de diversões públicas após a realização do evento;

III – multa de 01 (uma) VRM:

a) na hipótese de não promover, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a sua inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal;

b) na hipótese de não comunicar, ou comunicar sem causa, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados do registro no órgão de registro o encerramento de suas atividades no município;

c) na hipótese da ausência, de solicitação de liberação de espetáculos de diversões públicas;

d) quando deixar de afixar o cartaz de obrigatoriedade de emissão de documento fiscal autorizado na forma do parágrafo único e caput do artigo 206.

IV – multa de 02 (duas) VRMs na hipótese de se verificar falsificação na liberação de espetáculo de diversões públicas, ou, no caso de fraude, dolo ou má fé na prestação ou promoção de eventos de diversões públicas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Subseção II
INFRAÇÕES RELATIVAS A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA MENSAL

Art. 213**.** Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas a declaração eletrônica mensal:

I – multa de 10% (dez por cento) da VRM:

a) para cada dado omisso, exigido em regulamento, na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados e tomados;

b) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados apresentada fora da periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento.

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM para cada dado incorreto, exigido em regulamento, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

III – multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM:

a) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados não apresentada em periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

b) para cada documento fiscal informado com dados divergentes do constante do documento fiscal, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados.

Subseção III
INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS DECLARAÇÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 214. Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas à apresentação das declarações de instituições financeiras e assemelhadas que devam conter os dados referentes aos serviços prestados, às informações relativas às contas contábeis e à natureza das operações realizadas e ao valor do imposto:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

I – multa de 10% (dez por cento) da VRM para cada dado omisso, exigido em regulamento, na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM:

a) para cada dado incorreto, exigido em regulamento, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

b) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados apresentada fora da periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

c) para cada dado omisso em relação às tarifas cobradas sobre os serviços regulados pelo Banco Central do Brasil.

III – multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM:

a) para cada Declaração Eletrônica Mensal de serviços prestados ou tomados não apresentada em periodicidade, forma e prazo estabelecidos em regulamento;

b) para cada documento fiscal informado com dados divergentes do constante do documento fiscal, informado na Declaração Eletrônica Mensal apresentada, de serviços prestados ou tomados;

II – multa de 30% (trinta por cento) da VRM para cada dado incorreto em relação às tarifas cobradas sobre os serviços regulados pelo Banco Central do Brasil.

Subseção IV
INFRAÇÕES RELATIVAS À GUIA DE RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 215**.** Será aplicada a multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM para cada competência, quando deixar de utilizar a guia de recolhimento emitida pelo sistema da Declaração Eletrônica Mensal, para os sujeitos passivos obrigados a entrega da referida declaração.

Subseção V

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS LIVROS DESTINADOS À ESCRITURAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS OU TOMADOS E OUTROS OBRIGATÓRIOS PELA LEGISLAÇÃO

Art. 216. Será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) da VRM por infração relativa a livros destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros e a qualquer outro livro fiscal exigido pela legislação municipal:

a) por competência, referente aos serviços não escriturados na conformidade do regulamento;

b) por competência, aos que escriturarem, ainda que na conformidade do regulamento, livros não autenticados.

Subseção VI

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS LIVROS DESTINADOS AO REGISTRO DE RECEBIMENTOS DE IMPRESSOS FISCAIS, DE OCORRÊNCIAS E DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 217**.** Será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) da VRM por infração relativa a livros destinados a registro de recebimentos de impressos fiscais, de ocorrências e de impressão de documentos fiscais, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início:

a) aos que não possuírem os livros previstos neste inciso ou, ainda que os possuam, não estejam devidamente escriturados e autenticados, na conformidade do regulamento;

b) aos que escriturarem, ainda que na conformidade do regulamento, livros não autenticados;

c) aos que, possuindo os livros, devidamente autenticados, não efetuarem a escrituração na conformidade do regulamento.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Subseção VII
INFRAÇÕES RELATIVAS À FRAUDE, ADULTERAÇÃO, EXTRAVIO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVROS FISCAIS

Art. 218**.** Será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) da VRM por infração relativa à fraude, adulteração, extravio ou inutilização de livros fiscais:

a) por livro, aos que fraudarem, adulterarem, extraviarem ou inutilizarem livros destinados à escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, e de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto ou dos serviços;

b) para cada livro ou documento, não previsto em outro dispositivo, quando o sujeito passivo não conservar os livros, documentos fiscais e meios de armazenamento de dados por período não inferior a 6 (seis) exercícios completos

Subseção VIII
INFRAÇÕES RELATIVAS A AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO, CONFECÇÃO, EMISSÃO, GUARDA OU CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 219**.** Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas a autorização de impressão, confecção emissão, guarda ou conservação de documentos fiscais:

I – multa de 10% (dez por cento) da VRM:

a) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo mandar confeccionar Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente em desacordo com modelo aprovado pela legislação municipal;

b) para cada documento fiscal, quando o estabelecimento gráfico confeccionar Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, para si ou para terceiros, em desacordo com modelo aprovado pela legislação municipal, DEVENDO CONSTAR TODAS AS INDICAÇÕES determinadas em regulamento;

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

a) para cada documento fiscal, quando o contribuinte mandar imprimir Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente sem a prévia autorização do Fisco através da Autorização para Emissão de Documento Fiscal - AIDOF;

b) para cada documento fiscal, quando o estabelecimento gráfico confeccionar Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, para si ou para terceiros, sem a prévia autorização do Fisco através da Autorização para Emissão de Documento Fiscal – AIDOF;

c) para cada documento fiscal, quando o contribuinte deixar de preencher, concomitante todas as vias da Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente;

III – multa de 30% (trinta por cento) da VRM:

a) para cada talão, quando o sujeito passivo extraviar ou inutilizar Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente ou Autorização para Emissão de Documento Fiscal - AIDOF, ainda que não utilizados ou preenchidos, enquanto não extinto o direito da fazenda cobrar o crédito tributário;

b) para cada AIDF, quando o sujeito passivo extraviar ou inutilizar Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente ou Autorização para Emissão de Documento Fiscal - AIDOF, ainda que não utilizados ou preenchidos, enquanto não extinto o direito da fazenda cobrar o crédito tributário;

c) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo emitir documento fiscal declarado extraviado ou inutilizado;

IV – multa de 40% (quarenta por cento) da VRM:

a) para cada documento fiscal, quando o contribuinte possuir Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente com numeração ou seriação paralela;

b) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo emitir documento fiscal informando deduções não permitidas na legislação municipal;

c) para cada documento fiscal, quando o sujeito passivo emitir documento fiscal de forma irregular para acobertar operações imunes, isentas ou ao abrigo da não incidência;

d) para cada documento fiscal, quando o contribuinte emitir Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente com importância diversa do valor dos serviços;

e) para cada documento fiscal, quando o contribuinte emitir Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente com importância diversa do valor dos serviços.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

f) para cada serviço, evento ou documento, quando deixar de emitir nota fiscal de serviço ou documento equivalente previamente autorizado.

V – multa de 50% (cinquenta por cento) da VRM para cada documento fiscal, quando o contribuinte deixar de preencher identicamente, todas as vias da Nota Fiscal de Serviços ou documento equivalente, diferenciando as informações constantes da via destinada ao tomador daquele constante da via destinada ao controle da Administração Tributária;

VI – multa de 01 (uma) VRM para cada talonário, quando o sujeito passivo manter documento fiscal fora do estabelecimento do contribuinte sem a devida autorização do fisco municipal.

Subseção IX
INFRAÇÕES RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL - MÁQUINA REGISTRADORA (ECF)

Art. 220**.** Serão aplicadas as seguintes multas por infrações relativas à utilização de equipamento emissor de cupom fiscal - máquina registradora (ECF):

I - de 04 (quatro) VRMs:

a) por equipamento, aos que utilizarem ECF sem a correspondente autorização da Administração Tributária;

b) por equipamento, aos que mantiverem, no estabelecimento, ECF com lacre violado ou colocado de forma que não atenda às exigências da legislação.

II – multa de 01 (uma) VRM:

a) por equipamento, por mês ou fração de mês, aos que emitirem cupom fiscal sem as indicações estabelecidas na legislação;

b) por equipamento, por mês ou fração de mês, aos que utilizarem ECF em desacordo com as normas estabelecidas na legislação, para o qual não haja penalidade específica prevista na legislação do imposto;

c) por equipamento, aos que utilizarem ECF sem afixar, ou fazê-lo em local não visível ao público, o Certificado de Autorização de Equipamento Emissor de

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Cupom Fiscal expedido pela Administração Tributária ou, ainda, se tal Certificado apresentar rasuras;

III – multa de 30% (trinta por cento) da VRM por bobina, aos que extraviarem, perderem ou inutilizarem bobina, imprimirem de forma ilegível, não conservarem nas condições que permitam manter a integridade dos dados impressos, arquivarem fora do estabelecimento ou em local não autorizado, ou não exibirem à fiscalização, quando exigido.

Subseção X
INFRAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO DE PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS – CPOM

Art. 221. Serão aplicadas as seguintes multas por infração relativas a inscrição, em cadastro simplificado, dos prestadores de serviços que emitem nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente, autorizado por outro Município ou pelo Distrito Federal para tomadores estabelecidos no Município de **Sertão Santana**:

I – multa de 01 (uma) VRM por prestador de serviços não inscrito;

II – multa de 20% (vinte por cento) da VRM por documento fiscal recebido de prestador de serviços não inscrito, aos tomadores que deixarem de efetuar a retenção na fonte dos prestadores de serviços que emitem nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente, autorizado por outro Município ou pelo Distrito Federal, na conformidade do que dispõe o regulamento.

Subseção XI
INFRAÇÕES RELATIVAS A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Art. 222**.** Será aplicada a multa de 40% (quarenta por cento) da VRM por documento fiscal, aos prestadores de serviços que, obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica, deixarem de solicitar a autorização para emiti-la, na conformidade do regulamento.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Parágrafo único**.** O uso de documento diverso do disposto no Parágrafo 3º, do artigo 81, desta lei, ou seja, o uso da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, enseja aplicação de multa no valor de 01 (uma) VRM por documento emitido.

Subseção XII
INFRAÇÕES RELATIVAS A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 223. Será aplicada a seguinte multa por infrações relativas à Fiscalização Tributária:

I – multa de 01 (uma) VRM:

a) para cada documento, informação ou declaração, falso ou inexato apresentado pelo sujeito passivo.

b) quando o sujeito passivo ou terceiros legalmente obrigados, não atender, no prazo estipulado, a Intimação lavrada pela autoridade competente para a apresentação de informações e documentos;

II – multa de 02 (duas) VRMs quando o sujeito passivo ou terceiros legalmente obrigados, atender parcialmente a Intimação lavrada pela autoridade competente para a apresentação de informações e documentos;

III - de 4 (quatro) VRM:

a) quando o sujeito passivo embaraçarem a ação fiscal, recusarem ou sonegarem a exibição de livros, documentos, impressos, papéis, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, que se relacionem à apuração do imposto devido;

b) quando o sujeito passivo ou terceiros legalmente obrigados, não facilitar a ação fiscal e franquear à fiscalização tributária seus estabelecimentos, depósitos, dependências, móveis e utensílios, mercadorias, livros fiscais e contábeis, meios de armazenamento de dados, bem como todos os documentos ou papéis, inclusive borradores, cadernos ou apontamentos em uso ou já utilizados.

Subseção XIII

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

INFRAÇÕES RELATIVAS A EXIGÊNCIA DE TERCEIROS RELACIONADOS AO FATO GERADOR DO IMPOSTO

Art. 224**.** Será aplicada a multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM por infração relativa a exigência de terceiros relacionados ao fato gerador do imposto:

a) para cada mês de competência, quando o profissional responsável por escrita fiscal ou contábil, no exercício de suas atividades, praticar atos que visem diminuir o montante do imposto ou induzir o contribuinte à prática de infração;

b) para cada operação, quando o tomador do serviço aceitar documento diverso que não a Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente, previamente aprovado pelo fisco municipal.

b) para cada mês, quando o tomador do serviço contratar o serviço de profissional autônomo não inscrito no Cadastro Fiscal do município.

Subseção XIV
INFRAÇÕES RELATIVAS AO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO OU DÉBITO E CONGÊNERES

Art. 225**.** Será aplicada a seguinte multa por infrações relativas ao fornecimento de informações referentes à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de **Sertão Santana**:

I – multa de 02 (duas) VRMs por mês, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que deixarem de apresentar, na conformidade do regulamento, as informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de **Sertão Santana**;

II - multa de 30% (trinta por cento) da VRM por mês, às pessoas jurídicas administradoras de cartão de crédito ou débito e congêneres que apresentarem fora do prazo estabelecido em regulamento, ou o fizerem com dados inexatos ou

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

incompletos, as informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito e congêneres em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de **Sertão Santana**.

Subseção XV
INFRAÇÕES RELATIVAS AOS SUBSTITUTOS TRIBUTÁRIOS

Art. 226 Nas infrações relativas aos substitutos tributários previstos na legislação municipal aplicar-se-ão as seguintes multas:

I – 10% (dez por cento) da VRM por documento fiscal, na hipótese de o substituto tributário não exigir do prestador do serviço o correto preenchimento da Nota Fiscal de Serviço ou de outro documento fiscal autorizado pela Fazenda Municipal, inclusive, com relação às expressões previstas na legislação tributária e que devem constar obrigatoriamente do documento emitido;

II – 25% (vinte e cinco por cento) da VRM:

a) por ocorrência, na hipótese de o substituto efetuar o recolhimento do valor retido, em desacordo com a forma estabelecida na legislação tributária municipal;

b) por documento fiscal, na hipótese de o substituto tributário não exigir do prestador do serviço Nota Fiscal de Serviço ou outro documento fiscal autorizado pela Fazenda Municipal;

III – 30% (trinta por cento) da VRM na hipótese de o substituto não apresentar declaração fiscal na periodicidade, na forma e no prazo estabelecido em regulamento;

IV – 50% (cinquenta por cento) da VRM por documento fiscal, na hipótese de o substituto tributário aceitar que o substituído emita mais de um documento fiscal pelo mesmo serviço prestado, com o propósito de evitar a substituição tributária;

V – 01 (uma) VRM, por competência, na hipótese de o substituto tributário não manter o controle das operações sujeitas a esse regime, para exame posterior da fiscalização tributária municipal, conforme dispuser o regulamento.

Subseção XVI

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

INFRAÇÕES RELATIVAS AOS SUBSTITUÍDOS TRIBUTÁRIOS

Art. 227. Nas infrações relativas aos substituídos tributários previstos na legislação municipal aplicar-se-á a multa de 10% (dez por cento) da VRM por documento fiscal, na hipótese de o substituído não destacar na Nota Fiscal de Serviço ou outro documento fiscal autorizado pela Fazenda Municipal, o valor a ser retido e a alíquota aplicada.

Subseção XVII
INFRAÇÕES RELATIVAS A INFRIGÊNCIA AOS DEMAIS DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art.228. Será aplicada a multa de 25% (vinte e cinco por cento) da VRM por infração relativa a infringência aos demais dispositivos da legislação tributária municipal, para as quais não haja penalidade específica prevista na Lei.

Subseção XVIII
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE INFRAÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 229**.** Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade e, a cada reincidência subseqüente, aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor até o limte máximo de 18 (dezoito) VRMs.

Parágrafo único. Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 5 (cinco)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

anos, contados da data em que se tornar definitiva, administrativamente, a penalidade relativa à infração anterior.

Art. 230**.** Quando apurada a ocorrência de infração a mais de 1 (um) dispositivo de obrigação acessória, ao sujeito passivo serão aplicadas tantas penalidades quantas forem as infrações cometidas.

Art. 231**.** Apurando-se, numa mesma ação fiscal, a prática de infração por mais de um sujeito passivo, caberá a aplicação de penalidades a todos os envolvidos.

Art. 232. Por ocasião do lançamento de penalidade expressa em VRM, será considerado o valor da VRM vigente à data da lavratura do Auto de Infração.

Art. 233. Procedimentos de inscrição, alteração de dados e baixa, quando realizados de ofício, não eximem o contribuinte do pagamento da multa decorrente da sua omissão.

Art. 234. A satisfação de multa por descumprimento de obrigação acessória não exime o sujeito passivo do cumprimento da obrigação acessória, do pagamento do imposto devido e dos acréscimos legais.

SUBSEÇÃO IXX
DA REDUÇÃO DO VALOR DAS MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

Art. 235. Na hipótese de o autuado reconhecer a procedência do Auto de Infração, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido de 50% (cinqüenta por cento).

Art. 236. O autuado reconhecendo a procedência do Auto de Infração e Intimação, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, no curso da análise da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

impugnação, ou no prazo para apresentação de recurso ordinário, o valor das multas será reduzido em 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 237. As reduções de que tratam os artigos 235 e 236 não se aplicam aos autos de infração lavrados com a exigência da multa prevista no artigo 229.

Art. 238. O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal de Finanças, a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Art. 239**.** O pagamento do imposto e o cumprimento da obrigação acessória é sempre devido, independentemente da pena que houver de ser aplicada.

Subseção XX
DA REDUÇÃO DO VALOR DAS MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 240. Na hipótese de o autuado reconhecer a procedência da infração cometida, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido de 20% (vinte por cento).

Art. 241**.** O autuado reconhecendo a procedência da infração cometida, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, no curso da análise da impugnação, ou no prazo para apresentação de recurso ordinário, o valor das multas será reduzido em 10% (dez por cento).

Art. 242. As reduções de que tratam os artigos 235 e 236 não se aplicam aos autos de infração lavrados com a exigência da multa prevista no artigo 229.

Art. 243. O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido, por ato do Secretário Municipal de Finanças, a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 244. O pagamento do imposto e o cumprimento da obrigação acessória serão sempre devidos, independentemente da pena que houver de ser aplicada.

Subseção XXI
DOS LIMITES PARA APLICAÇÃO DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 245. Os valores das multas previstas nos artigos 211 a 244 serão apuradas conforme o número de eventos, observado o valor mínimo de 10% (dez por cento) da VRM e o máximo de 20 (vinte) VRMs.

Art. 246. Aplica-se aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, no âmbito deste Município, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 247. O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, no âmbito deste Município, que optar pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), previsto pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será regido pelas regras daquela Lei Complementar Federal, sujeitando-se, ainda:

I – às regulamentações editadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – CGSN;

II – subsidiariamente, às disposições contidas na legislação deste Município.

Art. 248**.** Aplica-se aos contribuintes optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, quando se tratar de contencioso

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

administrativo relativo ao lançamento ou à exclusão de ofício do Simples Nacional, os dispositivos legais atinentes ao processo administrativo fiscal previsto nesta Lei.

Seção III
Das Proibições

Art. 249**.** Os sujeitos passivos que se encontrarem em débito para com a Fazenda Municipal não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou a realização de obras e prestação de serviços dos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta.

Seção IV
Do Regime Especial de Fiscalização

Art. 250**.** O sujeito passivo que houver cometido infração para a qual tenha concorrido circunstância agravante ou que, reiteradamente viole a legislação tributária, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo Único**.** Mediante Decreto o Poder Executivo estabelecerá os critérios que serão adotados para o regime especial de fiscalização.

Seção V
Da Suspensão ou Cancelamento dos Benefícios

Art. 251**.** Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos sujeitos passivos que se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
798
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
140
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

Parágrafo Único**.** A suspensão ou cancelamento será determinado pelo Fisco Municipal, considerando a gravidade e natureza da infração.

CAPÍTLO IV
DA COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS

Art. 252**.** A arrecadação dos tributos será procedida:

I – Para pagamento em local credenciado pelo Município;

II – Através de cobrança administrativa;

III – Mediante ação executiva;

IV – Mediante retenção na fonte;

V – Através de convênio para cobrança.

§ 1º. A cobrança far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos na legislação complementar.

§ 2º. Dar-se-á a retenção na fonte por ocasião do pagamento por serviços prestados às administrações direta e indireta do Município, sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e tributados sobre a receita bruta.

CAPÍTULO IV
Da Restituição

Art. 253**.** O contribuinte terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, observadas as condições ali fixadas.

Art. 254**.** A restituição total ou parcial de tributos abrangerá, também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes a infrações de caráter formal não prejudicada pela causa da restituição.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo 01373-0200/21-5

Peça 4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D6

Parágrafo Único**.** As importâncias objeto da restituição serão corrigidas somente quando não corresponderem ao exercício fiscal vigente, pelo mesmo índice de variação utilizado para correção do valor da **VRM – Valor de Referência Municipal.**

Art. 255**.** Os pedidos de restituições dependerão de requerimento da parte interessada, dirigido ao titular da Fazenda e somente serão recebidos quando acompanhados dos documentos que comprovam os respectivos pagamentos.

§ 1º**.** Para os efeitos do disposto neste artigo, serão anexados ao requerimento os comprovantes originais do pagamento efetuado.

§ 2º**.** A restituição do imposto será indeferida se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita comercial ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência do pedido.

§ 3º. A legitimidade para requerer a devolução de valores, na hipótese de o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS ter sido retido na fonte pelo tomador e recolhido indevidamente aos cofres municipais, pertence ao contribuinte prestador de serviço.

Art. 256**.** Atendendo à natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o titular da Fazenda Municipal propor que a restituição do valor se processe mediante a compensação com crédito do Município, cabendo a opção ao contribuinte

Art. 257**.** Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas vincendas, a partir da data da decisão definitiva na esfera administrativa, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO V
Da Prescrição

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 258**.** O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como a sua revisão e suplementação, extingue-se 5 (cinco) anos depois da expiração do ano financeiro em que se tornarem devidos.

Parágrafo único**.** O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer operação ou exigência administrativa necessária à revisão ou ao lançamento, desde que comunicada ao contribuinte, começando a correr novo prazo, findo o ano em que esse procedimento tiver lugar.

Art. 259**.** O direito de cobrar as dívidas provenientes de tributos, excluídos os que constituam ônus reais sobre bens imóveis, prescreve em 5 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual eles se tornarem devidos.

Art. 260**.** O Poder Executivo promoverá anualmente a revisão de todos os créditos tributários lançados e inscritos ou não em dívida ativa, com vista às seguintes medidas:

I – expurgo dos alcançados pela prescrição da ação de cobrança, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), observado o disposto no § 3º do artigo 2º da Lei Federal nº. 6.830/80;

II – cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não incidência do respectivo fato gerador, especialmente, no caso do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e taxas pelo exercício do poder de policia;

III – cancelamento, quando, em relação a cada contribuinte, decorridos 4 anos, o valor dos créditos, somados e monetariamente corrigidos e aplicados a taxa de juros e multa, nos termos desta Lei, sejam inferiores a 0,25 (vinte e cinco por cento) da VRM –Valor de Referência Municipal.

IV – não ajuizamento de ação de cobrança, quando, em relação a cada contribuinte, individualmente, o valor dos créditos, monetariamente corrigidos e aplicados a taxa de juros e multa, nos termos desta Lei, sejam inferiores aos respectivos custos de cobrança, os quais, atualmente, correspondem a 4 (quatro) VRMs – Valor de Referência Municipal, computando-se custas judiciais e despesas administrativas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Parágrafo Único. A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Art. 261**.** Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I – por intimação ou notificação feita diretamente ao contribuinte por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II – pela solicitação do contribuinte na concessão de prazos especiais ou parcelamento para pagamento, mediante termo de confissão de divida;

III – pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento.

Art. 262**.** Cessa, igualmente, em 5 (cinco) anos, o poder de aplicar ou de cobrar multas por infrações a dispositivos desta Lei ou da legislação complementar.

CAPÍTULO VI
Das Imunidades, Isenções e Incentivos Fiscais

Art. 263**.** Além das imunidades previstas na Constituição Federal, na Estadual e na Lei Orgânica do Município de **Sertão Santana**, somente subsistirão as isenções e incentivos fiscais que venham a ser concedidas pela lei.

§ 1º**.** As imunidades serão reconhecidas e as isenções concedidas pela seção de fiscalização tributária, sempre a requerimento dos interessados, na forma estabelecida na legislação complementar.

§ 2º**.** As isenções concedidas, para o pagamento de impostos, não abrangerão, em caso algum, as taxas devidas a qualquer título e a Contribuição de Melhoria, salvo por determinação expressa na lei.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 3º**.** As empresas beneficiadas por incentivos fiscais deverão comprovar o cumprimento do estabelecido nas respectivas leis, até o último dia útil de janeiro de cada ano, sob pena de multa.

§ 4º**. A**s entidades de filantropia, abrangidas pelas imunidades previstas na Constituição Federal, na Estadual e na Lei Orgânica do Município de **Sertão Santana,** também estarão isentas das taxas municipais.

CAPÍTULO VII
Da Dívida Ativa

Art. 264**.** Constitui dívida ativa a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular e divide-se em:

§ 1º. Divida ativa tributária, constituída por créditos provenientes desta natureza, devidamente lançados e sem pagamento dentro dos prazos legais.

§ 2º. Divida ativa não tributária, constituída de créditos provenientes de lançamentos não tributários, devidamente lançados e sem pagamento dentro dos prazos legais.

§ 3º. Divida ativa de outras origens, constituída por créditos passiveis de execução direta por peculiaridades contratuais, ou por determinações judiciais.

§ 4º. A dívida ativa será apurada e inscrita na Fazenda Municipal.

Art. 265. A inscrição do crédito tributário em dívida ativa poderá ser realizada após o vencimento da obrigação e obrigatoriamente até 31 de março do ano subsequente.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Parágrafo único. No caso de tributos lançados fora dos prazos normais, a inscrição do crédito tributário far-se-á a partir do vencimento e obrigatoriamente até 31 de março do ano subsequente.

Art. 266. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

I - O nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - A indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - A data e o número da inscrição no Registro de Dívida Ativa; e

VI - O número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo Único. A Certidão de Dívida Ativa conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha ou ficha de inscrição, poderá ser extraída através de processamento eletrônico e será autenticada pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

Do Parcelamento, Protesto, Execução e Negativação

Art. 267**.** Os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa ou não, provenientes de lançamento de impostos vencidos, e penalidades de natureza tributária, vencidas, poderão ser parcelados e reparcelados, protestados, executados e o contribuinte ter seu nome negativado, observando-se as regras a seguir:

I – O parcelamento se dará em máximo de 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, limitado ao valor mínimo da parcela em 50% (cinquenta por cento) da VRM – Valor de Referência Municipal;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. Para obtenção do parcelamento o sujeito passivo deverá confessar o débito apurado, atualizado e consolidado com as onerações legais, e assumir formalmente o compromisso de pagamento parcelado, através do Termo de Compromisso de Dívida, em que se contenha o total da dívida, incluindo correção monetária, juros, multa, nos termos da Lei vigente, e sua discriminação, nos termos do presente artigo.

§ 2º**.** O pagamento em parcelas importará na aplicação dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração desde o seu vencimento inicial até o seu efetivo pagamento, correção monetária e aplicação de multa conforme determinado nesta Lei.

§ 3º. As parcelas mensais serão corrigidas no início de cada ano, relativo ao exercício anterior, por índice a ser definido por Decreto do Executivo Municipal.

§ 4º. Poderá ser concedido a critério da Administração Tributária o reparcelamento do saldo devedor de parcelamento, em no máximo de 30 (trinta) parcelas mensais, sucessivas, nos termos do presente artigo desde que:

a) por ocasião do reparcelamento o contribuinte recolha, no mínimo, 20 % (vinte por cento) do saldo devedor;

b) os recolhimentos do ISS, quando for o caso, estejam atualizados.

§ 5º**.** O não pagamento de duas parcelas, ou o atraso do pagamento pelo período de dois meses, tornará as demais parcelas automaticamente vencidas, tornando-se o débito exigível na sua integralidade, autorizando o Fisco a inscrever o débito em Dívida Ativa independente de qualquer notificação ao devedor, nos casos de tributos não inscritos e retomada das situações anteriores nos demais casos.

II – O Município poderá após notificação do devedor, encaminhar a Certidão de Divida Ativa, para protesto em cartório, ficando todas as despesas decorrentes desta ação a cargo do devedor.

III – O Município poderá também, após notificação do devedor, encaminhar a Certidão de Divida Ativa, para execução fiscal, ficando todas as despesas decorrentes desta ação a cargo do devedor.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

IV – O Município poderá também, após notificação do devedor, Negativar o contribuinte junto a empresas que prestam serviços de proteção de crédito, tais como SPC, Serasa, ou outras assemelhadas, independente de protesto ou execução fiscal, ficando todas as despesas decorrentes desta ação a cargo do devedor.

Art. 268**.** As guias de recolhimento, declarações e quaisquer outros documentos necessários ao cumprimento do disposto neste Capítulo, obedecerão aos modelos aprovados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 269**.** O parcelamento somente poderá ser concedido à vista de Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em que se contenha o total da dívida, incluindo correção monetária, juros, multa e custas, nos termos da lei vigente.

§ 1º. Termo de Confissão de Dívida conterá cláusula de cancelamento do benefício, na hipótese de não pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas, com vencimento antecipado do saldo devido, servindo o instrumento de título executivo.

§ 2º. Os valores pagos serão imputados pela ordem estabelecida no artigo 163 do Código Tributário Nacional, Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 270. Os créditos tributários e não tributários ajuizados, protestados, ou de contribuintes negativados, poderão ser parcelados conforme o disposto nesta Lei.

§ 1º. O valor total do crédito ajuizado a ser parcelado será corrigido, pelo índice adotado para correção dos demais tributos municipais, até a data do pagamento da primeira parcela. Sobre o valor corrigido incidirá juros e multa a partir do vencimento do crédito até o pagamento da primeira parcela, nos termos da presente Lei.

§ 2º. As custas judiciais, de protestos ou negativação, já dispensadas pela Administração não farão parte do parcelamento e as custas pendentes deverão ser suportadas pelo contribuinte que comprovará no processo administrativo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 3º**.** Os processos judiciais, de protestos ou negativação, serão suspensos, temporariamente, até que ocorra a quitação do débito e em havendo descumprimento das normas de parcelamento, serão reativados.

CAPÍTULO IX
Das Certidões Negativas

Art. 271**.** As certidões negativas, caracterizadoras da prova de quitação de determinado tributo, serão expedidas, mediante requerimento do contribuinte, nos termos em que requeridas.

Parágrafo único. A certidão negativa de débitos terá validade de 30 dias.

Art. 272. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 273. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo único. O disposto deste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

Art. 274. A certidão negativa de débito será fornecida no prazo máximo de 10 (dez) dias da data do requerimento.

Art. 275**.** A certidão negativa fornecida não exclui o direito de o Fisco Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

§ 1º. Quanto aos efeitos e demais disposições sobre as certidões negativas observarão o regramento contido na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 2º. A consulta para emissão da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, será realizada pelo CPF e/ou CNPJ do contribuinte, buscando sobre todos os imóveis e atividades do mesmo.

§ 3º. O contribuinte deverá quitar os débitos do imóvel a ser transferido.

Art. 276. Para fins de licenciamento de projetos, concessão para exploração de serviço público, apresentação de propostas em licitações ou liberação de créditos, será exigida do interessado certidão negativa de débito.

Art. 277. A falta de certidão fornecida pela repartição competente, de isenção ou de quitação de tributos ou de quaisquer outros ônus relativos ao imóvel até a data da operação, subsistirá em responsabilidade solidária do adquirente.

Art. 278. A falta de transcrição da negativa referida no artigo anterior, nas escrituras ou documentos de transferência, ensejará ao Município a cobrança judicial imediata do débito por ventura existente.

Art. 279. No caso de solicitação de certidão para contribuinte beneficiado com parcelamento deferido, desde que esteja em dia com o pagamento das parcelas, será emitida certidão positiva com efeito negativo, ressalvando a dívida objeto do acordo do parcelamento, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

Art. 280. A Fazenda Municipal poderá utilizar meio eletrônico para o fornecimento da certidão negativa de débitos.

Parágrafo único. O fornecimento da certidão negativa de débitos será disciplinado através de Decreto do Executivo Municipal.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
808
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
150
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

TÍTULO VII
DO PROCESSO FISCAL
CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 281**.** Processo fiscal, para os efeitos deste Código, compreende o conjunto de atos e formalidades tendentes a formar decisão sobre:

I – Reclamação contra lançamento;

II – Auto de infração;

III – Pedido de restituição e/ou compensação;

IV – Apuração de tributos devidos.

Da Intimação por Meio Eletrônico

Art. 282**.** O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos municipais, comunicação de atos, notificações e intimações de todas as espécies será admitido nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais.

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário, pelo padrão IPC-Brasil:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, a ser regulamentada por decreto.

b) mediante cadastro de usuário e senha na Administração Municipal, a ser regulamentado por decreto e conforme disciplinado pelos órgãos respectivos da administração municipal.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

c) a senha de acesso a que se refere o inciso anterior é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do usuário sua guarda e sigilo.

Art. 283. O acesso e a prática de todos os atos e procedimentos em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do Art. 282 desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio na Administração Municipal, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

§ 1º. O credenciamento na Administração Municipal será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º. Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 3º. Os órgãos da Administração Municipal poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo, ou separadamente, conforme interesse da Administração.

§ 4º. Os servidores da Administração Municipal utilizarão assinatura digital em todos os documentos emitidos e publicados por meio eletrônico nos termos desta Lei.

Art. 284**.** Consideram-se realizados os atos e procedimentos por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema da Administração Municipal, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando os procedimentos forem enviados para atender prazo específico, serão considerados tempestivos os transmitidos até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

Art. 285. A Administração Municipal poderá criar Diário Eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º. O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente nos moldes do Art. 282, § único, Inciso III, desta Lei.

§ 2º**.** A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio de intimação, citação e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, podendo, porém, o ato ser praticado, a critério da Administração, pelas demais formas previstas no Art. 200, desta Lei.

§ 3º**.** Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

§ 4º. Os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5º. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos poderão ser praticados segundo as regras previstas no Art. 200 desta Lei.

§ 6º**.** Os documentos produzidos eletronicamente e publicados em meio eletrônico, com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 286. As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do Art. 282, § único, Inciso III, alínea "b" desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando ou seu representante legal efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se a sua realização.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 2º. Na hipótese do § 1° deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º. A consulta referida nos §§ 1° e 2° deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pela autoridade administrativa competente.

§ 6º. As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§ 7º. Consideram-se representantes legais para os efeitos desta lei, aqueles cujas documentações sejam entregues em meio próprio junto à Administração Municipal ou aqueles que possuam atribuição para tanto por Procuração Eletrônica emitida em aplicativo da Administração Municipal, com assinatura digital no padrão IPC-Brasil, a ser instituído e regulamentado por decreto.

Art. 287. Observadas as formas e as cautelas do Art. 200 desta Lei, as citações, intimações e comunicações em geral, inclusive da Fazenda Pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra do seu conteúdo seja acessível ao citando.

Art. 288. As ações ou omissões contrárias à legislação tributária serão apuradas por autuação, com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e procedendo-se quando for o caso, o ressarcimento do referido dano.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

CAPÍTULO II
Do Procedimento Contencioso
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 289**.** O processo fiscal, por meio de procedimento contencioso, terá início:

I – Com a lavratura do termo de início da fiscalização e/ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais, e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

II - Com a lavratura do auto de infração ou notificação de lançamento;

III - Com a lavratura do termo de apreensão de livros e outros documentos fiscais;

IV – Com qualquer ato escrito do agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte.

V – Com a impugnação pelo sujeito passivo, do lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Parágrafo único. Iniciada a fiscalização do contribuinte terão os fiscais tributários o prazo de 60 (sessenta) dias contínuos para concluí-la, podendo este prazo ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias contínuos pelo coordenador da seção de fiscalização, mediante justificativa, por escrito, do agente fiscal, salvo quando submetido a regime especial de fiscalização.

I - se o procedimento fiscal-administrativo iniciar com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita, o prazo contar-se-á a partir da entrega, pelo sujeito passivo, na Fazenda Municipal, dos livros exigidos em lei e/ou outros documentos solicitados.

II - o prazo concedido no termo de início de fiscalização ou intimação para apresentação de livros exigidos em lei e/ou outros documentos, somente poderá ser

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

prorrogado mediante justificativa por escrito do sujeito passivo, e dirigida ao coordenador da seção de fiscalização, que poderá conceder ou não essa prorrogação.

III - O prazo para concluir a fiscalização será suspenso sempre que o servidor responsável pela fiscalização entrar em gozo de férias, licença de saúde, transferência do setor, ou exoneração.

Art. 290. O início do procedimento tributário exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, e, independentemente de intimação, das demais pessoas envolvidas nas infrações verificadas.

Art. 291. O auto de infração, lavrado por servidor público competente, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter:

I - O local, a data e a hora da lavratura;

II - O nome, o estabelecimento e o domicílio do autuado e das testemunhas, se houver;

III - O número da inscrição do autuado no cadastro fiscal do Município ou, na ausência deste, no cadastro fiscal federal (CPF ou CNPJ, conforme o caso);

IV - A descrição do fato que constitui a infração e circunstâncias pertinentes;

V - A citação expressa do dispositivo legal infringido e do que fixe penalidade;

VI - O cálculo do valor dos tributos, das multas e demais encargos, e seu enquadramento legal;

VII - A referência aos documentos que serviram de base à lavratura do auto;

VIII - A intimação para a realização do pagamento dos tributos e respectivos acréscimos legais ou apresentação de impugnação dentro do prazo previsto no artigo 294 desta Lei;

IX - A assinatura do autuante e a indicação do seu cargo;

X - A assinatura do autuado, ou de seu representante legal ou, ainda, a menção da circunstância de que os mesmos não puderam ou se recusaram a assinar.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 1º. As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para a determinação da infração e da pessoa do infrator.

§ 2º. Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

§ 3º. A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto, e em nenhuma hipótese implicará em confissão, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do auto de infração ou sua agravação.

Art. 292. Da lavratura do auto de infração será intimado:

I - Pessoalmente, mediante a entrega de cópia do auto de infração, o próprio autuado, seu representante legal ou mandatário, com assinatura de recebimento do original;

II - Por via postal, remetendo-se a cópia do auto de infração, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou pessoa do seu domicílio;

III - Por publicação, no órgão do Município, ou meio de divulgação local, na sua íntegra ou de forma resumida, quando resultarem inexitosos os meios referidos nos incisos anteriores.

Art. 293. A notificação de lançamento conterá:

I - A qualificação do sujeito passivo notificado;

II - A menção ao fato gerador da obrigação tributária, com o seu respectivo fundamento legal;

III - O valor do tributo e o prazo para recolhimento ou impugnação;

IV - A disposição legal infringida e a penalidade correspondente, se for o caso;

V - A assinatura do servidor público competente, com a indicação de seu cargo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Art. 294. O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação de lançamento, da data da lavratura do auto de infração ou da data do termo de apreensão de livros ou documentos fiscais, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios de suas razões.

Parágrafo único. A impugnação, que terá efeito suspensivo, instaura a fase contraditória do procedimento.

Art. 295. A autoridade fazendária determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando entendê-las necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo único. Se da diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativamente ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de nova reclamação ou aditamento da primeira.

Seção II
Do Julgamento de Primeira Instância, dos Recursos e do Julgamento de Segunda Instância

Art. 296. Preparado o processo, o coordenador da seção de fiscalização proferirá despacho, por escrito, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em que resolverá todas as questões debatidas e pronunciará a procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação contra lançamento.

Parágrafo único. Do despacho será notificado o sujeito passivo ou autuado, observadas as regras contidas no artigo 200 desta Lei.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 297**.** A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho, quando este exonerar, total ou parcialmente, o sujeito passivo do pagamento de tributo ou de multa.

Parágrafo único. O recurso do ofício será dirigido à autoridade superior competente para seu exame, nos termos da Lei.

Art. 298. Do despacho que resultar em decisão desfavorável ao sujeito passivo caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, à Junta de Recursos Fiscais, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

Parágrafo único**.** A Junta de Recursos Fiscais será composta por 3 (três) integrantes do quadro permanente de funcionários municipais, com titulação superior, designados pelo Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 299. A decisão dos recursos será proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do processo pela Junta de Recursos Fiscais.

Parágrafo único. Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e multa a partir desta data, mas sim, apenas da data em que aquela for prolatada.

Art. 300. As decisões de qualquer instância tornam-se definitivas, uma vez esgotado o prazo legal sem interposição de recurso.

Art. 301. Na hipótese de a impugnação ser julgada definitivamente improcedente, os lançamentos dos tributos e penalidades não pagos, serão objeto dos acréscimos legais de multa, juros moratórios e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º. O sujeito passivo poderá evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos referidos no *caput*, desde que efetue o pagamento dos valores exigidos até a decisão da primeira instância.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

§ 2º. No caso de decisão final favorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo, serão restituídas a este, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da decisão final, e na proporção do que lhe for cabível, as importâncias referidas no parágrafo anterior, corrigidas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o pagamento.

CAPÍTULO III
Dos Procedimentos Especiais
Seção Única
Do Procedimento de Consulta

Art. 302. Ao sujeito passivo ou seu representante legal é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que formulada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 303**.** A consulta será dirigida à autoridade fazendária, com a apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com a juntada de documentos.

Parágrafo único**.** Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, nas seguintes hipóteses:

a) durante a tramitação da consulta;

b) posteriormente, quando proceda em estrita observância à solução fornecida à consulta e elementos informativos que a instruíram.

Art. 304**.** A autoridade fazendária dará solução à consulta, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua apresentação.

Art. 305**.** Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 306**.** A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se fundada em elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 307. Fica criado o VRM (valor de referencia municipal), O valor da VRM fica fixado em R$160,00 (cento e sessenta reais) a partir de 01 de janeiro de 2018 e a correção monetária será efetivada sempre no início de cada exercício pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do ultimo ano civil, aplicando-se esta mesma correção para a VRM – Valor de Referência Municipal, para os assim elencados.

Parágrafo único**.** O valor da VRM será corrigido no início de cada exercício pelo índice de variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período ou outro índice que vier a substituí-lo, definido por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 308. O valor do tributo será o valor do lançamento, para pagamento de uma só vez, no mês de competência.

§ 1º. Mês de competência, para os efeitos deste artigo, é o mês estabelecido para pagamento do tributo pelo valor lançado em quota única.

§ 2º. Nos casos em que a lei autoriza pagamento parcelado do tributo, em especial o IPTU e a Taxa de Coleta de Lixo, as parcelas serão calculadas dividindo-se o valor lançado pelo número de parcelas, vencendo-se a primeira no mês subsequente conforme calendário fiscal.

Art. 309. Os valores dos tributos não recolhidos nos seus respectivos vencimentos serão corrigidos monetariamente e, sobre os valores corrigidos, incidirá

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

multa de 2% (dois por cento) no mês ou fração, acrescendo-se 1 % ao mês, até o limite de 10% (dez por cento) ao final do nono mês, e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único**.** Decorridos 60 (sessenta) dias do vencimento da obrigação tributária sem o seu pagamento, o respectivo valor acrescido das demais incidências poderá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 310**.** Os prazos fixados neste Código serão contínuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam e vencem em dia útil e de expediente normal da repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, ressalvados os casos em que a obrigação deva ser cumprida até determinada data, quando, se esta recair em dia não útil, o contribuinte deverá satisfazer a obrigação até o dia útil imediatamente posterior.

Art. 311. Pela exigência a menor do imposto, taxas e multas, responde perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o funcionário responsável, quando ficar provado o descaso ou a negligência, na execução dos serviços. cabendo-lhe o direito regressivo contra o contribuinte.

Art. 312. Incorpora-se a legislação municipal as determinações relativas a lançamento, arrecadação e fiscalização e demais orientações relativas ao Imposto Sobre Serviços (ISS) contidas nas Leis Complementares Federal nº 123/2006, e posteriores alterações que instituíram o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), bem como as Resoluções aprovadas ou que venham a ser aprovadas pelo Comitê Gestor do Simples
Nacional.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

Art. 313. O Poder Executivo regulamentará por decreto ou instrução normativa a presente Lei, cujo conteúdo guardará o restrito alcance**.**

Art. 314. Revogam-se todas as Leis Municipais anteriores que disponham sobre a matéria regulada nesta Lei.

Art. 315**.** Esta Lei entra em vigor no dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 19 de dezembro de 2017.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Diego Régis Rafaelli
Secretário de Administração

ANEXO I

TABELA DE FÓRMULAS DE CÁLCULO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Processo
01373-0200/21-5

Peça
4558146

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59D6

O Valor Venal do Imóvel será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

VVI = VVT + VVE

Onde:

VVI= Valor Venal do Imóvel

VVT= Valor Venal do Terreno

VVE= Valor Venal da Edificação

Os critérios adotados para cálculo dos terrenos, serão os descritos nas tabelas a seguir:

O Valor Venal do Terreno será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

VVT = FIT x Vm²t sobre este valor será aplicado as depreciações, sempre sobre o VVT.

x S

x P

x T

x G

x DP

Onde:

VVT = Valor Venal do Terreno

FIT = Fração Ideal do Terreno

Vm²t= É o Valor do m^2 de terreno (tabela IX do anexo I)

S= Situação do terreno dentro da quadra

P= Pedologia é a consistência do solo

T= Topografia é o relevo do solo

G= Gleba

DP= Depreciação Profundidade

FIT (Fração Ideal de Terreno)

É o quantitativo de terreno distribuído a cada unidade construída dentro do mesmo lote e será apurado através da seguinte fórmula:

FIT = At/ATE x AU

Onde:

AT = Área do Terreno

ATE = Área Total Edificada do Lote

AU = Área da Unidade

Depreciação Profundidade:

A profundidade média será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

Profundidade Média (PM) = Área Total do Terreno (AT) / Testada do Terreno (TT)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

A depreciação por profundidade média será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

Depreciação de Profundidade (DP) = Profundidade Média (PM) / Testada do Terreno (TT)

Do resultado do cálculo acima será aplicada a tabela abaixo para Depreciação do Terreno em relação a sua Profundidade:

TABELA DE DEP	DEPRECIAÇÃO	FATOR
ATÉ 3,00	0,00	1,00
3,01 A 3,50	10 %	0,90
3,51 A 4,00	20 %	0,80
4,01 A 4,50	30 %	0,70
4,51 A 5,00	40 %	0,60
5,01 A 6,00	50 %	0,50
5,51 A 7,50	60%	0,40
ACIMA DE 7,51	80%	0,20

Obs.: Quando o imóvel for considerado gleba ou de esquina, com duas ou mais frentes, sobre ele não incidirá a Depreciação de Profundidade.

DEPRECIAÇÃO PELA SITUAÇÃO DO TERRENO

O fator corretivo de Situação (S) é atribuído ao imóvel conforme sua localização dentro da quadra, em conformidade com a tabela e coeficientes abaixo:

SITUAÇÃO DO TERRENO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
Meio de quadra	1,00
Esquina / 2 ou mais frentes	1,10
Encravado	0,60
Condomínio Vertical (prédios três andares ou mais)	1,20

Obs: quando o terreno for considerado encravado, deve-se desconsiderar os outros fatores corretivos.

DEPRECIAÇÃO PELA PEDOLOGIA DO TERRENO

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59D6

O coeficiente corretivo de Pedologia (P) é atribuído ao imóvel conforme as características do solo que o compõe e será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes a seguir:

PEDOLOGIA DO TERRENO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
Firme	1,00
Inundável	0,70
Alagado	0,60

DEPRECIAÇÃO PELA TOPOGRAFIA DO TERRENO

O fator corretivo de Topografia (T) é atribuído ao imóvel conforme características do relevo do solo e será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes a seguir:

TOPOGRAFIA DO TERRENO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
Plano	1,00
Aclive acentuado	0,90
Declive acentuado	0,80
Irregular	0,60

DEPRECIAÇÃO PELO FATOR GLEBA DO TERRENO

O fator corretivo de depreciação por GLEBA, atribuído ao imóvel, será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes a seguir:

Área de até 1.000,00 m² ..... = 1,00

Se a área do terreno for > 1.000,01 e < 2.000,00 m², então fg ..... = 0,90

Se a área do terreno for > 2.000,01 e < 3.000,00 m², então fg ..... = 0,80

Se a área do terreno for > 3.000.01 e < 4.000,00 m², então fg ..... = 0,70

Se a área do terreno for > 4.000,01 e < 5.000,00 m², então fg ..... = 0,60

Se a área do terreno for > 5.000,01 e < 6.000,00 m², então fg ..... = 0,50

Se a área do terreno for > 6.000,01 e < 7.500,00 m², então fg..... = 0,40

Se a área do terreno for > 7.500,01 e < 10.000,00 m², então fg..... = 0,35

Se a área do terreno for > 10.000,01 e < 20.000,00 m², então fg ..... = 0,30

Se a área do terreno for > 20.000,01 e < 50.000,00 m², então fg ..... = 0,25

Se a área do terreno for > 50.000,01 e < 100.000,00 m², então fg ..... = 0,20

Se a área do terreno for > 100.000,01 e < 200.000,00 m², então fg ..... = 0,15

Se a área do terreno for > 200.000,01 m², então fg ..... = 0,10

Obs.: Quando o imóvel for considerado gleba e suas depreciações somadas forem superiores a 90 %, serão desconsiderados os descontos que excederem aos 90 %.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

- Todas as depreciações serão aplicadas multiplicando-se o fator de depreciação sobre o valor venal inicial do terreno.
- Do valor venal inicial do terreno serão deduzidos os valores das depreciações e obtido o valor venal atualizado do terreno.
- O valor venal atualizado do terreno será dividido pela área real do terreno e multiplicado pela fração do imóvel, para obter-se o valor venal da fração ideal do mesmo.
- Os critérios adotados para cálculo das edificações serão os descritos nas tabelas a seguir:

1- O valor venal da edificação será obtido através de aplicação da seguinte fórmula:

VVE = AuE x Vm^2TCPadrão x Est. Conservação

Onde:

VVE= Valor Venal da Edificação

AuE = Área da unidade Edificada

Vm^2 TC = Valor do metro quadrado da Tipologia Construtiva (tabela IX do anexo I)

Est. Conservação = Coeficiente de depreciação em relação ao ano da construção e características do Imóvel.

AuE = Área da unidade Edificada

A área da unidade edificada é a área real da unidade mais a fração ideal de área correspondente de uso comum em caso de edificações com mais de uma unidade. Para obtenção da área de uso comum para cada unidade será aplicada a seguinte formula:

FIAC = AUC/ATE x AU

Onde:

FIAC= Fração Ideal da Área comum

AUC = Área de Uso Comum

ATE = Área Total Edificada

AU = Área da Unidade

O Estado de Conservação pelo ano de construção será obtido aplicando-se a tabela e os coeficientes abaixo:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
OTIMO	1,00
MUITO BOM	0,90
BOM	0,80
REGULAR	0,70

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

RUIM	0,50

Considera-se face de quadra os descritos no anexo II desta lei.

ANEXO II

PLANTA DE VALORES DOS TERRENOS E EDIFICAÇÕES

PLANTA DE VALORES DOS TERRENOS

FACE	VALOR
1	3,13
2	2,50
3	2,00
4	1,60
5	1,28
6	1,02
7	0,82
8	0,66
9	0,52
10	0,42
11	0,34
12	0,27
13	0,21
14	0,17
15	0,14

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

PLANTA DE VALORES DAS EDIFICAÇÕES

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO ALTO

Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	12,50	12,50	11,25	10,00	8,75	7,50
2	11,88	11,88	10,69	9,50	8,31	7,13
3	11,28	11,28	10,15	9,03	7,90	6,77
4	10,72	10,72	9,65	8,57	7,50	6,43
5	10,18	10,18	9,16	8,15	7,13	6,11
6	9,67	9,67	8,71	7,74	6,77	5,80
7	9,19	9,19	8,27	7,35	6,43	5,51
8	8,73	8,73	7,86	6,98	6,11	5,24
9	8,29	8,29	7,46	6,63	5,80	4,98
10	7,88	7,88	7,09	6,30	5,51	4,73
11	7,48	7,48	6,74	5,99	5,24	4,49
12	7,11	7,11	6,40	5,69	4,98	4,27
13	6,75	6,75	6,08	5,40	4,73	4,05
14	6,42	6,42	5,78	5,13	4,49	3,85
15	6,10	6,10	5,49	4,88	4,27	3,66

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO MUITO BOM

Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	10,00	10,00	9,00	8,00	7,00	6,00
2	9,50	9,50	8,55	7,60	6,65	5,70
3						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	9,03	9,03	8,12	7,22	6,32	5,42
4	8,57	8,57	7,72	6,86	6,00	5,14
5	8,15	8,15	7,33	6,52	5,70	4,89
6	7,74	7,74	6,96	6,19	5,42	4,64
7	7,35	7,35	6,62	5,88	5,15	4,41
8	6,98	6,98	6,29	5,59	4,89	4,19
9	6,63	6,63	5,97	5,31	4,64	3,98
10	6,30	6,30	5,67	5,04	4,41	3,78
11	5,99	5,99	5,39	4,79	4,19	3,59
12	5,69	5,69	5,12	4,55	3,98	3,41
13	5,40	5,40	4,86	4,32	3,78	3,24
14	5,13	5,13	4,62	4,11	3,59	3,08
15	4,88	4,88	4,39	3,90	3,41	2,93

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	8,00	8,00	7,20	6,40	5,60	4,80
2	7,60	7,60	6,84	6,08	5,32	4,56
3	7,22	7,22	6,50	5,78	5,05	4,33
4	6,86	6,86	6,17	5,49	4,80	4,12
5	6,52	6,52	5,86	5,21	4,56	3,91
6	6,19	6,19	5,57	4,95	4,33	3,71
7	5,88	5,88	5,29	4,70	4,12	3,53
8	5,59	5,59	5,03	4,47	3,91	3,35
9	5,31	5,31	4,78	4,25	3,72	3,18

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

10	5,04	5,04	4,54	4,03	3,53	3,03
11	4,79	4,79	4,31	3,83	3,35	2,87
12	4,55	4,55	4,10	3,64	3,19	2,73
13	4,32	4,32	3,89	3,46	3,03	2,59
14	4,11	4,11	3,70	3,29	2,87	2,46
15	3,90	3,90	3,51	3,12	2,73	2,34

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO MÉDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,40	6,40	5,76	5,12	4,48	3,84
2	6,08	6,08	5,47	4,86	4,26	3,65
3	5,78	5,78	5,20	4,62	4,04	3,47
4	5,49	5,49	4,94	4,39	3,84	3,29
5	5,21	5,21	4,69	4,17	3,65	3,13
6	4,95	4,95	4,46	3,96	3,47	2,97
7	4,70	4,70	4,23	3,76	3,29	2,82
8	4,47	4,47	4,02	3,58	3,13	2,68
9	4,25	4,25	3,82	3,40	2,97	2,55
10	4,03	4,03	3,63	3,23	2,82	2,42
11	3,83	3,83	3,45	3,07	2,68	2,30
12	3,64	3,64	3,28	2,91	2,55	2,18
13	3,46	3,46	3,11	2,77	2,42	2,07
14	3,29	3,29	2,96	2,63	2,30	1,97
15	3,12	3,12	2,81	2,50	2,18	1,87

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO SIMPLES

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,12	5,12	4,61	4,10	3,58	3,07
2	4,86	4,86	4,38	3,89	3,40	2,92
3	4,62	4,62	4,16	3,70	3,23	2,77
4	4,39	4,39	3,95	3,51	3,07	2,63
5	4,17	4,17	3,75	3,34	2,92	2,50
6	3,96	3,96	3,57	3,17	2,77	2,38
7	3,76	3,76	3,39	3,01	2,63	2,26
8	3,58	3,58	3,22	2,86	2,50	2,15
9	3,40	3,40	3,06	2,72	2,38	2,04
10	3,23	3,23	2,90	2,58	2,26	1,94
11	3,07	3,07	2,76	2,45	2,15	1,84
12	2,91	2,91	2,62	2,33	2,04	1,75
13	2,77	2,77	2,49	2,21	1,94	1,66
14	2,63	2,63	2,37	2,10	1,84	1,58
15	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50

CASA EM ALVENARIA - PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,10	4,10	3,69	3,28	2,87	2,46
2	3,89	3,89	3,50	3,11	2,72	2,33
3	3,70	3,70	3,33	2,96	2,59	2,22
4	3,51	3,51	3,16	2,81	2,46	2,11
5						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	3,34	3,34	3,00	2,67	2,34	2,00
6	3,17	3,17	2,85	2,54	2,22	1,90
7	3,01	3,01	2,71	2,41	2,11	1,81
8	2,86	2,86	2,57	2,29	2,00	1,72
9	2,72	2,72	2,45	2,17	1,90	1,63
10	2,58	2,58	2,32	2,07	1,81	1,55
11	2,45	2,45	2,21	1,96	1,72	1,47
12	2,33	2,33	2,10	1,86	1,63	1,40
13	2,21	2,21	1,99	1,77	1,55	1,33
14	2,10	2,10	1,89	1,68	1,47	1,26
15	2,00	2,00	1,80	1,60	1,40	1,20

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO ALTO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	10,00	10,00	9,00	8,00	7,00	6,00
2	9,50	9,50	8,55	7,60	6,65	5,70
3	9,03	9,03	8,12	7,22	6,32	5,42
4	8,57	8,57	7,72	6,86	6,00	5,14
5	8,15	8,15	7,33	6,52	5,70	4,89
6	7,74	7,74	6,96	6,19	5,42	4,64
7	7,35	7,35	6,62	5,88	5,15	4,41
8	6,98	6,98	6,29	5,59	4,89	4,19
9	6,63	6,63	5,97	5,31	4,64	3,98
10	6,30	6,30	5,67	5,04	4,41	3,78
11	5,99	5,99	5,39	4,79	4,19	3,59
12						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	5,69	5,69	5,12	4,55	3,98	3,41
13	5,40	5,40	4,86	4,32	3,78	3,24
14	5,13	5,13	4,62	4,11	3,59	3,08
15	4,88	4,88	4,39	3,90	3,41	2,93

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO MUITO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	8,00	8,00	7,20	6,40	5,60	4,80
2	7,60	7,60	6,84	6,08	5,32	4,56
3	7,22	7,22	6,50	5,78	5,05	4,33
4	6,86	6,86	6,17	5,49	4,80	4,12
5	6,52	6,52	5,86	5,21	4,56	3,91
6	6,19	6,19	5,57	4,95	4,33	3,71
7	5,88	5,88	5,29	4,70	4,12	3,53
8	5,59	5,59	5,03	4,47	3,91	3,35
9	5,31	5,31	4,78	4,25	3,72	3,18
10	5,04	5,04	4,54	4,03	3,53	3,03
11	4,79	4,79	4,31	3,83	3,35	2,87
12	4,55	4,55	4,10	3,64	3,19	2,73
13	4,32	4,32	3,89	3,46	3,03	2,59
14	4,11	4,11	3,70	3,29	2,87	2,46
15	3,90	3,90	3,51	3,12	2,73	2,34

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

1	6,40	6,40	5,76	5,12	4,48	3,84
2	6,08	6,08	5,47	4,86	4,26	3,65
3	5,78	5,78	5,20	4,62	4,04	3,47
4	5,49	5,49	4,94	4,39	3,84	3,29
5	5,21	5,21	4,69	4,17	3,65	3,13
6	4,95	4,95	4,46	3,96	3,47	2,97
7	4,70	4,70	4,23	3,76	3,29	2,82
8	4,47	4,47	4,02	3,58	3,13	2,68
9	4,25	4,25	3,82	3,40	2,97	2,55
10	4,03	4,03	3,63	3,23	2,82	2,42
11	3,83	3,83	3,45	3,07	2,68	2,30
12	3,64	3,64	3,28	2,91	2,55	2,18
13	3,46	3,46	3,11	2,77	2,42	2,07
14	3,29	3,29	2,96	2,63	2,30	1,97
15	3,12	3,12	2,81	2,50	2,18	1,87

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO MEDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,12	5,12	4,61	4,10	3,58	3,07
2	4,86	4,86	4,38	3,89	3,40	2,92
3	4,62	4,62	4,16	3,70	3,23	2,77
4	4,39	4,39	3,95	3,51	3,07	2,63
5	4,17	4,17	3,75	3,34	2,92	2,50
6	3,96	3,96	3,57	3,17	2,77	2,38

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

7	3,76	3,76	3,39	3,01	2,63	2,26
8	3,58	3,58	3,22	2,86	2,50	2,15
9	3,40	3,40	3,06	2,72	2,38	2,04
10	3,23	3,23	2,90	2,58	2,26	1,94
11	3,07	3,07	2,76	2,45	2,15	1,84
12	2,91	2,91	2,62	2,33	2,04	1,75
13	2,77	2,77	2,49	2,21	1,94	1,66
14	2,63	2,63	2,37	2,10	1,84	1,58
15	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO SIMPLES						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,10	4,10	3,69	3,28	2,87	2,46
2	3,89	3,89	3,50	3,11	2,72	2,33
3	3,70	3,70	3,33	2,96	2,59	2,22
4	3,51	3,51	3,16	2,81	2,46	2,11
5	3,34	3,34	3,00	2,67	2,34	2,00
6	3,17	3,17	2,85	2,54	2,22	1,90
7	3,01	3,01	2,71	2,41	2,11	1,81
8	2,86	2,86	2,57	2,29	2,00	1,72
9	2,72	2,72	2,45	2,17	1,90	1,63
10	2,58	2,58	2,32	2,07	1,81	1,55
11	2,45	2,45	2,21	1,96	1,72	1,47
12	2,33	2,33	2,10	1,86	1,63	1,40
13	2,21	2,21	1,99	1,77	1,55	1,33

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

14	2,10	2,10	1,89	1,68	1,47	1,26
15	2,00	2,00	1,80	1,60	1,40	1,20

APARTAMENTO EM ALVENARIA - PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,28	3,28	2,95	2,62	2,29	1,97
2	3,11	3,11	2,80	2,49	2,18	1,87
3	2,96	2,96	2,66	2,37	2,07	1,77
4	2,81	2,81	2,53	2,25	1,97	1,69
5	2,67	2,67	2,40	2,14	1,87	1,60
6	2,54	2,54	2,28	2,03	1,77	1,52
7	2,41	2,41	2,17	1,93	1,69	1,45
8	2,29	2,29	2,06	1,83	1,60	1,37
9	2,17	2,17	1,96	1,74	1,52	1,30
10	2,07	2,07	1,86	1,65	1,45	1,24
11	1,96	1,96	1,77	1,57	1,37	1,18
12	1,86	1,86	1,68	1,49	1,30	1,12
13	1,77	1,77	1,59	1,42	1,24	1,06
14	1,68	1,68	1,51	1,35	1,18	1,01
15	1,60	1,60	1,44	1,28	1,12	0,96

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA ALTO PADRÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	9,38	9,38	8,44	7,50	6,56	5,63
2						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	8,91	8,91	8,02	7,13	6,23	5,34
3	8,46	8,46	7,61	6,77	5,92	5,08
4	8,04	8,04	7,23	6,43	5,63	4,82
5	7,64	7,64	6,87	6,11	5,35	4,58
6	7,25	7,25	6,53	5,80	5,08	4,35
7	6,89	6,89	6,20	5,51	4,82	4,13
8	6,55	6,55	5,89	5,24	4,58	3,93
9	6,22	6,22	5,60	4,98	4,35	3,73
10	5,91	5,91	5,32	4,73	4,14	3,55
11	5,61	5,61	5,05	4,49	3,93	3,37
12	5,33	5,33	4,80	4,27	3,73	3,20
13	5,07	5,07	4,56	4,05	3,55	3,04
14	4,81	4,81	4,33	3,85	3,37	2,89
15	4,57	4,57	4,11	3,66	3,20	2,74

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO MUITO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	7,50	7,50	6,75	6,00	5,25	4,50
2	7,13	7,13	6,41	5,70	4,99	4,28
3	6,77	6,77	6,09	5,42	4,74	4,06
4	6,43	6,43	5,79	5,14	4,50	3,86
5	6,11	6,11	5,50	4,89	4,28	3,67
6	5,80	5,80	5,22	4,64	4,06	3,48
7	5,51	5,51	4,96	4,41	3,86	3,31
8	5,24	5,24	4,71	4,19	3,67	3,14

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

9	4,98	4,98	4,48	3,98	3,48	2,99
10	4,73	4,73	4,25	3,78	3,31	2,84
11	4,49	4,49	4,04	3,59	3,14	2,69
12	4,27	4,27	3,84	3,41	2,99	2,56
13	4,05	4,05	3,65	3,24	2,84	2,43
14	3,85	3,85	3,47	3,08	2,70	2,31
15	3,66	3,66	3,29	2,93	2,56	2,19

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO BOM						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,00	6,00	5,40	4,80	4,20	3,60
2	5,70	5,70	5,13	4,56	3,99	3,42
3	5,42	5,42	4,87	4,33	3,79	3,25
4	5,14	5,14	4,63	4,12	3,60	3,09
5	4,89	4,89	4,40	3,91	3,42	2,93
6	4,64	4,64	4,18	3,71	3,25	2,79
7	4,41	4,41	3,97	3,53	3,09	2,65
8	4,19	4,19	3,77	3,35	2,93	2,51
9	3,98	3,98	3,58	3,18	2,79	2,39
10	3,78	3,78	3,40	3,03	2,65	2,27
11	3,59	3,59	3,23	2,87	2,51	2,16
12	3,41	3,41	3,07	2,73	2,39	2,05
13						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	3,24	3,24	2,92	2,59	2,27	1,95
14	3,08	3,08	2,77	2,46	2,16	1,85
15	2,93	2,93	2,63	2,34	2,05	1,76

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO MÉDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,80	4,80	4,32	3,84	3,36	2,88
2	4,56	4,56	4,10	3,65	3,19	2,74
3	4,33	4,33	3,90	3,47	3,03	2,60
4	4,12	4,12	3,70	3,29	2,88	2,47
5	3,91	3,91	3,52	3,13	2,74	2,35
6	3,71	3,71	3,34	2,97	2,60	2,23
7	3,53	3,53	3,18	2,82	2,47	2,12
8	3,35	3,35	3,02	2,68	2,35	2,01
9	3,18	3,18	2,87	2,55	2,23	1,91
10	3,03	3,03	2,72	2,42	2,12	1,82
11	2,87	2,87	2,59	2,30	2,01	1,72
12	2,73	2,73	2,46	2,18	1,91	1,64
13	2,59	2,59	2,33	2,07	1,82	1,56
14	2,46	2,46	2,22	1,97	1,72	1,48
15	2,34	2,34	2,11	1,87	1,64	1,40

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO SIMPLES						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,84	3,84	3,46	3,07	2,69	2,30

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

2	3,65	3,65	3,28	2,92	2,55	2,19
3	3,47	3,47	3,12	2,77	2,43	2,08
4	3,29	3,29	2,96	2,63	2,30	1,98
5	3,13	3,13	2,81	2,50	2,19	1,88
6	2,97	2,97	2,67	2,38	2,08	1,78
7	2,82	2,82	2,54	2,26	1,98	1,69
8	2,68	2,68	2,41	2,15	1,88	1,61
9	2,55	2,55	2,29	2,04	1,78	1,53
10	2,42	2,42	2,18	1,94	1,69	1,45
11	2,30	2,30	2,07	1,84	1,61	1,38
12	2,18	2,18	1,97	1,75	1,53	1,31
13	2,07	2,07	1,87	1,66	1,45	1,24
14	1,97	1,97	1,77	1,58	1,38	1,18
15	1,87	1,87	1,69	1,50	1,31	1,12

SALA COMERCIAL EM ALVENARIA PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,07	3,07	2,76	2,46	2,15	1,84
2	2,92	2,92	2,63	2,33	2,04	1,75
3	2,77	2,77	2,50	2,22	1,94	1,66
4	2,63	2,63	2,37	2,11	1,84	1,58
5	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50
6	2,38	2,38	2,14	1,90	1,66	1,43
7	2,26	2,26	2,03	1,81	1,58	1,35
8						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	2,15	2,15	1,93	1,72	1,50	1,29
9	2,04	2,04	1,83	1,63	1,43	1,22
10	1,94	1,94	1,74	1,55	1,36	1,16
11	1,84	1,84	1,66	1,47	1,29	1,10
12	1,75	1,75	1,57	1,40	1,22	1,05
13	1,66	1,66	1,49	1,33	1,16	1,00
14	1,58	1,58	1,42	1,26	1,10	0,95
15	1,50	1,50	1,35	1,20	1,05	0,90

CONSTRUÇÃO EM MADEIRA DUPLA						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

CONSTRUÇÃO EM MADEIRA SIMPLES						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,00	5,00	4,50	4,00	3,50	3,00
2	4,75	4,75	4,28	3,80	3,33	2,85
3	4,51	4,51	4,06	3,61	3,16	2,71
4	4,29	4,29	3,86	3,43	3,00	2,57
5	4,07	4,07	3,67	3,26	2,85	2,44
6	3,87	3,87	3,48	3,10	2,71	2,32
7	3,68	3,68	3,31	2,94	2,57	2,21
8	3,49	3,49	3,14	2,79	2,44	2,10
9	3,32	3,32	2,99	2,65	2,32	1,99
10	3,15	3,15	2,84	2,52	2,21	1,89
11	2,99	2,99	2,69	2,39	2,10	1,80
12	2,84	2,84	2,56	2,28	1,99	1,71
13	2,70	2,70	2,43	2,16	1,89	1,62
14	2,57	2,57	2,31	2,05	1,80	1,54
15	2,44	2,44	2,19	1,95	1,71	1,46

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PAVILHÕES DE ALTO PADRÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	7,50	7,50	6,75	6,00	5,25	4,50
2	7,13	7,13	6,41	5,70	4,99	4,28
3	6,77	6,77	6,09	5,42	4,74	4,06

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

4	6,43	6,43	5,79	5,14	4,50	3,86
5	6,11	6,11	5,50	4,89	4,28	3,67
6	5,80	5,80	5,22	4,64	4,06	3,48
7	5,51	5,51	4,96	4,41	3,86	3,31
8	5,24	5,24	4,71	4,19	3,67	3,14
9	4,98	4,98	4,48	3,98	3,48	2,99
10	4,73	4,73	4,25	3,78	3,31	2,84
11	4,49	4,49	4,04	3,59	3,14	2,69
12	4,27	4,27	3,84	3,41	2,99	2,56
13	4,05	4,05	3,65	3,24	2,84	2,43
14	3,85	3,85	3,47	3,08	2,70	2,31
15	3,66	3,66	3,29	2,93	2,56	2,19

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PAVILHÕES DE PADRÃO MÉDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,00	6,00	5,40	4,80	4,20	3,60
2	5,70	5,70	5,13	4,56	3,99	3,42
3	5,42	5,42	4,87	4,33	3,79	3,25
4	5,14	5,14	4,63	4,12	3,60	3,09
5	4,89	4,89	4,40	3,91	3,42	2,93
6	4,64	4,64	4,18	3,71	3,25	2,79
7	4,41	4,41	3,97	3,53	3,09	2,65
8	4,19	4,19	3,77	3,35	2,93	2,51
9	3,98	3,98	3,58	3,18	2,79	2,39
10						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	3,78	3,78	3,40	3,03	2,65	2,27
11	3,59	3,59	3,23	2,87	2,51	2,16
12	3,41	3,41	3,07	2,73	2,39	2,05
13	3,24	3,24	2,92	2,59	2,27	1,95
14	3,08	3,08	2,77	2,46	2,16	1,85
15	2,93	2,93	2,63	2,34	2,05	1,76

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA PAVILHÕES DE PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,80	4,80	4,32	3,84	3,36	2,88
2	4,56	4,56	4,10	3,65	3,19	2,74
3	4,33	4,33	3,90	3,47	3,03	2,60
4	4,12	4,12	3,70	3,29	2,88	2,47
5	3,91	3,91	3,52	3,13	2,74	2,35
6	3,71	3,71	3,34	2,97	2,60	2,23
7	3,53	3,53	3,18	2,82	2,47	2,12
8	3,35	3,35	3,02	2,68	2,35	2,01
9	3,18	3,18	2,87	2,55	2,23	1,91
10	3,03	3,03	2,72	2,42	2,12	1,82
11	2,87	2,87	2,59	2,30	2,01	1,72
12	2,73	2,73	2,46	2,18	1,91	1,64
13	2,59	2,59	2,33	2,07	1,82	1,56
14	2,46	2,46	2,22	1,97	1,72	1,48
15	2,34	2,34	2,11	1,87	1,64	1,40

CONSTRUÇÃO METALICA PAVILHÕES PARA DEPOSITO DE CEREAIS

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) EM ALVENARIA DE ALTO PADRÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) EM ALVENARIA PADRÃO MEDIO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	5,00	5,00	4,50	4,00	3,50	3,00
2	4,75	4,75	4,28	3,80	3,33	2,85
3	4,51	4,51	4,06	3,61	3,16	2,71
4	4,29	4,29	3,86	3,43	3,00	2,57
5	4,07	4,07	3,67	3,26	2,85	2,44
6	3,87	3,87	3,48	3,10	2,71	2,32
7	3,68	3,68	3,31	2,94	2,57	2,21
8	3,49	3,49	3,14	2,79	2,44	2,10
9	3,32	3,32	2,99	2,65	2,32	1,99
10	3,15	3,15	2,84	2,52	2,21	1,89
11	2,99	2,99	2,69	2,39	2,10	1,80

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

12	2,84	2,84	2,56	2,28	1,99	1,71
13	2,70	2,70	2,43	2,16	1,89	1,62
14	2,57	2,57	2,31	2,05	1,80	1,54
15	2,44	2,44	2,19	1,95	1,71	1,46

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) EM ALVENARIA PADRÃO BAIXO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	4,00	4,00	3,60	3,20	2,80	2,40
2	3,80	3,80	3,42	3,04	2,66	2,28
3	3,61	3,61	3,25	2,89	2,53	2,17
4	3,43	3,43	3,09	2,74	2,40	2,06
5	3,26	3,26	2,93	2,61	2,28	1,95
6	3,10	3,10	2,79	2,48	2,17	1,86
7	2,94	2,94	2,65	2,35	2,06	1,76
8	2,79	2,79	2,51	2,23	1,96	1,68
9	2,65	2,65	2,39	2,12	1,86	1,59
10	2,52	2,52	2,27	2,02	1,76	1,51
11	2,39	2,39	2,16	1,92	1,68	1,44
12	2,28	2,28	2,05	1,82	1,59	1,37
13	2,16	2,16	1,95	1,73	1,51	1,30
14	2,05	2,05	1,85	1,64	1,44	1,23
15	1,95	1,95	1,76	1,56	1,37	1,17

CONSTRUÇÃO (GALPÃO) NÃO HABITAVEL EM MADEIRA						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO	MUITO BOM	BOM	REGULAR	RUIM

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

		0,00%	10,00%	20,00%	30,00%	40,00%
1	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50
2	2,38	2,38	2,14	1,90	1,66	1,43
3	2,26	2,26	2,03	1,81	1,58	1,35
4	2,14	2,14	1,93	1,71	1,50	1,29
5	2,04	2,04	1,83	1,63	1,43	1,22
6	1,93	1,93	1,74	1,55	1,35	1,16
7	1,84	1,84	1,65	1,47	1,29	1,10
8	1,75	1,75	1,57	1,40	1,22	1,05
9	1,66	1,66	1,49	1,33	1,16	1,00
10	1,58	1,58	1,42	1,26	1,10	0,95
11	1,50	1,50	1,35	1,20	1,05	0,90
12	1,42	1,42	1,28	1,14	1,00	0,85
13	1,35	1,35	1,22	1,08	0,95	0,81
14	1,28	1,28	1,16	1,03	0,90	0,77
15	1,22	1,22	1,10	0,98	0,85	0,73

TELHEIROS METALICOS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	3,75	3,75	3,38	3,00	2,63	2,25
2	3,56	3,56	3,21	2,85	2,49	2,14
3	3,38	3,38	3,05	2,71	2,37	2,03
4	3,22	3,22	2,89	2,57	2,25	1,93
5	3,05	3,05	2,75	2,44	2,14	1,83
6	2,90	2,90	2,61	2,32	2,03	1,74
7						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	2,76	2,76	2,48	2,21	1,93	1,65
8	2,62	2,62	2,36	2,10	1,83	1,57
9	2,49	2,49	2,24	1,99	1,74	1,49
10	2,36	2,36	2,13	1,89	1,65	1,42
11	2,25	2,25	2,02	1,80	1,57	1,35
12	2,13	2,13	1,92	1,71	1,49	1,28
13	2,03	2,03	1,82	1,62	1,42	1,22
14	1,93	1,93	1,73	1,54	1,35	1,16
15	1,83	1,83	1,65	1,46	1,28	1,10

TELHEIROS COMUNS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	2,50	2,50	2,25	2,00	1,75	1,50
2	2,38	2,38	2,14	1,90	1,66	1,43
3	2,26	2,26	2,03	1,81	1,58	1,35
4	2,14	2,14	1,93	1,71	1,50	1,29
5	2,04	2,04	1,83	1,63	1,43	1,22
6	1,93	1,93	1,74	1,55	1,35	1,16
7	1,84	1,84	1,65	1,47	1,29	1,10
8	1,75	1,75	1,57	1,40	1,22	1,05
9	1,66	1,66	1,49	1,33	1,16	1,00
10	1,58	1,58	1,42	1,26	1,10	0,95
11	1,50	1,50	1,35	1,20	1,05	0,90
12	1,42	1,42	1,28	1,14	1,00	0,85
13	1,35	1,35	1,22	1,08	0,95	0,81

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

14	1,28	1,28	1,16	1,03	0,90	0,77
15	1,22	1,22	1,10	0,98	0,85	0,73

PISCINAS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	9,38	9,38	8,44	7,50	6,56	5,63
2	8,91	8,91	8,02	7,13	6,23	5,34
3	8,46	8,46	7,61	6,77	5,92	5,08
4	8,04	8,04	7,23	6,43	5,63	4,82
5	7,64	7,64	6,87	6,11	5,35	4,58
6	7,25	7,25	6,53	5,80	5,08	4,35
7	6,89	6,89	6,20	5,51	4,82	4,13
8	6,55	6,55	5,89	5,24	4,58	3,93
9	6,22	6,22	5,60	4,98	4,35	3,73
10	5,91	5,91	5,32	4,73	4,14	3,55
11	5,61	5,61	5,05	4,49	3,93	3,37
12	5,33	5,33	4,80	4,27	3,73	3,20
13	5,07	5,07	4,56	4,05	3,55	3,04
14	4,81	4,81	4,33	3,85	3,37	2,89
15	4,57	4,57	4,11	3,66	3,20	2,74

TORRES DE TRANSMISSÃO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	18,75	18,75	16,88	15,00	13,13	11,25
2						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	17,81	17,81	16,03	14,25	12,47	10,69
3	16,92	16,92	15,23	13,54	11,85	10,15
4	16,08	16,08	14,47	12,86	11,25	9,65
5	15,27	15,27	13,74	12,22	10,69	9,16
6	14,51	14,51	13,06	11,61	10,16	8,71
7	13,78	13,78	12,40	11,03	9,65	8,27
8	13,09	13,09	11,78	10,48	9,17	7,86
9	12,44	12,44	11,20	9,95	8,71	7,46
10	11,82	11,82	10,64	9,45	8,27	7,09
11	11,23	11,23	10,10	8,98	7,86	6,74
12	10,67	10,67	9,60	8,53	7,47	6,40
13	10,13	10,13	9,12	8,11	7,09	6,08
14	9,63	9,63	8,66	7,70	6,74	5,78
15	9,14	9,14	8,23	7,32	6,40	5,49

TANQUES METALICOS						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	12,50	12,50	11,25	10,00	8,75	7,50
2	11,88	11,88	10,69	9,50	8,31	7,13
3	11,28	11,28	10,15	9,03	7,90	6,77
4	10,72	10,72	9,65	8,57	7,50	6,43
5	10,18	10,18	9,16	8,15	7,13	6,11
6	9,67	9,67	8,71	7,74	6,77	5,80
7	9,19	9,19	8,27	7,35	6,43	5,51
8	8,73	8,73	7,86	6,98	6,11	5,24

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

9	8,29	8,29	7,46	6,63	5,80	4,98
10	7,88	7,88	7,09	6,30	5,51	4,73
11	7,48	7,48	6,74	5,99	5,24	4,49
12	7,11	7,11	6,40	5,69	4,98	4,27
13	6,75	6,75	6,08	5,40	4,73	4,05
14	6,42	6,42	5,78	5,13	4,49	3,85
15	6,10	6,10	5,49	4,88	4,27	3,66

BOX DE ESTACIONAMENTO COBERTO						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	12,50	12,50	11,25	10,00	8,75	7,50
2	11,88	11,88	10,69	9,50	8,31	7,13
3	11,28	11,28	10,15	9,03	7,90	6,77
4	10,72	10,72	9,65	8,57	7,50	6,43
5	10,18	10,18	9,16	8,15	7,13	6,11
6	9,67	9,67	8,71	7,74	6,77	5,80
7	9,19	9,19	8,27	7,35	6,43	5,51
8	8,73	8,73	7,86	6,98	6,11	5,24
9	8,29	8,29	7,46	6,63	5,80	4,98
10	7,88	7,88	7,09	6,30	5,51	4,73
11	7,48	7,48	6,74	5,99	5,24	4,49
12	7,11	7,11	6,40	5,69	4,98	4,27
13	6,75	6,75	6,08	5,40	4,73	4,05
14	6,42	6,42	5,78	5,13	4,49	3,85
15						

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

	6,10	6,10	5,49	4,88	4,27	3,66

BOX DE ESTACIONAMENTO SEM COBERTURA						
Faces de quadra	Valor do m² construído	OTIMO 0,00%	MUITO BOM 10,00%	BOM 20,00%	REGULAR 30,00%	RUIM 40,00%
1	6,25	6,25	5,63	5,00	4,38	3,75
2	5,94	5,94	5,34	4,75	4,16	3,56
3	5,64	5,64	5,08	4,51	3,95	3,38
4	5,36	5,36	4,82	4,29	3,75	3,22
5	5,09	5,09	4,58	4,07	3,56	3,05
6	4,84	4,84	4,35	3,87	3,39	2,90
7	4,59	4,59	4,13	3,68	3,22	2,76
8	4,36	4,36	3,93	3,49	3,06	2,62
9	4,15	4,15	3,73	3,32	2,90	2,49
10	3,94	3,94	3,55	3,15	2,76	2,36
11	3,74	3,74	3,37	2,99	2,62	2,25
12	3,56	3,56	3,20	2,84	2,49	2,13
13	3,38	3,38	3,04	2,70	2,36	2,03
14	3,21	3,21	2,89	2,57	2,25	1,93
15	3,05	3,05	2,74	2,44	2,13	1,83

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

ANEXO III

TAXAS, ALÍQUOTAS E CONTRIBUIÇÕES

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

1 – Sociedades de Profissionais, pagara pelo valor atribuído na tabela abaixo, multiplicado pelo numero de profissionais da sociedade.

2 – Demais Profissionais autônomos, pagarão em conformidade com a coluna de pessoas físicas da tabela abaixo.

3 – Os demais profissionais sujeitos a ISS variável, pagarão pela receita bruta, aplicando-se as alíquotas da coluna três da tabela abaixo.

TABELA I

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	FISICA	JURIDICA
DESCRICAO DOS SERVICOS	URM	ALIQ%
1 - Serviços de informática e congêneres. 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	0,50	3% 3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

1.02 - Programação. 1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação. 1.06 - Assessoria e consultoria em informática. 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. 1.09 - Disponibilização, sem sessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).		3% 3% 3%
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. 2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3.0	3%
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres. 3.01 – (VETADO) 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. 3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. 3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. 3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3.0	3%
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	3.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

4.01 - Medicina e biomedicina. 4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. 4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres. 4.04 - Instrumentação cirúrgica. 4.05 - Acupuntura. 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. 4.07 - Serviços farmacêuticos. 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental. 4.10 - Nutrição. 4.11 - Obstetrícia. 4.12 - Odontologia. 4.13 - Ortóptica. 4.14 - Próteses sob encomenda. 4.15 - Psicanálise. 4.16 - Psicologia. 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. 4.18 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres. 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.		

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres. 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia. 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária. 5.04 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres. 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres. 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3.0	3%
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres. 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas. 6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres. 6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	1,5	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres. 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. 7.04 – Demolição. 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço. 7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. 7.08 – Calafetação. 7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. 7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. 7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. 7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. 7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3.0	3 %

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

7.14 – (VETADO) 7.15 – (VETADO) 7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. 7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres. 7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. 7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. 7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. 7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais. 7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.		
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza. 8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	10.0	2%
9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres. 9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service** , **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços). 9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

9.03 - Guias de turismo.		
10 - Serviços de intermediação e congêneres. 10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada. 10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. 10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. 10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**). 10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. 10.06 - Agenciamento marítimo. 10.07 - Agenciamento de notícias. 10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios. 10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. 10.10 - Distribuição de bens de terceiros.	2.0	5%
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres. 11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. 11.02 **-** Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. 11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas. 11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	1,5	3%
12 – Diversões públicas. 12.01 - Espetáculos teatrais. 12.02 - Exibições cinematográficas. 12.03 - Espetáculos circenses. 12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

12.04 - Programas de auditório. 12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. 12.06 - Boates, **taxi-dancing** e congêneres. 12.07 - **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. 12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres. 12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. 12.10 - Corridas e competições de animais. 12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. 12.12 - Execução de música. 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. 12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. 12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. 12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres. 12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.		

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia. 13.01 – (VETADO) 13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. 13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. 13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização. 13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

14 - Serviços relativos a bens de terceiros. 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). 14.02 - Assistência técnica. 14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). 14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus. 14.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. 14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. 14.07 - Colocação de molduras e congêneres. 14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres. 14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento. 14.10 - Tinturaria e lavanderia. 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral. 14.12 - Funilaria e lanternagem. 14.13 - Carpintaria e serralheria. 14.14 -Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	1.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. 15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. 15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. 15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. 15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. 15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. 15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas sem geral, por qualquer meio ou processo. 15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; missão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins. 15.09 - Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**). 15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. 15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles	5.0	5%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

relacionados. 15.12- Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito. 15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. 15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. 15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. 15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. 15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. 15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.		
16 – Serviços de transporte de natureza municipal. 16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2.0	3%
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres. 17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. 17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

infra-estrutura administrativa e congêneres. 17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. 17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. 17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço. 17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. 17.07 – (VETADO) 17.08 – Franquia (franchising). 17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. 17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. 17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS). 17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. 17.13 – Leilão e congêneres. 17.14 – Advocacia. 17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. 17.16 – Auditoria. 17.17 – Análise de Organização e Métodos. 17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. 17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. 17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira. 17.21 – Estatística. 17.22 – Cobrança em geral. 17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). 17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. 17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens		

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

de recepção livre e gratuita).		
18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. 18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2.0	3%
19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. 19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	2.0	5%
20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários. 20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres. 20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. 20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	2.0	3%
21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. 21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		3%
22 - Serviços de exploração de rodovia. 22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

23- Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. 23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2.0	3.%
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres. 24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.	1.0	2%
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. 25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. 25.03 – Planos ou convênio funerários. 25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. 25.05 Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3.0	3%
26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres. 26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.	2.0	3%
27 - Serviços de assistência social. 27.01 - Serviços de assistência social.	3.0	3%
28-Serviços de Avaliação de bens e serviços de qualquer natureza 28-01- Serviços de Avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3.0	3%
29 - Serviços de biblioteconomia. 29.01 - Serviços de biblioteconomia.	1.0	3%
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química. 30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2.0	3%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
32 - Serviços de desenhos técnicos. 32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	2.0	3%
33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. 33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2.0	3%
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. 34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2.0	3%
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo erelações públicas. 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2.0	3%
36 - Serviços de meteorologia. 36.01 - Serviços de meteorologia.	2.0	3%
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2.0	3%
38 - Serviços de museologia. 38.01 - Serviços de museologia.	2.0	3%
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação. 39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2.0	3%
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda. 40.01 - Obras de arte sob encomenda.	2.0	3%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
868
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
210
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

TABELA II

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES

I - LICENÇA INICIAL PARA FUNCIONAMENTO COM LOCALIZAÇÃO FIXA VALORES EM VRM

COMÉRCIO	
Micro Empresa	3,00
Empresa de Pequeno Porte	5,00
Geral	15,00
INDÚSTRIA	
Micro Empresa	3,00
Empresa de Pequeno Porte	5,00
Geral	15,00
Estabelecimento Bancários	15,00
Prestador de Serviço (empresa)	2,00
Autônomo	1,00

II - DOS AMBULANTES EM CARÁTER EVENTUAL, QUANDO A EVENTUALIDADE FOR IGUAL OU INFERIOR A 07 (SETE) DIAS, POR DIA.

Sem veículo	0,30
Com veículo	0,75
Em tendas, estandes e similares	0,75
Feiras	3,00

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

III - DOS AMBULANTES EM CARÁTER EVENTUAL, QUANDO A EVENTUALIDADE FOR SUPERIOR A 07 (SETE) DIAS, POR MÊS OU FRAÇÃO

Sem veículo	0,20
Com veículo	0,40
Em tendas, estandes e similares	0,40
Carros de sorvete, picolés, churrasquinhos e afins. Contribuintes inscritos neste Município.	0,20

IV - DOS AMBULANTES EM CARÁTER PERMANENTE

Sem veículo ou com veículo de tração animal	2,00
Com veículo	5,00
Em tendas, estandes e similares	3,00
Carros de sorvete, picolés, churrasquinhos e afins. Contribuintes inscritos neste Município.	1,00
Produtores primários do Município, para comercialização de sua própria produção, comerciantes para instalação em feiras e eventos.	Isentos

V - DIVERSÕES PÚBLICAS

Bailes, festas e afins de interesse particular por evento, salões de até 300 m²	1,00

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Bailes, festas e afins de interesse particular por evento, salões com mais de 300 m²	2,00
Bailes, festas e afins de interesse social por evento	Isento
Circos, espetáculos e afins por dia	1,00
Torneios, competições e afins. Por evento de interesse particular.	1,00
Instalação de eventos em local publico. Por dia	1,00

TABELA VI

TABELA DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E/OU VISTORIA DE ESTABELECIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA VALORES EM VRM

COMÉRCIO	
Micro Empresa	1,00
Empresa de Pequeno Porte	1,50
Geral	2,00
INDÚSTRIA	
Micro Empresa	1,00
Empresa de Pequeno Porte	2,00
Geral	3,00
Estabelecimento Bancários	10,00
Prestador de Serviço (empresa)	1,00
Autônomo	0,50

TABELA VII

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS VALORES EM VRM

Depósito de materiais ou entulhos por dia	0,05

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Circos, parques de diversão e congêneres por mês ou fração	1,00
Anúncios publicitários, sob a forma de tabelas, painéis ou similares por m²	0,05

TABELA VIII

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE PUBLICIDADE VALORES EM VRM

Faixas e anúncios em muros por unidade e por vez	0,10
Publicidade efetuada em alto-falantes, em veículo, por dia	0,10
Publicidade efetuada por alto-falante na parte externa dos estabelecimentos comerciais ou a esses equiparados, por dia	0,10
Publicidade sonora ou audiovisual (painéis) para fins comerciais por quaisquer processos, exceto as efetuadas em jornais, revistas, rádio ou televisão, por ano e por unidade.	0,50

TABELA IX

TABELA PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA VALORES EM VRM

I - APROVAÇÃO DE PROJETOS E LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

Arruamento e Loteamento (excluem-se as áreas destinadas a logradouros públicos e aquelas doadas para o Município sem ônus)	0,005 por m^2
Construção de prédio residencial em alvenaria	0,020 por m^2

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Construção de prédio residencial em madeira	0,010 por m^2
Construção de prédio residencial em madeira e alvenaria (mista)	0,015 por m^2
Construção de pavilhões	0,010 por m^2
Reforma de prédios	0,010 por m^2 de área reformada

II - OUTROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Construção de muro	0,020 por m^2
Construção e instalação de piscina	0,020 por m^2
Construção de marquise, toldo ou cobertura análoga	0,050 por m^2
Desmembramento ou fracionamento de áreas	1,00 por desmembramento
Desmembramento ou fracionamento de áreas na zona rural	1,00 por desmembramento
Fixação de alinhamento em terreno	0,080 por metro de testada
Fixação de alinhamento em terreno de esquina	0,040 por terreno
Colocação ou substituição de bombas de combustível ou lubrificante, inclusive tanques ou reservatórios	2,00 por unidade

TABELA X

TABELA PARA LANÇAMENTO DE TAXA DE COLETA DE LIXO E ENTULHO VALORES EM VRM

Coleta de lixo e entulho por ano ⇒ por unidade cadastrada	0,40
Remoção especial de lixo, como entulho, detritos, animais mortos, e congêneres ⇒ por unidade ou m^3	0,50

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

TABELA XI

TABELA PARA LANÇAMENTO DE TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS E PREÇOS PÚBLICOS

I - TAXAS DE EXPEDIENTE **VALORES EM VRM**

Requerimentos	0,15 por assunto
Certidões, Atestados, Traslados, e similares	0,10 por unidade
Segunda via de documentos	0,10 por unidade
Autenticação de plantas e documentos por unidade	0,05 por unidade ou folha
Vistoria de prédios para expedição de carta de “Habite-se”	0,005 por m2
Busca de documentos em arquivo	0,04 por ano
Emissão de listagem	0,02 por folha

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Reprodução de documentos por cópia fotostática ou similar	0,003 por unidade
Reprodução de cópia heliográfica ou similar	0,12 por unidade
Inscrição para Concurso Público	
⇒ Cargo de Nível Superior	1,00
⇒ Cargo de Nível Médio	0,50
⇒ Cargo de Nível Primário ou sem especificação	0,20
Outros atos ou procedimentos	0,05 p/proced.

II - NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS **VALORES EM VRM**

Fornecimento de número indicativo	0,10

III - CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO **VALORES EM VRM**

Levantamento de pavimentação e/ou abertura de leito de via pública, destinado a interesse particular	
⇒ em ruas pavimentadas com pedra	0,20 por m²
⇒ em ruas pavimentadas com camada asfáltica	0,50 por m²
⇒ em ruas sem pavimentação	0,050 por m²

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
875
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
217
Peça
4558146
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59D6

TABELA XII

TAXA DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Para licenciamento de funcionamento e exercício de atividades, licença para execução de obras particulares, sujeitas ao licenciamento pelo Órgão Municipal do Meio Ambiente, conforme classificação prevista em lei, são considerados os seguintes valores:

I – LICENÇA PRÉVIA (LP)	VALOR EM URMs
Porte mínimo:	
Grau de poluição baixo	1,00
	1,50
Grau de poluição médio	2,00
Grau de poluição alto	
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	2,00
	2,50
Grau de poluição médio	3,00
Grau de poluição alto	
Porte médio:	
Grau de poluição baixo	3,00
Grau de poluição médio	4,00
	5,00
Grau de poluição alto	
Porte grande:	
Grau de poluição baixo	4,00
Grau de poluição médio	6,00
	8,00
Grau de poluição alto	
Porte excepcional:	
Grau de poluição baixo	6,00
Grau de poluição médio	8,00
	10,00
Grau de poluição alto	
PRONAF	1,00
II – LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)	
Porte mínimo:	
Grau de poluição baixo	2,00
	2,50
Grau de poluição médio	3,00
Grau de poluição alto	
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	3,00
Grau de poluição médio	4,00
	5,00
Grau de poluição alto	

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Porte médio:	
Grau de poluição baixo	5,00
Grau de poluição médio	6,50
	8,00
Grau de poluição alto	
Porte grande:	
Grau de poluição baixo	10,00
Grau de poluição médio	15,00
	20,00
Grau de poluição alto	
Porte excepcional:	
Grau de poluição baixo	15,00
Grau de poluição médio	20,00
	25,00
Grau de poluição alto	
PRONAF	2,00
III – LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)	
Porte mínimo:	
Grau de poluição baixo	1,00
	1,50
Grau de poluição médio	2,00
Grau de poluição alto	
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	2,00
	2,50
Grau de poluição médio	3,00
Grau de poluição alto	
Porte médio:	
Grau de poluição baixo	4,00
Grau de poluição médio	6,00
	8,00
Grau de poluição alto	
Porte grande:	
Grau de poluição baixo	6,00
Grau de poluição médio	8,00
	12,00
Grau de poluição alto	
Porte excepcional:	
Grau de poluição baixo	10,00
Grau de poluição médio	12,00
	18,00
Grau de poluição alto	
PRONAF	1,00
IV – LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO (LPI)	**(* para atividades agroindustriais de pequeno porte e baixo impacto ambiental, conforme Resolução do Conama nº 385/2006).**
Porte pequeno:	
Grau de poluição baixo	3,00

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

V – LICENÇA ÚNICA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO (LUIO)	**(*para atividades agroindustriais de pequeno porte e baixo impacto ambiental, conforme Resolução do Conama nº 385/2006).**
Porte pequeno: Grau de poluição baixo	4,00
VI – LICENÇA AMBIENTAL SIMPLICADA	**(*para as atividades definidas pela Resolução COMMAM nº 08 de 23 de abril de 2012).**
Regularização	4,00
Renovação	1,00
VII – 2ª via de licença ambiental	**0,25**
VIII - TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL:	
- Para os estabelecimentos, atividades ou profissões sujeitas à fiscalização dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente, por ano:	1,00
IX - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS AMBIENTAIS	0,20
X - ALTERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	
Potencial baixo	0,50
Potencial médio	0,75
Potencial alto	1,00
XII - DECLARAÇÃO GERAL	0,25
XIII - TERMO DE ENCERRAMENTO	0,50
XIV - AUTORIZAÇÃO GERAL	
Potencial baixo	0,50
Potencial médio	0,75
Potencial alto	1,00

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

XV – MANEJO DE VEGETAÇÃO:	
Uso de recursos naturais	
Manejo de recursos naturais	0,20
Supressão de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração para atividades de uso alternativo do solo (descapoeiramento)	0,20
Supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração – Interesse social	0,20
Exploração de espécies da flora nativa provenientes de formações naturais por meio do corte eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, para consumo nas propriedades rurais, posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais – Interesse social	0,20
Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais	
Exploração de florestas comprovadamente plantadas com espécies nativas fora da Área de Preservação Permanente	0,20
Aproveitamento de árvores tombadas em casos de calamidade pública comprovadamente causada por fenômenos naturais	0,20
Obras civis e demais empreendimentos	
Supressão de vegetação nativa para a implantação ou ampliação de loteamentos e edificações, obras ou atividades citadas na resolução CONSEMA 288/2014	0,20
Obras civis e demais empreendimentos	
Manejo da arborização urbana) arboretos e árvores isoladas	0,20
Podas de espécies imunes ao corte ou outras	0,20
Transplantes de espécies imunes ao corte, em obras de relevante utilidade pública ou interesse social, comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional, observados os itens elencados no art. 3 da Lei 12.651/2012	1,00
Restauração ou recuperação de áreas degradadas (análise do projeto)	0,20

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

TABELA XIII
TABELA PARA LANÇAMENTO DE TAXAS DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAUDE

TABELA INCIDÊNCIA REVALIDAÇÃO ALVARÁ SANITÁRIO

item	I - Fiscalização de estabelecimentos:	Valor Anual Em URMs
a	Consultórios médico, odontológico, veterinário, de psicologia e de nutrição;	**0,50**

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

b	clínicas: médica, odontológica, veterinária, de nutrição, de fisioterapia, de fisiatria, de terapia ocupacional e de radiologia;	**0,50**
c	ambulatórios: médico, de enfermagem, veterinário e outros correlatos;	**0,50**
d	serviços: de fonoaudiologia, de audiometria, de ecografia, de ecocardiografia, de diálise, de radioterapia, de quimioterapia, de medicina nuclear, de tomografia computadorizada e outros correlatos;	**0,50**
e	laboratórios: de análises clínicas, de análises químicas, de patologia, de prótese dentária e correlatos;	**0,50**
f	banco de sangue e outros serviços de sangue e hemoderivados;	**0,40**
g	sauna e outros correlatos;	**0,40**
h	estabelecimentos de cuidado a crianças, com exceção dos estabelecimentos assistenciais.	**0,40**
i	gabinete de massagem, de pedicuro e manicuro e outros correlatos	**0,40**
j	Instituto de beleza e barbearias	**0,40**
k	Drogarias e outros correlatos	**0,40**
item	**II - Fiscalização de Produtos**	**Valor Anual Em URMs**
a	Firma para limpeza e controle de Água	**0,50**
b	desratizadora	**0,40**
c	desinsetizadora	**0,40**
d	comércio de prótese ortopédica	**0,50**
e	comércio de cosméticos	**0,40**
f	Saneantes	**0,40**
g	domissanitários e correlatos	**0,40**
h	Peixaria	**0,40**
i	Bar, lancherias restaurantes, alimentos p/pronta entrega e similares	**0,40**
j	Supermercados e similares	**0,60**
l	Hotel/Motel	**0,60**
m	comércio de produtos alimentícios em geral	**0,60**
n	depósitos de produtos alimentícios e bebidas	**0,60**
o	açougue	**0,60**
p	comércio de produtos alimentícios em "trailler" e outros serviços correlatos;	**0,40**
q	ambulantes em geral	**0,30**
r	veículos de transportes de alimentos	**0,30**

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3393.C90C.A0F1.8F1A.987E.

Página
881

Processo
01373-0200/21-5

Página da peça
1

Peça
4558129

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C5

CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CP 238

CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor-Presidente, **Sr. Arnaldo Luiz Dutra** e por seu Diretor de Operações, **Sr. Ricardo Rover Machado**, doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA**, com sede a Rua 24 de março, nº. 1.890, inscrito no CNPJ sob o nº 94.068.236/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Sérgio Teifke**, doravante denominado MUNICÍPIO, têm entre si, justa e contratada a prestação de serviços relativos à exploração, execução de obras, ampliações e melhorias dos serviços de abastecimento de água e de coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos sanitários na área urbana da sede do município, mediante as seguintes cláusulas e condições, observada a legislação aplicável à matéria:

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se a legislação federal, estadual e municipal afeta ao objeto do contrato, em especial as Leis Federais n.º 8.666/1993; 8.987/95; 11.107/2005; e 11.445/2007; o Decreto Federal n.º 6.017/2007; a Lei Estadual n.º 12.037/2003; e respectiva lei municipal autorizativa da delegação dos serviços públicos ao Ente Regulador delegado.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente contrato é celebrado nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 1.259, de 04 de junho de 2012, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93, observados os procedimentos previstos no art. 26 da mesma lei, bem como a Ata de Reunião de Diretoria Colegiada da CORSAN de n.º 33/2012, de 23 de julho de 2012.

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
882
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
2
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA – Para os efeitos deste contrato, considera-se:

I. **Sistema** - o conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da CORSAN, objeto de todos os contratos de programa celebrados entre os Municípios e a CORSAN.

II. **Serviços** - prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

III. **Plano Plurianual de Investimentos no Sistema** - conjunto de obras e serviços a serem realizados de acordo com o montante de recursos financeiros previstos por períodos de cinco anos, a serem investidos no Sistema.

IV. **Meta de Investimentos de Longo Prazo** - É o montante de recursos financeiros a ser investido no Sistema ao longo do período de duração do Contrato, com revisões quinquenais.

V. **Plano Municipal de Saneamento Básico** - Instrumento da política de saneamento do MUNICÍPIO que deverá abranger o diagnóstico da situação local e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e, mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.

VI. **Atividade regulatória** - É a regulamentação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços, garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, MUNICÍPIO e CORSAN e zelar pelo equilíbrio-financeiro do Sistema de Abastecimento de Água potável e esgotamento sanitário.

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
883
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
3
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

VII. **SAA** - Sistema de Abastecimento de Água – É o conjunto de instalações e equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água potável.

VIII. **SES** - Sistema de Esgotamento Sanitário – É o conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.

DO OBJETO

CLÁUSULA QUARTA - O MUNICÍPIO outorga à CORSAN a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a exploração, execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, na área urbana da sede do município, áreas rurais contínuas ou aglomerados urbanos localizados na zona rural, devidamente identificados na cláusula quinta, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica e, ainda, a Política Estadual de Saneamento.

Subcláusula Primeira - O MUNICÍPIO transfere à CORSAN, o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de acordo com o estipulado no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto – RSAE, realizando também, a CORSAN, a cobrança pelos serviços prestados, sempre com base no Sistema Tarifário vigente.

Subcláusula Segunda - Os investimentos em esgotamento sanitário deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico e serão efetivados respeitada a viabilidade econômico-financeira do Sistema e a obtenção de recursos

CORSAN (SUPEX)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

financeiros necessários a sua execução, obedecidas as bases estabelecidas pela Meta de Investimentos de Longo Prazo.

DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA - A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana da sede do município e áreas rurais contínuas à zona urbana.

Subcláusula Única - A área de atuação poderá, também, contemplar novos aglomerados urbanos da zona rural, nos termos definidos em aditivo contratual a serem firmados.

DO PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA SEXTA - O Contrato vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato poderá ser prorrogado por igual período de 25 (vinte e cinco) anos, por intermédio de Termo Aditivo, mediante manifestação expressa das partes com 01 (um) ano de antecedência.

DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA OITAVA - Na prestação dos serviços, a CORSAN deverá:

I. Estabelecer, através de negociação com o MUNICÍPIO, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, as ações necessárias, definindo prioridades, a serem consideradas para o estabelecimento do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;

II. Operar e manter os serviços de abastecimento de água potável, incluindo a captação, bombeamento, tratamento, adução e distribuição da água, medição do consumo e o controle da qualidade da água, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento;

Página 884
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

III. Operar e manter os serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destino final do esgoto, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento;

IV. Executar direta ou indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o Plano de Saneamento Básico, objetivando o adequado funcionamento dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, observados os limites previstos na Meta de Investimentos de Longo Prazo;

V. Equacionar e solucionar, de forma satisfatória, eventuais problemas no funcionamento dos serviços, de acordo com o regulamento dos serviços;

VI. Melhorar o nível de qualidade dos serviços, de acordo com a legislação atual e superveniente;

VII. Garantir a continuidade dos serviços;

VIII. Atender ao crescimento vegetativo populacional, promovendo as ampliações necessárias, de acordo com os objetivos e normas gerais dos planos oficiais de saneamento;

IX. Adotar tecnologia adequada e empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas pertinentes, garantam a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários;

X. Executar ações visando à manutenção e conservação dos equipamentos e das instalações;

XI. Programar e informar ao MUNICÍPIO, por escrito, as condições técnicas e financeiras, o prazo de início e de conclusão das obras.

Subcláusula Única - A CORSAN compromete-se:

I. Assessorar, tecnicamente, o MUNICÍPIO no processo das revisões periódicas do Plano de Saneamento Básico, previstas na Lei Federal n. 11.445/07.

CORSAN SUPEJ

Página 885
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
886
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
6
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

CLÁUSULA NONA - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I. Situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III. Negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V. Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

Subcláusula Única - As disposições contidas no "caput" serão aplicadas observada a legislação específica e as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, em anexo.

DOS CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA - As metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais serão aferidas por meio dos indicadores definidos no Anexo I deste contrato e demais normas regulamentares.

Subcláusula Primeira - A CORSAN deverá apresentar relatórios anuais de medição dos indicadores referentes a cada contrato de prestação de serviços de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, integrantes do Sistema.

Subcláusula Segunda - A CORSAN deverá apresentar relatórios anuais de medição dos valores médios dos indicadores de todo o Sistema, relativos ao seu desempenho.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
887
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
7
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

Subcláusula Terceira - As metas dos indicadores serão estabelecidas por meio de resolução do Ente Regulador delegado, em conformidade com a Lei Estadual no 11.075/98, observados os parâmetros definidos pelo Contrato de Gestão do Governo do Estado com a CORSAN.

Subcláusula Quarta - Os relatórios com os resultados dos indicadores devem ser encaminhados ao Ente Regulador delegado, anualmente, até 31 de março do ano subseqüente ao do exercício a que se referirem.

Subcláusula Quinta - Os indicadores de qualidade serão revistos nas mesmas datas das revisões tarifárias, por comissão instituída para este fim, sendo composta por servidores da CORSAN, do Ente Regulador delegado e de representantes dos municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O cumprimento das normas relativas à qualidade dos serviços, estabelecidas neste contrato e demais disposições regulamentares, será aferido pelo MUNICÍPIO e pelo Ente Regulador delegado anualmente.

Subcláusula Única - Os resultados da verificação prevista nesta cláusula serão amplamente divulgados na rede mundial de computadores.

DA POLÍTICA TARIFÁRIA

DO PREÇO DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Pela prestação dos serviços que lhe são delegados por este Contrato, a CORSAN cobrará as tarifas discriminadas na Planilha da Estrutura Tarifária do Sistema (Anexo II), sendo estas implementadas pela CORSAN, de forma universal, em todos os MUNICÍPIOS integrantes do Sistema.

Subcláusula Primeira - A Estrutura Tarifária do Sistema deve cobrir os custos operacionais eficientes, segundo o nível de qualidade dos serviços ofertados e assegurar a obtenção de um retorno justo e adequado dos investimentos e ainda a necessária provisão das depreciações do Sistema, observadas as condições do convênio de delegação celebrado entre o MUNICÍPIO e o Ente Regulador delegado.

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Subcláusula Segunda - Para entrarem em vigor e serem cobradas dos usuários, as tarifas e suas alterações deverão ser homologadas pelo Ente Regulador delegado.

DO REAJUSTE TARIFÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os valores das tarifas serão reajustados em conformidade com as seguintes condições:

I. O reajuste ocorrerá sempre em 1º de junho de cada ano e será aplicado no faturamento da competência Junho;

II. Os reajustes serão concedidos pelo índice setorial, apurado em relação ao período anual de maio a abril.

DA REVISÃO TARIFÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Ente Regulador delegado, de acordo com o previsto nesta cláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos do Sistema, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, ouvidos o MUNICÍPIO, os usuários e a CORSAN.

Subcláusula Primeira - As revisões tarifárias serão realizadas a cada cinco anos, sempre no mês de junho.

Subcláusula Segunda - No ano em que ocorrer revisão dos valores da tarifa, o reajuste previsto na cláusula décima terceira será substituído pela revisão.

Subcláusula Terceira - Os pedidos de revisões ordinárias das tarifas, acompanhados de todos os elementos e informações necessárias, serão encaminhados pela CORSAN ao Ente Regulador delegado, com pelo menos 90 dias de antecedência à data de sua vigência, a qual procederá aos trâmites para sua avaliação e aprovação ou denegação, integral ou parcial.

Subcláusula Quarta - Por sugestão das partes poderá ser realizada a readequação da estrutura tarifária.

CORSA SUPEJ

Página 888
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 889
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 9
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As partes reconhecem que as tarifas indicadas na Planilha de Estrutura Tarifária (Anexo II), em conjunto com as regras de reajuste e revisão descritas nas cláusulas anteriores, serão suficientes para a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

Subcláusula Única - Sempre que forem atendidas as condições do Sistema, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem às cláusulas anteriores, caso haja alterações significativas nos custos do Sistema, por solicitação desta ou das entidades de representação oficial dos Municípios, devidamente comprovada por documentos encaminhados ao Ente Regulador delegado podendo, a qualquer tempo, proceder a revisão extraordinária das tarifas, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, nas seguintes hipóteses:

I. Quando houver necessidade de alterações significativas nas metas de investimentos, previstas no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema, ou para atender demandas extraordinárias que afetem a estrutura tarifária, acarretando variações acima de 2% (dois por cento), negativas ou positivas, dos valores das tarifas dos serviços necessárias para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema;

II. Quando houver a extinção do contrato por encampação, caducidade, rescisão, anulação, referentes aos municípios integrantes do Sistema e extinção da empresa CORSAN;

III. Em decorrência de fatos extraordinários, fora do controle da CORSAN ou do MUNICÍPIO, em razão de:

   a. Atos da natureza que afetem signifidativamente os custos da prestação dos serviços;

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

b. Alterações na política tributária ou fiscal;
c. Em decorrência de decisões judiciais que repercutam, direta ou indiretamente, nos custos de prestação dos serviços concedidos provocando variações positivas ou negativas superiores a 2 % (dois por cento);
d. Ocorrência de outros fatos extraordinários admitidos e reconhecidos pelas partes que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços.
e. Extinção do contrato de algum dos municípios cuja receita anual seja superior a 2 % do total do Sistema;
f. Ingresso de município ou grupo de municípios cujo somatório da receita anual seja superior a 2 % do total do Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Na exploração do serviço público, objeto deste Contrato, a CORSAN não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação federal, estadual e regulamento da CORSAN.

Subcláusula Única - Será vedada a concessão de isenção de pagamento de tarifas, inclusive a entes do Poder Público, visando garantir a manutenção da adequada prestação dos serviços e tratamento isonômico aos usuários do Sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Ressalvados os impostos incidentes sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

CORSAN SUPEL

Página 890
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 10
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O MUNICÍPIO tem as seguintes obrigações:

I. Regulamentar a prestação do serviço;

II. Fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;

III. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

IV. Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;

V. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

VI. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VII. Declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, outorgando poderes à CORSAN para promoção das desapropriações e para a instituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

VIII. Estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;

IX. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos aos serviços;

X. Arcar com os custos necessários para a mudança de alinhamentos, perfis e nivelamento de qualquer logradouro, que exijam modificações ou remoções de canalizações, desde que não previstos nos cronogramas referidos na cláusula quarta, quando forem executados por sua solicitação;

CORSAN SUPEJ

Página 891
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 11
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

XI. Consultar a CORSAN sobre a viabilidade técnica da disponibilização dos serviços, antes de aprovar novos loteamentos, conjuntos habitacionais e instalações de novas indústrias;

XII. Comunicar previamente a CORSAN a execução de obras e serviços no subsolo das vias públicas em que se localizam redes de infraestrutura dos serviços concedidos;

XIII. Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública, respondendo pelas eventuais conseqüências de seu descumprimento, no que couber, visando à preservação e a conservação do meio-ambiente e da saúde pública;

XIV. Zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à vedação do aproveitamento de fontes alternativas de água, contribuindo com a vigilância sanitária na área da prestação dos serviços, nos termos dos artigos 96 e 104 do Decreto nº 23.430/74, que regulamentou a Lei Estadual nº 6.503/72 e parágrafo 2º do artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;

XV. Exigir a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão as expensas dos usuários, nos termos da legislação municipal, do art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e do art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00 e artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;

XVI. Exigir ou promover, consultada a CORSAN, a adequação da infraestrutura dos loteamentos, não autorizados ou irregulares, as condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece o contrato;

XVII. Exigir ou promover, consultada a CORSAN, a adequação da infraestrutura das áreas de assentamentos informais, as condições técnicas e operacionais

CORSAN SUPEJ

Página 892
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 12
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 893
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 13
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece este contrato;

XVIII. Estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, consultada a CORSAN, visando ao estabelecimento das Metas de Investimentos de Longo Prazo;

XIX. Os sistemas de esgotamento sanitários existentes (ETE's, Elevatórias de Esgoto e Redes Coletoras de Esgoto) à época da celebração deste instrumento contratual deverão possuir licença de operação e estarem em plenas condições técnicas de operação, nos termos da legislação vigente, para que haja assunção pela CORSAN; e

XX. Realizar as revisões no Plano Municipal de Saneamento Básico periodicamente em prazo não superior a quatro anos.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Ao MUNICÍPIO são assegurados os seguintes direitos e garantias:

I. Estabelecer, juntamente com a CORSAN, as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, considerando as Metas de Longo Prazo para Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

II. Receber da CORSAN a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

III. A realização, pela CORSAN, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos nas Metas de Longo Prazo de Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

IV. Conhecer, prévia e expressamente, as obras que a CORSAN pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;

V. Estar isento de qualquer ônus de solidariedade com a CORSAN no caso de falta ou insuficiência de sinalização nas obras por ela realizadas nas vias públicas, durante toda a execução das mesmas;

VI. Receber, da CORSAN, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta;

VII. Ser ressarcido de todos os prejuízos que lhe forem causados em decorrência da execução dos serviços, conforme processo administrativo específico;

VIII. Ter assegurada a aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pelo MUNICÍPIO, destinados ao Município, na rede municipal de água ou esgoto;

IX. Ser informado, prévia e expressamente, pela CORSAN de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados à prestação dos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços;

X. Receber, em quaisquer dos casos de extinção do contrato, o cadastro atualizado dos usuários dos serviços de água e de esgoto e do acervo técnico da prestação dos serviços, em meio digital;

XI. Ser isento de qualquer ônus de solidariedade ou subsidiariedade em relação a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços;

XII. Ter livre acesso dos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e do Ente Regulador delegado, especialmente designados, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos

Página 894

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 14

Peça 4558129

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 895
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros, realizados pela CORSAN, relativos ou pertinentes ao contrato;

XIII. Aplicar as penalidades previstas neste contrato;

XIV. Receber os bens reversíveis, nos termos deste contrato, em quaisquer das hipóteses de extinção do Contrato de Programa, conforme subcláusula quarta, cláusula trigésima;

XV. Receber desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre valor faturado, pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário aos próprios municipais. As economias serão classificadas na Tarifa Empresarial, categoria de uso "Pública", sendo que, em caso de inadimplência, poderá a CORSAN suspender a concessão do desconto.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CORSAN
OBRIGAÇÕES DA CORSAN

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A CORSAN se obriga a:

I. Elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano Plurianual de Investimentos do Sistema;

II. Garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

III. Dar ciência prévia e expressa ao MUNICÍPIO das obras que pretenda executar, em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;

IV. Sinalizar as obras nas vias públicas durante toda a sua execução, sendo que quaisquer danos causados a terceiros, em virtude de falta ou insuficiência de sinalização, serão da inteira responsabilidade da CORSAN;

CORSAN (SUPEX)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 896
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 16
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

V. Apresentar ao MUNICÍPIO, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta;

VI. Publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica;

VII. A execução do serviço, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO, ou a quem este delegar, exclua ou atenue essa responsabilidade, exceto nos casos legais;

VIII. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, as cláusulas contratuais e a legislação relativa à prestação dos serviços;

IX. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

X. Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente, e informar ao MUNICÍPIO, prévia e expressamente, qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados aos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da sua prestação;

XI. Organizar e manter, permanentemente atualizado, o cadastro dos respectivos usuários;

XII. Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo pelos eventuais danos causados em decorrência da prestação dos serviços;

XIII. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e encargos decorrentes das obrigações relacionadas à prestação dos serviços;

XIV. Permitir aos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e do Ente Regulador delegado, especialmente designados, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

como a seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;

XV. Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública, em especial, respondendo pelas eventuais conseqüências de seu descumprimento;

XVI. Expedir os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico, ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do MUNICÍPIO;

XVII. Encaminhar o Plano Plurianual de Investimentos, previsto na cláusula oitava, ao Ente Regulador delegado e disponibilizá-lo ao MUNICÍPIO;

XVIII. Atender as exigências da fiscalização do MUNICÍPIO no que refere à reparação de vias e passeios públicos, substituições de redes, esgoto sanitário, poços de visita (PV), vazamentos, e outros similares, quando de competência da CORSAN, sob pena de ter de refazê-los, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, até que sejam liberados pela respectiva fiscalização; e

XIX. Os sistemas de esgotamento sanitários existentes (ETE's, Elevatórias de Esgoto e Redes Coletoras de Esgoto) à época da celebração deste instrumento contratual que possuírem licença de operação e estarem em plenas condições técnicas de operação, nos termos da legislação vigente, serão operados pela CORSAN.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CORSAN deverá manter, gratuitamente, serviço de atendimento aos usuários para registro protocolado das suas solicitações, sugestões e reclamações, bem como das soluções e respostas apresentadas, de acordo com os prazos legais e regulamentares, devendo sempre fornecer ao usuário protocolo comprobatório da comunicação, com os correspondentes dia e horário.

CORSAN SUPEJ

Página 897
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 17
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 898

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 18

Peça 4558129

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01C59C5

DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CORSAN

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Na exploração do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a CORSAN poderá:

I. Utilizar-se de vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, para o fim específico de execução do objeto do presente Contrato, competindo ao MUNICÍPIO, observando e respeitando o objeto deste contrato, estabelecer as condições de sua utilização, bem como a sujeição das obras aos regulamentos específicos vigentes no Município;

II. Suspender o abastecimento de água de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n.º 11.445/07;

III. Aplicar os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico, ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do MUNICÍPIO;

IV. Aplicar o disposto no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto;

V. Nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes do Sistema, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Sem prejuízo das responsabilidades referidas neste Contrato, a CORSAN poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

Subcláusula Primeira - Os contratos celebrados entre a CORSAN e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o MUNICÍPIO.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Subcláusula Segunda - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do serviço concedido.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 8.987/95, do art. 9º da Lei Federal n.º 11.445/07 e do Código de Defesa do Consumidor, são direitos dos usuários:

I. Receber serviço adequado;

II. Receber do MUNICÍPIO e da CORSAN informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III. Receber da CORSAN, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para a escolha do dia de vencimento de seus débitos;

IV. Atendimento, pela CORSAN, dos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados neste contrato e nas normas e regulamentos editados pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe garantida a prestação do serviço, independentemente do pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante;

V. Receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de:

   a. Deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora;
   b. Má utilização das instalações;
   c. Caso fortuito ou força maior;
   d. Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos.

VI. Acesso ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto e elaborado nos termos deste contrato;

Página 899
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 19
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 900
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 20
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

VII. Acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, são deveres dos usuários:

I. Levar ao conhecimento do MUNICÍPIO e da CORSAN as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CORSAN na prestação do serviço;

III. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;

IV. Requerer a CORSAN a ligação de seus imóveis aos serviços, conforme determinam o art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e o art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00, excetuando-se da obrigatoriedade as situações de impossibilidade técnica;

V. Arcar com o custo das ligações de seus prédios ao serviço;

VI. Permitir o livre acesso da CORSAN para o exame das instalações hidráulico-sanitárias prediais em qualquer tempo.

Subcláusula Única - Para atendimento das solicitações de ligação aos serviços, serão verificadas as possibilidades de atendimento pela CORSAN, observadas normas e regulamentos.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao MUNICÍPIO e ao Ente Regulador delegado, nos termos do convênio de delegação firmado com o Município, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do MUNICÍPIO, do Ente Regulador delegado, da CORSAN e dos usuários, nos termos de norma regulamentar.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Subcláusula Única - No exercício da fiscalização, a comissão referida no caput terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CORSAN e poderá acompanhar os serviços de controle de qualidade e a execução das obras e serviços.

DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Pelo descumprimento das disposições contratuais especificadas em Regulamento próprio, a CORSAN estará sujeita às seguintes penalidades:

I. Advertência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos neste Contrato ou em instrumentos complementares;

II. Em caso de inobservância da advertência, multa de até 2% (dois por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela CORSAN, no Município, nos últimos 3 (três) meses anteriores à notificação;

III. Contrapropaganda, quando a CORSAN incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Subcláusula Primeira - Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 5 (cinco) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação – TN, a penalidade a ser aplicada será de multa em dobro, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:

a. As situações agravantes e atenuantes;
b. A extensão do dano causado ao município ou a terceiros;
c. A vantagem eventualmente auferida com a infração; e
d. A condição econômica da infratora.

CORSAN SUPEJ

Página 901
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 21
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Subclásula Segunda - O Regulamento referido nesta Cláusula é parte integrante do presente instrumento.

Subcláusula Terceira - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo previsto no regulamento, em que se assegure à parte inadimplente amplo direito de defesa e o contraditório.

Subcláusula Quarta - A CORSAN não estará sujeita às penalidades previstas no Contrato se comprovado que a não realização da obrigação específica decorreu de fato, ato ou circunstância imputada unicamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - A delegação da prestação de serviços extingue-se nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Federal nº 8.987/95, art. 35 e parágrafos, por:

a. Advento do termo contratual ou de sua prorrogação;
b. Encampação;
c. Acordo formal entre o MUNICÍPIO e a CORSAN;
d. Caducidade;
e. Rescisão;
f. Anulação;
g. Extinção da CORSAN;
h. A CORSAN deixar de integrar a Administração Indireta do Estado.

Subcláusula Primeira - A extinção somente se efetivará com a conseqüente entrega ao MUNICÍPIO de todas as instalações, móveis e equipamentos relativos aos serviços, considerados como bens e direitos reversíveis da delegação.

Subcláusula Segunda - Extinta a delegação da prestação de serviços haverá a imediata assunção dos mesmos pelo MUNICÍPIO.

Subcláusula Terceira - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo MUNICÍPIO, de todos os bens reversíveis.

CORSAN SUPEL

Página 902
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 22
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Subcláusula Quarta - Com a extinção da delegação da prestação de serviços, apurado o quantum indenizatório, caberá ao MUNICÍPIO indenizar à CORSAN, nos termos da lei e deste contrato.

DOS BENS QUE INTEGRAM A DELEGAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A delegação da prestação de serviços é integrada pelos bens tangíveis e intangíveis afetos à prestação dos serviços, existentes na data de assinatura deste contrato, ou que a ela venham a ser integrados, mediante prévia edição de lei específica na área da delegação dos serviços, descritos no inventário de bens, conforme Anexo IV, e atualizações anuais.

Subcláusula Primeira - Na assinatura deste contrato, os bens de propriedade do MUNICÍPIO destinados à execução dos serviços, serão transferidos ao patrimônio da CORSAN, mediante prévia avaliação.

Subcláusula Segunda - Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso, de forma que, quando revertidos ao MUNICÍPIO, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

DA REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA DELEGAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - A reversão dos bens far-se-á com o pagamento, pelo MUNICÍPIO, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela CORSAN ainda não amortizados ou depreciados observadas as respectivas competências e proporcionalidades.

Subcláusula Única - Na extinção do contrato, após o procedimento dos levantamentos e avaliações previstos na cláusula trigésima, será lavrado termo de devolução e reversão dos bens, a serem devidamente identificados.

CORSAN SUPEJ

Página 903
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 23
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
904

Processo
01373-0200/21-5

Página da peça
24

Peça
4558129

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01C59C5

CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS À CORSAN

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Em qualquer das hipóteses de extinção da delegação da prestação dos serviços será apurado se o MUNICÍPIO deverá indenizar a CORSAN, observadas as condições estabelecidas nesta cláusula.

Subcláusula Primeira - Serão procedidos os levantamentos e avaliações necessários visando apurar os valores eventualmente devidos.

Subcláusula Segunda - Os critérios a serem utilizados como parâmetros para o cálculo da indenização, a ser elaborado por perito, serão:

I. Os registros contábeis apropriados, nos quais constarão os registros dos bens e dos investimentos realizados no Sistema;

II. O valor de mercado dos bens patrimoniais, apurado através de avaliação, consideradas a depreciação ou amortização contábil e as reais condições de uso e/ou operacionalidade dos bens existentes;

III. Os bens públicos móveis e imóveis destinados à execução dos serviços, existentes quando da delegação destes e transferidos à CORSAN, terão seus valores depreciados e descontados do montante apurado a título de indenização;

IV. Incidência da indenização sobre as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos serviços concedidos;

V. Não serão computados os valores referentes aos investimentos realizados pelo MUNICÍPIO, inclusive os investimentos oriundos de recursos não onerosos, por proprietários ou incorporadoras de loteamentos, conforme estabelecido no presente Contrato, a partir de sua vigência.

Subcláusula Terceira - A atualização monetária será calculada pelos mesmos índices aplicados no reajuste tarifário.

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Subcláusula Quarta - No caso de decretação da caducidade, o pagamento da indenização não será prévio, podendo este ser calculado no decurso do processo.

Subcláusula Quinta - O pagamento da indenização será parcelado em tantas vezes quantas forem necessárias para permitir o cumprimento da obrigação pelo MUNICÍPIO, segundo suas reais possibilidades financeiras, nos seguintes casos de extinção do contrato:

a. Rescisão pela CORSAN;
b. Por caducidade;
c. Por transferência da delegação dos serviços ou do controle societário da CORSAN;
d. Por extinção da CORSAN;
e. Por deixar a CORSAN de integrar a administração indireta do Estado;
f. Por anulação do Contrato.

Subcláusula Sexta - Nos demais casos de extinção previstos no caput da cláusula trigésima, a indenização será prévia.

Subcláusula Sétima - Do valor apurado, a título de eventual indenização, poderão ser descontados os créditos decorrentes de multas contratuais e danos provocados pela CORSAN, até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO.

DOS INVESTIMENTOS E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Quaisquer valores ou bens que entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinarem ao Município para aplicação nos serviços, objeto deste contrato, poderão ser recebidos diretamente pela CORSAN, nos termos da Lei.

Subcláusula Primeira - Os investimentos realizados pelas partes contratantes serão contabilizados em favor de quem suportou seu pagamento.

Subcláusula Segunda - Os investimentos realizados com recursos não onerosos obtidos pelos contratantes não serão remunerados.

CORSAN SUPEJ

Página 905
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 25
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 906
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 26
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Caberá aos proprietários ou incorporadores a execução dos projetos e obras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos loteamentos particulares, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sendo que a ligação destas infraestruturas à rede é condicionada a sua prévia entrega à CORSAN.

Subcláusula Primeira - Os projetos referidos no "caput" deverão ter aprovação da CORSAN, a quem fica atribuída, consequentemente, a fiscalização da execução das obras.

Subcláusula Segunda - Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário referidos nesta cláusula não serão considerados como investimentos para fins de remuneração e indenização.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Anualmente, até o final do terceiro mês do exercício civil, a CORSAN prestará contas ao MUNICÍPIO e ao Ente Regulador delegado, da gestão dos serviços concedidos, mediante apresentação de:

I. Relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pelo Ente Regulador delegado e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:

   a. À execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;
   b. Ao Desempenho Operacional da delegação que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;
   c. Ao registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços;
   d. Ao desempenho operacional, econômico e financeiro.

II. Demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas em nome do MUNICÍPIO;

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 907
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 27
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

III. Demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pela Administração Municipal, vinculados ao Município.

DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - A solução amigável das eventuais divergências entre as partes, relativamente à aplicação das disposições deste contrato, será mediada pelo Ente Regulador delegado.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – O Índice de Reajuste Tarifário – ITR estabelecido em conjunto pelas partes, com base em cesta de índices aprovado pelo Ente Regulador Estadual, conforme Resolução n° 1214/2010, será apurado em relação ao período anual de maio a abril.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - A CORSAN deverá apresentar juntamente com a revisão dos valores das tarifas a Meta de Investimentos de Longo Prazo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Visando consolidar os valores remanescentes e a situação patrimonial dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão, anteriormente vigente, a CORSAN deverá apresentar no ato da assinatura deste contrato, inventário dos bens patrimoniais afetos à prestação dos serviços.

Subcláusula Primeira - Acordam as partes, ora contratantes, que aos bens inventariados serão aplicadas as regras contidas na Cláusula Trigésima Terceira deste Contrato de Programa, em ocorrendo quaisquer dos eventos futuros previstos na Cláusula Trigésima.

Subcláusula Segunda - A atualização patrimonial deverá ser realizada em até 5 (cinco) anos, a partir da assinatura do contrato, identificando os bens aportados por cada uma das partes, ressalvado o direito de contestação do MUNICÍPIO, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir de sua cientificação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - O presente Contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à

CORSAN UPEL

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - O Regulamento de Serviços de Água e Esgoto – RSAE, referido no presente contrato, foi homologado pelo Ente Regulador Estadual, conforme Resolução n° 1973/2009.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro da Comarca do Município Contratante para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 25 de julho de 2012.

Arnaldo Luiz Dutra
Diretor Presidente

Sérgio Teifke
Prefeito Municipal

Ricardo Rover Machado
Diretor de Operações

TESTEMUNHAS

1 -

2 -

Página 908
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 28
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
909
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
29
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

ANEXO I

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho serão agrupados conforme a seguir:

1. Indicadores de Universalização dos Serviços;
2. Indicadores de Continuidade dos Serviços;
3. Indicadores de Qualidade dos Serviços e dos Produtos;
4. Indicadores de Qualidade Comercial;
5. Indicadores Econômico-Financeiros;
6. Indicadores de Produtividade.

CONCEITOS E EXPRESSÕES DE CÁLCULO

1. UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 NUA - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA

$$NUA = \frac{PA}{PT} \times 100$$

Sendo:

PA = População abastecida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de água, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa

1.2 NUE - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

$$NUE = \frac{PS}{PT} \times 100$$

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
910
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
30
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

Sendo:

PS = População servida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de esgoto, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa.

2. INDICADORES DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

2.1 TAC - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE QUANDO DA FALTA DE ÁGUA

$$TAC = \frac{1}{n}\left(\sum_{I=1}^{N} ti\right)$$

Sendo:

n = Número total de interrupções de água no período

ti = Tempo decorrido para correção do fato gerador da falta de água para a i-ésima interrupção do abastecimento.

2.2 DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO DO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POR ECONOMIAS

$$DEC = \frac{\sum_{i=1}^{n} EcoAtingidas(i) \times T(i)}{EcoTotal}$$

Sendo:

Eco. Atingidas (i) = Número de economias abrangidas pela i-ésima falha no sistema de fornecimento de água no conjunto e no período

T (i) = Tempo decorrido entre a detecção da i-ésima falha pela CORSAN e o efetivo reparo da falha

n = Número total de interrupção no fornecimento de água do conjunto no período

Eco. Total = Número total de economias do conjunto considerado

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

2.3 NRP - ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES PROCEDENTES POR FALTA DE ÁGUA POR 1.000 ECONOMIAS

$$NRP = \frac{NRP}{NE} \times 1.000$$

Sendo:

NRP = Número de reclamações procedentes no mês no conjunto

NE = Número de economias do conjunto

3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS E DOS PRODUTOS

3.1 ISC – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

$$ISC = \frac{PS}{PT} \times 100$$

Sendo:

PS = Parcela da população da amostra satisfeita (soma dos conceitos bons e ótimos ou soma dos conceitos satisfeito e muito satisfeito) com os serviços prestados pela empresa

PT = População total da amostragem

3.2 - IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

$$IQA = \sum_{i=1}^{6} N(i) \times p(i)$$

Sendo:

N = Nota média do parâmetro no período

p = Peso atribuído ao i-ésimo parâmetro

Para N deverão ser considerados os seguintes parâmetros e para p os seguintes índices: parâmetro (peso) coliformes totais (0,30); cloro livre residual (0,20); turbidez (0,15); fluoretos (0,15) cor (0,10) e ph (0,10)

CORSAN SUPEJ

Página 911
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 31
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 912
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 32
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

4. QUALIDADE COMERCIAL

4.1 QF – QUALIDADE DE FATURAMENTO

$$QF = \frac{CS}{CE} \times 1000$$

Sendo:

CS = Contas substituídas com os códigos 11, 12, 16, 22, 30, 31, 32, 34, 35

CE = Número de contas emitidas no mês

4.2 IPF – ÍNDICE DE PERDA DE FATURAMENTO

$$IPF = \frac{VP - VF}{VP} \times 100$$

Sendo:

VP = Volume produzido

VF = Volume faturado

4.3 IH - ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO

$$IH = \frac{EM}{ET} \times 100$$

Sendo:

EM = Número total de economias de água com medição do conjunto

ET = Número total de economias de água do conjunto

4.4 ICOB – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA COBRANÇA

$$ICOB = \frac{AA}{FA} \times 100$$

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
913
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
33
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

Sendo:

AA = Arrecadação acumulada dos últimos doze meses (a partir do mês n)

FA = Faturamento acumulado dos últimos doze meses (a partir do mês n-1)

5. ECONÔMICO-FINANCEIROS

5.1 ROP (S/DEPREC.) - RAZÃO OPERACIONAL SEM DEPRECIAÇÃO

$$ROP(s/deprec.) = \frac{DESP(s/deprec.)}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DESP (s/deprec.) = Despesa operacional total excluída a depreciação

ROL = Receita operacional líquida

5.2 DCP - DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO

$$DCP = \frac{DP}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DP = Despesa com pessoal próprio

ROL = Receita operacional líquida

6. PRODUTIVIDADE

6.1 IPP1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 1

$$IPP1 = \frac{AF}{NE}$$

Sendo:

AF = Água faturada pela empresa em m^3

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

NE = Número total de empregados da empresa

6.2 IPP2 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 2

$$IPP2 = \frac{LA + LE}{NE}$$

Sendo:

LA = Número total de ligações de água

LE = Ligações total de ligações de esgoto

NE = Número total de empregados da empresa

6.3 IPP3 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 3

$$IPP3 = \frac{EA + EE}{NE}$$

Sendo:

EA = Número de economias com água

EE = Número de economias com esgotamento sanitário

NE = Número total de empregados da empresa

Página 914
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 34
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
915
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
35
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

ANEXO II

ESTRUTURA TARIFÁRIA

TARIFA	CATEGORIA	ÁGUA			ESGOTO	
		PREÇO BASE	SERVIÇO BASICO	TARIFA MINIMA SEM HIDR.	COLETADO PREÇO m3	TRATADO PREÇO m3
SOCIAL	BICA PÚBLICA	1,64	6,51	22,91	0,82	1,15
	RESID. A e A1	1,39	6,51	20,41	0,70	0,97
	m³ excedente	3,43			1,72	2,40
BÁSICA	RESIDENCIAL B	3,43	16,23	50,53	1,72	2,40
EMPRESARIAL	COMERCIAL C1	3,43	16,23	50,53	1,72	2,40
	m³ excedente	3,90			1,95	2,73
	COMERCIAL	3,90	28,95	106,95	1,95	2,73
	PÚBLICA	3,90	57,83	135,83	1,95	2,73
	INDUSTRIAL até 1000m³	4,43	57,83	205,01	2,21	3,10
	acima de 1000m³	(tabela especial)				

Observações:

•O **Preço Base** do m³ é variável aplicando-se a **Tabela de Exponenciais**.

•Fórmula **PB x C^n** (esse n é exponencial de c) acrescido dos custos do Serviço Básico.

•Nas categorias **Res A e A1** cujo consumo exceder a 10 m³, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria **Res. B.**

•Na categoria **C1** cujo consumo exceder a 20 m³, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria **Comercial.**

• O **Esgoto** será cobrado de acordo com o consumo ou do volume mínimo da categoria.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
916
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
36
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

ANEXO III

Regulamento para aplicação de penalidades e declaração de caducidade, diante do descumprimento das disposições contratuais, que passa a ser parte integrante do Contrato de Programa celebrado entre **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV da Cláusula Trigésima do Contrato de Programa e artigo 38 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.987/95;

CONSIDERANDO que é obrigação do Município aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, nos termos da Cláusula Vigésima, inciso III, do Contrato de Programa, observados os princípios constitucionais que devem ser obedecidos pela administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e do artigo 19 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 03.10.1989;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 11.107/05 e os artigos 23, VIII e 29, II da Lei Federal n.º 8.987/95 e a Lei Federal n.º 8.666/93, E A LEI Federal 11.445/2007, no que couber;

CONSIDERANDO a competência atribuída ao Ente Regulador delegado e convênio de delegação dos serviços de regulação assinado entre MUNICÍPIO e este Ente;

CONSIDERANDO a necessidade de disposição regulamentar atribuindo ao Ente Regulador delegado competência para atuar como instância administrativa recursal única;

Fica aprovado o presente Regulamento, nos seguintes termos:

TÍTULO I

DAS CLÁUSULAS PASSÍVEIS DE PENALIDADES

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade especificar as disposições contratuais que, uma vez descumpridas, são passíveis de aplicação das penalidades

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

previstas na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, celebrado entre **MUNICÍPIO** e **CORSAN**, assim como, os procedimentos a serem seguidos pelo **MUNICÍPIO**.

Art. 2º. As penalidades previstas contratualmente são:

I. **Advertência** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos no Contrato ou em instrumentos complementares;

II. Em caso de inobservância da advertência, **multa** de até 2% (dois por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela CORSAN, no Município, nos últimos 3 (três) meses anteriores à notificação;

III. **Contrapropaganda**, quando a **CORSAN** incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.° 8.078/90).

§ 1°. Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 5 (cinco) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação - TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:

I. As situações agravantes e atenuantes;

II. A extensão do dano causado ao Município ou a terceiros;

III. A vantagem eventualmente auferida com a infração; e,

IV. A condição econômica da infratora.

§ 2°. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I. A ação da autuada não ter sido fundamental para a consecução do fato gerador;

Página 917
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 37
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
918
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
38
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

II. Ter a infratora adotado as providências pertinentes para minimizar ou, de imediato, reparar os efeitos do seu ato de não conformidade ou descumprimento contratual.

§ 3º. Consideram-se circunstâncias agravantes:

I. Ter a infratora, comprovadamente, cometido a infração para obter vantagem além da legal, contratual e legitimamente permitida;

II. A infração trazer conseqüências lesivas ao Município e a terceiros;

III. Deixar a autuada de tomar as providências para evitar ou mitigar as conseqüências da infração;

IV. Ter a autuada agido com dolo;

V. A infração ter ocasionado dano coletivo.

§ 4º. Nos casos de reincidência continuada, poderá ocorrer a extinção do contrato pela declaração de caducidade, na forma prevista na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

Art. 3º. A **CORSAN** não estará sujeita às penalidades estipuladas contratualmente quando a não viabilização de obrigação específica decorrer de fatos ou circunstâncias imputáveis unicamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

Art. 4º. Será passível de aplicação da penalidade de contrapropaganda, prevista no inciso III, da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa e neste Regulamento, a propaganda abusiva e/ou enganosa que chegar ao conhecimento, de forma notória, pelos veículos de imprensa ou que gerar reclamações reiteradas dos usuários por intermédio do órgão municipal de proteção ao consumidor e do Ente Regulador delegado.

§ único. A contrapropaganda será custeada integralmente pela autuada e deverá ser divulgada da mesma forma, freqüência e dimensão e, preferencialmente, nos mesmos

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

veículos de comunicação, local, espaço e horário, a fim de ser capaz de desfazer o malefício produzido pela publicidade julgada enganosa ou abusiva.

TÍTULO II

DA AÇÃO FISCALIZADORA

Art. 5°. A ação fiscalizadora, prevista no inciso II da Cláusula Vigésima do Contrato de Programa será executada pelo **MUNICÍPIO**, por secretaria ou órgão designado pelo Prefeito Municipal, que será consubstanciada em Relatório de Fiscalização, do qual será feito Termo de Notificação - TN, emitido em duas vias, contendo:

I. Identificação do órgão ou secretaria representante do **MUNICÍPIO** e respectivo endereço;

II. Nome e endereço da notificada;

III. Descrição dos fatos levantados;

IV. Indicação de não conformidade(s) e/ou determinação de ações a serem empreendidas pela **CORSAN**, se for o caso;

V. Identificação do representante do **MUNICÍPIO**, com seu cargo, função, número da matrícula e assinatura;

VI. Local e data da lavratura.

§ único. Uma via do TN será entregue, ou enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal **CORSAN** ou ao seu procurador habilitado, na sede da notificada, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhada, se existir, do respectivo relatório de fiscalização.

Art. 6°. A **CORSAN** terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do TN, para atender o notificado, adequando-se ao fato apontado como de não conformidade ou manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando os elementos de informação que julgar convenientes.

Página 919
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 39
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 920
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 40
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

§ 1° Quando da análise da manifestação da notificada, poderão ser solicitadas outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 2°. O representante do Município responsável pela ação fiscalizadora poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada pela notificada.

§ 3°. O TN será arquivado quando:

I. Não comprovada a não conformidade apontada; ou,

II. Consideradas procedentes as alegações da CORSAN; ou,

III. A CORSAN acolhe o apontamento e atende no prazo estabelecido as determinações da fiscalização contidas no relatório.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Capítulo I

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONSTANTES NO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 7°. Será lavrado Auto de Infração - AI, nos casos de:

I. Comprovação da não conformidade;

II. Não serem atendidas, no prazo, as determinações do MUNICÍPIO;

III. Ausência de manifestação tempestiva da interessada ou prestada de forma insatisfatória.

Art. 8°. O Auto de Infração, emitido por funcionário de hierarquia superior ao responsável pela ação fiscalizadora, será instruído com o Relatório de Fiscalização, o TN e a respectiva manifestação da notificada, se houver, assim como a exposição de

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 921
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 41
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

motivos da autuação e outros documentos a esta relacionados, que não implique duplicidade da documentação constante do processo de fiscalização correspondente.

§ único. O AI, quando eivado de vício ou incorreção, poderá ser retificado de ofício pelo responsável pela sua emissão. Neste caso, abrir-se-á novo prazo à autuada para apresentação de recurso.

Art. 9º. O AI será emitido em duas vias, contendo:

I. O local e a data da lavratura;

II. O nome, o endereço e a qualificação da autuada;

III. A descrição do(s) fato(s) ou do(s) ato(s) constitutivo(s) da(s) infração (ões);

IV. A indicação dos dispositivos legais, regulamentares, ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;

V. A imposição da penalidade nos termos deste Regulamento e do Contrato;

VI. Possibilidade de apresentação de recurso;

VII. A identificação do responsável do MUNICÍPIO pela autuação, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula.

§ único. Uma via do AI será remetida, ou entregue, para efeito de notificação, ao representante legal da autuada, ou ao seu procurador habilitado, na sede da autuada, mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR) ou outro documento que comprove o respectivo recebimento.

Art.10. O valor da multa será atualizado pela taxa SELIC ou outro indicador que o venha substituir, conforme previsto no § 5º do art. 17 do Anexo I do Decreto no 2.335, de 06 de outubro de 1997, e observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

§ único. Será considerada a variação acumulada *pro rata die* da taxa SELIC no período compreendido entre o segundo dia anterior ao término do prazo estabelecido no AI e o segundo dia anterior à data do efetivo pagamento da multa.

Art. 11. Havendo o recolhimento da multa e observado, quando couber, o disposto no artigo antecedente, a autuada deverá encaminhar ao MUNICÍPIO uma via do respectivo comprovante, devidamente autenticado e sem rasuras.

§ único. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas neste Regulamento e no Contrato de Programa deverão reverter ao Fundo Municipal de Saneamento, em não existindo, ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, que deverá ter a destinação dos valores vinculada à melhoria dos serviços de saneamento básico no Município.

Art. 12. O não recolhimento da multa no prazo estipulado no AI, sem interposição de recurso, ou no prazo estabelecido em decisão irrecorrível na esfera administrativa, acarretará o imediato encaminhamento do processo administrativo à Procuradoria Municipal, para a inscrição do valor correspondente na Dívida Ativa do Município e respectiva cobrança, nos termos da Lei.

Capítulo II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA

Art. 13. Poderá o MUNICÍPIO declarar a caducidade, por meio de decreto municipal, rescindindo o Contrato de Programa, constatando reiteradas e continuadas práticas infrativas que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar a inadimplência contratual, como previsto na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

Art. 14. Como condição de validade e eficácia do processo, o mesmo deverá ser precedido de comunicação à CORSAN, por intermédio de Notificação, devidamente autorizada ou emitida pelo Prefeito Municipal, quanto ao(s) descumprimento(s) contratual (is) praticados, apurados em Relatórios de Fiscalização anteriormente realizados, com a fixação de prazo para a sua regularização definitiva.

CORSAN (SUPEX)

Página 922
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 42
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 923
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 43
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

§1º. A Notificação deverá ser enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal da notificada ou ao seu procurador habilitado, na sede, para conhecimento e providências pertinentes.

§ 2º. Cumprido o requisito anterior e decorrido o prazo concedido em notificação, o Sr. Prefeito Municipal autorizará a instauração de processo administrativo de inadimplência.

Art. 15. A CORSAN será intimada da instauração do processo administrativo de inadimplência e terá o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar defesa quanto aos fatos imputados ou a manifestação quanto à adequação de não conformidade e/ou cumprimento das determinações. Mediante justificativa da intimada, o Município poderá prorrogar o prazo previsto.

§ único. O Termo de Intimação deverá ser lavrado em três vias e conterá, necessariamente:

I. Nome, endereço e qualificação da notificada;

II. Indicação das cláusulas contratuais violadas;

III. Descrição resumida dos fatos levantados;

IV. Identificação da autoridade a quem será dirigida a defesa;

V. Identificação do órgão ou secretaria emitente, com nome e assinatura do responsável;

VI. Local e data da lavratura.

Art. 16. O processo administrativo deverá ser instruído com as seguintes peças:

I. A Notificação e comprovante de entrega;

II. Manifestação da CORSAN, se houver;

III. Autorização do Prefeito Municipal de instauração do processo;

CORSAN (SUPEJ)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página 924
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 44
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

IV. Termo de Intimação à CORSAN, com comprovante de entrega;

V. O histórico dos relatórios de fiscalização e/ou processos administrativos de aplicação de penalidades;

VI. Parecer técnico contendo as transgressões à legislação e ao contrato de programa;

VII. Defesa da CORSAN, se apresentada;

Art. 17. A decisão acerca da declaração de caducidade será proferida pelo Prefeito Municipal, com base nos elementos constantes no processo, com a devida intimação de seu inteiro teor à CORSAN e comunicação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 30 (trinta) dias.

§1º. A partir do recebimento da notificação pela CORSAN, passará a contar o prazo para recurso.

§ 2º. A decisão referida no "caput" deste artigo será decretada pelo Prefeito Municipal e publicada na imprensa oficial do Município, após decurso do prazo recursal não aproveitado pela CORSAN ou informação da negativa de provimento do recurso julgado pelo Ente Regulador delegado, em decisão irrecorrível.

Capítulo III

DO RECURSO

Art. 18. Os procedimentos previstos neste Capítulo destinam-se tanto para as decisões proferidas nos processos de aplicação de penalidades, quanto para o Processo Administrativo de Inadimplência, ambos previstos neste Título.

Art. 19. O prazo para interposição de recurso será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do Auto de Infração que aplicou penalidade ou da intimação da decisão que julgou procedente a inadimplência contratual da CORSAN.

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
925
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
45
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

§ único. O recurso deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, que o receberá com efeito suspensivo, podendo reconsiderar a decisão recorrida ou remeter ao Ente Regulador delegado para julgamento, tudo no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 20. O Ente Regulador delegado receberá o recurso interposto e poderá, por decisão do Conselho Superior, confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

§ 1º. Se da aplicação do disposto no "caput" deste artigo puder decorrer gravame à situação da recorrente, esta deverá ser cientificada para que formule suas alegações no prazo de dez dias, contado da juntada do aviso de recebimento da notificação.

§ 2º. Na tramitação do recurso serão observados os procedimentos estabelecidos em Resolução do Ente Regulador delegado.

§ 3º. No caso de aplicação da penalidade de multa, a recorrente terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o respectivo recolhimento, nos termos deste Regulamento, contado da data da publicação da decisão do Ente Regulador delegado acerca do recurso.

Art. 21. A critério do Ente Regulador delegado poderão ser realizadas novas diligências processuais.

TÍTULO IV

DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA

Art. 22. Durante a tramitação do processo administrativo, poderá o **MUNICÍPIO**, alternativamente à imposição de penalidade ou declaração de caducidade, firmar com a CORSAN termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições regulamentares e/ou contratuais aplicáveis.

§ 1º. As metas e compromissos objeto do termo referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas no Contrato de Programa firmado entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

CORSAN SUPFJ

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

§ 2º. Do termo de compromisso de ajuste de conduta constará, necessariamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento. Em caso de processo administrativo de aplicação de penalidade de multa, o valor será correspondente ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescido de 20% (vinte por cento).

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O Ente Regulador delegado, se solicitado, poderá realizar mediação entre as partes.

Página 926
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 46
Peça 4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01C59C5

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

Página
927
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
47
Peça
4558129
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01C59C5

CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

ANEXO IV

INVENTÁRIO DE BENS

(Valores históricos)

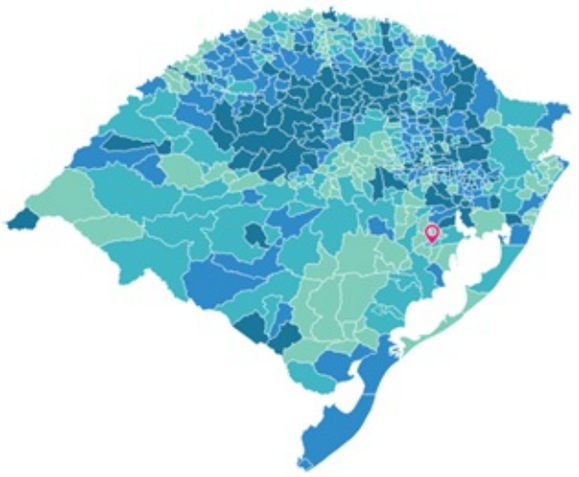
Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F422.D83E.A061.EAD5.F452.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO DE AUDITORIA DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE - I
Proc. Nº 001373-0200/21-5 - PM DE SERTÃO SANTANA

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº:	**001373-0200/21-5**
FISCALIZADO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA**
CNPJ:	**94.068.236/0001-03**
EXERCÍCIO:	**2021**



Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 GESTORES RESPONSÁVEIS
3 PERFIL MUNICIPAL
3.1 Características do Município
3.1.1 População
3.1.2 Regionalização
3.1.3 Economia
3.2 Características da Administração Municipal
3.2.1 Estrutura Administrativa
4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES
4.1 Entregas
4.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)
4.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)
4.1.3 Prestação de Contas Anual
4.1.4 Base de Legislação Municipal (BLM)
4.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)
4.1.6 Questionários
4.1.7 Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC
5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
5.1 Aspectos Gerais
5.1.1 Legislação Aplicável
5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno
5.2.1 Legislação Municipal
5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional
5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno
5.4 Execução do Controle Interno
5.4.1 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno
5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito
6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1 Aspectos Gerais
6.1.1 Legislação Aplicável

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

6.2 Resultado Orçamentário

6.2.1 Resultado Orçamentário do Município

6.3 Créditos Orçamentários

6.3.1 Índice de Modificação Orçamentária

6.3.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais

6.4 Receitas

6.4.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias

6.4.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes

6.4.3 Origem das Receitas Correntes

6.5 Despesas

6.5.1 Despesa por Função e Subfunção

6.5.2 Despesa por Programa

7 GESTÃO FISCAL

7.1 Aspectos Gerais

7.1.1 Legislação Aplicável

7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal

7.2.1 Índices de Gestão Fiscal

7.3 Receita Corrente Líquida

7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

7.3.2 Receitas do Regime de Previdência Computadas Indevidamente no Montante da Receita Corrente Líquida

7.4 Despesa Bruta com Pessoal

7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal

7.5 Dívida Consolidada Líquida

7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

7.6 Operações de Crédito

7.6.1 Percentual das operações de crédito

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

7.7.1 Valores Restituíveis

7.7.2 Equilíbrio Financeiro

7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

7.9 Audiências Públicas

7.9.1 Realização de Audiências Públicas

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Conceitos

8.2 Balanço Patrimonial

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial
8.2.2 Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias
8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais
8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais
9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
9.1 Pesquisas Aplicadas
9.1.1 Pesquisa da Transparência Fiscal
9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação
9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias
9.1.4 Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19
9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19
10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)
10.1 Aspectos Gerais
10.1.1 Legislação e Regime Municipal
10.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)
10.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária
10.3 Avaliação Atuarial
10.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial
10.4 Balanço Atuarial do Plano Previdenciário
10.4.1 Evolução do Ativo, Passivo e Resultado Atuarial
10.5 Reservas Matemáticas
10.5.1 Contabilização das Provisões Matemáticas
10.6 Investimentos
10.6.1 Enquadramento de Limites
11 LIMITES CONSTITUCIONAIS
11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE
11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissinais da Educação (FUNDEB)
11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB
11.2.2 Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica
11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB
11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde
11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS
11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro
11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro
12 EDUCAÇÃO
12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 932
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 5
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

12.1.1 Previsão Normativa
12.1.2 Formação dos Professores
12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar
12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa
12.2.2 Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)Matrícula
12.2.3 Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares
12.2.4 Documentação Formal
12.2.5 Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos
12.2.6 Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar
13 SAÚDE
13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS
13.1.1 Plano Municipal de Saúde
13.1.2 Programação Anual da Saúde
13.1.3 Relatório de Gestão
14 MEIO AMBIENTE
14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.2 Estrutura de Licenciamento, Controle e Fiscalização Ambiental
14.2 Resíduos Sólidos
14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
14.2.2 Destinação Final Ambientalmente Adequada
14.2.3 Sustentabilidade Econômica da Prestação de Serviços
14.2.4 Abrangência da Prestação de Serviços no Território
14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária
14.2.6 Gestão de Resíduos na Construção Civil
14.3 Esgoto Sanitário
14.3.1 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto
14.3.2 Plano Municipal de Saneamento
14.3.3 Estruturas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários
14.3.4 Sustentabilidade Econômico-Financeira
14.3.5 Regulação dos Serviços de Saneamento
15 QUADRO RESUMO
16 CONCLUSÃO

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 933
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 6
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Auditoria foi elaborado para subsidiar o exercício da competência deste Tribunal de Contas de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, na forma dos artigos 31, 70, 71, I, e 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Estadual n.º 11.424/2000; e Resolução TCE-RS n.º 1.028/2015.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, oportuno assinalar, é uma peça de conteúdo técnico-jurídico e natureza opinativa cuja finalidade precípua é oferecer ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão consistente sobre a macrogestão governamental e sobre o desempenho do governante naquele exercício financeiro.

Trata-se, por isso, de uma peça relevantíssima para a democracia, sendo o elemento técnico que instrui ou orienta, prevalentemente, o julgamento político-administrativo que o Poder Legislativo está incumbido de realizar sobre as contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo, julgamento este do qual podem advir consequências como a inelegibilidade.

Com o escopo de fornecer substrato denso e suficiente para uma apreciação ampla e tecnicamente qualificada, o Relatório de Auditoria reúne um conjunto de criteriosas análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos constitucionalmente vinculados à educação e à saúde, assim como outros elementos que podem ser considerados importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais.

Por fim, cabe ressalvar que as contas anuais são compostas de informações voltadas a propiciar a formação de uma opinião técnica sob a perspectiva da macrogestão da unidade jurisdicionada e, por terem esse objeto e essa proposta de abordagem, podem não versar, por conseguinte, sobre situações concretas e específicas caracterizadoras de irregularidades em atos de gestão ou danos ao erário, ocorrências estas que, em regra, são apuradas por este Tribunal, com espeque no art. 71, II, da Constituição Federal, por meio de outros tipos processuais previstos em seu Regimento Interno – tais como o processo de contas especiais e a tomada de contas especial.

Registra-se a inexistência de processos de Tutela de Urgência, de Denúncias, de Representações, de Inspeções Especiais ou Extraordinárias, de processos de Contas Especiais ou de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.

2 GESTORES RESPONSÁVEIS

No quadro a seguir constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo de Sertão Santana, ora analisadas.

Quadro 1 – Gestores responsáveis e substitutos

Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
PREFEITO	Írio Miguel Stein	01-01-21 a 22-02-21, 05-03-21 a 09-05-21, 14-05-21 a 03-08-21, 09-08-21 a 13-09-21, 17-09-21 a 13-12-21, 17-12-21 a 31-12-21
Vice-Prefeito Municipal	Marcos Aurelio Kologeski Souza	23-02-21 a 04-03-21, 10-05-21 a 13-05-21, 04-08-21 a 08-08-21, 14-09-21 a 16-09-21, 14-12-21 a 16-12-21

Fonte: Sistema de Cadastro do TCE-RS (SISCAD).

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

3 PERFIL MUNICIPAL

3.1 Características do Município

3.1.1 População

O município de Sertão Santana tem 6.586 habitantes e está entre os municípios de 5 a 10 mil habitantes no Estado:

Quadro 2 – População Municipal

Faixa de População	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Até 5 mil hab	230	680.880	6%
5 a 10 mil hab	101	686.455	6%
10 a 20 mil hab	57	777.417	7%
20 a 50 mil hab	64	1.972.845	17%
50 a 100 mil hab	26	1.806.498	16%
Mais de 100 mil hab	19	5.542.535	48%

Fonte: Estimativa de População para 2021. IBGE, 2021 - https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados - acesso em 04/04/2022.

É classificado como Rural Adjacente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 3 – Tipologia Urbano-Rural

Tipologia Urbano-Rural	Quant.	%	População	%
Rural Adjacente	341	68,61%	1.776.423	15,49%
Urbano	126	25,35%	9.144.408	79,75%
Intermediário Adjacente	26	5,23%	528.509	4,61%
Rural Remoto	2	0,40%	7.390	0,06%
Intermediário Remoto	1	0,20%	6.832	0,06%
Sem classificação	1	0,20%	3.068	0,03%

Fonte: Portal IBGE - https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto - acesso em 04/04/2022.

3.1.2 Regionalização

O município de Sertão Santana integra o Conselho Regional de Desenvolvimento Centro-Sul, cuja classificação é utilizada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão para distribuição orçamentária.

Quadro 4 – Distribuição de Municípios e População por COREDE

COREDE	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Campos de Cima da Serra	10	104.842	1%
Alto da Serra do Botucaraí	16	105.102	1%
Vale do Jaguari	9	115.372	1%
Rio da Várzea	20	130.998	1%
Nordeste	19	132.343	1%
Celeiro	21	136.328	1%
Jacuí Centro	7	141.621	1%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Hortênsias	7	142.183	1%
Médio Alto Uruguai	22	143.744	1%
Alto Jacuí	14	154.373	1%
Noroeste Colonial	11	176.743	2%
Vale do Caí	19	192.968	2%
Fronteira Noroeste	20	201.040	2%
Campanha	7	222.208	2%
Norte	32	223.505	2%
Paranhana Encosta da Serra	10	232.267	2%
Missões	25	238.840	2%
Centro-Sul	17	276.216	2%
Litoral	21	357.673	3%
Vale do Taquari	36	364.172	3%
Produção	21	372.772	3%
Central	19	415.514	4%
Vale do Rio Pardo	23	449.890	4%
Fronteira Oeste	13	518.106	5%
Sul	22	879.476	8%
Serra	32	1.015.512	9%
Vale do Rio dos Sinos	14	1.420.221	12%
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.602.601	23%

Fonte: Atlas Socioeconômico, disponível em https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes, acesso em 25/03/2022.

Sertão Santana integra a associação de municípios ACOSTADOCE, que reúne municípios próximos e com perspectivas econômico-sociais em comum.

Quadro 5 – Associações de Municípios - Distribuição de Municípios e População

Associação	Número de Municípios	População Total	População Relativa
AMCSERRA	12	75.464	1%
AMASBI	12	77.481	1%
AMUCSER	10	107.102	1%
ASMURC	7	125.457	1%
AMUNOR	19	132.343	1%
AMUCELEIRO	21	136.328	1%
AMSERRA	7	144.954	1%
ACOSTADOCE	11	159.098	1%
AMUPLAM	11	176.743	2%
AMUFRON	20	201.040	2%
AMPARA	6	210.150	2%
ASSUDOESTE	7	222.208	2%
AMAU	32	223.505	2%
AMVARC	20	231.049	2%
AMM	25	238.840	2%
AMAJA	20	241.440	2%
AMZOP	43	278.640	2%
AMPLA	16	300.241	3%
AMVAT	35	360.762	3%
AMLINORTE	22	363.157	3%
AMVARP	14	384.240	3%
AMFRO	13	518.106	5%

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

AMCENTRO	33	663.541	6%
AMVARS	12	791.805	7%
AZONASUL	21	873.992	8%
AMESNE	34	1.020.273	9%
GRANPAL	14	3.208.671	28%

Fonte: Portal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, disponível em http://www.famurs.com.br/associacoes/, acesso em 25/03/2022.

3.1.3 Economia

O produto interno bruto (PIB) de Sertão Santana em 2019 foi de R$ 281.178,38 mil, ano em que o PIB dos municípios gaúchos foi de R$ 482,46 bilhões e representava 6,5% do PIB nacional, de R$ 7,389 trilhões.

A evolução do PIB de Sertão Santana é a seguinte:

Gráfico 1 – Evolução do PIB - 2010 a 2019 (em R$ mil)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Por sua vez, naquele mesmo exercício, o PIB *per capita* de Sertão Santana foi de R$ 43.351,59, o que correspondia a 1,02 vezes o estadual (R$ 42.406,09/habitante) e 1,23 vezes o nacional (R$ 35.161,70/habitante).

A evolução do PIB *per capita* de Sertão Santana é a seguinte:

Gráfico 2 – Evolução do PIB Per Capita - 2010 a 2019

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Os principais elementos do produto interno bruto de Sertão Santana eram os serviços.

Quadro 6 – Composição do PIB (R$ mil e %) - 2010 a 2019

Ano	Administração Pública	%	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	PIB
2010	15.947,40	19,61%	22.761,56	27,99%	7.647,26	9,40%	28.226,58	34,71%	6.728,27	8,27%	81.311,07
2011	17.688,01	18,97%	24.682,45	26,47%	11.350,94	12,18%	31.691,46	33,99%	7.817,66	8,39%	93.230,52
2012	19.614,99	18,23%	27.350,02	25,42%	15.047,17	13,99%	36.161,92	33,61%	9.419,32	8,75%	107.593,42
2013	23.271,90	19,71%	30.897,29	26,17%	13.799,61	11,69%	40.676,71	34,46%	9.401,54	7,96%	118.047,06
2014	25.854,09	19,54%	32.680,00	24,70%	18.446,48	13,94%	45.158,59	34,14%	10.147,26	7,67%	132.286,42
2015	27.499,57	18,38%	33.560,57	22,43%	27.244,79	18,21%	49.124,10	32,83%	12.221,77	8,17%	149.650,81
2016	29.052,86	16,34%	40.757,84	22,92%	30.649,64	17,23%	59.979,00	33,72%	17.416,06	9,79%	177.855,40
2017	30.172,72	17,73%	34.819,02	20,46%	29.641,72	17,41%	59.341,86	34,86%	16.240,57	9,54%	170.215,89
2018	33.490,34	14,16%	26.538,67	11,22%	37.644,37	15,92%	103.923,91	43,95%	34.879,57	14,75%	236.476,84
2019	37.150,03	13,21%	34.218,10	12,17%	44.736,94	15,91%	122.002,16	43,39%	43.071,16	15,32%	281.178,38

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados em R$ mil e a preço corrente.

Os impostos representaram 15,32% do produto interno bruto, indicando uma manutenção em relação ao ano anterior.

A evolução da participação dos impostos no produto interno bruto é a seguinte:

Gráfico 3 – Participação dos Impostos no PIB Municipal (2010 a 2019)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

As três principais atividades que mais geraram valor adicionado em 2019 no Município foram “Demais serviços”, “Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas” e “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, demonstradas no quadro seguinte:

Quadro 7 – Atividades com Maior Valor Adicionado Bruto (as três principais)

Ano	Primeira	Segunda	Terceira
2010	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2011	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2012	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2013	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2014	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2015	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2016	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2017	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
2018	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2019	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Demais serviços	Indústrias de transformação

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.

3.2 Características da Administração Municipal

3.2.1 Estrutura Administrativa

De acordo com os dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

Quadro 8 – Estrutura Administrativa

MUNICÍPIO DE SERTÃO SANTANA	
Administração Direta	Prefeitura Municipal de Sertão Santana
	Câmara Municipal de Sertão Santana

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

O Município ainda faz parte dos seguintes Consórcios Municipais:

Quadro 9 – Consórcios Públicos

Consórcios Públicos	Consorcio Intermunicipal Centro Sul

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

4.1 Entregas

O Município deve enviar obrigatoriamente ao TCE-RS o Relatório de Gestão Fiscal, a Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno, o Relatório de Validação e Encaminhamento, a Prestação de Contas Anual, a Base de Legislação Municipal, os contratos e licitações e os questionários, nos prazos estabelecidos nas Resoluções TCE-RS n.º 1.134/2020, n.º 843/2009 e n.º 1.050/2015 e nas Instruções Normativas TCE-RS n.º 13/2021 e nº 13/2017.

Cumpre dizer que a qualquer tempo o TCE-RS pode solicitar informações complementares, nos termos do contido no § 2º do artigo 71 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no § 1º do artigo 33 da Lei Estadual n.º 11.424/2000.

4.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 10 – Informações das Entregas - RGF/MCI

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peças RGF / MCI
2ºS/2020 (1)	01-02-21	29-01-21	0	3287512 / 3293980
1ºS/2021	30-07-21	30-07-21	0	3675320 / 3677400

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 2100-0200/20-7.

Portanto, os Relatórios de Gestão Fiscal **foram entregues** nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Também as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues** nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020.

4.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

Em relação a esse relatório, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 11 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
Dez/2020 (1)	01-02-21	29-01-21	0	3287511
Jan/2021	02-03-21	25-02-21	0	3346457
Fev/2021	30-03-21	29-03-21	0	3413818
Mar/2021	30-04-21	26-04-21	0	3468867
Abr/2021	31-05-21	26-05-21	0	3537730
Mai/2021	30-06-21	29-06-21	0	3603541
Jun/2021	30-07-21	30-07-21	0	3675319
Jul/2021	30-08-21	24-08-21	0	3732191
Ago/2021	30-09-21	28-09-21	0	3824326
Set/2021	01-11-21	22-10-21	0	3890189
Out/2021	30-11-21	26-11-21	0	3977766

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 2100-0200/20-7.

Portanto, os Relatórios de Validação e Encaminhamento **foram entregues** dentro dos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020.

Importa referir que, de acordo com o Ofício Circular DCF n.º 44/2021, o prazo de entrega do RVE do 11º mês de 2021 foi prorrogado para 07-01-2022. Nesse sentido, a tempestividade da entrega do mesmo será verificada no Relatório de Contas Anuais de 2022.

4.1.3 Prestação de Contas Anual

Em relação a essa documentação, referente ao Processo de Contas Anuais do ano de 2020, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 12 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
ANUAL	30-01-21	29-01-21	0

Verifica-se que os documentos da prestação de contas **foram entregues** dentro do prazo disposto no artigo 2º, inciso III, da Resolução TCE-RS n.º 1.099/2018, conforme protocolo eletrônico nº 352995.

4.1.4 Base de Legislação Municipal (BLM)

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Quadro 13 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
4º T/2020 (1)	10-01-21	05-01-21	0
1º T/2021	10-04-21	05-04-21	0
2º T/2021	10-07-21	05-07-21	0
3º T/2021	10-10-21	04-10-21	0

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 2100-0200/20-7

As remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE/RS **foram encaminhadas nos prazos** estabelecidos na Instrução Normativa TCE/RS n.º 12/2009 que regulamenta a Resolução TCE/RS n.º 843/2009.

4.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

Em relação a essas remessas, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 14 – Informações das Entregas

Indicador	% Fora do Prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	13,43	12,28	(peça 4558104)
Contratos	15,56	5,29	(peça 4558105)

As remessas de licitações e contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LICITACON) foram efetuadas **em desacordo** com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso no cadastramento dos eventos.

Considerando que o atraso não comprometeu a análise das contas, tal situação não deve ser caracterizada como irregularidade passível de esclarecimento. No entanto, o Administrador deve adotar medidas para evitar novos atrasos para que estes não sejam objeto de indicação de irregularidade.

4.1.6 Questionários

De acordo com o art. 8º da Resolução TCE n.º 1.134/2020, a qualquer tempo este Tribunal poderá solicitar informações complementares, inclusive por meio de questionários, que devem ser entregues no prazo fixado no pedido.

Com o objetivo de emitir pareceres prévios que trouxessem uma visão mais ampla sobre o município e seus serviços públicos, e que, desse modo, melhor informassem os cidadãos e as Câmaras Municipais, este Tribunal requisitou informações e documentos adicionais no ano de 2021, por meio do Espaço do Controle Interno do Portal do TCE-RS, conforme dispôs os Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021.

As informações requisitadas decorrem da competência constitucional atribuída a esta Corte de Contas, de forma que o não atendimento constitui obstaculização ao controle externo e sujeita o Prefeito responsável à apuração da ocorrência em seus próprios processos de contas com os possíveis consectários legais, dentre os quais, eventualmente, a emissão de parecer desfavorável.

Em relação a essas remessas, observa-se a seguinte situação de entrega:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 942
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 15
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

Quadro 15 – Informações das Entregas

Questionário	Prazo até	Data Entrega	Peça
01/2021. Educação	30-04-2021	29-04-2021	(peça 4558119)
03/2021. Conselho Municipal de Assistência Social	30-04-2021	28-04-2021	(peça 4558106)
04/2021. Conselho Municipal de Educação	30-04-2021	29-04-2021	(peça 4558107)
05/2021. Conselho Municipal de Igualdade Racial	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558120)
06/2021. Conselho Municipal de Meio Ambiente	30-04-2021	27-04-2021	(peça 4558108)
07/2021. Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558109)
08/2021. Conselho Municipal de Saneamento	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558121)
09/2021. Conselho Municipal de Saúde	30-04-2021	-	-
10/2021. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	30-04-2021	27-04-2021	(peça 4558110)
11/2021. Conselho Tutelar	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4558111)
12/2021. Políticas para Mulheres	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558122)
13/2021. Saúde	30-04-2021	-	-
14/2021. Meio Ambiente e Saneamento	30-04-2021	27-04-2021	(peça 4558112)

De posse dos dados acima, verifica-se que as remessas dos questionários **não foram efetuadas, em sua totalidade,** de acordo com a Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 e os Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021, ocasionando obstaculização ao controle externo.

4.1.7 Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC

De acordo com o inciso III do § 1º do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência da gestão fiscal será assegurada, entre outros meios, pela adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma lei.

O Decreto Federal n.º 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, estabeleceu, em seu art. 18, parágrafo único, que os entes federativos deveriam disponibilizar ao órgão de controle externo o plano de ação voltado para a adequação às disposições do SIAFIC, no prazo de 180 dias, contado da data de publicação daquele instrumento. Esse prazo se encerrou em 04/05/2021.

No decorrer do ano de 2021, foi remetida comunicação eletrônica aos administradores municipais solicitando o encaminhamento do plano de ação e outras informações ao TCE-RS.

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir do respectivo protocolo eletrônico, que a entrega foi efetivada no ano de 2021, **em cumprimento** ao disposto no art. 18, parágrafo único do Decreto Federal n.º 10.540/2020 (peça 3491283).

5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

5.1 Aspectos Gerais

5.1.1 Legislação Aplicável

O sistema de controle interno deve avaliar o cumprimento de metas e resultados da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

gestão pública e apoiar o controle externo em sua missão institucional, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal.

No Poder Executivo, esse sistema tem de exercer a fiscalização do município na forma da lei, conforme o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.

Compete ao TCE-RS avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos municípios jurisdicionados, de acordo com o § 5º do artigo 71 da Constituição Estadual.

A estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal devem atender as diretrizes estabelecidas na Resolução TCE-RS n.º 936/2012.

5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno

5.2.1 Legislação Municipal

O sistema de controle interno do município de Sertão Santana foi instituído pela Lei Municipal n.º 605, de 25-09-02, alterada pela(s) Lei(s) 1333, de 02-07-14, e regulamentada pelo Decreto 1817/2014, cujo regimento interno é aprovado pelo Decreto 1818/2014, conforme informações prestadas na peça 4138969.

O exame dessa legislação evidencia que:

a) existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI (inciso I do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

b) existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado (alínea “h” do inciso II do artigo 4º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012) [1] ;

c) existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas (alínea “c” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012) [2] ;

d) existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal (alínea “d” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

e) existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012).

Notas

1. Apesar da Manifestação do Controle Interno apresentar informação de que "não há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados", verificou-se que a Lei Municpal n. 1.316/2014 em seu artigo 3º, inciso V, alínea "H", trouxe tal previsão.
2. Apesar da Manifestação do Controle Interno apresentar informação de que "Não há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI", verificou-se que a Lei Municpal n. 1.316/2014 em seu artigo 15, inciso I, conferiu a

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

competência à Unidade de Controle Interno em fixar "prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas".

5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional

5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno

A composição da Unidade Central de Controle Interno do Município é a seguinte (peça 4138969):

Quadro 16 – Composição da Unidade de Controle Interno

Nome do Servidor	Formação do Servidor	Cargo Original	Função/Atribuição	Provimento
Vinicius Frazzon Boer	Ensino Superior Completo	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	Controle Interno - Responsável	Efetivo

Fonte: Dados do SISCAD.

A partir da análise dos dados apresentados no quadro anterior, pode-se concluir que os servidores:

a) exercem cargos de provimento efetivo;

b) desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno; e,

c) **estão** lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

5.4 Execução do Controle Interno

5.4.1 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno

As informações prestadas pela UCCI (peça 4138969) indicam que o gestor:

a) adota **parcialmente** as providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela unidade de controle; e

b) **não adota medidas** tendentes a responsabilizar os agentes que infringem os regramentos vigentes para a administração pública do município, pois **não houve verificação de infringência à legislação municipal.**

De acordo com a Unidade de Controle Interno, "Foram encaminhadas 18 recomendações ao executivo, destas algumas ainda estão pendentes de resolução. Outras foram atendidas plenamente.".

Apesar disso, o atendimento parcial das exigências não é suficiente para caracterizar uma irregularidade passível de esclarecimento pela gestão. Entretanto, é necessário que o gestor envide esforços para correção integral das inconformidades apuradas.

5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito

A unidade de controle interno **pronuncia-se de forma conclusiva** no parecer sobre

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

as contas do Prefeito Municipal, opinando quanto à **regularidade** das contas (peça 4199569).

6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Aspectos Gerais

6.1.1 Legislação Aplicável

É de iniciativa do Poder Executivo, por meio de lei, estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal.

Compete aos entes federados adaptar suas estruturas ao regramento constitucional, por meio das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

6.2 Resultado Orçamentário

6.2.1 Resultado Orçamentário do Município

Os princípios orçamentários da unidade e da universalidade, previstos de forma expressa pelo *caput* do artigo 2º da Lei n.º 4.320/1964, dispõem, respectivamente, que deve existir um orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política e que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Nesse sentido, a execução do orçamento de 2021 do município de Sertão Santana, considerando as atualizações na previsão de arrecadação de receitas e de fixação das despesas (mediante abertura dos créditos adicionais), pode ser assim sintetizada:

Quadro 17 – Resultado Orçamentário da Prefeitura Municipal de Sertão Santana (81600)

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 1.183,00	R$ 1.183,00	R$ 2.897,58	R$ 1.714,58
	Exceto Intraorçamentária	R$ 27.292,00	R$ 27.292,00	R$ 29.284,05	R$ 1.992,05
	Total	**R$ 28.475,00**	**R$ 28.475,00**	**R$ 32.181,63**	**R$ 3.706,63**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 2.875,13	R$ 3.520,77	R$ 2.889,41	-R$ 631,37
	Exceto Intraorçamentária	R$ 24.362,32	R$ 31.550,37	R$ 23.709,94	-R$ 7.840,43
	Total	**R$ 27.237,44**	**R$ 35.071,14**	**R$ 26.599,34**	**-R$ 8.471,80**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 1.692,13	-R$ 2.337,77	R$ 8,17	R$ 2.345,95
	Exceto Intraorçamentário	R$ 2.929,68	-R$ 4.258,37	R$ 5.574,11	R$ 9.832,48
	Total	**R$ 1.237,56**	**-R$ 6.596,14**	**R$ 5.582,28**	**R$ 12.178,43**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 18 – Resultado Orçamentário de CM DE SERTÃO SANTANA (81601)

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Total	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 78,00	R$ 75,00	R$ 68,69	-R$ 6,31
	Exceto Intraorçamentária	R$ 1.159,56	R$ 962,56	R$ 900,78	-R$ 61,77
	Total	**R$ 1.237,56**	**R$ 1.037,56**	**R$ 969,47**	**-R$ 68,09**

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 78,00	-R$ 75,00	-R$ 68,69	R$ 6,31
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 1.159,56	-R$ 962,56	-R$ 900,78	R$ 61,77
	Total	**-R$ 1.237,56**	**-R$ 1.037,56**	**-R$ 969,47**	**R$ 68,09**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 19 – Resultado Orçamentário Consolidado

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 1.183,00	R$ 1.183,00	R$ 2.897,58	R$ 1.714,58
	Exceto Intraorçamentária	R$ 27.292,00	R$ 27.292,00	R$ 29.284,05	R$ 1.992,05
	Total	**R$ 28.475,00**	**R$ 28.475,00**	**R$ 32.181,63**	**R$ 3.706,63**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 2.953,13	R$ 3.595,77	R$ 2.958,09	-R$ 637,68
	Exceto Intraorçamentária	R$ 25.521,87	R$ 32.512,93	R$ 24.610,72	-R$ 7.902,21
	Total	**R$ 28.475,00**	**R$ 36.108,70**	**R$ 27.568,81**	**-R$ 8.539,88**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 1.770,13	-R$ 2.412,77	-R$ 60,51	R$ 2.352,26
	Exceto Intraorçamentário	R$ 1.770,13	-R$ 5.220,93	R$ 4.673,33	R$ 9.894,25
	Total	**R$ 0,00**	**-R$ 7.633,70**	**R$ 4.612,81**	**R$ 12.246,51**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

A partir dos dados, pode-se concluir que o município de Sertão Santana apresenta um *superávit* orçamentário de R$ 4.612,81 (R$ mil) no ano de 2021.

A diferença verificada de R$ 12.246,51 (R$ mil) entre o resultado orçamentário previsto e o executado deve-se à subestimativa das receitas em R$ 3.706,63 (R$ mil) e à superestimativa das despesas em R$ 8.539,88 (R$ mil).

A Lei Orçamentária Anual destinou recursos orçamentários ao município de Sertão Santana, no montante de R$ 28.475.000,00, distribuídos no cenário de arrecadação e gastos demonstrado nos dois quadros seguintes:

Quadro 20 – Evolução das Receitas Realizadas e Orçadas para 2021

RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA Em R$ mil	RECEITAS REALIZADAS (1)				RECEITAS ORÇADAS		
	2018	2019	2020	AV 2020 (2)(3)	2021	AH (2)(4)	AV (2)(3)
RECEITAS CORRENTES	**23.700,71**	**25.984,35**	**25.442,26**	**87,70%**	**23.019,00**	**-9,52%**	**80,84%**
Tributária	1.034,48	1.069,98	1.301,61	4,49%	1.365,34	4,90%	4,79%
Contribuições	3.404,82	2.015,05	1.121,57	3,87%	350,00	-68,79%	1,23%
Patrimonial	1.508,21	2.584,34	2.366,33	8,16%	854,16	-63,90%	3,00%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	93,97	197,14	151,41	0,52%	141,54	-6,52%	0,50%
Transferências Correntes	17.592,01	18.820,62	20.458,36	70,52%	20.157,13	-1,47%	70,79%
Outras Receitas Correntes	67,21	1.297,22	42,97	0,15%	150,82	250,96%	0,53%
RECEITAS DE CAPITAL	**1.565,71**	**852,38**	**370,55**	**1,28%**	**4.273,00**	**1053,14%**	**15,01%**
Operações de Crédito	-	-	-	-	1.500,00	-	5,27%
Alienação de Bens	378,60	-	-	-	1,80	-	0,01%
Amortização de Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.187,11	846,86	369,08	1,27%	2.771,20	650,83%	9,73%
Outras Receitas de Capital	-	5,52	1,47	0,01%	-	-100,00%	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**3.197,89**	**11,02%**	**1.183,00**	**-63,01%**	**4,15%**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

TOTAL	**25.266,42**	**26.836,73**	**29.010,70**	**100,00%**	**28.475,00**	**-1,85%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.
(3) AV = Análise Vertical: relação entre a Categoria Econômica e o total das Receitas do exercício atual (em percentual).
(4) AH = Análise Horizontal: relação entre a Receita do exercício atual e a Receita do exercício anterior (em percentual).

Quadro 21 – Evolução das Despesas Empenhadas e das Dotações Iniciais para 2021

DESPESAS POR FUNÇÃO Em R$ mil		DESPESAS EMPENHADAS (1)				DOTAÇÃO INICIAL		
		2018	2019	2020	AV 2020 (2)(3)	2021	AH (2)(4)	AV (2)(3)
1	Legislativa	-	-	-	-	-	-	-
2	Judiciária	-	45,94	55,56	0,26%	86,00	54,80%	0,32%
3	Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-	-
4	Administração	5.903,00	6.627,38	6.869,26	32,31%	8.043,87	17,10%	29,53%
5	Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-
6	Segurança Pública	-	12,00	24,00	0,11%	25,18	4,92%	0,09%
7	Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-
8	Assistência Social	708,45	674,89	811,11	3,81%	1.098,40	35,42%	4,03%
9	Previdência Social	1.241,33	1.452,48	1.631,80	7,67%	2.025,00	24,10%	7,43%
10	Saúde	4.736,44	5.275,22	5.168,21	24,31%	5.597,11	8,30%	20,55%
11	Trabalho	-	-	-	-	-	-	-
12	Educação	6.725,00	6.984,91	5.813,86	27,34%	7.132,55	22,68%	26,19%
13	Cultura	38,22	37,96	24,95	0,12%	36,00	44,29%	0,13%
14	Direitos da Cidadania	84,88	100,44	96,62	0,45%	102,40	5,98%	0,38%
15	Urbanismo	0,53	21,07	107,91	0,51%	878,00	713,65%	3,22%
16	Habitação	-	-	-	-	-	-	-
17	Saneamento	-	-	-	-	-	-	-
18	Gestão Ambiental	18,18	18,92	9,12	0,04%	20,00	119,34%	0,07%
19	Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
20	Agricultura	827,00	589,67	99,45	0,47%	1.578,90	1487,68%	5,80%
21	Organização Agrária	-	-	-	-	-	-	-
22	Indústria	-	-	-	-	-	-	-
23	Comercío e Serviços	-	-	-	-	-	-	-
24	Comunicações	-	-	-	-	-	-	-
25	Energia	80,70	79,11	27,40	0,13%	30,50	11,33%	0,11%
26	Transporte	92,00	475,33	256,44	1,21%	144,43	-43,68%	0,53%
27	Desporto e Lazer	21,02	35,77	2,20	0,01%	39,00	1672,73%	0,14%
28	Encargos Especiais	30,99	25,38	265,86	1,25%	46,85	-82,38%	0,17%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	353,25	-	1,30%
TOTAL		**20.507,74**	**22.456,46**	**21.263,74**	**100,00%**	**27.237,44**	**28,09%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.
(3) AV = Análise Vertical: relação entre a Categoria Econômica e o total das Receitas do exercício atual (em percentual).
(4) AH = Análise Horizontal: relação entre a Receita do exercício atual e a Receita do exercício anterior (em percentual).

No quadro acima, foi considerada apenas a dotação inicial do Executivo Municipal. Por esse motivo, esse valor não coincide com o total das Receitas Orçadas do quadro anterior.

6.3 Créditos Orçamentários

6.3.1 Índice de Modificação Orçamentária

A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 948
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 21
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

O crédito inicial é aquele aprovado pela Lei Orçamentária Anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.

Os créditos adicionais são as autorizações ocorridas no decorrer do exercício para realização de despesas inicialmente não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 41 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Apresenta-se o desmembramento dos créditos adicionais abertos pelo município de Sertão Santana nos últimos cinco exercícios, em valores nominais:

Quadro 22 – Evolução dos Créditos Adicionais (2017 a 2021) (em R$ mil)

Tipo Crédito Adicional	2017		2018		2019		2020		2021	
	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)
Créditos Suplementares	4.818,48	23,89%	4.275,17	20,65%	3.616,24	15,26%	3.269,03	11,51%	7.923,95	29,09%
Créditos Especiais	96,52	0,48%	1.515,87	7,32%	171,00	0,72%	383,34	1,35%	2.114,71	7,76%
Créditos Extraordinários	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	133,00	0,47%	1.308,90	4,81%
TOTAL	**4.915,00**	**24,36%**	**5.791,04**	**27,97%**	**3.787,24**	**15,99%**	**3.785,37**	**13,33%**	**11.347,56**	**41,66%**
Total das Despesas Fixadas na LOA	**20.172,66**		**20.707,16**		**23.692,24**		**28.406,63**		**27.237,44**	

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) IMO (Índice de Modificação Orçamentária).

O Poder Executivo de Sertão Santana, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 35.071.142,88 a sua despesa total para o ano de 2021, consoante a Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteraram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R$ 26.599.344,68, gerando economia de 24,16% entre o valor fixado atualizado e o realizado, conforme se verificou no item do Resultado Orçamentário anteriormente tratado neste relatório.

Embora tenha havido uma economia nas despesas do ente, o Índice de Modificação Orçamentária (IMO) total do ano em análise é de 41,66%, ou seja, houve necessidade de adaptação do plano elaborado para o ano de 2021.

Os créditos suplementares corresponderam a 29,09% do total das despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual.

Por sua vez, os créditos especiais corresponderam a 7,76% do total das despesas fixadas na LOA.

Já os créditos extraordinários corresponderam a 4,81% do total das despesas fixadas na LOA.

Conforme relatado anteriormente, o Índice de Modificação Orçamentária (IMO) realizado demonstra a realocação de 41,66% dos créditos orçamentários. Observa-se, ainda, um crescimento significativo em relação aos períodos anteriores (veja quadro acima), evidenciando ineficiência no planejamento orçamentário.

Imprescindível a adoção de técnicas de planejamento, mais efetivas, na elaboração orçamentária, que permitam o atingimento de índices mais moderados de Modificação Orçamentária.

Conforme relatado anteriormente, o Índice de Modificação Orçamentária (IMO) realizado demonstra a realocação de 41,66% dos créditos orçamentários. Observa-se, ainda, um crescimento significativo em relação aos períodos anteriores (veja quadro acima), evidenciando ineficiência no planejamento orçamentário.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Imprescindível a adoção de técnicas de planejamento, mais efetivas, na elaboração orçamentária, que permitam o atingimento de índices mais moderados de Modificação Orçamentária.

6.3.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais

Os recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais são o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, o excesso de arrecadação, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei e as operações de crédito autorizadas, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Os créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do Poder Executivo e submetido ao Poder Legislativo correspondente (artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/1964).

A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que forem autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses daquele exercício, que poderão ser reabertos, por instrumento legal apropriado, nos limites de seus saldos, e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (artigo 167, § 2º da Constituição Federal).

Os recursos utilizados pelo Executivo Municipal de Sertão Santana no ano de 2021 para abertura dos créditos adicionais foram os seguintes:

Quadro 23 – Recursos Disponíveis para Abertura de Créditos Adicionais (2021) (em R$)

CRÉDITOS ADICIONAIS (por fonte)	2021	
Auxílios e Convênios	R$ 0,00	0,00%
Excesso de Arrecadação	R$ 5.127.560,95	45,19%
Operações de Crédito	R$ 0,00	0,00%
Reduções/Suplementações Orçamentárias entre Entidades	R$ 1.308.899,00	11,54%
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma Entidade	R$ 3.513.860,22	30,97%
Superavit Financeiro	R$ 1.397.238,45	12,31%
TOTAL	**R$ 11.347.558,62**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

6.4 Receitas

O conjunto de receitas de cada município está intimamente relacionado à sua matriz econômica e administrativa.

A estimativa de receitas é uma ferramenta essencial na gestão orçamentária, pela qual se limita a fixação das despesas. A adoção de parâmetros inadequados na elaboração do orçamento pode contribuir para o desequilíbrio financeiro e comprometer a disponibilidade de recursos indispensáveis ao atendimento da população. Ao longo do tempo, pode prejudicar o equilíbrio da gestão fiscal e o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo quando não houver discussão e avaliação adequada dos créditos adicionais.

6.4.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias

A receita orçamentária é todo ingresso de recurso financeiro que pode viabilizar a execução das políticas públicas com a finalidade precípua de atender as necessidades e demandas da sociedade. Por categoria econômica, é classificada em corrente e de capital. A receita corrente contempla recursos que se destinam a gastos correntes e de consumo, que não

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

resulta em sacrifício patrimonial. A receita de capital, por sua vez, é a direcionada à aplicação e cobertura das despesas com investimentos, que resulta em sacrifício patrimonial para ser obtida.

O Poder Executivo de Sertão Santana estimou em R$ 28.475.000,00 a sua receita para o ano de 2021, consoante sua Lei Orçamentária Anual, e arrecadou efetivamente o montante de R$ 32.181.627,24, gerando excesso de arrecadação de 13,02% entre o valor orçado inicialmente e o realizado.

Nos dois últimos exercícios, o ente municipal acumulou excesso de R$ 3.177.327,33, que representa 5,48% das receitas orçamentárias estimadas para o período, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 24 – Comparativo entre Receita Orçada e Realização das Receitas (2020 e 2021)

Ano	Orçada (R$) (A)	Realizada (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2020	29.540.000,00	29.010.700,09	-529.299,91	-1,79%
2021	28.475.000,00	32.181.627,24	3.706.627,24	13,02%
		Acumulado	**3.177.327,33**	**5,48%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98
(2) Consideradas todas as receitas correntes, receitas de capital, receitas correntes intraorçamentárias, receitas de capital intraorçamentárias e deduções de receitas correntes, de capital, correntes intraorçamentárias e de capital intraorçamentárias registradas como realizadas no exercício.

Os municípios gaúchos apresentaram insuficiência média ponderada de arrecadação de 2,43% em 2020 e excesso médio ponderado de arrecadação de 9,79% em 2021, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html. Nesse sentido, os municípios gaúchos atingiram uma suficiência média ponderada de 3,68% no biênio.

Para o exercício de 2022, o Poder Executivo de Sertão Santana projeta em 8,76% o crescimento das receitas orçamentárias sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 25 – Estimativa das Receitas Orçamentárias (2022)

Município	Realizada 2021 (R$) (A)	Orçada 2022 (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Sertão Santana	32.181.627,24	35.000.000,00	2.818.372,76	8,76%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98

O crescimento médio ponderado das receitas orçamentárias de todos os municípios do Estado para o ano de 2022 está estimado em 5,25%, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

No quadro seguinte, tem-se a composição da receita orçamentária orçada e realizada no ano de 2021:

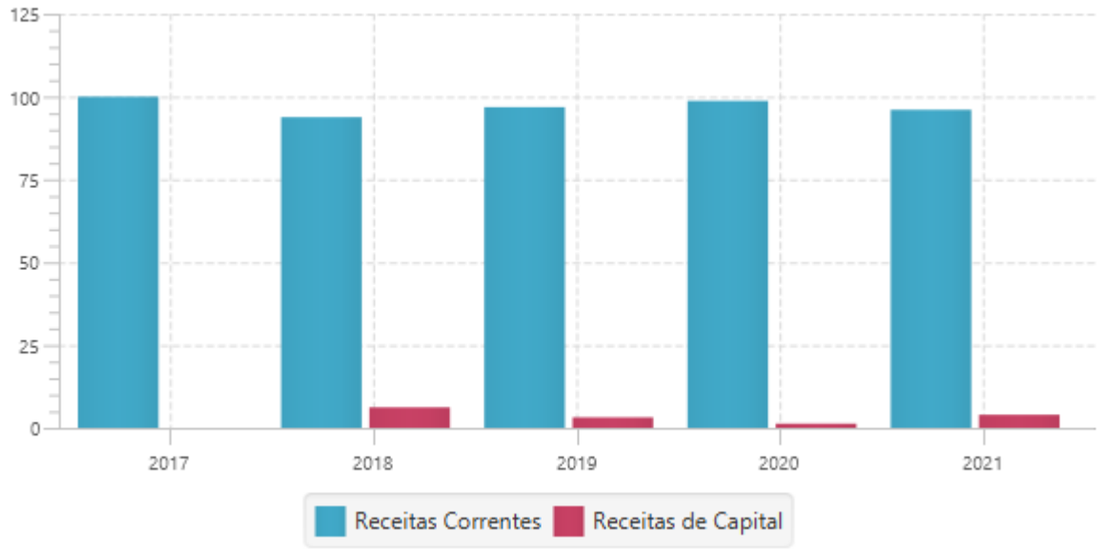
Quadro 26 – Composição das Receitas Orçamentárias

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2017	2018	2019	2020	2021				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
RECEITAS CORRENTES	**20.394,18**	**23.700,71**	**25.984,35**	**25.442,26**	**23.019,00**	**28.009,25**	**10,09%**	**121,68%**	**87,03%**
Tributária	881,05	1.034,48	1.069,98	1.301,61	1.365,34	1.579,91	21,38%	115,72%	4,91%
Contribuições	1.540,63	3.404,82	2.015,05	1.121,57	350,00	1.034,84	-7,73%	295,67%	3,22%
Patrimonial	1.712,03	1.508,21	2.584,34	2.366,33	854,16	940,43	-60,26%	110,10%	2,92%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	100,79	93,97	197,14	151,41	141,54	173,34	14,48%	122,47%	0,54%
Transferências Correntes	16.009,43	17.592,01	18.820,62	20.458,36	20.157,13	24.000,30	17,31%	119,07%	74,58%
Outras Receitas Correntes	150,25	67,21	1.297,22	42,97	150,82	280,43	552,57%	185,94%	0,87%
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**1.565,71**	**852,38**	**370,55**	**4.273,00**	**1.274,80**	**244,03%**	**29,83%**	**3,96%**
Operações de Crédito	-	-	-	-	1.500,00	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	378,60	-	-	1,80	523,02	-	29056,67%	1,63%
Amortização de Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	1.187,11	846,86	369,08	2.771,20	744,99	101,85%	26,88%	2,31%
Outras Receitas de Capital	-	-	5,52	1,47	-	6,79	361,90%	-	0,02%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**757,10**	**-**	**-**	**3.197,89**	**1.183,00**	**2.897,58**	**-9,39%**	**244,93%**	**9,00%**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**21.151,27**	**25.266,42**	**26.836,73**	**29.010,70**	**28.475,00**	**32.181,63**	**10,93%**	**113,02%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 4 – Composição % das Receitas Orçamentárias (Sertão Santana)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

As receitas orçamentárias do ente municipal, ano de 2021, estão compostas de aproximadamente 96,04% de receitas correntes, considerando as respectivas deduções, e de 3,96% de receitas de capital.

As receitas orçamentárias dos 497 municípios gaúchos no ano de 2021 estão compostas de aproximadamente 97,25% de receitas correntes e de 2,75% de receitas de capital.

Com base nos dados apresentados anteriormente, constata-se uma evolução de

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 952
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 25
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

52,15% na arrecadação de Sertão Santana, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 10,93% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução média ponderada de arrecadação da totalidade dos municípios do Estado é de 40,26%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,50%, entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas orçamentárias arrecadadas do Município somam R$ 4.886,37 por habitante, no ano de 2021, representando uma evolução de 45,94%, entre os exercícios de 2017 e de 2021, e de 10,10%, no ano de 2021 (v. quadro seguinte).

Quadro 27 – Receitas Orçamentárias Realizadas Per Capita

Ano	Receitas Orçamentárias (A)	População (B)	Receitas Orçamentárias *per capita* (A/B)
2017	R$ 21.151.273,99	6.317	R$ 3.348,31
2018	R$ 25.266.416,27	6.433	R$ 3.927,63
2019	R$ 26.836.730,33	6.486	R$ 4.137,64
2020	R$ 29.010.700,09	6.537	R$ 4.437,92
2021	R$ 32.181.627,24	6.586	R$ 4.886,37

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e IBGE.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98.

Os municípios gaúchos, no ano de 2021, apresentaram receita orçamentária per capita média ponderada de R$ 4.891,55. A evolução média ponderada apurada é de 39,51%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 13,68%, entre os anos de 2020 e 2021.

6.4.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes

A arrecadação do município de Sertão Santana em 2021 revela excesso de R$ 6.704.829,52 nas receitas correntes, que representa perto de 27,70% do montante estimado.

Nos dois últimos anos, o Município acumula excesso de R$ 9.578.276,65, que corresponde a 19,17% das receitas previstas para o período:

Quadro 28 – Comparativo entre Valor Orçado e Montante Realizado (2020 e 2021)

Ano	Orçado (R$) (A)	Realizado (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2020	25.766.700,00	28.640.147,13	2.873.447,13	11,15%
2021	24.202.000,00	30.906.829,52	6.704.829,52	27,70%
		Acumulado	**9.578.276,65**	**19,17%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

Os municípios gaúchos apresentaram excesso de arrecadação médio de 2,21% em 2020 e 15,55% em 2021, atingindo um excesso médio de 7,88%, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Para o exercício de 2022, o município de Sertão Santana projeta em 11,14% o

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

crescimento das receitas correntes sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 29 – Estimativa das Receitas Correntes (2022)

Município	Realizada 2021 (R$) (A)	Orçada 2022 (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Sertão Santana	30.906.829,52	34.351.000,00	3.444.170,48	11,14%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

A evolução média ponderada das receitas correntes de todos os municípios do Estado está estimada em 2,04% para o exercício de 2022, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas correntes arrecadadas pelo Executivo Municipal de Sertão Santana no exercício de 2021 somam R$ 30.906.829,52, configurando uma evolução na arrecadação de 46,12% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 7,91% entre os anos de 2020 e 2021 (v. quadro seguinte).

Quadro 30 – Evolução das Receitas Correntes (2017 a 2021)

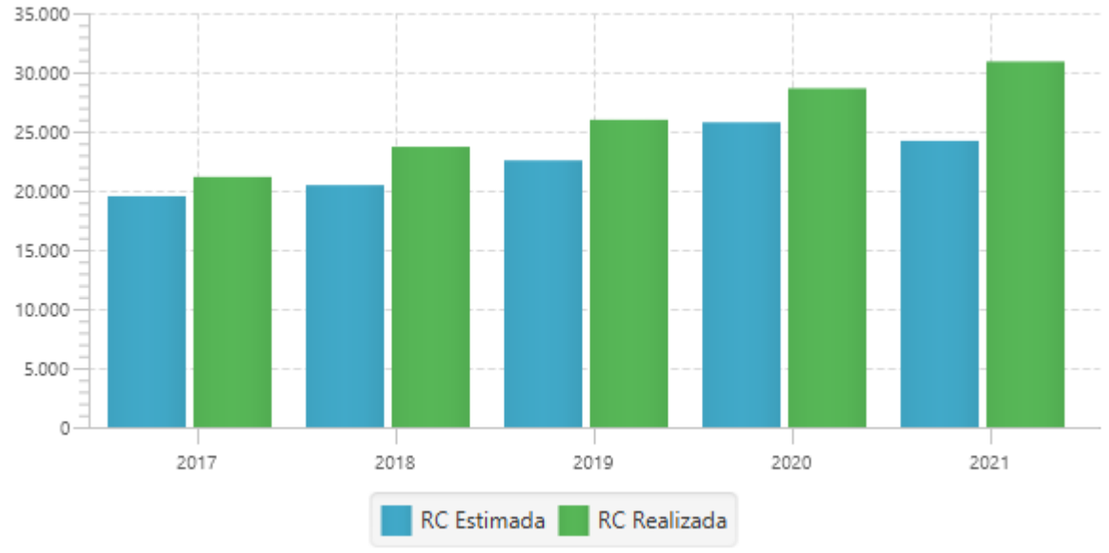
DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2017	2018	2019	2020	2021				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
Receita Tributária	**881,05**	**1.034,48**	**1.069,98**	**1.301,61**	**1.365,34**	**1.579,91**	**21,38%**	**115,72%**	**5,11%**
IPTU	202,24	262,19	211,69	243,43	400,70	303,93	24,85%	75,85%	0,98%
IR	295,41	331,43	365,01	441,31	426,50	505,28	14,50%	118,47%	1,63%
ITBI	54,06	59,50	70,05	109,40	74,85	120,02	9,71%	160,35%	0,39%
ISS	261,56	283,30	325,60	387,06	349,95	493,90	27,60%	141,13%	1,60%
ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	67,79	98,07	97,63	120,40	113,34	156,78	30,21%	138,32%	0,51%
Contribuições de Melhorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições	1.540,63	3.404,82	2.015,05	1.121,57	350,00	1.034,84	-7,73%	295,67%	3,35%
Receita Patrimonial	1.712,03	1.508,21	2.584,34	2.366,33	854,16	940,43	-60,26%	110,10%	3,04%
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	100,79	93,97	197,14	151,41	141,54	173,34	14,48%	122,47%	0,56%
Transferências Correntes	**16.009,43**	**17.592,01**	**18.820,62**	**20.458,36**	**20.157,13**	**24.000,30**	**17,31%**	**119,07%**	**77,65%**
TRANSF. DA UNIÃO	7.410,16	8.079,67	9.127,33	10.649,82	10.325,64	11.690,30	9,77%	113,22%	37,82%
TRANSF. DO ESTADO	8.186,69	5.351,33	5.692,60	5.621,29	5.435,68	7.008,32	24,67%	128,93%	22,68%
TRANSF. MULTIGOVERN.	-	4.161,01	4.000,68	4.185,62	4.395,82	5.301,68	26,66%	120,61%	17,15%
DEMAIS TRANSF.	412,58	-	0,01	1,64	-	-	-100,00%	-	-
Outras Receitas Correntes	150,25	67,21	1.297,22	42,97	150,82	280,43	552,57%	185,94%	0,91%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	757,10	-	-	3.197,89	1.183,00	2.897,58	-9,39%	244,93%	9,38%
Total	**21.151,27**	**23.700,71**	**25.984,35**	**28.640,15**	**24.202,00**	**30.906,83**	**7,91%**	**127,70%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS.
(2) Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita excluí-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.
(3) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(4) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 5 – Evolução da Arrecadação das Receitas Correntes (Sertão Santana)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 954
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 27
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A evolução média de arrecadação das receitas correntes da totalidade dos municípios do Estado é de 40,15% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 15,55% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

6.4.3 Origem das Receitas Correntes

As receitas correntes, em termos de origem, são oriundas do processo de arrecadação do próprio ente municipal ou resultantes de transferências de outros entes.

Dentre as receitas arrecadadas diretamente, faz-se destaque às receitas intraorçamentárias (código da conta 7), as quais são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social" que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Nesse sentido, para fins de análise comparativa, foram excluídas deste exame as receitas intraorçamentárias oriundas de contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, tendo em vista a existência de municípios que não instituíram o regime próprio de previdência.

Assim sendo, a arrecadação própria do município de Sertão Santana, desconsiderando as receitas correntes intraorçamentárias vinculadas ao RPPS, importou em R$ 6.906.527,91 e a originária de transferências correntes, em R$ 24.000.301,61, o que representa 22,35% e 77,65%, respectivamente, das receitas correntes realizadas em 2021, livres das deduções.

Quadro 31 – Composição das Receitas Correntes - Origem dos Recursos

Ano	Arrecadação Própria (R$)	%	Transferências Correntes (R$)	%	Índice de Arrecadação Própria

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

2017	R$ 5.141.845,98	24,31	R$ 16.009.428,01	75,69	0,32
2018	R$ 6.108.694,98	25,77	R$ 17.592.010,29	74,23	0,35
2019	R$ 7.163.730,80	27,57	R$ 18.820.620,41	72,43	0,38
2020	R$ 8.181.785,19	28,57	R$ 20.458.361,94	71,43	0,40
2021	R$ 6.906.527,91	22,35	R$ 24.000.301,61	77,65	0,29

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.

Com base nos dados extraídos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a participação ponderada média dos 497 municípios do Estado no ano de 2021 é de 38,23% de arrecadação própria e de 61,77% de transferências correntes, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Em Sertão Santana, a relação entre a arrecadação própria e as transferências correntes é de 0,29 da receita auferida em 2021, enquanto que na totalidade dos municípios gaúchos, a média é de 0,48.

As receitas arrecadadas diretamente pelo Poder Executivo de Sertão Santana em 2021 atingiram o montante de R$ 6.906.527,91. O quadro seguinte demonstra a composição desse valor:

Quadro 32 – Composição das Receitas Arrecadadas Diretamente (em R$)

Cód	Conta	Orçada	Realizada	Diferença	%
11	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.366.495,00	1.726.380,36	359.885,36	26,34
12	Contribuições	350.000,00	1.034.838,41	684.838,41	195,67
13	Receita Patrimonial	859.160,46	1.544.964,28	685.803,82	79,82
16	Receita de Serviços	141.690,00	173.560,61	31.870,61	22,49
19	Outras Receitas Correntes	150.820,00	322.543,58	171.723,58	113,86
72	Contribuições Intra-Orçamentárias	915.000,00	1.419.046,14	504.046,14	55,09
79	Outras Receitas Correntes	268.000,00	1.478.534,41	1.210.534,41	451,69
911	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-1.150,00	-146.466,96	-145.316,96	12636,26
913	(R) Receita Patrimonial	-5.000,00	-604.536,18	-599.536,18	11990,72
916	(R)Receita de Serviços	-150,00	-222,26	-72,26	48,17
919	(R) Outras Receitas Correntes	0,00	-42.114,48	-42.114,48	0,00
	Total	**4.044.865,46**	**6.906.527,91**	**2.861.662,45**	**70,75**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas: 1. A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS 2. Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita exclui-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.

A arrecadação própria de Sertão Santana apresenta uma evolução de 34,32%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de -15,59% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 36,21%, entre 2017 e 2021, e de 17,07%, entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas de transferências correntes recebidas pelo município de Sertão Santana no ano de 2021 atingiram o montante de R$ 24.000.301,61. (v. quadro abaixo).

Quadro 33 – Composição das Receitas de Transferências Correntes Recebidas

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Cód	Conta	Orçada	Realizada	Diferença	%
17	Transferências Correntes	22.937.587,94	27.594.669,97	4.657.082,03	20.3
917	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-2.780.453,40	-3.594.368,36	-813.914,96	29.27
	Total	**20.157.134,54**	**24.000.301,61**	**3.843.167,07**	**19,07**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa mensal ao TCE/RS.

As transferências correntes recebidas por Sertão Santana apresentaram uma evolução de 49,91% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 17,31% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 44,56% entre 2017 e 2021, e de 12,15% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas correntes arrecadadas de Sertão Santana somaram R$ 4.692,81 por habitante, no ano de 2021, representando uma evolução de 40,15% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 7,11% entre os anos de 2020 e 2021 (v. quadro abaixo).

Quadro 34 – Receitas Correntes Realizadas per capita

Ano	Receitas Correntes (A)	População (B)	Receitas Correntes *per capita* (A/B)
2017	R$ 21.151.273,99	6.317	R$ 3.348,31
2018	R$ 23.700.705,27	6.433	R$ 3.684,24
2019	R$ 25.984.351,21	6.486	R$ 4.006,22
2020	R$ 28.640.147,13	6.537	R$ 4.381,24
2021	R$ 30.906.829,52	6.586	R$ 4.692,81

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e do IBGE.
Nota: Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.

Os municípios gaúchos apresentaram receita corrente per capita média ponderada de R$ 4.757,22 no ano de 2021. A evolução média apurada era de 39,25% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,60% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

6.5 Despesas

O planejamento de qualquer entidade é realizado por meio do orçamento, onde são apresentados o fluxo de ingressos e a aplicação de recursos em determinado período.

O acompanhamento da execução orçamentária da despesa permite uma visão mais clara do programa governamental, proporcionando maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliando, assim, a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade com a aplicação dos recursos públicos.

Os principais estágios da execução da despesa orçamentária são o empenho, a liquidação e o pagamento.

O Poder Executivo de Sertão Santana, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 35.071.142,88 a sua despesa total para o ano de 2021, consoante sua Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteram a referida lei, e executa efetivamente o montante de R$ 26.599.344,68, gerando uma economia de 24,16% entre o valor fixado atualizado e o

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

realizado.

Essa situação teve origem na economia das despesas correntes de 12,03% combinada com a economia das despesas de capital de 65,94%:

Quadro 35 – Evolução da Execução Orçamentária em R$ mil – 2017 a 2021

Categoria Econômica	Natureza da Despesa		2017	2018	2019	2020	2021				
			Empenho	Empenho	Empenho	Empenho	Dotação Aut.	Empenho	% Evol.	Dot. x Emp.	% Total Real.
Despesas Correntes	31	Pessoal e Encargos Sociais	10.792	11.824	13.475	14.845	16.684	15.163	2,14%	-9,12%	57,00%
	32	Juros e Encargos da Dívida	81	-	-	-	-	-	-	-	-
	33	Outras Despesas Correntes	6.568	6.557	7.417	5.927	10.563	8.807	48,58%	-16,63%	33,11%
	TOTAL		**17.441**	**18.380**	**20.892**	**20.772**	**27.247**	**23.969**	**15,39%**	**-12,03%**	**90,11%**
Despesas de Capital	44	Investimentos	382	2.112	1.555	492	7.720	2.629	434,74%	-65,95%	9,88%
	45	Inversões Financeiras	7	16	10	-	3	1	-	-43,00%	0,01%
	46	Amortização da Dívida	71	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL		**461**	**2.128**	**1.565**	**492**	**7.723**	**2.630**	**435,03%**	**-65,94%**	**9,89%**
Reservas	99	Reserva de Contingência/RPPS	-	-	-	-	101	-	-	- 100,00%	-
TOTAL			**17.902**	**20.508**	**22.456**	**21.264**	**35.071**	**26.599**	**25,09%**	**-24,16%**	**100,00%**

Notas:
(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2021.

A comparação entre as despesas empenhadas em 2021 e em 2020 revelou um aumento de 15,39% das despesas correntes e um aumento de 435,03% das despesas de capital.

Na categoria de despesas correntes, a natureza de despesa orçamentária “Outras Despesas Correntes” teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 48,58%.

Na categoria de despesas de capital, a natureza de despesa orçamentária “Investimentos” teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 434,74%.

No exercício em exame, as despesas correntes e de capital corresponderam a 90,11% e 9,89%, respectivamente, do total das despesas orçamentárias.

6.5.1 Despesa por Função e Subfunção

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção, por sua vez, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal, relativas ao ano de 2021, classificadas por função e subfunção, com o comparativo entre a fixada atualizada e a executada:

Quadro 36 – Dotação Autorizada e Despesa Empenhada por Função e Subfunção (2021)

Função	Subfunção	Dotação Autorizada R$	Dotação Empenhada R$	Variação %
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	7.933.124,98	6.667.805,97	-15,95
	365 - Educação Infantil	834.517,77	831.912,87	-0,31
	368 - Educação Básica	451.900,00	282.309,61	-37,53
	306 - Alimentação e Nutrição	117.409,85	94.239,79	-19,73
12 - Educação TOTAL		9.336.952,60	7.876.268,24	-15,64

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

4 - Administração	122 - Administração Geral	8.380.284,37	6.614.243,62	-21,07
	123 - Administração Financeira	1.035.497,27	1.023.232,65	-1,18
	813 - Lazer	80.000,00	15.325,22	-80,84
	125 - Normatização e Fiscalização	29.433,00	18.319,50	-37,76
4 - Administração TOTAL		9.525.214,64	7.671.120,99	-19,47
10 - Saúde	301 - Atenção Básica	7.063.058,22	5.680.586,66	-19,57
	122 - Administração Geral	784.899,00	707.752,91	-9,83
	305 - Vigilância Epidemiológica	434.746,91	82.764,91	-80,96
	304 - Vigilância Sanitária	48.310,00	24.557,49	-49,17
	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	38.900,00	36.565,30	-6,00
	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.000,00	1.915,80	-87,23
10 - Saúde TOTAL		8.384.914,13	6.534.143,07	-22,07
9 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	2.025.000,00	1.596.327,33	-21,17
9 - Previdência Social TOTAL		2.025.000,00	1.596.327,33	-21,17
8 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	1.222.132,26	884.763,04	-27,60
	242 - Assistência ao Portador de Deficiência	48.000,00	48.000,00	0,00
	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	2.600,00	,00	-100,00
8 - Assistência Social TOTAL		1.272.732,26	932.763,04	-26,71
100 - Demais funções	-	4.526.329,25	1.988.722,01	-56,06
TOTAL		**35.071.142,88**	**26.599.344,68**	**-24,16**

Para análise das despesas empenhadas por habitante, foram desconsideradas todas as despesas realizadas com recursos do Regime Próprio de Previdência Social – Fundo de RPPS.

Quadro 37 – Despesas Empenhadas por Habitante (2021)

Código Função	Função	Despesa Empenhada	Despesa por Habitante
012	Educação	R$ 7.876.268,24	R$ 1.195,91
004	Administração	R$ 7.671.120,99	R$ 1.164,76
010	Saúde	R$ 6.534.143,07	R$ 992,13
009	Previdência Social	R$ 1.596.327,33	R$ 242,38
008	Assistência Social	R$ 932.763,04	R$ 141,63
100	Demais funções	R$ 1.988.722,01	R$ 301,96
TOTAL		**R$ 26.599.344,68**	**R$ 4.038,77**

6.5.2 Despesa por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do Município, relativas ao ano de 2021, classificadas por programa, com o comparativo entre a dotação fixada autorizada e as despesas empenhadas no referido ano.

Quadro 38 – Dotações Orçamentárias Atualizadas e Despesas Empenhadas por Programas (2021) (em R$ mil)

Despesas por Programas em 2021				
Código	**Descrição**	**Dotação Autorizada**	**Despesa Empenhada**	**Variação**
0200	Gestão Administrativa	R$ 961,17	R$ 888,05	-7,61%
0202	Modernização da Gestão	R$ 2.074,12	R$ 1.462,57	-29,48%
0203	Eficientização Tributária	R$ 1.064,93	R$ 1.041,55	-2,20%
0204	Diversificação Rural	R$ 250,00	R$ 0,00	-100,00%
0205	Conservação do Solo	R$ 110,30	R$ 106,93	-3,06%
0206	Propriedade Organizada	R$ 0,10	R$ 0,00	-100,00%
0207	Manutenção dos Serviços	R$ 3.447,97	R$ 2.174,08	-36,95%
0208	Gestão Ambiental	R$ 20,00	R$ 1,00	-95,01%
0210	Cidade Bonita	R$ 3,20	R$ 0,27	-91,62%
0212	Melhores Caminhos	R$ 1.706,70	R$ 770,50	-54,85%
0213	Manutenção das Atividades	R$ 2.864,86	R$ 2.278,16	-20,48%
0214	Qualificação da Aprendizagem	R$ 9.116,52	R$ 7.876,27	-13,60%
0215	Manutenção da Secretaria	R$ 943,17	R$ 234,22	-75,17%
0216	Nossa Cultura	R$ 381,75	R$ 369,11	-3,31%
0217	Esporte Cidadania	R$ 39,73	R$ 39,67	-,16%
0218	Saúde Perto de Todos	R$ 8.075,27	R$ 6.483,96	-19,71%
0219	Qualificação da Estrutura de Saúde	R$ 309,64	R$ 50,18	-83,79%
0220	Vivendo Melhor	R$ 1.198,33	R$ 866,83	-27,66%
0221	Gestão Social	R$ 26,30	R$ 17,93	-31,82%
0222	Encargos especiais	R$ 2.477,09	R$ 1.938,07	-21,76%
TOTAL		**R$ 35.071,14**	**R$ 26.599,34**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Os valores da coluna "dotação autorizada" apresentados na tabela acima são aqueles originais da Lei Orçamentária Anual, alterados por conta de abertura de créditos adicionais.

7 GESTÃO FISCAL

7.1 Aspectos Gerais

7.1.1 Legislação Aplicável

O cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 será fiscalizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder e do Ministério Público.

A competência atribuída aos Tribunais de Contas está replicada no artigo 5º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCE-RS.

Além da previsão regimental, há a Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**, que dispõe sobre critérios para elaboração dos relatórios gerados de forma eletrônica e automática pelo Programa Autenticador de Dados – PAD –, a partir do Sistema de Informações para

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC –, bem como sobre as informações acessórias imprescindíveis para a sua geração e sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – para fins do exercício da fiscalização preconizada pelo artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal

7.2.1 Índices de Gestão Fiscal

A Lei Complementar Federal n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados que estabelecem o comprometimento de despesas e endividamento.

No gráfico seguinte, tem-se a evolução dos limites fixados pela lei fiscal, atingidos pelo Poder Executivo de Sertão Santana nos últimos exercícios, quanto à despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias e operações de crédito.

Gráfico 6 – Índices de Gestão Fiscal



Observa-se, em relação à receita corrente líquida:

a) **o crescimento** das despesas com pessoal, no ano de 2021 em relação ao ano anterior;

b) a **inexistência** de dívida consolidada líquida no período;

c) a **inexistência** de concessão de garantias e contragarantias no período;

d) a **inexistência** de operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita no período.

7.3 Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida é apurada a partir das informações prestadas

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 961
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 34
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

individualmente pelos órgãos jurisdicionados ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, conforme o disposto no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021,** e é o resultado da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, deduzida da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e das receitas provenientes da compensação financeira dos regimes de previdência.

Serve como parâmetro para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das garantias e contragarantias e das operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita orçamentária do ente da federação.

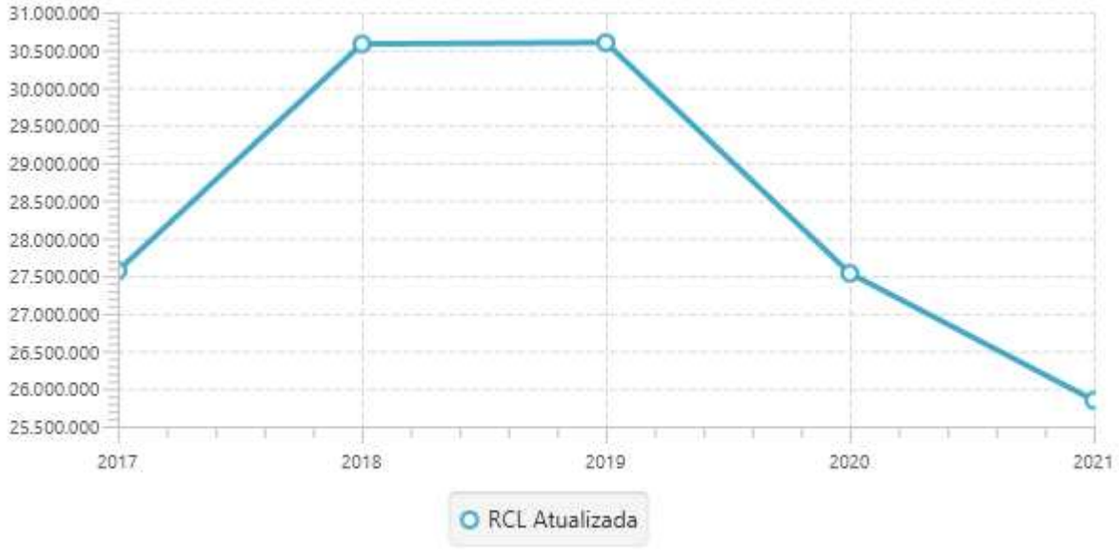
No quadro seguinte, tem-se a evolução da receita corrente líquida do município de Sertão Santana nos últimos cinco anos: e, no gráfico, logo após, a respectiva representação da curva de evolução.

Quadro 39 – Evolução da Receita Corrente Líquida

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
RCL (1)	R$ 17.071.157,40	R$ 20.038.556,45	R$ 21.263.061,08	R$ 21.630.494,37	R$ 25.845.826,66
RCL (2)	R$ 27.566.052,34	R$ 30.579.753,82	R$ 30.598.200,96	R$ 27.534.743,33	R$ 25.845.826,66
Variação anual %	-	10,93%	0,06%	-10,01%	-6,13%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais da RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 7 – Evolução da Receita Corrente Líquida



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

A composição da receita corrente líquida do município de Sertão Santana apurada no

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 962
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 35
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

exercício de 2021 é a seguinte:

Quadro 40 – Composição da Receita Corrente Líquida (em R$)

ESPECIFICAÇÃO	1º SEM (peça 3675319)	2º SEM (peça 4558113)
Receitas Correntes (a)	15.054.104,90	32.396.957,21
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-1.890.217,67	-4.387.708,24
(-) Outras Deduções (c)	-1.230.583,23	-1.932.302,31
Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	-403.707,19	-1.016.323,99
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	-621.769,96	-700.408,64
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	-205.106,08	-215.569,68
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (d = a+b+c)	**11.933.304**	**26.076.946,66**
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Geral (e)	11.624.543,34	-
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Despesa com Pessoal (f)	11.624.543,34	-
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - GERAL (g = d+e)	**23.557.847,34**	**26.076.946,66**
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (h = d+f)	**23.557.847,34**	**26.076.946,66**
Emendas Parlamentares Individuais (i)	0,00	180.000,00
Outros Ajustes - Endividamento (j)	0,00	51.120,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO (k = g-i-j)	**23.557.847,34**	**25.845.826,66**
Emendas Parlamentares de Bancada (l)	0,00	0,00
Outros Ajustes - Despesa com Pessoal (m)	0,00	51.120,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (n = h-i-l-m)	**23.557.847,34**	**25.845.826,66**
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXCETO DP E ENDIVIDAMENTO (g)	**23.557.847,34**	**26.076.946,66**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.3.2 Receitas do Regime de Previdência Computadas Indevidamente no Montante da Receita Corrente Líquida

Após análise, verifica-se que houve o registro inadequado de receitas do regime próprio de previdência social na receita corrente líquida, no montante de R$ 51.120,00 (peça 4558113) (peça 4558123) . Os ajustes encontram guarida nas deduções previstas no Modelo 1 do **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS nº **13/2021**.

Quadro 41 – Receitas do Regime de Previdência Próprio Excluídas da Receita Corrente Líquida

Cód. Natureza Receita	Descrição	Valor (R$)
13220011000000	Dividendos - Principal	51.120,00
Total (R$)		**51.120,00**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

O fato evidencia **desatendimento** à Instrução Normativa TCE-RS nº **13/2021** e ao disposto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

7.4 Despesa Bruta com Pessoal

O objetivo neste item é apresentar um panorama geral da despesa bruta com pessoal, correlacionando-a com outros dados e informações.

A composição e a evolução da despesa bruta com pessoal do Poder Executivo de Sertão Santana nos últimos cinco anos, considerando todas as despesas de natureza de despesa 3.1, está representada a seguir:

Quadro 42 – Despesa Bruta com Pessoal

Despesa Bruta com Pessoal					
Exercício	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Valores Nominais(1)(2)	10.942.692,47	11.977.313,99	13.634.393,97	14.864.319,54	15.162.557,69
Valores em R$(3)	17.669.969,67	18.277.929,06	19.620.313,61	18.921.676,79	15.162.557,69
Variação Anual %	**-**	**3,44%**	**7,34%**	**-3,56%**	**-19,87%**
RCL Valores Nominais	17.071.157,40	20.038.556,45	21.263.061,08	21.630.494,37	25.845.826,66
RCL Valores em R$(3)	27.566.052,34	30.579.753,82	30.598.200,96	27.534.743,33	25.845.826,66
Variação anual %	-	10,93%	0,06%	-10,01%	-6,13%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
1. Considerando o somatório total dos grupo de natureza de despesa 31.
2. As despesas correspondem aos valores liquidados no exercício, incluindo toda a despesa correspondente ao elemento de despesa estruturado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
3. Valores corrigidos monetariamente pelo IGP-DI/FGV para efeitos de comparação com o exercício de 2021.

Observa-se uma **redução** de 19,87% da despesa bruta com pessoal no exercício de 2021 em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os dados da tabela também demonstram um **decréscimo** de 6,13% da receita corrente líquida apurada em 2021 em referência ao exercício anterior.

A quantidade e estratificação dos servidores lotados no Poder Executivo de Sertão Santana nos últimos cinco anos são as seguintes:

Quadro 43 – Número de Servidores (Matrículas)

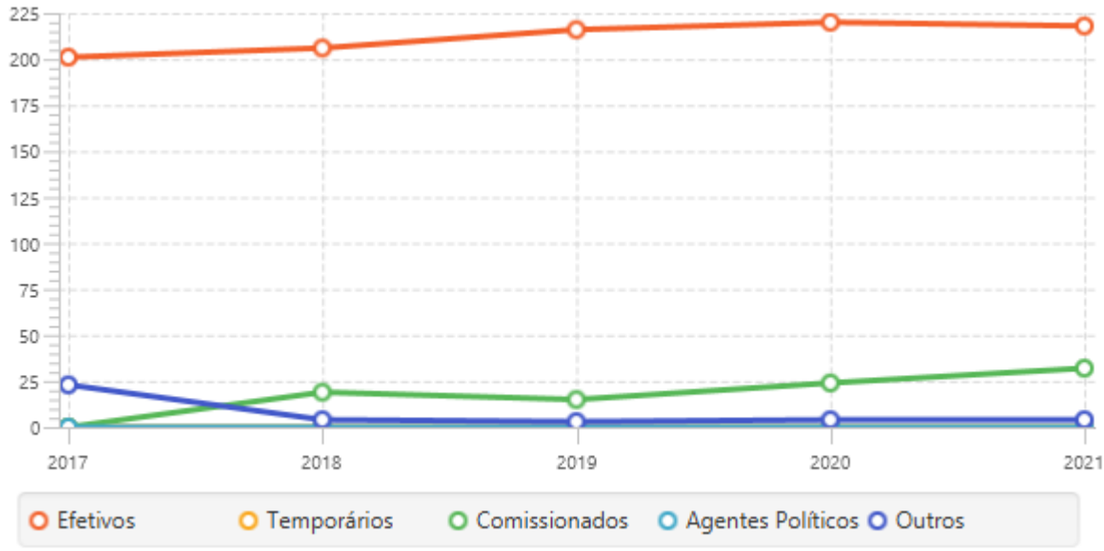
Vínculo	Número de Matrículas				
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Efetivos	201	206	216	220	218
Contratação Temporária	-	-	-	-	-
Comissionados	-	19	15	24	32
Agentes Políticos	-	-	-	-	-
Outros	23	4	3	4	4
Total	224	229	234	248	254
Variação Anual %	-	2,23%	2,18%	5,98%	2,42%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 8 – Número de Servidores (Matrículas)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 964
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 37
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados, pode-se concluir que no ano de 2021, em relação ao exercício anterior, houve:

a) **aumento de** 2,42% no número total de servidores;
b) **aumento de** 33,33% no número de servidores comissionados.

A comparação entre a despesa bruta com pessoal de todas as áreas da atuação governamental e os valores totais aplicados nas funções saúde e educação, inclusive com pessoal, pelo Poder Executivo de Sertão Santana no exercício de 2021, com a apuração do valor por habitante, segue no quadro e gráfico seguintes:

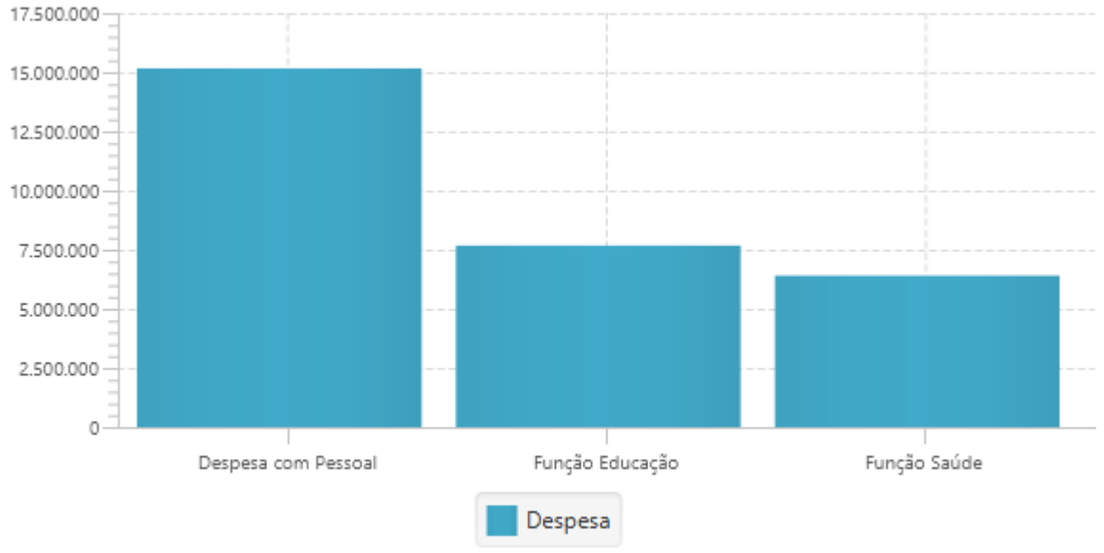
Quadro 44 – Despesa Per Capita

	2021	Despesa per Capita
População	**6.586**	**R$**
Despesa com Pessoal	15.162.557,69	2.302,24
Função Educação	7.674.535,23	1.165,28
Função Saúde	6.403.823,65	972,34

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 9 – Comparativo da Despesa com Pessoal com as Funções Saúde e Educação

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal

A despesa total com pessoal é o montante bruto dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, sem qualquer dedução ou retenção, nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

É apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente do empenho, não podendo exceder a 60% da receita corrente líquida do município, sendo **6%** para o legislativo e **54%** para o executivo, conforme disposto no artigo 19, inciso III, e artigo 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Os critérios e entendimentos para apuração das despesas com pessoal dos entes jurisdicionados da área municipal do Estado do Rio Grande do Sul constam da Instrução Normativa TCE-RS nº **13/2021**.

A evolução das despesas com pessoal do Poder Executivo de Sertão Santana nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 45 – Evolução das Despesas com Pessoal

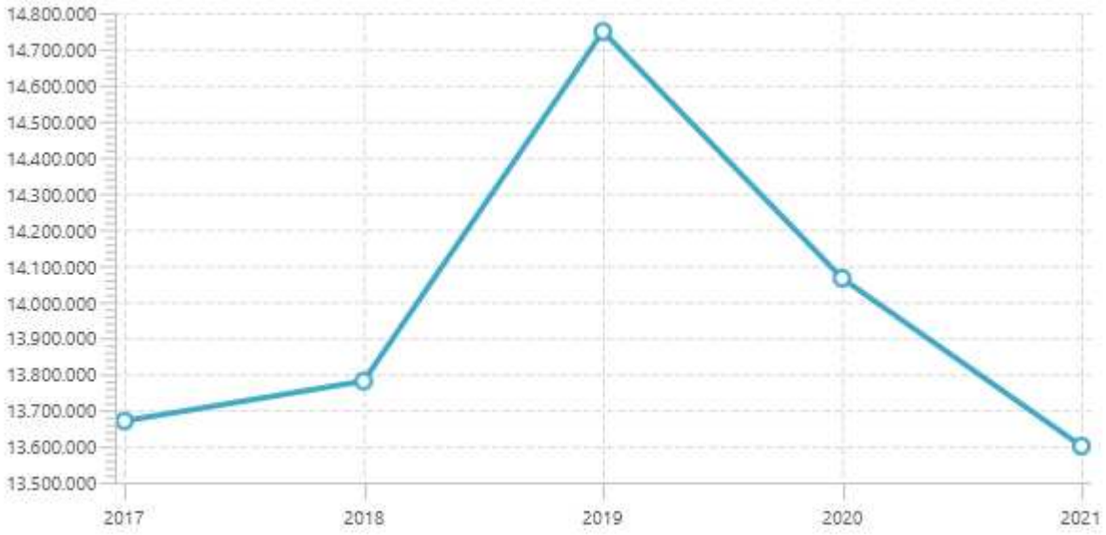
Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa com Pessoal(1)	8.465.815,98	9.030.452,61	10.249.270,74	11.049.613,80	13.600.854,41
Despesa com Pessoal(2)	13.670.375,18	13.780.883,79	14.749.016,83	14.065.710,87	13.600.854,41
Variação anual %	-	0,81%	7,03%	-4,63%	-3,30%
RCL(2)	27.566.052,34	30.579.753,82	30.598.200,96	27.534.743,33	25.845.826,66
% Despesa Pessoal/RCL	49,59%	45,07%	48,20%	51,08%	52,62%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 10 – Evolução das Despesas com Pessoal

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 966
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 39
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO



Os dados relativos à receita corrente líquida e à despesa com pessoal apresentados pelo Poder Executivo de Sertão Santana a partir dos Modelos 1 e 2 do Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021, referentes aos períodos do ano de 2021, foram inseridos no quadro seguinte, com a composição das despesas com pessoal, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Quadro 46 – Composição das Despesas com Pessoal

	1º SEM (peça 3675319)	2º SEM (peça 4558113)
Pessoal e Encargos Sociais (a)	**6.454.840,81**	**15.162.557,69**
Substituição de Mão de Obra (b)	**0,00**	**0,00**
Deduções (c)	**-782.978,70**	**-1.561.703,28**
Aposentadorias e Pensões Pagas com Recursos do RPPS	-782.978,70	-1.561.703,28
Indenizatórios	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00
Total Naturezas de Despesa Orçamentárias (d = [a+b]-c)	5.671.862,11	13.600.854,41
Cobertura de Insuficiências Financeiras (e)	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Financeiro (f)	0	0,00
Total Contas Patrimoniais (g = [e+f])	**0**	**0,00**
Empenhos Não Liquidados (h)	**3.238,07**	**-**
Restos a Pagar Não Processados (i)	**-**	**0,00**
Consórcios (j)	**0,00**	**0,00**
Subtotal Despesa com Pessoal - exercício atual (k = d+g+h+i+j)	**5.675.100,18**	**13.600.854,41**
Despesa com Pessoal do ano anterior (l)	6.569.444,01	-
Total da Despesa com Pessoal Ativo/Inativo da Entidade (m = k+l)	**12.244.544,19**	**13.600.854,41**
Receita Corrente Líquida - Despesa com Pessoal	23.557.847,34	25.845.826,66
% Despesa Com Pessoal	**51,98**	**52,62**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Os alertas, nos termos do artigo 12, inciso IX, da Resolução TCE-RS n.º 1.028/2015, foram gerados automaticamente pelo Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, uma vez que os percentuais apurados pelo Poder Executivo de Sertão Santana, no 1º e 2º Semestres, **ultrapassam 90% do limite** de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

O Poder Executivo de Sertão Santana fica sujeito às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, visto que **o percentual é superior a 95% do limite.** O cumprimento das normas de vedações será verificado pelo TCE-RS em procedimentos de auditoria.

A partir dos dados apresentados no quadro, conclui-se que os percentuais apurados são **inferiores** ao limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.5 Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida representa o montante da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida do município, nos termos da Resolução do Senado Federal n.º 40/2001.

Os critérios e entendimentos para apuração da dívida consolidada líquida dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**.

O Executivo Municipal de Sertão Santana **não possui** valores para a dívida consolidada líquida no período de 2017 a 2021.

7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

O Executivo Municipal de Sertão Santana **não possui** dívida consolidada líquida no exercício de 2021.

7.6 Operações de Crédito

A operação de crédito é todo compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, e, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, nos termos do disposto no artigo 29, inciso III e § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O montante global das operações de crédito é limitado em 16% da receita corrente líquida do município em cada exercício financeiro, conforme determina o Senado Federal. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite será calculado considerando-se o cronograma anual de ingresso e a projeção da receita corrente líquida, atualizada por índice divulgado pelo Ministério da Economia.

Os critérios e entendimentos para apuração do montante das operações de crédito dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

O Executivo Municipal de Sertão Santana não realizou operações de crédito no período de 2017 a 2021.

7.6.1 Percentual das operações de crédito

O Executivo Municipal de Sertão Santana **não realizou** operações de crédito no exercício de 2021.

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. O gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, desde que com disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

7.7.1 Valores Restituíveis

Os valores restituíveis são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, em que o município é mero agente depositário, que provocam o surgimento de passivos financeiros.

É necessário que, ao final do exercício financeiro, conste saldo suficiente no ativo circulante para cobertura dos valores restituíveis inseridos no passivo circulante, nos recursos vinculados extraorçamentários 8001 a 9999, nos termos do Manual Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964, disponível no portal do TCE-RS.

Na hipótese de insuficiência nos recursos citados, o **recurso vinculado livre 0001** deverá suportar essas obrigações.

Quadro 47 – Valores Restituíveis - Prefeitura Municipal de Sertão Santana (81600)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) (1) – I	118.671,62
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) (2) – II	0,00
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	**-118.671,62**
Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante) (2) - IV	1.974.267,16
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	**1.855.595,54**

Notas:
(1) Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante.
(2) Peça: 4137481

A partir dos dados apontados no quadro, o Poder Executivo de Sertão Santana **não** apresenta disponibilidade financeira suficiente no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante (peça 4558114) , no entanto há cobertura no recurso livre 0001.

7.7.2 Equilíbrio Financeiro

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

O equilíbrio financeiro é aferido por recurso vinculado, considerando eventuais ajustes realizados no item anterior e as informações constantes no Modelo 3 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa) e no Modelo 7 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021,** e evidenciam a existência, ou não, de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2021.

As informações constantes no Modelo 9 (Demonstrativo dos Limites) do **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021** (peça 4137482), que, juntamente com o Modelo 7, antes citado, integram o Relatório de Gestão Fiscal, demonstram a **existência de disponibilidade financeira** suficiente para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar, **em atendimento** ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

É obrigatória, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, a publicação e a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre os quais estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Os prazos, formas e meios de publicação e divulgação desses relatórios encontram-se dispostos no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**.

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021**.

Quadro 48 – Prazos de Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes (1)
RGF	Art. 55, § 2º da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após final de cada quadrimestre	30 dias ao final de cada de semestre
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

Nota:
(1) É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral, conforme o prescrito no artigo 63, inciso II, alínea "b" da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é a seguinte:

Quadro 49 – Publicação e Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (Sertão Santana)

. .	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
RGF	2ºS/2020(1)	01-02-21	3287511	27-01-21	27-01-21	27-01-21	0	0	0
	1ºS/2021	30-07-21	4137481	30-07-21		30-07-21	0		0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Processo de Contas Anuais nº 2100-0200/20-7

Conclui-se, portanto, que as publicações e as divulgações dos Relatórios de Gestão

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Fiscal ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

A publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021**.

Quadro 50 – Prazos de Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes
RREO	Art. 52 da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após o final de cada bimestre	
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é a seguinte:

Quadro 51 – Publicação e Divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Sertão Santana)

. .	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
RREO	6ºB/2020(1)	01-02-21	3287511	27-01-21	27-01-21	27-01-21	0	0	0
	1ºB/2021	30-03-21	4137481	26-03-21		26-03-21	0		0
	2ºB/2021	30-05-21	4137481	26-05-21	26-05-21	26-05-21	0	0	0
	3ºB/2021	30-07-21	4137481	30-07-21		30-07-21	0		0
	4ºB/2021	30-09-21	4137481	28-09-21	28-09-21	28-09-21	0	0	0
	5ºB/2021	30-11-21	4137481	24-11-21	24-11-21	25-11-21	0	0	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Processo de Contas de Governo nº 2100-0200/20-7.

Conclui-se, portanto, que as publicações e as divulgações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária ocorreram nos prazos estabelecidos, **em cumprimento** ao disposto no artigo 52 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.9 Audiências Públicas

A audiência pública é um mecanismo que propicia ao cidadão o exercício da participação popular nos atos de governo.

Cumpre ao Poder Executivo demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro em audiência pública na Câmara Municipal, em comissão equivalente àquela referida no § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, conforme o disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.9.1 Realização de Audiências Públicas

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (item 5.1.3 do relatório de validação e encaminhamento), a situação encontrada é a seguinte (peça 4137481):

Quadro 52 – Datas e Locais das Audiências Públicas

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias Atraso
3ºQ/20	28-02-21	23-02-21	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA	0
1ºQ/21	31-05-21	25-05-21	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA	0
2ºQ/21	30-09-21	27-09-21	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTÃO SANTANA	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados, conclui-se que as audiências públicas foram realizadas nos prazos estabelecidos no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Conceitos

O aspecto patrimonial da contabilidade aplicada ao setor público compreende o registro e a evidenciação da composição do patrimônio do ente e sua avaliação por indicadores financeiros, na forma dos artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais representam importantes instrumentos de avaliação da gestão patrimonial.

A análise das demonstrações contábeis é uma das técnicas que possibilita compreender a situação econômico-financeira do ente e as consequências das decisões dos gestores ante o patrimônio público ao longo dos anos.

8.2 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O balanço patrimonial é estruturado em:

a) ativo - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, com potencial de serviços ou com capacidade de gerar benefícios econômicos;

b) passivo - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade;

c) patrimônio líquido (ou situação patrimonial líquida) - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 972
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 45
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

Os indicadores financeiros para a análise e interpretação dos resultados apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

a) situação financeira - demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, a soma dos recursos financeiros disponíveis ou realizáveis no curto prazo, em confronto com as obrigações financeiras de curto prazo;

b) liquidez corrente - demonstra quanto o ente detém de recursos disponíveis para a quitação de suas dívidas circulantes, ou seja, de curto prazo;

c) liquidez geral - demonstra quanto o ente detém de recursos realizáveis de curto e longo prazo para o pagamento da totalidade das suas obrigações;

d) solvência - medida de capacidade do ente em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com todos os seus recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes;

e) endividamento geral - demonstra o grau de endividamento do ente, refletindo também a sua estrutura de capital;

f) composição do endividamento - demonstra o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício.

No quadro a seguir são demonstrados esses indicadores, calculados a partir do balanço patrimonial do Poder Executivo de Sertão Santana, encerrado em 31/12/2021 (peça 4137484).

Quadro 53 – Indicadores Patrimoniais

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Situação Financeira	AF / PF	5.925.044,24 / 1.313.017,97	4,51	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit financeiro, fonte para abertura de crédito adicional, nos termos do § 2º do art. 43 da Lei 4320/64, refletindo a influência positiva da Administração na gestão dos recursos disponíveis.
Liquidez Corrente	AC / PC	6.805.843,41 / 519.720,13	13,10	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos disponíveis e realizáveis (bens e direitos) frente as suas obrigações no curto prazo, ou seja, aquelas que deverão ser cumpridas, geralmente, até o final do exercício seguinte à data da elaboração do balanço patrimonial, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes.
Liquidez Geral	AC + ARLP / PC + PNC	11.451.682,66 / 519.720,13	22,03	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) de curto e longo prazos frente as suas obrigações no mesmo período, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes e não circulantes.
Índice de Solvência	AC + ANC / PC + PNC	25.901.457,98 / 519.720,13	49,84	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes frente a todas obrigações, refletindo a influência positiva da Administração na solvência da entidade, evidenciando uma situação patrimonial líquida positiva.
Endividamento Geral	PC + PNC / AT	519.720,13 / 25.901.457,98	0,02	O resultado menor que 0,5 indica que a maioria dos recursos (bens e direitos) da entidade não estão financiados com capital de terceiros, refletindo a influência positiva da Administração na gestão de suas atividades.
Composição do Endividamento	PC / PC + PNC	519.720,13 / 519.720,13	1,00	O resultado maior que 0,5 indica que a maioria das obrigações existentes ao final do exercício possuem exigibilidade de curto prazo, evidenciando menor qualidade das dívidas pactuadas pela Administração.

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: AF - Ativo Financeiro, AC - Ativo Circulante, ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo, ANC - Ativo Não Circulante, AT - Ativo Total, PF - Passivo Financeiro, PC - Passivo Circulante, PNC - Passivo Não Circulante.

8.2.2 Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias

Quanto à conformidade:

O exame dos documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal evidencia a seguinte irregularidade:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

- Da declaração sobre a realização de conciliações bancárias, prevista na alínea 'e' do art. 3º, inciso IV, da Resolução nº 1.134/2020 (peça 4199566).

A declaração acostada, conforme peça acima referenciada, não está de acordo com o formato previsto no anexo I da Resolução nº 1.134/2020, uma vez que nela não consta o elenco das contas bancárias e seus saldos.

Diante do exposto, observa-se o não atendimento da previsão contida no anexo I da Resolução nº 1.134/2020.

8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais

O indicador financeiro para a análise e interpretação dos resultados apresentados na demonstração das variações patrimoniais é o “resultado das variações patrimoniais”, que demonstra o resultado patrimonial do exercício e é apurado a partir da relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas.

No quadro a seguir é demonstrado esse indicador, calculado a partir da demonstração das variações patrimoniais do Poder Executivo de Sertão Santana, encerrada em 31/12/2021 (peça 4137485).

Quadro 54 – Quociente Patrimonial

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Resultado das Variações Patrimoniais	VPA / VPD	31.079.719,95 / 28.128.295,32	1,10	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit patrimonial no exercício, refletindo a influência da Administração na evolução positiva do Patrimônio Líquido

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas; VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas.

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 Pesquisas Aplicadas

A legislação aplicada à divulgação de informações no âmbito da administração pública é ampla. Nesse sentido, o direito de receber informações dos órgãos públicos e o princípio da publicidade estão inseridos nos artigos 5º, inciso XXXIII, e 37 da Constituição Federal, respectivamente.

Por sua vez, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 exige a disponibilização e divulgação, inclusive em meio eletrônico, por todos os entes da federação, de suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais.

Conforme se extrai dessa Lei, trata-se de rol exemplificativo, não se esgotando a obrigação da entidade ou do órgão público tão só pela disponibilização dos dados elencados no seu artigo 8º, § 2º. Nesse sentido, entende-se que é dever do poder público prestar todas as informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, inclusive de forma

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

ativa quando houver viabilidade técnica para tanto.

Em seguida, registra-se que a Lei Federal n.º 13.460/2017, que traz também as atribuições e os deveres atinentes às ouvidorias públicas, prevê a garantia da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

Por fim, as Leis Federais n.ºs 13.979/2020 e 14.124/2021 trazem a obrigação de serem disponibilizadas, em site oficial específico na internet, informações sobre aquisições ou contratações realizadas pelo ente federado para enfrentamento ao coronavírus, bem como sobre a aplicação das vacinas correspondentes.

Considerando questões de materialidade e relevância, apenas alguns itens apresentados nos recibos das pesquisas foram selecionados para serem analisados pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizada a sistemática de amostragem de auditoria. Nesse sentido, todos aqueles quesitos que possuem **Análise Definitiva S*** tiveram seus resultados considerados como atendidos a partir do histórico de pesquisa dos anos anteriores.

Com base em todos esses parâmetros normativos, o TCE-RS **promoveu avaliação sistemática e global de cada um dos municípios**, a fim de verificar o nível de atendimento aos princípios da transparência e da publicidade.

A partir disso, verificou-se que o Poder Executivo de Sertão Santana atendeu, nos itens efetivamente analisados, a **59,26%** dos critérios da **LAI e 100,00%** da **LRF**; **0,00%** dos itens consultados sobre **Canais de Ouvidorias**; **100,00%** dos quesitos verificados sobre **enfrentamento à COVID-19**; e **37,50%** dos itens examinados sobre **a aplicação das vacinas** contra o coronavírus, todos demonstrados adiante.

9.1.1 Pesquisa da Transparência Fiscal

O ente federado é obrigado a dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Essa imposição advém do disposto nos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

A divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal é tratada em item próprio deste relatório (Publicação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária).

A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558115), aferidos mediante pesquisa efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, estão sendo cumpridas** as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação

O ente federado é obrigado, igualmente, sob pena de responsabilidade, a franquear ao cidadão informações e documentos de interesses particular e coletivo, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal.

No sentido de atender não somente a esse mandamento, mas também ao ditado pelo artigo 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, é dever do ente observar os dispositivos da Lei Federal n.º 12.527/2011 – a chamada “Lei de Acesso à Informação” – que, em seu artigo 32, inciso I, tipifica como conduta ilícita do agente público o não fornecimento, o retardamento

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

deliberado ou o fornecimento intencionalmente incorreto de informações requeridas.

Apesar de o artigo 8º, §4º, da LAI dispensar, à primeira vista, a divulgação obrigatória na internet de parte das informações para os municípios com menos de 10 mil habitantes, considerando o cenário virtual e contexto social em 2021, a interpretação teleológica da LAI, a necessidade de eficiência e economicidade na gestão pública e que todos municípios gaúchos possuem sítios oficiais, é relevante a disponibilização eletrônica dos dados e registros públicos, por ser a forma mais econômica, efetiva e eficaz de dar a publicidade e transparência necessária a eles.

A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558124) , aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 sítio eletrônico do Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011:

4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)

- Existência de histórico das informações (art. 8º)
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)
- Número do processo correspondente
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido
- Objeto
- Valor

10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea \"a\" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)

- Existência de histórico das informações (art. 8º)
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)

14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)

- Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local

9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

As Ouvidorias são responsáveis prioritariamente pelo tratamento das reclamações e denúncias envolvendo irregularidades, desvios de conduta e falhas na prestação de serviços públicos.

O ente federado deve dispor de atos normativos específicos acerca da organização e funcionamento das Ouvidorias, na forma do disposto da Lei Federal n.º 13.460/2017.

Nesse sentido, a equipe técnica verificou se havia a disponibilização, em site oficial, de Canal de Ouvidoria, Carta de Serviços e Relatório de Gestão pelo Poder Executivo municipal.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558116) ,

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se que, dentre os aspectos analisados, **não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011:

25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)

- Canal para acesso à Ouvidoria
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)

Registra-se que essa mesma irregularidade consta no Processo n.º 2100-0200/20-7, do exercício de 2020, pendente de apreciação.

9.1.4 Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19

É obrigação do ente federado a disponibilização, no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, de todas as aquisições ou contratações realizadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, conforme o contido no § 2º do artigo 4º da Lei Federal n.º 13.979/2020.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558117) , aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se que, dentre os aspectos examinados, **estão sendo cumpridas** as exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 13.979/2020.

9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19

O regime jurídico excepcional de emergência sanitária decorrente da pandemia do coronavírus não relativiza ou exime o administrador público do dever constitucional de transparência. Pelo contrário, situações graves e extraordinárias exigem ampla visibilidade da atuação estatal empreendida para o enfrentamento da crise.

A transparência, neste momento, além de garantir o acesso à informação e o controle pelos órgãos competentes, constitui instrumento que possibilita a conjugação de esforços dos mais diversos setores da sociedade na busca de soluções para os problemas decorrentes da atual pandemia.

Diante disso, conforme se extrai do artigo 37, caput, da Constituição Federal (princípio da publicidade); dos artigos 3º e 8º, "caput", da Lei n.º 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); e do artigo 14, da Lei n.º 14.124/2021, é relevante a transparência efetiva de atos e procedimentos atinentes à vacinação contra a COVID-19.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558125) , aferidos mediante pesquisa efetuada no período de 19/07 a 10/08/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se que, dentre os aspectos examinados, **não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas:

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

- Quantitativo de pessoas de cada grupo

5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?

8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?

9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?

- Há divulgação destacada
- Endereços
- Telefones
- Horários de funcionamento
- Documentos necessários

10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?

11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

- Registro de sobra
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu
- Documento de orientação no caso de sobra
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

Considerando o panorama global do coronavírus em 2021 e a necessidade de integração de todos os atores institucionais, sociais e políticos para enfrentamento efetivo à pandemia, observa-se que **a gestão municipal deve prestar esclarecimentos quanto à falta de transparência na aplicação das vacinas** contra a COVID-19, visto que não atendeu

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

suficientemente ao conjunto de critérios avaliados.

10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

10.1 Aspectos Gerais

10.1.1 Legislação e Regime Municipal

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, financiado por recursos orçamentários públicos e contribuições sociais e destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O sistema previdenciário brasileiro é composto pelo regime geral de previdência social, pelo regime próprio de previdência social e pelo regime de previdência complementar, cuja essência é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, para transformar a poupança presente em benefícios futuros.

O regime próprio de previdência social, exclusivo dos servidores públicos efetivos, tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e deve observar os critérios de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da administração pública direta, bem como o das respectivas autarquias e fundações, serão amparados pelo regime geral de previdência social, caso o ente público não tenha instituído seu regime próprio, de acordo com o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 8.212/1991.

A estrutura administrativa-organizacional dos regimes próprios de previdência pode ser na forma de fundo, dentro da estrutura da administração direta, ou de autarquia ou de fundação pública, na administração indireta.

A instituição de regime próprio de previdência implica adoção de contabilidade exclusiva e realização tempestiva e adequada de avaliação atuarial do plano de benefícios, sem prejuízo de observação às exigências de responsabilidade fiscal estabelecidas legalmente.

O regime próprio de previdência do município de Sertão Santana está constituído sob a forma de **fundo municipal**.

10.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

10.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária

O certificado de regularidade previdenciária tem a finalidade de atestar a situação do município em relação à Lei Federal n.º 9.717/1998, conforme previsão contida no Decreto Federal n.º 3.788/2001 e na Portaria MPS n.º 204/2008.

O caráter contributivo, o equilíbrio financeiro e atuarial e o encaminhamento de documentos obrigatórios são alguns dos critérios para que o certificado seja emitido, nos termos do disposto no artigo 5º da portaria antes referida.

A partir de dados da Secretaria de Previdência – Ministério do Trabalho e Previdência, apresentam-se os certificados de regularidade previdenciária válidos no exercício:

Quadro 55 – Certificados de Regularidade Previdenciária Válidos em 2021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

CRPs Válidos em 2021			
Número CRP	**Data de Emissão**	**Data de Validade**	**Emissão Judicial**
985761-191506	03/12/2020	01/06/2021	Não
985761-197886	18/06/2021	15/12/2021	Não
985761-205071	15/12/2021	13/06/2022	Não

Observa-se que o município de Sertão Santana manteve-se por 16 **dias sem certificado de regularidade previdenciária**:

Quadro 56 – Períodos sem Certificados de Regularidade Previdenciária

Períodos sem CRP		
De	**Até**	**Diferença em dias**
02/06/2021	17/06/2021	16

O certificado de regularidade previdenciária válido ao final do exercício, apesar dos 16 dias sem essa condição, coloca o município de Sertão Santana em **situação regular** nesse quesito.

10.3 Avaliação Atuarial

10.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial é o documento elaborado por atuário, que caracteriza a população segurada, discrimina os encargos, estima os recursos e as alíquotas de contribuição, apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar e que contém o parecer atuarial relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios do regime próprio, na definição trazida pela Portaria MF n.º 464/2018.

A elaboração desse documento, contendo as definições, resultados e medidas necessárias para o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário, é obrigatória em cada balanço, conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O resultado da avaliação atuarial é encaminhado anualmente à Secretaria de Previdência Social – Ministério do Trabalho e Previdência até 31 de março do exercício subsequente ao da sua data base, por meio do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (documento que demonstra resumidamente as características gerais do plano de benefícios e da massa segurada e os principais resultados da avaliação atuarial), de acordo com o previsto no inciso I do § 6º do artigo 5º da Portaria MPS n.º 204/2008. Excepcionalmente, no exercício de 2021, o prazo foi prorrogado para **30/04/2021**, conforme Portaria SEPRT/ME n.º 3.411, de 23 de março de 2021.

A consulta ao Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) revela o cadastramento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial em 30/03/2021, em **cumprimento,** portanto, ao prazo supracitado.

10.4 Balanço Atuarial do Plano Previdenciário

10.4.1 Evolução do Ativo, Passivo e Resultado Atuarial

O ativo total corresponde ao somatório dos ativos garantidores [1] dos compromissos do plano de benefícios com o valor atual dos fluxos dos parcelamentos vigentes a receber.

O passivo atuarial corresponde ao valor presente de todos os compromissos

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

assumidos e resulta da soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) com a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC).

O resultado atuarial é a diferença entre o ativo total e o passivo atuarial do plano de benefícios.

A seguir o resultado atuarial do fundo em capitalização do exercício em exame e um gráfico explicitando a representatividade das variáveis que compõem o ativo total e o passivo atuarial:

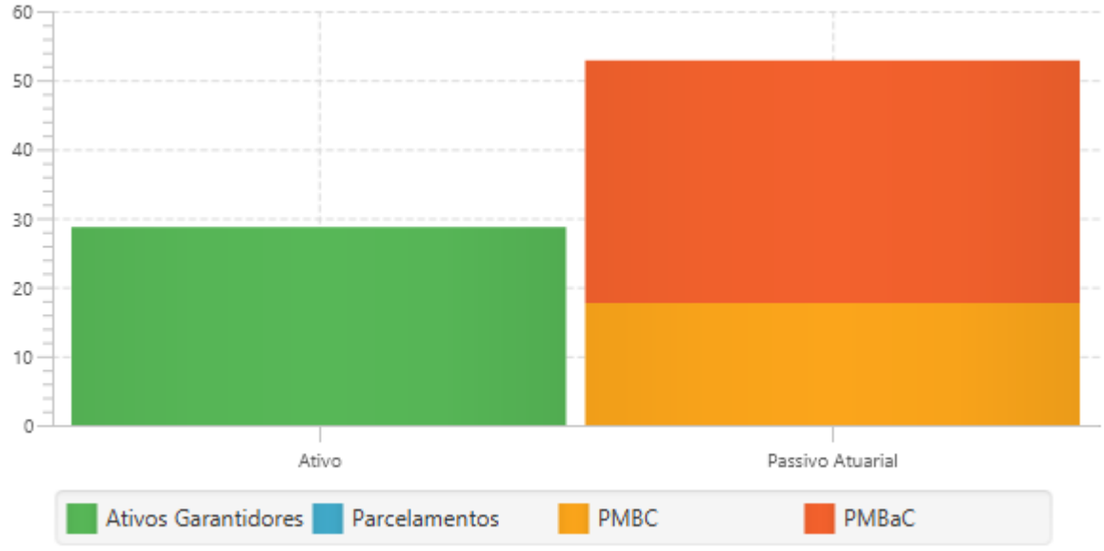
Quadro 57 – Resultado Atuarial - DRAA 2022, enviado dia 23/03/2022, com data focal de 31/12/2021 (em R$)

Resultado Atuarial - DRAA 2022		
ATIVO	**Ativo Total**	**28.706.583,22**
	Ativos Garantidores	**28.706.583,22**
	Renda fixa	28.706.583,22
	Renda variável	0,00
	Segmento imobiliário	0,00
	Em enquadramento	0,00
	Títulos e valores não sujeitos ao enquadramento	0,00
	Demais bens, direitos e ativos	0,00
	Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	**0,00**
PASSIVO	**Passivo Atuarial**	**52.860.422,31**
	PMBC - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	**17.699.615,16**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	19.234.147,43
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	1.534.532,27
	PMBaC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	**35.160.807,15**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	60.956.446,49
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	25.795.639,34
Resultado Atuarial sem plano de amortização: Deficit Atuarial a Amortizar (-)/ Superavit Atuarial (+)		**-24.153.839,09**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei		24.775.331,25
Resultado Atuarial após plano de amortização: Deficit Atuarial (-) / Superavit Atuarial (+)		**621.492,16**

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do DRAA obtidos da Secretaria de Previdência.

Gráfico 11 – Resultado Atuarial sem plano de amortização - Fundo em Capitalização (em R$ milhões)

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.



Com intuito de observar o comportamento do fundo em capitalização e mostrar a evolução do resultado atuarial, levantaram-se os dados dos três últimos exercícios, a saber:

Quadro 58 – Evolução do Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização (em R$)

	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022
Data Focal	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Data de Envio DRAA	**28/07/2020**	**30/03/2021**	**23/03/2022**
Ativo Total	**22.779.233,99**	**26.644.215,00**	**28.706.583,22**
Ativos Garantidores	22.779.233,99	26.644.215,00	28.706.583,22
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	**44.535.894,79**	**50.935.182,54**	**52.860.422,31**
PMBC - Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	15.872.358,91	17.150.868,70	17.699.615,16
PMBaC - Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder	28.663.535,88	33.784.313,84	35.160.807,15
Resultado Atuarial sem plano de amortização: Deficit Atuarial a Amortizar (-)/ Superavit Atuarial (+)	**- 21.756.660,80**	**- 24.290.967,54**	**- 24.153.839,09**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	43.420.172,79	46.831.926,96	24.775.331,25
Resultado Atuarial após plano de amortização: Deficit Atuarial (-)/ Superavit Atuarial (+)	**21.663.511,99**	**22.540.959,42**	**621.492,16**

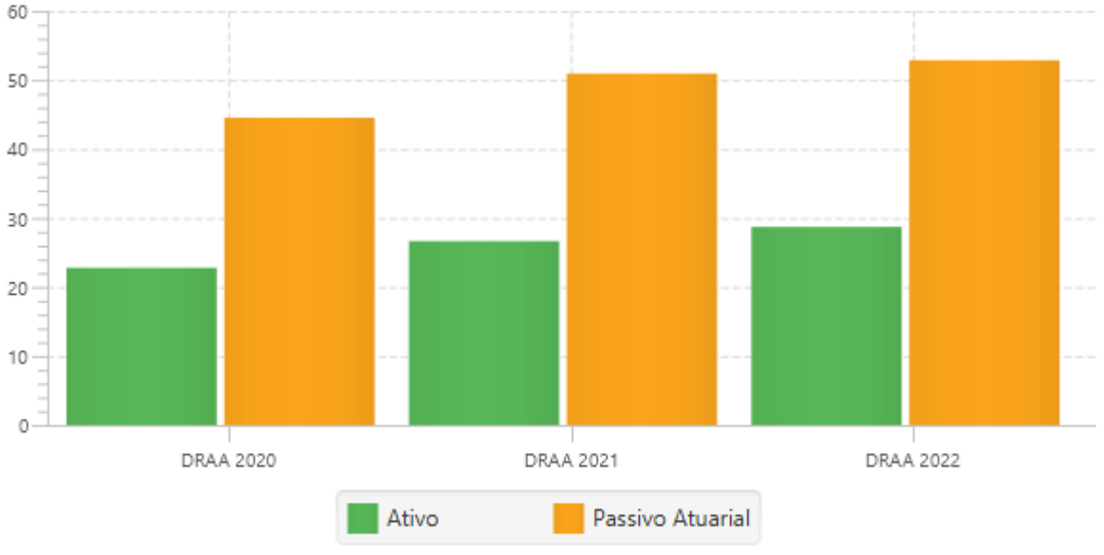
Fonte: Secretaria da Previdência.

Gráfico 12 – Evolução do Resultado Atuarial sem plano de amortização

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.



Gráfico 13 – Ativo Total x Passivo Atuarial sem plano de amortização (em R$ milhões)



O fundo em capitalização, com base nas informações anteriores, apesar de registrar crescimento do déficit atuarial no penúltimo estudo, apresenta uma **redução** no último estudo, sendo prudente o acompanhamento da efetividade do plano de amortização, visando à sua redução.

Índice de Cobertura Atuarial

A análise do índice de cobertura atuarial da provisão matemática visa identificar a proporção de recursos financeiros existentes para o pagamento das aposentadorias e pensões

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 983
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 56
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

concedidas (provisão matemática de benefícios concedidos) ou futuras (provisão matemática de benefícios a conceder) a cargo do fundo em capitalização.

É esperado que seja igual ou superior a 1 (um) o índice de cobertura atuarial da provisão matemática dos benefícios concedidos. Quanto menor, pior será a situação atuarial do regime próprio de previdência.

A seguir, a evolução dos índices nas três últimas avaliações e as considerações para o ano em exame:

Quadro 59 – Índice de Cobertura Atuarial do Fundo em Capitalização sem plano de amortização

	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática Total (Passivo Atuarial)	0,51	0,52	0,54
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	1,44	1,55	1,62

Fonte: Secretaria da Previdência.

O índice de cobertura atuarial da provisão matemática total do DRAA de 2022, com data focal em 31/12/2021, **é menor que 1**, mas o índice de cobertura atuarial da provisão matemática de benefícios concedidos é maior que 1, significando que, apesar de existir recursos suficientes para a cobertura da provisão matemática dos benefícios já concedidos, a provisão matemática dos benefícios a conceder ainda não está integralmente constituída, sendo necessária a adoção de medidas em busca do equilíbrio atuarial integral.

Notas

1. Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos ativos financeiros e dos bens, direitos e ativos vinculados ao RPPS por lei, excluídos os recursos relativos à Reserva Administrativa e fundos garantidores de benefício e fundos para oscilação de riscos.

10.5 Reservas Matemáticas

10.5.1 Contabilização das Provisões Matemáticas

A contabilização das provisões matemáticas previdenciárias é necessária para demonstrar a real situação patrimonial e financeira do regime próprio de previdência. O reconhecimento do passivo atuarial e sua evidenciação no balanço patrimonial atendem ao regime de competência.

A provisão matemática previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data.

O registro das provisões matemáticas previdenciárias, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público, deve ser efetuado nas contas:

- 2.2.7.2.1.03.00.00.00.00 - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos; e

- 2.2.7.2.1.04.00.00.00.00 - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Os valores apurados no Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial devem ser registrados de acordo com o ano civil a que competem, tendo em vista a data do fato gerador das obrigações, em obediência ao regime de competência e às diretrizes estabelecidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual e pelas demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Setor Público, nos termos do disposto no artigo 3º da Portaria MF n.º 464/2018.

A validação entre os dados [1] constantes no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e os repassados à Secretaria de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 60 – Validação de Dados entre o SIAPC e o DRAA

. .	Valor Informado no SIAPC	Valor Informado no DRAA	Validação
Provisões Matemáticas Previdenciárias	52.860.422,31	52.860.422,31	CONFORME

Os valores contabilizados no balancete de verificação estão em **conformidade** com os informados no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial de 2022, não havendo inconformidades a serem apontadas.

Notas

1. Foi considerado o DRAA enviado em 23/03/2022, com situação “Documentos Digitalizados”. Consulta pública disponível em https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml.

10.6 Investimentos

10.6.1 Enquadramento de Limites

As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência instituídos pelos entes federados estão sujeitas a uma série de limites, requisitos e vedações, previstos na Resolução CMN n.° 3.922/2010, com alteração dada pela Resolução CMN n.° 4.604/2017.

Entre as principais exigências, tem-se o enquadramento da alocação dos recursos dentro de limites estabelecidos para os segmentos de aplicação e tipos de ativos, com o objetivo de trazer segurança aos recursos garantidores, evitando exposição excessiva a riscos.

A partir dos dados constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos correspondente a dezembro de 2021, enviado ao CADPREV, as aplicações de recursos estavam assim distribuídas:

Quadro 61 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência

TIPOS DE ATIVOS	% Limite CMN 3.992/10		Valor (R$)	% Recursos RPPS
	Ativo	Segmento		
Títulos Públicos de emissão do TN - Art. 7º , I, a	100		-	-
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	100		15.067.080,37	51,02%
ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	100		413.543,48	1,4%
FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, a	60		-	-
ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, b	60		252.349,68	0,85%
FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, a	40		7.257.565,87	24,57%
ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, IV, b	40		-	-
Poupança - Art. 7º, VI, b	15		-	-
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, VII, a	5	15	-	-
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, b	5		-	-
FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	30		-	-

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 985
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 58
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50) - Art. 8º, I, b	30	30	706.462,12	2,39%
FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, a	20		1.315.051,95	4,46%
ETF - Demais Índices de Ações - Art. 8º, II, b	20		-	-
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10		1.936.478,24	6,56%
FI em Participações - Art. 8º, IV, a	5		-	-
FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b	5		620.180,00	2,09%
Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9-Aº, II	10	10	-	-
Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º-A, III	10		1.137.871,61	3,86%
TOTAL	**-**	**-**	**28.706.583,32**	**97,2%**

Fonte: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) da competência 12/2021.

Gráfico 14 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência

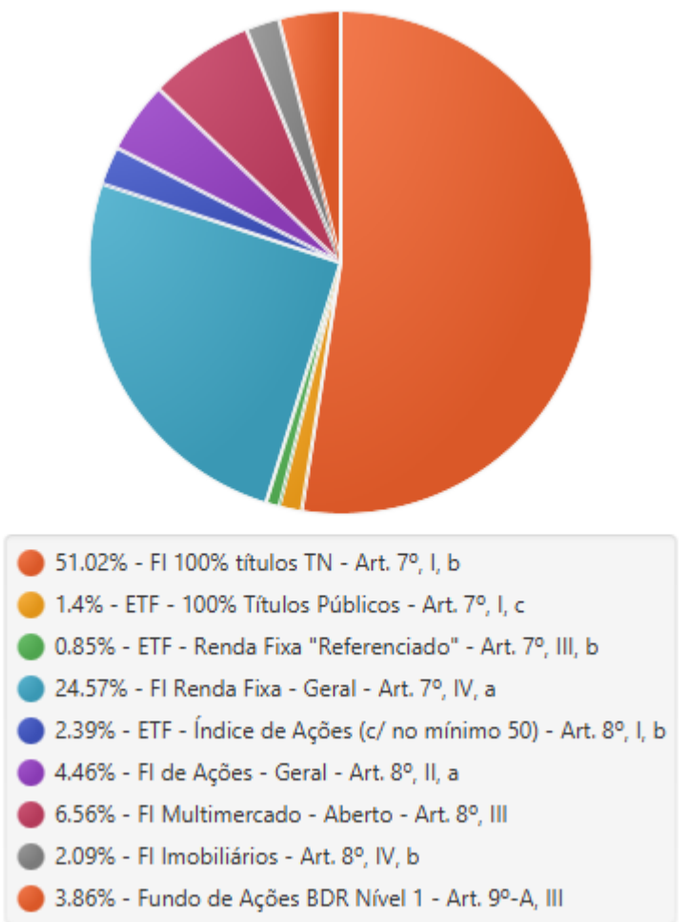
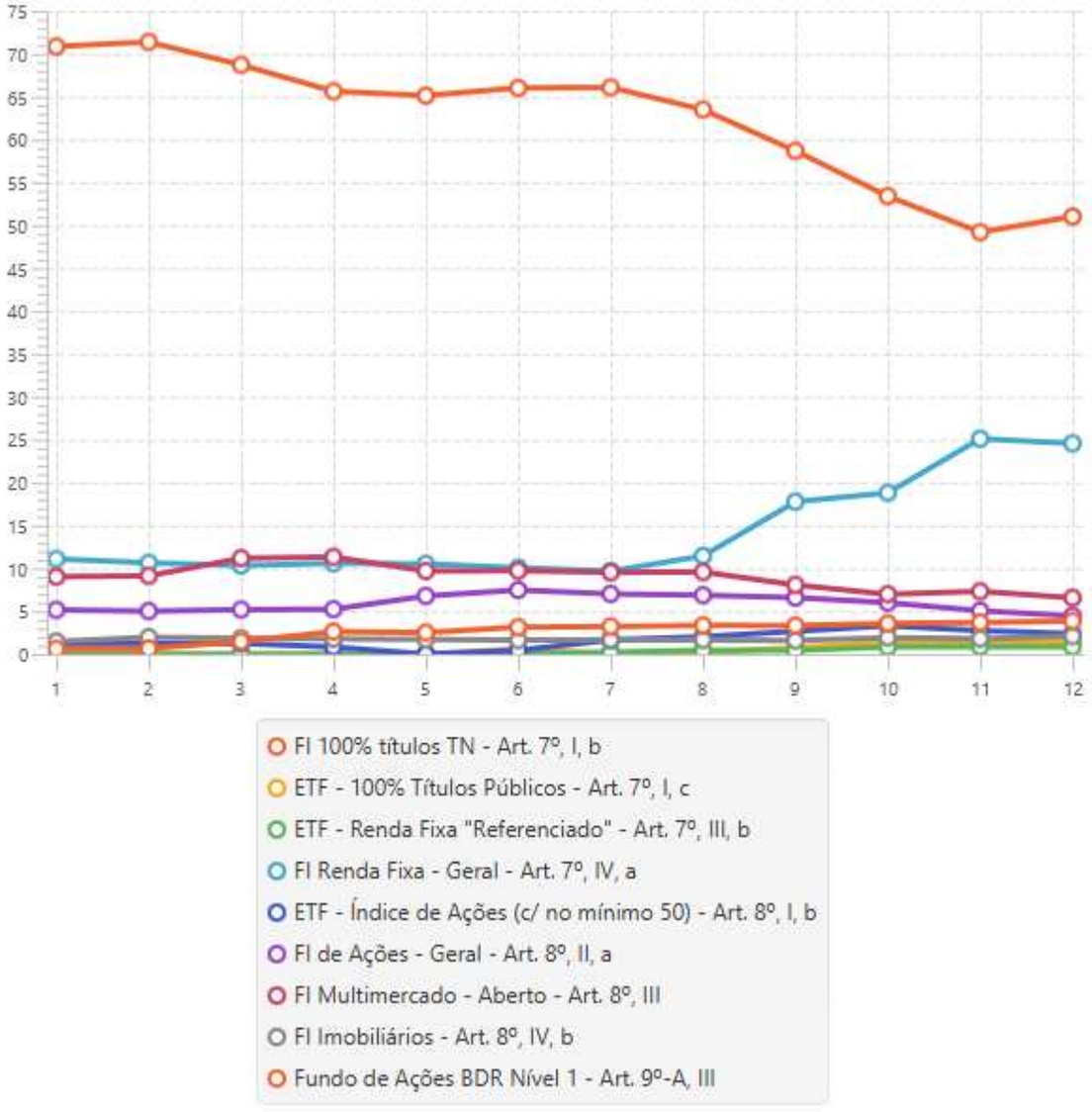


Gráfico 15 – Evolução Mensal dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência em 2021

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.



Com base nas informações expostas anteriormente, assim como em verificações adicionais, constata-se:

a) a **inexistência de desenquadramentos** da alocação dos recursos em relação aos limites estabelecidos nos artigos 7°, 8° e 9° da Resolução CMN n° 3.922/2010;

b) a **inexistência** de investimentos em fundos com participação superior a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência, conforme artigo 13 da Resolução CMN n° 3.922/2010;

c) a **inexistência** de investimentos em fundos com participação superior ao limite estabelecido no artigo 14 da Resolução CMN n° 3.922/2010;

d) a **inexistência** de investimentos em **fundos vedados** pela Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.604/2017;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 987
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 60
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

e) a **existência** [1] de investimentos em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Quadro 62 – Investimentos em Fundos cujo Administrador ou Gestor não atende aos critérios do art. 15 da Res. 3.922/2010

CNPJ	Nome do Fundo	Artigo/Tipo de Ativo/Segmento	% do RPPS	CNPJ Administrador	CNPJ Gestor
15576907000170	FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO RIO BRAVO RENDA VAREJO - FII	FI Imobiliários - Art. 8º, IV, b / Renda Variável e Investimentos Estruturados	0,69%	72600026000181	03864607000108

Fonte: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) de dezembro de 2021.

Assim, tendo sido verificado que **não** foram atendidos alguns critérios estabelecidos na Resolução CMN n.° 3.922/2010, faz-se necessária a adoção de medidas saneadoras pelo gestor do RPPS.

Notas

1. Foram identificados investimentos em Fundos que não constam da lista exaustiva, divulgada pela Secretaria de Previdência, das instituições que atendem aos critérios do art. 15 da Res. 3.922/2010 (disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/investimentos-do-rpps/arquivos/2020/instituicoes-financeiras-que-atendem-o-previsto-no-art-15-28-06-21.pdf).

11 LIMITES CONSTITUCIONAIS

11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

O município deverá aplicar, anualmente, **25%** (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na **manutenção e desenvolvimento do ensino**, na forma do artigo 212 da Constituição Federal.

A base de cálculo dos gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino é a receita líquida de impostos e transferências, as multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo.

As despesas consideradas e as não admitidas como manutenção e desenvolvimento do ensino estão disciplinadas, respectivamente, nos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/1996.

11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município na manutenção e desenvolvimento do ensino estão listadas no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE/RS nº **07/2021**.

Quadro 63 – Evolução do Percentual do MDE no município de Sertão Santana (em R$)

MDE	2017	2018	2019	2020	2021
Receita MDE	13.659.737,76	15.019.091,48	16.076.627,84	15.660.771,99	19.940.498,51
Aplicação Mínima (25%)	3.414.934,44	3.754.772,87	4.019.156,96	3.915.193,00	4.985.124,63

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Aplicação Efetiva	3.748.872,77	3.891.449,73	4.780.733,10	4.081.548,87	5.056.949,90
% Aplicação MDE	**27,44%**	**25,91%**	**29,74%**	**26,06%**	**25,36%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4137481) (RVE item 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados), constata-se que o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo Poder Executivo de Sertão Santana no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal .

11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissinais da Educação (FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual do FUNDEB aplicado pelo município estão listadas no **Anexo II** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **07/2021**.

11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

A aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios materializa-se nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

No quadro abaixo, demonstram-se a segregação e a evolução das receitas formadoras do fundo no município de **Sertão Santana** (peça 4137481) (RVE item 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a partir dos Recursos):

Quadro 64 – Evolução das Receitas Formadoras do FUNDEB no município de Sertão Santana (em R$)

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021
ITR - Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	1.383.798,47	1.482.671,39	1.607.426,26	1.530.854,42	2.063.998,44
Cota-parte ITR	2.883,10	2.975,45	3.727,37	4.062,04	5.843,71
LC nº 87/96 – Lei Kandir	5.804,52	5.917,72	0,00	0,00	0,00
Cota-parte ICMS	912.991,46	1.043.365,67	1.097.953,80	1.054.111,24	1.329.867,48
Cota-parte IPVA	97.469,59	123.478,77	130.906,68	130.919,17	152.402,17
Cota-parte IPI/Exportação	14.169,18	15.623,64	16.811,24	15.016,31	13.881,10
TOTAL	**2.417.116,32**	**2.674.032,64**	**2.856.825,35**	**2.734.963,18**	**3.565.992,90**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.2.2 Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

É obrigação do município destinar pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Quadro 65 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Educação Básica de Sertão Santana (em R$)

FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021
Receita FUNDEB Total (1)	3.877.889,95	4.169.271,92	4.006.292,82	4.186.439,06	5.320.128,07
70% do Retorno do FUNDEB (2)	2.326.733,97	2.501.563,15	2.403.775,69	2.511.863,44	3.724.089,65
Aplicação Recursos - FUNDEB	2.940.537,47	3.293.734,51	3.301.254,37	3.449.734,25	4.744.929,09
% Aplicação	75,83	79,00	82,40	82,40	89,19

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Receita FUNDEB Total = Total retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Recurso vinculado FUNDEB.
(2) Os valores calculados até 2020 consideram o percentual de 60% do retorno do FUNDEB. A partir de 2021, esse percentual mínimo foi alterado para 70% (art. 26 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020).

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4137481) (RVE item 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério), constata-se que o percentual aplicado pelo Poder Executivo de **Sertão Santana** no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/2020 e no artigo 212-A, inciso XI da Constituição Federal .

11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB

Na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências) e, de outro, a receita proveniente do fundo (valor recebido de acordo com o número de alunos matriculados).

Ao comparar-se o valor da contribuição com o valor do retorno, apura-se o "ganho" ou a "perda" com o FUNDEB.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = **Ganho**
Valor do Retorno < **Valor da Contribuição** = **Perda**

Quadro 66 – Demonstração do Ganho ou da Perda do FUNDEB (em R$)

Ano	Valor	Conclusão
2017	R$ 1.446.783,81	Ganho
2018	R$ 1.486.979,25	Ganho
2019	R$ 1.143.863,11	Ganho
2020	R$ 1.450.994,74	Ganho
2021	R$ 1.735.757,45	Ganho

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas, constata-se que o município de Sertão Santana teve **ganho** no ano de 2021.

11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde

A saúde é direito de todos e deverá ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal.

O município deverá aplicar, anualmente, **15%** (quinze por cento), no mínimo, da arrecadação de impostos e transferências nas **ações e serviços públicos de saúde**, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 141/2012, que regulamenta o § 3º do artigo 198 da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Constituição Federal e dá outras providências.

11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município em ações e serviços públicos de saúde estão listadas no **Anexo III** da Instrução Normativa TCE/RS n.º **07/2021**.

Quadro 67 – Evolução do Percentual do ASPS no município de Sertão Santana (em R$)

ASPS	2017	2018	2019	2020	2021
Receita ASPS	13.034.797,03	15.019.091,48	16.076.627,84	15.660.771,99	20.188.030,86
Aplicação Mínima (15%)	1.955.219,55	2.252.863,72	2.411.494,18	2.349.115,80	3.028.204,63
Aplicação Efetiva	3.060.479,77	2.516.434,11	2.822.435,91	2.705.579,54	3.175.542,66
% Aplicação ASPS	**23,48%**	**16,75%**	**17,56%**	**17,28%**	**15,73%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4137481) (RVE item 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)), constata-se que o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde pelo Poder Executivo de **Sertão Santana** no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012 .

11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro

A regra de ouro é a vedação de o montante das receitas de operações de crédito ser superior ao total das despesas de capital em cada exercício financeiro, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, nos termos do **inciso III** do **artigo 167** da Constituição Federal.

11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro

Apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício ao qual se refere a lei orçamentária serão consideradas no cálculo para a verificação do cumprimento da regra de ouro.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (RVE item 5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício)(peça 4137481) constata-se a **inexistência** de operações de crédito internas e externas no exercício de 2021.

12 EDUCAÇÃO

12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

A promoção do bem comum, sem quaisquer formas de discriminação, é objetivo fundamental, disposto no inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal.

O conhecimento, o respeito e a valorização, por toda a população, da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena são pontos importantes para a superação do racismo

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

no país.

O estudo desses temas tornou-se obrigatório no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental públicos e privados com o acréscimo, pela Lei Federal n.º 10.639/2003, do artigo 26-A à Lei Federal n.º 9.394/1996, com redação alterada pela Lei Federal n.º 11.645/2008.

Desde então, várias iniciativas foram adotadas, dentre as quais destacam-se:

· O Conselho Nacional de Educação disciplinou essa obrigatoriedade por meio de pareceres e resoluções, entre os quais o Parecer CNE/CP n.º 3/2004 e a Resolução CNE/CP n.º 1/2004 e os Pareceres CNE/CEB n.ºs 2/2007, 6/2011 e 14/2015;

· A obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é matéria reafirmada pelo disposto no artigo 11 da Lei Federal n.º 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;

· Edição, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, em 2013, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

· A obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é disciplinada no âmbito do Rio Grande do Sul pelas Leis n.ºs 13.694/2011 e 14.705/2015, que instituem o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e o Plano Estadual de Educação, respectivamente, pelo Decreto n.º 53.817/2017 e pela Resolução do Conselho Estadual de Educação n.º 297/2009.

Para realização da análise deste tema, foram obtidos dados através do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

12.1.1 Previsão Normativa

O município de Sertão Santana editou norma específica e vigente disciplinando a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, denotando **cumprimento ao artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996**, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 68 – Normativas relacionadas

Norma	Proposta por	Peça
Resolução nº 7/2018	Executivo Municipal	(peça 4558138)

Fonte: Resposta à questão 1.1.1.1 do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

Por sua vez, o Plano Municipal de Educação inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena dentre as metas a serem atingidas, **cumprindo, portanto, o disposto na Lei Estadual n.º 14.705/2015**.

12.1.2 Formação dos Professores

A capacitação dos professores é fundamental para a adequada implementação do ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de educação, pontuada em todos os instrumentos normativos que disciplinam o artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996.

O município de Sertão Santana informou que **não houve concurso público** para o magistério municipal no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

O Município oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas durante o exercício de 2021, em **cumprimento** ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996 [1] (peça 4558139) .

Os cursos estão discriminados no quadro seguinte:

Quadro 69 – Cursos de Formação de Professores em 2021

Nome do curso	Instituição que promoveu o curso	Carga horária (em horas)	Quantidade de professores capacitados	Peça
Diálogos Multiculturais	SESC	13	70	(peça 4558126)

Fonte: Resposta à questão 1.5.2.1 do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

Notas

1. Importante destacar que não foi avaliada a adequação da carga horária oferecida.

12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

O ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, e no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira, nos termos do disposto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas.

Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o município de Sertão Santana informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais.

Na rede de ensino municipal, a situação informada pode ser assim resumida:

a) na educação infantil, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

b) no ensino fundamental, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

c) O Município informou não possuir escolas públicas municipais de ensino médio.

Considerando que o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola, a situação descrita **atende parcialmente** ao previsto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. Recomenda-se ao gestor que envide esforços para a plena implementação das exigências previstas na normativa aplicável.

A secretaria de educação de Sertão Santana não elaborou relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

indígenas, em **desacordo** com o artigo 4º, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 53.817/2017 e com as principais ações previstas para os governos municipais no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo mesmo decreto (peça 4558139) .

12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, conforme disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Esse dever do Estado com a educação, nos termos do inciso I do artigo 208 da Carta Constitucional, será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade.

A fim de assegurar o direito à educação, a Lei Maior, no § 2º do artigo 208, prevê, ainda, que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Em que pese a assertividade do arcabouço legal pátrio quanto à exigência de universalização do acesso à educação, milhares de crianças e adolescentes brasileiros ainda se encontram à margem do sistema educacional.

De acordo com Nota Técnica emitida em dezembro de 2021 pela organização Todos Pela Educação [1] , com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do 2º trimestre de 2021, houve, entre o segundo trimestre de 2019 e o mesmo período de 2021, aumento de 171,1% na quantidade de crianças e jovens de 06 a 14 anos fora da escola, passando de, aproximadamente, 90 mil em 2019 para, aproximadamente, 244 mil em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças e jovens dessa faixa etária que não estavam frequentando a escola, que era de 0,3% em 2019, atingiu 1,0% em 2021 - a maior taxa observada nos últimos seis anos.

Esses dados, além de demonstrarem os efeitos deletérios da pandemia da Covid-19 nas taxas de atendimento escolar, evidenciam a urgência de medidas contundentes para minimizar prejuízos ao aprendizado e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes do país.

Para realização da análise do tema busca ativa e enfrentamento à exclusão escolar, foram obtidos dados por meio do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação (peça 4558139) .

1. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota . Acesso em: 14 dez. 2021

12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

O dever do Estado de garantir educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade é afirmado no inciso I do artigo 208 da Constituição da Federal de 1988. A fim de efetivar essa garantia, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014, em suas três primeiras metas, aborda a universalização da educação básica no país e prevê, entre as estratégias para ampliação do acesso à educação, a realização de busca ativa.

As ações de busca ativa são importantes mecanismos de enfrentamento à exclusão escolar e de concretização do direito fundamental à educação.

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

A respeito dessa temática, o município de Sertão Santana declarou que não promoveu processos estruturados de busca ativa em 2021. Essa omissão vai **de encontro** ao previsto nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014.

12.2.2 Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)Matrícula

Na busca ativa, diferentemente do que ocorre na demanda manifesta, em que as instituições de ensino são procuradas por pais ou responsáveis que expressam o interesse na matrícula, o Estado atua de ofício para identificar crianças que estão fora da escola. Além de atender a demanda manifesta, os municípios devem realizar esforços para (re)inserir na escola crianças e adolescentes cujas famílias ou responsáveis não procuraram a rede de ensino para registrar interesse por vaga.

O município de Sertão Santana asseverou que, em 2021, realizou proativamente, de forma não estruturada, a identificação de crianças e adolescentes fora da escola, por meio de: Visitas a domicílios e Contato telefônico/ aplicativo de mensagens.

Uma vez identificadas situações de exclusão escolar, é fundamental que se proceda com celeridade à (re)matrícula, a fim de prevenir a ocorrência de atraso escolar e de prejuízos ao desenvolvimento dos estudantes.

Acerca desse tema, o Executivo Municipal informou que, uma vez identificada criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula.

12.2.3 Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares

Conquanto, em razão das particularidades de cada município ou estado, inexista modelo único de combate à exclusão escolar, as estratégias de enfrentamento, a fim de obter resultados efetivos, devem contemplar medidas de monitoramento e ações preventivas para evitar abandono e evasão escolares.

O Município informou que em 2021 monitorou a frequência dos estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolares, e controlou as causas do afastamento da escola.

Esclarece ainda que houve, em 2021, a divulgação de orientações aos profissionais da educação sobre como lidar com a infrequência dos estudantes. Não foram, contudo, realizados eventos ou cursos de formação na temática do enfrentamento ao abandono e à evasão escolares. A realização de eventos e cursos de capacitação é prática recomendável, na medida em que reforça a atuação preventiva do município e amplia as chances de permanência dos alunos na escola.

Por fim, o Município reconheceu que não realiza acompanhamento de estudantes (re)inseridos, para garantir que não haja (novo) abandono ou evasão escolar. A ausência de acompanhamento reduz as chances de permanência escolar e enfraquece, portanto, a estratégia municipal de enfrentamento à exclusão escolar.

12.2.4 Documentação Formal

A elaboração de documento formal em que se definam diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão é importante etapa para implementação da estratégia do município.

A definição de metas, de cronograma, de ações e de procedimentos e a atribuição de

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

responsabilidades contribuem para conferir direcionamento à atuação municipal e racionalidade às ações de enfrentamento à exclusão escolar, o que mitiga o risco de falhas na etapa de execução.

De acordo com os dados informados, o município de Sertão Santana, no entanto, não dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão, o que indica necessidade de aperfeiçoamento da etapa de planejamento da estratégia municipal de enfrentamento à exclusão escolar.

12.2.5 Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos

As causas da exclusão escolar são multidimensionais e envolvem questões que, frequentemente, não estão ao alcance da secretaria de educação, como violência familiar, trabalho infantil, falta de acesso a direitos básicos, vulnerabilidade econômica e enfermidades. Por esse motivo, é necessário que haja envolvimento de órgãos/entidades públicos municipais com atribuições variadas e que exista atuação concertada com órgãos públicos de outras esferas de governo.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014, prevê, nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9, que a busca ativa deve ser realizada em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Acerca dessa temática, o município de Sertão Santana informou que os seguintes órgãos/entidades municipais estão envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social (ou órgão/entidade análogo(a)), Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Ademais, assevera também que atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas, quais sejam: Ministério Público do Estado.

O Município esclareceu, porém, que não definiu procedimentos visando a garantir o encaminhamento, à rede estadual, das crianças e adolescentes por ele identificados que necessitam de matrícula naquela rede. Essa omissão representa risco à (re)inserção de crianças e adolescentes que se encontram fora da escola e que necessitam de matrícula em dependências administrativas estaduais.

12.2.6 Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar

O enfrentamento à exclusão escolar pressupõe a atuação coordenada de profissionais com atribuições, habilidades e competências diversas. As múltiplas etapas que compõem uma estratégia de enfrentamento efetiva, tais como a identificação de crianças ou adolescentes fora da escola, análise técnica das causas da exclusão, (re)matrícula e acompanhamento para assegurar a permanência, são complexas e demandam, portanto, constituição de equipes multidisciplinares.

Acerca dos recursos humanos destinados ao enfrentamento da exclusão escolar, o município de Sertão Santana informou que:

a) não dispõe de profissionais treinados e incumbidos de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola;

b) não dispõe de profissionais responsáveis por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

escola;

c) não dispõe de responsáveis por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar;

d) dispõe de profissionais responsáveis por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos.

A situação descrita indica a necessidade de destinação de profissionais com atribuições condizentes com o objetivo de erradicar a exclusão escolar.

13 SAÚDE

13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS

O conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Federal n.º 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011.

O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e deve ser fruto de uma articulação de tarefas entre as três esferas da federação, cujas diretrizes encontram-se elencadas no artigo 94 da Portaria de Consolidação MS/GM n.º 1/2017, do Ministério da Saúde.

Os principais instrumentos de gestão no âmbito dos municípios são o plano de saúde, as programações anuais e os relatórios de gestão, previstos nos artigos 95 a 99 da portaria citada anteriormente.

13.1.1 Plano Municipal de Saúde

O plano de saúde é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas na área da saúde, onde são explicitados os compromissos para o setor e refletidas as necessidades de saúde da população e as suas peculiaridades.

A concepção do plano deve observar o prazo do plano plurianual, definido na lei orgânica do ente federado, uma vez que norteia a elaboração do planejamento e orçamento do governo no campo da saúde.

Por ser estruturante, a não elaboração do plano municipal pode implicar suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS, conforme previsão contida no artigo 22, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se a **existência** do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde em **data anterior** à do encaminhamento do projeto de lei do Plano Plurianual ao Poder Legislativo (peça 4558140) (peça 4558141) (peça 4558127) (peça 4558142) .

13.1.2 Programação Anual da Saúde

A programação anual é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde e tem por objetivo anualizar as suas metas e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

A programação deve ser encaminhada ao respectivo conselho de saúde para

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

aprovação **antes da data** de remessa da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício correspondente. Ou seja, no exercício ora examinado, de 2021, o PAS 2022 deveria ter sido elaborado antes da LDO de 2022.

A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se a **existência** da programação anual para o ano de 2022, **aprovada** pelo Conselho Municipal de Saúde em **data anterior** à do encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo (peça 4558141) (peça 4558141) (peça 4558141) (peça 4558142) .

13.1.3 Relatório de Gestão

O relatório de gestão é o instrumento com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da programação anual de saúde e que orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no plano de saúde; deve ser encaminhado ao respectivo conselho de saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo àquela entidade emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar Federal n.º 141/2012.

A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se a **existência** do relatório de gestão de 2020, **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde (peça 4558127) (peça 4558141) (peça 4558142) .

14 MEIO AMBIENTE

14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

A Constituição Federal estabeleceu, em seu artigo 225, que compete ao poder público e a toda coletividade defender o meio ambiente de modo que ele possa ser preservado para as presentes e para as futuras gerações. Além disso, para o cumprimento desse dever, o artigo 23 da Constituição Federal repartiu as competências entre os entes da federação, cabendo a cada um deles proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora.

Já a Lei Complementar Federal n.º 140/2011 fixou normas de cooperação entre os entes federados nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e combate à poluição. Nessa perspectiva, o município é o ente federativo onde os problemas ambientais estão mais próximos da vida do cidadão, sendo a administração municipal responsável, em grande parte, pela tomada de decisão e execução da gestão ambiental. Para tanto, de acordo com os incisos I a IX do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 140/2011, são ações administrativas dos municípios:

> I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente;
>
> II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;
>
> III - formular, executar e fazer cumprir a **Política Municipal de Meio Ambiente**;
>
> IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

> V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
>
> VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;
>
> VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;
>
> VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;
>
> IX - elaborar o Plano Diretor, observando os **zoneamentos ambientais**;
>
> X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;
>
> XI - promover e orientar a **educação ambiental** em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;
>
> (grifou-se)

Cabe referir que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é um sistema estabelecido pela Lei Federal n.º 6.938/1981, que dispõe sobre seus fins, mecanismos e instrumentos destinados à preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, no presente tópico são analisadas as políticas ambientais adotadas pelo Município e suas ações estruturantes, em especial quanto às atividades de controle e fiscalização e de licenciamento ambiental.

14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

Questionada se a gestão ambiental é considerada no planejamento das ações do município, a Administração Municipal informou o que segue (peça 4558143) :

a) a Lei nº 1.100/2009 instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente no município de Sertão Santana, em consonância com o que estabelece a Lei Complementar n.º 140/2011, art. 9º, III (peça 4558128) ;

b) **não há previsão orçamentária** para a concretização das atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente e das ações de competência municipal previstas no art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011, o que representa **grave empecilho** ao cumprimento da função municipal de defesa do meio ambiente, de combate à poluição e de preservação da fauna, flora e florestas prevista no art. 23 da Constituição Federal;

c) o município de Sertão Santana **não estabeleceu,** até o momento, ações articuladas com outros entes federados visando à concretização dos objetivos da PNMA, requisitos constantes nos incisos IV e V, art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011;

d) o Município não possui sistematização de informações ambientais, **desatendendo** a previsão posta nos incisos VII e VIII do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011;

e) **não constam formalizadas** as diretrizes de zoneamento ambiental e/ou definidos espaços territoriais a serem especialmente protegidos no planejamento do uso e ocupação do solo, o que **desatende** os incisos IX e X do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011;

f) não foram reportadas pelo Município ações relacionadas à educação ambiental, o

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

que **desatende** a previsão constante no inciso XI do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011.

Diante desse cenário, **verificam-se desatendidos em grande parte os requisitos legais do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 140/2011**, podendo implicar responsabilização do gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos.

14.1.2 Estrutura de Licenciamento, Controle e Fiscalização Ambiental

Em alinhamento ao estipulado pela Lei Complementar n.º 140/2011, a Lei Estadual n.º 15.434 de 2020 – Código Estadual de Meio Ambiente – estabelece, em seu art. 67, que compete aos municípios o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local.

A Resolução Consema n.º 372/2018 estabelece, em seu art. 6º, critérios mínimos para as estruturas municipais de licenciamento e fiscalização ambiental, nos seguintes termos:

> **Art. 6º .** Considera-se órgão ambiental capacitado, para efeitos do disposto nesta Resolução, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados em meio físico e biótico e em número compatível com a demanda das ações administrativas de licenciamento e fiscalização ambiental de competência do município.
>
> **§ 1º.** Todos os municípios devem possuir em seu quadro no mínimo um licenciador habilitado e um fiscal concursado, designados por portaria, mesmo que o município opte por consórcio.
>
> **§ 2º.** O município dotará o órgão ambiental com equipamentos e os meios necessários para o exercício de suas funções e atribuições.

Estando o Município deficiente quanto à estrutura de licenciamento de atividades de impacto local, é requerida a atuação supletiva do Estado, previsão constante no art. 8º da Resolução Consema 372/2018:

> **Art. 8º.** Os Municípios que não possuam órgão ambiental capacitado ou Conselho Municipal de Meio Ambiente comunicarão tal situação à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para fins de exercício da competência supletiva prevista no art. 15 da Lei Complementar 140/2011.

Questionado sobre a existência de pendências relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de licenciamento, controle e fiscalização ambiental, o jurisdicionado informou o que segue (peça 4558143) :

Não existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a questões ambientais.

O Município possui unidade administrativa dedicada ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local. Sobre essa unidade, o Município prestou as seguintes informações:

Quadro 70 – Informações do Município

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Nome da unidade:	Departamento de Meio Ambiente
Ato normativo de criação da unidade:	Lei 955, de 6 de dezembro de 2006
Número de servidores efetivos:	1

A estrutura conta com responsável técnico habilitado ao licenciamento ambiental de atividades com potencial de impacto local, atendendo ao critério mínimo estabelecido no art. 6º, § 1º da Resolução Consema n.º 372/2018.

Quadro 71 – Lista de licenciador(es) habilitado(s)

Nome	Formação	Cargo/função
João Alberto Meyer	Tecnólogo Ambiental	Assessor de Meio Ambiente

Fonte: Resposta à questão 2.2.7.1 do Questionário nº 3/2022 - Contas Anuais 2021 - Meio Ambiente.

O Município informou que, no ano de 2021, analisou 32 processos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local.

No mesmo ano, indicou que foram emitidas 38 licenças ambientais.

14.2 Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico, considera que o Saneamento Básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Sobre essas diretrizes, são analisados a seguir os eixos de esgotamento sanitário e de manejo de resíduos sólidos.

14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A Lei Federal n.º 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico, entre eles o manejo de resíduos sólidos, deverão ser prestados com base nos princípios da universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).

Por sua vez, a Lei Federal n.º 12.305/2010 define gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano de gestão

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da referida legislação. Também define a gestão integrada de resíduos sólidos como o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A Lei Federal n.º 12.305/2010, em seu artigo 18, determina que:

> A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Já no § 9º do artigo 19, consta que pode ser dispensado da elaboração do PMGIRS o município contemplado por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, desde que exista plano intermunicipal compatível com os requisitos da lei.

Por sua vez, a Lei Federal n.º 11.445/2007, no seu artigo 11, estabelece como condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico a existência de plano de saneamento – o que inclui os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) e limpeza urbana. A lei também condiciona a liberação de recursos da União à existência de planejamento.

Com base nas definições e diretrizes legais, foi encaminhado questionário ao jurisdicionado para obtenção de informações e de dados quanto ao atendimento municipal sobre os seguintes quesitos (peça 4558143) :

a) O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do Município consta aprovado, **em cumprimento** aos requisitos da Lei Federal n.º 12.305/2010, nos termos definidos pela Lei Municipal n.º 1.599/2021;

b) O Executivo informou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos vigente no Município foi realizado no formato Simplificado e contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei Federal n.º 12.305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo Decreto Federal n.º 7.404/2010 para o caso de um plano simplificado, estando, neste aspecto, **em consonância com as exigências legais**;

c) As ações, programas e metas propostas no Plano estão sendo tempestivamente implementadas dentro dos prazos nele previstos. Desta forma, o Município declara que **está cumprindo** com o que determina o inciso XIX do artigo 19 da Lei Federal n.º 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal n.º 14.026/2020;

d) Ainda não transcorreu o prazo para a primeira revisão periódica do Plano. Desta forma, o Município declara que **está cumprindo** com o que determina o inciso XIX do artigo 19 da Lei Federal n.º 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal n.º 14.026/2020.

14.2.2 Destinação Final Ambientalmente Adequada

A destinação final ambientalmente adequada é priorizada pela Lei Federal n.º 12.305/2010. A responsabilidade pela destinação final inadequada recai sobre o município e sobre o proprietário da área, de acordo com o artigo 225, § 3º, da Constituição Federal. Já a destinação de resíduos em lixões é tipificada pela Lei Federal n.º 9.605/1998, artigo 54, como crime ambiental.

A existência de estação de transbordo, por sua vez, representa uma operação que,

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

em função da distância do destino final e da quantidade de resíduos, pode se impor em razão da economicidade dos serviços de coleta e transporte de RSU.

Sobre a disposição final dos resíduos do Município, o jurisdicionado informou que **é feita em aterro sanitário regularmente licenciado**, conforme licença ambiental n.º 021552020, emitida pela Fepam (peça 4558145) .

14.2.3 Sustentabilidade Econômica da Prestação de Serviços

De acordo com a Lei Federal n.º 11.445/2007, artigo 2º, inciso VII, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico deve observar os princípios de eficiência e sustentabilidade econômica. Em seu artigo 29, a referida lei determina que os serviços públicos de saneamento básico terão sua sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços e, quando necessário, por meio de subsídios ou subvenções. O § 2º do artigo 35 especifica que a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nos termos estabelecidos no mesmo artigo configura renúncia de receita a partir de julho de 2021. Dados os obstáculos e dificuldades reais que se impõem ao gestor no objetivo de sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento, situação postulada no artigo 22 da LINDB, a ausência de instrumento de cobrança compatível com as despesas dos serviços de saneamento será caracterizada como renúncia de receita a partir de janeiro de 2022.

Sobre a sustentabilidade econômica da prestação desse tipo de serviço, foi informado o que segue pelo jurisdicionado (peça 4558143) :

a) O Município **possui um sistema de cobrança** dos serviços de manejo de RSU cuja arrecadação não garante a sustentabilidade da prestação dos serviços, sendo necessário aporte complementar de recursos municipais;

b) A cobrança é disciplinada pelo instrumento Lei Complementar 006/2017 (peça 4558146) e se dá por meio de Tarifa/Taxa específica cobrada junto com o carnê do IPTU. Neste sentido, o jurisdicionado informa que, no ano em análise arrecadou R$ 44.399,20, valor insuficiente para cobrir uma despesa, no mesmo período, de R$ 316.402,68.

Nesta condição, a sustentabilidade econômica da prestação dos serviços de manejo de RSU não está garantida, em dissonância com o princípio da sustentabilidade esculpido no inciso VII do artigo 2º e no artigo 29 da Lei Federal n.º 11.445/2007.

Recomenda-se ao gestor buscar o alinhamento entre as receitas e as despesas relacionadas a esses serviços de forma a atender os ditames da legislação vigente.

14.2.4 Abrangência da Prestação de Serviços no Território

A Lei Federal n.º 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico, entre eles o manejo de resíduos sólidos, deverão ser prestados com base em princípios da universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II). Já a Lei Federal n.º 12.305/2010 estabelece a responsabilidade do poder público municipal pela organização e prestação dos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana.

Conforme informado pela Auditada, na área urbana do Município a coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 100% da população. Já na área rural do Município, a coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 25% da população.

A partir dos dados apresentados, constata-se que a universalização e a integralidade de acesso da população aos serviços de coleta de RSU **ainda não foram atendidas**. Entretanto,

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

a universalização ao acesso da população aos serviços de saneamento básico deve se dar de forma progressiva, conforme definição do Decreto Federal nº 7.217/2010 (art. 2º, XII). Dessa forma, sugere-se ao gestor que envide esforços para atendimento dos referidos princípios.

14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária

A Lei Federal n.º 12.305/2010, em seu artigo 6º, discorre sobre os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com destaque ao reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (inciso VIII). Já no artigo 7º, são descritos os objetivos da PNRS, tais como o incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (inciso VI), e a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (inciso XII).

Para atendimento legal do princípio e dos objetivos citados, são previstos como instrumentos da PNRS:

> Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:
>
> [...]
>
> III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
>
> [...]
>
> IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

A implantação de coleta seletiva com a participação de cooperativas ou associações é requisito para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros da União:

> Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
>
> § 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:
>
> [...]
>
> II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Questionada se realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos, a Prefeitura Municipal informou o que segue (peça 4558143) :

Não há coleta seletiva no Município, o que **descumpre os princípios, objetivos e instrumentos** da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que diz respeito à implantação da

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

coleta seletiva e ao incentivo à criação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores. Se o município não possui, por ser de pequeno porte, volume suficiente de resíduos que justifiquem o interesse econômico pelos resíduos recicláveis coletados em seu território, cabe à gestão, no âmbito da discricionariedade de seus atos, buscar alternativas, tais como as soluções consorciadas, de forma a viabilizar a cadeia completa que começa com a coleta seletiva, passa pela triagem, preparação e armazenamento dos resíduos e termina com a comercialização dos recicláveis.

14.2.6 Gestão de Resíduos na Construção Civil

De acordo com a Resolução n.º 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), compete ao município definir as diretrizes técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores e para os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores. Ainda, compete ao município licenciar áreas para a destinação de resíduos da construção civil.

Tendo em vista a orientação do CONAMA, o jurisdicionado foi questionado sobre a existência de diretrizes, no planejamento municipal, que orientem sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de resíduos da construção civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) (peça 4558143) .

Constatou-se que o Município **não atende os requisitos** da Resolução CONAMA n.º 307/2002 relativamente a suas responsabilidades quanto a definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (RCD).

14.3 Esgoto Sanitário

A Lei n.º 11.445/2007, recentemente alterada pela Lei 14.026/2020, demandou a estruturação do planejamento em todas as instâncias federadas, a partir do que foi estruturado o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plansab. O Plansab (2013) definiu metas de curto, médio e longo prazo, visando à universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário em um horizonte de 20 anos, então projetado para 2033.

Em nova redação dada à Lei 11.445/2007, a Lei 14.026/2020 reeditou as obrigações do titular dos serviços de saneamento:

> Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:
>
> I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> II - prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> III - definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

> água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> IV - estabelecer os direitos e os deveres dos usuários; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> V - estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 3º desta Lei; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> VI - implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; e (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos. (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o caput deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços. (Incluído pela Lei n.º 14.026, de 2020)

Além dessas alterações, visando à universalização do acesso ao saneamento, foram reforçadas as exigências aos municípios sobre: a proibição de contratos de programa; a necessidade de contratualização precedida de licitação; de que os contratos incluam metas; a obrigatoriedade da regulação, independentemente do tipo de prestação; condicionantes impondo a sustentabilidade econômica dos serviços.

14.3.1 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto

O artigo 9º, inciso II, da Lei Federal n.º 11.445/2007 estabelece que o titular dos serviços de saneamento deverá prestar o serviço diretamente (por execução direta ou indireta) ou conceder a prestação, definindo, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

No caso da prestação se dar por entidade que não integre a administração do titular, a prestação dependerá da celebração de contrato de concessão mediante prévia licitação, vedada a sua disciplina mediante contratos de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária (artigo 10 da Lei Federal n.º 11.445/2007, atualizado pela Lei 14.026/2020). Ressalva-se que os contratos de programa em vigor são válidos até o advento do termo contratual.

De acordo com o artigo 3º-B da Lei 11.445/2007, são serviços públicos de esgotamento sanitário a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários e lodos de tratamento oriundos das unidades de tratamento coletivas ou individuais, incluídas fossas sépticas.

Questionado sobre como são prestados os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município, o jurisdicionado respondeu o que segue (peça 4558143) :

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

No Município, o serviço de esgotamento sanitário é prestado pela CORSAN.

De acordo com informações prestadas, o contrato com a CORSAN está vigente até a data de 25/07/2037 (peça 4558129). Após essa data, nos termos do artigo 10 da Lei 11.445/2007, uma nova contratação deverá ser precedida de procedimento licitatório.

14.3.2 Plano Municipal de Saneamento

O artigo 9º da Lei 11.445/2007 estabelece como responsabilidade do titular dos serviços de saneamento a formulação da Política Pública de Saneamento Básico, para o que é requerido o Plano Municipal de Saneamento Básico. Nos artigos 19 e 22 da mesma lei, a prestação e a regulação da prestação dos serviços de saneamento devem observar o planejamento, mesmo quando se tratar de prestação direta. Ainda, de acordo com o artigo 11, a existência do plano de saneamento é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal n.º 10.203/2020, após 31-12-2022 a existência de Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

O mesmo documento é de envio obrigatório a este Tribunal de Contas por ocasião da entrega da prestação de contas anual, disciplinada pela Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020, conforme artigo 2º, inciso IV, alínea “p”.

Quando questionado sobre a existência do Plano Municipal de Saneamento Básico, o jurisdicionado informou a **existência** do mesmo (peça 4558143), entretanto**,** a administração municipal de Sertão Santana **não forneceu o referido Plano**, requisitado pela Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020, impossibilitando, assim, a análise da situação do mesmo.

Essa ausência de envio caracteriza obstaculização ao controle externo, em infringência ao artigo 71, § 2º, da Constituição Estadual e ao artigo 33, § 1º, da Lei Estadual n.º 11.424/00 (Lei Orgânica do TCE), e poderá repercutir no exame das contas de 2022, exercício em que deve ocorrer a entrega da documentação.

14.3.3 Estruturas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários

A Lei Federal n.º 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico deverão ser prestados com base em princípios de universalização e integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).

No que diz respeito ao sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana, foi informada a seguinte composição das soluções no Município (peça 4558143):

- Soluções individuais do tipo fossa séptica, filtro e sumidouro sem conexão com a rede de coleta (cloacal ou mista): não há registro do percentual da população.

14.3.4 Sustentabilidade Econômico-Financeira

A Lei Federal n.º 11.445/2007 determina, em seu artigo 29, que os serviços públicos de saneamento terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, tendo em vista a universalização do acesso. No caso de esgotamento sanitário, a universalização considera a ampliação progressiva do acesso (artigo 3º, III) de forma que 90% dos domicílios ocupados recebam atendimento adequado até 2033 (artigo 11-B), sendo admitidas soluções individuais desde que observadas as normas técnicas aplicáveis (artigo 45, § 1º).

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Ainda sobre a sustentabilidade dos serviços de saneamento, o artigo 45, § 4º, estabelece que, quando disponibilizada rede pública de esgotamento sanitário, o usuário estará sujeito aos pagamentos dos serviços ainda que sua edificação não esteja conectada à rede pública.

Questionado sobre a sustentabilidade dos serviços de esgotamento sanitário, o Município informou não haver serviços de saneamento, por isso, não há instituição da cobrança até o momento (peça 4558143) .

14.3.5 Regulação dos Serviços de Saneamento

De acordo com o artigo 8, § 5º, e o artigo 9º, II, da Lei 11.445 de 2007, o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento independentemente da modalidade de sua prestação, sejam os serviços prestados diretamente ou por terceiros. Ainda, o artigo 11º, III, da mesma lei estabelece como condição de validade dos contratos de prestação dos serviços de saneamento a designação de entidade de regulação e fiscalização. E, na ausência de redes públicas de saneamento básico, o artigo 45, § 1º da Lei 11.445 de 2007 estabelece que deverão ser observadas normas editadas pela entidade reguladora.

Questionado sobre o estabelecimento de convênio com entidade de regulação dos serviços de esgotamento sanitário, o Município informou que, em razão de contar apenas com soluções individuais para o esgotamento sanitário, não há definição de entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário.

Nesse caso, no entanto, aplica-se o estabelecido no artigo 45, § 1º, da Lei n.º 11.445 de 2007, que determina que, na ausência de redes públicas de saneamento básico, são admitidas soluções individuais desde que observadas normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, sanitária e de recursos hídricos.

A ausência de regulação das soluções unitárias afronta o artigo 9º, II, da Lei n.º 11.445 de 2007. Alerta-se o gestor sobre a necessidade de definição da entidade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, visando a garantir a adequação das soluções aplicadas no Município às normas de regulação (peça 4558143) .

15 QUADRO RESUMO

EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERTÃO SANTANA - 2021	
Perfil Municipal	
População estimada	6.586
COREDE	Centro-Sul
Associação de Municípios	ACOSTADOCE
Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 - R$ mil	R$ 281.178,38
PIB per capita	R$ 43.351,59
Remessas	
RGF	Atendimento dos Prazos
MCI	Atendimento dos Prazos
RVE	Atendimento dos Prazos
BLM	Atendimento dos Prazos
Prestação de Contas	Atendimento dos Prazos
Licitacon	Não Atendimento dos Prazos

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO DE AUDITORIA DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE - I
Proc. Nº 001373-0200/21-5 - PM DE SERTÃO SANTANA

Questionários	Não Atendimento dos Prazos

Sistema de Controle Interno	
Legislação Municipal	Atendido Parcialmente
Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno	Atendido Parcialmente

Gestão Orçamentária	
Resultado Orçamentário - R$ mil	Superavit orçamentário de R$ 4.612,81
Índice de Modificação Orçamentária	41,66%
Receitas Orçamentárias - R$ mil	Subestimada em R$ 3.706,63
Estimativa Receitas Orçamentárias 2022	Crescimento de 8,76%
Composição Receitas Orçamentárias Arrecadadas	96,04% de receitas correntes e 3,96% de receitas de capital
Receitas Orçamentárias per capita	R$ 4.886,37
Receitas Correntes	Excesso de Arrecadação de R$ 6.704.829,52
Estimativa Receitas Correntes 2022	Crescimento de 11,14% em comparação com 2021
Receitas Correntes per capita	R$ 4.692,81
Origem Receitas Correntes	Arrecadação própria 22,35% | Transferências 77,65%
Despesas Orçamentárias	Superestimada em R$ 8.539,88

Gestão Fiscal				
RCL	R$ 25.845.826,66	Queda de 6,13%		
Despesa com Pessoal	R$ 13.600.854,41	Queda de 3,30%	**Apuração ano**	**Limite / RCL**
			52,62%	54%
DCL	R$ 0,00	-	0,00%	120%
Operações de Crédito - Internas e Externas	R$ 0,00	-	0,00%	16%
Operações de Crédito - Antecipação de Receita Orçamentária	R$ 0,00	-	0,00%	7%
Valores Restituíveis	Insuficiência			
Equilíbrio Financeiro	-	Suficiência		
Publicação RGF	Atendimento dos Prazos			
Publicação RREO	Atendimento dos Prazos			
Audiências Públicas	Atendimento dos Prazos			

Gestão Patrimonial		
Situação Financeira	4,51	Recomendável: > 1
Liquidez Corrente	13,10	Recomendável: > 1
Liquidez Geral	22,03	Recomendável: > 1
Solvência	49,84	Recomendável: > 1
Endividamento Geral	0,02	Recomendável: < 0,5
Composição do Endividamento	1,00	Recomendável: < 0,5
Resultado das Variações Patrimoniais	1,10	Recomendável: > 1

RPPS		
Certificado de Regularidade Previdenciária		Atendido Parcialmente
Tempestividade do envio do DRAA com informações sobre a avaliação atuarial		Atendido
Contabilização das reservas matemáticas: conformidade entre DRAA x Balancete de Verificação		Atendido
Enquadramento de limites dos investimentos		Não Atendido
Resultado Atuarial	Ativo Total	R$ 28.706.583,22
	Valor do Passivo Atuarial	R$ 52.860.422,31
	Resultado Atuarial sem plano de amortização	-R$ 24.153.839,09
	Evolução desde o último exercício	Apresenta deficit atuarial decrescente

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

	Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	R$ 24.775.331,25
	Resultado Atuarial após plano de amortização	R$ 621.492,16

Índices Constitucionais		
MDE	25,36%	Mínimo: 25%
ASPS	15,73%	Mínimo: 15%
FUNDEB	89,19%	Mínimo: 70%
Regra de Ouro	Atendida	

Transparência	
Lei da Transparência Fiscal	Atendida
Lei de Acesso à Informação	Não Atendida
Lei das Ouvidorias	Não Atendida
Lei de Enfrentamento à COVID	Atendida
Vacinação contra COVID-19	Não Atendida

Educação	
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Previsão Normativa	Atendido
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Formação dos Professores	Não houve concurso público para o magistério municipal em 2021; Professores capacitados para o cumprimento do Art. 26-A da LDBEN
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Abrangência do Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena	Implantou o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena; Não elaborou relatórios anuais
Busca Ativa - Processos Estruturados	Não promove
Busca Ativa - Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)matrícula	Realiza
Busca Ativa - Monitoramento e Ações Preventivas para Evitar Abandono e Evasão Escolar	Realiza monitoramento
Busca Ativa - Documentação Formal	Não possui documento formal definindo diretrizes para Busca Ativa.
Busca Ativa - Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos	Atua concertadamente com órgãos de outras esferas de governo
Busca Ativa - Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar	Dispõe de profissional(is) responsável(is) em algumas etapas

Saúde	
Plano Municipal de Saúde 2022-2025	Aprovado.
Programação Anual de Saúde	Aprovada.
Relatório Anual de Saúde	Aprovado.

Gestão Ambiental	
Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente	Sim
Situação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Instrumento normativo publicado ou promulgado
Situação da disposição final ambientalmente adequada	Aterro sanitário, regularmente licenciado
Cobrança pelos serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos	Sim
Realização de coleta seletiva de recicláveis	Não
Município possui Plano Municipal de Saneamento Básico	Sim
Instituição de cobrança pelos serviços de esgotamento	Não houve a instituição
Regulação dos serviços de saneamento sanitário	Não há definição de entidade responsável pela regulação e fiscalização

16 CONCLUSÃO

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Página 1010
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 83
Peça 4558147
DOCUMENTO PÚBLICO

Diante das irregularidades verificadas no presente relatório, resume-se no quadro a seguir aquelas passíveis de serem esclarecidas pelo(s) gestor(es):

Cargo	Nome	Item de responsabilização
Prefeito Municipal	Írio Miguel Stein	4.1.6
		7.3.2
		7.7.1
		8.2.2
		9.1.2
		9.1.3
		9.1.5
		12.1.3
		12.2.1
		14.1.1
		14.2.6

Assinado digitalmente por: Ana Reinet Ribeiro Aita em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7953.EA30.4A4D.336C.BD6B.

Senhor(a) Supervisor(a): Esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 08/08/2022.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Gilvane Amorim Oliveira em 08/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3338.15E6.D9BC.ACE1.8953.

O processo está em condições de seguir seu trâmite.

Em 09/08/2022.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Jose Alfredo Fank de Oliveira em 09/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8276.33DA.8A1A.833E.C088.

Processo:	001373-0200/21-5
Órgão:	PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria:	Contas Anuais
Exercício:	2021

Vistos em Gabinete

Na forma do artigo 12, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal, determino a citação dos Srs. Írio Miguel Stein e Marcos Aurelio Kologeski Souza para, no prazo improrrogável de 30 dias, apresentarem defesa ou esclarecimentos acerca do conteúdo do Relatório de Contas Anuais e dos demais documentos carreados aos autos.

Após a manifestação dos Administradores Responsáveis, o processo deverá ser encaminhado ao Setor Instrutivo, para análise técnica. Na sequência, ao Ministério Público de Contas, para exarar Parecer.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2022.

Conselheiro Renato Azeredo,
Relator.

Assinado digitalmente

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 12/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E98F.B893.1FB8.461D.ADB5.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Írio Miguel Stein

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Renato Luís Bordin de Azeredo
Data decisão: 12/08/2022
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
peças 4572359, 4558147
Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 23/08/2022, no Boletim n° 1009/2022, considera-se publicado na data de 24/08/2022.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2022.

ROBERTA SCHNEIDERS DA SILVA
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: Roberta Schneiders da Silva em 23/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7D9A.12D9.1C01.CA29.E2EC.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Marcos Aurelio Kologeski Souza

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Renato Luís Bordin de Azeredo
Data decisão: 12/08/2022
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
peças 4572359, 4558147
Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 23/08/2022, no Boletim n° 1009/2022, considera-se publicado na data de 24/08/2022.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2022.

ROBERTA SCHNEIDERS DA SILVA
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: Roberta Schneiders da Silva em 23/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6CA3.7270.5078.1F54.442F.

Intimações

De: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Enviado em: quarta-feira, 24 de agosto de 2022 11:57
Para: Intimações
Assunto: RES: TCE/RS - Citação/Intimação - Processo nº 1373-0200/21-5 - PM de Sertão Santana - Írio Miguel Stein

Bom dia;

Recebido.

Att;

Solange Raab
Agente Administrativo

De: Intimações <intimacoes@tce.rs.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 24 de agosto de 2022 11:24
Para: 'gabinete@sertaosantana-rs.com.br' <gabinete@sertaosantana-rs.com.br>
Assunto: TCE/RS - Citação/Intimação - Processo nº 1373-0200/21-5 - PM de Sertão Santana - Írio Miguel Stein
Prioridade: Alta

Senhor(a) Gestor(a) ou Procurador(a):

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do(a) Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)-Relator(a), nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. Citado e/ou Intimado(a) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado nos autos.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (**www.tce.rs.gov.br**). As orientações poderão ser encontradas, na guia ***Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos***.

Comunico -lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (**www.tce.rs.gov.br**), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: ***Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias***.

Solicitamos retornar este e-mail com a confirmação de recebimento identificada.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Eduardo Krás Borges Barth em 24/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.99FA.A82B.9226.2CBF.45CE.

Intimações

De: gabinete@sertaosantana-rs.com.br
Enviado em: quarta-feira, 24 de agosto de 2022 11:56
Para: Intimações
Assunto: RES: TCE/RS - Citação/Intimação - Processo nº 1373-0200/21-5 - PM de Sertão Santana - Marcos Aurelio Kologeski Souza

Bom dia;

Recebido.

Att;

Solange Raab
Agente Administrativo

De: Intimações <intimacoes@tce.rs.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 24 de agosto de 2022 11:26
Para: 'gabinete@sertaosantana-rs.com.br' <gabinete@sertaosantana-rs.com.br>
Assunto: TCE/RS - Citação/Intimação - Processo nº 1373-0200/21-5 - PM de Sertão Santana - Marcos Aurelio Kologeski Souza
Prioridade: Alta

Senhor(a) Gestor(a) ou Procurador(a):

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do(a) Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)-Relator(a), nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. Citado e/ou Intimado(a) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado nos autos.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (**www.tce.rs.gov.br**). As orientações poderão ser encontradas, na guia ***Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos***.

Comunico -lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (**www.tce.rs.gov.br**), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: ***Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias***.

Solicitamos retornar este e-mail com a confirmação de recebimento identificada.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Eduardo Krás Borges Barth em 24/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.93EC.F1AE.F8D8.7F03.F3E9.

Décio Itiberê
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RENATO LUÍS B. AZEREDO, CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Processo nº 001373-0200/21-5– Contas Anuais 2021

ÍRIO MIGUEL STEIN, Prefeito Municipal de Sertão Santana no exercício em exame, devidamente qualificado nos autos do processo de Contas Anuais em epígrafe, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio do procurador signatário, apresentar **ESCLARECIMENTOS** nos termos em que passa a expor:

O Serviço de Acompanhamento de Gestão – Supervisão de Instrução de Contas Municipais procedeu ao exame das Contas de Governo do Executivo Municipal de Sertão Santana, tendo concluído na forma que segue:

> ***16 CONCLUSÃO***
>
> *Diante das irregularidades verificadas no presente relatório, resume-se no quadro a seguir aquelas passíveis de serem esclarecidas pelo(s) gestor(es):*
>
> ***4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES***
> ***4.1 Prestação de Contas***
> ***4.1.6 Questionários***

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

7 GESTÃO FISCAL
7.3 Receita Corrente Líquida
7.3.2 Receitas do Regime de Previdência Computadas Indevidamente no Montante da Receita Corrente Líquida
7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro
7.7.1 Valores Restituíveis

8 GESTÃO PATRIMONIAL
8.2 Balanço Patrimonial
8.2.2 Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
9.1 Pesquisas Aplicadas
9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação
9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias
9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19

12 EDUCAÇÃO
12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar
12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

14 MEIO AMBIENTE
14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.2 Resíduos Sólidos
14.2.6 Gestão de Resíduos na Construção Civil

Para melhor exame dos itens apontados, passa-se à análise individualizada de cada inconformidade.

4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

4.1 Prestação de Contas

4.1.6 Questionários

No que tange à remessa de informações, foi apontado que informações complementares, solicitadas por meio de questionários, não foram efetuadas, em sua totalidade, de acordo com a Resolução

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

TCE-RS n.º 1.134/2020 e os Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021, ocasionando a obstaculização ao controle externo.

Em relação a essas remessas, observa-se a seguinte situação de entrega:

Quadro 15 – Informações das Entregas

Questionário	Prazo até	Data Entrega	Peça
01/2021. Educação	30-04-2021	29-04-2021	(peça 4558119)
03/2021. Conselho Municipal de Assistência Social	30-04-2021	28-04-2021	(peça 4558106)
04/2021. Conselho Municipal de Educação	30-04-2021	29-04-2021	(peça 4558107)
05/2021. Conselho Municipal de Igualdade Racial	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558120)
06/2021. Conselho Municipal de Meio Ambiente	30-04-2021	27-04-2021	(peça 4558108)
07/2021. Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558109)
08/2021. Conselho Municipal de Saneamento	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558121)
09/2021. Conselho Municipal de Saúde	30-04-2021	-	-
10/2021. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	30-04-2021	27-04-2021	(peça 4558110)
11/2021. Conselho Tutelar	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4558111)
12/2021. Políticas para Mulheres	30-04-2021	26-04-2021	(peça 4558122)
13/2021. Saúde	30-04-2021	-	-
14/2021. Meio Ambiente e Saneamento	30-04-2021	27-04-2021	(peça 4558112)

Após identificar as falhas apontadas pela equipe técnica, a municipalidade está diligenciando, com o intuito de apurar as devidas responsabilidades e atuar de forma preventiva em relação ao envio de informações solicitadas.

Considerando que não se trata de aponte grave que configure irregularidade insanável, requer-se o afastamento do aponte.

7 GESTÃO FISCAL

7.3 Receita Corrente Líquida

7.3.2 Receitas do Regime de Previdência Computadas Indevidamente no Montante da Receita Corrente Líquida

Conforme apontamento da equipe de auditoria houve o registro inadequado de receitas do regime próprio de previdência social

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

na receita corrente líquida, no montante de R$ 51.120,00 (peça 4558113) (peça 4558123), que estaria evidenciando o desatendimento à Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021 e ao disposto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

No entendo, depreende-se que Instrução Normativa citada, que foi posteriormente revogada, não determinava que fossem deduzidas as receitas de natureza previdenciária. Dessa forma, todos os valores foram incluídos na receita corrente líquida.

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

7.7.1 Valores Restituíveis

A equipe de auditoria apontou que o Poder Executivo de Sertão Santana não apresenta disponibilidade financeira suficiente no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante (peça 4558114) , no entanto há cobertura no recurso livre 0001.

Quadro 47 – Valores Restituíveis - Prefeitura Municipal de Sertão Santana (81600)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) [1] – I	118.671,62
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) [2] – II	0,00
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	**-118.671,62**
Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante) [2] - IV	1.974.267,16
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	**1.855.595,54**

Notas:
[1] Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante.
[2] Peça: 4137481

Conforme o relatório, é necessário que, ao final do exercício financeiro, conste saldo suficiente no ativo circulante para cobertura dos valores restituíveis inseridos no passivo circulante, nos recursos vinculados extraorçamentários 8001 a 9999, nos termos do Manual

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964, disponível no portal do TCE-RS.

A partir dos dados apontados no quadro, o Poder Executivo de Sertão Santana esclarece que a opção pelo registro contábil não é vedada e, depreende-se que o Município possuía recurso vinculado livre 0001 para suportar as obrigações. Portanto, não houve insuficiência financeira, sendo que a opção de manter recursos no livre ocorreu para fins de capitalização.

Em adição, o Poder Executivo de Sertão Santana esclarece que, a Contabilidade do Município solicitou informações complementares à equipe técnica de consultoria DPM, uma vez que os registros e os lançamentos procedidos seguiram o entendimento da referida consultoria.

Assim, o gestor pugna pela juntada posterior de documentos, pois, no prazo de esclarecimentos, não obteve o retorno a respeito da solicitação referida.

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.2 Balanço Patrimonial

8.2.2 Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias

Conforme apontado pela equipe de auditoria, foram identificadas Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias quanto à conformidade, que não estaria de

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

acordo com o formato previsto no anexo I da Resolução nº 1.134/2020, uma vez que nela não consta o elenco das contas bancárias e seus saldos.

Diante disso, o gestor esclarece que a municipalidade está se adequando para que no exercício de 2022 as informações estejam de acordo com o formado exigido pela Resolução nº 1.134/2020.

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 Pesquisas Aplicadas

9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação

A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558124), aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 sítio eletrônico do Poder Executivo de Sertão Santana, constata-se que, dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011:

> *4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)*
> *- Existência de histórico das informações (art. 8º)*
> *- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)*
> *- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)*
> *- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)*
> *- Número do processo correspondente*
> *- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido*
> *- Objeto*
> *- Valor*
> *10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras*

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

(Artigo 7º, inciso VII, alínea \"a\" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)
- Existência de histórico das informações (art. 8º)
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)
- Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local.

No que tange ao aponte, o gestor esclarece que, embora possam ter sido identificadas algumas falhas no momento em que foi realizada a auditoria, a ferramenta de pesquisa está devidamente implementada no Portal Transparência do Município.

No entanto, de modo garantir que todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011 sejam devidamente atendidas, está sendo feita a contratação de empresa para prestar o serviço de adequação e manutenção ao Município.

9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

Conforme apontado, o ente federado deve dispor de atos normativos específicos acerca da organização e funcionamento das Ouvidorias, na forma do disposto da Lei Federal n.º 13.460/2017.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558116), não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011:

25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)
- Canal para acesso à Ouvidoria

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)

Neste quesito, o gestor esclarece que está trabalhando em conjunto com a sua equipe, para a implantação das ouvidorias, de modo que estão sendo tomadas as medidas para o saneamento da inconformidade. Dessa forma, seguem anexos documentos que comprovam os esforços envidados pelo Poder Executivo para sanar a inconformidade.

9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19

O relatório aponta que, considerando o panorama global do coronavírus em 2021 e a necessidade de integração de todos os atores institucionais, sociais e políticos para enfrentamento efetivo à pandemia, observou-se que a gestão municipal deve prestar esclarecimentos quanto à falta de transparência na aplicação das vacinas contra a COVID-19, visto que não atendeu suficientemente ao conjunto de critérios avaliados a partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4558125).

Neste quesito, o gestor esclarece que na época não possuíam as informações da forma apontada por desconhecimento da Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, tão logo informado, o Município acrescentou as informações necessárias na página. Ressalta-se, outrossim, que as informações eventualmente faltantes serão revisadas e incluídas.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

12 EDUCAÇÃO

12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

No que tange ao Item 12.1.3, em relação à abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola, a auditoria aponta que a municipalidade atende parcialmente ao previsto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação Recomendando-se ao gestor que envide esforços para a plena implementação das exigências previstas na normativa aplicável.

Além disso, a Secretaria de Educação de Sertão Santana não elaborou relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, em desacordo com o artigo 4º, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 53.817/2017 e com as principais ações previstas para os governos municipais no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação.

No que tange aos apontes, requer-se a juntada dos documentos em anexo, oriundos da Secretaria de Educação, de modo a

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

prestar os esclarecimentos sobre o Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no Município.

12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar

12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

Consoante apontado, o município de Sertão Santana não promoveu processos estruturados de busca ativa como estratégia para ampliação do acesso à educação em 2021, o que vai de encontro ao previsto nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014.

No que tange ao aponte, requer-se a juntada do documento em anexo, oriundo da Secretaria de Educação, de modo a prestar os esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Município para se adequar às estratégias do Plano Nacional de Educação.

14 MEIO AMBIENTE

14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

No que tange à gestão ambiental, foram apontadas as seguintes inconformidades no planejamento das ações do município (peça 4558143):

> *b)* ***não há previsão orçamentária*** *para a concretização das atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente e das ações de competência municipal previstas no art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011, o que representa* ***grave empecilho*** *ao cumprimento da função municipal de defesa do meio ambiente, de combate à*

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

poluição e de preservação da fauna, flora e florestas prevista no art. 23 da Constituição Federal;

*c) o município de Sertão Santana **não estabeleceu,** até o momento, ações articuladas com outros entes federados visando à concretização dos objetivos da PNMA, requisitos constantes nos incisos IV e V, art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011;*

*d) o Município não possui sistematização de informações ambientais, **desatendendo** a previsão posta nos incisos VII e VIII do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011;*

*e) **não constam formalizadas** as diretrizes de zoneamento ambiental e/ou definidos espaços territoriais a serem especialmente protegidos no planejamento do uso e ocupação do solo, o que **desatende** os incisos IX e X do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011;*

*f) não foram reportadas pelo Município ações relacionadas à educação ambiental, o que **desatende** a previsão constante no inciso XI do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011.*

Diante desse cenário, verificam-se desatendidos em grande parte os requisitos legais do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 140/2011, podendo implicar responsabilização do gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos.

De fato, no ano de 2021 as rubricas orçamentarias destinadas à *concretização das atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente e das ações de competência municipal, previstas no art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011* não estavam destacadas, estavam generalizadas dentro do orçamento destinado à Secretaria de Agricultura.

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Contudo, no ano de 2022, a inconformidade foi sanada, visto que já foram previstas rubricas orçamentárias na área do meio ambiente, consoante se demonstra por meio do documento em anexo.

No que diz respeito às ações articuladas com entes federados, cumpre esclarecer que não ocorreram, tendo em vista que os entes federados não procuraram o município propondo ações conjuntas.

No que diz respeito ao zoneamento ambiental, a municipalidade esclarece que foi definido no Plano Ambiental, conforme documento em anexo, contendo o mapa do zoneamento.

Em relação à Educação ambiental, esclarece que são realizadas atividades de educação ambiental na rede de ensino municipal, sendo trabalhado regularmente a questão dos resíduos sólidos. Além disso, o município possui trilhas de ecoturismo, que recebem visitas de alunos e público em geral, sempre focando a preservação da natureza.

14.2 Resíduos Sólidos

14.2.6 Gestão de Resíduos na Construção Civil

Constatou-se que o Município não atende os requisitos da Resolução CONAMA n.º 307/2002 relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (RCD).

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Consoante disposto no Plano Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Sertão Santana, no item 5.2.2.8, os resíduos oriundos de reformas e construções não possuem local definido para a destinação adequada, já que a geração não é significativa. A prefeitura municipal costuma destinar em algum terreno ou reutilizar em terraplanagem e/ou melhorias arruamento das rodovias municipais.

Com efeito, depreende-se do exposto, que as inconformidades constatadas não geraram consequências materiais e nem comprometeram o exame das contas. Assim como a transparência e a legitimidade contábil não foram afetadas, e as adequações procedidas não representaram problemas financeiros ou a inobservância dos limites dispostos na LRF.

Por fim, em face das breves razões apresentadas e tendo em vista a conduta do gestor, que ao longo de sua gestão tem conseguido implementar medidas efetivas para a obtenção da melhoria contínua de sua gestão, sem deixar de efetuar os investimentos necessários ao interesse público, requer-se o afastamento dos apontes, com a aprovação das contas, sem a imposição de qualquer ônus.

ISSO POSTO, requer a Vossa Excelência que se digne a emitir parecer prévio pela aprovação das contas, sem a imputação de ônus ao gestor.

Requer-se a juntada posterior de documentos, nos termos do art. 12, §3º, do Regimento Interno do TCE/RS.

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Protesta-se, outrossim, pela intimação do procurador, nos termos regimentais, para fins de sustentação oral.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 23 de setembro de 202.

Décio Itiberê Gomes de Oliveira
OAB/RS 12.725

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759D.8134.BC29.41BB.2491.

Página
1032
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4668634
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01E096E

Município de Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

"P R O C U R A Ç Ã O"

Pelo presente instrumento particular de mandato, **IRIO MIGUEL STEIN,** brasileiro, casado, atual Prefeito de Sertão Santana, portador da cédula de identidade nº 2014299735, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 313.320.850-72, com endereço profissional à Rua 24 de Março, 1.890, CEP 92.950-000, Sertão Santana/RS, nomeia e constitui como seu procurador: **DÉCIO ITIBERÊ GOMES DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/RS sob o número 12.725, com escritório profissional na Avemoda Getúlio Vargas, 774, sala 301, em Porto Alegre/RS, e-mail: escritorio@decioitibere.com.br, pelo qual lhe concede todos os poderes para o foro em geral, e os especiais de receber, dar quitação, acordar, discordar, transigir, desistir, oferecer defesa prévia, produzir novas provas, arrazoar e contrarrazoar recursos, recorrer e, enfim, praticar todos e quaisquer atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato, inclusive, substabelecer a quem convier, com ou sem reservas de iguais poderes, **em especial para atuar perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**.

Porto Alegre, 01 de setembro de 2022.

IRIO MIGUEL STEIN

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5ABF.7D74.5EDE.61BB.D1F8.

Justificativa Educação nº 12.2 e 12.2.1

O município de Sertão Santana buscando atender as estratégias 1.15, 2.5, e 3.9 do Plano Nacional de Educação, da lei Federal nº 13.005/2014 instituiu através da Portaria nº 5.335, de 22 de junho de 2022, a RAE: Rede de Apoio à Escola que tem por objetivo discutir alternativas para diminuir a evasão, abandono escolar, fomentando uma revitalização da escola e da família. A RAE é composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal da Saúde; Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Educação; CRAS; COMDICA e representantes da Direção de cada escola municipal. As reuniões são mensais ou bimestrais, de acordo com a demanda e atualização de informações. Acredita-se que através dessa ação intersetorial consigamos amenizar os casos de evasão em nossas escolas.

Conjuntamente o Conselho Municipal de Educação, através da resolução nº 001/2022, instituiu a Busca Ativa e seus procedimentos e encaminhamentos, com o intuito de garantir o direito à Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos.

Cíntia Gimenes Navas
Cíntia Gimenes Navas
Portaria Nº 3.327
RG 4042986424

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1422.213C.9E1B.D290.5A5B.

Processo 01373-0200/21-5

Página da peça 1

Peça 4668645

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01E0979

Justificativa: Educação 12.1 e 12.1.3

O Município de Sertão Santana em relação ao ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena no ano de 2022 está ministrando em todos os sistemas e níveis de ensino, no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas de conhecimento previsto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996, e no Parecer CNE/CEB nº 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para educação das relações ético-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. Seguem em anexo a Portaria nº 5.372 de 15 de julho de 2022 que institui o grupos de professores em cada Instituição Escolar Municipal que irão promover a inclusão e o desenvolvimento das atividades interdisciplinares sobre as culturas Afro- brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, a partir da Pré–escola, Fundamental I e Fundamental II.

Em relação a elaboração dos relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas em 2022 a secretaria de educação elaborou uma planilha de acompanhamento de ações para o desenvolvimento da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas em conformidade com o artigo 4º, parágrafo único do Decreto Estadual nº 53.817/2017, onde os professores das respectivas turmas e por componentes curriculares irão registrar todas as ações realizadas durante o ano letivo, através desta planilha de ações a secretaria de educação irá monitorar o desenvolvimento das atividades e assim elaborar um relatório anual.

Cintia Gimenes Navas

Cintia Gimenes Navas
Portaria Nº 3.327
RG 4042986424

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E67.669F.9514.DB91.312A.

Página 1035
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4668645
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01E0979

PORTARIA Nº5.372, DE 15 DE JULHO DE 2022.

Forma grupos de professores em cada Instituição Escolar Municipal de Sertão Santana/RS, para promover a inclusão e o desenvolvimento das atividades interdisciplinares sobre as culturas Afro-brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, a partir da Pré-escola, Fundamental I e Fundamental II.

O Prefeito Municipal de Sertão Santana, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 64-A e no disposto do art. 26-A, da Lei Federal Nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei Nº10.639/03, alterada pela Lei Nº11.645/08, **FORMA** os grupos de professores nas Instituições Escolares Municipal de Sertão Santana/RS, para promover a inclusão e o desenvolvimento das atividades interdisciplinares sobre as culturas Afro-brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, a partir da Pré-escola, Fundamental I e Fundamental II:

1º. Os professores responsáveis deverão realizar um projeto em conjunto com a Direção e professores da Pré-escola, Fundamental I e Fundamental II, para o desenvolvimento das atividades no decorrer do ano letivo de 2022. As Culturas Afro-Brasileiras, Africanas, e Indígenas, serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, conforme segue abaixo, Professores responsáveis para organizar o desenvolvimento das atividades:

- Professores da Escola Municipal Horizontes do Saber – **Vagner Lacerda Lopes,** matrícula nº1148 **(**História); **Leticia Bischoff Laux de Medeiros,** matrícula nº858, (Arte Visuais); **Jamilly Prestes,** matrícula nº1106 (Arte Visuais); **Aline Bischoff Laux,** matrícula nº513 (Língua Portuguesa) e **Andreia Teresinha Schultz,** matrícula nº944 (Diretora da Escola).

- Professores da Escola Municipal Capitão Garcia: **Vagner Lacerda Lopes** matricula nº1148 (História); **Daniela Storck Fregapani Michaelsen**, matricula nº486 (Língua Portuguesa); **Letícia Bischoff Laux de Medeiros,** matricula nº858 (Arte Visuais)**; Monalisa Marques da Silva**, matrícula nº501 (Educação. Física) e **Catiane Souza Graboski,** matrícula nº318 (Diretora da Escola).

- Professores da Escola Municipal Ruy Ramos: **Vagner Lacerda Lopes** matrícula nº 1148 (História); **Jamilly Prestes,** matrícula nº1106 (Arte Visuais), **Fernanda Ruszkowski**, matricula nº323 (Língua Portuguesa); **Luana Mikaeli Kologeski**

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E67.669F.9514.DB91.312A.

Ericksson, matrícula nº1068 (Educação. Física) e **Catiele Malessa,** matrícula nº343 (Diretora da Escola)

- Professores da Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria Juraci Fialho Dreschler: **Mônica da Silva Viegas**, matrícula nº946 (Pedagoga); **Cíntia Pereira Garcia,** matrícula nº1070 (Educação Física) e **Keli Mainka Borges,** matrícula nº843 (Diretora da Escola).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERTÃO SANTANA, em 14 de julho de 2022.

IRIO MIGUEL STEIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Carlos Henrique Toebke
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9E67.669F.9514.DB91.312A.

Página 1036
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4668645
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01E0979

Borba, Pause & Perin - Advogados
Somar experiências para dividir conhecimentos
OAB/RS nº 7.512
Desde 1966

(51) 3027.3400
www.borbapauseperin.adv.br
faleconosco@borbapauseperin.adv.br

Dados da Consulta

N° do Registro: **58005**
Forma de Recebimento: **Site Borba**
Data do Recebimento: **15/09/2022 - 09:00**
Status do atendimento: **Em Andamento**
Diretor responsável: **Armando Moutinho Perin**
Consultor responsável: **Armando Moutinho Perin**
Área: **Direito Financeiro, Econômico e Orçamentário**
Nome do Consulente: **Djessica Raab Bertodo**
Cargo: **Contadora**
N° do Documento:
Assunto da consulta: **"Resumo Apontamentos Contas Anuais 2021 - URGENTE"**

[Texto do consulente]

"Boa tarde, anexo resumo dos apontamentos das contas anuais de 2021 a pedido da Procuradora Geral do Municipio, gostaríamos de um auxilio maior para justificarmos os itens apontados pelo TCE RS:

7 GESTÃO FISCAL
7.3 Receita Corrente Líquida
7.3.2 Receitas do Regime de Previdência Computadas Indevidamente no Montante da Receita Corrente Líquida

E

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro
7.7.1 Valores Restituíveis

Considerações: Para o item da RCL que a Auditora Externa apontou que deveria ter sido deduzido o valor de R$ 51.120,00 de rubrica 13220011000000 , a IN TCE -RS Nº13/2021 Modelo 1, a receita não está no rol das deduções, procede este ajuste manual da auditora?

Para o ano de 2022 a auditora novamente fez ajustes nas deduções da RCL conforme segue em anexo.
"

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CBB.110B.E738.14DA.977A.

Borba, Pause & Perin - Advogados
Somar experiências para dividir conhecimentos
OAB/RS nº 7.512
Desde 1966

(51) 3027.3400
www.borbapauseperin.adv.br
faleconosco@borbapauseperin.adv.br

Dados da Consulta

N° do Registro: **58515**
Forma de Recebimento: **Site Borba**
Data do Recebimento: **16/09/2022 - 11:04**
Status do atendimento: **Em Andamento**
Diretor responsável: **Júlio César Fucilini Pause**
Consultor responsável: **Bruna Polizelli Torossian**
Área: **Outra**
Nome do Consulente: **Prefeitura Municipal de Sert**
Cargo: **Secret**
N° do Documento:
Assunto da consulta: **"Transparência e Acesso à Informação / Ouvidoria"**

[Texto do consulente] **"O Município de Sertão Santana não está atendendo na sua plenitude à facultar os cidadãos e munícipes a possuírem informações de âmbito particular e ou coletivo e também canais específicos de ouvidoria.**
Precisamos montar uma base administrativa para tal. Favor orientar-nos para adequação à essa regulamentação."

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D532.2001.25E2.2F38.09F7.

Página
1039
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4668653
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01E0981

Município de Sertão Santana
Estado do Rio Grande do Sul

DECLARAÇÃO

Ao

Tribunal de Contas do Estado

Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Municipais

REF: Proc Nº 001373-0200/21-5

Declaro para os devidos fins, que a Prefeitura Municipal de Sertão Santana está buscando de forma célere, o desenvolvimento do programa de Ouvidoria no Município.

O prazo final para implantação e performance do sistema é no final do primeiro Semestre de 2023.

Anexos:

- Orçamento
- Consulta Jurídica

Atenciosamente

Sertão Santana, 16 de Setembro de 2022.

CARLOS HENRIQUE TOEBKE

Secretário de Administração

Doe órgãos, Doe Sangue: Salve. Vidas!
Rua 24 de Março, 1890 – CEP 92.850-000 – Fone/Fax: (51) 3495.1066
Sertão Santana – Rio Grande do Sul
www.sertaosantana-rs.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8F9C.3575.7B00.5C77.E958.

Página
1040
Processo
01373-0200/21-5
Página da peça
1
Peça
4668648
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01E097C

Delta
Gestão Pública

Porto Alegre, 16 de setembro de 2022.

À Prefeitura Municipal de Sertão Santana.

Prezado Sr. Nilson,

Através deste, apresentamos ao Município de Sertão Santana proposta comercial para o sistema abaixo:

Itens	Sistemas	Acessos	Manutenção mensal	Atualização inicial do portal
1	Atualização e manutenção do Site Oficial para a Prefeitura Municipal de Sertão Santana. Dispondo de layout limpo e moderno, de fácil assimilação, " responsivo (adaptável para smartphones) e adequado às exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).	Ilimitados	R$ 740,00	R$ 2.400,00
		Total:	**R$ 740,00**	**R$ 2.400,00**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

a) **Forma de Contratação:** Adendo Contratual

b) **Validade da Proposta:** 30 (trinta) dias a contar da presente data.

c) **Pagamento:** Até o dia 5 do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços.

OBSERVAÇÕES:

1. Manutenção e melhorias:
1.1. Atualizações de recursos e ferramentas utilizadas;
1.2. Melhorias no funcionamento dos recursos do Portal.
2. Suporte técnico:
2.1. Suporte técnico via e-mail;
3. Postagens:
3.1. Podem ser encaminhadas para o e-mail comercial@deltainf.com.br, responsável por efetivar a postagem no site.
3.2 Treinamento de equipe para publicação caso desejável. faturamento dos sistemas ocorre proporcionalmente à data de liberação do mesmo.
3.3 Disponibilização de acesso/formulário para ouvidoria do município.

Atenciosamente,

Tracy Anhaia Silveira

Delta Soluções em Informática Ltda.
CNPJ 03.703.992/0001-01
Tracy Anhaia Silveira
Setor Comercial

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BAD3.1643.473B.4924.748F.

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA						
Órgão: 05 Sec. Mun. Agric., M. Amb., Tur., Ind. e Comércio.						
Unidade: 01 Agricultura						
Proj./Ativ. 1.009		RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E PASSIVOS AMBIENTAIS				
84	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	5.000,00
85	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	5.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				10.000,00
Proj./Ativ. 1.010		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
86	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	3.196,64
		Total do Projeto/Atividade:				3.196,64
Proj./Ativ. 1.011		AÇÕES PARA RECICLAGEM DO LIXO DESCARTADO				
87	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	10.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				10.000,00
Proj./Ativ. 1.015		AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PATRULHA AGRÍCOLA				
119	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	7.553,87
120	4.4.90.52.00.00.00.00 1044	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	0,00
491	4.4.90.52.00.00.00.00 1192	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	143.250,00
121	4.4.90.52.00.00.00.00 1128	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	40.000,00
460	4.4.90.52.00.00.00.00 1190	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	30.900,00
462	4.4.90.52.00.00.00.00 1191	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	0,00
		Total do Projeto/Atividade:				221.703,87
Proj./Ativ. 1.016		AQUISIÇÃO DE VEÍCULO				
122	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				1.000,00
Proj./Ativ. 1.017		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
123	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	5.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				5.000,00
Proj./Ativ. 1.018		INCENTIVO AS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO				
125	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	4.840,40
126	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	3.800,00
127	3.3.90.45.00.00.00.00 0001	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				9.640,40
Proj./Ativ. 1.019		INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR				
128	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	120,80
129	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	1.000,00
130	3.3.90.45.00.00.00.00 0001	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Não	Não	0,00	1.000,00
131	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	120.000,00
132	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				123.120,80
Proj./Ativ. 1.020		CONVÊNIOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA				
97	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	35.983,30
		Total do Projeto/Atividade:				35.983,30
Proj./Ativ. 1.021		AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL				
96	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	5.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				5.000,00
Proj./Ativ. 1.022		INCENTIVO A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS				
92	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	1.000,00
93	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	1.000,00
94	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	1.000,00
95	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	2.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				5.000,00

FONTE:
Fonte: Sistema Betha SAPC - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.040D.4FFD.234E.BD9E.9A51.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01E097D

Página 1042
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 4668649
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01E097D

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA						
Órgão: 05 Sec. Mun. Agric., M. Amb., Tur., Ind. e Comércio.						
Unidade: 01 Agricultura						
Proj./Ativ. 1.023		INCENTIVO A COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS				
91	3.3.90.45.00.00.00.00 0001	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				1.000,00
Proj./Ativ. 1.055		AÇÕES DE DEFESA DOS ANIMAIS				
88	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	1.000,00
89	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	0,00
90	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				2.000,00
Proj./Ativ. 2.004		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AMBIENTAIS				
73	3.3.90.30.00.00.00.00 1090	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	10.000,00
72	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	1.000,00
75	3.3.90.35.00.00.00.00 1090	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	Não	Não	0,00	5.000,00
74	3.3.90.35.00.00.00.00 0001	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	Não	Não	0,00	1.000,00
77	3.3.90.39.00.00.00.00 1090	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	5.000,00
76	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	1.000,00
78	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				24.000,00
Proj./Ativ. 2.005		COLETA E RETIRADA DE RESIDUOS SOLIDOS				
79	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	0,00
		Total do Projeto/Atividade:				0,00
Proj./Ativ. 2.006		FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL				
80	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	1.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				1.000,00
Proj./Ativ. 2.007		MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
81	3.3.90.14.00.00.00.00 0001	DIÁRIAS CIVIL	Não	Não	0,00	0,00
82	3.3.90.33.00.00.00.00 0001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃ	Não	Não	0,00	0,00
83	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	5.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				5.000,00
Proj./Ativ. 2.012		MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA, TURISMO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMÉRCIO				
98	3.1.90.04.00.00.00.00 0001	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Não	Sim	0,00	10.000,00
99	3.1.90.11.00.00.00.00 0001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSO	Não	Sim	0,00	208.779,35
100	3.1.90.13.00.00.00.00 0001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Não	Sim	0,00	12.986,25
101	3.1.90.16.00.00.00.00 0001	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS PESSOAL C	Não	Sim	0,00	7.201,69
102	3.1.91.13.00.00.00.00 0001	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	Não	Sim	0,00	82.857,23
103	3.3.90.08.00.00.00.00 0001	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO S	Não	Não	0,00	13.523,21
104	3.3.90.14.00.00.00.00 0001	DIÁRIAS CIVIL	Não	Não	0,00	1.000,00
106	3.3.90.30.00.00.00.00 1017	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	80.775,70
105	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	16.911,18
107	3.3.90.33.00.00.00.00 0001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃ	Não	Não	0,00	14.569,56
108	3.3.90.36.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	2.513,20
109	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	47.231,95
470	3.3.90.46.00.00.00.00 0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Não	Não	0,00	14.606,31
110	3.3.90.92.00.00.00.00 0001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Não	Não	0,00	10.000,00
111	3.3.90.93.00.00.00.00 0001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Não	Não	0,00	1.000,00
464	4.4.90.51.00.00.00.00 1178	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	238.750,00
112	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	OBRAS E INSTALAÇÕES	Não	Não	0,00	10.000,00
		Total do Projeto/Atividade:				772.705,63
Proj./Ativ. 2.013		MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRICOLA				
113	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	34.088,13

FONTE:

Fonte: Sistema Betha GAPC - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.040D.4FFD.234E.BD9E.9A51.

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA						
Órgão: 05 Sec. Mun. Agric., M. Amb., Tur., Ind. e Comércio.						
Unidade: 01 Agricultura						
Proj./Ativ. 2.013		MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRICOLA				
114	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	286.443,39
				Total do Projeto/Atividade:		320.531,52
Proj./Ativ. 2.014		TERCEIRIZAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PATRULHA AGRICOLA				
115	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	9.170,00
				Total do Projeto/Atividade:		9.170,00
Proj./Ativ. 2.015		MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
116	3.3.90.14.00.00.00.00 0001	DIÁRIAS CIVIL	Não	Não	0,00	2.500,00
117	3.3.90.33.00.00.00.00 0001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃ	Não	Não	0,00	2.500,00
118	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSC	Não	Não	0,00	5.000,00
				Total do Projeto/Atividade:		10.000,00
				Total da Unidade:		1.575.052,16
Unidade: 05 Manutenção do Fundo - FUNDERMA						
Proj./Ativ. 2.012		MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA, TURISMO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMÉRCIO				
124	3.3.90.30.00.00.00.00 1017	MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	28.249,44
				Total do Projeto/Atividade:		28.249,44
				Total da Unidade:		28.249,44
				Total do Órgão:		1.603.301,60
				Total da Entidade:		1.603.301,60
				Total Geral:		1.603.301,60

FONTE: Sistema Betha GAPC - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAO SANTANA

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.040D.4FFD.234E.BD9E.9A51.

Página 1043
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 3
Peça 4668649
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01E097D

Tipo:

Documentação remetida pela origem

Descrição:

Documentação Comprobatória Esclarecimentos - Zoneamento Ambiental

Formato:

image/jpeg

Tamanho:

1,17 MB



Baixar arquivo

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7F00.69B1.2711.EFA4.3399.

Tipo:

Documentação remetida pela origem

Descrição:

Documentação Comprobatória Esclarecimentos - Ações meio ambiente

Formato:

image/jpeg

Tamanho:

215,95 KB



Baixar arquivo

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 23/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.35B5.5722.539E.3213.ACE3.

Processo nº 001373-0200/21-5

Órgão: Executivo Municipal de Sertão Santana

Administradores[1]: Írio Miguel Stein (Prefeito Municipal)
Marcos Aurelio Kologeski Souza (Vice-Prefeito Municipal)

Procurador[2]: Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS n. 12725

IT - Análise de Esclarecimentos
Processo de Contas Anuais - Executivo/2021

Senhora Coordenadora,

Preliminarmente, destaca-se o pedido de intimação do Procurador para fins de sustentação oral, formulado na p.14 da peça 4668633.

Registra-se que o requerente será intimado mediante comunicação por meio eletrônico conforme disposto no artigo 117[3] do RITCE – Resolução nº 1.028/2015 – regulamentado pela Resolução nº 1.156/2022, bem como publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nos termos dos artigos 1º da Resolução nº 791/2007[4].

A pauta a ser apreciada pelo órgão julgador também será disponibilizada por meio do Diário Eletrônico, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à respectiva sessão de julgamento, nos termos do artigo 60 do Regimento Interno deste Tribunal – Resolução nº 1.028/2015[5].

[1] Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 24-11-2022.
[2] Procuração acostada à peça 4668634.
[3] Art. 117. No processo eletrônico todas as comunicações processuais serão realizadas por meio eletrônico.
[4] Art. 1º. Fica instituído o Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul como meio oficial de publicação e de divulgação dos seus atos processuais e administrativos, bem como das suas comunicações em geral.
[5] Art. 60. A pauta a ser apreciada pelo órgão julgador será publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à respectiva sessão de julgamento.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Sobre o postulado pela Defesa quanto a possibilidade de juntada posterior de prova documental (peça 4668633, p. 13), observa-se que, na forma do art. 12, § 3º do RITCE, a requerimento do interessado, o Relator poderá determinar a juntada de documentos ao processo durante sua instrução e na fase recursal, até, em ambos os casos, a emissão do parecer do Ministério Público de Contas.

Cabe referir que o Vice-Prefeito, regularmente intimado (peças 4572359, 4602484, 4605075), não apresentou esclarecimentos nem anuiu aos apresentados pelo Prefeito.

Entretanto, cumpre destacar que não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

Registra-se que não foram localizados processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias, Tutelas de Urgência, Representações, Representações do MPC e Processos de Contas Especiais em andamento de responsabilidade dos gestores do órgão, no exercício sob exame.

Feitas essas observações preliminares, passa-se a análise dos esclarecimentos prestados pelo administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme segue:

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.6 - Não foram enviadas as informações referentes aos Questionários da Saúde e Conselho Municipal de Saúde. Desatendimento à Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 e aos Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021. Obstaculização ao controle externo (peça 4558147, pp. 14 e 15).

O Administrador afirma que está apurando as devidas responsabilidades, com o intuito de atuar de forma preventiva em relação ao envio das

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

informações solicitadas. Defende que o presente apontamento não se trata de falha insanável (peça 4668633, pp. 2 e 3).

De acordo com o Ofício Circular DCF nº 06/2021, as solicitações de informações e documentos adicionais ocorreram com o propósito de serem todas individualmente examinadas e consideradas na instrução dos processos de contas, não se tratando, portanto, de simples levantamento prospectivo. Ressalta-se que, o envio dos questionários e a análise de informações remetidas, decorrem da competência constitucionalmente atribuída a esta Corte de Contas, portanto, ao deixar de prestar as informações solicitadas, de forma tempestiva, o Ente Jurisdicionado impõe dificuldades ao exercício do controle externo.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção do aponte.

7.3.2 - Da Receita de RPPS indevidamente contabilizada como receita corrente líquida. Registro inadequado de receitas do regime próprio de previdência social na receita corrente líquida, no montante de R$ 51.120,00. Desatendimento à Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021 e ao disposto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000. (peça 4558147, p. 35).

O Gestor entende que a Instrução Normativa não determinava que fossem deduzidas as receitas de natureza previdenciária, de forma que todos os valores foram incluídos na receita corrente líquida (peça 4668633, pp. 3 e 4).

Documentação à peça 4668646 refere-se à consulta em andamento formulada à DPM sobre os apontes dos itens 7.3.2 e 7.7.1.

Ao exame.

O aponte foi originado em razão da utilização incorreta da codificação 13220011000000, Dividendos – Principal, de forma que o PAD não excluiu automaticamente o valor de R$ 51.120,00 da Receita Corrente Líquida.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Página 1049
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 4
Peça 4740982
DOCUMENTO PÚBLICO

Salienta-se que, a exclusão da remuneração dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS é determinada na IN TCE-RS nº 13/2021 e ocorre de forma automática, desde que os recursos estejam corretamente registrados pela Origem, na forma como determina as Instruções Normativas desta Corte.

De acordo com a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021 (Modelo 1), são deduzidas da Receita Corrente Líquida:

> 2 - As receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, do Fundo de Assistência Social dos Servidores e do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores decorrentes de aplicações financeiras em Fundos de Investimento de recursos (alínea "c" do inciso IV do artigo 2º e § 3º do artigo 2º da LRF);

A referida Instrução Normativa também identifica as codificações a serem utilizadas, que são apresentadas no quadro demonstrativo do Modelo 1. Além da IN, este Tribunal de Contas também divulga o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a ser utilizado pelos jurisdicionados no exercício de 2021[6]. O referido elenco de contas indica que a natureza da receita 1.3.2.1.00.4x é utilizada para agregar recursos oriundos dos rendimentos auferidos em decorrência da aplicação de recursos do RPPS no mercado financeiro, em fundos de renda fixa, de renda variável, ou em fundos imobiliários.

Ainda, através do Portal do TCE-RS também é possível consultar as codificações utilizadas pelo PAD na montagem do Modelo 1 (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida), inclusive com a indicação de quais naturezas da receitam fazem parte da RCL e quais são deduzidas de forma automática, não cabendo a alegação de desconhecimento ou de ausência de orientação.

Diante do exposto, opina-se pela permanência do aponte.

7.7.1 – Dos valores restituíveis. Constata-se que não foram utilizados os códigos de recursos vinculados do intervalo de 8001 a 9999 para evidenciar a cobertura integral dos recursos extraorçamentários que

[6] https://tcers.tc.br/sistemas-de-controle-externo/?section=SIAPC.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

servirão para pagamento ou devolução dos valores que pertencem a terceiros, registrados no Passivo Circulante, de uso obrigatório pelos entes jurisdicionados regidos pela Lei Federal nº 4.320/64. Inobservância do disposto no Manual Técnico III – Recurso Vinculado (peça 4558147, p. 41).

O Administrador entende que a forma como foram registrados os recursos está correta. Além disso, salienta que existia saldo suficiente no recurso livre para a cobertura dos valores restituíveis (peças 4668633, pp. 4 e 5).

Documentação à peça 4668646 refere-se à consulta em andamento formulada à DPM sobre os apontes dos itens 7.3.2 e 7.7.1.

Ao exame.

Os valores restituíveis são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, em que o município é mero agente depositário. São recursos de terceiros. De acordo com o Manual Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964, os recursos necessários para cobertura dos mencionados valores, devem ser vinculados aos códigos 8001 a 9999.

Assim, entende-se que houve falha ao não utilizar a codificação dos recursos vinculados extraorçamentários (Ativo Circulante 8001 a 9999) para identificação e controle dos mesmos, de forma que sugere-se a permanência do aponte.

8.2.2 - Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias. A declaração sobre a realização de conciliações bancárias, exigida para fins de prestação de contas, não está de acordo com o formato previsto no anexo I da Resolução nº 1.134/2020, pois ausente o elenco das contas bancárias e seus saldos (peça 4558147, pp. 45 e 46).

O Administrador informa que estão sendo tomadas medidas corretivas e que no exercício de 2022 a declaração estará nos moldes previstos na Resolução nº 1.134/2020 (peça 4668633, pp. 5 e 6).

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

O Gestor não contesta a falha. Além disso, o anúncio de medidas corretivas para o futuro não afasta a irregularidade para o exercício em análise, de forma que, opina-se pela permanência do aponte.

9.1.2 – Da Pesquisa do Acesso à Informação. Conforme exame levado a efeito das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme segue: Registro de repasses ou transferências (art. 8º, § 1º, incisos II e III da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 10.540/2020); Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras - existência de histórico das informações, e existência de informações atualizadas (art. 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011); Diárias - tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011) (peça 4558147, pp. 47 e 48).

O Administrador afirma que a ferramenta de pesquisa está devidamente implementada no Portal da Transparência do Município. Noticia a contratação de empresa prestadora de serviços relacionados à manutenção do site do Município (peças 4668633, pp. 6 e 7).

Ao exame.

O Administrador não traz documentos e esclarecimentos suficientes para demonstrar o pleno atendimento às exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011. Quanto à cópia da proposta comercial da empresa Delta, cujo objeto é a prestação de serviços de atualização e manutenção do site da Prefeitura (peça 4668648), pondera-se que uma vez contratado o serviço, o mesmo produzirá efeitos futuros, de forma que não elide o apontamento para o exercício em análise.

Assim, sugere-se a permanência do aponte.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

9.1.3 – Da pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: canal para acesso à Ouvidoria, divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e divulgação do último Relatório Anual de Gestão. Registra-se que essa mesma irregularidade consta no Processo n.º 2100-0200/20-7, do exercício de 2020[7] **(peça 4558147, pp. 48 e 49).**

O Administrador esclarece que está trabalhando para implantação das ouvidorias (peça 4668633, pp. 7 e 8 e documentação às peças 4668647, 4668653).

Os esclarecimentos prestados são vagos e não afastam o apontamento, ora ratificado.

Assim, sugere-se a permanência do aponte.

9.1.5 - Da Pesquisa sobre a vacinação contra Covid-19. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas diversas exigências estabelecidas quanto à transparência efetiva de atos e procedimentos atinentes à vacinação contra a Covid-19, em desatendimento a Constituição Federal, art. 37, caput, Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Federal nº 14.124/2021, art. 14. Não foram disponibilizadas as seguintes informações, conforme peça 4558147, pp. 49 e 50:

2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

- Quantitativo de pessoas de cada grupo

[7] Decisão em 05-07-2022, por recomendação por adoção de providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias -

7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?

8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?

9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?

- Há divulgação destacada
- Endereços
- Telefones
- Horários de funcionamento
- Documentos necessários

10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?

11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

- Registro de sobra
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu
- Documento de orientação no caso de sobra
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

O Administrador atribui a ausência de informações ao desconhecimento da Secretaria Municipal de Saúde sobre a necessidade de divulgação das informações, dizendo que uma vez cientificado, o Município disponibilizou as informações necessárias. Quanto às carências apontadas, afirma que serão revisadas e incluídas (peça 4668633, p. 8).

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Ao exame.

Não foram juntados documentos aos esclarecimentos.

Oportuno salientar que, o apontamento foi originado através da avaliação das informações contidas no site do Jurisdicionado, conforme Recibo de Envio de Informações Nº 40/2021 (peça 4558125). A prévia realização da pesquisa foi informada através do Ofício Circular DCF nº 23/2021, de 25 de junho de 2021, o qual informou sobre o Manual Orientativo aos Gestores[8], contendo os critérios que seriam aplicados para a avaliação da transparência na vacinação contra a COVID-19, bem como as respectivas orientações para o seu devido atendimento.

Além disso, o Ofício Circular DCF nº 31/2021, de 10 de agosto de 2021, informou sobre resultado preliminar da avaliação, possibilitando o pedido de revisão por parte dos municípios, além de trazer outras orientações a respeito do assunto. Ressalte-se que, na oportunidade dos esclarecimentos não foram apresentados documentos ou informações que permitam concluir pelo atendimento das informações mencionadas.

Assim, entende-se que o Jurisdicionado foi devidamente orientado e teve oportunidades de atender a transparência na vacinação contra a COVID-19, inclusive na oportunidade dos esclarecimentos, o que não ocorreu.

Diante do exposto, sugere-se a permanência do aponte.

12.1.3 – Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o município de Sertão Santana informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais, atendendo parcialmente ao previsto no § 2º do artigo 26-A da

[8] https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça 4558147, pp. 65 e 66).

A fim de prestar esclarecimentos o Gestor juntou documento à peça 4668645 oriundo da Secretaria de Educação (peças 4668633, pp. 9 e 10).

Ao exame.

No documento de peça 4668645 é afirmado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, no exercício de 2022, estão sendo ministrados em todos os sistemas e níveis de ensino, no âmbito de todo o currículo escolar e em todas as disciplinas e áreas do conhecimento, o que não elide a falha para o exercício em análise.

Além disso, no mesmo documento citado é informado que em 2022 a Secretaria da Educação elaborou planilha de acompanhamento das ações para o desenvolvimento do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, onde os professores "irão registrar todas as ações realizadas durante o ano letivo, através desta planilha de ações a secretaria de educação irá monitorar o desenvolvimento das atividades e assim elaborar um relatório anual".

A ausência de relatórios anuais é inconteste. Além disso, o anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelo documento apresentado nos esclarecimentos.

Assim, opina-se pela permanência do aponte.

12.2.1 – Processos Estruturados de Busca Ativa. Declaração de que não promoveu processos estruturados de busca ativa em 2021.

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Omissão contraria o que está previsto nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014. (peça 4558147, pp. 66 e 67).

O Gestor junta documento elaborado pela Secretaria de Educação (peça 4668632), informando as medidas adotadas pelo Município para se adequar às estratégias do Plano Nacional de Educação. É informado no documento que: (1) foi instituído, em 25 de junho de 2022, a Rede de Apoio à Escola (RAE), que objetiva discutir alternativas a fim de diminuir a evasão escolar, fomentar a revitalização da escola e da família; (2) através da Resolução nº 001/2022 o Conselho Municipal de Saúde instituiu a busca ativa (peças 4668633, p. 10).

As informações contidas na peça 4668632 evidenciam a falha para o período em análise. Desta forma, opina-se pela permanência do aponte.

14.1.1 – Das Políticas Municipais de Meio Ambiente. Diante do exame realizado, verificam-se desatendidos os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do Gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 4558147, pp. 71 e 72).

O Gestor afirma que as rubricas orçamentarias destinadas à concretização das atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente estavam inseridas no orçamento da Secretaria da Agricultura, mas que em 2022 a falha foi sanada. Em relação às ações articuladas com entes federados, argumenta que tais ações não ocorreram em virtude dos outros entes não terem procurado o município em busca de ações conjuntas. Quanto ao zoneamento ambiental, apresenta imagem do que seria o zoneamento, definido no Plano Ambiental.

No que se relaciona à Educação ambiental, justifica que são realizadas atividades de educação ambiental na rede de ensino municipal, dizendo ser trabalhada regularmente a questão dos resíduos sólidos, que o município possui trilhas de ecoturismo, que são percorridas por alunos e público em geral (peças 4668633, p. 11 e 12, doc. peças 4668649, 4668650, 4668671).

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Ao exame.

Quanto à ausência de previsão orçamentária para a concretização das atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente, o Administrador admite que não foram destacados os recursos no orçamento municipal de 2021. Destaca-se que a verificação em relação ao exercício de 2022 se dará no âmbito do respectivo processo de contas anuais.

No que se refere à ausência de ações articuladas com outros entes federados visando concretizar os objetivos da PNMA, entende-se que cabe à municipalidade buscar a realização de tais ações, iniciativa que não restou demonstrada nos esclarecimentos.

Em relação às ações administrativas do Município, determinadas nos incisos VII e VIII, do art. 9º, da Lei Complementar nº 140/2011[9], registra-se que o Gestor não mencionou em seus esclarecimentos.

Naquilo que diz respeito à formalização das diretrizes de zoneamento ambiental e/ou definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos no planejamento do uso e ocupação do solo, apesar de ter sido apresentada figura do mapa de zoneamento ambiental (peça 4668650), não foram apresentados elementos, tanto nos esclarecimentos, quanto nos documentos trazidos, que comprovem atendimento ao disposto no art. 9º da LC nº 140/20211.

No que tange à promoção da educação ambiental, a LC nº 140/2011 determina a promoção e orientação da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente (inciso XI, art. 9). Em relação a este aspecto, não restou demonstrada que são realizadas atividades de educação ambiental na rede de ensino municipal. Entende-se que os esclarecimentos apresentados e os documentos acostados, são insuficientes para afastar a falha.

Diante do exposto, opina-se pela permanência do aponte.

[9] VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;
VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

14.2.6 – Da gestão de resíduos na construção civil. Constatou-se que o município não atende aos requisitos da Resolução CONAMA nº 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 4558147, p. 77).

O Administrador esclarece que o Plano Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Sertão Santana, no item 5.2.2.8, indica que os resíduos oriundos de reformas e construções não possuem local definido para a destinação adequada, já que o volume gerado não é significativo. Diz que os resíduos costumam ser destinados em algum terreno, ou reutilizados em terraplanagem e/ou melhorias das rodovias municipais (peça 4668633, pp. 12 e 13).

O gestor não refuta o que foi apontado pela equipe de auditoria com base nas informações prestadas pelo Executivo Municipal no recibo de envio de informações nº 03/2022 (peça 4558143).

Diante do exposto, sugere-se a manutenção do aponte.

À sua consideração.

Vladimir Costa da Silva
Auditor Público Externo

Assinado digitalmente por: Vladimir Costa da Silva em 13/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.190A.7211.96EB.1601.E40F.

Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 14/12/2022.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Juliana Baum Vivian em 14/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.406F.88FF.3995.3538.C305.

O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 14/12/2022.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Jose Alfredo Fank de Oliveira em 14/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A85.B11C.74B2.2FD3.DE2F.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consoante disposto na Resolução MPC-RS nº 02/2018, que estabelece o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: MPC- Adjunto de Procurador2
Exercício: 01/01/2021 à 31/12/2021

Distribuído em 14/12/2022.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 14/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.30C0.A386.A0F5.1576.397D.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC Nº 5087/2023

Processo n.º	**001373-0200/21-5**
Relator:	**Gabinete Renato Luís B. Azeredo**
Tipo:	**Contas Anuais - EXERCÍCIO DE 2021**
Órgão:	**PM DE SERTÃO SANTANA**
Gestores:	**Írio Miguel Stein (Prefeito) e Marcos Aurelio Kologeski Souza (Vice-Prefeito)**

CONTAS ANUAIS. MULTA. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS (PREFEITO). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

As infrações às regras, aos princípios constitucionais e à legislação ensejam a aplicação de penalidade pecuniária e a emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas do Gestor.

A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do Administrador.

Para exame e parecer o Processo de Contas Anuais do Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito) e do Senhor MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (Vice-Prefeito).

Registre-se que o Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito) prestou esclarecimentos por meio de Procuradores, conforme instrumento de mandato acostado à peça 4668634, acompanhados de documentação comprobatória.

O Senhor MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (Vice-Prefeito), embora devidamente intimado, não se manifestou; contudo, não foram constatadas inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Executivo Municipal de Sertão Santana.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

Página 1063
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 2
Peça 5150197
DOCUMENTO PÚBLICO

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

As irregularidades a seguir, destacadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, ensejando a imposição de **multa** ao Responsável.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.6 – Não foram enviadas as informações referentes aos Questionários da Saúde e Conselho Municipal de Saúde. Desatendimento à Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 e aos Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021. Obstaculização ao controle externo (peça 4558147, pp. 14 e 15).

7.3.2 – Da Receita de RPPS indevidamente contabilizada como receita corrente líquida. Registro inadequado de receitas do regime próprio de previdência social na receita corrente líquida, no montante de R$ 51.120,00. Desatendimento à Instrução Normativa TCE-RS n.º 13/2021 e ao disposto no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000. (peça 4558147, p. 35).

7.7.1 – Dos valores restituíveis. Constata-se que não foram utilizados os códigos de recursos vinculados do intervalo de 8001 a 9999 para evidenciar a cobertura integral dos recursos extraorçamentários que servirão para pagamento ou devolução dos valores que pertencem a terceiros, registrados no Passivo Circulante, de uso obrigatório pelos entes jurisdicionados regidos pela Lei Federal n.º 4.320/64. Inobservância do disposto no Manual Técnico III – Recurso Vinculado (peça 4558147, p. 41).

No ponto, vê-se que, embora o **Recurso Livre – 0001** possuísse disponibilidade financeira suficiente para fazer frente à insuficiência verificada

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

nos **Recursos Vinculados Extraorçamentários 8001 a 9999**, destinado à cobertura dos **Valores Restituíveis (Passivo Circulante - Conta 2188)**, o Poder Executivo Municipal deixou de registrar adequadamente ou aplicou em outras despesas a quantia de **R$ 118.671,62**, o que poderia vir a afetar o equilíbrio financeiro do Município de Sertão Santana, visto que as verbas em exame não pertencem ao Poder Público Municipal, sendo este mero agente depositário destes recursos, como bem anota a fiscalização da Corte em sua peça técnica.

Assim sendo, opina este Ministério Público de Contas, em anuência à Supervisão, pela manutenção do apontamento.

8.2.2 – Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias. A declaração sobre a realização de conciliações bancárias, exigida para fins de prestação de contas, não está de acordo com o formato previsto no anexo I da Resolução n.º 1.134/2020, pois ausente o elenco das contas bancárias e seus saldos (peça 4558147, pp. 45 e 46).

9.1.2 – Da Pesquisa do Acesso à Informação. Conforme exame levado a efeito das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011, conforme segue: Registro de repasses ou transferências (art. 8º, § 1º, incisos II e III da Lei n.º 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea "f", do Decreto n.º 10.540/2020); Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras - existência de histórico das informações, e existência de informações atualizadas (art. 7º, inciso VII, alínea "a" e art. 8º, § 1º, inciso V, da Lei n.º 12.527/2011); Diárias - tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país,

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

conforme legislação local (Art. 8º, § 2º da Lei n.º 12.527/2011) (peça 4558147, pp. 47 e 48).

A despeito de a transparência ser um valor que necessita de constante aprimoramento pela Administração Pública, fato é que o art. 8º, § 4º, da Lei Federal nº 12.527/2011, é claro ao definir que "Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º".

Por isso, como a lei estipulou a certos Entes Federados uma dispensa da obrigação legal de divulgação obrigatória de certos dados na internet, entende este Agente Ministerial pelo **afastamento** da falha, sem prejuízo da emissão de **recomendação** à Origem para que, na medida do possível, atenda aos comandos do art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011.

9.1.3 – Da pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 13.460/2017: canal para acesso à Ouvidoria, divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e divulgação do último Relatório Anual de Gestão. Registra-se que essa mesma irregularidade consta no Processo n.º 002100-0200/20-7, do exercício de 2020 (peça 4558147, pp. 48 e 49).

9.1.5 – Da Pesquisa sobre a vacinação contra Covid-19. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas diversas exigências estabelecidas quanto à transparência efetiva de atos e procedimentos atinentes à vacinação contra a Covid-19, em desatendimento a Constituição Federal, art. 37, caput, Lei Federal n.º 12.527/2011 e Lei Federal n.º 14.124/2021, art. 14. Não foram disponibilizadas as seguintes informações, conforme peça 4558147, pp. 49 e 50:

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

- Quantitativo de pessoas de cada grupo

5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias -

7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?

8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do Município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?

9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do Município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?

- Há divulgação destacada

- Endereços

- Telefones

- Horários de funcionamento

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

- Documentos necessários

10) Há divulgação dos Processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?

11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

- Registro de sobra

- Local de aplicação em que a sobra ocorreu

- Documento de orientação no caso de sobra

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

12.1.3 – Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o Município de Sertão Santana informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais, atendendo parcialmente ao previsto no § 2º do art. 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual n.º 53.817/2017 (peça 4558147, pp. 65 e 66).

Em conformidade com a Área Técnica, opina-se pela manutenção do apontamento, uma vez que *"A ausência de relatórios anuais é inconteste.*

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

Além disso, o anúncio de ações futuras não elide o apontamento ratificado pelo documento apresentado nos esclarecimentos.”.

12.2.1 – Processos Estruturados de Busca Ativa. Declaração de que não promoveu Processos estruturados de busca ativa em 2021. Omissão contraria o que está previsto nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014. (peça 4558147, pp. 66 e 67).

14.1.1 – Das Políticas Municipais de Meio Ambiente. Diante do exame realizado, verificam-se desatendidos os requisitos do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011, podendo implicar responsabilização do Gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 4558147, pp. 71 e 72).

14.2.6 – Da gestão de resíduos na construção civil. Constatou-se que o Município não atende aos requisitos da Resolução CONAMA n.º 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 4558147, p. 77).

De acordo com o Administrador, pp. 12-13 da peça 4558143, os resíduos oriundos de reformas e construções não possuem local definido para a destinação adequada, já que a geração não é significativa. Afirma que a Prefeitura Municipal costuma destinar em algum terreno ou reutilizar em terraplanagem e/ou melhorias arruamento das rodovias municipais.

O Órgão Instrutivo pugna pela manutenção do apontamento, visto que *“o Gestor não refuta o que foi apontado pela equipe de auditoria com base nas informações prestadas pelo Executivo Municipal no recibo de envio de informações n.º 03/2022”.*

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

Com razão a Área Técnica, pois a Defesa reconhece que inexiste área licenciada para a destinação de resíduos da construção civil. Logo, é de reconhecer que o Município não atende aos requisitos da **Resolução CONAMA n.º 307/2002**, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição – RCD.

Diante disso, é de rigor a **manutenção** do apontamento.

II – CONCLUSÃO

O conjunto das falhas antes descritas revela a prática de atos contrários às normas de administração financeira e orçamentária que justificam a aplicação de sanção pecuniária ao Senhor Prefeito Municipal.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Multa** ao Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito) por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com base nos arts. 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 135 do RITCE.

2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas do Senhor MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (Vice-Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana no exercício de 2021, com fundamento no inciso I do art. 75 do RITCE.

3º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas do Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana no exercício de 2021, com fundamento no inciso II do art. 75 do RITCE, tendo em vista os critérios estabelecidos pelos arts. 2º e 3º da Resolução TCE n.º 1.142/2021.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 23 de maio de 2023.

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI
Procurador do MPC
Assinado digitalmente.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 23/05/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FA1F.AAA4.FBE3.F7DA.7A3A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. Renato Luís B. Azeredo

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 15 de Junho de 2023, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 20ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 20 de Junho de 2023 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 13 de junho de 2023.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 13/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B80D.2E33.AEA9.642F.CC7D.

Décio Itiberê
Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RENATO LUÍS B. AZEREDO, CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Processo nº 001373-0200/21-5– Contas Anuais 2021

ÍRIO MIGUEL STEIN, Prefeito Municipal de Sertão Santana no exercício em exame, devidamente qualificado nos autos do processo de Contas Anuais em epígrafe, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio do procurador signatário, requerer a juntada do substabelecimento em anexo.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 20 de junho de 2023.

Décio Itiberê Gomes de Oliveira
OAB/RS 12.725

Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002 Tel/fax 51 3028-1525
decio@decioitibere.com.br escritorio@decioitibere.com.br www.decioitibere.com.br

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 20/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1794.64DD.2F0E.4285.C74D.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Décio Itiberê Gomes de Oliveira
OAB/RS 12.725

SUBSTABELECIMENTO

DÉCIO ITIBERÊ GOMES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados sob o nº 12.725 **SUBSTABELECE COM RESERVA DE PODERES** na pessoa de **LUANA DA SILVA SOARES**, brasileira, solteira, advogada devidamente inscrita na Ordem dos Advogados sob o nº 89.411, ambos com escritório profissional situado na Av. Getúlio Vargas, 774, sala 301, Menino Deus, Porto Alegre - RS, CEP: 90150-002, e-mail escritório@decioitibere.com.br, os poderes conferidos nos autos da presente ação.

Décio Itiberê
Advogados Associados

Porto Alegre, 19 de junho de 2023.

Décio Itiberê Gomes de Oliveira
OAB/RS 12.725

Assinado digitalmente por: DECIO ITIBERE GOMES DE OLIVEIRA em 20/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3571.DD72.F6D9.553B.8D42.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Supervisão de Serviços Processuais
Serviço de Controle Processual e Operacional

Processo nº 1373-0200/21-5 – Contas Anuais
Doc. nº 7906-0299/23-6
Exercício: 2021
Órgão: Executivo Municipal de Sertão Santana
Assunto: juntada de substabelecimento
Conselheiro-Relator: Renato Azeredo
Informação SEPROC

Senhor Coordenador:

Trata o processo de Contas Anuais do Executivo Municipal de Sertão Sananta, exercício de 2021, Gestão dos Srs. Írio Miguel Stein e Marcos Aurelio Kologeski Souza.

Vem a esta Supervisão o requerimento enviado pelo e-protocolo em 20-06-2023, firmado pelo Adv.º Décio Itiberê Gomes de Oliveira, procurador do Sr. Írio Miguel Stein, no qual solicita a juntada de substabelecimento nos autos do processo em epígrafe.

Informa-se que o processo se encontra na Relatoria na situação "Processo Incluído em Pauta".

Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento do expediente à apreciação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator.

À sua consideração.

Liége Vasconcellos de Oliveira,
Oficial de Controle Externo.
Assinado digitalmente

De acordo com a informação e encaminhamento proposto.

Coordenador – SEPROC.
Assinado digitalmente

À consideração do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator.

Supervisora – SSP.
Assinado digitalmente

Assinado digitalmente por: Liége Vasconcellos de Oliveira em 20/06/23, Zâmis Alves Harlos em 20/06/23 e Denizar Simioni em 20/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38C0.5B92.261D.6008.9A75.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

Documento nº.	7906-0299/23-6
Processo nº.	1373-0200/21-5
Origem:	Executivo Municipal de Sertão Santana
Objeto:	Contas Anuais

Vistos em Gabinete

Junte-se o instrumento de substabelecimento.

Cadastre-se a nova procuradora.

Porto Alegre, 21 de junho de 2023.

Conselheiro Renato Azeredo
Relator

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E31A.829C.1F22.C6AF.04F0.

Processo:	001373-0200/21-5
Órgão:	PM DE SERTÃO SANTANA
Matéria:	Contas Anuais
Interessados:	Írio Miguel Stein e Marcos Aurelio Kologeski Souza
Procurador:	Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS nº 12.725
Data da Sessão:	20-06-2023
Órgão Julgador:	Primeira Câmara
Parecer MPC:	Dr. Ângelo G. Borghetti
Relator:	Conselheiro Renato Azeredo

Procuração – peça 4668634.

CONTAS ANUAIS. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS. PREFEITO. PARECER FAVORÁVEL. VICE-PREFEITO. RECOMENDAÇÃO AOS ATUAIS GESTORES.

As infrações às regras, aos princípios constitucionais e à legislação determinam a emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas do Gestor principal.

Parecer favorável à aprovação das contas do Gestor secundário.

As inconformidades verificadas ensejam **recomendação** aos atuais Administradores no sentido da adoção de medidas preventivas e corretivas.

Multa. Impossibilidade de imposição a Prefeito Municipal. Posicionamento adotado em consonância com decisões do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se do Processo de Contas Anuais dos Senhores **Írio Miguel Stein** (Prefeito Municipal) e **Marcos Aurelio Kologeski Souza** (Vice-Prefeito), Administradores do **Executivo Municipal de Sertão Santana**, no exercício de **2021**.

Sobre o postulado pela Defesa quanto a possibilidade de juntada posterior de prova documental (peça 4668633, p. 13), a SICM observa que, na forma do art. 12, §

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

3º do RITCE, a requerimento do interessado, o Relator poderá determinar a juntada de documentos ao processo durante sua instrução e na fase recursal, até – em ambos os casos– a emissão do parecer do Ministério Público de Contas.

O Serviço de Instrução ainda refere que o Vice-Prefeito, regularmente intimado (peças 4572359, 4602484, 4605075), não apresentou esclarecimentos nem anuiu aos apresentados pelo Prefeito.

Entretanto, menciona que não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

Ressalta a Supervisão, também, que não foram localizados processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias, Tutelas de Urgência, Representações, Representações do MPC e Processos de Contas Especiais em andamento de responsabilidade dos gestores do órgão, no exercício sob exame.

A Unidade Instrutiva, após a análise dos esclarecimentos prestados e dos documentos juntados aos autos, entendeu que remanescem os apontes a seguir:

Do Relatório de Contas Anuais

4.1.6 - Não foram enviadas as informações referentes aos Questionários da Saúde e Conselho Municipal de Saúde. Desatendimento à Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 e aos Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021. Obstaculização ao controle externo (peça 4558147, pp. 14 e 15).

7.3.2 - Da Receita de RPPS indevidamente contabilizada como receita corrente líquida. Registro inadequado de receitas do regime próprio de previdência social na receita corrente líquida, no montante de R$ 51.120,00. Desatendimento à Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021 e ao disposto no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000. (peça 4558147, p. 35).

7.7.1 – Dos valores restituíveis. Constata-se que não foram utilizados os códigos de recursos vinculados do intervalo de 8001 a 9999 para evidenciar a cobertura integral dos recursos extraorçamentários que servirão para pagamento ou devolução dos valores que pertencem a terceiros, registrados no Passivo Circulante, de uso obrigatório pelos entes jurisdicionados regidos pela Lei Federal nº 4.320/64. Inobservância do disposto no Manual Técnico III – Recurso Vinculado (peça 4558147, p. 41).

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

8.2.2 - Inconsistências na declaração sobre a realização de conciliações bancárias. A declaração sobre a realização de conciliações bancárias, exigida para fins de prestação de contas, não está de acordo com o formato previsto no anexo I da Resolução nº 1.134/2020, pois ausente o elenco das contas bancárias e seus saldos (peça 4558147, pp. 45 e 46).

9.1.2 – Da Pesquisa do Acesso à Informação. Conforme exame levado a efeito das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme segue: Registro de repasses ou transferências (art. 8º, § 1º, incisos II e III da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 10.540/2020); Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras - existência de histórico das informações, e existência de informações atualizadas (art. 7º, inciso VII, alínea "a" e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011); Diárias - tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011) (peça 4558147, pp. 47 e 48).

A Supervisão opina pela manutenção do aponte. O MPC sugere seu afastamento.

9.1.3 – Da pesquisa da Lei das Ouvidorias. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Poder Executivo, constata-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.460/2017: canal para acesso à Ouvidoria, divulgação da Carta de Serviços ao Usuário e divulgação do último Relatório Anual de Gestão. Registra-se que essa mesma irregularidade consta no Processo n.º 2100-0200/20-7, do exercício de 2020[1] (peça 4558147, pp. 48 e 49).

9.1.5 - Da Pesquisa sobre a vacinação contra Covid-19. A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do ente, constata-se que não estão sendo cumpridas diversas exigências estabelecidas quanto à transparência efetiva de atos e procedimentos atinentes à vacinação contra a Covid-19, em desatendimento a Constituição Federal, art. 37, caput, Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Federal nº 14.124/2021, art. 14. Não foram disponibilizadas as seguintes informações, conforme peça 4558147, pp. 49 e 50:

[1] Decisão em 05-07-2022, por recomendação por adoção de providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos.

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?

4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

- Quantitativo de pessoas de cada grupo

5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias -

7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?

8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?

9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?

- Há divulgação destacada

- Endereços

- Telefones

- Horários de funcionamento

- Documentos necessários

10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?

11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

- Registro de sobra

- Local de aplicação em que a sobra ocorreu

- Documento de orientação no caso de sobra

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

12.1.3 – Da abrangência do ensino e da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o município de Sertão Santana informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

municipais, atendendo parcialmente ao previsto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015. A Secretaria de Educação Municipal não elabora relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas, em desacordo ao previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peça 4558147, pp. 65 e 66).

12.2.1 – Processos Estruturados de Busca Ativa. Declaração de que não promoveu processos estruturados de busca ativa em 2021. Omissão contraria o que está previsto nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014. (peça 4558147, pp. 66 e 67).

14.1.1 – Das Políticas Municipais de Meio Ambiente. Diante do exame realizado, verificam-se desatendidos os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 140/2011, podendo implicar responsabilização do Gestor por omissão ou por eventual prejuízo à saúde pública e ao meio ambiente decorrente da não observância desses requisitos (peça 4558147, pp. 71 e 72).

14.2.6 – Da gestão de resíduos na construção civil. Constatou-se que o município não atende aos requisitos da Resolução CONAMA nº 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 4558147, p. 77).

Do Parecer do Ministério Público de Contas

O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer MPC nº 5087/2023 (peça 5150197), da lavra do Adjunto de Procurador Ângelo Grabin Borguetti, em conclusão, se manifestou nos seguintes termos:

> 1º) **Multa** ao Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito) por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com base nos arts. 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 135 do RITCE.
>
> 2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas do Senhor MARCOS AURELIO KOLOGESKI SOUZA (Vice-Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana no exercício de 2021, com fundamento no inciso I do art. 75 do RITCE.
>
> 3º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas do Senhor ÍRIO MIGUEL STEIN (Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

Sertão Santana no exercício de 2021, com fundamento no inciso II do art. 75 do RITCE, tendo em vista os critérios estabelecidos pelos arts. 2º e 3º da Resolução TCE n.º 1.142/2021.

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Relatório

Passo ao Voto.

Quanto ao **item 9.1.2** do Relatório que aponta, em relação às informações contidas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, o não cumprimento das exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto nº 10.540/2020 (peça 4558147, pp. 47 e 48), anuo ao posicionamento firmado pelo *Parquet* de Contas no sentido do afastamento da inconformidade, adotando os fundamentos apresentados para decidir:

> "A despeito de a transparência ser um valor que necessita de constante aprimoramento pela Administração Pública, fato é que o art. 8º, § 4º, da Lei Federal nº 12.527/2011, é claro ao definir que "Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º".
>
> Por isso, como a lei estipulou a certos Entes Federados uma dispensa da obrigação legal de divulgação obrigatória de certos dados na internet, entende este Agente Ministerial pelo afastamento da falha, sem prejuízo da emissão de recomendação à Origem para que, na medida do possível, atenda aos comandos do art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011."

Referentemente ao **item 7.7.1**, verifica-se que, efetivamente, o Executivo Municipal deixou de registrar adequadamente ou aplicou em outras despesas a quantia de R$ 118.671,62, o que poderia vir a afetar o equilíbrio financeiro do Município, tendo em vista que os Recursos Vinculados Extraorçamentários 8001 a 9999, destinados à cobertura dos Valores Restituíveis (Passivo Circulante - Conta 2188), não pertencem ao Poder Público Municipal.

Assim, convergindo com a Unidade Instrutiva e com o Órgão Ministerial, mantenho a falha.

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

Concernente ao **item 14.2.6**, que aponta que o Município não atende aos requisitos da Resolução CONAMA n.º 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (peça 4558147, p. 77), o Gestor, em sua manifestação, afirma que os resíduos oriundos de reformas e construções não possuem local definido para a destinação adequada, já que a geração não é significativa.

Assevera, ainda, que a Prefeitura Municipal costuma destinar os resíduos em algum terreno ou reutilizar em terraplanagem e/ou melhorias no arruamento das rodovias municipais.

O Órgão Instrutivo opina pela manutenção do apontamento, em razão do Gestor não contestar o que foi apontado pela equipe de auditoria, com base nas informações prestadas pelo Executivo Municipal no Recibo de Envio de Informações n.º 03/2022.

Compulsando os autos, resta evidente que inexiste área licenciada para a destinação de resíduos da construção civil.

Portanto, caracterizado que o Município não atende aos requisitos da Resolução CONAMA n.º 307/2002, relativamente a suas responsabilidades quanto à definição de diretrizes urbanas para o gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição – RCD, o que implica na manutenção do aponte.

Em relação aos demais apontamentos, verificam-se violações às regras de administração pública, financeira e orçamentária, tendo em vista que os argumentos apresentados não são suficientes para afastá-los, o que enseja recomendação aos atuais Gestores para a efetivação de medidas saneadoras.

No entanto, considerando que os apontamentos remanescentes não são relevantes ao nível de comprometerem às Contas Anuais do Senhor Prefeito Municipal, depreendo haver fundamento para a emissão de Parecer Favorável, com ressalvas, a sua aprovação.

Em razão de não terem sido constatadas inconformidades de responsabilidade do Senhor Marcos Aurelio Kologeski Souza (Vice-Prefeito), no período em

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

Página 1083
Processo 01373-0200/21-5
Página da peça 8
Peça 5177043
DOCUMENTO PÚBLICO

que esteve à frente do Poder Executivo, o julgamento deve ser pela emissão de Parecer Favorável a apreciação de suas Contas.

Por fim, quanto à sugestão de multa proposta pelo *Parquet*, deixo de acolher em razão da impossibilidade de sua aplicação a Prefeito Municipal, nos termos da posição que defendi na Sessão do Tribunal Pleno de 07/06/2023, nos autos do Recurso de Embargos n. 024743-0200/20-9, embasado no julgamento dos Recursos Extraordinários n^{os} 848.826 e 729.744, em que o Supremo Tribunal Federal, no exercício de sua missão institucional de interpretação da Constituição da República e sob a sistemática da repercussão geral, definiu que: 1) "a apreciação das contas de Prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes"[2]; e 2) competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local"[3].

Considerando que, no ordenamento jurídico brasileiro, a aplicação de sanção depende do devido processo legal, que abrange, por óbvio, a fase de julgamento, atribuída, expressamente, à Câmara Municipal, no caso das contas prestadas pelo Prefeito, entendo que inexiste margem interpretativa para manutenção da competência deste Tribunal, atinente à aplicação de multa ao Chefe do Executivo Municipal, sem caracterizar subterfúgio à autoridade das decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, **voto** por:

a) emitir **parecer favorável, com ressalvas,** à aprovação das Contas Anuais do Senhor **Írio Miguel Stein** (Prefeito), Gestor principal do Executivo Municipal de **Sertão Santana** no exercício de 2021, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal e no artigo 2º da Resolução TCE/RS n.º 1.142/2021;

b) emitir **parecer favorável** à aprovação das contas do Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza** (Vice-Prefeito), nos termos dos artigos 75, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal e no parágrafo único do artigo 3º da Resolução TCE n.º 1.142/2021;

c) recomendar aos atuais Administradores que corrijam e evitem a

[2] Trecho da tese de repercussão geral do Tema 835.
[3] Trecho da tese de repercussão geral do Tema 157.

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

reincidência dos apontes criticados nos autos, especialmente quanto ao atendimento aos comandos do art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011 (**item 9.1.2**), bem como seja verificado, em futura auditoria, a efetiva execução de medidas neste sentido;

d) encaminhar o Processo ao **Legislativo Municipal de Sertão Santana** para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Conselheiro Renato Azeredo,
Relator.

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 21/06/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A9AA.7E3B.1F06.079F.7A1F.

Relator: Conselheiro Renato Azeredo –
Solicitação de vista: Conselheiro Estilac Xavier –
Processo n. 001373-02.00/21-5

– Contas Anuais dos Administradores do **Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2021**. Interessados: **Írio Miguel Stein** (p.p. Advogados Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS n. 12.725, e Luana da Silva Soares, OAB/RS n. 89.411) e **Marcos Aurelio Kologeski Souza**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, nos termos regimentais, o Presidente, Conselheiro Estilac Xavier, concedeu a palavra à Procuradora do Senhor Írio Miguel Stein, **Advogada Luana da Silva Soares**, inscrita na OAB/RS sob o n. 89.411, que apresentou suas razões de defesa nos seguintes termos: "Boa tarde. Cumprimento o Senhor Presidente desta Primeira Câmara, Senhor Doutor Conselheiro Estilac Xavier. Cumprimento o Relator, Doutor Renato Luís de Azeredo. Cumprimento, também, as Eminentes Conselheiras Senhoras Ana Moraes e Daniela Zago. Cumprimento os demais membros desta Primeira Câmara, os membros do Ministério Público e PGE e a todos que assistem a esta sessão. Conforme relatado, trata-se de Contas Anuais de 2021, na qual a auditoria apontou a existência de impassível justificativa pelo Gestor. Após a apresentação dos esclarecimentos, sobreveio o Parecer do Ministério Público opinando pela aplicação de multa e Parecer Desfavorável com ressalvas à aprovação das contas do Senhor Írio Miguel Stein, em razão de que o conjunto de falhas apontadas justificariam essa aplicação de situação pecuniária e a aprovação com ressalvas. No entanto, depreende-se dos autos que as inconformidades constatadas não geraram consequências materiais e nem comprometeram o exame das contas, assim como a transparência e a legitimidade contábil não foram aplicadas. As adequações procedidas não representaram problemas financeiros ou a inobservância dos limites dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, enfatiza-se, Excelências, que o Gestor Municipal vem trabalhando permanentemente na melhoria e aperfeiçoamento da sua gestão com a adoção das medidas de caráter preventivo e corretivo visando o atendimento dos itens apontados, fatos esses que estão demonstrados pelo atendimento de outros itens de extrema importância, conforme se verifica no quadro resumo do Relatório de Auditoria, quais sejam, o equilíbrio financeiro, percentuais, despesa com pessoal e percentuais de aplicação em educação e saúde. Acerca disso, o Pleno da Corte já se manifestou em decisão de lavra do Conselheiro Relator Algir Lorenzon que na análise do Processo de Contas dos Gestores deve ser levado em consideração o conjunto dos elementos e desafios que compõem a gestão e não apenas os apontamentos de forma isolada, Processo 018318-02.00/18-5, julgado em 10 de dezembro de 2019. Nesse sentido, tendo em vista

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 05/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BF2F.DF88.7130.3B29.6E42.

que o Gestor tem tomado as medidas necessárias para a correção dos apontamentos sem deixar de efetuar os investimentos necessários ao interesse público, requer-se a aprovação das contas sem ressalvas. No que tange à aplicação de multa, considerando a prerrogativa conferida nos processos administrativos em atenção ao contraditório e a ampla defesa, considerando ainda que as inconformidades não comprometem a globalidade das contas do Gestor, postula-se pelo seu afastamento. O disposto na Lei 13.655/2018, que incluiu na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, disposições acerca de sentença jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público, dispôs no seu artigo 22 que na interpretação das normas de gestão pública devem ser consideradas as dificuldades reais do Gestor e as circunstâncias práticas. Enquanto no artigo 28, é asseverado que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, em caso de dolo ou erro grosseiro. Assim, a mencionada legislação consagrou a necessidade do exame da conduta para responsabilização pessoal do Gestor, devendo ser consideradas as dificuldades reais e as circunstâncias práticas. Por outro lado, considerando, ainda no que tange a multa, o entendimento fixado pelo STF, no Recurso Extraordinário 8488266, e no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 12039267, ambos com repercussão geral, limitando a competência desta Corte à emissão de Parecer Prévio sobre os atos dos Prefeitos. Depreende-se, portanto, a impossibilidade de fixação de multa, conforme esses precedentes. Assim, em relação à multa, o Gestor requer o seu afastamento, com base na legislação e nos precedentes mencionados. Diante do exposto, requer-se, então, a aprovação, a emissão de Parecer Favorável, com a aprovação das contas do Gestor sem ressalvas e sem aplicação de multas ou penalidades. É o que se requer. Obrigada pela atenção."

Em prosseguimento, com supedâneo regimental, o Conselheiro-Presidente, Estilac Xavier, concedeu a palavra ao **Procurador do Ministério Público de Contas, Ângelo Gräbin Borghetti**, que, ao reiterar os termos do Parecer MPC n. 5087/2023, exarado nos autos, assim se manifestou: "Senhor Presidente, Conselheiro Estilac Xavier, saudando Vossa Excelência, saúdo, também, o Eminente Relator, Conselheiro Renato Azeredo. Saúdo a Conselheira Ana Moraes, Conselheira Daniela Zago. Saúdo, também, o Doutor Euzébio Ruschel, que aqui representa a PGE. Saúdo a Doutora Luana a quem parabenizo pela sustentação oral. Saúdo o Doutor Leonardo Fetter e, em nome do Doutor Leonardo, Doutora Luana, a todos os Advogados e Gestores que nos acompanham. Saúdo a Andréa, em seu nome todos os servidores do Tribunal de Contas, Senhoras e Senhores. Senhor Presidente, como já bem destacado pelo Conselheiro Renato Azeredo no seu relatório, eu me manifestei já no processo, no Parecer 5087/2023, o qual aqui reitero. Em síntese, ali, eu me manifestei pela imposição de multa ao Senhor Írio Miguel Stein, pois é posição não só minha como de todos os meus colegas do Ministério Público de Contas no sentido da possibilidade de imposição de penalidade pecuniária nos processos de Contas Anuais e, também, Parecer Favorável ao Senhor Marcos Aurélio Kologeski Souza, o vice-Prefeito, e Parecer Favorável com ressalvas às contas do Senhor Írio Stein, justamente com ressalvas, porque foram aferidas algumas falhas, total de 11 falhas aferidas nos autos e na qual opinei pelo afastamento, então, dada a existência dessas 10 falhas que se mantém, é que me manifesto no sentido

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 05/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BF2F.DF88.7130.3B29.6E42.

da multa ao Senhor Írio e Parecer Favorável com ressalvas. E por último, uma recomendação ao atual Administrador para que corrija as falhas que foram verificadas e evite a sua reincidência em futuros exercícios. Seria essa a manifestação, muito obrigado."

A seguir, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos.

Colocada a matéria em discussão, ocorreram as seguintes manifestações:

Conselheiro-Presidente, Estilac Xavier: "Coloco a matéria em discussão. De imediato, informo, Conselheiro Renato Azeredo, digno Relator da matéria, e a Doutora Luana, que eu vou pedir vista. O voto foi muito fundamentado e bem fundamentado pelo Relator, assim como a sustentação também da Doutora. No entanto, eu tenho julgado processos em que eu estou tentando criar uma linha de condução coerente em relação a determinados aspectos da administração pública, que para mim são muito relevantes no que diz respeito ao parecer. Dadas as modificações feitas, processos legais, decisões do Supremo e outros, as Contas Anuais passaram a ter uma importância muito grande na opinião deste Conselheiro e aqui eu verifico que um dos elementos que falta neste processo é a questão da saúde. A questão da saúde não foi respondida. O Conselho de Saúde não tem, tem questão ambiental. Eu quero ver o conjunto destas informações, inclusive, nos antecedentes, porque nós estamos nas contas de 21, podemos olhar as contas de 20, e tanto o Conselheiro Renato Azeredo como a Conselheira Ana, a maioria dos julgadores aqui não cinge as decisões ao exercício. De repente, isso aqui pode ser reanalisado futuramente, mas para poder ter certeza dessa situação, por falta do tempo de análise para o voto, eu vou pedir vista e, assim que concluir, nós traremos o voto para dar sequência ao julgamento e, por óbvio, será notificada a parte, nos termos do nosso Regimento. Então, o Processo 1373/21-5 vai com vista ao Conselheiro Estilac Xavier."

Certifica, outrossim, que, nos termos regimentais, foi concedida **vista** do processo ao **Conselheiro Estilac Xavier**.

Participaram do exame do processo os Conselheiros Estilac Xavier (Presidente) e Renato Azeredo (Relator) e a Conselheira-Substituta Ana Moraes.

Sala Virtual, em 20-06-2023.

Andréa Fátima do Nascimento,
Secretária da Primeira Câmara.

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 05/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BF2F.DF88.7130.3B29.6E42.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. Estilac Xavier

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 24 de Agosto de 2023, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 30ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 29 de Agosto de 2023 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 22 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 22/08/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F9EC.4FC4.BA4A.C920.5BC0.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. Estilac Xavier

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 06 de Setembro de 2023, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 32ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 12 de Setembro de 2023 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 04 de setembro de 2023.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 04/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0B3A.0C50.705A.4B41.8B0C.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Relator: Conselheiro Renato Azeredo –
Devolução de vista: Conselheiro Estilac Xavier –
Processo n. 001373-02.00/21-5 –
Decisão n. 1C-0662/2023

– Contas Anuais dos Administradores do **Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2021**.

O Secretário da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Após proceder a um breve histórico da matéria, o **Conselheiro-Presidente**, **Estilac Xavier**, devolveu o processo do qual solicitara vista na sessão de 20-06-2023, prolatando o seu voto, oralmente, nos seguintes termos: "Passo à devolução de vista, mesmo com a ausência do Conselheiro Renato Azeredo, que se encontra em Natal, em evento das Corregedorias dos Tribunais de Contas, mas eu o faço porque eu estou, oralmente, aqui, acompanhando o voto do Conselheiro Renato Azeredo. É assim que estou votando. Conselheira Letícia Ramos, como vota?".

Conselheira-Substituta Letícia Ramos: "Acompanho o voto do Relator, Conselheiro Estilac, apenas com a referência com relação a não aplicabilidade da multa, pois vou aguardar o deslinde da Uniformização de Jurisprudência 12013-0200/23-8. É assim que voto."

Conselheiro-Presidente, **Estilac Xavier**: "Então, proclamo acolhido à unanimidade o voto lançado pelo Conselheiro-Relator Renato Azeredo para o Processo 1373/21-5, consignada a manifestação da Conselheira Letícia Ramos sobre a não aplicação de multa em suas razões."

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

*a) **emitir Parecer** sob o n. **22.306**, **Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Senhor **Írio Miguel Stein** (Prefeito) (p.p. Advogados Décio Itiberê Gomes de Oliveira, OAB/RS n. 12.725, e Luana da Silva Soares, OAB/RS n. 89.411), **Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2021**, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal e no artigo 2º da Resolução TCE/RS n. 1.142/2021;*

*b) **emitir Parecer** sob o n. **22.306**, **Favorável** à aprovação das Contas Anuais do Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza** (Vice-Prefeito), **Administrador do Executivo Municipal de Sertão Santana** no exercício de **2021**, nos termos dos artigos 75, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal e no parágrafo único do artigo 3º da Resolução TCE n. 1.142/2021;*

Assinado digitalmente por: Rodrigo da Silva Mateus em 06/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3999.5DDC.21B3.D67E.1623.

*c) **recomendar aos atuais Administradores** que corrijam e evitem a reincidência dos apontes criticados nos autos, especialmente quanto ao atendimento aos comandos do artigo 8º da Lei Federal n. 12.527/2011 (item 9.1.2), bem como verificação, em futura auditoria, da efetiva execução de medidas neste sentido;*

d) encaminhar o Processo ao Legislativo Municipal de Sertão Santana para exercício de suas competências constitucionais e legais, cumpridos os procedimentos reguladores da matéria e após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento do processo os Conselheiros Estilac Xavier (Presidente) e Renato Azeredo (Relator) e a Conselheira-Substituta Letícia Ramos.

Sala Virtual, em 12-09-2023.

Rodrigo da Silva Mateus,
Secretário da Primeira Câmara, Substituto.

Assinado digitalmente por: Rodrigo da Silva Mateus em 06/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3999.5DDC.21B3.D67E.1623.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER N. 22.306

Processo n. 001373-02.00/21-5

Processo de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, referente ao exercício de **2021**. Senhor **Írio Miguel Stein** – **Parecer Favorável com ressalvas**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação. Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza** – **Parecer Favorável**. Inexistência de falhas.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 12 de setembro de 2023, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1° e 2° do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **001373-02.00/21-5**, de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, Senhores **Írio Miguel Stein** e **Marcos Aurelio Kologeski Souza**, referente ao exercício de **2021**;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Írio Miguel Stein**:

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 08/10/23, Ângelo Gräbin Borghetti em 09/10/23, Leticia Ayres Ramos em 09/10/23 e Estilac Martins Rodrigues Xavier em 16/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EE32.E0FF.F69B.B772.358A.

Continuação do Parecer n. 22.306

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, correspondentes ao exercício de **2021**, gestão do Senhor **Írio Miguel Stein**, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal e no artigo 2º da Resolução TCE/RS n. 1.142/2021, **recomendando aos atuais Administradores** que corrijam e evitem a reincidência dos apontes criticados nos autos, especialmente quanto ao atendimento aos comandos do artigo 8º da Lei Federal n. 12.527/2011 (item 9.1.2), bem como verificação, em futura auditoria, da efetiva execução de medidas neste sentido;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza**:

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, demonstrarem a inexistência de falhas;

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Sertão Santana**, correspondentes ao exercício de **2021**, gestão do Senhor **Marcos Aurelio Kologeski Souza**, nos termos do artigo 75, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal;

– **Encaminhar** o presente parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
12 de setembro de 2023.

Presidente

CONSELHEIRO ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

Relator

CONSELHEIRO RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 08/10/23, Ângelo Gräbin Borghetti em 09/10/23, Leticia Ayres Ramos em 09/10/23 e Estilac Martins Rodrigues Xavier em 16/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EE32.E0FF.F69B.B772.358A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA LETÍCIA AYRES RAMOS

Estive presente:

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS,
DOUTOR ÂNGELO GRÄBIN BORGHETTI

Assinado digitalmente por: Renato Luis Bordin de Azeredo em 08/10/23, Ângelo Gräbin Borghetti em 09/10/23, Leticia Ayres Ramos em 09/10/23 e Estilac Martins Rodrigues Xavier em 16/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EE32.E0FF.F69B.B772.358A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001373-0200/21-5 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
- Relator: Renato Luís Bordin de Azeredo
- Peça(s):
  - nº 5464880 - Decisão
    - Conclusões
      - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
      - Parecer Favorável
      - Parecer Favorável com Ressalvas
- Data de envio da comunicação: 23/10/2023
- Motivo: Cientificado - MPC - Ciência do MPC - prazo 60 dia(s)
  - Destinatário: **Geraldo Costa da Camino** (e-com nº 92801/316117)
- Motivo: Intimado - Decisão de Sessão - prazo 30 dia(s)
  - Destinatário: **Írio Miguel Stein** (e-com nº 92801/316133)
    - pp.Bel. Décio Itiberê Gomes de Oliveira - OAB: 12725/ RS
    - pp.Bel. Luana da Silva Soares - OAB: 89411/
  - Destinatário: **Marcos Aurelio Kologeski Souza** (e-com nº 92801/316132)

Porto Alegre, 23 de Outubro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 23/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CA54.E31D.AE6E.6E03.00C7.

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Marcos Aurelio Kologeski Souza
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 92801/316132, enviada a Marcos Aurelio Kologeski Souza, em 23/10/2023, foi automaticamente consumada em:

03/11/2023 23:59:59

Porto Alegre, 06 de Novembro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 06/11/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CC89.395A.A8B4.63F0.2CE9.

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Írio Miguel Stein
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 92801/316133, enviada a Írio Miguel Stein, em 23/10/2023, foi automaticamente consumada em:

03/11/2023 23:59:59

Porto Alegre, 06 de Novembro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 06/11/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F8CA.7EA2.DEA2.7922.9B81.

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Geraldo Costa da Camino
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Ciência do MPC
Prazo: 60 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 92801/316117, enviada a Geraldo Costa da Camino, em 23/10/2023, foi automaticamente consumada em:

03/11/2023 23:59:59

Porto Alegre, 06 de Novembro de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 06/11/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.66F4.9CF8.0A07.6603.7391.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Trânsito em Julgado

Certifica-se, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme dados do Processo Eletrônico desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do trânsito em julgado: 06/02/2024
Processo: 001373-0200/21-5
Órgão: PM de Sertão Santana
Matéria: Contas Anuais
Exercício: 2021
Recursos: -x-

Porto Alegre, 14 de Fevereiro de 2024.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 14/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.ECB2.1253.28B6.E092.8323.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Supervisão de Serviços Processuais
Setor de Arquivo

Procedência: SEADE – SECALC

Destinatário: SEADE – SEARQ

Processo/Expediente nº 001373-0200/21-5

Contas Anuais **Exercício: 2021**

Prefeitura Municipal de Sertão Santana

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

A decisão da Primeira Câmara, em Sessão de 12/09/2023, transitou em julgado em 06/02/2024 e todas as alíneas foram cumpridas (peça 5464880).

Emitido Parecer, sob o nº 22306 Favorável com Ressalvas à aprovação das Contas do Senhor Írio Miguel Stein e Parecer Favorável à aprovação das Contas do Senhor Marcos Aurelio Kologeski Souza, Administradores do Executivo Municipal de Sertão Santana, no exercício de 2021 (peça 5466043).

O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento.

Conforme previsto no artigo 72 do Regimento Interno do TCE-RS, "*a Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal*".

ORIENTAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de **senha pessoal**, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia **Para o Fiscalizado** → Consulta Processual e Geração de Guias.

O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia **Para o Fiscalizado** > Processo Eletrônico > Acesso ao Sistema, com criação de um **e-protocolo avulso** do tipo **"Julgamento das Contas pelo Legislativo".**

Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

SEADE – SECALC, em 16 de fevereiro de 2024.

_____
JOICE ALEXANDRA CARDOSO DE FARIAS,
Oficial de Controle Externo

CLEBER JOSÉ NASCIMENTO
Coordenador SEADE

AD-95.2.1

Assinado digitalmente por: Joice Alexandra Cardoso de Farias em 16/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7880.09CC.AA44.F728.083D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001373-0200/21-5 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
- Relator: Renato Luís Bordin de Azeredo
- Peça(s):
  - nº 5723234 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 21/02/2024
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
  - Destinatário: **Ari Budelon Barbosa** - CM DE SERTAO SANTANA - Responsável (e-com nº 103200/349354)
  - Destinatário: **Vinicius Frazzon Boer** - CM DE SERTAO SANTANA - Controle Interno - Responsável (e-com nº 103200/349339)

Observações:
Orientações ao atual Presidente do Poder Legislativo Assunto: Julgamento das Contas do Prefeito Municipal A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado - Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia Para o Fiscalizado - Processo Eletrônico - Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo “Julgamento das Contas pelo Legislativo”. Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como, há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: “A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal.” Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação (Decreto Legislativo) deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Porto Alegre, 21 de Fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 21/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.163F.948C.90FD.F815.1436.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001373-0200/21-5
Órgão: PM DE SERTÃO SANTANA
Destinatário: Vinicius Frazzon Boer
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §4º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que Vinicius Frazzon Boer efetivou a consulta ao teor da comunicação eletrônica número 103200/349339 em:

22/02/2024 07:51:49

Porto Alegre, 22 de Fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 22/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B17D.6FC7.25D5.D9EC.2F6F.